

Mário Augusto Medeiros da Silva

*A Descoberta do Insólito: Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil  
(1960-2000)*

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia  
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas  
sob a orientação da Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

**BANCA**

**Profa. Dra. (Orientadora) Elide Rugai Bastos (Unicamp)**  
**Prof. Dr. (membro externo) Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (USP)**  
**Prof. Dr. (membro externo) Alexandro Dantas Trindade (UFPR)**  
**Prof. Dr. (membro externo) Lilia Katri Moritz Schwarcz (USP)**  
**Prof. Dr. (membro interno) Renato José Pinto Ortiz (Unicamp)**

**SUPLENTE:**

**Prof. Dr. (membro externo) André Pereira Botelho (UFRJ)**  
**Prof. Dr. (membro interno) Josué Pereira da Silva (Unicamp)**  
**Prof. Dr. (membro interno) Priscila Nucci (Unicamp)**

MARÇO/2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**Si38d**      **Silva, Mário Augusto Medeiros da**  
**A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica**  
**no Brasil (1960-2000) / Mário Augusto Medeiros da Silva. - -**  
**Campinas, SP : [s. n.], 2011.**

**Orientador: Elide Rugai Bastos.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. 2. Lins, Paulo, 1958-  
3. Ferréz, 1975- 4. Cadernos Negros . 5. Literatura e sociedade.  
6. Negros na literatura. 7. Literatura brasileira. 8. Escritores  
negros. I. Bastos, Elide Rugai. II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**Título em inglês: The discovery of unusual: black literature and peripheral literature in  
Brazil (1960-2000)**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :**

<b>Literature and society</b>
<b>Blacks in literature</b>
<b>Brazilian literature</b>
<b>Black authors</b>

**Área de Concentração: Pensamento Social Brasileiro**

**Titulação: Doutor em Sociologia**

**Banca examinadora:**            **Elide Rugai Bastos, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães,**  
**Alexandro Dantas Trindade, Lilia Katri Moritz**  
**Schwarcz, Renato José Pinto Ortiz**

**Data da defesa: 28-03-2011**

**Programa de Pós-Graduação: Sociologia**

Mário Augusto Medeiros da Silva

***A Descoberta do Insólito: Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil (1960-2000)***

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/03/2011

**BANCA**

Profa. Dra. (Orientadora) Elide Rugai Bastos (Unicamp)

Prof. Dr. (membro externo) Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (USP)

Prof. Dr. (membro externo) Alexandro Dantas Trindade (UFPR)

Prof. Dr. (membro externo) Lilia Katri Moritz Schwarcz (USP)

Prof. Dr. (membro interno) Renato José Pinto Ortiz (Unicamp)

**SUPLENTE:**

Prof. Dr. (membro externo) André Pereira Botelho (UFRJ)

Prof. Dr. (membro interno) Josué Pereira da Silva (Unicamp)

Prof. Dr. (membro interno) Priscila Nucci (Unicamp)

MARÇO / 2011

## RESUMO

Discute-se, centralmente, a produção recente de escritores auto identificados negros e periféricos, bem como seus livros, por vezes, relacionados às ideias de Literatura Negra e Periférica. Selecionaram-se, entre 1960 e 2000, Carolina Maria de Jesus (*Quarto de Despejo*, 1960; *Casa de Alvenaria*, 1961), *Cadernos Negros* (1978-2008), Paulo Lins (*Cidade de Deus*, 1997) e Ferréz (*Capão Pecado*, 2000). Autores e obras permitem aproximações acerca de suas trajetórias pessoais e literárias, aspectos das discussões empreendidas no sistema literário, bem como dos problemas envolvidos nas definições do que sejam Literatura Negra e Literatura Periférica. Também é possível discutir, através deles, aspectos da trajetória do ativismo político-cultural negro e periférico, analisado e, por certo tempo, muito relacionado com a própria história da Sociologia e Antropologia brasileiras. Assim, a negação de um lugar naturalizado, política e culturalmente, para o sujeito negro e periférico, através da Literatura, operou com ideias e problemas diversos, em diferentes momentos, nuclearmente questionando e propondo discussões sobre aspectos da desigualdade social no Brasil contemporâneo.

## ABSTRACT

It's discussed the recent self identified black and peripherals authors production, as well their books, sometimes related to Black Literature and Peripheral Literature ideas. Were selected, between 1960 and 2000 Carolina Maria de Jesus (*Child of the Dark*, 1960; *Casa de Alvenaria*, 1961), *Black Notebooks* (1978-2008), Paulo Lins (*City of God*, 1997) e Ferréz (*Capão Pecado*, 2000). Authors and books allow approximations on their personal and literary trajectories, some aspects of the debates in the literary system, as well the problems on the Black and Peripheral Literature definitions. It's also possible argue, through them, aspects of black and peripheral political and cultural activism, analyzed and, by a time, closely related to Brazilian Sociology and Anthropology histories. Thus, the denial of a political and cultural naturalized place to black and peripheral subject, through Literature, worked with various ideas and problems, at differents moments, nuclear questioning and proposing discussions on issues of social inequality in modern Brazil.

## **Dedicado a**

Augusto Sabino da Silva e Suzana do Carmo Dias; Benedicta Rodrigues Medeiros e Mário Medeiros (*in memoriam*), as metades vívidas. Aos seus filhos e descendentes.

Wilson Sabino da Silva, Maria Helena Medeiros da Silva e Wilson Sabino da Silva Jr., o fecho das metades.

Para Nicole Somera, que esteve ao lado todo o tempo, vivendo as consequências.

Para Mariana Miggiolaro Chaguri, inseparável nos desafios da aventura intelectual e da sincera amizade quotidiana.

Para Elide Rugai Bastos, que orientou o sentido das coisas e mostrou a força das ideias.

## **Agradecimentos**

Dez anos na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) formataram boa parte do meu pensamento, em diferentes aspectos, sobre o papel da academia e dos intelectuais, contraindo-se daí débitos enormes a esta instituição. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelos quarenta e oito meses de bolsa, que me permitiram dedicação total e exclusiva, tempo e paciência para fatura deste trabalho, bem como aquisição de livros, viagens para pesquisa, participação em congressos etc. E ao meu parecerista anônimo, rigoroso, crítico e incentivador.

Para os escritores, ativistas e intelectuais que li, conheci, entrevistei e estudei na fatura desta tese, o meu reconhecimento e admiração: Ferréz, Oswaldo de Camargo, Cuti, Ruth Guimarães, Audálio Dantas, Cyro Del Nero (*in memoriam*), Márcio Barbosa, Esmeralda Ribeiro, Sérgio Ballouk, Sidney de Paula Oliveira, Paulo Lins, Alessandro Buzo, Allan Santos da Rosa, Sacolinha, Ridson Du Gueto, Sérgio Vaz. Os livreiros e editores especializados em Literatura Negra, que gentilmente me concederam entrevistas e informações sobre seu trabalho: Kitabu Livraria Negra, Selo Negro Editora, Mazza Edições, Sobá Livraria Negra. Sem eles, a tese não seria possível, alguns capítulos e argumentos não teriam sido, simplesmente, pensados ou escritos.

Os colegas ingressantes nas turmas de Mestrado e Doutorado em Sociologia de 2006, do PPGS/IFCH, que discutiram este projeto. Rodolfo Scachetti, Daniela Ribas Ghezi, Rosane Pires Batista e Gilda Portugal Gouvêa, entre outros. Em particular a Renata da Silva Nóbrega, das primeiras

incentivadoras e defensoras deste trabalho, de quem ganhei meu primeiro exemplar de *Cadernos Negros*.

Ao Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, amigo e parceiro de trabalho, que tornou a entrevista com o Quilombhoje possível. Keila Prado Costa, com quem divido os créditos de entrevistar Paulo Lins. E Janaína Damasceno, com quem entrevistei Ruth Guimarães, amiga determinada na aventura de suprir as lacunas sobre escritores, ativistas e intelectuais negros. Perigando perder o último ônibus de viagem na madrugada, meses para conseguir uma entrevista, corridas em ladeiras íngremes e escorregadias num fim de semana de cidade interiorana, entre outros: com os três, partilhei bastidores de pesquisas inesquecíveis e formadores.

Aos professores que compuseram as bancas de qualificação e exame da tese, pela possibilidade de diálogo, críticas e sugestões ao trabalho: Maria Suely Kofes, Priscila Nucci; Alexandro Trindade, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, André P. Botelho, Lilia Katri Moritz Schwarcz, Josué Pereira da Silva e Renato Ortiz.

Os grupos de estudos formados com Daniela Roberta Antônio Rosa e Priscila Nucci (Literatura, Imprensa e Teatro Negro no Brasil); sobre a obra de Pierre Bourdieu (Eugênio Braga, Alexandro L. Pires, Mariana Chaguri), sobre *Le Dieu Caché* (Elide Rugai Bastos e Mariana Chaguri), sobre Pensamento Social e Brasil contemporâneo (Sílvio Sawaya, Maria Cláudia Curtolo, Mariana Chaguri, Yvonne Moran, Rodrigo Fessel, Aline Hasegawa, Paula Saes, Rodrigo Ribeiro etc.) e aos estudantes do curso em que Mariana e eu lecionamos e dividimos, no primeiro semestre de 2009, sobre Pensamento Social. Com eles, aprendi muito, bem mais do que contribuí. Todos sempre dispostos ao bom debate, provando que pensar não é um ato isolado. Muito de nossas discussões incorporei ao longo da tese, direta ou indiretamente.

Dadas as dificuldades de encontrar muitos dos livros, documentos e textos de que me valho no trabalho, um agradecimento especialíssimo deve ser feito às equipes responsáveis pelos sítios *Estante Virtual* e *Abebooks*, ideias simples e geniais de unir sebos pela internet, permitindo que pesquisadores tenham acesso a fontes distantes e ausentes em bibliotecas públicas. Igual deferência ao pessoal do Banco de Dados de São Paulo, com seu *clipping* de jornais; e a livreiros e funcionários de sebos que tornaram esta pesquisa possível.

Aos colegas e amigos Kassandra Muniz, Raquel Honorato, Sílvia, Janaína Damasceno, Fabiana Mendes, Cristina Ocuni, Anselma Garcia, Wilson Penteado Jr., Daniela Rosa, Pedro Ferreira entre outros, do Núcleo de Estudos Negros na Unicamp (NEN) pelo que e enquanto foi possível, especialmente em nossas discussões e projetos conjuntos.

No tocante ao IFCH, sou grato a Mário Martins de Lima, por todas as leituras, cafês, discussões e enfrentamentos partilhados. Dizer isso é muito pouco pelo que representa. No AEL-IFCH, onde o conheci, também fiz grandes amigos, que estão no princípio do meu caminho pela pesquisa acadêmica: Maria Dutra, Isabel, Marilza Silva entre outros. A todos, o meu muito obrigado. Elisabete S. S. Oliveira [Betinha], Christina Faccioni [Chris] e Magali Mendes, Benê e Diego, [xérox da biblioteca] funcionários do IFCH merecem todos os meus agradecimentos e respeito pela presteza, dedicação e graça quotidiana no exercício de suas funções e no trato ímpar com os estudantes, ao longo de todos esses anos.

Os funcionários de que, infelizmente não guardei nomes, que me ajudaram nesta pesquisa, direta e indiretamente, ficando o registro precário pelas instituições que constroem cotidianamente, em que várias vezes estive e pacientemente fui atendido: Do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo, Fundação Biblioteca Nacional, Unidade Especial de Informação e Memória (UFSCar), Arquivo Edgar Leuenroth, Centro de Documentação Alexandre Eulálio, Bibliotecas Octavio Ianni (IFCH/Unicamp), IEL e FE/Unicamp, Florestan Fernandes (USP e UFSCar), Museu Afro-Brasil.

Vítor Cooke, Sílvio Sawaya, Maria Cláudia Curtolo, Edson Cardoso [*Irohin*], Ana Flávia M. Pinto, Antônio Brasil Jr., Érica Peçanha do Nascimento, Íris Morais Araújo, Túlio Custódio, Alexandro Paixão, Anderson Trevisan, Célia Tolentino entre outros, são grandes amigos que tive a oportunidade de conhecer, dialogar e estreitar laços ao longo desses últimos anos, cujos trabalhos e conversas incorporei, de diferentes modos, aqui e ali. Cabe mencionar os colegas conhecidos nos mais diferentes congressos, seminários e palestras, que discutiram aspectos do trabalho Agradecimentos especiais ao Vítor, Sílvio e Cláudia, pela inteligência e bom humor, permeados pelo diálogo denso. A Érica, pioneira na etnografia da cultura periférica, que gentilmente me introduziu em aspectos desse universo e partilhou ideias. Ao Antônio, pelas leituras de capítulos, amizade e debates sobre sociologia brasileira, por ter gentilmente pesquisado no Arquivo Florestan Fernandes para mim. E a Íris, além de interlocutora intelectual de alto nível, sobre os mais diferentes assuntos, por ter ajudado em transcrições para este trabalho.

A experiência de participar do Projeto Temático Linhagens do Pensamento Político Social Brasileiro, no CEDEC, permitiu discutir alguns aspectos da tese, além de vislumbrar formas de fazer, debater e pensar as Ciências Sociais, nos dias e condições correntes. Nas figuras dos professores Gildo Marçal Brandão (*in memoriam*), Elide Rugai Bastos, André Botelho, Bernardo Ricúpero e Gláucia Villas-Bôas, Antônio Brasil, André Kaysel, Melina Rombach e Marcos bem como Marleida Borges,

Célia Regina e Aline Menezes sintetizo meus agradecimentos aos demais colegas e funcionários do projeto.

Aos meus mais novos colegas, com quem trabalho no Grupo de Estudos de Inventário, da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, devo sinceramente agradecer por terem me recebido como técnico, após ter sido aceito por Marília Barbour e Leonora Portela. E por terem, sem saber, tornado a dupla jornada, na etapa de final de redação da tese, muito mais fácil e agradável: Adda Ungaretti, Alberto Candido, Ana Luiza Martins, Amanda W. Caporrino, Deborah R. Leal Neves, Sílvia Wolff, Elisabete Mitiko Watanabe, Tobias de São Pedro, Mayara Nóbrega, Rosana Rocha, José Otávio Cortez, Tony Zagato: O diálogo franco, a paciência, compreensão, respeito, incentivo e apoio de todos, quotidianamente, é inestimável. É agradavelmente curioso como laços de amizade podem se estreitar em tão pouco tempo.

A todos, o meu muito obrigado.

# Sumário

Parte I: Balanços, Polêmicas e Interrogações.....	11
Introdução.....	13
Capítulo 1: Literatura Negra e Marginal/Periférica: ideias e seus problemas.....	19
Literatura Negra & Escravidão no Brasil: Representações Estéticas das Formas Sociais.....	21
A Função Social do Estereótipo na e em torno da Literatura Negra (1940 – 1980).....	24
Buscando uma definição conceitual: Anos 1980.....	38
Vou cuspir no seu túmulo: um caso de mimetismo do estilo do romance de protesto negro.....	40
O Protagonismo Teórico do Eu-Enunciador.....	44
O Protagonismo Concreto do Eu-Enunciador.....	48
Marginalidade Produtiva, Distributiva e Consumidora.....	51
A negação da negação.....	54
Ativismo Negro-Literário ou Militância Ativa da Palavra.....	59
Reflexões: sobre a literatura afro-brasileira.....	59
Criação Crioula, Nu Elefante Branco.....	66
Capítulo 2: Marginalidade Literária Negra (1970-1980) e Literatura Marginal/ Periférica (1990).....	71
O papel literário e social das Antologias e das Mostras de Literatura Negra.....	85
Literatura Negra Marginal e Geração do Mimeógrafo.....	92
A Ideia de Literatura Marginal tomada de Assalto em Três Atos.....	99
Literaturas como Protestos: Mundos Ficcionalis em disputa com o Mundo Real.....	109
Parte II: Literaturas, Sociologias & Processos Sociais.....	115
Capítulo 3: Encontro na Encruzilhada: Literatura Negra e Sociologia do Negro.....	117
Sociologia como Caixa de Pandora.....	121
À sorte do destino, numa parte do caminho.....	133
Queremos saber o que os senhores vão fazer com a raça negra.....	139
Confluência e Divergência entre processo social e análise sociológica: anos 1950.....	145
Brancos e Negros em São Paulo: Associações Negras e Sociologia Uspiana.....	150
O Negro no Rio de Janeiro e O Negro Revoltado: Sobre micróbios e suas sandices.....	163
Capítulo 4: Protesto, Revolta e Função Social da Literatura/ Teatro Negro (1950-1964).....	169
Uma Associação Cultural do Negro no meio século XX.....	170
1958: O que há para comemorar no Ano 70 da Abolição?.....	178
Entre o assistencialismo e auto-determinação: o tema da integração do negro.....	183
Ó África! Ó África!.....	185
O Negro Marginal e As Associações Negras: Quarto de Despejo, 1960.....	190
De Habitante do Monturo a “Shakespeare de Cor”.....	194
Apenas palavras não bastam: Condicionamento social para a produção das ideias.....	197
Alcances e limites, impasses e obstáculos.....	202
Parte III: Obras, Autores & Idéias.....	208
Capítulo 5: Sociologia da Lacuna.....	209
Capítulo 6: O Povo e a Cena Histórica: Quarto de Despejo e a Integração do Negro na Sociedade de Classes (1960-1964).....	217
Cenas de um cotidiano singular e plural.....	220
Integração do Negro à Sociedade de Classes.....	228
Um Estranho Diário chamado Quarto de Despejo.....	241
1958 foi um ano ruim.....	249
1958-1960: como se cria um best-seller?.....	258
Capítulo 7: Das Ilusões Perdidas à Realidade Das ruas: Cadernos Negros, 1978.....	267
1961-1964: Ilusões Perdidas, Dilemas e Problemas da Integração Social.....	268
O discreto charme das mariposas noturnas.....	276
De Povo na História a Sociedade Civil: onde está o novo?.....	283
Os Negros estão nas Ruas: Ambiência e contexto social de novas ideias.....	292
Entre maio e novembro: estética e política negras.....	305
Retratos de Grupos: I – 1978-1988: personagens para/em composição.....	312
Anos de enquadramento do retrato: no particular, o universal.....	318

Capítulo 8: Contrastes & Confrontos: Cidade de Deus, 1997.....	327
Retratos de Grupos II: No rastro dos índices negros (1986-1997).....	330
Frantz Fanon e o ativismo político-literário negro no Brasil: 1960/1980.....	336
Caminho difícil para um Poema sem Nome (1989-1997).....	358
“Agora eu sou alto, forte e bonito”: Mecenato & Conversão sócio-crítico-literária.....	365
Mosaico de Vidas Breves: violência, dominação e desigualdade .....	375
Rótulos Diversos, Conteúdos Desiguais: Escritor Negro sem Literatura Negra?.....	383
Capítulo 9: Em que imprevisível dormita a História: Capão Pecado, 2000.....	387
Entre o determinístico e o imponderável: turbilhão em surdina.....	388
Moro dentro do tema ou Ascensão cotidiana para o cadafalso.....	398
Retratos de Grupos III: Entre nós, os negros, eles, os periféricos(2000-?).....	409
O mundo se despedaça: crise da diversidade, potência da desigualdade?.....	419
Capítulo 10: Revisitando o todo e as partes.....	431
Fontes, Bibliografia Consultada, Entrevistas.....	437

## Índice de ilustrações

Ilustração 1: Capas de Reflexões sobre a Literatura Afro-Brasileira, com a composição do Quilombhoje em 1985.....	60
Ilustração 2: Capas de Criação Crioula, Nu Elefante Branco, 1987.....	67
Ilustração 3: Algumas Antologias de Literatura Negra, 1967-1988.....	88
Ilustração 4: Três Atos de Caros Amigos/Literatura Marginal.....	101
Ilustração 5: Florestan Fernandes, Solano Trindade e Henrique Losinkas Alves, na sede da ACN, sem data. Fonte: livro Henrique L. Alves: um agitador cultural.....	152
Ilustração 6: Série Cultura Negra, vol.05, da Associação Cultural do Negro.....	176
Ilustração 7: Desenhos de Clóvis Graciano para Cultura Negra 1, bicos de pena de Sérgio Milliet, Carlos Assumpção e Oswaldo de Camargo; 15 Poemas Negros.....	181
Ilustração 8: Carolina M. De Jesus em Niger da ACN, setembro de 1960. ....	191
Ilustração 9: Primeira edição de Quarto de Despejo, 1960.....	261
Ilustração 10: Casa de Alvenaria, 1961.....	272
Ilustração 11: O Carro do Êxito, capa e matéria de Versus.....	295
Ilustração 12: Versus e o início da seção Afro-Latino-América.....	300
Ilustração 13: Cadernos Negros, 1978-1980.....	309
Ilustração 14: As três máscaras como símbolo do Quilombhoje, 1983.....	319
Ilustração 15: Cadernos Negros 11.....	350
Ilustração 16: Cidade de Deus, 1997.....	375
Ilustração 17: Capa e Contracapa das primeiras edições de Capão Pecado.....	398
Ilustração 18: Coleção Literatura Periférica, Editora Global.....	414
Ilustração 19: Cadernos Negros, 1997-2008.....	424

## Parte I: Balanços, Polêmicas e Interrogações



## Introdução

Das artes, a Literatura é das mais baratas na forma de concepção. Um pedaço de papel qualquer, uma ponta de lápis, um pedaço de pedra ou o resto de uma carga de caneta. A parede de uma prisão, papel de cigarro, embrulho de pão, os restos do que foi um caderno, um bilhete no exílio. Algo de instrução formal num idioma, quando impossível, embora desejado, o processo educacional formal completo. As ideias transcritas, de certa maneira, dependem quase exclusivamente da capacidade criativa, em que um mundo paralelo, um universo ficcional, se constrói. A imaginação e os sentidos atribuídos pelo criador, posteriormente em diálogo com um interlocutor público, mediados por elementos de transmissão, amarrarão os vértices de circulação social das ideias.

Esta descrição, de fato, é pouco ortodoxa. Mas o que explica, muitas vezes, em condições e situação absolutamente adversas, o aparecimento e a vontade de um criador literário? Ou a criação de um grande livro, longe de escrivatinhas, dos círculos cultos ou cultuados e do sossego das bibliotecas bem servidas? Primo Levi nos campos de concentração; Jean Genet, nas cadeias francesas; Luiz Alberto Mendes no Presídio Carandiru; Pepetela e Luandino Vieira no calor das guerrilhas de libertação angolanas; Carolina Maria de Jesus na favela do Canindé, João Antônio em Vila Anastácio etc. Graciliano Ramos na prisão e no porão de navios; Lima Barreto no *cemitério dos vivos*; De Sade nas masmorras. Os exemplos são vários e contínuos na história literária.

É bem provável que neste momento, nessas condições, um grande autor esteja surgindo. Ou, ao menos, um escritor de criação respeitável e incontornável, que mereça ser lido e debatido. A Literatura é a maneira mais barata de viajar, de romper os limites do tempo e do espaço, negar a negação, veicular ideias, influenciar semelhantes, próximos ou aquém do alcance. Algo tão impressionante e fascinante assim é extremamente difícil de definir. O que é Literatura, afinal? Um mundo ficcional e poético, independente do mundo tido como real? A produção de um efeito estético por meio das palavras? Uma composição de regras historicamente debatidas, de gêneros, formas, estilos? E essas mesmas regras podem ser subvertidas pelo aparecimento de um *autor* capaz de criar uma nova forma de criar, um inventor na rotina. Afinal, indubitavelmente, o que é Literatura?

Sendo difícil de definir a ideia substantiva, imagine-se quando ela é particularizada. O que é Literatura Negra? O que é Literatura Marginal ou Periférica? O número de proposições, embates, problemas estéticos e sociais envolvidos em suas definições são pouco menos inferiores que os das tentativas de enquadramento do parágrafo anterior. As histórias de seus grupos sociais e as lutas travadas historicamente por eles informam, em grande medida, o entendimento da confecção literária.

Mas e a Literatura, não possui autonomia, então? Ela seria um instrumento de uma causa, um elemento funcional? Ou, antes de tudo, uma forma de expressar uma maneira de estar no mundo, que segue os elementos que caracterizam o que sejam a confecção literária universal, particularizada por aspectos da experiência do viver?

Para quem cria e para quem escreve o autor atrelado a uma ideia de Literatura Negra ou Marginal/Periférica? Quais os efeitos que suas criações possuem? E quem não se atrela aos elementos formais daquelas ideias, embora pertença ao mesmo grupo social de origem: que relações mantém com a ética criativa e política? Sua criação literária está num registro diferente? Não possui os mesmos efeitos e intenções? Quais são suas condições sociais de produção, ao longo dos anos? Como os fatores externos se internalizam nas narrativas dos mundos ficcionais, plasmando realidades?

Questões debatidas ao longo de um trabalho que começou pelo fim. O que interessava discutir no projeto inicial era por quê, contemporaneamente, se tratava tanto da Literatura Marginal. E se haveria ligação com alguma ideia de Literatura Negra e a história desse grupo social no Brasil, já que vários escritores ditos marginais ou periféricos eram autoreferenciados como negros. O título original do projeto era, portanto, *Do Quarto de Despejo para a Cidade de Deus: o estigma da marginalidade como bem simbólico*.

Nele, existem proposições que se foram desenvolvendo e ampliando-se por fatores decorrentes da prática da pesquisa empírica e da reflexão teórica. Propunha-se um *arco histórico*, contido na primeira parte do título. Haveria uma certa recorrência em aspectos das trajetórias e consagração de Carolina Maria de Jesus e Paulo Lins? Como escritores indubitavelmente negros e exitosos foram tratados pelo sistema literário e a recepção midiática ao longo de quarenta anos? A preocupação, portanto, estava nas formas de recepção de dois autores cujas trajetórias sociais eram bastante próximas e/ou aproximáveis, distinguindo-se, aparentemente, nas formas de relacionamento com um mercado de bens culturais, em função dos tempos distintos de aparecimento e maturação.

Todavia, o princípio era o mesmo. E por quê era pouco mencionado que, em meio a este arco, havia uma produção contínua de escritores, chamada *Cadernos Negros*? Que relações eles poderiam ter com os outros dois autores, já que alcançavam o fim de Carolina (e poderiam tê-la lido e conhecido os membros mais velhos, em suas adolescências ou fase adulta) e o começo de Lins e dos autores periféricos? Entretanto, eram os menos notórios, fora de alguns meios acadêmicos e militantes. Por quê? Propunha-se ainda discutir o fato de autores negros e periféricos – particularmente, favelados, habitantes ou oriundos de áreas e grupos socialmente negativizados – chamarem atenção de editoras, jornais, institutos culturais, nacionais e estrangeiros. Seus estigmas sociais, comumente depreciados, de

alguma maneira, passavam a ser positivamente valorados, como se portadores de bens de alta significância simbólica. Mas não eram todos valorados igualmente. Tratava-se de uma discussão pensada a partir dos estudos de Erving Goffmann e Pierre Bourdieu, que deveria ser posta em prática analiticamente.

Conduziu-se, assim a pesquisa para as fontes secundárias, à procura de trabalhos que já tivessem debatido o assunto, em particular sobre a história da Literatura Negra. Aparecendo ao longo de toda a tese, esse esforço está mais concentrado na primeira parte, dos “Balanços, Polêmicas e Interrogações” e seus dois primeiros capítulos. Lidas essas fontes conduziu-se a outras questões, mudando-se significativamente o projeto original. Quanto mais estudada a história da imprensa e ativismo negros, mais parecia interessante e conjugado o papel desempenhado pela Literatura de autores e ativistas, quase indissociável. O mesmo se repetia com os escritores periféricos, quase todos criadores de algum movimento cultural e ativistas na cena pública. Assim, haveria possibilidades de *conexões de sentidos* entre aspectos da história da literatura negra e da recente literatura periférica. Associada esta última, porém, por vezes sem maior rigor, a uma espécie de *reedição* do surto de literatura marginal dos anos 1970, fez-se necessário discutir, no segundo capítulo, em que medida ela se afastaria daquela concepção literária particular e se aproximaria de outra.

A pesquisa, foi-se abrindo para novas perspectivas, propiciadas por, nesta ordem, aspectos das leituras feitas, entrevistas realizadas e documentos encontrados. Por exemplo: por quê os cientistas sociais estão, em diferentes momentos, ligados à história da literatura negra brasileira, seja como analistas de sua produção ou aliados interessados? Que interesses, por outro lado, teriam ativistas e escritores negros nas pesquisas desenvolvidas pelos cientistas sociais, entre os anos 1940 e 1960? O protagonismo político-literário desses sujeitos sociais criaria um horizonte de possibilidades comum às análises sociológicas? Essas discussões aparecem no terceiro e quarto capítulos da segunda parte, “Literaturas, Sociologias & Processos Sociais”. Por outro lado, se análise sociológica e o protesto literário organizado em torno do ativismo negro testam a realidade social brasileira e seus limites, isso criaria uma série de problemas.

O primeiro deles é que a realidade social também testaria os limites dessas análises, projetos e literaturas para se efetivarem, explicando o desfecho trágico de sua alianças entre 1964-1978, não retomada plenamente depois disso. O segundo, é que não somente em meio ao ativismo político e cultural negro existiria a potência para se criar um texto literário, de alto impacto e capaz de questionar as promessas da integração e equalização social, suscitadas pelos processos abolicionista e republicanos. O trabalho e condição social dissonantes de Carolina Maria de Jesus impõem uma série

de desafios para diferentes sujeitos sociais, longamente discutidos, onde a autora é posta em contexto, em relação seus pares escritores negros de então, os ativistas e intelectuais da Associação Cultural do Negro, bem como a problemas que lhes são contemporâneos.

A terceira parte, tenta articular “Obras, Autores & Ideias”, discutindo o intervalo entre 1960 e 2000, naquilo que é aproximável e afastável em relação aos problemas levantados por escritores negros e periféricos. Existem recorrências e invenções, retomadas e negativas de temas; bem como, independente de estar atrelado a uma ética criativa e/ou política, variações sobre as mesmas questões do escritor negro e periférico, dada sua especificidade no Brasil e mormente as condições sociais de sua produção, ter de lidar com o fato de ser um *sujeito fora de lugar*, que nega o espaço sócio-cultural que lhe é naturalizado, no senso comum e pela história social do país. Por outro lado, raras são às vezes que encontra facilmente um lugar entre seus pares e afins, de grupo social e político. As alianças entre projetos, pouco claros muitas vezes, não se efetiva e as proposições se isolam, gerando a tendência ao fracasso contínuo e à derrota aparente, face aos desafios sociais, dos grupos subalternizados.

É possível dizer que se está diante, assim, de um dilema do escritor e intelectual negro e periférico no Brasil. E, neste processo, também o seu dilaceramento contínuo, um pouco na senda do apontado por Florestan Fernandes [*A Integração Negro na sociedade de classes*], Harold Cruse [*The Crisis of the Negro Intellectual*], Abdias do Nascimento, Frantz Fanon, Cornel West [*The Dilema of the Black Intellectual*], bell hooks [*Black Women Intellectuals*], entre outros. Fora de lugar, negando adversidades várias, construindo com dificuldades um caminho autônomo em que seja protagonista. Recorrendo à memória precária que possui e fabula, no mais das vezes, de aspectos de seu grupo social e de uma ancestralidade ligada ao universo africano, muitas vezes desconhecido concretamente. Muitas vezes, esse percurso que procura construir com os instrumentos e condições que lhe são possíveis, se faz entre lacunas, seja de crítica literária, análise histórica e de biografias individuais/coletivas. Por esta razão, há um capítulo isolado na tese que propõe um esboço de “Sociologia da Lacuna”, como questão sociológica a ser enfrentada. Em verdade, a lacuna não é somente isso, mas também pode ser pensada como uma questão social.

A tese teve seu título alterado para *A Descoberta do Insólito*. Errônea e apressadamente ele pode ser lido como se o pesquisador em questão fosse/quisesse ser o descobridor de algo. Ao contrário: o insólito é o resumo da pergunta frequente feita ao surgimento de cada um dos ativistas, intelectuais, escritores e processos histórico-sociais estudados aqui, por diferentes autores, críticos, jornalistas e intelectuais. Na história literária brasileira, passou-se ver o escritor negro como uma espécie de *avis rara*. Dadas as condições sociais de produção e surgimento dos autores, não raras vezes se questionou

como foi possível a criação literária ter aparecido em cenários tão inhóspitos ou deslocados. O insólito opera não como um elemento do universo fantástico; mas sim, como uma via de mão dupla do cotidiano. Pauta-se, por um lado, pela história e condições sociais a que negros e periféricos majoritariamente se encontram e vivenciam; por outro, a negação da negação, o princípio de afirmação do eu e do sujeito social, que faz com que o ativismo político e a criação literária de autores negros e periféricos se tornem possíveis. Contudo, o insólito se apresenta assim também porque se constroem prejulgamentos sobre os lugares *naturais* e naturalizados para sujeitos nascidos e socializados em determinadas condições sociais. Quando ocorre a negação da negação, gera-se a pergunta de espanto. O insólito existe, portanto, porque, apesar de tudo existe a História e nela se desvelam horizontes de possibilidades, que se confirmam ou não.



## CAPÍTULO 1: LITERATURA NEGRA E MARGINAL/PERIFÉRICA: IDEIAS E SEUS PROBLEMAS<sup>1</sup>

As Literaturas Negra e Marginal serão tratadas aqui como *ideias*. Não são confecções literárias suficientemente sistematizadas e sobre as quais haja um consenso analítico razoável para serem denominadas por *conceitos*, embora muito citadas, defendidas ou atacadas. Todavia, também são mais que *categorias* explicativas de análise, como ferramentas que sirvam apenas para elucidar um problema maior. Elas, em si, já se constituem em problemáticas historicamente consistentes.

Sendo *ideias* – portanto, menores que conceitos e maiores que ferramentas categóricas – elas se apresentam como problemas de fôlego, que se exigem pensar continuamente e, ainda, são detentoras de estatuto material (livros, autores, coletâneas etc. bem como críticas e análises) e imaterial (memória coletiva, afetiva, ícones e cânones etc). Como *ideias em movimento*<sup>2</sup>, historicamente condicionadas, será a maneira que as analisarei. Podem ser vistas também enquanto *emblemas*, referentes, que abriguem diversas obras e posições históricas distintas; dialoguem com e sejam submetidas a diversos conceitos e ideações: estereótipo, estigma, negritude; mobilidade social, integração social; racismo, marginalidade, exclusão, periferia; quilombo, quilombismo, diáspora negra; África, Brasil, africanidade e brasilidade etc.

As dificuldades de conceituação são semelhantes ao problema em se definir o quê seja Literatura<sup>3</sup>. Entretanto, a Literatura Negra e a Marginal possuem agravantes particulares: o que faz dessas literaturas serem *negra* ou ligadas à *condição social marginal/periférica*? Tratam-se de pontos nevrálgicos e sob os quais o consenso é igualmente difícil. E as respostas mais simples, como a de que a Literatura Negra é aquela escrita por um *autor* auto-referenciado ou identificado; ou, ainda, um *eu-lírico/narrador* que se queira negro, o mesmo valendo para a questão marginal ou periférica, também

---

<sup>1</sup>A primeira parte deste capítulo(1940-1980) foi apresentada, com modificações, no XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, em Recife, maio de 2007, no GT de Pensamento Social, sob o título de “Esboço de Análise Sociológica da Ideia de Literatura Negra no Brasil”. Este mesmo texto foi publicado em novembro de 2007, na revista eletrônica *Baleia na Rede*, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – UNESP, câmpus Marília (<http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=343&CodigoOpcao=343>). Agradeço aos Profs. Drs. Célia Maria Tolentino (Unesp), André Botelho (UFRJ), Milton Lahuerta(Unesp) e Gláucia Villas-Bôas(UFRJ), bem como a Alexandro Henrique Paixão e Elisângela da Silva Santos por aquelas oportunidades.

<sup>2</sup>Entenda-se por *ideia em movimento* o fato de que estas confecções literárias estarem permanentemente em trânsito de definição, podendo nomear e significar coisas distintas para diferentes obras, autores, críticos em diferentes momentos, como se verá a seguir, tendo como eixo o negro e o periférico representante ou representado na literatura.

<sup>3</sup> Anatol Rosenfeld, no livro *A Personagem de Ficção*, confere a esta questão uma primeira abordagem bastante interessante: “Geralmente, quando nos referimos à literatura, pensamos no que tradicionalmente se costuma chamar de “belas letras” ou beletrística. Trata-se, evidentemente, só de uma parcela da literatura[...] Dentro deste vasto campo das letras, as *belas letras* representam um setor restrito. Seu traço distintivo parece ser menos a beleza das letras do que seu caráter fictício ou imaginário.” Cf. ROSENFELD, Anatol. *Literatura e Personagem*. In: CANDIDO, Antonio *et alli*. *A Personagem de Ficção*, São Paulo: Perspectiva, 10ª. ed. 2004, pp. 11-12.

abrem brechas significativas para divergências. No entanto, a recorrência da história literária dessas confecções estéticas é de que, com raras exceções, nenhum autor que não se tenha autodenominado negro ou periférico assumiu o rótulo de ter escrito algo chamado de Literatura Negra ou Periférica.

\*\*\*

No que diz respeito ao primeiro caso, historicamente, o problema da Literatura Negra tem sido tratado no Brasil, seja por especialistas nacionais, brasilianistas ou militantes de movimentos sociais políticos, culturais ou jornalísticos negros das seguintes maneiras: A) No que tange à *análise de estereótipos* contidos na construção de personagens negras em romances, peças de teatro, contos etc. sejam de autores negros, mestiços ou não-negros; B) Quando se trata da forma poética, à qual se concedeu primazia analítica, observaram-se os *sinais de distinção do eu-lírico negro* e o grau de conscientização ideológica e étnica quanto a sua condição de *ser-negro-no-mundo* (o que pode ser entendido como uma das acepções de *negritude*)<sup>4</sup>.

Em outras palavras: Geralmente analisa-se o negro *como personagem literário ou dramático* (construído, majoritariamente por autores não-negros) e as caracterizações que ele recebe nessa condição. Ou, quando se trata do negro como *autor*, privilegia-se a forma poética para a análise, observando-se, para além de suas qualidades e inovações formais (colocadas em segundo plano ou nem destacadas), o conteúdo de sua poesia. No caso desta tese, o interesse, neste ponto, reside em direção relativamente oposta: Interessa-se prioritariamente pelo sujeito autorreferenciado negro e periférico como *autor e narrador* de sua construção artística na forma de prosa (diários, romances e contos), bem como sua *visão social de mundo*, política e culturalmente construída, empregando o conceito do sociólogo Lucien Goldmann:

Une vision du monde, c'est précisément cet ensemble d'aspirations, de sentiments et d'idées qui réunit les membres d'un groupe (le plus souvent, d'une classe sociale) et les oppose aux autres groupes.[...] toute grande oeuvre littéraire ou artistique est l'expression d'une vision du monde. Celle-ci est un phénomène de conscience collective qui atteint son maximum de clarté conceptuelle ou sensible dans la conscience du penseur ou du poète.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Grosso modo, *negritude* significa a percepção e assunção de ser negro; e, *Negritude*, significa o movimento político histórico em torno daquela percepção, criado em final dos anos 1930, em Paris, por Leopold Sedar Senghor, Leon Damas e Aimé Césaire.. Cf.: BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. Um dos trabalhos mais sistematizados sobre o assunto, no Brasil, é o de Kabengele Munanga, *Negritude: usos e sentidos*, São Paulo: Ática, 1986. Em língua portuguesa há ainda a análise sociológica de Maria Carrilho, *Sociologia da Negritude*, Lisboa: Edições 70, 1975.

<sup>5</sup>GOLDMANN, Lucien. Le Tout et Les Parties. *Le Dieu Caché: étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*, Paris: Éditions Gallimard, 1959, pp.26 e 28. “Uma visão de mundo, é precisamente este conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúnem os membros de um grupo (o mais corrente, de uma classe social) e os opõe a outros grupos[...] toda grande obra literária ou artística é a expressão de uma visão de mundo. Este é um fenômeno

Autoria e narrativa, entes literários distintos, pouco discutidos sociologicamente em conjunto, como se verá a seguir. A confecção literária permite a análise da construção de uma visão social de mundo do grupo ao qual o autor pertence ou recusa? O trabalho se preocupa igualmente com as formas produtivas e distributivas da Literatura Negra e Marginal/Periférica, situando-as nas últimas décadas, em relação à sua recepção junto a um público (ideal, idealizado, especializado e em geral). E, no limite, discutir também a identidade construída para e sobre esse negro/marginal/periférico, por vezes excessivamente automatizada nas análises já efetuadas. Colocadas em escala de processo histórico e em situação, com seus autores demonstrando, muitas vezes, menos homogeneidade que os termos podem supôr.

### *Literatura Negra & Escravidão no Brasil: Representações Estéticas das Formas Sociais*

O primeiro ponto a se notar, no que diz respeito à análise histórica da Literatura Negra Brasileira, é que ela foi abordada por autores cuja formação ou campo de estudos não se dava primordialmente na área de Crítica Literária<sup>6</sup>; mas, sim nas Ciências Sociais e História. Portanto, na grande maioria das análises, o negro como autor ou personagem literário é tratado também como um objeto sociológico e histórico.

Destarte, a *história literária do negro no Brasil está associada intimamente à formação social que o trouxe a este país: a escravidão*. Contudo, como ressaltam alguns autores, nos primeiros momentos da História Literária Brasileira, o que é menos importante enquanto um tema do negro é o sujeito social escravo. O que se sobressai é o sistema social que o conforma, servindo aquela literatura como uma ferramenta justificativa para tal situação abominável, em grande parte dos casos, fosse na prosa ou no teatro.<sup>7</sup> Mas também serviu para sua negação: vejam-se os Abolicionistas do período romântico. Contudo, mesmo entre eles, o sujeito social é colocado em segundo plano. De acordo com o historiador Jean M. Carvalho França, “*Apesar de compor uma longa parcela da população colonial, os africanos[...] não mereceram durante os três primeiros séculos que sucederam ao descobrimento,*

---

de consciência coletiva que atinge seu máximo de clareza conceitual ou sensível na consciência do pensador ou do poeta.”. Tradução minha.

<sup>6</sup>Ressalta-se isto porque o que chama atenção é qual seria o motivo do silêncio da crítica literária, quando ela se constitui, no Brasil do século XX, em ofício especializado, acerca do tema. No máximo, Machado de Assis, Lima Barreto ou Cruz e Sousa são objetos de análise para a crítica, sendo que o fato social de ser mestiço, no primeiro caso, raramente é observado.

<sup>7</sup>Cf. BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo: Perspectiva, 1973; MENDES, Míriam Garcia. *A Personagem Negra no Teatro Brasileiro (entre 1838 e 1888)*, São Paulo: Ática, Col. Ensaios, vol. 84; 1982; MENDES, Míriam Garcia. *O Negro e o Teatro Brasileiro (entre 1889 e 1982)*, São Paulo: HUCITEC/ Rio de Janeiro: IBAC/ DF: Fundação Cultural Palmares, 1993; GOMES, Heloisa Toller. *O Negro e o Romantismo Brasileiro*, São Paulo: Atual, 1988; FRANÇA, Jean M. Carvalho. *Imagens do Negro na Literatura Brasileira (1584-1890)*, São Paulo: Brasiliense, 1998, entre outros.

*quase nenhuma atenção dos nossos homens de letras. Pode-se dizer, no entanto, que muito ou pouco, nossos escritores não se deixaram de a ele se referir.*”<sup>8</sup>

Essa visão é corroborada pela bibliografia quando se pensa no romance urbano surgido no Rio de Janeiro e até mesmo do aparecimento do teatro na vida nacional. Míriam Garcia Mendes fornece um dado importante sobre a participação do negro nos primórdios da dramaturgia nacional, que está diretamente ligado à sua condição degradada e socialmente desrespeitada de escravo:

Como conseqüência da construção das casas de espetáculos, começaram a surgir, também, as companhias com elencos permanentes. A mais antiga de que se tem registro, foi criada no Rio em 1780, e era constituída por cantores, dançarinos e cômicos, provavelmente negros ou mulatos, na maioria, segundo o costume e conforme se depreende de depoimentos de viajantes estrangeiros ilustres que nos visitaram desde fins do século XVIII e começo do XIX (Bougainville, 1767, Von Martius, 1818, St. Hilaire, 1819), todos unânimes em afirmar que os espetáculos a que tinham assistido eram representados por elencos de cor, “os brancos só raramente, em papéis de personagens estrangeiros.”[...]*Essa predominância de negros e mulatos nos elencos teatrais da época se devia, provavelmente, ao preconceito generalizado contra a profissão de ator, julgada desprezível pelas camadas sociais superiores. Apelava-se, então, para o negro ou mulato, escravo ou liberto, já por si de condição degradada, indiferentes, portanto, ao preconceito.*[...]”<sup>9</sup>

Segundo a autora, a partir de 1808, com a vinda da família real portuguesa, há uma valorização, pelas classes abastadas, do teatro, uma vez que ao menos D. João VI e D. Pedro I gostavam desta arte e/ou de suas atrizes. Destarte, “*O ator negro desaparece dos palcos fluminenses, pelo menos os que representavam papéis importantes.*”<sup>10</sup>. Mendes, no entanto, não menciona quem eram esses autores ou se haviam, porventura, dramaturgos negros. Heloísa Toller Gomes se ocupou de período histórico semelhante, referente ao romantismo, entre os fins do século XVIII e ao longo do XIX. Para ela, o tema do negro foi subaproveitado pela literatura nacional, em contrapartida do que ocorria em outras nações que conviveram com a escravidão. Aquele tema foi substituído, como já é sabido, pelo da mitificação do indígena como bom selvagem. “[...] *o romantismo brasileiro deixou em palco secundário a figura do negro, elegendo outros assuntos como de maior interesse. O índio, por exemplo. Para que o tema*

---

<sup>8</sup>FRANÇA, Jean M. C. *Imagens do Negro na Literatura Brasileira. Op. Cit.*, p. 08. Ressalve-se, no entanto, que um *sistema literário* no Brasil, propriamente dito (com produtores, distribuidores e receptores), somente se inicia no período do Arcadismo, no século XVIII, como o demonstrou Antonio Candido, em *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*.

<sup>9</sup>MENDES, Míriam Garcia. *A Personagem Negra no Teatro Brasileiro, Op. Cit.*, pp. 02-03, grifos meus.

<sup>10</sup>*Idem, ibidem*, p. 03.

*do negro suplantasse o do índio, foi preciso esperar pelo realismo e pelo debate inicial que envolveu a intelectualidade brasileira nas três décadas do século.*”<sup>11</sup>

Suplantado pelo problema da escravidão, que passa a se tornar um incômodo a certa altura das relações comerciais internacionais e dos conflitos internos (o que ocorre particularmente no séc. XIX, a partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos), o negro continua a ser visto socialmente de forma negativa. O sujeito social escravo passa a ser um entrave, ocupando de maneira perigosa as respostas ao quê fazer consigo dentro da sociedade brasileira. Jean Carvalho França, no estudo que empreende, afirma que na forma literária urbana carioca deste período, “[...] *no qual heroínas e heróis se confrontavam com índoles más e viciosas, o negro quase sempre ingressou nas fileiras do segundo grupo. Ele representou no Rio de Janeiro construído nas páginas de ficção, um toque de barbárie numa sociedade que se queria ordeira e moralizada, que se queria na época, civilizada*”.<sup>12</sup>

No que diz respeito ao texto teatral<sup>13</sup>, no seu aspecto formal e de conteúdo, a perspectiva é semelhante. Analisando as peças escritas entre 1838 e 1888, de Luís Carlos Martins Pena, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Agrário de Menezes, Castro Alves, França Júnior, Visconde de Taunay, entre outros, Míriam Garcia Mendes afirma que a personagem teatral negra está sempre ligada ao cativo e seu aparecimento em peças, dado que não despertava interesse por sua história própria, foi usado de duas formas no teatro do século XIX: A) como elemento de comédia, presente na sociedade da época; ou B) como representativo de um drama social. Contudo, em ambas perspectivas, “[...] *o negro, geralmente escravo, quando se tornou se não personagem, pelo já figurante, fosse ainda encarado pelo autor dentro de um enfoque que o via apenas como alguém cuja convivência poderia perturbar a paz de um lar ou trazer prejuízos morais à família de seu senhor.*”<sup>14</sup> Neste aspecto, sempre como personagem de segunda ordem, o mesmo valendo para a sua posição no espaço social<sup>15</sup>.

<sup>11</sup>GOMES, Heloísa T. *O Negro e o Romantismo Brasileiro*, São Paulo: Atual, 1988, p. 01. Vale observar que esta supervalorização do índio como ícone nacional funciona também, no momento histórico, como uma espécie de invenção de tradição, de linhagem do autêntico homem brasileiro, distinta da tradição lusitana, da qual a separação política seria necessária.

<sup>12</sup>FRANÇA, Jean M. *Imagens do Negro na Literatura Brasileira. Op. Cit.*, p. 08. Este debate sobre o grupo social negro como um entrave ao progresso e à civilização é recorrente e retornará, ao menos, em São Paulo, no início do século XX, como se analisará no terceiro capítulo desta tese.

<sup>13</sup> Cabe observar que não se ignora que o teatro, enquanto forma literária e representativa, possui especificidades no procedimento artístico. Entretanto, no que diz respeito à discussão estabelecida, de natureza da história social, os problemas de construção textual dos personagens teatrais, do papel social dos autores e a relação com o público (seja leitor ou espectador) podem ser equiparados à ideia do sistema literário, como aventada por Antônio Cândido em *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* e que foram levadas adiante por Míriam Garcia Mendes, enquanto analista da história do negro no teatro brasileiro.

<sup>14</sup>MENDES, Míriam G. *A Personagem Negra no Teatro Brasileiro (entre 1838 e 1888)*, São Paulo: Ática, Col. Ensaios, vol. 84; 1982, pp. 21-22.

<sup>15</sup>Mesmo, como afirma a autora, que “[...] A partir de 1850, entretanto, cessado o tráfico de escravos, o negro começou a ser encarado pela literatura e pela dramaturgia, dentro de uma nova perspectiva, embora sempre ligada ao cativo. Apesar das limitações que o tolhem, já é gente, pode ser personagem, ainda que de pouca importância[...]” Cf. MENDES, Míriam G. *A*

Esta discussão inicial leva a outro problema que ocupou a bibliografia sobre o negro na literatura brasileira, enquanto personagem de ficção, de forma central: a questão das construções de estereótipos literários acerca deste sujeito social. O aspecto degradado, ocupado por séculos no espaço social, atinge a construção ficcional, caracterizando o negro como elemento potencialmente perigoso, entrave, lascivo, maligno, estúpido, interesseiro etc. Resultados do período escravocrata e de suas decorrências na vida social brasileira, os estereótipos literários associados ao negro, segundo vários autores, cumpririam a função<sup>16</sup> de delimitar espaços, melhor dizer, barreiras sociais e literárias, em suas mais amplas acepções. E é sobre isto que se deverá refletir a partir de agora.

### *A Função Social do Estereótipo na e em torno da Literatura Negra (1940 – 1980)*

Três estudos originais do sociólogo francês Roger Bastide inauguram uma perspectiva analítica que se demonstrará rica em aspectos centrais na compreensão e denúncia do papel social do negro na sociedade (o qual ele exerce, como é observado, sobre quem pesam as mais diversas perspectivas, contra o qual ele luta e o que pensa de si mesmo): *A Poesia Afro-Brasileira* (1943), *A Imprensa Negra do Estado de São Paulo* (1951) e *Estereótipos de Negros Através da Literatura Brasileira* (1953)<sup>17</sup>.

É possível dizer que uma hipótese com a qual Bastide trabalha, ainda que não seja explícita, se torna padrão de pensamento para analistas posteriormente, mesmo sem enunciá-lo claramente como o pioneiro: a decorrência da forma social da escravidão, no que tange ao sujeito escravo, é essencialmente, um conjunto de atribuições socioculturais negativas para aquele sujeito numa ordem *formalmente* livre e capitalista. E essas atribuições sociais terão ressonância nas representações coletivas sobre e para o próprio negro. Cumprirão a função de lhe demarcar um lugar, socialmente inferior.

No texto acerca da *Poesia Afro-Brasileira*, Bastide anuncia claramente que trabalhará, como método analítico, com os pressupostos teóricos de Lucien Goldmann para tratar o problema em questão. Ou seja: valer-se-á de uma análise sociológica da Literatura, associando a construção literária

---

*Personagem Negra no Teatro Brasileiro (entre 1838 e 1888)*, Op. Cit., pp. 174-175

<sup>16</sup>Como bem lembra Jean C. França: “O africano e seus descendentes, figurantes de primeiras horas dessas importantes páginas, não escaparam, como é óbvio, aos efeitos dessa *forja literária*. Basta confrontarmos as *imagens* que foram descritas com as concepções que acerca do negro circulam no senso comum do brasileiro, para rapidamente nos apercebermos do alcance e do poder que tiveram tais construtos. Dos *tipos negros* criados pela literatura colonial e oitocentista, sobretudo por esta última, muitos ainda são moeda corrente no imaginário nacional. [...] Nunca é demais lembrar que os *tipos negros* de que falamos, as tais *moedas gastas*, foram elaboradas por escritores que viveram e produziram numa sociedade escravocrata e que tais elaborações, como não poderia deixar de ser, trazem consigo a marca dessa sociedade. É, pois, no mínimo preocupante que tais *tipos* ainda se mantenham em circulação no universo referencial de que nos servimos” Cf. FRANÇA, Jean M. C. Op. Cit. p 92.

<sup>17</sup>Todos os ensaios, publicados em boletins da Faculdade de Filosofia da USP e jornais, foram reunidos, posteriormente, no livro *Estudos Afro-Brasileiros*, de 1973, pela Editora Perspectiva.

com a forma social na qual está imersa, bem como com o grupo social do qual faz parte e/ou com o qual dialoga o autor da obra e seu público. Das suas afirmações:

Os preciosos estudos de meu saudoso amigo Goldmann, realizados no campo da sociologia da literatura, confirmam a procedência de minha posição. Parece-me muito acertada sua opinião quando afirma que a obra literária – caso tomemos como objeto de estudo as obras-primas da literatura e não (como o faria uma sociologia marxista, ao nível mais baixo) os frustrados – apresenta a visão do mundo ligada a um determinado grupo social, da qual esse grupo não tem suficiente consciência, mas o verdadeiro artista dá-lhe estrutura e coerência demonstrando assim sua genialidade. *Foi a visão do mundo – a do mulato em ascensão e a do negro reivindicando – que procurei descobrir, uma vez que é aí e somente aí que se revela ao leitor deslumbrado toda a beleza secreta da obra.*[...]¹⁸

Essa primeira afirmação leva a articulação do método de Goldmann para descobrir, dentro de uma avaliação da história literária brasileira, a existência de uma poesia, cuja temática fosse afro-brasileira; e que estivesse dialogando – assim como a religião africana no Brasil – com a memória de um continente redivivo nas obras. Chama atenção ainda o seu interesse pelas expressões político-culturais do *mulato em ascensão* e o *negro reivindicativo*, que dão o sentido de contemporaneidade de suas análises em relação ao momento das associações e movimentos nos meios negros organizados, como será discutido nos próximos capítulos. A noção de pertença e permanência a um grupo social, estruturada na produção literária, ganha força, ainda, quando o autor afirma que:

*[...]Não existe, na aparência, diferença essencial nos trabalhos dos brasileiros brancos e de cor. Mas, justamente não passava de aparência, que dissimulava no fundo contrastes reais. [...] Deve ficar na alma secreta um halo desta África, um traço desta senzala que, penetrando o brasileiro perdeu toda a sua aspereza dolorosa para se tornar somente uma música de sonho.*¹⁹

Contudo, Bastide enunciara no mesmo ensaio, poucas páginas depois, um argumento que aparentemente contradiz esse primeiro. Ao suscitar uma comparação entre a poesia afro-brasileira e a estadunidense, o autor afirma que esta última floresceu e se tornou potente em razão do sistema jurídico de distinção entre brancos e negros. Desta forma, segundo o autor:

Aos cantos religiosos e aos cantos do trabalho dos negros norte-americanos sucedeu uma poesia culta que encarna, esplendidamente, o gênio da raça. E ninguém contesta que teria sido impossível essa poesia, sem a existência de uma linha de cor, afastando sistematicamente o africano do convívio dos brancos, e à qual ela deve seu extraordinário poder de sedução. [...]É inteiramente

¹⁸BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo: Perspectiva, 1973, p. XVIII.

¹⁹Idem, *Ibidem*, pp. 03-04, grifos meus.

*diferente a situação no Brasil onde não existem barreiras legais entre cidadãos desta ou daquela cor. Este fato, por isso mesmo justo e louvável, impede conflitos de que resultariam valores novos, e poderia ser apontado como um dos principais empecilhos à eclosão de uma poesia original afro-brasileira.*<sup>20</sup>

Este *empecilho* de que fala o autor, portanto, se constituiria num impedimento para a criação de uma literatura afro-brasileira com caracteres próprios. Logo, a ligação com o grupo social e a ressonância na obra literária não existiriam, de modo pleno. Fica a pergunta, portanto: O que é determinante para a existência da poesia afro-brasileira: o grupo social do qual ela parte ou uma separação jurídica que a isole junto com seu grupo e a separe de outras formas literárias, criando assim um universo literário à parte? Os dois argumentos são estruturalmente opostos, embora sejam mantidos ao longo do ensaio, bem como junto a outras oposições<sup>21</sup>. Para o sociólogo, entretanto, a literatura, transparecendo a visão do mulato ou do negro, enquanto autores cumpriria a função de inserção social do escritor e do sujeito. E isto se acentuaria, a seu ver, no período romântico, quando as classes médias e baixas ganham vozes mais altas no texto literário:

Mas exatamente os pretos e os mulatos fazem parte desta classe inferior da população; alguns conseguiram elevar-se, penetrar na classe médias, os mais claros de pele logrando ingressar na própria aristocracia.[...] Houve então oportunidades em que a ascensão à cultura e à criação estética das camadas inferiores da população teve como conseqüências uma elevação paralela dos africanos ou mestiços que constituíam uma parte das ditas camadas. E foi o que realmente aconteceu. O Romantismo é o momento da primeira eclosão da poesia afro-brasileira. Por isso mesmo, ele é muito interessante de estudar, para ver-se em que medida se adquiriu a consciência de uma originalidade estética racial.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup>*Idem, Ibidem*, p. 10, grifos meus.

<sup>21</sup>Bastide sustenta ainda, no mesmo ensaio, que a poesia afro-brasileira, no período que estuda, seria marcada pelo *estigma da imitação*, sendo isto uma característica positiva, que a faria original. “[...] O homem de cor que quer se assimilar à cultura dos brancos procurará em bloco, em primeiro lugar – antes de encontrar sua própria originalidade – o mais aparente, isto é tomará emprestada a cultura ao gosto do dia. Eis porque essa literatura dos homens de cor é tão interessante para o sociólogo: ela lhes fornece uma espécie de repertório das representações coletivas da época.[...] *A literatura afro-brasileira está marcada pelo estigma da imitação. Porque as representações coletivas só existem encarnadas nas consciências individuais e é justamente ao passar através da alma de um homem de cor que elas adquirem matiz diferente, se diversificam e se enriquecem. É através desta imitação que se opera a conquista de uma originalidade saborosa.*” Cf. BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros, Op. Cit.*, p.12, grifos meus.

<sup>22</sup>*Idem, ibidem*, p. 26. Contudo, o autor enuncia que mesmo no período Romântico, esta porta aberta na literatura pelo mulato visa algo diferente: “Nós pensávamos encontrar, começando este capítulo, no movimento literário do século XIX, a aquisição da consciência de uma poesia *originalmente africana*. E vemos pelo contrário que os mulatos chegam à cultura, em conseqüência da revogação da antiga estrutura social que se seguiu à independência, procuram no Romantismo não um meio de se distinguir, mas pelo contrário, um meio de penetrar mais impunemente na grande família branca.” Cf. BASTIDE, Roger, *Estudos Afro-Brasileiros, Op. Cit.*, p.31, grifo meu.

Ao analisar poetas contemporâneos ao seu tempo, o autor sustenta seus dois argumentos. Dado que está em busca da visão de mundo do mestiço, o mulato, isto se faz possível. A consciência ideológica de uma produção poética específica, segundo o autor, dependeria tanto de uma lembrança do passado *e da quantidade de sangue africano existente nas veias do escritor*<sup>23</sup>, como simultaneamente das condições brasileiras das relações sociais racializadas – regradas por um estatuto imaginário de mestiçagem (imaginário enquanto condutor a uma pacificação das tensões) –; isto impediria que esta literatura anunciasse seu caráter específico, com todas as implicações políticas e culturais que dela decorrem, pois estaria visando a *integração social*<sup>24</sup>.

Neste ponto, portanto, Bastide apresenta um segundo padrão de pensamento que envolverá boa parte da produção subsequente acerca da Literatura Negra no Brasil: o seu caráter duplo e tensionado pelo jogo de integração ou assimilação na sociedade. O quê, em última instância, estaria de acordo com a situação do negro (enquanto grupo social e objeto de análise sociológica) na realidade brasileira. Este tensionamento das relações sociais racializadas é explorado pelo autor na produção literária no excerto a seguir, refletindo sobre ordem de competição capitalista e as posições ocupadas no espaço social pelos antigos sujeitos oriundos do ordenamento jurídico e cultural escravista – fossem negros, brancos ou mestiços:

*A Literatura é um desses meios de ascensão. Sobretudo numa sociedade mista, cosmopolita como é criada pela imigração européia, sobretudo nas grandes cidades, nas capitais onde todas as raças se acotovelam, onde não se conhece senão a situação atual de cada um, enquanto se esquece a origem das pessoas que se encontra, sem jamais se chega a saber dela, em que a mobilidade é extrema, em que o bluff, a aparência, têm mais valor que a realidade, em que o verniz literário abre todas as portas, mesmo as dos salões aristocráticos. O preconceito de cor pode existir no*

---

<sup>23</sup>“[...] Salvo raras exceções, os poetas de origem africana parecem ter esquecido seus antepassados e, a julgarmos as suas produções apenas pelos assuntos nelas tratados, parecem nada ter de realmente original. Mesmo os poucos que falaram do passado de sua raça não o fizeram senão tardiamente, depois dos brancos, e sem acrescentar nada de novo ao que os brancos já tinham achado.[...]Seria, entretanto, um erro grave acreditar que não exista uma poesia afro-brasileira, com seus traços próprios, seus sinais distintivos e suas descobertas líricas. Apenas a África não é o assunto aparente. Ela está, como a filigrana, inscrita na transparência do papel, na textura, na trama da obra escrita, no segundo plano dos sentimentos expressos e sua música é ouvida em surdina, ressonância longínqua e sutil, a cada pausa do verso ou da estrofe. [...] *Bem entendido, ela é mais ou menos sutil, segundo a quantidade de sangue africano que o escritor tenha nas veias*[...]” BASTIDE, *Op. Cit.* p.93, grifos meus;

<sup>24</sup>“[...] o homem de cor não aspira a liberdade senão para melhor se fundir na sua pátria verdadeira, o Brasil. A abolição da escravatura tornará possível a unidade de um povo em que não haverá mais segregação de castas raciais, mas em que todos os homens serão iguais, seja qual for a cor da sua pele.[...] *E é justamente isso, a ausência de toda a linha jurídica de cor que faz que não haja uma poesia negra aqui, mas apenas uma poesia brasileira. O descendente de escravos, seja em que grau for, sente-se o irmão mais ainda do descendente dos marinheiros de Cabral, dos bandeirantes e dos primeiros colonos*[segundo uma poesia do poeta negro paraibano Perilo D’Oliveira, de 1925][...] *Mas essa igualdade é uma igualdade teórica, uma igualdade de ponto de partida.*[...] *A maior parte dos homens de cor permanece nas classes mais baixas, economicamente falando, da população*”. Cf. BASTIDE, Roger. *Op. Cit.*, p. 94, grifos meus

*fundo das consciências, mas não se mostrará, como numa sociedade tradicional, porque seria uma falta de gosto e porque não se pode saber, aliás, o que o futuro nos reserva...*<sup>25</sup>

O impasse para a duplicidade de caráter da literatura e poesia afro-brasileira, na visão de Bastide, que encontraria seu ápice em poetas como Gonçalves Dias, Gonçalves Crespo ou Cruz e Souza, se explicitaria em autores do início do século XX, poetas negros como Perilo D'Oliveira, Hermes Fontes, Bernardino Lopes, Paulo Gonçalves e, especialmente, em Lino Guedes. Bastide se detém neste autor, objetivando demonstrar comparativamente com as produções de outros países da América, aquilo que ele chamou de *aversão à solução marxista*<sup>26</sup>, ou seja: a transformação (literária) do problema racial em problema de luta de classes, substituindo-o por um problema moral (aspecto presente na obra poética de Guedes). A literatura, de aspecto ambivalente, explicita também um *eu dividido*, social e politicamente.<sup>27</sup>

\*\*\*

Sendo a visão social de mundo do negro e do mulato expressa em sua produção poética extremamente tensionada, Bastide, no segundo ensaio que dedica ao problema, procede novamente a uma investigação histórica na Literatura Brasileira para evidenciar, em diferentes momentos, o que ele chamou de *Estereótipos de Negros*. Em sua maioria, sempre desfavoráveis e sempre ocultos nas relações sociais, trazidos à tona em momentos de conflitos ou para reafirmar uma posição no espaço social.

Porque foi escolhida a Literatura para a descoberta dos estereótipos brasileiros sobre os negros – é a pergunta que provavelmente será formulada. Na verdade, outras formas de pesquisa se ofereciam, mais seguras à primeira vista, como é o caso dos questionários. *Mas num país de democracia racial como o Brasil*, os questionários podem não refletir fielmente a existência de imagens mais ou menos escondidas, que só se revelam verdadeiramente nos momentos de crise.[...] Além disso, os

---

<sup>25</sup> *Idem, Ibidem*, p. 94, grifos meus.

<sup>26</sup> “No Brasil, foi um branco, Jorge Amado, que deu, em *Jubiabá*, ao problema do negro, contra a antiga solução do Candomblé, a solução marxista. Mas essa solução não parece agradar ao preto brasileiro [diferentemente de como agradaria ao cubano ou ao estadunidense]. Ela repugna à sua sensibilidade cristã, ou pelo menos profundamente religiosa, ela repugna à sua afetividade feita de amor, de resignação e de bondade inatas.” Cf. BASTIDE, Roger. *Op. Cit.*, p. 98, colchetes meus.

<sup>27</sup> “Essa poesia puritana [do poeta paulista Lino Guedes, anos 1920] torna-se altamente interessante quando comparada a outros poetas de regiões americanas. Alhures, o processo empregado para passar a linha de cor é transformar a luta racial em luta de classe, é fazer uma poesia marxista. No Brasil, é a ascensão ao padrão da moral burguesa que permite tal passagem, porque aqui (e até nas trovas populares), a luta racial assumiu o aspecto de uma oposição entre duas morais, ou entre a moral e a imoralidade.” Cf. BASTIDE, Roger, *Op. Cit.*, p.109. É interessante lembrar que este debate estava sendo travado também no Movimento Negro e na Imprensa Negra Paulistas da época (1924-1930), dos quais Guedes participava como editor do jornal *O Getulino*, de Campinas –SP. Acerca disto, consultar: LEITE, José C. & Cuti. *E disse o velho militante José Correia Leite* São Paulo: Secretaria de Cultura, 1992 e FERRARA, Miriam N. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*, São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

questionários só esclareceriam a situação presente, não nos fazendo assistir à evolução dos estereótipos que mudaram com a passagem do trabalho servil ao trabalho livre.<sup>28</sup>

Essa senda aberta pelo sociólogo francês em seu pequeno ensaio, apesar das advertências<sup>29</sup>, possibilita formalmente o aparecimento dos trabalhos de autores como Raymond Sayers e Gregory Rabassa (ambos brasilianistas da Universidade de Colúmbia), que escreveriam respectivamente *O Negro na Literatura Brasileira* (1958)<sup>30</sup> e *O Negro na Ficção Brasileira: meio século de história literária* (1965)<sup>31</sup>, bastante influenciados também por leituras de Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Édison Carneiro. Entre sociólogos brasileiros o trabalho de Bastide se faz perceber também. Em 1961, Florestan Fernandes é convidado pelo escritor negro Oswaldo de Camargo para prefaciá-lo seu livro, *15 Poemas Negros*. O convite, como Fernandes faz questão de aclarar, está associado menos ao seu conhecimento de crítica literária que à sua ligação com os movimentos negros políticos<sup>32</sup> e culturais paulistanos do momento, aos quais Camargo<sup>33</sup> pertencia. Neste prefácio, o sociólogo objetiva

---

<sup>28</sup>BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 113. Grifos meus.

<sup>29</sup> Que são as seguintes: “É verdade que a Literatura apresenta vários perigos para quem quer, por meio dela, atingir os estereótipos. A poesia lírica só nos mostra uma alma que canta as experiências individuais, enquanto a poesia satírica exagera, caricatura e, por conseguinte, ultrapassa o estereótipo banal. Mesmo limitando-nos aos romancistas seria necessário distinguir os estereótipos do autor dos estereótipos de seus personagens – os primeiros sendo característicos de uma só pessoa, talvez peculiares a ela, os segundos tendo mais probabilidade de refletir o pensamento coletivo.[...] Esta objeção, que fazemos até a nós mesmos, tem duas faces; pois o escritor, mesmo quando expressa os seus sentimentos, exprime-se sempre em suas relações com o grupo que vive; num certo sentido, suas experiências são experiências sociais e, se no decorrer de determinado período, encontramos repetidas em autores diversos as mesmas imagens do negro, podemos com boas probabilidades dizer que estas imagens são imposições coletivas.” Cf. BASTIDE, Roger. *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>30</sup>SAYERS, Raymond. *O Negro na Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

<sup>31</sup> Os trabalhos são complementares. Sayers estuda aspectos da história literária do negro no Brasil até 1888. Rabassa objetiva analisar o assunto a partir deste ponto, fixando-se especialmente no período regionalista. Para este último, a tese da miscigenação seria explicativa para, em seu modo de ver, a inexistência de movimentos literários e políticos referentes ao negro no Brasil. Como afirma equivocadamente o autor: “*O Brasil contemporâneo situa-se entre as nações do mundo como um modelo de relações raciais livres de preconceito. Os índios que os portugueses encontraram ao chegar em suas praias desapareceram, não através de sangrenta exterminação, mas por meio de uma gradual miscigenação[...] O Brasil foi uma das muitas nações americanas que viram a introdução de milhões de negros da África, na qualidade de escravos. E, embora tenha sido um dos últimos desses países a libertar seus escravos – a abolição não se consumou antes de 1888 – a razão parcial dessa luta reside no fato de que no Brasil os negros eram tratados de um modo que chega a parecer benevolente quando comparado ao tratamento dispensado aos escravos em outras terras.[...] Não houve na literatura um movimento negro real como nas nações do Caribe, talvez devido ao fato de que no Brasil o negro está integrado na vida nacional num grau que não é encontrado em nenhum outro lugar[...]* (sic). Cf. RABASSA, Gregory. *O Negro na ficção brasileira: meio século de história literária*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, pp.13-14. Grifos meus.

<sup>32</sup>Essa relação será debatida mais adiante nos capítulos terceiro e quarto deste trabalho.

<sup>33</sup> Escritor e jornalista, Oswaldo de Camargo é um nome importante da Literatura e da Imprensa Negra. Estreou na literatura com o livro *Um Homem tenta ser Anjo* (1959). Liga-se à Associação Cultural do Negro nos anos 1960. Torna-se fundador da revista *Níger*, também nesta década. Publica os *15 Poemas Negros*. Na década de 70 publicaria o livro de contos *O Carro do Êxito* (1972); em 1977, junto com outros membros do Movimento Negro e a tendência de esquerda Convergência Socialista, aliados a Marcos Faermann, editor do jornal alternativo *Versus*, escreveria a seção *Versus Afro-América Latina*; seria co-fundador do coletivo de escritores negros paulistanos *Quilombhoje* e da série *Cadernos Negros* (1978). No mesmo ano, publica sua novela *A descoberta do frio*. Em 1987, publicou o livro analítico *O Negro Escrito*, acerca do negro na literatura brasileira. Trabalhou como jornalista para os periódicos *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*. Atualmente, está ligado ao Museu Afro-Brasil de São Paulo.

apresentar ao menos dois problemas sobre o negro e a literatura brasileira: A) o da produção estética numa sociedade de classes; e, B) o da dupla natureza do impasse na poesia negra.

No que diz respeito ao primeiro caso, o autor afirma que:

Em uma civilização letrada, o poeta representa um dos produtos mais complicados do condicionamento educacional, intelectual e moral. *É um contra-senso pensar-se que o negro brasileiro encontre na poesia (como em outros campos da arte) veículos fáceis de auto-realização. [...] O produtor de arte negro é, em si mesmo (isto é, independentemente da qualidade e da significação de sua poesia seja lá qual fôr), uma aberração de tôdas as normas e uma transgressão à rotina, num mundo organizado por e para os brancos.* De outro lado, acham-se as fronteiras que nascem da situação humana do negro na sociedade brasileira. *Em consequência, os “poetas negros” do Brasil caem, grosso modo, em duas categorias extremas. Ou são réplicas empobrecidas do “poetastro branco” ou são exceções que confirmam a regra, ou seja, episódios raros na história de uma literatura de brancos para brancos, o que se poderia exemplificar, em relação à poesia, com uma figura conhecida como a de um Cruz e Souza. Não existe uma vitória autêntica sobre o meio. A “inteligência negra” é tragada e destruída, inapelavelmente, antes de revelar toda a sua seiva, como se não importasse para o destino intelectual da Nação.*<sup>34</sup> (sic)

Sujeitos fora de lugar, produção literária dificultada pelas condições sociais, exceções que confirmam a regra: poetas negros como Cruz e Sousa seriam algo como uma subversão interna da forma pelo conteúdo. Essas afirmações, escritas no começo dos anos 1960, serão válidas para a confecção literária negra e periférica dos próximos cinquenta anos. Vale ressaltar, entretanto, que o texto do poeta catarinense de *Broquéis* e *Missal* (obras de primeira fase) são diametralmente opostas ao *Emparedado* (obra final, pouco estudada no momento em que Fernandes faz estas observações). Contudo, Florestan apresenta bem uma dicotomia da produção estética negra que permanece atual, em particular no que se refere à ligação com a sociedade. Ao explicitar o impasse na produção contemporânea ao seu prefácio, o sociólogo pondera que:

Ainda é cedo para emitir juízos definitivos sobre essa poesia negra, associada à liberação social progressiva do branco e do negro na sociedade urbana e industrial brasileira de nossos dias. Dois pontos, todavia, poderiam ser aprofundados. Primeiro, na sua forma atual, fixando o drama moral do negro de um ângulo meramente subjetivo, ela não transcende nem mesmo radicaliza o grau de “consciência da situação” inerente às manifestações iletradas do protesto negro. *É certo que ela expõe as coisas de maneira grandiosa, chocante e pungente. Diante dela, até os relutantes ou os*

---

<sup>34</sup>FERNANDES, Florestan. Prefácio: A Poesia Negra em São Paulo. In: CAMARGO, Oswaldo de. *15 Poemas Negros*, São Paulo: Associação Cultural do Negro, 1961, p. 10. Grifos meus. Este artigo foi reeditado com o título “Poesia e Sublimação das Frustrações Raciais” no livro *O Negro no Mundo dos Brancos*, São Paulo: Global Editora, 2ª edição revista, 2007.

*indiferentes terão de abrir os olhos e o coração: há torpezas sem nome por detrás dos iníquos padrões de convivência que regulam a integração do negro à ordem social vigente.* No entanto, essa mesma poesia se mostra incapaz de sublimar atitudes, compulsões e aspirações inconformistas, que a poderiam converter numa rebelião ativa, voltada para o processo de redenção social do negro. Segundo, ela se divorcia, de modo singular, dos mores das populações negras brasileiras. *Por enquanto, a poesia que serve de veículo ao protesto negro não se vincula, nem formal nem materialmente, ao mundo de valores ou ao clima poético das culturas negras do Brasil.[...] Se o “meio negro brasileiro” tivesse um mínimo de integração, os dilemas morais descritos poderiam ser focados à luz de experiências coletivas autônomas. Existiriam conceitos e categorias de pensamento que permitiriam apreender a realidade sem nenhuma mediação ou alienação, através de sentimentos, percepções e explicações estritamente calcadas nos modos de sentir, de pensar e de agir dos próprios negros.* Na medida em que o negro, como grupo ou “minoridade racial”, não dispõe de elementos para criar uma imagem coerente de si mesmo, vê-se na contingência de ser entendido e explicado pela contra-imagem que dele faz o branco.[...] até onde ele [este impasse] perdurar, o negro permanecerá ausente, como força social consciente e organizada, da luta contra a atual situação de contacto, sendo-lhe impossível concorrer eficazmente para a correção das injustiças sociais que ela encobre e legitima.”<sup>35</sup> (sic)

Fernandes explicita um problema sem enunciá-lo claramente (talvez pela natureza da publicação, financiada pela Associação Cultural do Negro): *a natureza de classe da produção literária negra em contraposição de uma ideia de negritude.* A separação entre a produção literária e o grupo social do qual ela partiria – significando uma falta de voz aos anseios do grupo na literatura – talvez residiria no fato de que existe também um distanciamento, na maior parte dos casos, entre a classe de origem dos escritores e o grupo social sobre o qual tratam. *Simplificando: escritores pequeno-burgueses ou de extração média poderiam tratar com propriedade e com conhecimento total de causa de assuntos e grupos marginalizados, periféricos?* Ainda hoje, como se verá, este impasse permanece. E não é uma pergunta fácil de responder. Por outro lado, não fica suficientemente demonstrado que a organização conduziria a uma conscientização capaz de se refletir automaticamente na obra literária. É uma aposta, que se mostrará eficaz ou questionável em diferentes momentos da história social literária do grupo.

Na mesma direção, embora sem tratar de escritores negros propriamente, Teófilo de Queiroz Jr. e Clóvis Moura, ambos sociólogos, tentam analisar estereótipos sobre negros presentes em produções literárias. Queiroz Jr., em sua dissertação de mestrado analisa o *Preconceito de cor e a Mulata na*

---

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, pp. 18-19. Colchetes meus.

*Literatura Brasileira* (1971)<sup>36</sup>. Moura empreenderá um ensaio acerca de *O Preconceito de cor na Literatura de Cordel*<sup>37</sup>, em 1976. Ambos os autores seguem um padrão monográfico de trabalho, observando obras pontuais e seus escritores, tratando do negro como personagem sempre em papel desfavorável. Aqui caberia uma crítica a este padrão analítico, especialmente ao caso de Queiroz Jr., que objetiva claramente realizar uma *sociologia da literatura*: o viés sociológico se sobrepõe ao literário, servindo este último para justificar o primeiro. A análise das condições sociais propriamente ditas para a emergência da obra literária fica secundarizada, em detrimento da discussão e comprovação das teses sociológicas acerca do preconceito de cor e da estereotipia social. Moura, por sua vez, pretendeu realizar seu trabalho sem estudar o cordel em profundidade, enquanto uma forma de produção artística e as condições sociais de sua produção, mas apenas discutindo seu conteúdo em alguns exemplares. Ambos os autores são devedores de Bastide e Fernandes neste aspecto, mas não ampliam seus objetos particulares dentro daquele padrão de investigação.

\*\*\*

O trabalho que parece ter maior fôlego na linha analítica iniciada por Bastide é o do ensaísta inglês David Brookshaw, *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Crítico literário,<sup>38</sup> Brookshaw torna seu esforço analítico importante não ao se dedicar, como os outros, inicialmente para os períodos abolicionista, naturalista e modernista (1ª parte de seu livro), mas também à literatura produzida pelos *romancistas e contistas negros* (e não apenas os poetas) no Pós-Segunda Guerra Mundial (2ª parte do livro).

---

<sup>36</sup>Como afirma o autor: “Como expressão da *Intelligentsia*, a literatura tem se prestado, relativamente, ao papel da mulata na sociedade brasileira, a preservar atitudes e valores que, como procuramos assinalar atrás, atendem ao interesse de manter superpostas as diferentes categorias étnicas. Dentro desse esquema, não declarado e nem mesmo conscientizado, como ainda demonstraremos, escritores de diferentes correntes literárias, escrevendo em momentos diversos de nossa história, situando seus relatos em diferentes contextos da sociedade brasileira, contribuíram, com o peso de sua aceitação pelo público e com o atrativo de suas obras para perpetuar, através de enredos e personagens que se fixam na impressão do leitor, a imagem da mulata denunciada até aqui.” Cf. QUEIROZ JR., Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na Literatura Brasileira*, São Paulo: Ática, Col. Ensaio, p. 86, 1982.

<sup>37</sup> “Já é de conhecimento mais ou menos generalizado a existência de estereótipos contra o negro no Brasil, estereótipos que se refletem, de uma forma ou de outra, sutil e veladamente, ou de maneira aberta e explícita, no nosso folclore, na nossa história e na nossa vida social.[...] Isto vem demonstrar a existência daquilo que se convencionou chamar *preconceito de cor* nessas áreas [entre folcloristas, historiadores, etnólogos e sociólogos], ou seja, uma atitude hostil (aberta ou subreptícia) contra os descendentes daquela etnia que constituiu a massa escrava no Brasil durante os quatrocentos anos em que vigorou o escravismo entre nós.[...]” Cf. MOURA, Clóvis. *O preconceito de cor na literatura de cordel*, São Paulo: Resenha Universitária, 1976, p. 05.

<sup>38</sup>Alinha-se à discussão sociológica ao afirmar: “Um estereótipo pode ser inicialmente definido como sendo tanto a causa quanto o efeito de um pré-julgamento de um indivíduo em relação a outro devido à categoria a que ele ou ela pertence. Geralmente esta categoria é étnica. Na verdade, poder-se-ia ir mais longe e dizer-se que todos os grupos étnicos são estereotipados para a conveniência dos outros.” Cf. BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p.09.

No que diz respeito à primeira parte, este autor está de acordo com as análises anteriores acerca da preponderância do tema da escravidão sobre o sujeito social escravo; e, deste, visto no momento pós-abolicionista, como um degenerado moral, fruto de um sistema social que degradou tanto ao dominante como ao dominado. Referindo-se à estética naturalista, anuncia a tese de que, em consonância com o viés sociológico dado ao Darwinismo por Herbert Spencer, os escritores desta corrente estariam preocupados essencialmente com os efeitos do ambiente natural no sujeito social escravo e à hereditariedade social de sua condição. Mas é quando trata do Modernismo que apresenta problemas interessantes e originais, acerca do contato do grupo negro com aqueles escritores. Segundo ele:

A reabilitação feita pelos Modernistas do elemento não-europeu no Brasil foi essencialmente artística. Eles não estavam interessados na situação adversa da população negra em massa que formava o substratum social ou nas tribos indígenas em face de futuras explorações ou extermínio. *Um movimento reivindicatório em favor dos negros só poderia vir dos próprios negros, como na realidade aconteceu durante os anos 30, mas como será visto, anunciando um sistema de valores muito diferentes daqueles pretendidos pelos Modernistas brancos.* O negro, como o ameríndio, foi explorado como um símbolo de interesse pela vida e pela liberdade artística, que a intelligentsia branca no Brasil, como a sua contraparte em outros países ocidentais, exaltava em sua luta contra o intelectualismo de sua própria cultura e contra os valores sociais gerais da burguesia dominante.<sup>39</sup>

A estética do *Negrismo* (ou *Primitivismo*) em certas áreas literárias do movimento modernista (Jorge de Lima, Raul Bopp, Mário de Andrade, Manuel Bandeira; ou o grupo *Leite Crioulo*, de Minas Gerais, do qual participou Carlos Drummond de Andrade) é completamente distinta dos anseios do grupo negro organizado. *Essa Nega Fulô, Urucungo, Macunaíma* ou *Irene no Céu*, não expressam a situação do negro em transição de uma ordem escravocrata para um outra, competitiva. Como bem salienta Brookshaw, isto aconteceria na Imprensa Negra (desde 1910, em São Paulo) ou na produção literária de alguns poetas negros do período. Por este motivo, alguns autores chegam a distinguir a nomenclatura de Literatura Negra (que poderia remeter àquele *Negrismo*) e *Literatura Afro-Brasileira*, que estaria mais próxima da expressão do grupo negro. Observe-se a nomenclatura empregada por Roger Bastide, nos ensaios supracitados e analisados. Mais recentemente, o crítico literário Eduardo de Assis Duarte (UFMG), durante o evento comemorativo do grupo Quilombhoje<sup>40</sup>, fez a mesma distinção.

<sup>39</sup>*Idem, ibidem*, p. 96. Grifos meus.

<sup>40</sup>Seminário *Cadernos Negros Três Décadas: Literatura, Escola & Cultura*, São Paulo, 15/03/2008. Gravação e Transcrição de Mário Augusto Medeiros da Silva. Essa discussão reaparecerá de maneira aprofundada no sétimo capítulo.

Entretanto, por exemplo, Zilá Bernd empregará a definição de Literatura Negra em seus trabalhos, conectando-a a expressões literárias de negros em outras partes do mundo. Para Cuti [Luiz Silva], poeta e membro fundador dos *Cadernos Negros*, presente ao mesmo evento que Assis Duarte, a ideia de Literatura Negra faz relação com a história das associações negras brasileiras, que não tratavam da questão em termos de afro-descendência (ex: *Associação Cultural do Negro*, *Frente Negra Brasileira*, *Legião Negra de São Paulo*, *Cadernos Negros* etc.) A discussão entre os escritores que se identificam com esta produção também não é consensual, como se verá no segundo e sétimo capítulos. Fala-se em Literatura Negra, Literatura Afro-Brasileira ou Literatura Negro-Brasileira.

Acentuando ainda mais este descompasso da estética modernista com os escritores negros que lhe eram contemporâneos, o crítico afirma que:

É notável a ausência de colaboradores negros nos movimentos de inovação literária das décadas de 1920 e 30. Dizer que o elemento negro ou mestiço-escuro – o afro-brasileiro – da população era em grande parte analfabeto, é verdadeiro apenas em sentido geral. Havia, e sempre houve, afro-brasileiros, reconhecidamente a exceção e não a regra, que aspiravam pertencer às fileiras da burguesia. Outrossim, a existência de uma imprensa de negros na área de São Paulo a partir de 1915 indica que havia um determinado público de leitores negros e que havia negros com pretensões literárias. *Para explicar porque o grupo afro-brasileiro do Modernismo não tinha um defensor negro, é necessário colocar os Modernistas e os negros literários em seus contextos sociais. O primitivismo dos Modernistas era a expressão artística de membros de classes privilegiadas que estavam ansiosos por dar um golpe mortal nos ideais literários Parnasianos cultuados pelos meios literários.[...] O seu código de valores artísticos, que buscava fundamentação em raízes populares, incluía tudo aquilo de que os negros educados (geralmente auto-educados), os representantes de uma pequena-burguesia que começava a se formar, estavam tentando se livrar. Eles estavam, por assim dizer, movendo-se rumo à aptidão literária, enquanto os Modernistas reagiam contra ela.*<sup>41</sup>

Contudo, o ensaísta inglês leva adiante o mesmo argumento polêmico de Bastide (sem citá-lo): *o da hipótese da necessidade da linha de cor*; ou seja: do regramento jurídico, tal qual nos EUA, para a existência de uma literatura negra no Brasil. A consequência desta argumentação, sociologicamente, é a seguinte: Então, quanto maior ou mais severa for a norma que impõe o distanciamento entre negros e

---

<sup>41</sup>*Idem, ibidem*, p. 172. Grifos meus. Cabem aqui duas observações: A primeira, relacionada com o a ausência de menção ao nome de Afonso Henriques de Lima Barreto. Como se sabe, ele é anterior ao Modernismo, inaugura as bases do romance social moderno no Brasil e Brookshaw o associa, ao lado de Luiz Gama, à tendência do protesto na literatura negra o que é correto mas pode ser redutor. A segunda observação é que, certamente, David Brookshaw homogeniza o grupo Modernista de forma que as figuras de Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, que se direcionariam para a criação de uma arte política socialista (o que o não faria apenas uma expressão da classe dominante), fiquem apagadas e sua crítica funcione. Ou mesmo Mário de Andrade, que é sublocado. Entretanto, ele possui razão o assinalar o descompasso e a ausência do elemento negro no projeto estético e ideológico daquele grupo.

não-negros, mais forte e mais potente será a criação literária do primeiro elemento; em detrimento dos grupos sociais dos quais ele saia (tese de Goldmann). Como afirma o autor, tendo como foco comparativo os EUA:

*O estudante de Literatura Brasileira não pode deixar de impressionar-se, em algum momento de seus estudos, com a evidente falta de escritores negros neste país. Na verdade, é estranho que o Brasil, com a discutível maior população negra de qualquer país excetuando a África, aparentemente não produziu nenhum poeta de projeção de Langston Hughes e nenhum romancista com a mesma fama ou capacidade de James Baldwin, Richard Wright ou Ralph Ellison, os quais deixaram sua marca como escritores negros na literatura norte-americana. A razão da ausência de uma tradição literária negra no Brasil e de sua presença na América do Norte encontra-se, sem dúvida, no maior desenvolvimento econômico dos negros nos Estados Unidos em comparação com os negros no Brasil e outros países da América Latina. Entretanto, esta explicação não estará completa se não for mencionado o fato de que o relativo progresso obtido pelos negros nos Estados Unidos tem origem, em parte, na natureza mais evidente das adversidades por eles enfrentadas. Uma maior segregação, ratificada por lei, levou a maior união racial e conseqüentemente, produziu manifestação mais forte e mais unida contra as brutalidades da discriminação racial. Estimulou também o desenvolvimento de entidades autônomas para apoiar o progresso social dos negros, tais como negócios dirigidos por negros para negros, faculdades para estudantes negros e, na área literária, editoras para negros. No Brasil, a carência deste fator negativo peculiar de discriminação legal, protelou o surgimento de escritores negros e, principalmente, escritores à altura dos supracitados.<sup>42</sup>*

Não é o momento agora de discutir esta argumentação, que é um traço sempre presente na análise sobre a Literatura Negra. Mas é possível tecer críticas, ao afirmar que a Literatura e o Teatro Negro no Brasil – como em qualquer país em que eles se manifestem, ao meu ver – é *indissociável* de uma imprensa e um ativismo Negro, ou com eles mantendo relação, assumindo características próprias. Logo, se ocupar de autores isolados apenas é ver parcialmente o problema em questão. Especialmente no Brasil. Brookshaw, no entanto, permanece original ao trazer à baila romancistas negros no pós-guerra. E não apenas poetas, como estava estabelecido no padrão analítico anterior. Ele esboça, inclusive, uma hipótese para as razões sociais da pouca presença prosa literária em detrimento da poesia negra no Brasil.

*Se é difícil determinar uma evolução contínua na área da poesia negra no Brasil, é ainda mais difícil procurar, identificar e classificar a obra em prosa de escritores negros. Há razões sociais e*

---

<sup>42</sup>BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira, Op. Cit.*, p. 148. Grifos meus.

culturais significativas porque isto deveria ser assim. Em primeiro lugar, a expressão de uma conscientização nacional ou racial tem sido invariavelmente manifestada através da poesia, cujo impacto é mais imediato que o da prosa. Na verdade, os movimentos literários baseados na poesia freqüentemente renunciaram movimentos de mudanças políticas, não apenas no Brasil, mas em todos aqueles países em que a atividade política aberta tem sido limitada. A obra dos poetas da Inconfidência Mineira no século XVIII constituiria a primeira expressão literária de uma separação política de Portugal, visando à independência do Brasil. No século XX, a poesia nativista do Modernismo renunciou a revolução nacionalista de 1930. Em segundo lugar, a essência da cultura religiosa e musical afro-brasileira encontra-se em suas qualidades rítmicas e de percussão, muito mais fáceis de serem captadas na poesia do que na prosa por aqueles escritores que desejavam incorporar tal material em sua obra. Igualmente, há fortes razões para que o escritor erudito prefira o instrumento poético. Do ponto de vista puramente literário, toda a galáxia de emoções pode ser abalada por alusões encobertas por símbolos poéticos: o escritor “assimilado” freqüentemente prefere aludir a, ao invés de afirmar claramente, sua identidade, disfarçando suas alusões em um labirinto de símbolos que, por um lado, o protegem, por outro são projetados como prova de sua erudição. *Finalmente, a ficção em prosa nunca foi considerada como tendo o mesmo valor da poesia no contexto de uma classe média emergente, para quem a habilidade de escrever versos corretos é um sinal de cultura e, por isto, uma qualificação para cruzar a linha de comportamento. À parte dessas considerações, escrever um romance exige um esforço mantido por um período de tempo que, por sua vez, exige uma maior necessidade de profissionalização, e são poucos os que no Brasil vivem de sua literatura. A única profissão que tem conseguido conciliar o desejo de escrever de uma pessoa com sua necessidade de ganhar a vida é o jornalismo e, por isto, não é de surpreender que dois dos mais objetivos escritores negros de prosa, Lima Barreto, no início da primeira parte do século, e Oswald de Camargo, atualmente, estivessem envolvidos em atividades jornalísticas.*<sup>43</sup>

Nomes como Ruth Guimarães, Raimundo de Souza Dantas, Nataniel Dantas, Romeu Crusoé, Anajá Caetano e Oswald de Camargo<sup>44</sup> surgem em sua análise. Todos romancistas negros nos quais são tratados estereótipos de negros sobre o seu próprio grupo social ou sobre o branco e/ou mestiço. Contudo, em sua análise, com exceção de Camargo (militante histórico da Imprensa e ativismo negros, o que contraria a ideia de linha de cor), todos ficam aquém de explicitar de modo original o problema

---

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, pp. 201-202. Grifos meus.

<sup>44</sup> Segundo as informações de Brookshaw, Raimundo Souza Dantas é autor de *Sete Palmas de Terra* (1944); Ruth Guimarães é autora do romance *Água Funda* (1946); Romeu Crusoé lançou *A Maldição de Canaã* (1951); Anajá Caetano editou *Negra Ifigênia* (1966); Nataniel Dantas publicou *Ifigênia está no fim do corredor* (1969). Estas seriam suas obras principais. Os trabalhos de Camargo já foram mencionados anteriormente, além de ter sido entrevistado por mim.

da discriminação racial. Até mesmo Romeu Crusoé, que escreveu a peça *O Castigo de Oxalá*, para o TEN [Teatro Experimental do Negro], de Abdias do Nascimento.

Concluindo, vale a pena observar-se mais uma vez que a presença de escritores negros de prosa na tradição literária brasileira não coincide automaticamente com as tendências de nacionalismo cultural-africano. Tal como no caso da poesia, são os escritores brancos que tendem a cultivar o popular e não os afro-brasileiros. Na verdade, como foi observado no capítulo anterior, a publicidade dada à cultura popular confirma todos os estereótipos de que os intelectuais afro-brasileiros tentam libertar-se[...] *Na maioria das vezes, quando um escritor afro-brasileiro pega a caneta para escrever um romance, ele poderá fazê-lo para estudar os mesmos temas que um escritor branco estudaria, caso em que estará deliberada ou instintivamente evitando publicar algo que revela sua identidade racial.[...] Ele também pode querer descrever a experiência de ser negro, tendo de tratar com as contradições da linha de comportamento.*<sup>45</sup>

Na maioria dos casos, portanto, em sua visão, o escritor negro romperia muito pouco com os estereótipos sociais que lhe são embutidos. Ou, quando o faz, esteticamente, a experiência literária se aproxima de formas superadas pelas vanguardas. Será? Brookshaw representa, assim, o último analista de uma longa argumentação que começaria a ser questionada nos anos 1970, motivada pelo ressurgimento do Movimento e da Imprensa Negros na década anterior (que culminou, dentre outros, em 1978 com a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, MUCDR; a seção Afro-América Latina do jornal *Versus*; e, por fim, o surgimento dos *Cadernos Negros*), bem como as discussões acerca deles, e que trará trabalhos importantes como os de Zilá Bernd, Miriam Ferrara, Oswaldo de Camargo, Cuti & José Correia Leite, Míriam Garcia Mendes e do coletivo Quilombhoje, buscando uma conceituação mais sofisticada da literatura e imprensa negras (de cunho existencial e política, respectivamente).

Entretanto, é bom assinalar que o traço do estereótipo que foi demonstrado pelos autores acima serviu para balizar as discussões em torno de uma ideia e formatar um pensamento que se encontrava difuso nas discussões sobre o negro no Brasil. Existe, evidentemente, um caráter redutor na busca apenas por estereótipos em obras literárias. Ele se mostra redutor até mesmo para o regime de trabalho do escritor negro: será negra a literatura produzida por autor negro que verse sobre temas de interesse dos negros (sua condição social). Mas embora redutor, ele possui lastro concreto, baseado no que foi e tem sido a história dessa confecção literária. Este dilema, um *estereótipo do escritor*, estará presente também na discussão da segunda tendência analítica, que se abordará na sequência.

---

<sup>45</sup>BROOKSHAW, David. *Op. Cit.*, pp. 221-222. Grifos meus.

\*\*\*

### *Buscando uma definição conceitual: Anos 1980*

É importante notar que na década de 80 existe uma alteração no padrão analítico acerca da ideia de Literatura Negra. A preocupação em analisar e definir estereótipos em diferentes momentos e manifestações da história literária no Brasil persiste<sup>46</sup>. Entretanto, surgem outros trabalhos bastante motivados pelo ativismo social negro, emergido da década anterior. Estes estudos propõem uma reavaliação dos movimentos e da imprensa negra. E, como estão ligados, da Literatura produzida pelos negros no curso da História do país. Além disso, entra em pauta a problemática da negritude, sendo também discutida em âmbito literário.

Ao que tudo indica, o problema conceitual posto naquela década é: *A Literatura Negra como ideia possui manifestações concretas, há tempos, no Brasil. Cabe conferir-lhe, então, estatutos definitivos, capazes de legitimá-la*. Estes estatutos de definição passam por A) vinculações com os temas da imprensa e teatro negros; B) relações com a Sociologia e a História do negro; C) com as disputas mais gerais, em torno da ideia de Negritude; D) ou de reapropriação simbólica e revisionista de escritores embranquecidos, esquecidos e/ou mal compreendidos ao longo da história literária brasileira; E) Produção concreta e auto-reflexiva de coletivos de escritores negros, sobre seu ofício, por fim.

Aqueles parâmetros definitivos serão elaborados por 1) Teóricos engajados e/ou informados pelas discussões no meio negro organizado (Zilá Bernd); 2) escritores comprometidos com vertentes desse meio negro (Oswaldo de Camargo, Quilombhoje etc.); 3) autores tributários de uma certa interpretação histórico-sociológica sobre o negro no Brasil (ex: Míriam Ferrara, Míriam G. Mendes, Octávio Ianni e outros); e 4) Debates sistematizados em revistas acadêmicas (Estudos Afro-Asiáticos).

\*\*\*

Dois estudos relevantes de Zilá Bernd retomam e organizam a discussão, em âmbito acadêmico, da ideia de Literatura Negra, visando propor-lhe uma definição. São eles: *Negritude e Literatura na América Latina*<sup>47</sup> e *Introdução à Literatura Negra*<sup>48</sup>. O primeiro livro é baseado em sua tese de doutoramento, pela USP e propõe uma discussão comparada entre a literatura produzida por negros no Brasil e no Caribe. O segundo possui um caráter de vulgarização científica e didático, com reflexões que se somam ao anterior.

<sup>46</sup>Cf. Os trabalhos já citados de David Brookshaw, Heloísa Toller Gomes, Míriam Garcia Mendes. E também o livro de Benedita Gouveia Damasceno, *Poesia Negra no Modernismo Brasileiro*, Campinas: Pontes, 1988.

<sup>47</sup>BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

<sup>48</sup>BERND, Zilá. *Introdução à Literatura Negra*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

Como afirma o título do primeiro trabalho, Bernd concebe a ideia de Literatura Negra através do problema da identidade social e política do negro, sintetizado, então, no problema da *negritude*. É sobre este ser-e-estar-no-mundo que a autora irá dissertar, sustentando o argumento de que, seja no ambiente caribenho ou no latino-americano, a Literatura Negra teria cumprido a função de *fixar uma auto-imagem positiva*.

Analisar o processo de construção de uma identidade negra na literatura brasileira, à luz do processo de tomada de consciência de ser negro que revigorou as literaturas do Caribe e da América Latina, é o propósito desta investigação.[...] consideramos que merece ser mais detidamente analisada uma produção literária que, apesar de permanecer represada pelo aparelho legitimador constituído pelas editoras, crítica especializada, livrarias, bibliotecas, academias e universidade, persiste com uma bibliografia significativa quanto ao número de obras e quanto à coerência do projeto ideológico: *a fixação da auto-imagem positiva*<sup>49</sup>

Esse *projeto ideológico* de que fala a autora possui problemas na definição de seu *agente*. Estética ou politicamente, o projeto não pode ser reduzido exclusivamente à cor da pele do autor, com o quê esta crítica literária está de acordo. Para Bernd, então, a caracterização do agente daquele projeto estaria vinculada ao eu-lírico (ou narrador), enunciador de traços distintivos de uma negritude e de uma identidade de ser-negro-no-mundo, o que a analista denomina por *evidência textual*.

Para que se confeccione um conceito consistente será preciso atentar para os seguintes elementos: a) a existência de uma articulação entre textos dada por um certo modo negro de ver e sentir o mundo; b) a utilização de uma linguagem marcada tanto a nível do vocabulário quanto dos símbolos usados pelo empenho em resgatar a memória negra esquecida.<sup>50</sup>

Zilá Bernd se valerá ainda de três argumentos e dois autores para construir sua definição de Literatura Negra neste momento. 1º)O *sistema literário*, no qual opera a Literatura Negra (autores, editoras, público leitor<sup>51</sup>); 2º) o seu caráter historicamente transgressor<sup>52</sup>; 3º) o traço distintivo marcado

<sup>49</sup>BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina*, Op. Cit., p. 14.

<sup>50</sup>*Idem, ibidem*, p. 18. Grifos meus. Entretanto, a autora não se furta a duvidar da própria definição que acaba de enunciar, como se pode ver na página seguinte: “A caracterização da literatura negra, assim como da literatura feminina, constitui-se em um ponto bastante delicado e ainda não foi devidamente estudada pela crítica literária. Somente após uma cuidadosa análise textual se poderá chegar, com base numa criteriosa descrição do discurso, a uma conceituação realmente científica”. (p.17)

<sup>51</sup>“O processo literário [afirma Domício Proença Filho, segundo a autora] envolve basicamente a inter-relação entre quem faz o que, como o realiza e quem usufrui, vale dizer, o autor o texto e o leitor. Logo, em um *sentido restrito*, **será negra a literatura feita por negros ou descendentes de negros reveladora de ideologias que se caracterizam por uma certa especificidade. Em um sentido lato, será negra a arte literária feita por quem quer que seja, desde que reveladora de dimensões peculiares aos negros ou aos seus descendentes.**” Cf. BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina*, Op. Cit. p. 17, grifos em negrito, bem como colchetes, meus.

<sup>52</sup>“Já Antônio Cândido, embora sem pretender uma análise sistemática deste assunto, aponta o fator que é a condição essencial a conferir uma especificidade à literatura dita negra: a transgressão. Luís Gama seria o primeiro escritor que, ainda

no plano da linguagem empregada para expressão<sup>53</sup>. As afirmações de Proença e Candido a levariam concluir, portanto, que esta produção literária é algo *sui generis*. Alicerçada na *identidade do eu-lírico/narrador*, na experiência histórica de ser-estar-no-mundo, no seu caráter transgressor, em sua autoafirmação positiva e nas peculiaridades do emprego lingüístico: a definição articulada por Bernd é excessivamente ampla, até o momento, para se constituir como conceito. Quem seria o agente, de fato, daquele projeto ideológico (estético e político) que a Literatura Negra condensaria? Nos termos que a autora oferece, a ideia de Literatura Negra, até então, seria facilmente vítima da *paródia* ou da *mimese*. E, para demonstrar essa afirmação, faz-se necessária uma análise histórico-comparativa, em intervalo, que recomponha o caso Boris Vian/Vernon Sullivan.

*Vou cuspir no seu túmulo: um caso de mimetismo do estilo do romance de protesto negro.*

Ao final dos anos 1940, um conjunto grande de intelectuais negros se reunia na França, junto com outros [auto]exilados e radicados de países europeus. Desde a década anterior, oriundos de diferentes nações, colonizadas ou não, em Paris havia a possibilidade para aqueles negros serem vistos como seres humanos e cidadãos, estatutos negados em suas terras natais. O movimento da *Nègritude*, por exemplo, criado por estudantes de colônias francesas, concretizado nas ideias de Leopold Sedar Senghor, Léon Damas e Aimé Césaire, se articula naquela cidade, nos anos 1930.

Um contingente razoável de escritores negros estadunidenses também se reunia na Cidade Luz. Um dos primeiros e mais famosos a chegar, recepcionado pela escritora modernista Gertrude Stein, fora Richard Wright, cujo romance *Filho Nativo*<sup>54</sup> [*Native Son*], se tornaria um escândalo, fazendo de Wright um ícone, ao mesmo tempo que um clássico – nos EUA e na França – ditando normas, por algum tempo, de como um romancista negro deveria escrever. Junto com os negros – fossem soldados da Segunda Guerra ou intelectuais – viria o *jazz*, na sua vertente rápida e sincopada, agressiva e

---

no período escravagista teria transitado na *contramão*, isto é, teria representado o momento de inversão em que o negro passa a fazer troça do branco.”Cf. *Idem, Ibidem*, p. 17

<sup>53</sup>Estas considerações são feitas à partir das conferências de Domício Proença Filho e Antônio Cândido de Mello e Souza durante o evento *Perfil da Literatura Negra – Mostra Internacional de São Paulo*, ocorrido entre 20 e 26 de maio de 1985.

<sup>54</sup>WRIGHT, Richard. *Filho Nativo*, Rio de Janeiro: Best-Seller, 1986. A primeira tradução brasileira de *Native Son* foi feita por Monteiro Lobato, pela Cia. Editora Nacional, em 1941, com o subtítulo de *A Tragédia de um Negro Americano*. Basicamente, *Filho Nativo* é um romance de tese, que trata das condições opressivas dos negros em New York, nos anos 30 ou 40. Vivendo nas piores moradias, confinados nos piores bairros, com o pior acesso possível a qualquer estatuto de cidadania, bem como as funções e empregos menos valorizadas. Neste ambiente é que Bigger Thomas, um jovem negro de 18 anos, cometerá, acidentalmente, um assassinato brutal de uma jovem mulher branca, filha de seus ricos patrões, os Dalton, a quem trabalha como motorista e que são os donos do prédio e do bairro onde os Thomas e outros negros vivem. Bigger se vê envolvido numa trama opressiva de racismo, exposição depreciativa nos jornais, indiferença judicial e tentativa de salvação, por membros do Partido Comunista Americano. A este último Wright (ele próprio um militante em transição) reserva uma crítica, embora seja simpático à ideologia do Partido, demonstrando o por quê a superação da luta de classes não solucionará o problema do racismo, mesmo que o Partido defendesse os negros, como o faz com Bigger Thomas.

politicizada do *bebop* (forma particular de tocar em que músicos negros como Charlie Parker, Art Blakey, Thelonious Monk ou Dizzy Gillespie, entre outros, se diferenciavam intencionalmente de músicos brancos). De acordo com o ensaio do historiador James Campbell, “[...] *jovens negros estavam dans le vent*”<sup>55</sup>. E o apreço de intelectuais franceses por eles, particularmente os existencialistas, não era de menor vulto. No grupo que orbitava o círculo de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir havia um jovem engenheiro, poeta, romancista, ensaísta e trompetista de *jazz*, apaixonado pelo estilo negro, musical e literário. Seu nome era Boris Vian.

O infatigável Vian[...] estudou os últimos sons procedentes do outro lado do oceano em vários jornais e revistas, tudo ao mesmo tempo, inclusive em uma publicação que ele próprio criou, o *Jazz News*. Para ele, como para outros da elite de Saint-Germain, esse gosto pela música era inseparável de um interesse pelas condições sociais em que viviam os negros, principalmente do sul dos EUA[...] Para a maioria dos *rats-de-cave* de Saint-Germain, pensadores de café ou não, o *jazz* era o que existia de moderno[...] O *jazz* era o dó-ré-mi da filosofia da moda. Falava de novo liberalismo e permissividade. Era triste. Falava de desafio e protesto. Era rude e erótico. Era extremamente atual. “O homem simplesmente é” - e o que poderia ser mais simplesmente “é” do que o homem negro tocando e representando sua saída de um passado que o tinha escravizado?<sup>56</sup>

Essa ambiência intelectual, extremamente favorável, contada com farta documentação e entrevistas no trabalho de Campbell, permite compreender algo do impacto receptivo da Paris em reconstrução a intelectuais e músicos negros *estadunidenses* em processo de redimensionar suas identidades, saídos de um país em que havia um racismo jurídico institucional para um ambiente em que, por algum tempo, grassava uma filosofia e grupo de intelectuais engajados. Paris, então, se tornaria, por alguns anos, um lar para os exilados e apátridas, marginais culturais do mundo. Um lugar onde era, pelo menos para alguns, possível recomeçar e se transformar.

Em termos de Literatura, havia recepção àquilo que significava ser novo e moderno. Fosse o Existencialismo de Sartre e Albert Camus; ou a literatura do absurdo de Samuel Beckett e Eugène Ionescu; fossem romancistas como Vladimir Nabokov e Jean Genet; ou, ainda, revistas de auto-exilados estadunidenses, irlandeses, escoceses ou italianos, de caráter modernista, bem como literatura erótica, editada com obstinação por Maurice Girodias. Ou livros de escritores negros que enfocassem a situação do negro estadunidense de pontos tão distintos como o romance *Filho Nativo*; existencialista, ampliando o escopo para o homossexualismo, de James Baldwin (com *Giovanni's Room*); ou violentos

---

<sup>55</sup>CAMPBELL, James. *À Margem Esquerda*, Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 29. Agradeço mais uma vez a Mário Martins Lima pela apresentação deste livro.

<sup>56</sup>*Idem*, *Ibidem*, p. 28.

e policiais, ambientados no Harlem e discutindo os conflitos raciais, como Chester Himes<sup>57</sup>. O interesse editorial e de uma parcela do público leitor, como relata Campbell, era crescente. A ponto de, inclusive gerar um brilhante *mimetismo*:

Na verdade, em 1947, o livro mais falado do ano em Paris foi a obra de um escritor negro americano, mas este não era Richard Wright. O livro foi publicado em francês como *J'irai cracher sur vos tombes* (*Vou cuspir no seu túmulo*), de Vernon Sullivan. O título inglês seria "I will spit on your graves", mas como era explicado no prefácio pelo tradutor – Boris Vian, mais uma vez – Sullivan não tinha esperança de ver o livro publicado em seu país natal. Em primeiro lugar era obsceno, com muitas descrições de atos sexuais. Depois, era extremamente violento, e a violência era de um negro contra brancos. *Vou cuspir no seu túmulo* registra as aventuras eróticas de um negro de pele clara, Lee Anderson, depois de se empregar como gerente de uma livraria na pequena cidade sulista de Buckton. Como o personagem Joe Christmas do romance *Light in August* (*Luz em Agosto*), de Faulkner, Lee é suficientemente claro para passar por branco. Cria uma fixação por duas irmãs, mas seu desejo de dominá-las sexualmente está ligado de forma mórbida e fatal à necessidade de vingar o irmão de pele mais escura, vítima de violência dos brancos no passado. [...] Segundo o tradutor, a pele clara de Sullivan o teria habilitado a viver entre os brancos, como seu protagonista, mas ele preferiu "*les noirs*". Embora vou cuspir no seu túmulo [sic] tenha obtido um sucesso estrondoso, Sullivan continuou um enigma. De fato, esse romance afro-americano era um embuste. O livro tinha sido escrito em francês, e "Sullivan" era um pseudônimo. Seu nome verdadeiro: Boris Vian. [...]O livro rendeu um bom dinheiro a Vian, mas ele estava certo ao apontar os perigos da publicação em seu falso prefácio, pois *Vou cuspir no seu túmulo* foi processado por obscenidade: o primeiro julgamento desse tipo de um romance francês desde *Madame Bovary*, em 1857. Será que Vian leu *Filho Nativo*? *Vou cuspir no seu túmulo* foi escrito em 1946 (em duas semanas), enquanto Wright estava em Paris. *Filho Nativo* só seria publicado em tradução francesa vários meses após a publicação do pseudo-romance americano, mas Vian lia inglês, estava por dentro de todas as novidades americanas - especialmente afro-americanas – e parece improvável que tivesse ignorado a grande obra do americano negro que todo mundo estava comentando. Na realidade, ele traduziu o conto de cinquenta páginas de Wright, "Bright and Morning Star", para a publicação franco-americana *Présence Africaine*, que veio à luz no mesmo mês que *Vou cuspir no seu túmulo*. No prefácio de *Vou cuspir no seu túmulo*, Vian menciona como influências sobre "Sullivan" os trabalhos de Henry Miller e James M. Cain, ambos muito em voga em traduções

---

<sup>57</sup>No Brasil, existem algumas traduções de Baldwin e Himes. Cf. BALDWIN, James. *Da Próxima vez, o Fogo*, Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1967; *Numa Terra Estranha*, Porto Alegre: Globo, 1968; *Giovanni*, São Paulo: Abril, 1984; HIMES, Chester. *Se ele chiar, deixa rolar*, São Paulo: Marco Zero, 1987; *A Travessura de Casper Holmes*, São Paulo: Brasiliense, 1985; *O Harlem é escuro [Blind Man with a pistol]*, São Paulo: Brasiliense, 1986; *Um Jeito Tranquilo de Matar*, São Paulo: Brasiliense, 1987; *O Céu não é mais o mesmo*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1995 etc. Nos últimos anos, os livros de Himes têm sido reeditados pelo selos L&PM e Record, o mesmo não ocorrendo com Baldwin e Wright.

francesas, mas o tema do romance “negro” é quase idêntico ao de *Filho Nativo*, no qual um jovem negro mata uma moça branca, meio acidentalmente, mas também com sentimentos de vingança triunfante [...] pela morte lenta que sofreu durante a vida inteira.<sup>58</sup>

O *estigma da imitação*, ao qual Roger Bastide afirmara, no Brasil, estar a Literatura Negra submetida, agora, tinha o seu sinal invertido, na França. Aquela forma e conteúdos artísticos eram passíveis de ser mimetizados, por seu exagero, pela aparente facilidade de sua identificação, por uma circunstância histórica muito particular de um público-leitor ideal específico. Como afirma Campbell, “*O proscrito estava na moda*”<sup>59</sup>. As marcas de violência e obscenidade, vinculadas a um discurso politicamente engajado e reflexivo sobre a situação racial – e, embora Campbell não o afirme, mas também de uma estereotipia de Vian sobre o quê seria um negro e o sul dos EUA – fizeram de *Vou cuspir no seu túmulo*<sup>60</sup> o alvo do Cartel d’Action Sociale et Morale, bem como sua editora, Les Éditions du Scorpion: ambos foram multados em cem mil francos e declarados culpados de cometer ofensa contra os bons princípios morais. Campbell relata o fim dessa história de uma maneira melancólica, como se depreende do excerto abaixo:

No dia 23 de junho de 1959, às 10:00 da manhã, um escritor americano negro entrou furtivamente, sem convite, num pequeno cinema perto dos Champs-Élysées para ver a pré-estréia de um filme feito a partir de um dos seus romances. A história envolvia um homem negro que pode passar por branco, que é muito apreciado pelos garotos e garotas da pequena cidade para onde ele se deixou levar, e termina com ele assassinando selvagemmente duas irmãs brancas. A “invisibilidade” do romancista na Salle du Petit Marbeuf se devia ao fato de que a versão cinematográfica de sua história, dirigida por Michel Gast, era desaprovada por ele, que porém não pôde impedi-la. Na sala escura, enquanto o projetor zumbia, ele teve um ataque cardíaco e morreu. [...]O escritor era Boris Vian. Tinha 39 anos e há muito tempo se expusera como “Vernon Sullivan”, que escreveu *Vou cuspir no seu túmulo* em 1946. O primeiro negro branco veio de Saint-Germain-des-Prés.”<sup>61</sup>

\*\*\*

Uma literatura forjada em identidade cultural, seja do autor e/ou reafirmada pelo narrador/eu-lírico, necessita, portanto, no trabalho de Zilá Bernd, de uma sofisticação conceitual para atingir a produção concreta de obras e autores, explicitando-os. Por isso, no decorrer de seu estudo, a autora propõe alguns caminhos para se chegar a uma definição próxima da experiência concreta. O primeiro é

<sup>58</sup>CAMPBELL, James. *À Margem Esquerda*, Op. Cit., pp. 30-31.

<sup>59</sup>*Idem*, *ibidem*, p. 103.

<sup>60</sup>VIAN, Boris. *Vou cuspir no seu túmulo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

<sup>61</sup>Campbell, James. *À Margem Esquerda*. Op. Cit., pp. 280-281.

uma discussão acerca do conceito de Identidade, apoiando-se na Antropologia Cultural – especialmente em trabalhos de Claude Lévi-Strauss e Manuela Carneiro da Cunha – para afirmar que a identidade negra na Literatura Negra é algo em construção permanente, uma entidade abstrata, sem existência real e que serve como ponto de referência, apenas. Neste ponto, a ideia de negritude, de um ser-negro-no-mundo, que poderia se restringir à cor da pele, torna-se o que a autora chama de identidade *de primeira ordem*. Bernd propõe, então, algo que extrapole a cor da pele e que conectaria o negro às suas outras identidades. Seria, segundo ela, uma identidade de *segunda ordem*, denominada por *negritude*<sup>62</sup>. Os passos seguintes são de 1) situar a produção literária negra em relação ao sistema literário brasileiro e 2) apresentar a hesitação crítica na conceituação do problema: *literatura negra ou afro-brasileira?* Como já visto, um embate nomenclatural que se dá também no meio negro produtor dessa confecção.

Parece que o problema está ligado à dificuldade em estabelecer um conceito de literatura negra. Optar por literatura *negra* implica reconhecer que há um estilo, um léxico, uma temática etc. que particularizam um discurso literário de forma marcante e definitiva; optar por literatura *afro-brasileira* corresponde a reconhecer uma literatura empenhada em resgatar uma ancestralidade africana.[...] considerando-se que os elementos que caracterizam esta literatura não são *unicamente* as suas raízes afro, mas toda uma série de outros elementos observáveis a nível do próprio discurso literário, preferimos a designação literatura *negra*, por ser menos limitadora e por transcender os limites de nacionalidade, época, idioma, geografia etc., revertendo a um espaço ou *território* supra-nacional e supra-idiomático no qual os autores constituem uma mesma *comunidade de destino*.<sup>63</sup>

### *O Protagonismo Teórico do Eu-Enunciador*

A conexão do primeiro com o segundo livro que dedica ao assunto – *Introdução à Literatura Negra* – reside justamente neste ponto, *comunidade de destino*: a autora parte do pressuposto de que a Literatura Negra exista por conta de seu caráter auto-enunciativo. Sendo mais claro: ela existe porque há escritores negros que dizem que ela existe. O eu-enunciador assume o papel de ser o elemento de definição, na proposição de Bernd, do que seja um conjunto de produção literária, unificado em torno, vale reforçar, de uma identidade cultural de ser-negro-no-mundo.

---

<sup>62</sup>“A literatura negra brasileira, em sua busca por uma nova dicção, revela-se como o lugar privilegiado de uma luta pela construção de uma identidade negra, a qual chamamos de negritude.[...] como todo sentimento de identidade, se dará também por oposição, mas não é exclusiva porque nesta instância o negro não esquecerá suas outras dimensões: paralelamente à sua reivindicação de ser reconhecido como negro ele também quer ser reconhecido como operário, como brasileiro, como latino-americano ou como mulher, no caso dos membros femininos do grupo.” Cf. BERND, Zilé. *Negritude e Literatura na América Latina, Op. Cit.*, p.44.

<sup>63</sup>*Idem, ibidem*, p.80.

De um lado observamos, portanto, um querer desvencilhar-se da asfixia que representa para alguns a circunstância de serem rotulados, pois consideram que a criação literária transcende as delimitações impostas por fatores como geografia, nacionalidade, sexo, raça ou religião. Por outro lado, verificamos, igualmente, a ânsia de certos grupos se autoproclamarem a determinada categoria.[...] O que nos interessa, sobretudo, é discutir a questão da legitimidade da expressão *literatura negra*. [...]Na verdade, se pode ser nefasto colocar um autor ou movimento através de classificações, muitas vezes arbitrárias e estereotipadas, em guetos, ou seja, em compartimentos estanques que certamente reduzem a recepção de sua obra, será igualmente nefasto ficar alheio às reivindicações do autor. *Isto é, quando o desejo de um rótulo provém dos próprios autores, consideramos que este elemento não deva ser desprezado.* [...]No que concerne à literatura negra, sua característica maior talvez seja aquela ligada aos procedimentos de (re)nomeação do mundo circundante.[...] *Assim, ao referendar um expressão reivindicada pelos autores, a crítica está atuando como instância legitimadora dessa produção literária.*<sup>64</sup>

O problema que aparece em Bernd em torno da figura do eu-enunciador<sup>65</sup> revela que a fundamentação em torno da identidade cultural *oculta a articulação de um projeto estético com um projeto ideológico*. E por esta polaridade complementar, está-se entendendo aquilo formulado pelo crítico literário João Luiz Lafetá, assim desenvolvido no trecho a seguir:

O estudo da história literária coloca-nos sempre diante de dois problemas fundamentais, quando se trata de desvendar o alcance e os exatos limites circunscritos por qualquer movimento de renovação estética: primeiro, é preciso verificar em que medida os meios tradicionais de expressão são afetados pelo poder transformador da nova linguagem proposta, isto é, até que ponto essa linguagem é realmente nova; em seguida, e como necessária complementação, é preciso determinar quais as relações que o movimento mantém com outros aspectos da vida cultural, de que maneira a renovação dos meios expressivos se insere no contexto mais amplo de sua época.[...] Decorre daí que qualquer nova proposição estética deverá ser encarada em suas duas faces (complementares e,

---

<sup>64</sup>BERND, Zilá. *Introdução à Literatura Negra*, São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 19-21. Grifos meus. Um pouco mais adiante a crítica afirma que: “*Literatura Negra*: à primeira vista, a expressão pode remeter a um conceito etnocêntrico e reacionário, pois é evidente que sensibilidade artística não constitui fator inerente a uma dada etnia. Assim, parecer-nos-ia totalmente descabido afirmar, por exemplo, que Carlos Drummond de Andrade é um escritor *branco*. [...]Se concordarmos com Franz Fanon quando este afirma que “foi o Branco que criou o Negro” poderíamos concluir que, ao se autoproclamarem negros, os autores ainda uma vez estão enunciando seu discurso de acordo com o contrato estabelecido pelos brancos. Acreditamos, ao contrário, que o fato de assumirem essa nomeação, conscientemente, pode ser interpretado como um sinal de que os negros estão querendo *criar* a si mesmos e que uma das etapas desse processo seria justamente a de particularizar sua escrita, dando-lhe feição própria.” (p.21)

<sup>65</sup>A dimensão que assume o eu-enunciador negro, para Bernd, é uma prova disso: “*Nesse sentido, é preciso sublinhar que o conceito de literatura negra não se atrela nem à cor da pele do autor nem apenas à temática por ele utilizada, mas emerge da própria evidência textual cuja consistência é dada pelo surgimento de um eu enunciador que se quer negro. Assumir a condição negra e enunciar o discurso em primeira pessoa parece ser o aporte maior trazido por essa literatura, constituindo-se em seus marcadores estilísticos mais expressivos.*” Cf. Bernd, Zilá. *Introdução à Literatura Negra*, Op. Cit. p. 22. Grifos meus.

aliás, intimamente conjugadas; não obstante, às vezes relacionadas em forte tensão): enquanto projeto estético, diretamente ligada às modificações operadas na linguagem; e enquanto projeto ideológico, diretamente atada ao pensamento (visão de mundo) de sua época. [...] na verdade o projeto estético, que é a crítica da velha linguagem pela confrontação com uma nova linguagem, já contém em si o seu projeto ideológico. O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrendo suas relações reais com a natureza e a sociedade) investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo.”<sup>66</sup>

E é compreensível esse encobrimento: no âmbito da discussão do eu-enunciador, encontram-se diversos autores, de diferentes períodos históricos (desde o século XIX), distintos entre si. O que há entre Luiz Gama, Lima Barreto, Lino Guedes, Carlos Assumpção, Oswald de Camargo, Eduardo de Oliveira, Solano Trindade, Cuti etc. para além de serem negros, terem escrito sobre o negro em suas obras, com maior ou menor ênfase? A especificidade de cada um desses autores, as particularidades de suas trajetórias e a singularidade de seus momentos históricos é interligada através de uma ideia que se organiza em questões contemporâneas muito específicas.

Em verdade, a ideia de eu-enunciador é importante e opera um ponto no qual também estou de acordo: a singularidade do negro como autor, haja vista a história social e literária brasileira, expressando sua visão de mundo ou uma fração dela, de um grupo ou de uma fração de grupo social. Todavia, o eu-enunciador, isolado, parece pouco explicativo para outras questões que atravessam a vida social do negro. Ele é o início, pode ser um índice, efetivamente, de uma forma de expressão; contudo, jamais um fim em si mesmo, sob o perigo de banalizar-se, sofrer uma redução ou um procedimento mimético, como já exposto. Qual o projeto existente entre as formas de dizer e as formas de viver?

Tornando mais claro: Zilá Bernd elenca todos aqueles autores – e muitos outros – no centro da problemática da *negritude*, enquanto um sentimento e uma conscientização unificadora; e ao redor do que denomina por *Quatro Leis fundamentais da Literatura* – agora entendida como *Poesia Negra*<sup>67</sup> –

---

<sup>66</sup>LAFETÁ, João L. 1930: *A crítica e o Modernismo*, São Paulo: Livraria Duas Cidades/ Ed. 34, 2000, pp. 19-20. O autor complementa ainda, neste ensaio escrito em meados dos anos 1970, que “Assim, é possível concluir que, a despeito de sua artificialidade, a distinção estético/ ideológico, desde que encarada de forma dialética, é importante como instrumento de análise. O exame de um movimento artístico deverá buscar a complementariedade desses dois aspectos mas deverá também descobrir os pontos de atrito e tensão existentes entre eles.” (pp. 20-21, grifos meus)

<sup>67</sup>A justificativa da autora para a predominância da Poesia sobre o Conto e o Romance na Literatura Negra é que: “[...]para a maturação de um romance negro brasileiro, algumas etapas ainda precisam ser vencidas, como o resgate da sua participação na História do Brasil, sobre a qual tantas sombras se projetaram e a definição de sua própria identidade, para que exista um discurso ficcional do negro é preciso que o negro defina a imagem que possui de si mesmo e que consolide o processo já iniciado de construção de uma consciência de ser negro na América.” Cf. Bernd, Zilá, *Op. Cit.* p. 76, grifos em itálico meus.

onde seria mais fácil e comum *visualizar a conscientização do negro*: 1) a emergência do eu-enunciador; 2) que teria por tarefa a construção de uma epopéia negra, capaz de resgatar a saga do negro – melhor: do africano escravizado no Brasil; 3) isto empreenderia uma reversão dos valores, positivando o que sempre foi considerado negativo; 4) o que, por fim, instauraria uma nova ordem simbólica acerca do negro no Brasil.<sup>68</sup>

\*\*\*

Essa análise do protagonismo teórico do eu-enunciador, observado atenciosamente sob a ótica da Poesia Negra por Zilá Bernd, tenta evidenciar uma articulação de escritores e grupos negros em torno da Literatura e em outras esferas, para além de si próprio, que vão construindo um discurso político e ideológico ao longo do tempo, sobre o qual o consenso é tão difícil quanto a definição objetiva do fazer literário negro.

E é nos anos 1980 que o local em que os projetos culturais e políticos do negro organizado brasileiro melhor se articularam, fundando uma estética engajada, serão reavaliados. Anteriores a Bernd, estão as análises de Míriam Ferrara e Míriam Garcia Mendes<sup>69</sup>, sobre Imprensa e Teatro Negros no Brasil. Simultaneamente, os coletivos de escritores negros Quilombhoje e Negrícia publicam e/ou participam de dois livros reflexivos sobre a produção literária negra brasileira<sup>70</sup>. Da mesma maneira que outros escritores negros, como Paulo Colina e Oswaldo de Camargo, organizam antologias e livros históricos de/sobre autores negros na Literatura Brasileira<sup>71</sup>.

É muito interessante observar como se tem aqui um duplo movimento: 1) por um lado, opera-se a revisão de dois espaços privilegiados por associações negras, historicamente, para se projetar na cena pública, onde a Literatura (seja a poesia, a prosa ou a dramaturgia) esteve como aliada, base de um discurso, co-protagonista; 2) por outro, conjuntos de escritores da década de 70, ou mais velhos, assumem a Literatura como discurso principal, definindo-a em torno de uma “*militância ativa da*

---

<sup>68</sup>“As quatro leis fundamentais que sustentam a poesia negra possuem um mesmo conector: o princípio da resistência à assimilação, o qual organizará uma produção poética que proverá grupos negros dos fatores necessários ao seu tão buscado processo de singularização, fornecendo-lhes mitos, símbolos e valores, em suma, os elementos todos que irão viabilizar a total posse de si próprios.” Cf. Bernd, Zilá. *Op. Cit.* p. 93.

<sup>69</sup>FERRARA, Míriam Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*, São Paulo: FFLCH/USP & FAPESP, Série Antropologia, vol. 13, 1986.

<sup>70</sup>QUILOMBHOJE. *Reflexões: sobre a literatura afro-brasileira*, São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985.; I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros (org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1987.

<sup>71</sup>COLINA, Paulo (org.). *Axé: Antologia Contemporânea de Poesia Negra Brasileira*, São Paulo: Global, 1982; CAMARGO, Oswaldo de. *O Negro Escrito: apontamentos sobre a presença do negro na Literatura Brasileira*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1987; CAMARGO, Oswaldo de (org.). *A Razão da Chama: Antologia de Poetas Negros Brasileiros*, São Paulo: GRD, 1986.

*palavra*<sup>72</sup> ou de um “*ativismo negro-literário*”<sup>73</sup>. Ativismo artístico e político este que pode ser coroado pela criação de um Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN)<sup>74</sup>, em 1978 e a criação dos *Cadernos Negros*; ou, com a recuperação do depoimento de um militante histórico da Imprensa Negra (José Correia Leite) ao fim da década, por um escritor importante da Literatura Negra Contemporânea (Cuti), confirmando a união desses dois campos.<sup>75</sup>

### *O Protagonismo Concreto do Eu-Enunciador*

O trabalho de Ferrara vem atualizar o ensaio de Bastide sobre Imprensa Negra Paulista, discutido na primeira parte deste capítulo, corrigindo algumas de suas imprecisões, confirmando-o e indo além. Seu livro, fruto de dissertação de mestrado em Antropologia, apresentada à USP, em 1981, tornou-se um marco referencial sobre o assunto<sup>76</sup>. O interesse pelo livro de Ferrara já inicia pelo prefácio, assinado por Clóvis Moura, no qual o sociólogo negro afirma que:

O negro no mundo dos brancos consegue, conforme nos mostra a autora, organizar-se *para si* transmitindo ao grupo que se sente discriminado [por] normas de conduta através das quais ele poderá se integrar. Porque, conforme podemos ver no presente estudo, todo o discurso dessa imprensa é integrativo, isto é, do negro querendo ser cidadão, conseguir integrar-se, ser reconhecido, como igual. Mesmo quando se refere à África (o que faz raramente) nunca é um referencial de memória para mostrar que tem um passado, ancestralidade que deve ser lembrada e reverenciada. Por outro lado, as referências à África são quase que meramente simbólicas, muitas vezes míticas. Somente quando um fato como a guerra entre a Abissínia e a Itália acontece esses jornais registram. No mais já é o negro lutando por sua cidadania.<sup>77</sup>

Aquele caráter integrativo de que Moura trata é explicitado pela análise de Ferrara. Sua nova periodização tripartite<sup>78</sup> propõe um crescendo sistemático de conscientização na Imprensa Negra

<sup>72</sup>QUILOMBHOJE. *Cadernos Negros*, São Paulo: Ed. Dos Autores, vol. 6, 1983 APUD Bernd, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina*, Op. Cit., p. 82.

<sup>73</sup>CAMARGO, Oswaldo. *O Negro Escrito*, Op. Cit., p. 107.

<sup>74</sup>O CECAN foi criado em 1978, no bairro do Bexiga em São Paulo. Membros do centro foram responsáveis pela criação dos *Cadernos Negros* e do grupo Quilombhoje, além do jornal JORNEGRO. Sobre ele, ver: SILVA, Joana Maria F. da. *Centro de Cultura e Arte Negra: Trajetória e Consciência Étnica*, Dissertação [Mestrado em Sociologia] PUC-SP, 1994.

<sup>75</sup>Cuti & LEITE, José Correia. ... *E disse o velho militante José Correia Leite*, São Paulo: Secretaria de Cultura do Estado, 1992. Livro reeditado em 2007, em São Paulo, pela Novhaa América.

<sup>76</sup>E hoje, infelizmente, é uma pequena raridade, difícil de ser encontrada, não reeditada e com autora desaparecida do cenário acadêmico.

<sup>77</sup>MOURA, Clóvis. “Prefácio” In: FERRARA, Míriam Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*, São Paulo: FFLCH/USP & FAPESP, Série Antropologia, vol. 13, 1986, p. 20. Colchetes meus.

<sup>78</sup>Ferrara propõe três períodos para a Imprensa Negra Paulista, que podem ser resumidos assim: 1)1915-1923: tentativa de integração do negro na sociedade e formação de consciência; 2)1924-1933: fundação do jornal *Clarim da Alvorada* (1924); ápice, em 1931, com a criação da Frente Negra Brasileira; e, em 1933, com a criação de *A Voz da Raça*. O período se encerra com o Estado Novo; 3)1945-1963: reivindicações políticas, com membros do grupo negro em partidos políticos de

Paulista. E é o que a leva a observar agudamente que: “*Os jornais feitos por negros para negros, no período de 1915 a 1963, no Brasil, esboçam uma camada social descendente de escravos e que, após três décadas de liberdade, consegue articular-se socialmente imprimindo suas ideias ou reivindicações*”<sup>79</sup>.

Vale lembrar a incredulidade de David Brookshaw, discutida anteriormente, acerca da aparente incapacidade da imprensa negra em gerar profissionais brasileiros da escrita (ou diletantes profícuos e talentosos narradores). Incredulidade essa igualmente assinalada pelo escritor negro Oswaldo de Camargo, em seu livro analítico sobre a presença do negro na Literatura Brasileira:

Mas o negro quase nada escreveu nas primeiras décadas da República, em ficção, tirante – repetimos – Lima Barreto. O negro foi e é poeta, quase só poeta. Fato que surpreende, visto que, ao menos em São Paulo, já aparecia em 1911, uma imprensa alternativa negra, onde assinalamos os primeiros títulos com **A Pérola**, seguido de **O Menelick**, em 1915, **A Princesa do Oeste**, **A Rua**, **O Xauter**, **O Alfinete** (de São Paulo, estes); **Bandeirante** (Campinas); **União** (Curitiba); **Patrocínio** (Piracicaba), escritos evidentemente em prosa... Daí o espanto: que foi que travou a realização da “prosa” ficcional, com o conto, a novela? A **Imprensa Negra** não poderia ter sido uma escola de se escrever também ficção? Nem lembramos o romance, obra que, por seu porte e meandros, exige relativa “escravidão literária”, esforço grande e contínuo.<sup>80</sup>

Pode-se reformular esse problema, a meu ver, a partir do trabalho de Ferrara, e se observar o quão significativo é o fato de, após somente três décadas de libertação formal, ter-se um esforço empreendido *coletivamente*, em um meio negro organizado, paulista, na expressão letrada<sup>81</sup>.

E é este esforço coletivo que gerará, igualmente, as associações negras. E com maior ou menor dispersão, elas gerarão seus próprios jornais. Que com menor ou maior sucesso, deles emergirão escritores desde os anos 1920 até a década de 70<sup>82</sup> que, caso a Imprensa Negra não houvesse existido –

---

época ou se candidatando a cargos eletivos.

<sup>79</sup>Ferrara, Miriam N. *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>80</sup>CAMARGO, Oswaldo de. *O Negro Escrito, Op. Cit.*, p. 74.

<sup>81</sup>Esforço este empreendido pelos imigrantes europeus e suas associações, no mesmo período e com mais recursos (financeiros, educacionais e/ou políticos). Não se trata de tarefa desprezível, como o aponta Florestan Fernandes em *A Integração dos Negros na Sociedade de Classes*, que discutiremos adiante. Tampouco banal, se levar em conta que o uso da palavra escrita é um símbolo dominante da classe dominante do momento e o grupo negro organizado paulista é um punhado diminuto de pessoas em meio a uma massa de analfabetos e subempregados. Para se ter uma ideia da urgência dessa proto-organização, José Correia Leite, no depoimento que concedeu ao escritor Cuti, a certa altura afirma que: “[...]Tanto que a Santa Casa era de “Misericórdia”. Era tudo por meio de favor. Eu achava isso injusto, com relação a nós negros. Pois as colônias estrangeiras resolviam isso formando associações beneficentes e de mútuo socorro. Os italianos tinham essas associações. Quando eu estava numa roda de negros, eu procurava discutir isso: “Mas por que nós também não podemos ter uma associação assim? Formavam-se sociedades beneficentes, mas logo se tornavam sociedades de baile e já ia tudo por água abaixo.” Cf. Cuti & LEITE, José Correia. *Op. Cit.*, p. 55.

<sup>82</sup>Para ficar apenas em alguns mais relevantes: Lino Guedes, Abdias do Nascimento, Solano Trindade, Oswaldo de Camargo, Cuti etc. Ver o quadro demonstrativo no capítulo seguinte. Todos eles estiveram ligados a veículos informativos da Imprensa Negra, no Rio de Janeiro ou São Paulo.

dentre outros tipos de associações – não teriam alçado algum patamar da cena pública. E fato é que naqueles jornais, de acordo com a antropóloga uspiana, Literatura nunca esteve separada de integração, orientação, controle social do grupo negro. Fosse na sua forma inicial de acontecimentos frugais do primeiro período<sup>83</sup>; passando pelo acirramento da conscientização política, limitado pelo golpe de 1937<sup>84</sup>, com o surgimento, inclusive, da Frente Negra Brasileira<sup>85</sup>, explicitando o alijamento dos negros da política; culminando num curto interregno democrático, entre 1945 e 63, onde o negro se fará presente como sujeito político ativo, seja em suas associações, grupos teatrais (vide o Teatro Experimental do Negro do Rio de Janeiro e de São Paulo, a Associação Cultural do Negro) ou jornais<sup>86</sup>.

---

<sup>83</sup>“Estes jornais possuem uma característica comum, publicam versos, notas de aniversário, casamentos, falecimentos, quermesses, festas religiosas, etc..., e principalmente mexericos, através dos quais é exercido o controle sobre o grupo. As matérias de conteúdo reivindicatório são em número reduzido; contudo, neste período começa a formação de uma consciência de grupo que mais tarde irá ganhar força. [...]De modo geral, os jornais eram mantidos com os escassos recursos do grupo negro. Os anunciantes eram poucos e os jornais eram vendidos nos bailes. Mas como relata [José]Correia Leite, “ninguém comprava e nós dávamos os jornais gratuitamente. Pagávamos o papel com nosso dinheiro e sempre tínhamos prejuízo.” Cf. FERRARA, Míriam N. *Op. Cit.* pp. 51-52.

<sup>84</sup>“Com o jornal[...] fundado por José Correia Leite e Jayme de Aguiar a 6 de janeiro de 1924, as reivindicações ganham força e expressão. Foi um dos jornais que mais se destacaram em São Paulo, marcando a história da imprensa negra. Fundado para ser um jornal literário, tornou-se arma de luta contra a situação do negro na sociedade brasileira. Este, teve duas fases: de 1924 a 1927 e de 1928 a 1932. No primeiro momento guardou o caráter literário, porém com aspectos combativos; no segundo, assume o papel reivindicatório e de cunho político. O subtítulo do jornal indica a tendência do mesmo; assim, “O Clarim da Alvorada” é fundado como “órgão literário, noticioso e humorístico” e permanece, com algumas variações (“órgão literário, noticioso e científico”, “órgão literário, noticioso e político”), até 1928. Neste ano, o registro do subtítulo do jornal é outro: “O Clarim da Alvorada” - Pelo interesse dos homens pretos. NOTICIOSO, LITERÁRIO E DE COMBATE”. Cf. FERRARA, Míriam N. *Op. Cit.* pp.55-56, grifos meus.

<sup>85</sup>“A 16 de setembro de 1931 foi fundada a Frente Negra Brasileira por Arlindo Veiga dos Santos, Isaltino Veiga dos Santos, Alfredo Eugênio da Silva, Pires de Araújo e Roque Antônio dos Santos. Temos, com a Frente Negra, o ponto alto dos movimentos, reivindicações e presença do negro na sociedade brasileira, entrando em declínio em 1937, não mais recuperando sua força anterior.[...] A Frente Negra Brasileira tinha objetivos e metas a serem atingidos; seu objetivo primordial era a ascensão social do negro e para tanto metas seriam: estímulo para estudar, trabalhar, ter casa própria e progredir. Com este intuito, sempre presente, eram feitas as domingueiras, tendo por finalidade educar e conscientizar os negros. Nesta ocasião, eram ministradas aulas de higiene e puericultura, aulas de religião e catecismo, conferências sobre filatelia; as poesias de Luiz Gama eram comentadas, bem como as datas nacionais. Também foram feitas campanhas para que os negros depositassem seus salários na Caixa Econômica a fim de possibilitar aquisição de casa própria. [...]Assim, os negros começaram na prática a sua ascensão social, conforme depoimento de Pedro Paulo Barbosa: “E muitos negros começaram a comprar terrenos na periferia: São Judas, São Mateus, Barra Funda, Freguesia do Ó, Bairro do Limão, Cantareira. E todos eram pobres, viviam de salário. Assim, nosso movimento agiu de baixo para cima. Nosso movimento formou padres, vários professores, políticos, dentistas, todos negros.”” Cf. FERRARA, Míriam N. *Op. Cit.* pp.62- 67.

<sup>86</sup>“Com a volta ao regime democrático em 1945, inicia-se o terceiro período da imprensa negra. O que diferencia este dos dois anteriores é a situação política geral que, de certa maneira, reflete-se nos jornais negros. Temos a propaganda política aberta e o apoio a candidaturas tanto de negros quanto de brancos. Isto seria o reflexo ou decorrência da formação de outros partidos políticos da sociedade brasileira. Partido Social Democrático(PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Progressista (PSP), a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido de Representação Popular (PRP) e outros. [...]A Frente Negra Brasileira tenta rearticular-se como partido político, funda-se a Associação do Negro Brasileiro (ANB) e é realizada a Convenção Nacional do Negro. Como aponta Roger Bastide, “o ponto de vista dos jovens de esquerda parece agora prevalecer-se”[...]Sinal de amadurecimento foi a fundação da Associação dos Negros Brasileiros, que fez uma revisão dos erros anteriormente cometidos, no sentido de uma auto-crítica, e se apresenta como a saída possível para o negro. Assim, no jornal “Alvorada”, de 1945, os artigos, de modo geral, têm uma finalidade: mostrar aos negros os objetivos e a importância da A.N.B, criada para que os negros não se dispersassem;[...]” *Idem, Ibidem*,pp. 141-42.

Especialmente neste último período, as interligações entre Literatura, Teatro e Imprensa Negra se farão mais fortes. No Rio e em São Paulo, grupos de teatro terão, com sucesso e longevidade relativos, jornais que lhe servirão como ponte para um público maior. O Teatro Experimental do Negro, surgido em 1944 na cena carioca, após quatro anos de atividades artísticas e políticas, na figura de seu criador Abdias do Nascimento, funda o jornal *Quilombo*. Em São Paulo, a Associação Cultural do Negro (criada por José Correia Leite, Jayme de Aguiar, entre outros, em razão da exclusão do negro nas comemorações do Quatrocentenário de São Paulo), criará em 1960 a revista *Níger* que, segundo seu editor-chefe, Oswaldo de Camargo, “[...] o *Níger* era uma espécie de órgão da Associação Cultural do Negro. E do Teatro Experimental do Negro [de São Paulo]”<sup>87</sup>

Isso, de certa forma, anuncia um *procedimento metodológico* para análise da Literatura, Teatro ou Imprensa de grupos negros no Brasil, até os anos 1980, que já assinala atrás: *é quase impossível separá-los, enquanto manifestações autônomas*. Suas interligações permitem checar trajetórias, biografias, lançamentos, estreias, reivindicações e acontecimentos políticos. Talvez até mesmo Música, Artes Plásticas e o Cinema adentrem este terreno, uma hipótese a ser testada.

\*\*\*

### *Marginalidade Produtiva, Distributiva e Consumidora*<sup>88</sup>

Tanto Imprensa, como Literatura e Teatro de negros brasileiros, desde seu surgimento e ao longo do século XX devem ser observados, a meu ver, como *produções de caráter marginal*. Marginalidade compreendida como participação desigual e subalternizada no sistema social e literário, em sua forma *produtiva* (no que tange aos recursos), *distributiva* (enquanto acesso a um público) e de *consumo* (referente à recepção) dessas manifestações em seus respectivos sistemas culturais de atuação<sup>89</sup>.

A marginalidade, por analogia, portanto, é *constituente* dessas produções e *sistêmica*, tal qual a definição de *sistema literário*, operada por Antonio Candido. Apesar de se considerar o *Clarim D'*

---

<sup>87</sup>Entrevista concedida a mim em 29 de julho de 2007, em São Paulo.

<sup>88</sup>Versões desta parte foram apresentadas no XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), realizada na USP, no GT “Literatura Afro-Descendente: Memória e Construção de Identidades”, em 16/07/2008; bem como no V Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), realizado na UFG, no GT “Relações Raciais em Discursos Midiáticos e Literários”, em 30/07/2008. Agradeço aos professores Joel Zito Araújo, Elio Ferreira (UEPI), Paulo Vinícius Baptista da Silva (UFPR) e Algemira de Macedo Mendes (UEMA) pelo debate.

<sup>89</sup>Esses aspectos de marginalidade se estendem também ao *samba*. Apenas para pinçar dois exemplos, em São Paulo, que se cruzam com a argumentação desenvolvida até aqui: Geraldo Filme, importante sambista paulistano, participou do Teatro Popular, de Solano Trindade, nos anos 60. B. Lôbo, sambista carioca, radicado na capital paulista, escreve letra de samba a Carolina Maria de Jesus, publicando-a na revista *Níger*. Este texto será apresentado mais adiante. Cf. *Samba à Paulista*, documentário patrocinado pelo programa DOC TV da TV Cultura, 2007. [www.sambaapaulista.com](http://www.sambaapaulista.com), acessado em 15/02/07.

*Alvorada, A Voz da Raça* ou o *Quilombo*, nos anos 1920, 30 e 40 do século passado como momentos de apogeu da imprensa negra; ou o Teatro Experimental do Negro, nas décadas de 1940 e 50, dirigido por Abdias do Nascimento; e, mais ainda, o contínuo surgimento de poetas e ficcionistas negros, no âmbito do sistema literário, jornalístico ou teatral, essas produções são, geralmente, internas e retroalimentadas pelos pequenos grupos negros intelectualizados que as produzem e consomem, com momentos e figuras singulares de pico de alcance, nacional ou internacional.

Ressalva seja feita ao jornal *Quilombo*<sup>90</sup> e ao Teatro Experimental do Negro, cujo alcance no grupo negro e além dele é significativo, haja vista, como analisa Míriam Garcia Mendes, a sua *função pedagógica*, aliada às relações estabelecidas entre dramaturgos e atores brancos (Eugéne O’Neil, Albert Camus, Nelson Rodrigues, Augusto Boal, Lúcio Cardoso, Cacilda Becker etc.) e uma classe média liberal para o contexto do Rio de Janeiro da década de 1940. De acordo com a crítica teatral,

*Ao mesmo tempo, o TEN se dispunha a alfabetizar, se preciso, seus primeiros elementos, a serem recrutados entre operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão definida e modestos funcionários públicos, procurando incutir-lhes uma nova visão de condição social, ao mesmo tempo que mudar a imagem que os brancos faziam dos negros, baseada quase que só em estereótipos herdados da escravidão.*<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup>Cf. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2003. Trata-se da edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento entre 1948 e 1950, com apresentação do próprio e Elisa Larkin do Nascimento, bem como introdução de Antônio Sérgio A. Guimarães. Para se ter uma ideia de sua amplitude, veja-se um excerto da introdução: “Como jornal, o *Quilombo* foi bastante diferente de seus antecessores. Isso por vários motivos. Mas talvez o mais importante deles tenha sido justamente a sua inserção e sintonia com o mundo cultural brasileiro e internacional. De fato, à maneira dos melhores jornais americanos e franceses da época, o *Quilombo* congregava num mesmo espaço político e cultural, intelectuais negros e brancos que emprestavam sua grandeza para a construção do pós-racismo brasileiro: gente da envergadura de Guerreiro Ramos, Ironides Rodrigues, Edison Carneiro, Solano Trindade; ou do quilate de Nelson Rodrigues, Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, Péricles Leal, Orígenes Lessa, Roger Bastide, para ficar nos maiores. O *Quilombo* publicou também intelectuais estrangeiros como George Schuyler (jornalista do *Pittsburg Courier*), o argentino Efraim Tomás Bó, Estanislau Fischlowitz, Paul Vanorder Shaw e Ralph Bunche; mantendo-se em sintonia com o que acontecia em Paris, Nova York ou Chicago, traduziu e deu a conhecer o texto “Orpheu Negro”, de Jean-Paul Sartre, entrevistou Albert Camus, reproduziu artigos do *The Crisis*, o jornal dirigido por [W.E.B] Du Bois em Nova York; manteve contato regular com a equipe do *Présence Africaine*, órgão da négritude francesa, assim como os principais jornais norte-americanos. Discutiu a música, o cinema, o teatro e a poesia feita no Brasil por negros, assim como as manifestações da então chamada “cultura afro-brasileira”, tais como os candomblés” (p. 11)

<sup>91</sup>MENDES, Míriam Garcia. *O Negro e o Teatro Brasileiro (entre 1889 e 1982)*, São Paulo: HUCITEC/ Rio de Janeiro: IBAC/ DF: Fundação Cultural Palmares, 1993, p. 48. Grifos meus. De acordo com Mendes, a influência do TEN repercutiria ainda em outros grupos negros teatrais, logrando muito menos sucesso que seu modelo: “O TEN exerceria, ainda, sua influência em São Paulo, onde grupos negros também tentaram fazer seu Teatro Experimental, com peças de autores americanos. Um deles encenou em 1966 *Blues for Mr. Charles*, de James Baldwin. Houve, ainda, tentativas mal definidas de se fazer teatro negro em Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador. E no Rio de Janeiro, desde 1950, Solano Trindade fazia seu Teatro Popular Brasileiro, havendo também o grupo liderado pelo ator negro, Milton Gonçalves, que em 1966 encenou *Memórias de um Sargento de Milícias* e *Arena conta Zumbi*.” (p. 50)

Todavia, afora os fatores endógenos para sua desagregação<sup>92</sup> – briga interna dos membros, interesses diferentes e conflitantes – a base social negra do TEN e seus aliados estratégicos não foram, para Míriam Mendes suficientes para sua manutenção no cenário teatral brasileiro. Na análise que empreende, a autora afirma que:

O próprio TEN, segundo Abdias do Nascimento, não conseguiu sobreviver, vítima da sistemática, sutil, mas insidiosa discriminação contra qualquer movimento que ponha a nu a realidade do preconceito racial contra o negro no Brasil. [...] Já em 1966 o Ministério do Exterior impedia o TEN de se apresentar no I Festival Mundial de Artes Negras de Dacar, não o incluindo na Delegação Brasileira para o Festival, sendo inúteis os protestos e denúncias à UNESCO e ao Presidente do Senegal contra tal procedimento. No II Festival do Negro (1977), nova ausência do TEN, em consequência da mesma política que o impedira de participar do primeiro.<sup>93</sup>

Contudo, um dos argumentos de que se vale Mendes – a falta de embasamento popular<sup>94</sup> – para explicar o declínio do TEN não parece, ao autor desta tese, inteiramente apropriado ou bem construído. De acordo com autora:

[...] o TEN foi um teatro eminentemente urbano, isto é, criado no mais diversificado e populoso ambiente do Brasil, como a cidade do Rio de Janeiro, do ano de 1944. Mais precisamente, no núcleo da cidade, nem sequer chegando à periferia, isto é, aos subúrbios. A contradição existente na proposta do TEN, parece-nos, partiria exatamente daí. Os elementos da cultura africana e suas variações não teriam sido suficientes para aglutinar indivíduos com experiências de vida diversas, desligadas mesmo entre si, embora comungando, mais ou menos, das mesmas crenças.

Para a autora, embora haja grande exacerbação de preconceitos, a autenticidade do teatro negro estaria melhor baseada no teatro popular (Mamulengos, Bumba-meu-Boi etc.). Entretanto, cabe aqui uma crítica à argumentação de Mendes: Quais seriam as condições objetivas para um Teatro *Experimental* Negro ocorrer no meio rural ou com repertório popular? Ainda mais numa época em que se sabe que o samba rural e as lendas folclóricas começam a sofrer ataques da experiência urbana,

---

<sup>92</sup>Cf. MÜLLER, Ricardo G. (org.) *Revista Dionysos: Especial Teatro Experimental do Negro*, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988; ROSA, Daniela R. *Teatro Experimental do Negro: estratégia e ação*. Dissertação [Mestrado] em Sociologia, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

<sup>93</sup>MENDES, Míriam G. *O Negro e o Teatro Brasileiro*. *Op. Cit.*, p. 51. Bem mais adiante no livro, Mendes ataca o problema sob a ótica da recepção do TEN face àquele que lhe seria o público ideal: “E isto nos leva a pensar se Abdias do Nascimento, acreditando ser o TEN um “campo de polarização psicológica onde está se formando o núcleo de um movimento social de vastas proporções” teria compreendido que o espaço que ele ocuparia era parte do espaço de brancos, pois de brancos era a platéia, à exceção de uns poucos intelectuais negros ou de um outro homem de cor capaz de pagar o preço do ingresso do teatro.” (p. 151)

<sup>94</sup> Nos termos da crítica teatral: “[...] A falta de um verdadeiro embasamento popular de um teatro que pretendia exatamente sensibilizar e aglutinar um estrato social profundamente ligado ao povo, entendido este na cabal acepção da palavra” Cf. MENDES, Míriam G. *O Negro e o Teatro Brasileiro*. *Op. Cit.*, p. 161, grifos meus.

desaparecendo ou modificando-se? Outra questão: não foi feita, em seu trabalho, uma análise detalhada sobre a origem e trajetória social dos integrantes do TEN, ao menos do seu núcleo duro mais atuante.

Abdias do Nascimento, Ruth de Souza, Léa Garcia, Haroldo Costa, Ironides Rodrigues, Agnaldo Camargo são negros oriundos de uma incipiente classe média baixa em ascensão social. A proposta original do TEN, portanto, desde sua primeira peça, de Eugène O'Neill [*O Imperador Jones*], está coerente, mesmo que sofrendo alterações posteriores, com a condição social deste grupo: existe uma clara intenção de fuga dos estereótipos convencionais, uma subversão reduzida ao texto, que não se completa apenas no teatro, mas também em experiências políticas, estético-pedagógicas, jornalísticas etc. na trajetória destes atores. Qualquer crítica ao TEN, parece-me, deve partir daí e não apenas ao, embora importante, fato da ausência de interação entre o público negro marginalizado e o grupo teatral; que pode ser questionável, uma vez que a base dos atores do TEN é recrutada entre indivíduos das classes subalternas: pequenos funcionários, empregadas domésticas, favelados etc.

De toda maneira, este debate anterior sobre literatura, imprensa e teatro negro, ainda que não seja de todo sistematizado, será também elaborado dentro dos próprios grupos criadores negros, ao longo dos anos 1980. Quer sejam nas antologias ou nas primeiras edições de encontros sobre Literatura Negra – para não falar em prefácios e introduções da série *Cadernos Negros*, objeto posterior de análise – a recuperação da marginalidade produtiva, distributiva e de consumo histórica da confecção cultural dos grupos está posta em questão. E será nestes termos, assombrados pelo espectro próximo do centenário da Abolição, que críticos, sociólogos, poetas e ficcionistas negros o enfrentarão.

### *A negação da negação*

A revista *Estudos Afro-Asiáticos*, vinculada ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, desde o fim da década de 1970 sediou debates sobre o negro no Brasil e no mundo, em diferentes vertentes. Tocante à Literatura, já no seu segundo número, David Brookshaw escreve artigos no qual antecipa vários pontos analíticos de seu livro, *Raça & Cor na Literatura Brasileira*, comentado à primeira parte do capítulo: as razões do descompasso entre a estética negra e a vanguarda do Modernismo; crítica a esta vanguarda pela construção de uma ideologia nacional onde o negro é ausente ou entra de forma estereotipada; o papel da imprensa negra para a Literatura do mesmo grupo social; a análise de Roger Bastide como linha motriz de seu pensamento etc. O foco de seu artigo é se debruçar na produção de três poetas negros e um sambista (Lino Guedes, Solano Trindade, Eduardo de Oliveira e Nei Lopes, respectivamente). Para o objetivo imediato desta parte do trabalho, suas observações mais importantes são as que se referem ao primeiro autor:

*A retomada do escravo como tema, principalmente por um escritor negro, pode parecer estranha. No entanto, à época [anos 20], isso fazia sentido porque a instituição escrava estava ainda viva na memória dos negros, e seus efeitos fortemente sentidos. Para Guedes, os negros não tinham senso de solidariedade racial ou de classe porque haviam esquecido quem os tinha feito sofrer. O neto de Pai João, isto é, a jovem geração pós-Abolição, havia perdoado seu opressor branco, com ele confraternizado, e, eufórico com a liberdade, tinha-se permitido estar à mercê do paternalismo de seus antigos senhores. A marginalização dos negros foi, assim, parcialmente auto-imposta, e cabia à nova geração progredir e suprimir a lassidão de seus pais. [...]Esta é tônica do “Poema das mãos enegrecidas”: O neto de Pai João/Logo após a Abolição/ Não pensou em se vingar/ De quem tanto o escravizara,/ Daquele que o obrigara/ Rudemente a trabalhar.// Despovoada a senzala/ Recebeu em sua sala,/ Cavalheiresco e amigo,/ E ao seu algoz penitente/ Estende a mão sorridente:/ -Divirta-se aqui comigo!// E o neto de Pai João/ Sofreu a desilusão/ De ficar por toda a vida/ -Como a pedir esmola/ Para a mísera sacola -/ Com a sua mão destendida...”<sup>95</sup>*

O ataque que Guedes faz aos descendentes de escravos, simbolizado pela figura pejorativa de Pai João, nesse excerto, justifica o fato do autor nunca ter sido, segundo um seu contemporâneo<sup>96</sup>, bem aceito ou lido no meio negro, à sua época. A solução para a situação do negro, em Lino Guedes e alguns de seus coetâneos, está dada ao próprio negro: pela educação, assimilação cultural, criação de uma moral ilibada, a organização familiar e a abstinência alcoólica etc. De certa forma, é curioso pensar que os *bisnetos ou trinets de Pai João* serão aqueles que colocarão a crítica do poeta em prática. Não nos termos do autor, visando uma integração; mas no sentido de uma *negação da negação*: a luta do negro não se daria no plano moralista e assimilacionista; mas, sim, no do reconhecimento social; a literatura negra não serviria como controle do grupo, mas, antes, como arma ideológica do mesmo. O mesmo valendo para os escritores periféricos contemporâneos, agudizando a crítica.

O número 8-9 da mesma publicação editou as comunicações do *Encontro Nacional Afro-Brasileiro*, realizado no CEEA entre 29 de julho 1º de agosto de 1982. Um dos tópicos de discussão daquele encontro foi o tema *Literatura Afro-Brasileira Pós-70*. Os expositores publicados são, majoritariamente, membros do Quilombhoje/Cadernos Negros (Cuti, Oubi Inaê Kibuko, Estevão

---

<sup>95</sup>BROOKSHAW, David. “Quatro Poetas Negros Brasileiros” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 1, n. 2, 1978, p. 32. De acordo com o autor, o poema de Lino Guedes foi publicado em *Urucungo*, São Paulo: Coleção Hendi, 1936.

<sup>96</sup>Como afirma José Correia Leite: “[...] *Era um negro isolado. Foi na época o único negro a publicar livros de poemas.*[...] *O Lino Guedes nem sempre agradava o meio negro com o trabalho literário dele. A poesia. A poesia social não estava ainda em voga. Só veio mais tarde com traduções (feitas por Sérgio Milliet, Guilherme de Almeida...) dos primeiros poetas negros da América do Norte, como por exemplo Langston Hughes. Ai começaram as pessoas a perceber que era possível se fazer poesia de sentido social, com denúncias, reivindicações e clamor contra certas injustiças. Mas isso apareceu mais tarde. No tempo em que Lino Guedes publicava, os negros faziam poesia como Olavo Bilac.*” Cf. Cuti & LEITE, José Correia. ... *E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, p. 38, grifos meus.

Maya-Maya), antigos poetas (Carlos Assumpção, Eduardo de Oliveira) e um novo escritor (Edu Omo Oguiam).

O texto de Oliveira<sup>97</sup> se propõe a discutir a presença do negro na Literatura Brasileira, enquanto personagens e autores (começando por este último grupo). O autor cita um conjunto grande de escritores negros, desde o século XVIII até o XX, iniciando os seus contemporâneos pelo pavilhão dos mortos. A Literatura Negra passa a ser existente a partir da presença do negro nela, na perspectiva de Oliveira. Ou seja: desde sempre. O trabalho seguinte é de Cuti [Luiz Silva], igualmente escritor e à época diretor dos *Cadernos Negros*, organizado pelo Quilombhoje. Sua comunicação, “Literatura Negro-Brasileira: Notas a respeito de condicionamentos”<sup>98</sup>, que seria reeditada dois anos mais tarde, no livro organizado pelo grupo que dirigiu, será discutida em outro momento neste capítulo.

Por ora, vale dizer que sua concepção de Literatura Negra é bastante diferente de Oliveira. Cuti se propõe a pinçar como alguns poetas modernistas (Mário de Andrade, Raul Bopp) e outros (Cassiano Ricardo e Ferreira Gullar) trataram o negro enquanto personagem em suas obras e como o negro é observado por narradores e poetas endógenos contemporâneos (Solano Trindade, Oswald de Camargo, Eduardo de Oliveira).

A reflexão seguinte pertence também a um membro do coletivo Quilombhoje: Oubi Inaê Kibuko [Aparecido Tadeu dos Santos]. Em seu texto, o problema da marginalidade produtiva e distributiva da Literatura Negra aparece imediatamente no primeiro parágrafo:

*A Literatura afro-brasileira está sendo desenvolvida em condições financeiras, bibliográficas e editoriais precárias. É uma literatura feita mais na raça, no muque, pois os escritores negros brasileiros, devido à falta de apoio cultural, subvencional, a realizam segundo suas condições financeiras, ou seja, autofinanciamento a publicação dos seus trabalhos, poupando alguns trocados dos seus míseros salários. A maioria deles é composta de trabalhadores e em alguns casos também de chefes de família ou trabalhadores-estudantes, que estão no banco escolar mais pela necessidade de obter um diploma para conseguir um cargo e um salário melhor, sem esquecermos também das mulheres, que, se não são trabalhadoras, são donas-de-casa, estudantes, mas sem mesada mensal, etcéteras. Vamos encontrar entre os principiantes contemporâneos alguns aspectos comuns: a necessidade de pôr pra fora a raiva, a sede de respirar livremente, as pressões psicológicas sofridas no dia-a-dia, ou seja, repressão policial, desemprego ou pressão patronal ou de chefia, falta de material didático sincero nos bancos escolares, direitos civis,*

---

<sup>97</sup>OLIVEIRA, Eduardo de. “A Presença do Negro na Literatura Brasileira” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 8-9, 1983, pp. 205-214.

<sup>98</sup>CUTI. “Literatura Negro-Brasileira: Notas a Respeito de Condicionamentos”, In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 8-9, 1983, pp. 215-219.

*humanos e etcétera e até mesmo o pessimismo que “os senhores brancos” nos injetaram nesses quatro séculos de trabalho servil em terras brasilíndias, hoje denominadas brasileiras*<sup>99</sup>

Confirmando o que diz Kibuko, um velho poeta dos anos 50 entusiasmado com a nova geração, Carlos Assumpção contribuirá para o encontro afirmando a importância desta produção emergente de Literatura Negra<sup>100</sup>. Entretanto, se a década de 1970 pode ser lida como um momento de retorno à baila da confecção literária para o grupo negro<sup>101</sup> – coincidindo com a reorganização do meio negro, aparentemente desestabilizado desde o golpe civil-militar de 1964, nos principais centros do país – também é um momento de repensá-la, em termos de forma, conteúdo, produção, distribuição e recepção.

É o que objetivam os trabalhos seqüenciais na mesa-redonda: “Por um Literatura Dinâmica e Participante”, de Edu Omo Oguiam; e, por fim, “Um caminho para a Literatura Afro-Brasileira”, de Estevão Maya-Maya. No primeiro texto, do poeta baiano e membro de uma comunidade religiosa de matriz africana em Salvador, o autor coloca como plataforma para a produção uma espécie de reinvenção da confecção cultural negra, fazendo coro as críticas constantes de que ela estaria distante de seu grupo de origem.<sup>102</sup>

<sup>99</sup>KIBUKO, Oubi Inaê. “Lamentos, Ressentimentos, Vingança... Ou um alerta de resistência e sobrevivência?”, In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 8-9, 1983, p. 220. Grifos meus.

<sup>100</sup>“Até o início deste século, poucos foram os literatos negros que, assumindo sua negritude, escreveram sobre si mesmos, sobre os brancos, sobre nosso país. Contudo, ultimamente o número de escritores negros tem crescido consideravelmente, apesar de todos os obstáculos, de todas as adversidades existentes neste mundo branco, em que o negro que almeja sair de sua dolorosa situação de miséria e humilhações, em que o negro que reivindica direitos é acimado de subversivo etc. [...] De alguns tempos para cá, talvez de uns dez, quinze anos atrás, apareceu no *pedaço* uma constelação de jovens escritores que, unidos aos mais velhos, denunciam a pobreza extrema, a discriminação racial, a segregação das favelas, mocambos e alagados, a espoliação, o subemprego, o desemprego, as humilhações e perseguições sem conta e outras mazelas sociais que parecem querer levar o negro à extinção. Mostram o ridículo do branco ou brancoíde brasileiro que teima em se dizer cristão, mas trata a seu semelhante como animal ou coisa”. Cf. ASSUMPÇÃO, Carlos. “Uma Nova Literatura Emergente”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 8-9, 1983, p. 228.

<sup>101</sup>O entusiasmo de Assumpção prossegue, como se pode ver a seguir: “Além do valor artístico das produções literárias dos Cadernos Negros, há que se destacar a união desses jovens literatos negros, que, conscientes de sua missão, se cotizam para editá-los periodicamente, num cooperativismo inusitado. Esses rapazes têm lutado arduamente. Com suas “rodas-de-poemas” e outras atividades intelectuais têm formado um público ouvinte e leitor cada vez maior, driblando o silêncio inimigo da grande imprensa, que, instrumento de domínio do capitalismo insensível, não divulga reivindicações de negros, por mais justas que sejam.[...] Mas os moços estão aí, no *pedaço*, falando e escrevendo, em prosa e versos, a um público certo, sob a liderança incansável de Cuti (Luís Silva), um dos maiores poetas e contistas dessa plêiade de jovens escritores. [...]” Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 230. É bom assinalar que no ano anterior [1982] Assumpção acabara de lançar uma coletânea de poemas chamada *Protesto*, homônima ao longo texto que o revelou em 1956, quando o declamou na Associação Cultural do Negro e na Biblioteca Municipal de São Paulo, a convite do seu diretor, o sociólogo Sérgio Milliet. Nesse meio tempo, Assumpção esteve ausente da produção literária, tendo sido recuperado pelo grupo dos Cadernos Negros, no início dos anos 80.

<sup>102</sup>OGUIAM, Edu Omo. “Por uma Literatura Dinâmica e Participante”, In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 8-9, 1983, p. 232. Como afirma o autor: “[...]Dinâmica no conteúdo: com uma clara proposta de elevação da consciência étnico-político-cultural-social e religiosa do negro afro-brasileiro. [...]Dinâmica na forma: usando-se uma linguagem de fácil entendimento, ou seja, uma linguagem corrente, usual, para a comunidade à qual é dirigido o trabalho, levando-se em conta (inclusive) o regionalismo, haja visto que somos um povo de tradição cultural basicamente oral. Que seja uma literatura dinâmica, de modo que estas informações cheguem à comunidade de maneira clara, para que a questão “O negro brasileiro” não fique confiada (?) a um número reduzido de homens politizados. É preciso trazer um maior número de mentes à tona.[...]”

Síntese mais articulada do mesmo assunto está no texto-manifesto de Maya-Maya, colaborador dos Cadernos Negros. Seu trabalho é dividido em oito pontos propositivos, que deveriam, em sua opinião, ser cumpridos pela Literatura Negra na nova década que se iniciava:

Partindo da necessidade de uma verdadeira integração do negro na sociedade, temos nós, como afro-brasileiros, a obrigação de exaltar veementemente a nossa contribuição à formação cultural do país, reavivando a nossa memória.[...]devemos utilizar nosso veículo de expressão, no caso a literatura, como um instrumento de resistência, de denúncia e também aglutinante, associando-nos também aos intelectuais de outras áreas afins.[...]Cabe, a nosso ver, aos escritores afro-brasileiros aglutinar-se num organismo legal que lhes permita reivindicar e conquistar aquilo que corresponde aos seus anseios. [...]É através de uma instituição forte, congregando também autores de outras etnias, que poderemos encaminhar aos organismos competentes a nossa disposição, como autores marginalizados, de sermos inseridos no ensino oficial em todos os níveis, contestando o argumento de que não têm sido adotados autores africanos, em livros didáticos, por falta de uma consistente literatura afro-brasileira contemporânea. [...]Propomos a elaboração de uma antologia de autores afro-brasileiros atuais, organizada de forma eminentemente didática, visando atingir, numa primeira instância, estudantes de 1 ° e 2 ° Graus. E também a elaboração de uma obra de autores afro-brasileiros “branquificados” intencionalmente pela história oficial, contendo dados biográficos e apreciação crítica de sua criação literária.[...]Alertamos que essa caminhada sugerida não deve ter caráter sectário, isolacionista. Somos afro-brasileiros mas não podemos perder a perspectiva, por nenhum instante, de que antes de tudo nascemos aqui e somos donos da terra também.[...] Por isso, nossa luta contra a opressão não deverá descartar a participação dos demais oprimidos. [...]Propomos também a criação de uma literatura infanto-juvenil afro-brasileira inspirada em nossas lendas, mitos, enfim, em todos os elementos culturais a nós legados, visando dar a conhecer à nossa juventude que ela não é desprovida de tradições culturais. [...]Aproveitando o assunto em curso, sugerimos também a dinamização da dramaturgia afro-brasileira ressuscitando as criações de autores que nos antecederam e ao mesmo tempo o desenvolvimento de uma dramaturgia voltada para a nossa experiência atual, com característica popular, tendo como meta principal as nossas crianças e nossos jovens, oferecendo-lhes uma opção de lazer construtiva, inclusive.[...] Urge que o escritor afro-brasileiro assuma a conduta da interpretação da experiência de sua comunidade através de debates democráticos não só no seu meio, mas penetrando também no meio estudantil, nas entidades de classe, instituições beneficentes.[...]<sup>103</sup>

---

Portanto, faz-se necessário que todos aqueles que usam da palavra escrita desprendam esforços na dinamização de uma literatura que lute pela elevação da consciência do povo negro”

<sup>103</sup>MAYA-MAYA, Estevão. “Um Caminho para a Literatura Afro-Brasileira”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 8-9, 1983, pp. 233-235.

### *Ativismo Negro-Literário ou Militância Ativa da Palavra*

Até o fim dos anos 1980, a Literatura Negra não cessaria de se refletir e ser repensada por estudiosos. No plano da *auto-análise*, em 1985, o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de São Paulo<sup>104</sup> publica o livro *Reflexões: sobre a literatura afro-brasileira*, de autoria do coletivo Quilombhoje. A origem do livro está na “Noite da Literatura Afro-Brasileira”, realizada durante o III Congresso de Cultura Negra das Américas, em 1982, na PUC-SP. Ali foi lançada uma antologia pequena de textos, com 80 exemplares, de forma apostilada. O Conselho da Comunidade Negra, afirma na apresentação do livro, que a publicação era uma forma de reconhecimento do Quilombhoje no campo literário, bem como uma forma do movimento negro se manifestar de maneira livre e independente.

### *Reflexões: sobre a literatura afro-brasileira*

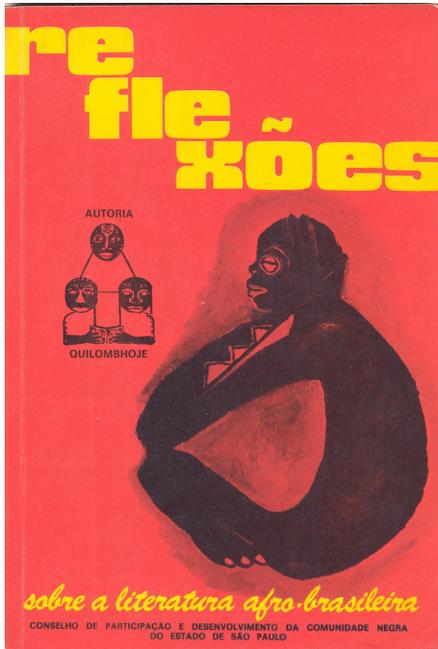
*Reflexões* traz elementos que seriam marcas registradas do Quilombhoje: na capa, aparece o desenho de Márcio Barbosa, que se tornaria o símbolo do grupo. Três máscaras negras diferentes, dispostas de forma triangular, irmanadas por um livro. A outra marca, que perdurou durante muito tempo na série dos Cadernos Negros, são as fotografias dos autores presentes nos livros, na contracapa. Por fim, a discussão do coletivo face ao que se fala sobre o negro e a Literatura Negra, “[...]objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e ‘sociólogos””<sup>105</sup>. Este trecho é uma citação de Guerreiro Ramos, pelo grupo, a partir de seu *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*.

---

<sup>104</sup>Órgão criado junto ao poder estadual, ligado ao PMDB e ao movimento negro, durante a vigência do governo de André Franco Montoro. Sobre o conselho, checar o livro de Ivair Augusto Alves dos Santos, baseado em sua dissertação de mestrado defendida na Unicamp, em 2001: *O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo*, São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/ Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2007. Quero registrar meus agradecimentos ao autor, que gentilmente me doou dois exemplares de seu livro, sendo que um deles foi entregue ao Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Unicamp.

<sup>105</sup>QUILOMBHOJE. *Reflexões: sobre a literatura afro-brasileira*, São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985, p. 13.

Ilustração 1: Capas de Reflexões sobre a Literatura Afro-Brasileira, com a composição do Quilombhoje em 1985.



Parece que, neste sentido, a delimitação de um projeto estético e ideológico para a Literatura Negra começa a se articular. Embora possua o problema de origem de não se saber exatamente como se denominar<sup>106</sup>, a assunção, por um lado, do fazer literário negro como algo específico, cuja reflexão por prosadores e poetas negros faz-se urgente, é demonstrativa daquele fato. A partir disso, a Literatura Negra, neste momento, deixa de ser uma estética pura e/ou epidérmica para se tornar, sob a ótica de seus produtores, uma estética engajada, enunciadora de uma visão social de mundo, de uma fração de grupo social, ao menos para alguns coletivos de escritores negros, cuja proposta está inicialmente anunciada neste ponto da Introdução de *Reflexões*:

[...] Quando o Quilombhoje foi criado, sua atuação não tinha sido delineada. A experiência com as discussões, Rodas de Poemas e outras atividades, a saída e entrada de pessoas, deu-nos uma perspectiva mais nítida. Resultado desse caminhar, este livro não se propõe a ser começo nem fim. É parte de uma luta que nos transcende, pois teve início muito antes e vai continuar depois de nós. Isso enquanto persistirem as pressões que fazem da nossa vida uma sub-vida. Portanto, não vamos escamotear a questão ideológica ligada à literatura nem tampouco reduzir esta àquela.<sup>107</sup>

O texto apresentado por Cuti no seminário do CEAA é republicado agora, dois anos depois, sem alterações: “Literatura Negra Brasileira: Notas a respeito de condicionamentos”, como já foi dito, é um trabalho que visa passar em revista autores modernistas (adeptos do *Negrismo*) e autores negros

<sup>106</sup>Observe-se atentamente que os próprios escritores manifestam um embate terminológico ao tratar da confecção literária negra como *Literatura Negra*, *Literatura Negro-Brasileira*, *Literatura Afro-Brasileira* etc.

<sup>107</sup>Cf. QUILOMBHOJE. *Reflexões*, Op. Cit. pp. 13-14.

contemporâneos ao Modernismo para pensar o papel do negro em ambos. Escritores sincrônicos ao autor do artigo, negros ou não, também são rapidamente analisados (Ferreira Gullar, Ruy Dias, Oswald de Camargo, Solano Trindade etc.).

*Condicionamento*, portanto, no sentido do artigo, deve ser compreendido como regulação, controle, imposição. Sejam as impostas pela sociedade brasileira ou as auto-impostas pelo criador negro, com quais este, se quiser ou puder, terá de lidar. De acordo com Cuti:

Blitz no sentimento negro é uma constante. Acusado de rancor, resta a alternativa de viver acuado em si mesmo, enquanto aprende as regras da vista grossa e do escamoteamento da expressão. Na pauta do permitido todos devem se esforçar para o sustento de todas as notas da hipocrisia nas relações raciais. [...] Hoje há um dado considerável na transformação, a presença dos descendentes, mais visíveis dos escravos. O texto escrito começa a trazer a marca de uma experiência de vida distinta do estabelecido. A emoção – inimiga dos pretensos intelectuais neutros – entra em campo, arrastando dores antigas e desatando silêncios enferrujados. É a poesia feita pelo negro brasileiro consciente.<sup>108</sup>

Este *negro brasileiro consciente*, enquanto escritor, de que fala o autor é um ser em crescendo, cuja oscilação histórica é patente no percurso da Literatura[Negra] Brasileira<sup>109</sup>. Ele se iniciaria com Cruz e Souza e Lima Barreto e de expressões atomizadas, culminando num projeto coletivo. Projeto esse que, enquanto questão ideológica *parece* estar bem resolvido; no âmbito do plano estético, entretanto, apresenta rugas significativas. O debate se dá em torno da *qualidade* da produção literária negra. Como apresenta rapidamente o autor:

---

<sup>108</sup>CUTI. “Literatura Negra Brasileira: Notas a respeito de condicionamentos” In: QUILOMBHOJE. *Reflexões, Op. Cit.* p. 16.

<sup>109</sup>“Lino Guedes, um dos primeiros poetas negros a revelar em seus trabalhos a busca de uma identidade em nosso século, abriu e se manteve com frequência na linha do lamento, extravasados em versos aproximados do cordel. O flagelo da escravidão ocupou lugar predominante em sua obra.[...] Mostra ainda comportamentos perante a temática da escravidão e suas conseqüências que são presentes, com as naturais marcas de época, na poesia negra hoje. [...]A visão fatalista da história, além de ser um ensinamento propalado pelo branco durante muito tempo, situa o criador fora da zona crítica, reveladora das reais causas da espoliação. A constatação do flagelo por si só, pouco avança o processo de conscientização, e acaba por estar conforme ao paternalismo das elites. [...]Também a presença do movimento apelativo à religião, tanto para explicar quanto para amenizar as amarguras, continua hoje marcando os textos. Achar que Deus nos esqueceu é um desencanto que a religiosidade, católica, sobretudo, nos legou diante da exploração do homem sobre o homem. [Crítica ao livro de estréia de Oswald de Camargo, 1959, *Um homem tenta ser anjo*] [...] Uma outra característica da obra de Lino Guedes, insistente em nossos dias, é o cuidado de não revelar-se em profundidade, juntamente com a consciência de uma identidade grupal. Tanto Oswald de Camargo[...] quanto de Eduardo de Oliveira[...] estreavam com livros onde suas vivências de negros estão submersas em queixumes. Evoluíram, sem dúvida[...] Solano Trindade, a figura mais conhecida da poesia negro-brasileira, antecedeu os dois autores citados. A obra de Solano, com *Poemas de uma vida simples e Cantares ao meu povo* deu o grande salto político-poético, apesar do reduzido alcance psicológico de seu trabalho.[...]É de 1956, o surgimento, no meio das reuniões de debate da questão racial, do poema “Protesto”, de Carlos Assumpção, marcando assim um dos grandes lances de contundência na poesia negra que muitos ainda hoje estranham e evitam. “Piedade não é o que eu quero”... “Eu quero coisa melhor/ Eu não quero mais viver/ No porão da sociedade...” [...] Este poema[...] marca uma ruptura ou propõe que ela seja feita – tendo em vista a pertinência de condicionamentos que ainda confundem o literato negro.” *Idem, Ibidem*, pp. 20-22.,

Em 1978 surgiram os “Cadernos Negros”, primeira tentativa de agrupamento, de literatos e aspirantes, em torno de uma publicação coletiva, já em seu quinto número alternado poesia e prosa. Os nomes aumentam e a aproximação se efetua, e com ela, os debates. Surge a questão da qualidade: conflito! É o momento da busca dramática do reconhecimento público que compense tantos sacrifícios (o rompimento com a auto-censura, o custeio das edições ou peregrinações às editoras, e também venda dos livros).<sup>110</sup>

A discussão sobre a *qualidade*, que aparece de maneira elegante no trecho acima, foi bastante agressiva em meio a esse coletivo de escritores. O suficiente para 1) quatro anos após a criação da série Cadernos Negros, três de seus membros fundadores a deixassem (Abelardo Rodrigues, Paulo Colina e Oswaldo de Camargo, denominados, doravante por um certo tempo, pejorativamente como *O Triunvirato*); 2) esse debate se estendesse para mais outra produção reflexiva (*Criação Crioula*, que se discutirá na seqüência), com tintas mais fortes e da qual o *Triunvirato* não participaria; 3) retornasse num livro situacional da Literatura Negra no contexto brasileiro (*O Negro Escrito*, de Oswaldo Camargo); 4) fosse apontada como um fator limitante pela crítica literária à eficácia produtiva da Literatura Negra<sup>111</sup>; 5) e, por, fim, continuasse viva, de certa forma, nos dias atuais<sup>112</sup>.

Entrementes, em 1982, quando aquele texto é escrito, a discussão está relativamente situada em torno das articulações da Literatura Negra com os movimentos sociais e à lida do escritor com os

---

<sup>110</sup> *Idem, Ibidem*, p.22

<sup>111</sup> “[...]Alguns autores, como Cuti e Jamu Minka, seus fundadores, participam desde a primeira edição, enquanto outros, como Miriam Alves, Ele Semog e Carlos Limeira, colaboraram em várias edições, além de publicarem outras obras isoladamente. Eduardo de Oliveira e Oswaldo de Camargo, representantes da velha guarda, produziram para os números 1 e 3, desistindo depois por não concordarem com o sistema de seleção dos textos a serem incluídos nas antologias. Outros dois poetas que contribuíram nos primeiros *Cadernos* e que posteriormente preferiram ir para a publicação individual foram Oliveira Silveira e Paulo Colina. [...] *Estas antologias, sobretudo nos últimos anos, têm revelado uma importância mais social e cultural do que propriamente artística. O que efetivamente tem ocorrido é que o critério editorial parece estar sendo o de dar oportunidade a jovens poetas inéditos que mantêm a poesia muito próxima dos referentes imediatamente reconhecíveis sem a mediação da linguagem simbólica, sem a qual não há poesia, mas um mero extravasar de sentimentos. O tom de panfleto, dominante em muitos trabalhos, sufoca a linguagem poética que, construindo-se com uma intencionalidade ideológica muito precisa, acaba configurando-se como repetitiva e redundante. O que foi o ato criador nos primeiros poetas do grupo Quilombhoje torna-se ritual; o que foi sacrílego se banaliza*” Cf. BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina, Op. Cit.*, pp. 129-30. Grifos meus.

<sup>112</sup> “[...]Foi um lance muito bom. Foi um lance que obrigou as pessoas a escreverem, a se olharem de novo como escritores. Os mais velhos, sem dúvida, eram o Eduardo de Oliveira e eu.[...]Mas eu sempre tive uma crítica muito forte, aos *Cadernos*, no começo. Os *Cadernos* surgiram para colocar textos. Tudo bem. Mas textos sem passar pelo crivo de nada. Punha texto quem pagasse. No começo, era mais ou menos assim. Pagava, punha. E eu achava que na altura que nós estávamos já, depois... bons autores negros, autores com certa tarimba, era necessário educar esse pessoal, que pega um poema da gaveta e fala: “Eu também sou poeta!” O que era necessário, era fazer um Caderno que contemplasse, sobretudo, as pessoas que estavam iniciando. Mas, eu fui vencido. Fui vencido e saí dos *Cadernos*. Não comecei a publicar mais.[...]Não havia discussão de textos, não havia nada. Eu estava sempre pedindo isso, que nós fizéssemos alguma coisa... Que podia ser, ao mesmo tempo, uma espécie de escola.[...]até que o Quilombhoje acordou, os Cadernos acordaram e começaram a fazer a triagem também. Aquilo que eu propunha, depois de tanto tempo, eles perceberam que era necessário, de fato. Daí começaram a fazer. Hoje em dia é triado; hoje em dia, os Cadernos têm, passam por leituras, não sei o quê...” Entrevista de Oswaldo de Camargo, concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 29/07/2007, em São Paulo.

entraves do condicionamento<sup>113</sup>. Segue-se ao texto de Cuti uma tentativa de pensar a necessidade de uma produção literária negra infanto-juvenil<sup>114</sup>; uma nova discussão sobre a questão dos condicionamentos, com uma crítica ao livro de David Brookshaw<sup>115</sup>; uma apresentação de série de poemas de autores negros, explicitando a característica do protesto e da consciência crítica<sup>116</sup>; e, que vale a pena discutir mais detidamente, algumas “Questões sobre a Literatura Negra”, por Márcio Barbosa.

A abordagem desse desenhista e estudante de Filosofia, à ocasião, é inspirada no repertório analítico de Frantz Fanon, o qual não cita diretamente neste texto, fazendo-o apenas na bibliografia e o retomando posteriormente, noutro trabalho em *Criação Crioula*, de forma mais explícita e vigorosa. Discutir-se-á as consequências da apropriação de Fanon nos *Cadernos Negros*, mais adiante.

Nesse texto em particular, Barbosa usa o léxico fanoniano com a intenção de demonstrar que: 1) a Literatura Negra existe em larga razão de haver sua contraparte branca, o que retoma a famosa expressão daquele pensador martinicano de que o foi o branco que criou o negro; 2) criada numa posição subalterna e oprimida, à Literatura Negra resta o desenvolvimento de uma auto-consciência, fundada no desenrolar da luta histórica do grupo negro contra sua condição de oprimido. O autor desenvolve esses argumentos no trecho seguinte:

Entende-se por literatura a universalidade da literatura branca, isto é, literatura e literatura branca sempre significaram a mesma coisa.[...] Essa posição privilegiada garante à cultura branca a hegemonia do fazer histórico.[...] Vemos então como a história é feita a partir, e somente, das ações de brancos que escrevem. [...] Quanto aos negros que escrevem, estes se deparam com um dilema fundamental: as técnicas e a linguagem são técnicas e linguagens brancas. Portanto, a existência de negros que escrevem não garante por si só a existência de uma literatura negra. O dominador exerce um duplo papel: além de fazer a sua história, faz também a história do dominado. *Paralelamente, o dominado também faz a sua própria história: a história das marginalidades, a história que fica ao fundo, no segundo plano.*[...] *Eis, portanto, a especificidade da literatura negra no Brasil: é uma arte feita a partir de uma perspectiva do dominado, do oprimido. Mesmo os negros que entraram*

---

<sup>113</sup>“O contexto histórico em que atua o literato negro hoje, apesar de suas condições precárias, apresenta possibilidade de múltiplos relacionamentos com outras áreas daquilo que se costuma chamar de Movimento Negro. As Entidades Negras e Grupos dos mais diversos estados brasileiros acenam com a esperança de um público consumidor dessa literatura, não apenas comprador do livro, mas leitor e interessado [...], no entanto, a questão de valor é fonte de conflito[...] Se a questão da qualidade é relevante, *o problema do condicionamento* é quem vai garantir que forma e conteúdo não fiquem brigando por privilégios, porque ao escritor, o maior privilégio é poder mergulhar com a sua arte na medula do seu povo, redimi-lo, consolá-lo e sobretudo lutar com ele.” Cf. CUTI. “Literatura Negra Brasileira: Notas a respeito de condicionamentos” In: QUILOMBHOJE. *Reflexões, Op. Cit.* pp. 22-23, grifos meus.

<sup>114</sup>RIBEIRO, Esmeralda. “Literatura Infanto-Juvenil” In: QUILOMBHOJE. *Reflexões, Op. Cit.*

<sup>115</sup>FERREIRA, José Abílio. “Considerações à cerca de um aspecto do fazer literário ou de como um escritor negro sofre noites de insônia” In: QUILOMBHOJE. *Reflexões, Op. Cit.*

<sup>116</sup>MINKA, Jamu. “Literatura e Consciência” In: QUILOMBHOJE. *Reflexões, Op. Cit.*

*para a história da literatura branca não escaparam dessa condição, já que nunca deixaram de ser fisicamente negros, e, portanto, sujeitos a todas as condições que se impõe aos oprimidos em geral. [...] Se a história da literatura no Brasil é a história da literatura branca, uma nova questão surge: a partir de que momento pode-se falar de uma literatura “negra”? Ampliemos a pergunta: pode-se realmente falar de uma literatura negra?<sup>117</sup>*

O problema seguinte trabalhado por Barbosa pode remeter imediatamente à discussão de Zilá Bernd: em que momento surge uma Literatura Negra? Tanto para aquela crítica literária como para esse escritor, o grau zero da produção negra é a consciência social do ser negro, desembocando uma vez mais em *negritude*. Em Barbosa, o argumento se sofisticava, alcançando a espinhosa discussão da *dupla consciência* do escritor negro – desenvolvido do repertório fanoniano sobre a dupla consciência do intelectual colonizado. No que tange ao escritor, o problema se dá na forma e conteúdo expressivos. O escritor negro, para se libertar do molde de sua contraliteratura, deveria criar uma nova forma de expressão, não conservadora como a sua contraparte. A assunção de ser negro, antes de ser escritor, lhe conferiria algo mais, na visada de Barbosa:

*[...] A diferença é fundamental: a anterioridade da condição de escritor lhe determina um papel social diferente daquele que seria determinado pela anterioridade da condição de ser negro. A anterioridade de ser um escritor (que por acaso era negro) lhe dá uma especificidade que tem a ver com o papel social dos demais escritores. A anterioridade da condição de ser negro (por acaso escritor) lhe daria uma especificidade que teria a ver com o papel social dos demais negros. O fato de ser escritor lhe garante uma universalidade em que as demais coisas lhe aparecem como qualidades adicionais. O fato de ser negro lhe daria uma particularidade que o envolveria nas responsabilidades do seu presente político, na sua especificidade cultural enquanto oprimido. Esta diferença é, sobretudo, temporal e gerada por uma opção consciente. Uma opção que depende unicamente do escritor e seu direcionamento aos problemas do seu grupo social é que vai defini-la<sup>118</sup>*

O corolário dessa afirmação é que o caminho para o escritor negro ser um *agente social de mudança* é reconhecer a sua condição. Todavia, no texto de Barbosa, há uma aposta muito grande, neste momento, que é dada quase como fato consumado: o reconhecimento dessa condição social

<sup>117</sup>BARBOSA, Márcio. “Questões sobre a Literatura Negra” In: QUILOMBHOJE. *Reflexões, Op. Cit.*, p. 50. Grifos meus.

<sup>118</sup>*Idem, Ibidem*, pp. 50-51, grifos meus. Nesta acepção de dupla consciência, o autor ainda afirmará que: “A História da literatura brasileira mostra-nos alguns outros escritores negros. Dentre eles, interessa-nos em especial Lino Guedes. Este dá um passo fundamental em direção a uma “literatura negra”. Sua opção primordial é o lamento. Seu tema, a história de seu grupo social. Como a escolha subjetiva do tema envolve a escolha objetiva da forma, Lino Guedes se vê num dilema crucial: ora, a arte do oprimido deseja ser idêntica ao seu modelo, que é a arte do opressor, e aperfeiçoa-se mais e mais até atingir esse objetivo. Só que, quando é colocada frente a si mesma, a arte do oprimido releva nesse caso o que realmente é: inteiramente nova. Lino Guedes não inventa essa arte, nem os seus antecessores.” (p. 51)

garantiria um conteúdo revolucionário, mesmo que a forma criadora não se alterasse. A forma literária subsume-se, então, ao conteúdo expressivo que, por sua vez, é o produto de sua consciência; e, no caso de um negro intelectual, de sua *negritude*. *Mas se a forma de escrever não escapar ao ordinário, o conteúdo escapará?* A consciência do escritor negro é para este autor, portanto, a solução para todos os problemas de sua forma de expressão, em seu campo de atuação. Sintetizando: o problema da dualidade é o de assumir uma identidade.

Por isso a existência de uma literatura negra é posterior à existência de uma consciência negra. Como arte do opressor é, em si, conservadora, a arte do oprimido, como seu reflexo, vai ser duplamente conservadora. *Só que a arte do oprimido não é, em si, conservadora. Ela é conservadora apenas enquanto reflexo da arte do opressor. A arte do oprimido, quando este se dá conta do seu papel como agente histórico é, em sua essência, transformadora, pois o oprimido é o agente social que não tendo mais nada a perder não se vê comprometido inteiramente com esta sociedade e assim é o único que pode transformá-la. Desse desejo de transformação é que surge a transformação das formas e como consequência a forma de uma 'literatura negra'*<sup>119</sup>

Uma vez mais se impõe, então, *o problema da marginalidade produtiva, distributiva e consumidora*. Observe-se atentamente que, *resolvido* o impasse da consciência, o escritor negro chocar-se-ia com as vias de acesso de sua confecção ao sistema literário. Produção marginal, cuja forma de acesso ao sistema de literatura é igualmente precária

[...] Como o oprimido se define em relação ao opressor, sua arte sofre uma determinação essencial: está vinculada diretamente às relações de poder. Os escritores não lançam seus livros porque os editores são brancos e, assim, extremamente comprometidos com o grupo opressor. Além disso, o opressor possui os meios de produção e circulação dos livros, determinando assim o que é e o que não é cultura. [...] *Eis como a literatura negra sobrevive: na eterna marginalização.* [...] Como a existência da literatura negra pressupõe também a sua existência como agente social, vemos que sua ineficácia, sua falta de resultados práticos indica sua total inexistência. *Essa é a sua grande tarefa histórica: realizar-se no social como agente efetivo e como agente social deve estar comprometida com seu presente político.* [...] *A afirmação radical de uma cultura do oprimido é o primeiro passo para a afirmação do oprimido e, portanto, o primeiro passo para a mudança social.*<sup>120</sup>

Entretanto, cabe observar que é também ao fim dos anos 1980 e ao longo dos 90 que, pelo menos no caso dos Cadernos Negros e para os escritores que em torno deles orbitam, alguns pontos de acesso, a um determinado público se tornam possíveis: o papel desempenhado pelo Conselho de

<sup>119</sup> *Idem, ibidem*, p. 51. Grifos meus.

<sup>120</sup> *Idem, ibidem*, p.54. Grifos meus.

Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, ao publicar *Reflexões*; o papel da Secretaria de Cultura e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (publicando *O Negro Escrito, Criação Crioula, E disse o velho militante José Correia Leite*, além de artigos de escritores negros em jornais do Estado); alguns críticos engajados (Zilá Bernd e Moema Parente Augel, que publicam antologias da criação negra, no Brasil e no exterior); traduções e interesses de instituições estrangeiras (Revista *Calaloo*, da Universidade John Hopkins) Retomar-se-á isto mais mais detidamente, à frente.

Ainda em *Reflexões*, Míriam Alves, poeta paulistana, continua o debate de Barbosa e Cuti, mas fixando-se na concretude de poemas contemporâneos<sup>121</sup>. Oubi Inaê Kibuko, por sua vez, perfaz um itinerário pessoal de sua origem familiar até conhecer o coletivo Quilombhoje. Seu texto objetiva mostrar o nascimento de sua conscientização como militante e escritor negro<sup>122</sup>. O tema é retrabalhado no último e mais curto texto da coletânea, de Sônia F. Conceição, com uma discussão interessante, mas não aprofundada, sobre os significados de ser negro<sup>123</sup>.

\*\*\*

#### *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*

Se *Reflexões* é uma obra coletiva do Quilombhoje, com uma base discursiva relativamente homogênea e distribuída entre debates teóricos e depoimentos de um cotidiano do [escritor] negro, a próxima coletânea de texto a ser analisada é um exemplo de multiplicidade de visões, por vezes conflitantes, sobre a confecção literária negra. Parte-se, no entanto, do princípio que ela exista – e há muito tempo – expressa pela concretude de sua produção. Não à toa, a capa de *Criação Crioula, Nu Elefante Branco* é a disposição aleatória de vários livros de poetas e prosadores negros, iniciando-se com autores do século XIX até a contemporaneidade de 1985.

---

<sup>121</sup>ALVES, Míriam. “Axé Ogum” In: QUILOMBHOJE. *Reflexões, Op. Cit.*

<sup>122</sup>KIBUKO, Oubi Inaê. “1955-1978: 23 anos de Inconsciência” In: QUILOMBHOJE. *Reflexões, Op. Cit.*

<sup>123</sup>CONCEIÇÃO, Sônia F. “Ser Negro, Povo, Gente: Situação de Urgência” In: QUILOMBHOJE. *Reflexões, Op. Cit.*

Ilustração 2: Capas de Criação Crioula, Nu Elefante Branco, 1987.



*Criação Crioula* é o resultado do *I Encontro Nacional de Poetas e Ficcionistas Negros*. Publicado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em 1987, durante a vigência do governo de André Franco Montoro e realizado entre 06 e 08 de setembro de 1985, na Faculdade do Ipiranga, na capital paulista. As motivações para o encontro, segundo sua Comissão Organizadora, seriam as seguintes:

É de 1983/84 a ideia de realização de um encontro de escritores Negros de âmbito nacional. Era necessidade de se fazer uma avaliação profunda da Produção Literária Negra recente e seu redimensionamento com a produção do passado – Luiz Gama, Cruz e Sousa, Machado de Assis, Lima Barreto, Lino Guedes, Solano Trindade e outros. Pretendia-se também a revisão crítica do caráter etnocêntrico da indústria cultural traduzida em “bloqueio editorial” ou em solidariedade “negrófila”. Outro objetivo era o de situar essa mesma produção dentro dos espaços explosivos dos movimentos políticos Negros de hoje no Brasil. Estas foram algumas das principais motivações do Encontro. As articulações datam precisamente de 1984, quando os grupos Quilombhoje (São Paulo) e Negrícia (Rio de Janeiro) aventaram a possibilidade de se reunirem para discussão de propostas e perspectivas da Literatura Negra no Brasil. [...] Na ocasião do evento intitulado Perfil da Literatura Negra: Mostra Internacional, em São Paulo, no mês de abril/1985, houve uma reunião/almoço na qual estavam presentes 17 escritores dos estados de São Paulo (Arnaldo Xavier, Míriam Alves, Cuti, Zenaide, Valdir Floriano, Abelardo Rodrigues, Oswaldo de Camargo, Oubi Inaê Kibuko e

Roseli Nascimento), Rio de Janeiro (Selma Maria da Silva, Éle Semog e Hermógenes Almeida S. Filho), Bahia (Jônatas C. Da Silva e Edu Omo Oguiam) e Rio Grande do Sul (Oliveira Silveira e Paulo Ricardo de Moraes).<sup>124</sup>

A edição é composta de 20 textos e uma sessão parcialmente transcrita de debates, de que reproduzem-se excertos nas notas de rodapés seguintes, entre pelo menos 15 participantes. É particularmente interessante atentar aos tópicos principais dessa discussão: 1) o problema da editoração e do escritor<sup>125</sup>; 2) Literatura Negra e analfabetismo<sup>126</sup>; 3) partidos e revolução<sup>127</sup>; 4) Literatura Negra e

---

<sup>124</sup>I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros(org.). “Simplesmente Histórico” In: *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*, São Paulo: Imesp, 1987, p. 05. A Comissão ainda lembra que “Num clima de bastante discussão, ficou de consenso a escolha de dois temas básicos: 1)Intervenção dos Poetas e Ficcionalistas Negros no Processo de Participação Política; 2)Avaliação Crítica da Produção Literária dos Últimos Dez Anos [...] *Igualmente, de maneira polêmica, definiu-se o caráter político e ideológico do Encontro, o qual deveria ser efetuado de forma autônoma e independente, isto é, sem verbas oriundas do poder público ou privado* (aspecto este que também serviu para explicar a dissidência anteriormente citada)” (p. 06, grifos meus) A dissidência a que se refere a Comissão é a de um escritor, Abelardo Rodrigues, que não concordava com os termos do encontro.

<sup>125</sup>“[Cutí]: [...] É importante notar como o editor branco raciocina sobre a nossa produção. No texto, ele [Oliveira Silveira] aborda a insegurança deste editor em relação à compra, ao mercado. Lembro um texto do Semog que falava ser o editor branco no mínimo burro de não estar investindo na gente. Agora, a preocupação que o Oliveira apresenta da nossa concorrência possível – daqui alguns anos, para os editores – porque estamos abrindo mercado e amanhã este mercado será tirado de nossas mãos – é uma preocupação séria, mas que não diz respeito muito profundamente a escritores, mas a possíveis e prováveis editores negros” [Kilamba]: “A ideia que o editor tem é que o nosso produto só serve a nível de consumo na comunidade negra[...] A nossa dificuldade de escritores negros é que temos de pagar 400.000 mil cruzeiros para colocar dois contos numa coletânea e sair vendendo de mão em mão para poder ressarcir o dinheiro empregado, para custear mais alguma coisa e publicar novamente neste processo” (pp. 12-13)

<sup>126</sup>[Arnaldo Xavier]:“O Semog falou que a função primeira é ensinar o pessoal a ler. Tem 50 milhões de negros analfabetos no país. Então é barra. A quem estão dirigidos estes textos? Qual o retorno disto?” [Cutí]:”Quando o Semog levanta o problema do analfabetismo, não é problema do escritor. O escritor não tem nada a ver com isto. Não posso me imaginar escrevendo para analfabetos. É o educador que deve se preocupar com o problema da aprendizagem. O escritor deve se preocupar em produzir, colocar este povo que não sabe ler dentro do seu texto. O escritor não deve estar se propondo pegar uma série de funções: editor, vendedor etc. [...] Não temos a obrigação de fazer com que o pessoal saiba ler, mas criar uma forma para que nosso trabalho chegue a eles” (pp. 15 e 17, respectivamente, grifos meus)

<sup>127</sup>[Míriam Alves]: “[...]Acredito que a literatura, o poema, a ficção, não irão fazer revolução. A literatura é a própria revolução, tem frente de batalha e de atuação.” [Éle Semog]: “Estamos passando por um processo de reflexão intensa sobre a questão do partido. Partido não é o caminho para esta questão de transformação social. Agora, com relação à literatura, me soa tão anos 68, 69, 70. Isto de associar livro a fuzil foi uma experiência feita numa escala razoavelmente significativa. Temos de procurar outro discurso.[...] Se pretendemos uma transformação social através da literatura, podemos tirar o cavalinho da chuva, é uma coisa a longo prazo. Longo prazo mesmo! Falo em 20, 30 anos, tranqüilo Fazer transformação social através de literatura...[...] Pra mim a literatura tem uma função, o fuzil tem outra” (p. 14)

Estado<sup>128</sup>; 5) Literatura Negra e produção marginal<sup>129</sup>. Aliás, este último, junto com as possibilidades e reticências de relacionamento com o Estado ocupam vários momentos de preocupação transcrita dos escritores, àquela ocasião, como pode ser sintetizado no último momento do debate a seguir e que dará o mote para o próximo capítulo deste trabalho:

[Márcio Barbosa]: *O Cuti falou “sonho do escritor em ser empresário”. É um conflito. Nós estamos dentro dele. É um conflito que, se não existir a solução a curto prazo, desconfio que não iremos chegar nos dez anos, previsto pelo Semog, para a explosão da Literatura Negra. Despendemos muita energia para fazer isto. Se não houver resultado a curto prazo, não sei se esta energia não irá se esgotar e não teremos mais escritor negro para o público que está pintando. [...] Pergunto: se não resolvermos o conflito de escritor e empresário, será que teremos fôlego para resistir mais dois anos ou três, imprimindo nossos próprios livros, tirando grana do bolso e dando lá para o branco, para ele monopolizar? Não detemos os meios de produção mesmo, detemos os textos, os originais e o fato de conseguirmos chegar a determinado público. [...] Ai entra uma coisa interessante: o nosso relacionamento com o Estado que o Arnaldo fala, talvez possamos ir por aí. Há um medo de se relacionar com o Estado, que é extremamente justificado. O Estado visa o interesse do Estado. Nem sempre está a nosso favor. Mas acho que podemos estabelecer um certo relacionamento, sem perder nossa autonomia. O Arnaldo falou “que não estamos aqui para pedir reconhecimento”. Gostaria de refutar: nós estamos querendo o reconhecimento sim, queremos o reconhecimento pelo menos da nossa comunidade.”<sup>130</sup>*

---

<sup>128</sup>[Hermógenes]: “Faço uma proposta aos companheiros de que o resultado deste Encontro seja enviado para todas as entidades ligadas ao ensino, à educação, a começar pelos irmãos negros como Carlos Moura, que está agora na Assessoria para Assunto Afro-Brasileiro do Ministério da Cultura, assim como ao próprio Marcos Maciel, Ministro da Educação, no sentido de que eles tomem conhecimento. Isto falando das autoridades a nível federal, proponho também o envio para os secretários de educação das principais cidades brasileiras. Se pretendemos introduzir poesia negra no currículo, temos que fazer chegar as questões polêmicas ao conhecimento público. Faço esta proposta para ver concretizados todos os nossos objetivos” [Ari Cândido]: “Se a gente entrega o material para o Estado, tem que haver formas de negociação [...] Tem que haver condições. Não devemos entregar coletâneas de poemas para edição, sem saber a distribuição econômica disto. [...] O Estado não pode pegar de graça.” (p.21)

<sup>129</sup>[Márcio Barbosa]: “Sabemos o sufoco que é fazer livros e Cadernos Negros. Infelizmente fazemos de fim de semana. É preciso admitir isto. Vivemos a coisa diariamente, mas trabalhamos em fins de semana, em tempo livre. É a questão que o grupo Negricia tem colocado aqui: ninguém é remunerado para isto. Não existe profissionalismo para fazer isto.” [Oubi]: “Um dos grandes problemas que estamos enfrentando é o papo da divulgação[...] Penso no como poderíamos fazer para agilizarmos a informação do nosso trabalho[...] Precisamos urgentemente criar um esquema de divulgação, passar durante um período fazendo aviso sobre o livro em todos os locais de concentração do nosso pessoal, para que o livro não seja consumido por uma pequena parcela que chamo a nata da ralé negra” [Kilamba]: “Concordo com a Miriam, quando diz que nós estamos nadando neste rio, mas sem rumo. Vamos dizer que este rio é a indústria cultural existente. Nesses termos, estamos sem rumo porque não fazemos parte dela. Com relação a ela, somos marginais, uma literatura marginal. [Cuti]: Estamos criando os rumos. Discordo do Kilamba. Nós não somos purinhos e não podemos continuar com esta ideia que somos negrinhos purinhos.” (pp.23-24 e 26, respectivamente)

<sup>130</sup>I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros(org.). “Palavras “Jongadas” de Boca em boca (gravação dos debates)” In: *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, p. 29

A contemporaneidade e percurso histórico desta afirmação é algo tão forte, suas frases finais assumem o papel de uma síntese arguta e inegável, que ressoa sempre nos discursos dos escritores negros e periféricos de hoje. Algo que se tentará demonstrar deste ponto em diante.

## CAPÍTULO 2: MARGINALIDADE LITERÁRIA NEGRA (1970-1980) E LITERATURA MARGINAL/ PERIFÉRICA (1990)<sup>1</sup>

*Ademais, tudo o que se lê sobre a década de 60 faz crer que a questão racial não existiu naquele período. Relatos e análises apaixonadas sobre o CPC e a UNE, sobre o PCB, sobre o período 45-64, a respeito do qual já se disse que foi um tempo em que o país estava irreconhecidamente [sic] inteligente, quando havia uma “política externa independente”, “reformas estruturais”, “libertação nacional” e “combate ao imperialismo e latifúndio” não tocam na questão racial; a movimentação operária, começada em 1950 e que recrudescia paulatinamente, não incluía os negros em especial, nem mesmo o Movimento de Cultura Popular (MPC), em Pernambuco, sob o governo Miguel Arraes, com o método de alfabetização criado por Paulo Freire sendo desenvolvido em favelas e bairros pobres, mesmo aí evita-se falar dos negros participando do processo.[...]Ocorre que há uma insistência em manter a questão racial, como a de outras minorias menos numerosas, diluída no gigantesco espectro da luta de classes. Um exemplo: em maio deste ano, por ocasião da Mostra Internacional de Literatura Negra, realizada no Centro Cultural São Paulo, o senhor Secretário de Cultura, Gianfrancesco Guarnieri, um dos expoentes do famoso Teatro de Arena[...] afirmou para o auditório abarrotado algo como “a partir do momento em que estiver solucionada a questão sócio-econômica, a racial também o será automaticamente.”<sup>2</sup>*

Dada a multiplicidade de temas e autores em *Criação Crioula*, tentar-se-á perseguir aqui três elementos sempre articulados, mais frequentes e melhor desenvolvidos em todos eles: 1) *o problema da marginalidade da Literatura Negra*; 2) *o relacionamento com o Estado*; 3) *e a questão da qualidade*. Todos os textos, com maior ou menor empenho, farão uma recuperação de prosadores e poetas negros ao longo da história literária, ressaltando-lhes ou denunciando-lhes aspectos positivos e negativos. O momento político da Nova República e a situação de diferentes movimentos negros neste contexto também é algo que não escapa à maioria das reflexões. No entanto, vale atentar que os acontecimentos políticos sintetizados em 1984 – as Diretas Já, as campanhas pela redemocratização e o voto direto para as eleições presidenciais – não sofrem uma análise mais detida por parte desses escritores. Teria, como explicita a epígrafe escolhida, o negro estado ausente (ou se ausentado) deste momento também? Ou o vivenciado sob uma ótica particular?

---

<sup>1</sup>Partes deste capítulo foram apresentadas sob o título “Literatura Negra como Literatura Marginal: Brasil, 1980, no XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada, USP, julho, 2008.

<sup>2</sup>FERREIRA, J. Abílio. “A Formação de um conceito nacional” In: I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros (org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, p. 75. A expressão de um “Brasil irreconhecivelmente inteligente” está presente no ensaio clássico de Roberto Schwarz, “Cultura e Política: 1964-1969”, em *O Pai de Família e outros ensaios*, São Paulo: Paz & Terra, 1974.

No que diz respeito à Literatura, entretanto, o texto de Hermógenes Almeida S. Filho, “Reflexão sobre a Literatura Negra na Realidade Política Brasileira”, a problemática da marginalidade produtiva da Literatura Negra situa-se tanto em relação à ausência de fomento estatal<sup>3</sup>, como em relação ao momento em que a forma marginal de se fazer poesia, especialmente no Rio de Janeiro, estava em voga. Neste último caso, observe-se que as interpretações consagradas sobre *Poesia Marginal dos Anos 70*, a chamada *Geração do Mimeógrafo* (Carlos Alberto Messeder Pereira e Heloísa Buarque de Hollanda, notadamente), desconhecem absolutamente a poesia negra ou não a consideram naquele movimento. Retornarei a este ponto, com o devido vagar, mais além. O que afirma o autor do artigo sobre esta questão é o seguinte:

*A produção literária negra procurou formas alternativas como impressão de poemas em mimeógrafo e xerox, sendo estes trabalhos distribuídos em filas de teatro, cinemas, shows etc., sempre a preços módicos, pois o autor não gastava muito e o que mais lhe interessava era veicular sua poética. [...] Em seguida, veio uma nova safra, tendo de um lado a turma da classe média, ligados à revista “Anima” e “Música do Planeta Terra”, esta última editada por Júlio Barroso (suicidou-se recentemente em São Paulo) e ao grupo de artistas denominados “Nuvem Cigana”; de outro lado, a turma proletária, publicou as antologias: “Ebulição da Escrivatura”, no Rio de Janeiro, e a “Antologia Contemporânea de Poesia Negra Brasileira”, organizada pelo poeta Paulo Colina, de São Paulo. [...] Mas estas produções, tanto da turma classe média das quais destaco a poesia de Chacal, quanto da turma proletária, dos quais destaco os nomes de Salgado Maranhão pelo Rio de Janeiro e Cuti por São Paulo, tiveram de enfrentar os preconceitos e o capitalismo selvagem das editoras [...]*<sup>4</sup>

Essa equiparação à *Geração do Mimeógrafo* não é descabida, ao menos na forma produtiva. Como se pode observar da bibliografia de todos os autores dessa coletânea e dos que eles citam (ou são citados em outros trabalhos), com contáveis exceções, todos os livros são *edições do autor*, auto-financiadas, publicadas, distribuídas e consumidas limitadamente, sobre as quais poucos leram ou ouviram falar.

---

<sup>3</sup>“Evidente que no campo da literatura negra vicejaram muitas publicações importantes, fossem através de editoras ou de formas alternativas. Como exemplo devo citar a poética de Lino Guedes, que inspirou em muito a nova safra de poetas paulistanos, e mais: Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, membros do Quilombhoje, etc. [...] Pois bem, nenhum destes poetas citados e de certa forma anônimos para o grande público [...] receberam qualquer apoio oficial – nem poderiam – da caixa baixa do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para subsidiar a literatura. O que houve em termos de financiamento foi investido em publicações que exaltavam o binômio Segurança e Desenvolvimento e os feitos da ditadura militar”. Cf. FILHO, Hermógenes Almeida S. “Reflexões sobre a Literatura Negra na Realidade Política Brasileira” In: I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros(org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, p. 42. Grifos meus.

<sup>4</sup>*Idem, ibidem*, p. 46. Grifos meus.

Tabela 1: Amostra Parcial da Produção Marginal da Literatura Negra (1900-1988)<sup>5</sup>

Autor	Livro/Texto	Forma de Edição	Local	Ano	Gênero
Bernardino da Costa Lopes	<i>Cronos, Pizzicatos, Dona Carmem, Brasões, Sinhá Flor, Val de Lírios, Helenos</i>	Sem indicação	Sem indicação	1900	Poesia
Hermes Fontes	<i>Pão de Lot, Dois por um e Futuro</i>	Sem indicação	Rio de Janeiro	19?	Teatro
Hermes Fontes	<i>Apoteoses</i>	Papelaria Brasil da Costa Pereira	Rio de Janeiro	1908	Poesia
Hermes Fontes	<i>Gêneses</i>	Tipografia W. Martins	Rio de Janeiro	1913	Autobiografia
Hermes Fontes	<i>Mundo em Chamas</i>	Sem indicação	Rio de Janeiro	1914	Poesia
Hermes Fontes	<i>Ciclo de Perfeição</i>	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro	1914	Poesia
Hermes Fontes	<i>Juízos Efêmeros</i>	Sem indicação	Rio de Janeiro	1916	Prosa
Hermes Fontes	<i>Miragem do Deserto</i>	Livraria Editora Leite Ribeiro & Maurillo	Rio de Janeiro	1917	Poesia
Hermes Fontes	<i>Despertar!</i>	Sem indicação	Rio de Janeiro	1922	Conto
Perilo D'Oliveira	<i>Canções que a vida me ensinou</i>	Imprensa Oficial	Paraíba	1925	Poesia
Lino Guedes	<i>Canto do Cisne Preto</i>	Tipografia Áurea	São Paulo	1926	Poesia
Lino Guedes	<i>Ressurreição Negra</i>	Sem indicação	São Paulo	1928	Prosa
Lino Guedes	<i>Negro Preto Cor da Noite</i>	Coleção Hendi	São Paulo	1936	Poesia
Lino Guedes	<i>Urucungo</i>	Coleção Hendi	São Paulo	1936	Poesia
Lino Guedes	<i>O Pequeno Bandeirante, Mestre Domingos</i>	Coleção Hendi	São Paulo	1937	Poesia
Lino Guedes	<i>Sorrisos do</i>	Sem indicação	São Paulo	1938	Poesia

<sup>5</sup>As informações da tabela foram cruzadas nestas fontes: BASTIDE, Roger. “Considerações sobre alguns poetas afro-brasileiros de hoje” In: *Estudos Afro-Brasileiros, Op. Cit.*, p. 93 e ss.; BROOKSHAW, David. “Quatro Poetas Negros Brasileiros” In: *Estudos Afro-Asiáticos, Op. Cit.*, pp. 31-43; BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira, Op. Cit.*; BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina, Op. Cit.*; BERND, Zilá. *Introdução à Literatura Negra, Op. Cit.*; COLINA, Paulo (org.). *Axé: Antologia Contemporânea de Poesia Negra Brasileira*, São Paulo: Global, 1982; Quilombhoje(org.) *Reflexões*, Op. Cit.; I Encontro de Ficcionalistas e Poetas Negros, *Criação Crioula, Op. Cit.*; CAMARGO, Oswaldo de. *A Razão da Chama: Antologia de Poetas Negros Brasileiros*, São Paulo: GRD, 1986; CAMARGO, Oswaldo de. *O Negro Escrito*, Op. Cit.; QUILOMBHOJE (org.) *Cadernos Negros: Os melhores contos*, São Paulo: Quilombhoje, 1998; LOPES, Nei. *Dicionário Literário Afro-Brasileiro*, Rio de Janeiro: Pallas, 2007 (vários verbetes); <http://www.casadamemoriaararuna.com/peryllo.htm#Bibliografia> [Acessado em 15/04/2008]; <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=31024&titulo> [Acessado em 15/04/2008]. Os critérios para construção da tabela foram 1) a atribuição da bibliografia sobre os autores enquanto um escritor de Literatura Negra; 2) ou, quando possível, a auto-atribuição do escritor. O recorte temporal abrange o século XX, doze anos após a Abolição formal da escravidão e o centenário desse processo.

<b>Autor</b>	<b>Livro/Texto</b>	<b>Forma de Edição</b>	<b>Local</b>	<b>Ano</b>	<b>Gênero</b>
	<i>Cativeiro</i>				
Lino Guedes	<i>Dictinha</i>	Coleção Hendi	São Paulo	1938	Poesia
Gervásio de Moraes	<i>Malungo</i>	Gráfica Revista dos Tribunais	Santos	1943	Contos
Raimundo Souza Dantas	<i>Sete Palmos de Terra</i>	Vitória	Rio de Janeiro	1944	Romance
Solano Trindade	<i>Poemas d'uma vida simples</i>	Sem indicação	Rio de Janeiro	1944	Poesia
Ruth Guimarães	<i>Água Funda</i>	Editora Globo	Rio de Janeiro	1946	Romance
Lino Guedes	<i>Suncristo</i>	Coleções Hendi	São Paulo	1950	Poesia
Lino Guedes	<i>Nova Inquilina do Céu</i>	Sem indicação	São Paulo	1951	Poesia
Romeu Crusoé	<i>A Maldição de Canaan</i>	Irmãos Di Giorgio e Cia	Rio de Janeiro	1951	Romance
Carlos Assumpção	<i>Protesto</i>	Associação Cultural do Negro	São Paulo	1958	Poesia
Eduardo de Oliveira	<i>Além do Pó</i>	Edição do Autor	São Paulo	1958	Poesia
Solano Trindade	<i>Seis Tempos de Poesia</i>	Editora H. Mello	São Paulo	1958	Poesia
Oswaldo de Camargo	<i>Um Homem tenta ser Anjo</i>	Edição do Autor	São Paulo	1959	Poesia
Carolina Maria de Jesus	<i>Quarto de Despejo</i>	Editora Francisco Alves	São Paulo	1960	Diário
Eduardo de Oliveira	<i>Ancoradouro</i>	Edição do Autor	São Paulo	1960	Poesia
Abdias do Nascimento (org.)	<i>Dramas para Negros e Prólogo para Brancos</i>	Teatro Experimental do Negro	Rio de Janeiro	1961	Teatro
Carolina Maria de Jesus	<i>Casa de Alvenaria</i>	Editora Francisco Alves	São Paulo	1961	Diário
Oswaldo de Camargo	<i>15 Poemas Negros</i>	Associação Cultural do Negro	São Paulo	1961	Poesia
Solano Trindade	<i>Cantares ao meu povo</i>	Editora Fulgor	São Paulo	1961	Poesia
Eduardo de Oliveira	<i>Banzo</i>	Editora Obelisco	São Paulo	1962	Poesia
Oliveira Silveira	<i>Germinou</i>	Edição do Autor	Porto Alegre	1962	Poesia
Carolina Maria de Jesus	<i>Pedaços da Fome</i>	Editora Águila	São Paulo	1963	Romance
Anajá Caetano	<i>Negra Ifigênia</i>	Editora Edicel	São Paulo	1966	Romance
Eduardo de Oliveira	<i>Gestas Líricas da Negritude</i>	Editora Obelisco	São Paulo	1967	Poesia
Oliveira Silveira	<i>Poemas Regionais</i>	Edição do Autor	Porto Alegre	1968	Poesia

<b>Autor</b>	<b>Livro/Texto</b>	<b>Forma de Edição</b>	<b>Local</b>	<b>Ano</b>	<b>Gênero</b>
Nataniel Dantas	<i>Ifigênia está no fundo do corredor</i>	Gráfica Record Editora	Rio de Janeiro	1969	Romance
Oliveira Silveira	<i>Banzo Saudade Negra</i>	Edição do Autor	Porto Alegre	1970	Poesia
Oswaldo de Camargo	<i>O Carro do Êxito</i>	Editora Martins	São Paulo	1972	Contos
Bélsiva	<i>Lamentos, só lamentos...</i>	Edição do Autor	São Paulo	1973	Poesia
Arnaldo Xavier	<i>Pablo (co-autoria)</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1974	-----
Hermógenes Almeida S. Filho	<i>Oito Anônimos</i>	Edição dos Autores	Salvador	1974	Poesia
Oliveira Silveira	<i>Décima do Negro Peão</i>	Edição do Autor	Porto Alegre	1974	Poesia
Oliveira Silveira	<i>Praça da Palavra</i>	Edição do Autor	Porto Alegre	1976	Poesia
Arnaldo Xavier	<i>Cara a Cara</i>	Edições Pindaíba	São Paulo	1977	-----
Vários	<i>Ebulição da Escrivatura (antologia)</i>	Editora Civilização Brasileira	Rio de Janeiro	1977	Poesia
Éle Semog	<i>Incidente Normal (co-autoria)</i>	Edição dos Autores	Rio de Janeiro	1977	Poesia
Oliveira Silveira	<i>Pêlo Escuro</i>	Edição do Autor	Porto Alegre	1977	Poesia
Abelardo Rodrigues	<i>Memória da Noite</i>	Edição do Autor	São Paulo	1978	Poesia
Arnaldo Xavier e outros	<i>Contramão</i>	Edições Pindaíba	São Paulo	1978	Poemas
Cuti	<i>Poemas da Carapinha</i>	Edição do Autor	São Paulo	1978	Poesia
Ramatis Jacino	<i>Desgraçados (co-autoria)</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1978	Conto/ Poesia
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1978	Poesia
Hermógenes Almeida S. Filho	<i>Quintal Literal I e II</i>	Edição dos Autores	Rio de Janeiro	1978/1981	Poesia
Cuti	<i>Sol na Garganta</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1979	Conto
Éle Semog	<i>O Arco-Íris Negro</i>	Edição dos Autores	Rio de Janeiro	1979	Poesia
Geni Guimarães	<i>Terceiro Filho</i>	Editora Jalovi	Bauru	1979	Poesia
José Carlos Limeira	<i>O Arco-Íris Negro</i>	Edição dos Autores	Rio de Janeiro	1979	Poesia
Oswaldo de Camargo	<i>A Descoberta do Frio</i>	Edições Populares	São Paulo	1979	Novela
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1979	Conto

<b>Autor</b>	<b>Livro/Texto</b>	<b>Forma de Edição</b>	<b>Local</b>	<b>Ano</b>	<b>Gênero</b>
Eduardo de Oliveira	<i>Túnica de Ébano</i>	Tribuna Piracicabana	São Paulo	1980	Poesia
Oubi Inaê Kibuko	<i>Como se fosse pecado</i>	Edição do Autor	São Paulo	1980	Poesia
Paulo Colina	<i>Fogo Cruzado</i>	Edições Populares	São Paulo	1980	Conto
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1980	Poesia
Solano Trindade	<i>Cantares ao meu Povo</i>	Editora Brasiliense	São Paulo	1981	Poesia
Geni Guimarães	<i>Da Flor, o Afeto, da Pedra, o Protesto</i>	Edição da Autora	Barra Bonita	1981	Poesia
Oliveira Silveira	<i>Roteiro dos Tantãs</i>	Edição do Autor	Porto Alegre	1981	Poesia
Oubi Inaê Kibuko	<i>Sobrevivência</i>	Edição do Autor	São Paulo	1981	Poesia
Oubi Inaê Kibuko	<i>Mergulho</i>	Edição do Autor	São Paulo	1981	Poesia
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1981	Conto
Arnaldo Xavier	<i>A Roza da Recusa</i>	Edições Pindaíba	São Paulo	1982	-----
Carlos Assumpção	<i>Protesto</i>	Edição do Autor	Franca	1982	Poesia
Cuti	<i>Batuque de Tocaia</i>	Edição do Autor	São Paulo	1982	Poesia
Estevão Maya-Maya	<i>Regresso triunfal de Cruz e Sousa e Os segredos de seu Bitá dá-nó-em-pingo-dá-água</i>	Editora Kikulakaji	São Paulo	1982	Poesia
Estevão Maya-Maya	<i>Cantiga pra gente de casa chegada em cima da hora (co-autoria)</i>	Editora Kikulakaji	São Paulo	1982	Poesia
Hermógenes Almeida S. Filho	<i>Vidigal em Poesias</i>	Edição dos Autores	Rio de Janeiro	1982	Poesia
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1982	Poesia
Cuti	<i>Suspensão</i>	Edição do Autor	São Paulo	1983	Teatro
Hermógenes Almeida S. Filho	<i>Reggae – Ijexá</i>	Edição do Autor	Rio de Janeiro	1983	-----
Márcio Barbosa	<i>Semeando I</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1983	Poesia
Miriam Alves	<i>Momentos de Busca</i>	Edição da Autora	São Paulo	1983	Poesia
Oubi Inaê Kibuko	<i>Semeando I</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1983	Poesia
Ramatis Jacino	<i>Fogo no catalouco</i>	Edição do Autor	São Paulo	1983	Conto
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1983	Conto

<b>Autor</b>	<b>Livro/Texto</b>	<b>Forma de Edição</b>	<b>Local</b>	<b>Ano</b>	<b>Gênero</b>
Éle Semog	<i>Atabaques</i>	Edição dos Autores	Rio de Janeiro	1984	Poesia
Jônatas Conceição da Silva	<i>Miragem de Engenho</i>	Edição do Autor	Salvador	1984	Poesia
José Carlos Limeira	<i>Atabaques</i>	Edição dos Autores	Rio de Janeiro	1984	Poesia
Oswaldo de Camargo	<i>O Estranho</i>	Roswitha Kempf	São Paulo	1984	Poesia
Oubi Inaê Kibuko	<i>Poemas para o meu Amor</i>	Edição do Autor	São Paulo	1984	Poesia
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1984	Poesia
Miriam Alves	<i>Estrelas no Dedo</i>	Edição da Autora	São Paulo	1985	Poesia
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1985	Conto
Oubi Inaê Kibuko	<i>Canto à negra mulher amada</i>	Edição do Autor	São Paulo	1986	Poesia
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1986	Poesia
Cuti	<i>Quizila</i>	Edição do Autor	São Paulo	1987	Conto
Cuti	<i>Flash Crioulo sobre o sangue e o sonho</i>	Mazza Edições	Belo Horizonte	1987	Poesia
Éle Semog	<i>Cartões e Posters de Poesia</i>	Edição dos Autores	Rio de Janeiro	1987	Poesia
Éle Semog	<i>Curetagem</i>	Edição do Autor	Rio de Janeiro	1987	Poesia
Márcio Barbosa	<i>Paixões Crioulas</i>	Edição do Autor	São Paulo	1987	Prosa
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1987	Conto
Cuti	<i>A Pela Peluda no largo da Bola</i>	Editora do Brasil	São Paulo	1988	Infanto-Juvenil
Vários	<i>Cadernos Negros</i>	Edição dos Autores	São Paulo	1988	Poesia

Nesse cenário, que como afirmaria a poetisa Marise Tietra [Maria Helena do Nascimento Araújo], para a história contextual da Literatura Negra, “*Cumpra não perder de vista suas profundas raízes sociais, que a distinguem dos movimentos apenas estéticos ou ditados preponderantemente pela dialética interna dos meios de expressão artística. Delineia-se uma literatura de cunho cultural popular onde a mulher discute a mulher, o negro o negro, o homossexual o homossexual*”<sup>6</sup>, a

<sup>6</sup>TIETRA, Marise. “Avaliação Crítica da Produção Literária dos últimos 10 anos” In: I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros (org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, 1987, p. 52

possibilidade de acesso e ventilação a um grande público permaneceria interdita, por questões estruturais:

Podemos concluir que os papéis inverteram-se na nação, considerando que a condição da maior parte da população brasileira é a marginalidade[...] Junta-se a isso o fato de: uma nação de mais de cem milhões de habitantes fazer apenas 10% (dez por cento) de leitores; a crescente e incômoda presença das editoras estrangeiras, verdadeiras multinacionais da área livreira, lançando best-sellers de péssima qualidade; as impossibilidades de lançamentos de novos escritores e inclusive a circulação mais ampla dos já consagrados ou reconhecidos. Portanto, em face de tantas barreiras e dificuldades, resta aos novos escritores, em especial aos poetas, continuar optando pelas chamadas edições marginais ou independentes, que possibilitam a saída para a publicação e um planejamento artesanal cuidadoso ou ao menos criativo, abrindo em certo grau a desierarquização da poesia.<sup>7</sup>

O ativismo negro-literário/ militância ativa da palavra dos coletivos de escritores seria, então, uma saída encontrada para driblar um pouco aquele círculo vicioso da marginalidade literária. Deley de Acari [Wanderlei da Cunha], membro do extinto coletivo carioca Negrícia<sup>8</sup>, apresenta alguns exemplos dessa tentativa daquele grupo, o que lhe permite criticar uma certa tendência tida como pequeno-burguesa da Literatura Negra, bem como de frações do Movimento Negro, não nominadas em seu texto, onde o discurso literário é endógeno de uma classe média intelectualizada e aparentemente progressista. É o que relata ao recuperar que no início dos anos 1980,

[...] Na última Noite da Beleza Negra promovida pelo grupo Afro Agbara Dudu, Rio de Janeiro, o Negrícia abriu a festa recitando, durante 30 minutos, poesias para 1600 pessoas.[...]Um recital de poesias bem dirigido e bem coordenado, alternando poemas e músicas, leva a obra poética onde o livro não pode levar, aos ouvidos e às consciências da maioria negra marginalizada, analfabeta, mas culta em sua cultura de oprimido nas favelas, presídios e escolas municipais[...] Quando um poeta diz seu texto num presídio, escola ou associação de moradores de favela, ele não precisa se perguntar angustiado se seu “leitor” é analfabeto ou não. Ele tem certeza que será lido e entendido e, se não for entendido, será perguntado no mesmo momento da leitura.[...] A literatura negra produzida pelo integrante do Grupo Negrícia, no Rio de Janeiro, tem chegado onde o discurso político do movimento negro, em seus 10 anos de existência, jamais chegou. O conjunto dos militantes do movimento negro, no entanto, não reconhece a arte negra e na literatura negra uma arma de luta com características próprias e únicas, como por exemplo o poder de conscientização,

---

<sup>7</sup>*Idem, ibidem*, pp. 53-54.

<sup>8</sup>De acordo com o verbete no *Dicionário Literário Afro-Brasileiro*, de Nei Lopes, “Coletivo de Escritores Negros: Entidade do movimento negro criada no Rio de Janeiro, RJ, no fim da década de 1980, como consequência do grupo Negrícia, Poesia e Arte de Crioulo ou Negrícia Poesiação. Dele participaram Hélio de Assis, Éle Semog, Conceição Evaristo, Salgado Maranhão e Delei de Acari”. Cf. LOPES, Nei. *Dicionário Literário Afro-Brasileiro*, Rio de Janeiro: Pallas, 2007, p. 46.

reidentificação racial e mobilização das massas, através do discurso subliminar. As armas de luta que o movimento adota são herdadas da classe média branca, esquerdizóide e racista.<sup>9</sup>

Essa busca por alcançar um público literário diferente, em termos de fração de classe, do grupo produtor da prosa e poesia negra, presente especialmente nos autores então mais jovens e membros de coletivos de escritores, ajuda a refletir o por quê de, volta e meia, ser necessário o retorno à crítica de aspectos dos movimentos modernistas, notadamente em sua variante paulista, especialmente no que se refere à forja de uma identidade nacional. Para eles, o Modernismo paulista foi insuficiente em seu projeto e acabou por representar parcialmente o Brasil, excluindo ou mal explicitando o grupo negro na formação nacional.

O autor do texto utilizado como epígrafe para este excerto do capítulo, José Abílio Ferreira, encaminha essa discussão<sup>10</sup>, como já havia sido visto em *Reflexões* ou em David Brookshaw. Entretanto, assim como no trabalho do estudioso inglês, a insuficiência da crítica de Abílio Ferreira é presente. Mais que demonstrar o por quê, em algumas obras de alguns autores modernistas paulistas e nordestinos o negro figura como estereótipo negativo, seria interessante um esforço crítico de se verificar a razão de, *no projeto modernista*, a uma certa fase de suas diferentes expressões, a personagem negra figurar como tal. Um outro ponto problemático está no aparente desconhecimento da revisão operada por ao menos um dos escritores modernistas atacados: Mário de Andrade. Em 1942, convidado pelo Itamaraty a refletir sobre a Semana de 22, o escritor desenvolveu uma densa revisão de sua obra e de sua geração, onde o aspecto aristocrático do Modernismo e a incapacidade de penetrar profundamente em aspectos da cultura brasileira são colocados em xeque<sup>11</sup>.

Todavia, o trabalho de Ferreira traz muitos outros pontos interessantes para discussão. Por exemplo, a perspicaz observação que faz o autor sobre a Literatura Negra em descompasso com a vanguarda<sup>12</sup>. Ou, como se vê no trecho a seguir, sobre a invisibilidade, para a crítica especializada, da

---

<sup>9</sup>ACARI, Deley de. “Movimento Negro e Educação” In: I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros. *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*, Op. Cit., 1987, pp. 70-71.

<sup>10</sup>“Há, contudo, muito a questionar sobre a autenticidade do movimento modernista como fator de participação política daqueles indivíduos nos quais se inspirava para formar sua conceituação estética. Há muito o que questionar, do mesmo modo, sobretudo o que se escreveu sobre tudo neste país. É absurdo, por exemplo, acatar a afirmação de que Monteiro Lobato visualizou, como Lima Barreto, uma literatura negra já no começo do século. Seria mais plausível colocar no lugar de Monteiro um Cruz e Sousa. É oportuno também que se tire de seus pedestais autores como Jorge de Lima, Ascenso Ferreira, Raul Bopp e boa leva deles. Todos estes aspectos hoje, felizmente, já estão recebendo um tratamento mais crítico, graças ao trabalho de alguns escritores que não se contentam apenas em criar.[...]” Cf. FERREIRA, J. Abílio. “A Formação de um conceito nacional” *Op. Cit.*, 1987, p. 74

<sup>11</sup>A conferência no Itamaraty foi realizada em 30 de abril de 1942 e está transcrita parcialmente no livro de depoimentos *Testamentos de uma Geração*, de 1944, organizado por Edgar Cavalheiro e editado pela Globo, de Porto Alegre. Bem como, com excelente análise contextual, no livro de Carlos Guilherme Motta, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, São Paulo: Ática, 1977, pp. 105-109. Especialmente as páginas 107, 108 e 109. Foi publicada ainda no livro do próprio Mário de Andrade, *Aspectos da Literatura Brasileira*, em 1943. Agradeço a Mariana Chaguri, por esta última informação.

experiência negra em momentos recentes da história cultural e política brasileira, reafirmando, mais uma vez, sua marginalidade:

*Os anos 70, então, presenciaram a explosão da comunidade negra, representada por entidades culturais e políticas, pelo ressurgimento da imprensa negra e pela proliferação de escritores financiando seus próprios livros. Esta década assistiu também ao início do que se aprendeu a chamar de processo de abertura, que deu condições para que as vozes negras se levantassem contra a discriminação racial nacional e internacional; vozes que, durante todo o tempo, com certeza, estiveram se manifestando de diversas formas, sufocadas, sem condições de aflorar. [...] A imprensa negra que começava a ressurgir não suportou (ou não soube lidar com) o espírito empresarial que hoje determina o tempo de sobrevivência de qualquer empreendimento que se queira levar avante – merece aqui uma digressão que diz respeito à situação do que ficou conhecido como imprensa alternativa, maneira de fazer jornalismo que trouxe à baila nomes como “Pasquim”, “Movimento”, “Opinião”, jornais que, com exceção do primeiro, não conseguiram sobreviver, do mesmo modo que a imprensa negra, que faz parte desta fase importantíssima e que merecia ser citada nos textos sobre jornalismo de resistência; o jornal Capoeira e o Jornegro entre outros, porém jamais aparecerão nos compêndios de história sobre o tema se da própria comunidade não brotar elementos interessados em reacender a chama[...] Os escritores negros – que a um só tempo são editores, divulgadores e vendedores de seus livros – no entanto, permanecem persistentes, produzindo uma literatura que deverá amadurecer, porque deverá, como neste encontro, discutir a si própria em busca de caminhos sólidos e influentes[...]”<sup>13</sup>*

Essa invisibilidade histórica – ou para fixar uma imagem de Clóvis Moura, as *injustiças de Clio* – é muito bem retomada por Míriam Alves, poetisa e colaboradora assídua dos Cadernos Negros/Quilombhoje. A crítica recai sobre um aspecto da esquerda política, momento de clandestinidade, exílio e produções marginais também para o grupo negro. Para a historiografia da esquerda do período, no entanto, a experiência negra é ausente desse processo, ou subsumida na de cunho mais geral. A

---

<sup>12</sup>“Certo é que a produção artística e cultural negra esteve sempre em descompasso com as estéticas que costumam dar o tom das épocas. E isto é significativo. Enquanto os modernistas estavam buscando dados populares a fim de contrapor, na forma e no conteúdo, os rigores parnasianos, os escritores negros estavam fazendo sonetos. Enquanto os concretistas propunham uma adaptação da poesia com os novos tempos e sintonizavam-se com os tropicalistas da MPB, os escritores negros, no mínimo, nem se deram conta da discussão em torno do comportamento artístico 50/60 em face da afirmação cada vez mais veemente do processo de industrialização. Os escritores negros, como artistas em geral, estavam tratando de questões mais prementes que só a eles interessava.” Cf. FERREIRA, J. Abílio. “A Formação de um conceito nacional” *Op. Cit.*, pp. 74-75.

<sup>13</sup>*Idem, ibidem*, pp. 76-77. Grifos meus. A atualidade da crítica de Ferreira, infelizmente, permanece. O livro referencial sobre Imprensa Alternativa dos anos 1970, do jornalista e professor da USP, Bernardo Kucinski, não registra, nem mesmo em sua última edição revista e ampliada algo sobre a Imprensa Negra do período. Mencionará apenas a seção Afro-América-Latina do jornal Versus. Cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, São Paulo: EDUSP, 2003

Literatura, o Teatro, a Imprensa Negra, então, seriam *atos políticos de memória*, para a autora, face às injustiças históricas. Em seus dizeres:

*Ressalto nesta produção o ato político. Falo em atitude política não para designar passeatas de ficcionistas e poetas negros, exigindo seus direitos à publicação e circulação, exigindo a criação livre, permeada por sua vontade e inspiração, ou ainda exigindo reconhecimento dos órgãos públicos (secretaria disto ou daquilo), ou ainda reclamando suas entradas nos bares acadêmicos fechados (livrarias e editoras), onde somos literalmente barrados e discriminados por trás de discursos de má qualidade, sublitteratura e desinteresse dos leitores. Não é deste ato político, que não fizemos, que falo. Falo do ato político que praticamos, escrevendo-nos em nossa visão de mundo.[...] Nos tempos não tão idos assim, todos nós brasileiros criadores de artes éramos obrigados a esconder nossa criação na gaveta e nos tornarmos artistas gaveteiros, ou desengavetar e tornarmo-nos exilados. Neste tempo, a nossa produção de negros artistas engavetou-se. Mais tarde, desengavetou-se na forma de livrinhos mimeografados, distribuídos nos botecos da vida, onde a esquerda tramava a revolução cultural. Ai nossos livrinhos foram recusados várias vezes (a esquerda nos olhava com seus olhos canhestros).”<sup>14</sup>*

E aqui se enceta, em *Criação Crioula*, o debate sobre a qualidade literária da produção negra. *Qualidade* esta associada à sua marginalidade, criando uma espécie de círculo concêntrico cada vez mais fechado. A ideia de alguma espécie de peneiramento de textos, uma crítica pelos pares, é rejeitada pela autora, por não estreitar alianças. Antes, promoveria desentendimentos entre os escritores, provocando dissidências e críticas ácidas de uns contra outros. Então, passa a ser lida tal ideia como uso interno da arma do mercado editorial, tido como reacionário, para não se publicar a confecção literária negra<sup>15</sup>. Se Alves faz essa crítica com extrema elegância, o mesmo não pode ser dito da discussão do assunto por Arnaldo Xavier. Num texto dividido por diferentes tópicos e marcado graficamente por uma tentativa de expressão inovadora, o autor afirma a certa altura que:

[...]. O Manifesto do Triunvirato, subtítulo “O escritor negro no Brasil – Quem é ele?”, subscrito por Paulo Colina, Oswaldo de Camargo e Abelardo Rodrigues, lançado por ocasião do livro “O Estranho”, de Oswaldo, é um documento de índole excludente que tinha direção certa: o

<sup>14</sup>ALVES, Míriam. “O Discurso Temerário” In: I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros (org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, p. 84. Grifos meus.

<sup>15</sup>“A necessidade de discutirmos juntos este nosso produto, caminharmos mais, avançarmos mais. E uma pergunta surge: Como? Se ninguém nos paga para fazermos o que fazemos? Ao contrário, nós pagamos o tributo pela constante ousadia. E logo divergimos, distanciando-nos do papo, estocando-nos, usando como espada as mesmas espadas rombudas pela qual o sistema fechado de publicação nos estoca. Ficamos nos auto-acusando: “- Aquele não pode vir porque faz poemas de má qualidade. O outro, também não, pois o trabalho dele não reflete a nossa condição de negro. Aquele? Aquele não! O trabalho dele cheira a ranço disto e daquilo”. Resultado: SOLIDÃO. Certo, está tudo certo. Não questiono o questionamento. Precisa existir, sempre. Mas temos que trocar estas velhas espadas rombudas de análise e cunharmos as armas, ao nosso jeito”. *Idem, Ibidem*, pp. 85-86.

Quilombhoje. O receituário do Triunvirato reza em torno de seu próprio umbigo e, da pretensão de escola, reconhece nas “agruras”, “esperanças” e “alma lírica” as únicas fontes repertoriais da Literatura Negra como caminhos do fazer literário, calcado nas lições do passado - “dos mestres” - e de um pessimismo pedante em relação à inflação de poetas Negros... de Negros escrevendo. Elitismo à parte, o Manifesto do Triunvirato busca apontar para procura de novas ideias, novos rumos. E assim se coloca como auto-exemplo ao exaltar o livro “O Estranho” de um dos subscreventes[...] o que só evidencia uma teoria diferenciada da prática e de uma contradição na forma de resgatar o passado, como está refletido no referido livro, resultado de leitura mal digerida de Cruz e Sousa, uma poesia obscurantista e sub-simbolista, o que realmente os diferencia por Obra y Graça[...]”<sup>16</sup>

A não consolidação do debate sobre a *avaliação de qualidade* literária dessa confecção cultural restaria como impeditivo para que o desejo de um veterano poeta negro gaúcho, Oliveira Silveira, permanecesse indefinido: “*Vamos criar uma editora, se possível. Vamos reforçar nossas conquistas, por mínimas que sejam*”<sup>17</sup>. Se o discurso ideológico de uma produção literária como arma de denúncia do racismo, de recuperação histórica e evidenciação das particularidades do ser-negro-no-mundo é quase unânime, o mesmo ainda não poder ser dito, neste momento, de sua faceta estética.

“*Entretanto, contra todas as expectativas, somos potentes, capazes e pensantes. Portanto, bem sucedidos*”<sup>18</sup>, é o que afirma uma das autoras da coletânea. O espírito do encontro parece estar resumido nesta frase. O *elefante branco* posto a nu, saindo de sua estereotipia de ser inútil ou de algo sem grande importância. Apesar da precariedade produtiva e distributiva, do consumo limitado e insuficiente, da invisibilidade. Destarte, a assunção da ideia da Literatura Marginal torna-se cada vez mais forte entre aqueles escritores, revelando posições que somente se iriam concretizar nos dias correntes, ao fim dos anos 1990 e com sentido algo alterado. Fica claro isto no argumento de Kilamba, [Adivair Augusto Francisco], poeta paulista:

Dentro da indústria cultural brasileira, a nossa literatura é designada de duas formas: desempregada e quando não subempregada. Como fazer parte de um mercado cultural hipócrita, ostentando nas costas tal peso? Fica muito difícil ou quase impossível. No entanto, para combater isto, só nos resta lutar no seio da comunidade negra e juntamente com a mesma criar nossa própria indústria cultural e nosso próprio mercado cultural, com nossa própria linguagem, sem deixar a luta para adentrar na

---

<sup>16</sup>XAVIER, Arnaldo. “Dha Lamba à Qvizila – A Busca Dhe Hvma Expressão Literária Negra” In: I Encontro de Poetas e Ficcionistas Negros Brasileiros. (org.) *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, pp. 94-95

<sup>17</sup>SILVEIRA, Oliveira. “A Produção Literária Negra (1975-1985)” In: I Encontro de Poetas e Ficcionistas Negros Brasileiros. (org.) *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, p. 88.

<sup>18</sup>SILVA, Zenaide Cecília P. da. “Reconciliação” In: I Encontro de Poetas e Ficcionistas Negros Brasileiros. (org.) *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, p. 114.

indústria e no mercado cultural deles, para que o quanto antes possamos encontrar mais e mais caminhos na busca de mudanças práticas que visem somente uma realidade que só nós conhecemos muito bem.<sup>19</sup>

Estar à margem, *aparentemente não-incluso*, é sinônimo para alguns de desejável liberdade extrema, já que, como explicita Oubi Inaê Kibuko, “*Tudo o que fazemos de forma contrária às regras ditadas pelas classes dominantes termina ficando escondido no porão da ignorância*”<sup>20</sup>. E é isto que permite, no raciocínio do escritor, não querer sofrer qualquer tipo de apreciação minuciosa, confundida, no momento, com censura ou patrulhamento ideológico:

[...] Já não basta os problemas enfrentados por nós para editar e veicular um livro e ainda temos que brigar e desmitificar um preconceito às avessas: de negro pra negro. E isto, a meu ver, ocorre devido a frustração dessas pessoas não estarem bebendo o leite das bestas sagradas e comendo a grama da consagração no pasto da Academia Brasileira de Letras e vestidos com o fardão da hipocrisia. Mas há uma satisfação que nos podemos deleitar, apesar que ela está correndo um certo perigo: é a de podermos editar nossos textos nos Cadernos Negros sem crivo editorial ou patrulhamento ideológico.<sup>21</sup>

Todavia, não há consenso entre todos da coletânea sobre o fato da marginalidade literária ser algo completamente positivo. Ela é, em larga medida, apenas a expressão direta da situação de grande parte do seu grupo social de origem. É nestes termos que há uma separação entre a *Geração do Mimeógrafo* e esses poetas. Aqueles optam pela marginalidade sobretudo por questão estilística formal ou *estilo de vida*. No caso da Literatura Negra, o problema é de natureza histórico-sociológica, em seu cerne. Neste sentido que, para alguns poetas, o vislumbre da organização da atividade editorial ou fomento estatal não é demonizado por princípio. Subjaz a problemática do reconhecimento social e literário, como forma estratégica de sobrevivência de um projeto a longo prazo. Nas palavras de Éle Semog [Luiz Carlos Amaral Gomes], então membro do coletivo Negrícia:

A necessidade de nos agregarmos em grupos como o Quilombhoje, Palmares, Capoeirando, Negrícia, respondeu por um período pelos livros coletivos, pelas antologias. Esta prática tem que evoluir, porque o discurso do Estado mudou. É inconcebível que os trabalhos coordenados pelo Quilombhoje sejam financiados pelos próprios autores, após oito persistentes anos de prática e produção literária. É um despropósito da cultura nacional e para o povo brasileiro que a República

<sup>19</sup>Kilamba. “Intervenção dos Poetas e Ficcionalistas Negros no Processo de Participação Política” In: I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros (org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*, São Paulo: Imesp, 1987, pp. 126-127.

<sup>20</sup>KIBUKO, Oubi Inaê. “Cadernos Negros: Um reduto de escritores quilombolas desafiando um País, também literariamente racista” In: I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros (org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*, São Paulo: Imesp, 1987, p. 135.

<sup>21</sup>*Idem, Ibidem*, p. 139. O autor está brigando aqui com o denominado Triunvirato.

Popular de Angola reconheça e financie o trabalho de 50 poetas brasileiros (livro Tetos de Aurora nos Punhos), de diversos Estados do Brasil, dentre os quais Oliveira Silveira, Oswaldo de Camargo, Cuti, Paulo Colina, José Carlos Limeira, Delei de Acari, Míriam Alves. Embora com grossura da omissão do nome de outros escritores, são nomes que sem dúvida alguma deveriam constar no planejamento anual dos senhores editores[...] Ora, estamos no Primeiro Encontro de Escritores Negros, em São Paulo, somos os próprios, e daqui teremos que arrancar soluções diferentes de nossa prática de militantes do Movimento Negro e das entidades negras. Nesse encontro temos que criar uma entidade de atuação nacional e internacional que não seja menor que um Centro Brasileiro de Literatura Negra, ou um 'instituto', ou uma 'união'. Esta entidade deve agregar os escritores negros, financiar e distribuir as suas obras, resguardados, evidentemente, alguns princípios inerentes à literatura universal e à dignidade dos povos.[...] *Se por um lado carecemos de um Centro, um Instituto, por outro, mais urgente, carecemos também de uma editora e de uma gráfica.*<sup>22</sup>

Por fim, um dos coordenadores nacionais do encontro e membro fundador do Quilombhoje/Cadernos Negros comparece com o trabalho “Fundo de Quintal nas Umbigadas”. O texto de Cuti faz o balanço histórico da produção literária negra no começo da década de 80; apresenta aquelas que seriam as três fontes matriciais da Literatura Negra, expostas em Cruz e Sousa, Lima Barreto e Machado de Assis<sup>23</sup>; confere uma discreta espicaçada à produção recente de Paulo Colina, Eduardo de Oliveira e Oswaldo de Camargo, cujos prefácios dos livros por Tristão de Athayde e Gilberto de Mello Kujawski (no caso dos dois últimos, respectivamente) iriam de encontro com o que os escritores negros tentavam fazer naquele momento, tentando contê-los para não protestar, na sua opinião. O resultado disso em sua argumentação é que:

Quando legitimaram Carolina de Jesus, legitimaram um horizonte para o negro na literatura brasileira. Escrever como se fala, cometer erros de ortografia e fazer do naturalismo jornalístico a razão de ser da nossa arte. A própria Carolina chegou a reclamar quando alguém a repreendeu por estar ela perdendo a “autenticidade” com o uso de certas palavras “difíceis”[...] *Nenhuma legitimação é apenas estética. No mais das vezes é ideológica.*[...] O que fizemos (livros autofinanciados) sem depender de paternalismo de ninguém já animou a vida literária entre negros<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup>SEMOG, Éle. “A Intervenção de Poetas e Ficcionalistas Negros no Processo de Participação Política” I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros (org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, pp. 142-143 e 145. Grifos meus.

<sup>23</sup>“De Cruz e Sousa a vertente trágica, o profundo mergulho psicológico, a estética da velocidade, o domínio da métrica e recursos musicais. De Lima Barreto, a objetividade irônica, o despojamento na abordagem da questão racial, a visão do cotidiano. De Machado de Assis, a monumental ironia com que focaliza a sociedade dominante, o refinado domínio técnico da elaboração narrativa” Cf. CUTI. “Fundo de Quintal nas Umbigadas” In: I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros(org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco, Op. Cit.*, 1987, p. 152.

<sup>24</sup>*Idem, ibidem*, pp. 155-156. Grifos meus.

É nesse contexto de animação de uma *vida literária* que o escritor negro depara-se, novamente, em sua visão, com a necessidade de equacionar seu tema e não *estereotipar-se enquanto autor*<sup>25</sup>. Além de lidar, simultaneamente, com o sistema literário brasileiro, que mesmo em suas vertentes mais progressistas, ainda não abriria facilmente, à época, via de acesso à confecção literária negra:

Um escritor negro certa vez contou-me que a recusa de uma editora aos seus originais prendia-se ao argumento de não terem parâmetros para julgar seu trabalho, por ele ser negro. Ouvei também de uma mulher, que se dizia editora de livros, a declaração pública sobre o fato da literatura de negros fugir à linha editorial de sua empresa por não se adaptar à sua clientela. Em carta-resposta, de 18/8/1980, à apresentação dos originais do meu livro *Batuque de Tocaia*, o editor Ênio Silveira assim se expressou: “V. Sa. se propõe ser um poeta da negritude, mas só consegue exprimir sua revolta, que o leva, embora o negue, a uma outra forma de racismo, contra o branco.”<sup>26</sup>

Reforçando o que já escrevi linhas atrás, a marginalidade literária da produção negra *não* é uma opção estilística formal, ato contracultural, estilo de vida ou expressão de vanguarda, nesse momento. É a indissociabilidade de uma produção literária à situação de seu grupo cultural, a internalização dos fatores externos à obra. Na argumentação de Cuti, o coroamento de tal fato é expresso nas incômodas questões que principiam o fim de seu texto: “*O que dizer da senzala, da favela, do cortiço, do alagado e dos conjuntos apertadinhos do BNH? Quem pôs a gente lá?*”<sup>27</sup>

\*\*\*

### *O papel literário e social das Antologias e das Mostras de Literatura Negra*

Os jornais da imprensa negra, desde a década de 1910<sup>28</sup> traziam em suas páginas poemas e pequenos textos em prosa de autores dos grupos negros organizados em associações ou orbitando em torno delas e, ainda, consagrados no âmbito de uma Literatura Brasileira mais ampla (Cruz e Souza, Luiz Gama, algumas referências a Lima Barreto etc.). Essa prática se consolida, para além das publicações individuais, na burla à invisibilidade crítica e social da produção literária negra, que foi em

---

<sup>25</sup>“A vida do negro é tudo o que o negro vive. As relações raciais são relações sociais. Não há mundo paralelo. O branco e o mestiço também fazem parte do nosso tema. A mudança de foco (pois ainda há uma tendência a nos considerarmos objeto de estudo de nós mesmos) traz muitas novidades. O que mais importa é o olho aceso. Incomoda, evidentemente, mas é necessário e desaliena. Do gol à bomba atômica, temos direito de fazer literatura e imprimir a nossa vivência” Cf. *Idem, ibidem*, p. 157.

<sup>26</sup>*Idem, ibidem*, pp. 157-158

<sup>27</sup>*Idem, ibidem*, p. 158.

<sup>28</sup>Cf. MOURA, Clóvis & Ferrara, Miriam N. *Imprensa Negra*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002 [1ª ed. 1984]. Essa publicação traz edições fac-similares de alguns jornais da Imprensa Negra Paulista, desde 1915, que reproduzem o material doado à Biblioteca Mário de Andrade, pesquisado por Ferrara. Agradeço a Daniela R. A. Rosa pelo presente.

diferentes momentos entre os anos 1960 e 80, efetivada pelas antologias poéticas, além dos jornais de associações do grupo negro, ou os *Cadernos Negros*, em São Paulo.

Entretanto, no que diz respeito ao ato literário e ideológico de juntar autores, prefaciá-los, organizar uma bibliografia crítica sobre os mesmos, tendo como intuito oferecer uma amostragem de um certo tipo de produção, as antologias de Literatura Negra encontram em 1967, com Léon Gontram Damas, um ponto interessantíssimo, por ao menos três razões: 1) o organizador da *Nouvelle Somme de Poésie du Monde Noir* [Nova Reunião de Poesia do Mundo Negro] era, junto com Aimé Césaire e Leopold Sedar Senghor, um dos criadores do movimento estético da Negritude, em Paris, década de 30; 2) e aquela antologia reunia poetas negros de diferentes partes do mundo, editados pela revista *Présence Africaine*; 3) tendo incluída nela, poetas brasileiros como Oswaldo de Camargo, Luiz Paiva de Castro, Natanael Dantas e Eduardo de Oliveira, entre outros, que são traduzidos e publicados nessa edição, o que lhes confere (e à Literatura Negra no Brasil) um certo grau temporário de legitimação.<sup>29</sup>

Dez anos mais tarde, a editora Civilização Brasileira publica *Ebulição da Escrivatura: Treze Poetas Impossíveis*, autores cariocas negros, dentre os quais Éle Semog, atrelada ao Grupo Garra Suburbana. Em 1976, a editora Cooperativa de Escritores publica em São Paulo a antologia *Ventonovo*, com trabalhos de Arnaldo Xavier e Aristides Klafke, no esteio da literatura marginal da década de 1970. Voltar-se-á a esses trabalhos mais adiante.

Em agosto de 1982, a Global Editora lança uma publicação premiada pela Associação Paulista de Críticos de Arte [APCA], como melhor livro de poesias do ano. “*Fato inédito para antologias*”<sup>30</sup>, assinalou Oswaldo de Camargo ao tratar de *Axé: Antologia Contemporânea da Poesia Negra Brasileira*, organizada pelo escritor paulista Paulo Colina. Sua apresentação à ocasião é bastante esclarecedora quanto aos motivos da organização do trabalho:

Assim como a prosa, a poesia é a arte da palavra. E por arte da palavra, entendo a briga constante com a mesma para transmitir, através de imagens e agulhas, o bem-bom e/ou as rebordosas da vida. Quer dizer, não só as alegrias e tristezas advindas de um amor, uma paixão, mas, também, toda a implicação político-econômica-social a que estamos sujeitos. Que os negros foram o alicerce da estrutura econômica deste país e do luxo de mercenários d’além-mar, não há mínima dúvida. Que

---

<sup>29</sup>De acordo com Oswaldo de Camargo, o contato de Damas com os escritores brasileiros se deu através da Associação Cultural do Negro. “Ele veio ao Brasil, Léon Damas veio ao Brasil e fez uma coletânea, uma antologia, de poetas[...] Quer saber onde estão os poetas? [...] Vá à Associação[...] A Associação era o grande tambor que repercutia tudo. Era muito respeitada! Nenhum estudioso de questões negras deixava de ir à Associação. Nenhum! “Quer saber onde...?” Era lá. Basta dizer o seguinte. Não é muito difícil entender não. [José]Correia Leite estava lá. Correia Leite era uma espécie de guru. Era um pedaço de história. Naquele tempo já era.” Entrevista com Oswaldo de Camargo, concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em São Paulo, 29 de julho de 2007. Colchetes meus.

<sup>30</sup>CAMARGO, Oswaldo de. *O Negro Escrito, Op. Cit.* p. 100.

estamos encravados fundo na cultura seiscentista brasileira, é algo tão efetivo quanto o dia e a noite. Mas não somos só comida e capoeira, umbanda e candomblé, malandragem e sexo avantajado. Os negros sempre dominaram a palavra [...] Os poucos escritores negros brasileiros, publicados por editores ou não, sempre sucumbiram ou tiveram seu valor tardiamente reconhecido (?) pelos donos da cultura tupiniquim (Quem sabe que há um medalhão de Cruz e Souza[...] escondido entre matos e pichações e cartazes rasgados – cercado de reluzentes estátuas ou bustos que circundam a Biblioteca Municipal de São Paulo?) [...] O que importa é que o leitor conhecerá aqui talvez não os melhores ou os mais importantes, mas alguns dos poetas negros atuais de quilate, que brigam constantemente com a palavra no afiador. [...] Tenho certeza de que os autores negros tiveram, ao fazer os trabalhos reunidos nesta antologia, não a preocupação de criar uma obra-prima poética, mas sim de, usando nossos símbolos, unir, atizar na consciência de um povo usurpado/ usurpador a brasa da dignidade humana/ histórica a ser fundamentalmente resgatada<sup>31</sup>

Propósito semelhante encontra-se no trabalho, como antologista, de Oswaldo de Camargo. Em *A Razão da Chama* e *O Negro Escrito* existe a preocupação com as ideias de continuidade e contemporaneidade do labor artístico negro. Como se afirma no prefácio da primeira coletânea: “*Esta antologia[...] acaba revelando que o negro que escreve não é tão somente Luís Gama e Cruz e Souza. É – queremos aqui demonstrar – prosseguimento deles[...]*”<sup>32</sup> Cobre-se, então, desde o século XVIII até os últimos quartéis do XX para comprovar, como afirma Paulo Colina, que “*Se não maior, o negro sempre foi um dos grandes temas da literatura brasileira. Sem ele, não teríamos, com certeza, a ficção que temos.*”<sup>33</sup>

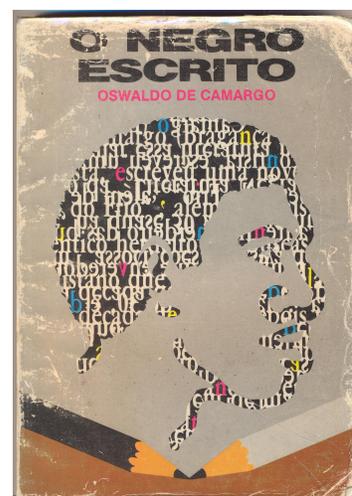
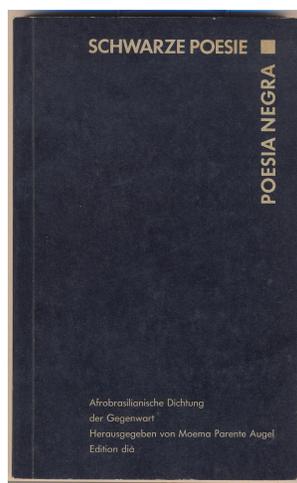
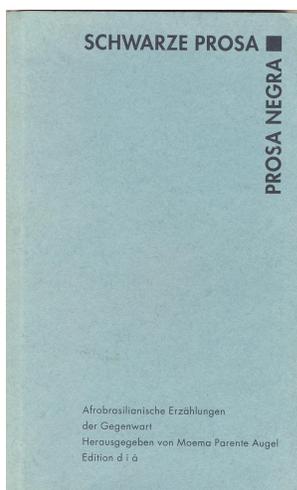
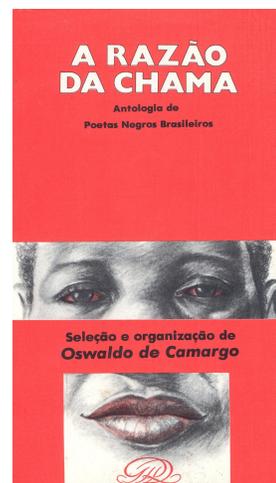
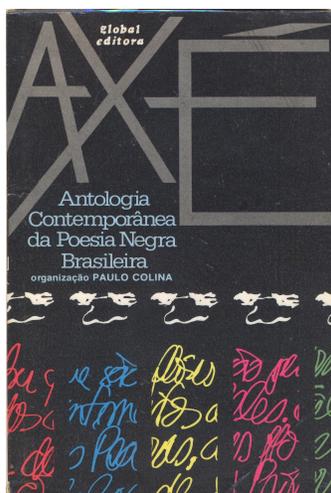
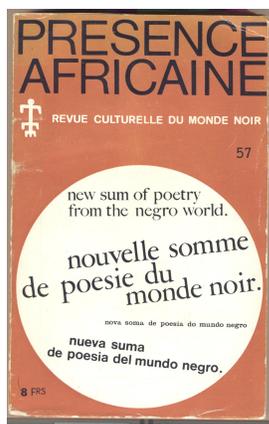
---

<sup>31</sup>COLINA, Paulo. “Apresentação” In: COLINA, Paulo (org.) *Axé: Antologia Contemporânea de Poesia Negra Brasileira*, São Paulo: Global Editora, 1982, pp. 07-08.

<sup>32</sup>CAMARGO, Oswaldo de. *A Razão da Chama*, São Paulo: GRD, 1986, p. X.

<sup>33</sup>COLINA, Paulo. “Prefácio” In: CAMARGO, Oswaldo de. *O Negro Escrito, Op. Cit.*, p.11

Ilustração 3: Algumas Antologias de Literatura Negra, 1967-1988



Os anos 1980 e 90 apresentam conjuntura favorável a uma visibilidade da Literatura Negra, especialmente no âmbito da Poesia. Além das edições regulares dos *Cadernos Negros*, os trabalhos avaliativos como *Reflexões* e *Criação Crioula*, ou as antologias de Camargo e Colina, existe ainda um movimento de circulação internacional e legitimação crítica nacional dessa produção marginal. A crítica Moema Parente Augel e o tradutor Johannes Augel serão os responsáveis, em 1988, pela edição da antologia bilíngüe *Schwarze Poesie/ Poesia Negra*, em alemão/português<sup>34</sup> (mais tarde, editam *Schwarze Prosa/Prosa Negra*). No mesmo ano, Júlia Duboc publica *Pau de Sebo: coletânea de poesia negra*<sup>35</sup>. Quatro anos mais tarde, Zilá Bernd organiza *Poesia Negra Brasileira: antologia*<sup>36</sup>. Em 1995, a colaboradora dos *Cadernos Negros* Miriam Alves e Carolyn R. Durham editam *Finally Us [Enfim nós]*,

<sup>34</sup>AUGEL, Moema Parente(org.). *Schwarze Poesie/ Poesia Negra*, St. Gallen/Köln: Edition Diá, 1988. *Schwarze Prosa/ Prosa Negra* é publicada em 1993.

<sup>35</sup>DUBOC, Julia(org.). *Pau de Sebo: coletânea de poesia negra*, Brodowski: Projeto Memória da Cidade, 1988.

<sup>36</sup>BERND, Zilá(org.). *Poesia Negra Brasileira: antologia*, Porto Alegre: AGE/IEL/IGEL, 1992.

nos EUA, coletânea de textos de escritoras negras brasileiras em edição bilíngüe português-inglês, junto a uma longa análise crítica sobre o assunto, de sua autoria<sup>37</sup>. No mesmo ano, o projeto bilíngüe editado e organizado por Charles Rowell, da revista norte-americana de artes e letras afro-americanas e africanas *Callaloo*, da Universidade John Hopkins, publica um número especial sobre Literatura Afro-Brasileira e traz entrevistas, textos, desenhos e estudos de autores como Arnaldo Xavier, Cuti, Miriam Alves, Paulo Colina, Abdias do Nascimento, Leda Martins, Ele Semog e outros<sup>38</sup>.

Todavia, é em 1985 e 1986 que dois eventos se tornam particularmente notáveis para a produção literária negra, pelo fato de que foram capazes de alcançar um público diferente da produção endógena do grupo: a *Mostra Internacional de São Paulo – Perfil da Literatura Negra* (1985, sediada no Centro Cultural de São Paulo) e a *III Bienal Nestlé de Literatura* (1986, no Centro de Convenções Rebouças) promoveram o encontro dos escritores negros com seus críticos, além de um público-leitor mais amplo. É possível medir seus alcances pelas matérias de periódicos, tanto do *Jornal do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo* como *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, no período. Para esta seção, utilizar-se-á o material do primeiro. No que diz respeito à Mostra, o *Jornal do Conselho* publicou que:

O papel da Literatura tem sua especificidade no processo histórico. Ela realiza aquele diálogo mais íntimo junto ao ouvido, olhos e espírito do leitor ou público. Por ser arte de palavras tem um jeito peculiar de dialogar e propor visão de mundo, espalhando um humus muito especial que pode contribuir muito como fertilizante da recodificação. E ela tem sido uma das principais expressões do movimento negro, não só na atualidade mas também na sua história antiga. Este foi um trecho do trabalho apresentado pelo poeta e escritor gaúcho Oliveira Silveira, intitulado “A Recodificação do Mundo pelo Negro na Diáspora Através da Literatura”, apresentado dentro do Perfil da Literatura Negra, Mostra Internacional de São Paulo que aconteceu de 20 a 26 de maio, no Centro Cultural São Paulo. [...]A exemplo do texto citado acima e muitos outros de excelente qualidade, o evento foi sem dúvida alguma o mais importante acontecimento cultural, ligado à literatura, dos últimos 20 anos. Patrocinado pela Secretaria Municipal de Cultura, tendo a frente desses trabalhos a teatróloga Thereza Santos, que com uma equipe de profissionais competentíssimos, conseguiu um fato quase que inédito: lotar as salas do Centro Cultural por uma semana inteira, atraindo as atenções do público da Capital e do Interior, interessados em saber dos caminhos percorridos por escritores negros e brancos, através de seus trabalhos com relação à recodificação do mundo pelas palavras. Participaram especialistas renomados tanto do território nacional e internacional como Abdias do

---

<sup>37</sup>ALVES, Miriam & DURHAM, Caroly R. *Finally Us. Contemporary Black Brazilian Women Writers*, Colorado: Three Continent Press, 1995.

<sup>38</sup>ROWELL, Charles (org.). *Callaloo*. Baltimore, Maryland: The John Hopkins University Press, vol. 18, n. 03, 1995. A revista pode ser acessada através do site do projeto JSTOR [www.jstor.org](http://www.jstor.org) [Acessado em 27/02/2008]

Nascimento, Gianfrancesco Guarnieri (Secretário de Cultura do Município), Domicio Proença, Ele Semog, Oswaldo de Camargo, Dom Lee e Michael Mitchel, dos Estados Unidos, Maximiliem Larosche, do Haiti, entre outros. Não resta a menor dúvida que um grande passo foi dado, façamos votos que eventos dessa natureza não sejam atrações de 10 em 10 anos, mas que possam ocorrer pelo menos a cada dois anos, a fim de que o exercício da troca de experiências em todos os setores das atividades literárias contribuam para o enriquecimento e fortalecimento da atitude crítica perante a vida e o mundo.<sup>39</sup>

A esperança do texto sobre a Mostra não prosperou. O evento não se repetiu, nem com a mesma amplitude ou participação, a não ser no ano seguinte, durante a programação da III Bienal Nestlé de Literatura. Mas aquilo que foi uma semana de debates no ano anterior converteu-se, em 1986, em um dia específico, durante a Bienal. E vale recordar que aquela conjuntura favorável de que se está tratando aqui tem muito a ver com o papel desempenhado pelos governos estadual e municipal de São Paulo e seus secretários de Cultura (Thereza Santos, Gianfrancesco Guarnieri e Marilena Chauí), que tinham compromissos políticos com a questão da desigualdade; além de, evidentemente, a mobilização dos grupos negros organizados à ocasião, alguns deles orbitando no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, criado no governo Franco Montoro. Sem falar no papel da crítica literária engajada e de editoras interessadas.

No tocante a Bienal Nestlé, a matéria publicada no Jornal do Conselho traz sutilmente as divergências sobre um ponto já apresentado nesta tese e discutido pelos escritores negros em *Criação Crioula*: o desencontro programático de autores e críticos em torno daquela ideia, permanentemente em debate<sup>40</sup>. O excerto da matéria é longo, mas sua reprodução é válida:

A importância e o caráter específico da literatura negra fizeram-na merecer um dia de debates e estudos na 3ª Bienal Nestlé de Literatura Brasileira, realizada em julho, no Centro de Convenções Rebouças, com a participação de alguns dos mais importantes escritores brasileiros do momento. [...] Os trabalhos começaram pela manhã, com uma mesa composta por Leo Gilson Ribeiro, Clóvis Moura, Abelardo Rodrigues e Otávio Ianni (sic). Ribeiro, crítico literário do Jornal da Tarde, falou da tentativa de branqueamento da sociedade brasileira iniciada no começo do século, o que levou a um abafamento da cultura negra, com reflexos na literatura brasileira. Nessa mesma linha de raciocínio, o escritor, poeta e sociólogo Clóvis Moura declarou que o negro nunca é visto como herói, na literatura oficial. E o professor e escritor Otávio Ianni ressaltou que o escritor negro precisa resgatar a verdadeira história brasileira, apresentada até agora, sempre do ponto de vista da

<sup>39</sup>“MOSTRA Internacional de Literatura”. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, São Paulo, ano I, n. 03, ago/set. 1985, p. 08.

<sup>40</sup>“LITERATURA Negra na 3ª Bienal Nestlé.” *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, São Paulo, ano II, n.6, junho/julho 1986, p. 12.

cultura da classe dominante. [...]À tarde, o numeroso e interessado público voltou a lotar o auditório do Centro de Convenções Rebouças, para ouvir os depoimentos de escritores negros. Sentaram-se à mesa Audálio Dantas, Adão Ventura, Ele Semog, Oswaldo de Camargo, Oliveira Silveira, Paulo Colina e Ruth Guimarães. À exceção de Dantas, que falou sobre a escritora negra Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de Despejo, descoberta por ele há vinte anos na favela do Canindé (sic), em São Paulo, os escritores falaram de suas obras e de suas experiências literárias. Poetas de produção independente, e que se envolvem em todos os momentos da feitura do livro, desde a impressão até a divulgação, eis a característica comum a esses escritores. Paulo Colina, poeta e tradutor, organizador da antologia AXÉ, de poetas negros, disse que gostaria de ver mais prosadores negros. Entretanto, ele mesmo, a princípio um ficcionista, aderiu à poesia por sentir que há coisas que só se pode dizer através dela. [...]Para Oliveira Silveira, poeta gaúcho, com sete livros publicados, a literatura negra é a que está comprometida com a veiculação de dados culturais referentes ao negro. Já Paulo Colina prefere falar de uma literatura afro-brasileira, que diga o que somos e o que não queremos ser. Oswaldo de Camargo, paulista de Bragança, poeta e jornalista, um dos decanos dos escritores negros atuais, é de opinião que a literatura negra é uma tentativa de prosseguirmos sendo nós mesmos. Ruth Guimarães, que ressaltou ser professora, estabeleceu a diferença entre a literatura do negro, onde o mesmo é sujeito, e a literatura sobre o negro, onde é objeto das ações. Para o carioca Ele Semog, a literatura negra é a que apresenta a oralidade, a ginga e a resistência próprias do negro. É a que visa ao aperfeiçoamento da cultura negra, independente de quem a faz.[...]As intervenções mais marcantes da tarde foram as de Ruth Guimarães e Ele Semog. Ruth, que se definiu mulher, negra e caipira, deu depoimento altamente otimista, embora marcado pelo realismo. Depois de dizer que a máquina de escrever é a sua arma, afirmou que é totalmente livre, e que conquistou cada centímetro de seu espaço. Disse ainda que seus personagens negros são feitos de pedra e de aço, e que por meio de sua literatura ou mesmo falando a platéias como aquela, pregava sempre o orgulho: Nós estamos aqui. Queiram ou não. Só falta sermos o povo brasileiro. Para Ruth, lugar de negro é em todos os lugares, principalmente a escola. E indagou: sem escola, sem orgulho e sem um livro nas mãos, o que nos resta? Ele Semog lembrou que os coletivos de escritores negros ainda não está reunindo como devia, e que ainda há muito que lutar contra os capitães de mato da criação. Ressalvou, porém, que o livro acima de ser um instrumento ideológico, deve ser uma obra de arte. E que o grupo a que pertence, no Rio de Janeiro, o NEGRICIA, pretende estabelecer, acima de tudo, uma estética desgarrada do eurocentrismo.[...] Apesar da reclamada ausência de outras escritoras negras e de pelo menos um representante do grupo Quilombhoje, uma das mais importantes experiências no gênero, no Brasil, o dia de debates sobre literatura negra, dentro da 3ª Bienal Nestlé de Literatura Brasileira, foi dos mais produtivos. Espera-se que outras iniciativas nesse sentido sejam tomadas, bem como que haja continuidade deste trabalho.

Infelizmente, também a esperança desse articulista não se realizou, pelo que se tem notícia. A não ser em lançamentos individuais ou da série *Cadernos Negros*, com alcance mais limitado.

### *Literatura Negra Marginal e Geração do Mimeógrafo*

Todavia, se aquelas antologias e encontros – junto com a constância dos *Cadernos Negros* – cumpririam o papel estético e político de aglutinar o que é disperso, indigente, desconhecido ou inédito, conferindo assim estatuto de cidadania à produção marginal da Literatura Negra, o mesmo não pode ser dito acerca da produção crítica, executada simultaneamente ao grosso da confecção literária dos anos 1970. Ao contrário, a produção da Literatura Negra, auto-editada, produzida, distribuída e consumida de forma precária não figura no repertório analítico do que se denominou *Surto da Poesia Marginal ou Geração do Mimeógrafo*. Não porque ela inexistisse, como foi demonstrado páginas atrás. Mas, por que – e isso pode ser lido como uma pergunta – ela não foi incluída. Destarte, tentar-se-á compreender os fundamentos analíticos da *Geração do Mimeógrafo*, partindo de seus principais críticos e divulgadores, para situar não só a Literatura Negra do período como também a reapropriação da ideia de marginalidade, subseqüentemente.

Produção centrada e consagrada criticamente na zona sul do Rio de Janeiro, a partir do início da década de 1970, o movimento conhecido como *Poesia Marginal* é algo dispersivo, que inclui diferentes elementos de gerações etárias e de distinta participação no processo cultural<sup>41</sup>. O que uniria Chacal, Charles, Geraldo Carneiro, Francisco Alvim, Roberto Schwarz, Antônio Carlos de Brito (Cacaso), Afonso Henriques Neto, Ana Cristina César e vários outros, de acordo com a bibliografia seria, grosso modo: 1) a situação de *sufoco*, para algumas frações de classes sociais, provocada pelo golpe civil-militar de 1964; 2) o estreitamento cultural da década, provocando a necessidade de fazer algo novo e diferente do que era feito até então, oriundo do Concretismo; 3) síntese das duas anteriores, para a maioria dos poetas, havia a necessidade de se posicionar, de uma forma contracultural no mundo, que passava também pela maneira de lidar com o objeto livro, em todas as etapas do sistema literário. O livro, não mais produto e sim *artefato*, seria algo vivido, tanto quanto a ideia de Literatura Marginal, naquele momento, seria a síntese de um estilo de vida na contramão da cultura e – no jargão de época – desbundado; 4) por fim, tentar-se-ia a recuperação do coloquial, do íntimo e comezinho em literatura, perdido na experimentação formalista e no engajamento social dos anos progressos.

---

<sup>41</sup>Como afirma Carlos Alberto Messeder Pereira: “[...]Por outro lado, uma característica desta produção poética dita marginal que me chamava atenção, cada vez com maior intensidade, era sua capacidade de aglutinar pessoas diferentes não apenas de um ponto de vista social, cultural, mas também literário”. Cf. PEREIRA, Carlos A. M. *Retrato de Época: Poesia Marginal Anos 70*, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981, p. 16.

Os trabalhos de Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder Pereira são, certamente, as melhores referências ainda hoje sobre esse assunto. Não só pela pesquisa, como detalhamento arquivístico e analítico (característicos particularmente do segundo). Mas também por um detalhe que chama atenção, singularmente na primeira autora: a aproximação e o relacionamento íntimo da crítica especializada com a produção literária. Antônio Carlos de Brito pode ser tido como um *teórico* do movimento, haja vista seus artigos dedicados ao assunto, em jornais e revistas de crítica; Buarque de Hollanda é sua *madrinha*, consagrando a produção com a coletânea *26 Poetas Hoje*<sup>42</sup> e incentivando a reflexão sobre ela; no caso de Messeder Pereira, o *intérprete*, seu estudo é a tentativa de compreensão antropológica do fenômeno da Poesia Marginal, antes de tudo, para seus produtores e, posteriormente, como um elemento específico de uma dinâmica social precisa<sup>43</sup>.

Nessa dinâmica, contudo, o autor ressalva ao final da introdução de seu trabalho, que um livro e um lançamento, apesar de estarem próximos da ideia de Poesia Marginal, não seriam incluídos no escopo analítico:

Lançamento do livro *Ebulição da Escrivatura – Treze poetas impossíveis*, editado pela Civilização Brasileira. O lançamento foi realizado no dia 22/5/1978, no Teatro Tereza Raquel, às 20 horas. *O surgimento deste livro se deu dentro de todo o contexto desta movimentação em torno da poesia, que eu estava estudando*. No entanto, o tipo de trabalho dos diversos autores bem como o próprio tipo de edição se afastavam em pontos significativos dos grupos que eu estava estudando; o que será discutido adiante[...]<sup>44</sup>

Como foi visto à Tabela I deste trabalho, *Ebulição da Escrivatura* é a reunião de escritores negros publicados pela Civilização Brasileira. Dentre eles, Éle Semog, então membro dos coletivos Negrícia e Grupo Garra Suburbana, estando presente nas discussões sobre a produção literária negra como literatura marginal, na década de 1980. O prefácio dos autores auto-intitulados *Treze Poetas Impossíveis* traz elementos interessantes para essa discussão:

O livro *Ebulição da Escrivatura* não é manifesto ou síntese de um movimento. É a mais deliberada união de poetas novos e inéditos no propósito de fazer seu recado chegar às mãos do público.[...]Se por um lado aquela experimentação formalista [até 1968] trouxe alguma contribuição válida, num

---

<sup>42</sup>HOLLANDA, Heloísa B. de.(org.) *26 Poetas Hoje*, Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 4ª ed., 2001. A primeira edição é de 1976.

<sup>43</sup>“[...]A literatura me interessava, não enquanto fenômeno especificamente literário, mas sim enquanto uma determinada faceta do fenômeno cultural[...]A arte em geral, bem como a literatura em particular, são parte da vida social e como tal devem ser compreendidas. Se o núcleo da vida social são as relações sociais que as constituem, é para a análise destas mesmas relações que temos que voltar nossa atenção. Portanto, para compreender tanto a arte em geral quanto a literatura em particular é necessário atentar para as relações sociais que aquelas pressupõem ao mesmo tempo que engendram” Cf. PEREIRA, Carlos A. M. *Op. Cit.* pp. 12-13.

<sup>44</sup>Cf. PEREIRA, Carlos A. M. *Op. Cit.*, p. 24. Grifos meus.

momento em que a liberdade de se expressar era um fato indiscutível, momentos em que várias correntes se expunham no panorama da poesia brasileira, propiciando disso tudo uma reciclagem qualitativa, por outro, numa situação em que qualquer manifestação de cultura autêntica é duramente reprimida, uma pregação formalista, desvinculada das necessidades do momento histórico e do acesso às diversas camadas da população, é historicamente obsoleta e reacionária[...] Esta é praticamente uma geração que descobriu por conta própria o caminho da batalha. Uma geração cujos integrantes, não podendo reunir-se em grupos para criar movimentos de grande repercussão, tiveram que produzir sozinhos seu trabalho. E como o momento é de grande opressão, mas ao mesmo tempo de síntese do que existia de maior coerência, *dela está nascendo uma poesia reflexiva e bastante consciente quanto aos usos da palavra. Desta vez, não mais uma linguagem elitista e incoseqüente, mas diretamente ligada aos problemas sociais enfrentados, sem se deixar cair no panfletismo*<sup>45</sup>.

Duas das características aventadas por Salgado Maranhão, Messeder Pereira aponta como impróprias à Geração do Mimeógrafo: essa ideia de *poesia consciente*, redundando nalgum *engajamento político*; poesia diretamente ligada a uma reaproximação do *artista* com um *povo*. A Geração do Mimeógrafo é extremamente *ensimesmada*, ao contrário das expressões estéticas anteriores, como afirma o antropólogo:

[...]Se, na década anterior discutiam-se 'grandes questões' e com uma movimentação proporcional ao 'tamanho' das questões[...] o mesmo não parece ocorrer na década atual. Estaríamos aqui mais próximos de algo que talvez pudesse ser definido como um processo de 'politização do cotidiano' – as questões são levantadas e encaminhadas, preferencialmente, enquanto interferências no cotidiano das pessoas.<sup>46</sup>

Para Messeder Pereira, essa opção pelo *ensimesmamento e por politizar o cotidiano* deve-se à crise sofrida pelas frações sócio-geracionais do Mimeógrafo. A sua caracterização do grupo é clara no sentido de evidenciar que ele, à época oscilando entre os 20 e 40 anos é resultado das frações sociais bastante afetadas pelo golpe civil-militar de 1964 – as camadas médias intelectualizadas:

Em termos da posição destas pessoas na estratificação social são, fundamentalmente, representantes das camadas médias; alguns de camadas médias altas, com sólido background familiar tanto em termos financeiros quanto intelectuais, enquanto talvez a maior parte não conte com este 'respaldo

<sup>45</sup>MARANHÃO, Salgado. "Prefácio" In: *Ebulição da Escrivatura: Treze Poetas Impossíveis*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 09-10. Grifos meus.

<sup>46</sup>PEREIRA, Carlos A. M. *Op. Cit.*, p.32. Essa ideia de *politização do cotidiano* parece ser um léxico de época, suficientemente abrangente para incorporar os relatos, romances e depoimentos de alguns ex-presos políticos e exilados do momento, como Fernando Gabeira ou Alfredo Sirkis, por exemplo. Cf. SILVA, Mário A. M. da. *Os Escritores da Guerrilha Urbana: Literatura de Testemunho, Ambivalência e Transição Política (1977-1984)*, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008. Especialmente o terceiro e quarto capítulos.

familiar'. Frequentaram ou frequentam de preferência universidades federais e a PUC. Em grande número de casos são filhos de pais que não frequentaram a universidade. Em termos profissionais, são professores universitários (inclusive aqueles que ainda estão cursando a faculdade trabalham com aulas particulares), especialmente na área das ciências humanas e sociais, profissionais que lidam com as diversas atividades ligadas à publicidade, à editoração de livros, jornalistas, pessoas ligadas à comunicação de massa (rádio etc.) e um número razoável ligado a atividades artísticas como cinema, teatro e música[...] Em termos da cidade do Rio de Janeiro estão, principalmente localizados na zona sul (Copacabana, Botafogo, Flamengo, Leblon, Ipanema, Lagoa, Jardim Botânico e Santa Tereza); embora seja possível encontrar grupos e poetas individuais na zona norte e mesmo nos subúrbios cariocas [...]<sup>47</sup>

Para esse grupo, o livro, de objeto cultuado como símbolo de uma posição social, é tratado como *artefato, ainda que uma mercadoria*.<sup>48</sup> Algo que poderia sair do esquema serializado de produção – porque manufaturado, quase único, com várias imperfeições, mimeografado – e poderia escapar à lógica do lucro a partir da arte.

O final dos anos 60 e início dos 70 viram surgir uma série de publicações que, se comparadas com os produtos literários dos anos anteriores, apresentavam particularidades bastante significativas. As pessoas responsáveis por sua produção não necessariamente se pensavam enquanto 'produtores literários'[...] Que se pode entender por 'poesia marginal'?[...]Se pensarmos em termos do circuito de produção e distribuição (comercialização) dentro do qual esta poesia está inserida, o termo marginal tem aí um significado bastante preciso. Efetivamente, num sentido material e institucional, esta produção poética é marginal; isto é, tanto sua produção quanto sua distribuição se dão fora do universo das editoras e distribuidoras[...] A venda se dá geralmente, de mão em mão, sendo realizada muitas vezes pelo próprio autor ou por amigos deste e percorrendo um circuito mais ou menos fixo de bares e/ou restaurantes (dentre os quais se destacam o 'baixo Leblon' ou mesmo o Lamas), portas de cinema, teatro ou mesmo universidades[...]<sup>49</sup>

Todavia, Messeder Pereira traz um dado bastante significativo para a discussão: *O livro como artefato é concebido dentro de um sistema considerado marginal* (produtivo, distributivo e de

---

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*, pp. 36-37.

<sup>48</sup> “No entanto, livros são mercadorias; e, especialmente no caso dos 'poetas marginais', como já foi visto anteriormente, seus produtos são efetivamente levados ao mercado (em grande número de casos, pelos próprios produtores – os poetas), havendo, inclusive, nesta transação um retorno para o próprio produtor. Portanto, os 'resíduos românticos' e 'artesanais' não chegam a desviar estes produtos da 'rota das mercadorias', mas (e isto é fundamental) dão-lhes um aspecto e um sentido particulares bem como expressam alterações a meu ver significativas no próprio processo produtivo e, conseqüentemente, nas relações sociais que este mesmo processo exige ao mesmo tempo que engendra. *Mercadorias artesanais – esta combinação de dois termos talvez definisse melhor o produto que tento analisar, bem como expressasse todo o seu caráter contraditório*[...]” *Idem, ibidem*, p.75.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*, pp. 37-41.

consumo), *mas não o seu escritor*. O criador não está à margem da sociedade. Muito ao contrário: ele é membro de uma camada social que possui condições privilegiadas de existência, ao menos no âmbito econômico e/ou cultural. *Condições essas que permitem, inclusive, que conceba sua mercadoria cultural como algo contracultural e artesanal; que possa tentar inverter a posição de sua visão social de mundo, mas sem alterar o seu lugar no espaço social*<sup>50</sup>. Dito de outra forma: é justamente este grupo social e não outro que, naquele momento, pode subverter um símbolo historicamente dominante da cultura dominante (o livro e a figura do escritor) e conceber essa subversão como um estilo de vida, uma visão de mundo. Ou, como afirma um dos informantes de Pereira, uma *etiqueta de produto*. Como diz o poeta e crítico Cacaso, em alguns dos artigos que dedicou ao assunto:

Pelas contravertidas formas com que se define o que seja 'marginalidade' em literatura, sobretudo na área de poesia, logo se vê que apesar de empregarem o mesmo termo as pessoas não estão falando da mesma coisa. O mais comum é chamar de 'marginal' o autor que barrado nas editoras acaba editando e distribuindo por conta própria, com recursos próprios, e certamente esse é o caso de boa parte dos escritores brasileiros, principalmente se for estreante ou pouco conhecido. O número de escritores e poetas cresce entre nós numa velocidade muito maior do que o número de vagas tolerado por nosso restrito e restritivo sistema editorial, e dessa marginalização por não absorção resulta uma espécie de transbordamento, surge um circuito cultural paralelo, com características que ainda estão em processo de definição, e que tende a crescer[...] Disso passa a depender sua sobrevivência cultural, de agora em diante crescentemente associada à assimilação de atitudes críticas. [...]Marginalizado, o poeta é posto numa situação nova e cheia de conseqüências: já que não conta com o apoio editorial, e menos ainda com o sistema de interesse e promoção a ele ligado, também não tem de se guiar por seus critérios.<sup>51</sup>

Insistir-se-á no debate da concepção da ideia de marginalidade enquanto uma visão de mundo, operada a partir da relação do livro com o sistema cultural, porque esse será um dado crucial à discussão seguinte, de retomada da mesma na literatura brasileira. *Essa assunção da ideia de marginalidade por um grupo social que efetivamente não o é (nem quer ou deseja ser) e a sua*

---

<sup>50</sup>Como afirma Pereira: “Por outro lado, quem são estes poetas? Como foi visto ao longo da pesquisa, eles ocupam posições à vezes nada 'marginais' no campo da produção cultural e, mesmo quando não o fazem, mantêm – direta ou indiretamente – vínculos com este campo. Vejamos, por ex., o que nos diz um dos informantes: [...] mas não existe poesia marginal: marginal a quê? Ela está incluída no sistema[...] mas ela não é marginal; marginal por quê? Marginal a quê? A esse sistema todo[...]? Mas ela não é marginal a ele; todos nós estudamos em faculdade, todos nós estamos envolvidos no sistema[...] Essa produção é feita no contexto da sociedade brasileira. Então não existe esse caráter marginal[...] Ela é marginal, sim, como etiqueta de produto. - Informante B – Nuvem Cigana” p. 345. Grifos meus.

<sup>51</sup>BRITO, Antônio Carlos de. “De que adianta a marginalidade?” Depoimento dos escritores Antônio Carlos de Brito e Tânia Jamardo Faillace, *Movimento*, Rio de Janeiro, 12/07/1976, n. 54, p. 17 & BRITO, Antônio Carlos de. “Tudo da minha terra – bate-papo sobre poesia marginal”, *Almanaque (Cadernos de Literatura e Ensaio)*, São Paulo: Brasiliense, 1978, n.06, p. 38 APUD PEREIRA, Carlos A. M. *Op. Cit.*, pp. 45-46.

*conseqüente tradução na forma relacional com o sistema cultural brasileiro* tem, entre outras decorrências, uma fissura temporária na aura do intelectual brasileiro. O homem de ideias, assinalado na tradição nacional como aquele com amor bizantino aos livros – já diria Sérgio Buarque de Hollanda em *Raízes do Brasil* – é visto agora como uma espécie de *operário de sua arte*<sup>52</sup>, de acordo com Pereira. *Entretanto, mesmo isso tem de ser matizado*: Roberto Schwarz, Francisco Alvim ou Ana Cristina César não venderam livros de mão em mão, mas sim os mais jovens como Chacal, Charles e outros, de diferentes grupos ainda não estabelecidos no sistema cultural.

O desapego ao fetiche do objeto/mercadoria e da condição social do intelectual (para alguns) é tratado por Messeder com uma positividade algo excessiva, que o faz observar o fenômeno da editoração e distribuição paralela como um evento totalizador, um fato social total que englobaria todas as esferas da vida do criador. Isso pode ser questionado: o produtor da Geração do Mimeógrafo vive a experiência marginal *até certo ponto*, naquele momento, que não interfere em sua condição de sujeito social. Contudo, na análise de Pereira, a suposta totalidade do fenômeno observado é o que lhe permite excluir de seu escopo a produção de grupos negros que efetivam o mesmo *modus operandi* da Geração do Mimeógrafo e lhes são contemporâneos.

Acredito que seja importante salientar estas questões; especialmente quando nos defrontamos com uma série de publicações de poesia que, embora tendo surgido no bojo do tão referido 'surto poético' dos anos 70 (dentro do qual se constitui o fenômeno da 'poesia marginal') e apesar de também constituírem iniciativas alternativas frente ao sistema editorial (especialmente sob a forma de consórcios, cooperativas de escritores ou mesmo de grupos informais) ou iniciativas que, embora sendo de editoras consagradas, não apenas englobam poetas que vinham editando por conta própria, junto com grupos etc., mas representam um incentivo ao trabalho dos poetas editados em função de uma identificação de caráter ideológico entre aqueles e a editora, apresentam diferenças marcantes tendo em vista a produção dos grupos que estudei. Para os autores responsáveis por esta série de publicações, a experiência da editoração paralela não parece ter o caráter totalizador a que eu chamava atenção[...] Neste caso, estar fora das editoras consagradas tem um caráter mais circunstancial; portanto, a própria absorção pelas editoras é mais fácil – isto se houver a possibilidade de uma identificação ideológica entre os autores e o editor.[...] *Isto exerceria um certo fascínio sobre estes autores, tendo em vista, principalmente suas preocupações bastante explícitas de 'ganhar' um público mais amplo mesmo via editoras, fato que, por sua vez, se deve a uma*

---

<sup>52</sup>“Altera-se, p.ex., a usual divisão do trabalho que serve de base a este processo produtivo – destacando-se, no caso, a ausência de uma oposição rígida entre atividades intelectuais e atividades manuais[...] não parece existir com tanto vigor um 'estranhamento' entre o produtor e o produto de seu trabalho, fato tão característico da produção de mercadorias (é claro que as transformações operadas não são tão profundas em todo e qualquer caso mas, no geral, estas questões podem ser levantadas de uma maneira ou de outra).” *Idem, Ibidem*, pp. 58 e 60.

*perspectiva de certa forma 'missionária' diante do trabalho poético. Mas as diferenças não acabam aí. Esta maneira diferente de vivenciar a experiência da editoração paralela se articula com diferenças significativas que se revelam no próprio trabalho poético, seja na linguagem, na temática abordada ou mesmo (e principalmente) no tratamento dado às questões tratadas, isto é, ao 'tom' que impregna a produção como um todo. Pelo que se pode observar na leitura dos poemas, esse tom é predominantemente de 'denúncia', 'missionário', e, mais que sério, 'sisudo'; há um certo ar de 'arte engajada' que percorre os trabalhos nos diversos aspectos – desde os poemas até as capas ou os títulos. Por sua vez, isto se reflete inclusive nos 'prefácios' ou 'apresentações' que abrem os trabalhos[...]*<sup>53</sup>

Messeder Pereira apresentará assim os grupos de Ebulição da Escritatura, já referido aqui, e o coletivo que edita o livro de poemas *Contramão*, pelas Edições Pindaíba/Edições Populares, também em 1978. O antropólogo transcreve os dois prefácios dos livros daqueles grupos<sup>54</sup> excluídos de sua pesquisa e afirma que “[...] *um dos problemas centrais que me preocupam neste trabalho é a delimitação de uma linha de postura crítica cuja originalidade e especificidade está em representar a reorientação da cultura brasileira, ocorrida com a passagem dos anos 60 para os 70[...]*”<sup>55</sup>. Em nenhum momento é dito que os coletivos são formados por negros. O grande problema em sua produção, no entender de Pereira, é a distribuição por meio de editoras ou sistema de cooperativa de autores.

Além disso, distanciar-se-iam do fenômeno do Mimeógrafo por não experimentarem a experiência do *desbunde*, considerada central para uma fração de classe social e seus analistas. Aquela experiência, aliás, se torna categoria explicativa para uma série de fatos na dinâmica da vida cultural dos anos 1970, saindo do específico ao total, à exceção de frações do grupo negro, onde se observa a reorganização de um movimento político, de uma imprensa e literatura reivindicatórios. Ou de outros grupos sociais, não necessariamente ligados a movimentos culturais, mas postulantes de reconhecimento político e social (ex: Custo de Vida, Carestia, Operários, Comunidades Eclesiais de Base, Comitês Brasileiros de Anistia, Ex-presos políticos e exilados etc.)

---

<sup>53</sup>*Idem, ibidem*, pp. 63-64. Grifos meus.

<sup>54</sup>Trechos do prefácio do grupo de *Contramão* fornecem o tema de contraste que Pereira apontou: “Verdadeiramente está comprovado: no Brasil fazer um livro de poemas é mais fácil que votar. Como cidadãos nós lutamos pela liberdade de expressão, pela igualdade de direitos. Como poetas nós lutamos pela liberdade de expressão, pela igualdade de direitos.[...] Contudo, apesar de tudo, acreditamos que a poesia provoca mudança na cabecinha das pessoas. Somos poetas. Utópicos[...] Qualquer crítico de literatura poderá dizer que este livro representa a insatisfação e as contradições estéticas de jovens poetas sitiados na cidade de São Paulo. Uma bela amostra de rebeldia poética. Tolice. Estamos na CONTRAMÃO porque todo brasileiro está cometendo infração[...]Por isso publicamos este livro. E este é mais um livro possivelmente insignificante. Como são todos os livros publicados neste país, que clama, não por teorias ou futilidades mas por pão e trabalho justo.[...]” *Idem, Ibidem*, p.66

<sup>55</sup>*Idem, ibidem*, p.67.

Mas o que é o *desbunde*? Messeder Pereira e Buarque de Hollanda estão de acordo ao afirmar que essa ideia é a resposta de uma fração de classe ao fechamento político e cultural vivido naquela década. Se até 1968 apesar de haver uma ditadura política conservadora, existiria uma hegemonia cultural progressista – como afirmou Roberto Schwarz<sup>56</sup> – o corolário dessa caracterização é que até o fim dos anos 60 a produção cultural ainda era uma válvula de escape a alguns grupos para produzir uma crítica consistente ao *status quo*. Na década seguinte, para aquelas frações e aqueles grupos, o caminho teve de ser reinventado ou, melhor dizendo, substituído por algo diferente.

Nesta mesma experiência do 'desbunde', os tóxicos desempenham um papel fundamental. Não enquanto dados isolados, mas como parte de um estilo de vida, de uma determinada visão de mundo[...] Havia no ar, portanto, uma sensação de derrota, de falência, de frustração de expectativas experimentada tanto por uma parcela significativa da intelectualidade de esquerda, quanto por amplos setores da juventude urbana de camadas mais privilegiadas; e, no caso destes setores jovens, as transformações político-econômicas ocorridas no Brasil a partir de 64 (ou, mais especialmente, a partir de 68) vieram apenas se acrescentar a uma crise mais ampla que este grupo vivia e que tinham um caráter internacional<sup>57</sup>

O *desbunde* está circunscrito aos anos 1970, a um grupo e uma fração de classe social bastante específico que o viveu, por tempo limitado. As reconfigurações literárias e sociais que promoveu não foram impactantes o suficiente, visto que a ideia de marginalidade em literatura brasileira passou de certa forma mortiça nas duas décadas seguintes.

#### *A Ideia de Literatura Marginal tomada de Assalto em Três Atos*

*Você provavelmente já se acostumou a ouvir a palavra marginal usada para xingar “maconheiros” e “trombadinhas”, ou então para designar algumas avenidas que contornam a cidade de São Paulo. Mas quando esse termo é aplicado a poetas e poesia, torna-se um rótulo confuso. É natural que desperte indagações do tipo: Como um poeta pode ser marginal? Existe uma poesia marginal? Marginal é o poeta ou a poesia? E por aí afora.[...] Tratando-se de arte, toda obra e autor que não se enquadram nos padrões usuais de criação, apresentação ou veiculação seriam também marginais, inclusive a poesia e o poeta.*<sup>58</sup>

Carlos Messeder Pereira, Heloísa B. De Hollanda, Armando Freitas Filho e Marcos Augusto Gonçalves<sup>59</sup> são unânimes em afirmar, com razão, que a ideia de *vazio cultural* foi erroneamente

<sup>56</sup>SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política: 1964-1969”. *O Pai de Família e outros ensaios*, São Paulo: Paz & Terra, 1974.

<sup>57</sup>PEREIRA, Carlos A. M. *Op. Cit.*, p.89.

<sup>58</sup>MATTOSO, Glauco. “Introdução”. *O que é Poesia Marginal?*, São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 07-08.

<sup>59</sup>FILHO, Armando F., HOLLANDA, Heloísa B. de. & GONÇALVES, Marcos A. *Anos 70: Literatura*, Rio de Janeiro: Edições Europa, 1979.

atribuída à literatura da década de 1970, no Brasil. Além da Geração do Mimeógrafo, há a produção de escritores importantes como Caio Fernando Abreu, Ivan Ângelo, Paulo Leminski, João Antônio, Plínio Marcos, Paulo Francis, Antônio Callado etc. Mas a década de 70 é um híbrido cultural: muito do que nela é produzido já era consagrado ou surgiu em anos anteriores, reconvertendo-se na década seguinte, como expressão de um certo tempo<sup>60</sup>. Em termos literários, poetas do Mimeógrafo como Francisco Alvim, Chacal e Ana C. César aparecerão publicados na coleção *Cantadas Literárias*, da Brasiliense, nos anos 1980, ladeados pela produção de ex-guerrilheiros, exilados, estreantes, entre outros. A produção literária negra está à margem também desse processo.

Convidado a fazer um balanço do que foi o surto literário da Poesia Marginal, já no começo da década de 1980, o escritor Glauco Mattoso analisa o problema, por vezes, de ângulos semelhantes a de outros críticos do assunto. Mas aponta divergências significativas no que diz respeito a: 1) o problema de ausência de *projeto*, tanto estético quanto político, na Poesia Marginal<sup>61</sup>; 2) da dificuldade de se falar num *movimento* de Poesia Marginal, o que decorre do primeiro ponto<sup>62</sup>; 3) e ao fato de que aquilo que um certo viés crítico apontou como *movimento de Poesia Marginal* era, em verdade, a expressão carioca de algo que já se iniciara ao fim dos anos 60, em distintos estados do país, com propostas diferentes entre si.

Entretanto, assim como em Messeder Pereira e Buarque de Hollanda, as coletâneas *Ebulição da Escrivatura* e *Contramão* são mencionados como exemplos de patrulha ideológica sobre a criação literária. Todavia, de todas as suas críticas, as que parecem mais relevantes para esta tese situam-se na análise do esgotamento da produção marginal, no aspecto distributivo e na figura do autor:

A impossibilidade de acesso dos novos poetas ao sistema editorial não era apenas por questão de falta de vagas ou excesso de critérios de qualidade, mas principalmente por um controle ideológico exercido sobre a literatura impressa da época[...] Mais tarde, com o abrandamento da censura na

<sup>60</sup>Exemplo: Literatura da Ditadura/ Repressão (Callado, Francis, Ângelo, Cony etc.), Literatura do Submundo (João Antônio, Plínio Marcos), Poesia Independente (Leminski) ou Conto Urbano (Caio F. Abreu, João Antônio etc.)

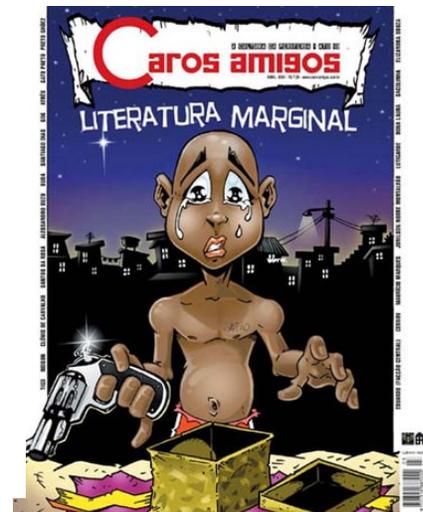
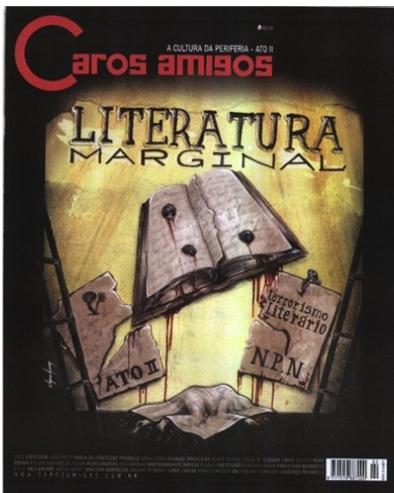
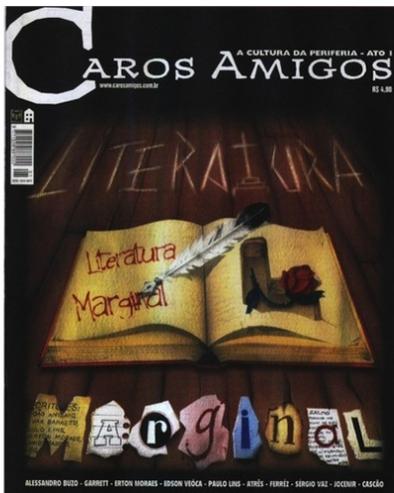
<sup>61</sup>“Quando saiu a antologia *26 Poetas Hoje* [organizada por Heloísa Buarque de Hollanda], alguns dos autores tidos como marginais se reuniram com críticos, professores e alunos de literatura para debater teoricamente o “fenômeno poético” do momento. Nessas ocasiões empregavam-se terminologias eruditas (do tipo *espontaneísmo*, *irracionalista*, *anticabralino*) e levantavam-se questões como a de que os novos poetas estavam querendo “matar” Cabral. Puro desperdício de energia, pois, na verdade, o único Cabral morto na história seria o Pedro Álvares e junto com ele o estilo arcaico da carta de Caminha. Quanto a João Cabral, nada sabia ele dessa “morte”, assim como poucos dos marginais sabiam de sua vida”. Cf. MATTOSO, Glauco. *O que é Poesia Marginal? Op. Cit.* pp. 33-34. Colchetes meus.

<sup>62</sup>“Assim sendo, não dá para falar em *movimento*, como alguns encaram a poesia marginal. Outros não falam em movimento, mas particularizam o objeto de estudo: a poesia marginal seria só a da *geração-mimeógrafo* (assim chamada porque esse recurso foi o que mais proliferou), ou só a dos poetas engajados, ou só a de alguns grupos do Rio e assim por diante. É evidente que tais critérios são insuficientes para analisar tantos fatos, mesmo porque parece óbvio que a vanguarda sempre foi marginal em relação aos padrões estéticos predominantes, o mimeógrafo sempre foi marginal em relação aos esquemas de produção e consumo, os poetas pornográficos sempre estiveram à margem da moral oficial, os poetas politizados sempre estiveram à margem do poder político, os grupos do Rio sempre estiveram à margem de outros grupos do Rio[...]” *Idem, ibidem*, pp. 29-30.

área política, a poesia marginal acabou virando moda [...] O resultado foi que o mercado paralelo se ampliou e se sofisticou, a tal ponto que agora fica difícil falar numa marginalidade material.[...] Hoje não há nada que caracterize fisicamente um produto marginal, a não ser o fato de que ele não traz a chancela de uma editora comercial, por ter sido autofinanciado.[...] Por fim, descartada a marginalidade da poesia enquanto arte e enquanto obra, ficamos com o poeta marginal. No que se refere aos autores, não resta dúvida que os de vanguarda sempre foram e continuam sendo marginalizados. Os demais são temporária e provisoriamente marginais, assumindo ou não o rótulo, até o momento em que deixam de sê-lo, se me dão licença do trocadilho. Em curtas palavras é mais ou menos o seguinte: o apelido não caracteriza mais, mas os apelidados não teriam nome se não usassem o apelido.<sup>63</sup>

Isso é compreensível quando se pensa num *surto literário* que não se mostrou capaz de se articular num movimento, com projeto e objetivos claros. Negou a arte explicitamente política dos anos 1960, flertou envergonhado com a estética concreta; fez sair de cena o engajamento nos anos 1970 e retornou apequenado na década seguinte; deixando em seu lugar uma iconoclastia a algumas figuras, com um espaço ocupado na história literária brasileira não menos importante, mas talvez sobrevalorizado.

Ilustração 4: Três Atos de Caros Amigos/Literatura Marginal



Fazendo uma transição brusca rumo ao objeto da tese, o que interessa agora é a *tomada de assalto* da ideia de marginalidade em literatura. Utilizo essa imagem para afirmar que o parentesco da nova produção na última década do século XX, no Brasil, está mais relacionado com a condição marginal histórica da ideia de Literatura Negra que com a *Geração do Mimeógrafo*, da década de 70. Não deixa de ser significativo que a marginalidade em literatura brasileira seja retomada no contexto

<sup>63</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 68-73.

dos anos 1990 e, especialmente, *em termos de ideiação*, em Capão Redondo, na periferia da zona sul de São Paulo, irradiando-se posteriormente para outras áreas semelhantes do país.

Debitada da conta da Geração do Mimeógrafo, *a nova configuração da ideia de Literatura Marginal* tem muito pouco a dever. A iniciar pela transposição discursiva do que seja marginalidade: ela não se situa, como se disse antes, num estilo de vida, solução para um sufoco contextual, que leve a um descrédito estrutural e ao desbunde. *Agora, ela é vista como um dado espacial e sócio-histórico*. Dito de outra forma: ela não é um estilo circunstancial de vida, *ela é a própria vida*, de cuja condição não se pode abdicar tão facilmente, pois é fenômeno estrutural e estruturante. Não é necessário, por enquanto, se fixar na trajetória dos autores envolvidos nessa retomada da ideia, o que se fará em outro momento da tese. Por ora, o que interessa são aspectos dessa reconfiguração.

O mapa virtual das estações de metrô da cidade de São Paulo<sup>64</sup> afirma que no quesito pontos de interesse no entorno, a de Capão Redondo não tem nada a oferecer. Todavia, seria de lá que o escritor Reginaldo Ferreira da Silva, mais conhecido pelo seu pseudônimo de *Ferréz*, com um livro publicado à ocasião, faria uso da ideia de Literatura Marginal e a reconverteria num novo sentido, para dar conta de algumas produções individuais que se manifestavam no momento. Ferréz, após o lançamento de seu romance *Capão Pecado* (a ser analisado em outro momento da tese) se tornou colaborador da revista *Caros Amigos*. Em 2001 lançou o projeto *Caros Amigos/Literatura Marginal* que, de acordo com o escritor, foi elaborado pela necessidade de aproximar a produção literária da *periferia das cidades*, assim como os autores que ali surgiriam.

[...]Bom, Literatura Marginal: Por quê Literatura Marginal? Pelo desespero[...] eu escrevia na revista Caros Amigos... E aí em todas as escolas que eu ia fazer palestras, em todas os lugares que eu ia, sempre chegava um moleque[...] com uns textos rabiscados num caderno velho ou até em carteira de trabalho [...]Porque os caras acreditavam que um cara escrevendo na Caros Amigos, uma revista que sai todo mês nas bancas, já deu esperanças para também outros escritores quererem fazer, né? E eu chegava no Sérgio[de Souza], que é o editor da Caros Amigos, que é da Casa Amarela Editora, e falava: “Sérgio, eu preciso fazer uma versão maloqueira da Caros Amigos. Ou seja: eu preciso trazer mais gente comigo na revista. Tem um monte de gente que tá me cobrando, gente de vários lugares. As pessoas querem falar, querem escrever sobre a realidade...” E assim: chegavam textos do Ceará, sobre o... que os caras tavam fazendo lá, um pessoal bem mais pobre, que trabalhava no campo...Então, um cara que trabalhava no campo, escrevia prá mim e mandava. [...] Então, eu cheguei no Sérgio e falei: “Tenho a ideia de fazer uma revista, que chama Literatura Marginal”. “Por quê Literatura Marginal?”, ele perguntou. Eu falei: “Ó, primeiro porque tem uma

---

<sup>64</sup>Cf. [www.metro.sp.gov.br](http://www.metro.sp.gov.br) Acessado em 16/05/2007.

pá de cara que tá escrevendo aqui que era ladrão ou é ladrão, entendeu? Tem uma pá de cara que escreve aqui que foi já do mundo criminal e não é mais. Tem um monte de cara que tá escrevendo que tava preso em FEBEM ou que tá preso ainda. Outros estão soltos. E marginal prá mim... Não tem ninguém mais marginalizado que o trabalhador brasileiro.[...] <sup>65</sup>

O manifesto escrito por Ferréz, que apresenta o primeiro dos três atos dos escritores marginais contemporâneos no projeto Caros Amigos/Literatura Marginal, traz as principais balizas em que se tentaria organizar a retomada da ideia:

O significado do que colocamos em suas mãos hoje é nada mais do que a realização de um sonho que infelizmente não foi vivido por centenas de escritores marginalizados deste país. *Ao contrário do bandeirante que avançou com as mãos sujas de sangue sobre nosso território e arrancou a fé verdadeira, doutrinando nossos antepassados índios, e ao contrário dos senhores das casas-grandes que escravizaram nossos irmãos africanos e tentaram dominar e apagar toda a cultura de um povo massacrado mas não derrotado. Uma coisa é certa: queimaram nossos documentos, mentiram sobre nossa história, mataram nossos antepassados. Outra coisa também é certa: mentirão no futuro, esconderão e queimarão tudo o que prove que um dia a periferia fez arte. Jogando contra a massificação que domina e aliena cada vez mais os assim chamados por eles de “excluídos sociais” e para nos certificar que o povo da periferia/favela/gueto tenha sua colocação na história e não fique mais quinhentos anos jogado no limbo cultural de um país que tem nojo de sua própria cultura, o Caros Amigos/Literatura Marginal vem para representar sua cultura autêntica de um povo composto de minorias, mas em seu todo uma maioria[...]* Como João Antônio andou pelas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro sem ser valorizado, hoje ele se faz presente aqui e temos a honra de citá-lo como a mídia o eternizou, um autor da literatura marginal. Também citamos a batalha da vida de Máximo Gorki, um dos primeiros escritores proletários. Mas não podemos esquecer de Plínio Marcos, que vendia seus livros no centro da cidade e que também levou o título de autor marginal[...]. Fazemos uma pergunta: quem neste país se lembra da literatura de cordel?[...] A literatura de cordel, que cem anos completou, é literatura marginal, pois à margem esteve e está, num lugar que gosta de trabalhar com referências estrangeiras. Mas estamos na área, e já somos vários, e estamos lutando pelo espaço, para que no futuro os autores do gueto sejam também lembrados e eternizados[...]<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup>Transcrição da palestra de Ferréz no evento *Terceira Margem: Limites e Fronteira da Literatura Marginal – Panorama sobre a diversidade das produções literárias no Brasil*. Ocorreu no SESC do Carmo, na Praça da Sé, em São Paulo, 12/04/2007. Além de Ferréz estavam presentes o escritor e desenhista Lourenço Mutarelli, a antropóloga Érica Peçanha (autora da dissertação *Literatura Marginal: os escritores da periferia entram em cena*, defendida em 2006 na USP) e a pedagoga Olga Arruda. Gravação e Transcrição de Mário Augusto Medeiros da Silva. Sérgio de Souza faleceu em 2008.

<sup>66</sup>FERRÉZ. “Manifesto de Abertura: Literatura Marginal”. *Caros Amigos/Literatura Marginal: A cultura da periferia*, Ato I, São Paulo: Casa Amarela Ltda./Literatura Marginal Ltda., 2001. Grifos meus. Dez autores são editados neste ato: Alessandro Buzo, Erton Moraes, Paulo Lins, Ferréz, Jocenir, Garrett, Edson Véoca, Atrês, Sérgio Vaz e Cascão.

A necessidade de produzir uma revista que cumpra o papel de uma antologia, se faz presente na apresentação de Ferréz como aqueles *atos políticos de memória*, de que a escritora Míriam Alves tratou uma década e meia antes, em *Criação Crioula*. A Literatura opera como uma arma contra o esquecimento. No caso dessa nova configuração da ideia de marginalidade, a operação da memória coletiva, aliada a um espaço geográfico e a grupos sociais ocupantes desse espaço, trata da condição marginal como elemento identitário inalienável. A matéria-prima literária e o que uniria esses escritores, portanto, estaria dada a partir de seu lugar de enunciação, do qual ele não poderia ou não deveria abrir mão.

[...]Então, acho que a Literatura Marginal se resume nisso, assim. Muita gente fala assim: “Ah, mas o nome é forte, o nome é isso e aquilo”. Mas eu vou me encaixar em que tendência de escritor? Eu sou contemporâneo? Sou um escritor da criminalidade? Então, eu preferi adotar este nome, preferi este nome que é mais usado na Escola de Plínio Marcos e João Antônio. Falavam: “Ah, isto é uma Literatura Marginal”. Realmente a gente pegou este com orgulho e transformou num símbolo de cobrança, a gente transformou numa marca que outros autores hoje usam e falam que é uma Literatura Marginal ou Literatura Periférica ou Literatura só. O importante é ter feito o trabalho, assim, e ele foi realizado.[...]<sup>67</sup>

O *ato político da memória*, traduzido nessa operação literária, requisita, inclusive, que se elenque alguns ícones; escritores que partilharam em momentos distintos do passado a condição de marginalidade social ou artística. O acionamento do passado serve, segundo o viés sociológico que o estudou, *grosso modo*, como uma ferramenta explicativa e justificativa do presente<sup>68</sup>. Sendo Ferréz o porta-voz e o criador dessa nova vertente da ideia de marginalidade, serão os seus ícones literários que servirão de figuras referenciais para o projeto atual: João Antônio, Plínio Marcos, Górkí (e, em outras ocasiões, Carolina Maria de Jesus, Charles Bukowski, Paulo Lins, Edward Bunker). No caso do contista João Antônio, a identificação se faz tão forte que se chega a incluir, ao final daquela introdução, um trecho de um dos seus textos, *Abraçado a meu Rancor*, como *aviso ao sistema*:

Evitem certos tipos, certos ambientes. Evitem a fala do povo, que vocês nem sabem onde mora e como. Não reportem povo, que ele fede. Não contem ruas, vidas, paixões violentas. Não se metam com o restolho que vocês não vêem humanidade ali. Que vocês não percebem vida ali. E vocês não

---

<sup>67</sup>Transcrição da palestra de Ferréz no evento *Terceira Margem: Limites e Fronteira da Literatura Marginal – Panorama sobre a diversidade das produções literárias no Brasil*. São Paulo, 12/04/2007.

<sup>68</sup>Cf. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990; BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. *Meditações Pascalianas*, Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2001; POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social” In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212.; POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio” In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 2, nº 3, 1989, pp. 03-15; SANTOS, Myriam S. *Memória Coletiva e Teoria Social Contemporânea*, São Paulo: Annablume, 2003.

sabem escrever essas coisas. Não podem sentir certas emoções, como o ouvido humano não percebe ultra-sons<sup>69</sup>

Existem, portanto, diferenças programáticas entre a década de 1970 e 1990, no que tange à ideia de Literatura Marginal. No caso dessa última, anuncia-se – num certo sentido – a ideia de um projeto, em que se formula a indissociabilidade entre o vivido e o narrado, cujo apego não se dá no plano passageiro. O fato da antologia sair por uma editora comercial de circulação nacional não invalida, para Ferréz, a proposta dos escritores marginais dos anos 90, como faria à Geração do Mimeógrafo. Ao contrário, é passo pensado e desejado, mesmo em suas produções individuais<sup>70</sup>. Além disso, a antologia anuncia a fundação de uma Editora Literatura Marginal, da qual Ferréz seria o editor, organizador e criador do projeto, tendo como os primeiros a se agradecer, sendo mentores intelectuais, João Antônio, Plínio Marcos e Afonso Henriques de Lima Barreto.

O *happening* dos anos 70, do *tráfico de emoções* – como afirmou um poeta marginal entrevistado à época por Messeder Pereira<sup>71</sup> – cedeu lugar ao ato de memória politizado, do *tráfico de informações*, na década de 1990, exatos trinta anos depois<sup>72</sup>. Se necessário for, como disse Ferréz em 2007, no evento realizado no SESC do Carmo, na Praça da Sé, para discutir Literatura Marginal, valeria a pena até mesmo ser *cooptado* por grandes editoras, produções cinematográficas etc. para que essa produção chegue até onde almeja.

[...] E tem mais: o cara pode ser cooptado e sair por um selo grande, uma editora grande e pode continuar com o mesmo discurso. Pode continuar com a mesma ideologia. Não quer dizer que ele foi cooptado e que ele vai mudar. Quer dizer que ele vai ser elevado a um patamar a mais. É

<sup>69</sup>A citação de Ferréz está incompleta. O conto *Abraçado a Meu Rancor*, em síntese pobre, retrata um homem que retorna a cidade de São Paulo, após ter ficado muito tempo ausente dela. Ele não reconhece mais lugares e pessoas, pois tudo está muito diferente do que era em seu tempo e, em sua opinião, para pior. Ele refaz caminhos e lembranças, num monólogo interior atormentado. O excerto escolhido por Ferréz trata de um momento em que a personagem manifesta sua indignação com o trabalho de *sociólogos urbanos*, que se dispõem a tentar estudar *o povo*, que desconhecem absolutamente. Cf. ANTÔNIO, João. *Abraçado ao meu Rancor*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Reeditado pela Cosac & Naïfy, 2001.

<sup>70</sup>O texto de contracapa deste Ato I, assinado por Ferréz afirma que: “Este é um produto desenvolvido e criado 100 por cento na periferia. Todos os artistas que participaram deste projeto representam a verdadeira cultura popular brasileira. A Editora Casa Amarela e a Editora Literatura Marginal criaram este projeto com o intuito de passar informação, e de trazer novos talentos juntamente com alguns nomes já conhecidos, para que a informação, que tanto é vital para vivermos, seja divulgada também para o povo sofrido de toda a periferia. Caros Amigos. Literatura Marginal. Do gueto para o gueto, nada mais verdadeiro”.

<sup>71</sup>“[...]recitar poesia é como aprender a falar, a usar a palavra via oral, antes a gente balbucia, depois a gente ordena as coisas, depois a gente volta ao que sempre foi: passa a emoção. Então recitar é isso, passar uma emoção, arrepiar, é endovenosa via oral. E aí eu acho que não é a voz, é o corpo, é o sentimento completo do que está acontecendo ali, mais o que acontece no que vai ser dito, recitar poesia não é contar estórias, é traficar emoções”. Cf. PEREIRA, Carlos A. M. *Retrato de Época, Op. Cit.*, p. 97. O depoimento utilizado por Messeder é de Ronaldo Santos à revista *Escrita*, n° 19, 19/04/1977.

<sup>72</sup>“[...]Mas a gente não vive de Literatura, não tem como de viver de Literatura. E a gente milita nisso, sabe? Eu tenho livro, a gente trafica ali prá onde vai; a gente tá traficando, a gente é traficante de informação e a gente tem porte ilegal de inteligência.[...]”. Transcrição da palestra de Ferréz no evento *Terceira Margem: Limites e Fronteira da Literatura Marginal – Panorama sobre a diversidade das produções literárias no Brasil*. São Paulo, 12/04/2007.

inevitável isso! Hoje em dia se fala muito disso, se tem muita qualidade nos textos, as coisas tão melhorando e ainda vai melhorar mais. Então, eu acho que é 100% de certeza disso mudar. Agora, que a Literatura Marginal sempre vai existir como uma coisa paralela, que vai chegar mais autores, isso vai. Não tenho dúvida nenhuma[...] Então, tem várias formas também de você fazer. Na verdade, quando eu falei “cooptado”, por que assim: Não dá prá ficar também a gente ficar mentindo: “Não, a gente vai ser sempre puro, sempre bom”. Ninguém é puro, ninguém é inocente no bagulho! Tá todo mundo querendo se envolver também. Mas só que tem formas de se envolver. Tem formas dignas de se fazer a coisa e tem formas que não são tão dignas. Vai até onde você quer ceder. Esse é o jogo do mercado: não tem como eu lançar um livro se eu não ceder também. Mas vai até onde eu quero ceder.[...]73

O primeiro ato do projeto Caros Amigos/Literatura Marginal recebeu o prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte [APCA], em 2002, pelo melhor projeto literário do ano. Em seu Ato II, a introdução de Ferréz, denominada “Terrorismo Literário”, cumpre o papel de tentar tornar mais preciso para quê e para quem a coletânea foi organizada.

Mó satisfação em agredir os inimigos novamente, voltando com muito mais gente e com grande prazer em apresentar novos talentos da escrita periférica.[...]A revista é feita para e por pessoas que foram postas à margem da sociedade[...] Ganhamos até prêmios, como o da APCA[...]a Literatura Marginal, sempre é bom frisar, é uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas. Literatura feita à margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, ou seja, os de grande poder aquisitivo.[...] Temos assim duas pessoas de que eu particularmente sou fã e não estou sozinho na admiração, estou falando de Plínio Marcos e João Antônio, como autores marginais, ou seja, à margem do sistema, já que falavam de um outro lugar com voz que se articulava de uma outra subjetividade (tá vendo, quem disse que maloqueiro não tem cultura?)[...] Afinal, um dia o povo ia ter que se valorizar , então é nós nas linhas da cultura, chegando devagar, sem querer agredir ninguém, mas também não aceitando desaforo nem compactuando com a hipocrisia alheia. Bom, vamos deixar de ladainha e na bola de meia tocar o barco[...]<sup>74</sup>

O caráter inusitado de certas ações do *centro* se expressa no texto *periférico* acima: ele se inicia com o prazer de atacar novamente inimigos não-nomeados, que podem ser tanto o pouco definido *sistema* como aqueles que criticaram o exclusivismo da antologia. Fica surpreso com uma proposta

---

<sup>73</sup>Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, em 16/05/2007, em São Paulo. Esse trecho da entrevista de Ferréz se assemelha às discussões do I Encontro de Ficcionalistas e Poetas Negros, especialmente do escritor Cuti. Para efeito de comparação, retornar à nota de rodapé 129 deste trabalho.

<sup>74</sup>FERRÉZ. “Terrorismo Literário”. *Caros Amigos/Literatura Marginal: A cultura da periferia*, Ato II, São Paulo: Casa Amarela Ltda./Literatura Marginal Ltda.,2002, p. 02. Vinte e quatro autores aparecem no segundo ato.

como aquela receber uma premiação relativamente importante, podendo significar consagração, reconhecimento ou cooptação. A certa altura, fecha barreira com os ícones propostos no primeiro ato, mas tenta também estabelecer alianças com outros eventos/ artistas marginais, nas mais diferentes acepções – Boca do Lixo, Cinema Marginal, Hélio Oiticica e seu “Seja Herói, Seja Marginal” – mesmo que anacronicamente. E, por fim, essa apresentação do segundo ato dos escritores periféricos, organizados novamente por Ferréz, termina em reticência com o princípio do texto, ao afirmar que não pretende agredir ninguém (que foi feito dos *inimigos?*).

Trata-se então de um *entreato* vacilante, um interregno de recomposição e auto-avaliação. E necessário, haja vista o intervalo de dois anos que o separam do terceiro e derradeiro lançamento da *Cultura da Periferia*. Nesse meio tempo, autores que fizeram parte das duas coletâneas (e também da terceira) teriam abandonado a ideia, em prol de uma tentativa de inclusão e outros campos da Literatura Brasileira, de acordo com o organizador das antologias e seu editor. “[...]isso foi uma decepção pra mim, tá ligado? Pôr o cara num livro chamado *Literatura Marginal* e depois o cara negar o nome? “Ah, eu tô lá, mas é porque o Ferréz quis me pôr”. Não, eu não quis pôr ele: ele veio participar, entendeu?”<sup>75</sup> Examinar-se á mais adiante essa tensão interna desse grupo.

*Contestação* é o título atribuído à apresentação do ato final do projeto antológico. Desta vez, algumas das hesitações do *entreato* saem de cena, aportando algumas características do projeto literário marginal, ideadas por Ferréz, que somente a longevidade no tempo demonstrarão:

[...]Como sempre acontece a todo movimento feito por pessoas que estão “à margem” as críticas vieram aos montes também, fomos taxados de bairristas, de preconceituosos, de limitados, e de várias outras coisas, mas continuamos batendo o pé, cultura da periferia feita por gente da periferia e ponto final, quem quiser que faça o seu, afinal quantas coleções são montadas todos os meses e nenhum dos nossos é incluído? A missão que todo movimento tem não é de excluir, mas sim de garantir a nossa cultura, então fica assim, aqui é o espaço dos ditos excluídos, que na verdade somam toda a essência do gueto[...] *Muitas foram as madrugadas para finalizar essa edição, mas creio que um grande homem como Solano Trindade ou uma grande mulher como Carolina Maria de Jesus se sentiriam orgulhosos de pegar essa edição nas mãos, pois é pensando neles, e numa quantidade gigantesca de autores marginais injustiçados desse país que ainda temos força para tocar a missão.* [...]a palavra que mais admiro é *contestação*, temos que ter o poder de duvidar, retrucar, de refazer e recriar, um parceiro me disse esses dias que a parada da *Literatura Marginal* é a revolução sem o r, então meus queridos, vamos evoluir e que cada talento que está no gueto não seja algemado um dia, e sim tenha estudado na melhor universidade do país[...] *não precisamos de*

---

<sup>75</sup>Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, em 16/05/2007, em São Paulo.

*cultura na periferia, precisamos de cultura da periferia.[...] A questão agora é que terão que surgir muitos iguais ao Rui Barbosa para dar conta de sumir com tudo o que estamos fazendo[...]*<sup>76</sup>

O derradeiro ato antológico se fecha com a aproximação da ideia de Literatura Marginal dos anos 90 com aspectos da Literatura Negra. Não apenas pela retomada de dois autores do passado (Trindade e Jesus), mas pela afirmação final que faz alusão à queima de arquivos oficiais da memória da escravidão no Brasil. Além disso, se anuncia uma tentativa de autonomia e autoafirmação, ao se falar na necessidade de gestar uma *cultura da periferia*, autoproduzida e autoconsumida. A operação do recordar, além de uma luta contra o esquecimento social e individual, quer igualmente pavimentar o devir. “*A revolução será silenciosa e determinada como ler um livro à luz de velas em plena madrugada.*”, anuncia Ferréz, finalizando sua introdução. Só o tempo poderá confirmar essa posição otimista. O anúncio do quarto ato, feito com uma chamada de pé de página abaixo da sua introdução, não se concretizou.

Todavia, no ano seguinte, o autor organiza o livro *Literatura Marginal: Talentos da Escrita Periférica*. Dos 53 autores publicados nos três atos – repetidos ou não, conhecidos ou não – onze comparecem com textos nessa publicação da editora Agir, cujo prefácio de Ferréz é um amálgama ampliado de suas apresentações anteriores. Ampliado na direção, inclusive, de um outro público, que não aquele considerado o ideal, mas com um propósito já anunciado em suas discussões sobre o que entenderia por *cooptação*: veicular sua mensagem para mais pessoas, atingindo o *centro* e a *periferia*, tentando fixar um lugar no espaço social do sistema literário. *A ideia de Literatura Marginal, reconfigurada, atingiria assim um projeto estético e político* – lembrando João Luiz Lafeté – *com maior ênfase no primeiro, empreendendo a crítica pela linguagem, a confecção literária com um propósito*. E, agora, a memória como uma arma de reivindicação. O longo excerto a seguir tenta condensar essas novas balizas:

A capoeira não vem mais, agora não reagimos com a palavra, porque pouca coisa mudou, principalmente para nós.[...]Cala a boca, negro e pobre aqui não tem vez! Cala a boca![...]Cala a boca uma porra, agora a gente fala, agora a gente canta, e na moral agora a gente escreve.[...] *Quem inventou o barato não separou entre literatura boa/feita com caneta de ouro e literatura ruim/escrita com carvão, a regra é só uma, mostrar as caras. Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmo a nossa foto.*[...] O sonho não é seguir o padrão, não é ser o empregado que virou patrão[...]*Um dia a chama capitalista fez mal a nossos avós, agora faz mal a nossos pais e no futuro vai fazer a nossos filhos, o ideal é mudar a fita, quebrar o ciclo da mentira*

---

<sup>76</sup>FERRÉZ. “Contestação”. *Caros Amigos/Literatura Marginal: A cultura da periferia*, Ato III, São Paulo: Casa Amarela Ltda./Literatura Marginal Ltda.,2004, p. 02. Dezenove autores são editados aqui.

dos “direitos iguais”, da farsa do “todos são livres”, a gente sabe que não é assim, vivemos isso nas ruas, sob os olhares dos novos capitães do mato, policiais que são pagos para nos lembrar que somos classificados por três letras classes: C, D, E.[...] Literatura de rua com sentido, sim, com um princípio, sim, e com um ideal, sim, trazer melhoras para o povo que constrói esse país mas não recebe sua parte.[...] Sabe de uma coisa, o mais louco é que não precisamos de sua legitimação, porque não batemos na porta para alguém abrir, nós arrombamos a porta e entramos.[...] Muitas são as perguntas, e pouco o espaço para respostas. Um exemplo para guardar é o de Kafka. A crítica convencionou que aquela era uma literatura menor. Ou seja, literatura feita pela minoria dos judeus em Praga, numa língua maior, o alemão[...] *A Literatura Marginal, sempre é bom frisar, é uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas. Literatura feita à margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, isto é, de grande poder aquisitivo. Mas alguns dizem que sua principal característica é a linguagem, é o jeito como falamos, como contamos a história, bom isso fica para os estudiosos[...]*

Cansei de ouvir:

- Mas o que cês tão fazendo é separar a literatura, a do gueto e a do centro.

E nunca cansarei de responder:

- O barato já tá separado há muito tempo, só que do lado de cá ninguém deu um gritão, ninguém chegou com a nossa parte, foi feito todo um mundo de teses e de estudos do lado de lá, e do cá mal terminamos o ensino dito básico.[...] Sabe o que é mais louco? *Neste país você tem que sofrer boicote de tudo que é lado, mas nunca pode fazer o seu, o seu é errado, por mais que você tenha sofrido você tem que fazer por todos, principalmente pela classe que quase conseguiu te matar, fazendo você nascer na favela e te dando a miséria como herança[...]*<sup>77</sup>

### *Literaturas como Protestos: Mundos Ficcionalis em disputa com o Mundo Real*

As ideias de Literatura Negra e Marginal/Periférica foram tratadas nestes dois primeiros capítulos como forças sociais, em permanente disputa e trânsito constante. *Ideias em movimento*, sofrendo mutações ao longo dos anos, ao sabor das demandas e interpretações históricas, acionadas por diferentes agentes interessados em afirmá-las ou negá-las, seja no âmbito de negros produzindo sua própria literatura ou de cidadãos periféricos – com parcela significativa de negros oriundos do proletariado ou do lumpesinato – formulando uma expressão artística. O ponto comum que as une pode

---

<sup>77</sup>FERRÉZ. “Terrorismo Literário” In: FERRÉZ (org.) *Literatura Marginal: Talentos da Escrita Periférica*, Rio de Janeiro: Agir, 2005, pp.09-13. Grifos meus. O excerto sobre a literatura Franz Kafka faz referência ao estudo de Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Kafka: por uma literatura menor*, Rio de Janeiro: Imago, 1977

estar expresso naquilo que o sociólogo Octavio Ianni afirmou em 1988, quando se propôs a refletir sobre os fundamentos da expressão literária de negros escritores:

A literatura negra é um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo. Não surge de um momento para outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. Sua história está assinalada por autores, obras, temas, invenções literárias. É um imaginário que se articula aqui e ali, conforme o código de autores, obras, temas e invenções literárias. É um movimento, um devir, no sentido que se forma e se transforma. Aos poucos, por dentro e por fora da literatura brasileira, surge a literatura negra, como um todo com perfil próprio, um sistema significativo. Um sistema no sentido de “obras ligadas por denominadores comuns”, com “notas dominantes” peculiares desta ou daquela fase, deste ou daquele gênero. [...]O negro é o tema principal da literatura negra. Sob muitos enfoques, ele é o universo humano, social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura. Naturalmente o negro sempre implica o branco, no outro do negro: senhor de escravos, capataz, feitor, fazendeiro, empresário, lavrador, político, governante, intelectual e assim por diante. Implica a escravatura, época colonial, período monárquico, várias repúblicas, várias ditaduras, urbanização, industrialização, formas de trabalho e vida. Compreende diversidades, multiplicidades, desigualdades e antagonismos. Mas não há dúvida que o negro brasileiro é o tema principal dessa literatura. [...] Podemos, pois, distinguir duas polarizações principais, não únicas, na formação da literatura negra. Uma diz respeito ao desenvolvimento de um sistema, um todo aberto. Outra se refere ao negro brasileiro como tema principal, como universo humano, social, cultural e artístico. É claro que essas polarizações se constituem em conjunto, mesclam-se, vivificam-se”<sup>78</sup>

*O que é afirmado para o negro, a meu ver, vale para o periférico – se for entendido como um novo sujeito social, amálgama que combina inclusive o próprio negro. A arte de escrever, no entanto, é uma arte técnica. Anterior a eventualidades emocionais, conjunturas sociais e historicamente dadas, a técnica de recriação da realidade no mundo ficcional deve ser, antes de tudo, preponderante. Os imaginários negro e periférico são o diferencial, neste caso, dessa técnica.*

As singularidades complexas e desiguais das relações sociais e racializadas no Brasil é que impregnam aqueles mundos ficcionais, articulando-os, ao longo da História, em projetos estéticos e políticos, mais ou menos bem sucedidos, efetivados na forma de associações, coletivos, movimentos, jornais, prosa, poesia, antologias, dramaturgias etc. Capazes de enunciar a visão social de mundo de frações daqueles grupos, seus pontos de vista, suas reivindicações, suas proposições alternativas ou inclusivas. A técnica de escrever, todavia, foi e será constantemente testada. O debate sobre a qualidade literária, nos anos 1980, alcança também os dias atuais. Não se trata de algo a ser ignorado – com o

---

<sup>78</sup>IANNI, Octavio. Literatura e Consciência. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: CEAO, n. 15, 1988, pp. 208-217.

perigo preconceituoso da condescendência – mas sim anunciado como um desafio à durabilidade de ambas as produções e seus autores, ladeados por seus projetos sociais implícitos.

A assunção da ideia de marginalidade não implica algo essencialmente bom ou ruim. Infelizmente, no caso brasileiro, a marginalidade literária está condicionada, em grande parte, à precariedade, desinteresse ou o amadorismo do próprio sistema literário maior, refém de um mercado enxuto, de editores pouco percucientes; e de condições sociais para a leitura inóspitas (vide a escolarização pública e privada médias, primária, secundária ou superior). Sem tratar das relações sociais desiguais e racializadas, que são objeto desta tese, articuladas com a Literatura.

O caráter endógeno dessa produção ainda é visível: surgiram e desapareceram nos últimos vinte anos editoras e livrarias especializadas para a confecção literária negra e periférica: Livraria e Editora Eboh (SP)<sup>79</sup>, Livraria Contexto (SP)<sup>80</sup>, Mazza Edições (MG), Editora Nandyala (MG), Sobá Livraria e Café (RJ), Kitabu Livraria Negra (RJ), Selo Negro (SP), Edições Toró (SP)<sup>81</sup> ou Literatura Marginal Editora Ltda. (SP), além do próprio *Cadernos Negros* (SP). Entretanto, a Global Editora, em 2007, criou uma Coleção de Literatura Marginal, editando os escritores periféricos (Sérgio Vaz, Sacolinha, Allan da Rosa etc.).

Com o tempo, como se pôde e poderá ver mais, essa marginalidade histórica poderá ir se diluindo ou assumindo novas formas. A prova dos nove da técnica de recriação do mundo, portanto, poderia começar a ser posta em prática, por seu valor literário inato. Mas essas seriam condições ideais, longe da realidade pregressa e atual. Nem toda consagração ou desgraçamento literário poderia ser atribuído às condições sociais desiguais e racializadas, perversas. Mas quanto tempo ainda?

Vale lembrar que, em novembro de 2007, durante as comemorações do Mês da Consciência Negra, a Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo espalhou pelos principais prédios públicos da cidade cartazes enormes, cobrindo fachadas, com fotos de personalidades negras importantes, em diferentes áreas e atuação. À ocasião, o secretário estadual de Cultura, João Sayad, afirmou em artigo:

---

<sup>79</sup>De acordo com Eduardo de Oliveira, “[...]À Rua Conselheiro Ramalho, 668, no histórico bairro da Bela Vista, existe, podem acreditar, uma Livraria onde os proprietários são negros com mais de mil títulos afro-negros, a Livraria e Editora EBOH, que inclusive mantém atualização constante[...]” Márcio Damásio era seu Diretor-Proprietário à época. No endereço citado por Oliveira, a livraria não existe mais. Cf. OLIVEIRA, Eduardo. *A Cólera dos Generosos: retrato da luta do negro para o negro*, São Paulo: Sonda Editora/Editora Meca Ltda, 1988, p. 234.

<sup>80</sup>Segundo Oswaldo de Camargo, a Contexto foi criada por Nair Araújo, antiga atriz do Teatro Experimental do Negro de São Paulo e que “[...]Depois de passar pela “Livraria Cultura”, onde ganhou experiência, montou sua própria livraria, a “Contexto”, que ainda após sua morte em maio de 1984, funcionava na Liberdade, dirigida por sua filha Martha Helena”. Cf. CAMARGO, Oswaldo de. *O Negro Escrito, Op. Cit.*, p. 112. A livraria ainda existe, mas não se tem notícia de que continue a ser dirigida por Helena ou que mantenha a mesma orientação.

<sup>81</sup>Endereços na internet para essas editoras: Mazza: <http://www.mazzaedicoes.com.br/>; Nandyala: <http://www.nandalalivros.com.br/>; Edições Toró: <http://www.edicoestoro.net/>; Kitabu: <http://kitabulivraria.wordpress.com/153/>; Selo Negro: <http://www.gruposummus.com.br/selonegro/index.php> Acessados em 18/08/2007. A Editora Literatura Marginal Ltda não possui sítio na rede.

Os negros brasileiros são vítimas do racismo. Podemos escolher dois caminhos para combater o racismo. O caminho americano é criar uma identidade afro-brasileira, reafirmá-la e diferenciá-la da identidade dos outros brasileiros.[...]A solução para o nosso caso pode ser diferente. Por isso, para comemorar o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o governo do Estado de São Paulo pendurou fotos imensas de personalidades brasileiras que ou têm pele mais escura ou cabelo crespo, ou que são descendentes de escravos. Em muitos casos, esquecemos de propósito ou não nos ensinaram que eram negros. Você sabia que Teodoro Sampaio, um dos fundadores da Poli era negro? Olhe a foto.[...] Carlos Gomes é desenhado com os cabelos ao vento, como se fosse um compositor italiano nascido em Campinas. Não é surpresa que um brasileiro com grande talento musical seja negro.[...] Achamos uma foto de Castro Alves com um chapéu antigo e estranho em que o cabelo crespo insubordinado escapa pelos lados e explode nas têmporas do poeta. *A foto de Mário de Andrade moço e antes de ficar careca, com a testa larga emoldurada pelo cabelo crespo, para que nos lembrássemos de que o intelectual e poeta era negro.* E já tivemos um negro, Nilo Peçanha, presidente da República.[...]É homenagem singela que o governo do Estado presta a brasileiros ilustres cujos traços africanos foram esquecidos pelos desenhistas ou desapareceram em outras fotografias[...] A “instalação” que ornamenta os prédios e o transporte público do Estado de São Paulo lembra a origem desses brasileiros. A ideia é criar confusão – que ninguém saiba no futuro quem é negro e que não é no Brasil.[...] Que o número de brancos ou de negros, tanto faz, diminua. Que raças não existam mais – nem o racismo.<sup>82</sup>

O artigo de Sayad tem pontos controversos, caindo em senso comum (sensibilidade musical e origem étnica, por exemplo). Contudo, à parte disso, veja-se: Sublinhei propositalmente a referência a Mário de Andrade, pois sua foto com traços negróides gerou uma polêmica bastante reveladora. A fotografia veio dos arquivos de Oswaldo Camargo, consultor do Museu Afro-Brasileiro – e como já sabemos, escritor e jornalista. No dia seguinte, o mesmo jornal no caderno *Ilustrada* dedicou uma página dessa seção para apresentar a celeuma sobre a foto, entre as esferas estadual e municipal da Cultura, bem como entre intelectuais, como se pode ver mais abaixo:

Pois a foto “não é dele”, diz o crítico Antonio Candido, um dos maiores intelectuais do Brasil. E como ele sabe? “Eu conheci o Mário de Andrade. Não é ele, uai! Eu olho e vejo que não é”. Candido examinou a foto antes de ela se transformar no banner de propaganda, atendendo a um pedido de Carlos Augusto Calil, secretário municipal de Cultura.[...]Calil mostrou a imagem também a Telê Ancona Lopez, professora titular de literatura do IEB, o Instituto de Estudos Brasileiros, da USP. “Examinei a foto, dei a pesquisadores, passei também aos meus alunos. Não é o Mário de Andrade[...]” Calil alertou o governo que a foto, doada por Oswaldo de Camargo,

---

<sup>82</sup>SAYAD, João. “Bob Dylan” In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, Tendências e Debates, 20/11/2007, p. A3. Grifos meus.

especialista em literatura, poderia não ser de Mário de Andrade. “*Desculpe, mas quem é Oswaldo de Camargo perto de Antonio Candido, de Telê Ancona Lopez?*”[...] O secretário estadual de Cultura, João Sayad, diz que a foto é da coleção de Oswaldo de Camargo, especialista em literatura negra. “O Calil me falou da foto. Mas deve ser ele [Mário de Andrade]sim. *Nós confiamos muito na nossa fonte e por isso pusemos a foto na rua*”. Sayad diz que está aguardando que Oswaldo de Camargo “nos diga a origem da imagem, que é de uma coleção dele”. [...] *Ainda que a foto não seja do escritor, Sayad acha que “é ótimo que crie polêmica, porque chama atenção”*<sup>83</sup>.

Mesmo que Camargo tenha se equivocado (o que parecer ser difícil, já que a foto era proveniente de arquivos do jornal O Estado de São Paulo), a maneira como se comportaram no episódio o secretário municipal da Cultura e os intelectuais, sem ao menos cogitar o benefício da dúvida, uma consulta em outras fotografias antigas do escritor quando jovem ou pesquisa exaustiva no arquivo do jornal cedente da fotografia, parecem ser lapidares de uma atitude hostil, coroadas na pergunta de Calil à jornalista que o entrevistou. No entanto, dias depois, a mesma colunista do jornal publicou entrevista com Camargo e o diretor do Museu Afro-Brasil (e ex-secretário municipal de Cultura de São Paulo), Emanuel Araújo, de que vale a pena reproduzir trechos:

[...]“Essa foto já está virando questão ideológica. O que incomoda é o Mário ser afrodescendente!”, diz o poeta Oswaldo de Camargo, do Museu AfroBrasil, que cedeu a foto. Ele diz que extraiu a imagem dos arquivos do jornal “O Estado de São Paulo”, onde trabalhou. O presidente do museu, Emanuel Araújo, defende Oswaldo: [...] “É umas das polêmicas mais provincianas que eu já vi na minha vida.[...]Se quiserem levar às últimas conseqüências, é preciso chamar o Instituto Médico Legal[gargalha].[...]Machado de Assis era absolutamente mestiço e no fim da vida ficou branco. A Academia Brasileira de Letras faz questão de pô-lo branco.[...] [e sobre a atitude de Calil, Araújo afirmou que:] É um tipo de agressividade inócua, inoportuna, deselegante. Quem é ele por quê? Só porque é negro? Poderíamos perguntar quem é ele também. Quem é Carlos Augusto Calil?”<sup>84</sup>

No ano de 2008, em 13 de maio, onde há a efeméride dos 120 anos de Abolição da Escravatura no Brasil, não houve sequer um debate de grande alcance e amplitude nacional sobre a data, realmente significativo – à exceção de um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)<sup>85</sup> e de uma campanha da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo (ainda comandada por João Sayad),

<sup>83</sup>BERGAMO, Mônica. “Mário de Andrade negro: “Não é ele”, diz Antonio Candido” In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ilustrada, 21/11/2007, p. E2. Grifos meus.

<sup>84</sup>BERGAMO, Mônica. “É ou não é Mário de Andrade?” In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ilustrada, 26/11/2007 p. E2. Colchetes meus.

<sup>85</sup>O estudo do IPEA foi divulgado no dia 13/05/2008, intitulado Desigualdades Raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a Abolição. Acessível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) [Acessado em 16/05/2008]. A campanha da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo chama-se 120 Cartas. A ideia é que negros (ou afro-descendentes) enviem para um endereço eletrônico seus depoimentos, histórias de vida contando a experiência de ser negro no Brasil.

veiculada na televisão. Ou referente à exposição da Literatura Negra, seus escritores, do teatro e da imprensa negra, da historiografia sobre o negro etc. seja pelo Estado, intelectuais, meios de comunicações ou pelas frações dos movimentos negros atuais. Diferentemente de outras efemérides, como os 100 Anos da Imigração Japonesa (maciçamente veiculada nos *media*, promovendo debates acadêmicos etc.) ou o centenário de morte de Machado de Assis, pouco lembrado como autor mestiço, ou de sua fase como *Machadinho*. Neste mesmo ano, há o centenário de nascimento de Solano Trindade, que continua a ser um ilustre desconhecido das letras nacionais. E no ano anterior, para se fixar num dos escritores pesquisados na tese, não se comemorou ou refletiu sobre os trinta anos de morte de Carolina Maria de Jesus, ocorrida em novembro de 1977.

\*\*\*

Gostaria de ressaltar que os autores elencados para estudo nesta tese condensam, em diferentes aspectos e momentos, essas reflexões anteriores. São frutos dessas condições sociais e literárias precárias, de singularidades históricas que os fizeram aparecer ou desaparecer. O teste da qualidade de seus textos, da arte de recriar no mundo ficcional foi e é permanentemente colocado em questão, especialmente por suas origens sociais e étnicas, como intenta-se demonstrar. E todos, sem exceção, fizeram de suas confecções literárias negras ou periféricas, uma forma de protesto, realizado em literatura, com graus variados de sucesso artístico e inflexão política. Mas o ponto de partida permaneceu o mesmo e o mais importante: *de personagens, por muitas vezes estereotipados, converteram-se em autores de suas próprias expressões, explicitando as múltiplas visões sociais de mundo de suas frações de classe e grupo de origem*. O que foi feito disso é por onde se deve começar a questionar a partir deste momento.

No caso desta tese, o próximo passo agora é observar o caminho de uma história, a princípio, pouco conhecida: as interpenetrações entre a ideia de Literatura Negra e o pensamento sociológico que se ocupou do tema da mudança social no Brasil, entre o final dos anos 1940 e princípio dos 60, tendo a questão do negro como foco inicial privilegiado para a análise do assunto. Preocupação esta interrompida abruptamente em 1964 e que, a meu ver, provocará a separação entre essa sociologia e aquela literatura nos anos seguintes. As proposições sobre a Sociologia das Populações Marginais – tema de época nos anos 1970 – não encontram expressão literária para diálogo no momento em que são formuladas. Todavia, tentar-se-á estabelecer uma discussão crítica, novamente, entre os anos 1970 e 1990. Após isso, empreender-se-á, nos capítulos vindouros, a discussão interna das obras e autores escolhidos como objeto de tese.

## Parte II: Literaturas, Sociologias & Processos Sociais



### CAPÍTULO 3: ENCONTRO NA ENCRUZILHADA: LITERATURA NEGRA E SOCIOLOGIA DO NEGRO

*Ignoro as razões que levaram Oswaldo de Camargo a dar-me o privilégio de prefaciá-la presente coletânea de poemas. Não sou crítico literário. Tampouco tenho competência ou sensibilidade para apreciar judiciosamente sua produção poética. Considero a crítica literária uma especialidade complexa e difícil, que exclui a improvisação e requer não só **talento e bom gosto**. Sendo evidente que não reúno essas condições (pelo menos em relação à capacidade de ser crítico literário...), entendi que o convite se endereçava ao sociólogo, algum tanto conhecedor da situação do negro na sociedade brasileira.<sup>1</sup>*

[...] Mas foi o homem ideal, sem eu saber, foi o homem ideal, porque ele teve uma infância pobre, foi engraxate etc. *Então, a pobreza nivela até a cor. Em parte, o Florestan, você percebia que ele também era um negro, em alguns aspectos.*<sup>2</sup>

A Literatura *não* é um elemento acessório na trajetória do grupo negro paulista. Ela chega a articular, no cotidiano da socialização e em escala estrutural de reivindicação sócio-política, a história de associações e movimentos ao longo do século XX. Ao falar em *Literatura Negra*, quase obrigatoriamente se trata de indivíduos e autores que assumiram tal termo e se ligaram àquelas associações e movimentos, historicamente. O mesmo vale para esse sujeito social do fim do século XX, *o periférico*, bem como seus autores. Tanto num quanto noutro caso, entretanto, existem escritores isolados, cuja filiação aos termos não é automática e merece discussão.

A confecção literária é uma formulação mormente *solitária* e, por vezes, *exótica* para a grande maioria dos sujeitos nesses grupos sociais. Para o caso dos autores elencados nesta tese, os dois adjetivos são adequados: mesmo quando em coletivos literários, a formulação dos mundos ficcionais em seus textos parte de um *sujeito fora de lugar*. Entre os negros ou entre os periféricos, no seio familiar – na maior parte dos casos – ou em grupos políticos, a criação literária não aparece como um fato facilmente compreensível ou aceitável, puro e sem função. Ela é um corpo estranho, moldado por uma ideia fora de lugar – a criação literária e seu esforço de publicação, cujas funções e utilidades são sempre questionadas – cujo diálogo com o entorno por vezes é tenso, com sucesso relativo e

---

<sup>1</sup>FERNANDES, Florestan. “Prefácio” In: CAMARGO, Oswaldo de. *15 Poemas Negros*, São Paulo: Associação Cultural do Negro, 1961, p. 07. Este prefácio foi reeditado no livro de Fernandes, *O Negro no Mundo dos Brancos*, tanto em 1972 (Difel) como em 2007 (Global Editora), com o nome de *Poesia e Sublimação das Frustrações Raciais*. Grifos, em itálico, meus.

<sup>2</sup>Entrevista concedida por Oswaldo de Camargo a Mário Augusto Medeiros da Silva, em 29/07/2007, em São Paulo. Grifos meus.

consagração conseguida a custos significativos, no próprio âmbito grupal e com independência relativa dos movimentos sociais.

Este argumento acerca dos *sujeitos fora de lugar* nasce da análise das histórias de vida dos autores estudados – coletadas em entrevistas concedidas a mim ou a outros pesquisadores, jornais, eventos – bem como de outros escritores associados às ideias de Literatura Negra e Literatura Periférica. Carolina Maria de Jesus na favela entre os anos 1940 e 1960; assim como Ferréz, periférico na década de 1990; Paulo Lins, em alguma medida, dos seus anos de formação nos anos 1970-80, morando na favela; os escritores do coletivo Quilombhoje e dos *Cadernos Negros* em meio ao movimento negro e a espectros da esquerda, a partir da década de 1970: todos se inserem naquela categoria, com as devidas nuanças a serem apresentadas.

Como já escrito linhas antes, a confecção literária aparece como um *dado extravagante* para esses grupos sociais (negro e periférico), cujas parcelas geralmente estiveram sujeitas a pelo menos duas experiências socialmente antagônicas: 1) uma ética exacerbada do trabalho e de uma boa conduta social, após a Abolição, que conduziria a uma relação pragmática com aquela atividade – o *trabalhador* contraposto ao *malandro* – concluindo -se que o trabalho deveria trazer algum benefício imediato, historicamente maior que a educação (custo dispendioso ao ambiente familiar), capaz de alterar sua situação social<sup>3</sup>; 2) O outro pólo antagônico está associado a uma ideia difusa sobre a *marginalidade social*, vivenciada nas frações mais baixas. Ser desocupado é ser mal visto, entre as precárias classes médias negras.

A ética do trabalhador e *cidadão exemplar* aliada, geral e contraditoriamente, à empregabilidade precária e a uma certa entronização de discursos racistas a serem negados sobre o grupo negro (de que não gostaria de trabalhar, por exemplo) leva a, para algumas frações desse grupo social, afastar ou tentar negar qualquer atividade comumente ligada ao ócio, boêmia, inatividade devido ao estudo prolongado etc. A figura do malandro ou de uma ética da malandragem, muitas vezes enaltecida no imaginário do senso comum, não se aplica como algo positivo aqui.

Por outro lado, no ambiente marginalizado da favela ou da periferia urbana, a condição socialmente imposta do *fracasso* – seja no âmbito familiar, escolar e do meio social em si – é tão forte que a busca e o exercício de *uma atividade que seja o desvio da norma vigente* torna-se assustadora, vista com desconfiança, chegando a motivo de chacota em alguns momentos. A compreensão do ato criativo literário não é imediata e passa a ser observada como uma *perda de tempo*, um dispêndio de energia, para não se dizer que é considerado *perigoso ao meio*. Através dele podem ser feitas acusações

---

<sup>3</sup>Apóio-me aqui no debate realizado por Florestan Fernandes, no primeiro volume de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, a que me deterei mais pormenorizadamente adiante.

personais, explicitações de comportamentos, questionamentos de condutas ou proposições alternativas, nem sempre bem vistas. São sintomáticos os relatos de alguns escritores, como Carolina M. de Jesus<sup>4</sup>. Vejam-se também os autores de *Cidade de Deus* e *Capão Pecado*, quando questionados acerca de como suas família e vizinhos viam seu interesse por Literatura:

*Ao contrário das outras crianças, quando eu fazia uma coisa errada, minha mãe falava: “Ó, então não vai escrever!”[...] Então, fiquei ilhado [por gostar de ler e ouvir histórias], eu e algumas pessoas, porque só eu lia, então isso dificulta um pouco a relação[...] Eu era meio otário! Sempre fui meio otário, não sei jogar bola, soltar pipa...[...]Porque na favela tem a questão do respeito, o cara que bate uma bola é respeitado[...]”<sup>5</sup>*

*Ó, cara, se eu falar pro cê que as pessoas sabiam o que tava acontecendo, nem eu sabia! Ninguém tava nem aí também... Tipo: só achavam engraçado o cara ficar lendo, em vez de sair prá soltar pipa, tá ligado?[...]pensavam às vezes até que eu tinha problema. Falavam: “Nossa, o moleque não sai, o moleque fica em casa”, tá ligado?[...]E aí depois até... teve uns comentários, saiu briga na rua por causa disso aí. O pessoal falava: “O filho do Raimundo ou vai ficar doido lendo ou é meio viado...!”<sup>6</sup>*

No caso dos escritores e associações de negros, trata-se de uma *minoria de produção cultural* em meio a uma minoria politicamente reivindicativa. A vivência precária de seus jornais, a marginalidade sistêmica de sua produção literária são vistos de seu surgimento na primeira década do século XX até quase a última. Não sendo a Literatura um elemento acessório, as condições sociais de produção da mesma são extremamente inóspitas. Desta forma, a pergunta “Como é/foi possível isso?” é mais interessante do “Por que ele escreve(u) isso?” A busca por respeito e por um espaço – dentro até mesmo de seus grupos de origem e público visado – é uma conquista longa. Releiam-se, por exemplo, aspectos do debate entre poetas e ficcionistas negros na década de 1980, apresentados na parte final do capítulo anterior, especialmente a fala do escritor Márcio Barbosa.

\*\*\*

Vale recordar, contudo, que menos de três décadas posteriores à assinatura da lei revocatória da condição de escravo-coisa, como já visto, aparece uma *Imprensa Negra* em São Paulo, com uma

<sup>4</sup>Em diferentes momentos de seu *Quarto de Despejo*, a autora defende a sua atividade de escrever, como um contraponto ao ambiente da favela. A título de exemplo, vejam-se: 22/07/1955:“... *Eu gosto de ficar dentro de casa, com as portas fechadas. Não gosto de ficar nas esquinas conversando. Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo!*[...]”; ou em 24/07/1955: “... *Sentei ao sol para escrever. A filha da Sílvia, uma menina de seis anos, passava e dizia: - Está escrevendo, negra fídida!*[...] *A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam.*” Cf. JESUS, Carolina M. *Quarto de Despejo*, Op. Cit. pp. 26 e 28, respectivamente. Grifos meus.

<sup>5</sup>LINS, Paulo. “Sem medo de ser”, *Caros Amigos*, São Paulo, ano VIII, n. 74, maio, 2003. Colchetes meus.

<sup>6</sup>Entrevista concedida por Ferréz a Mário Augusto Medeiros da Silva, em 16/05/2007, em São Paulo.

literatura escrita por negros, ainda incipiente. Essa alcança aos poucos uma agudização crítica, através da linguagem como expressão de juízo, atrelada aos processos sociais e a socialização da vida, experienciados pelos negros do estado de São Paulo.

*A Literatura não era um caminho óbvio para esses grupos.* Nada indicava, que numa época em que o ensino público não era obrigatório, universal e gratuito e a massa de (semi)analfabetos era alta, seria por meio de veículo escrito que algumas ideias circulariam e operariam na nova ordem social. Já se atentou aqui para o caráter endógeno e marginal da Imprensa e Literatura Negras. Não cabe buscar exaustivamente as causas objetivas que levaram indivíduos isolados a escrever – que podem ser muitas e nenhuma explicativa do problema enfocado – mas sim observá-las enquanto projeto coletivo. Se os motivos não são puramente estéticos, ao menos são louváveis, dada a dificuldade da empreitada (que ainda nos dias correntes é de enorme monta). A partir do *Como é/foi possível?* vale questionar, mais adiante:

1)O que está sendo escrito tem que grau de ressonância no grupo social?; 2)Forma ou afasta um público ideal e almejado?; 3) É capaz de tornar o seu particular, universal? 4) É capaz de ir além de seu grupo?; 5) Quem é o escritor ou grupo de escritores capaz de elaborar a síntese do processo social no mundo ficcional?; 6) Qual o seu projeto? Como faz/ fez para efetivá-lo?; 7)Construir uma narrativa capaz de conferir inteligibilidade ao processo social ainda é possível?

Entre outras perguntas cruciais, que serão feitas ao longo desta tese, e que só fazem sentido se se pensar o ato criativo literário, encerrado no mundo ficcional, com certas intenções e com algumas ressonância socialmente significativa.

Em suma, o que preocupa agora são as condições sociais de produção de uma literatura negra e periférica. Essas condições são formadas histórica e socialmente, pelas possibilidades objetivas e subjetivas da criação do escritor e seu grupo social, da emergência de ideias e pensamentos; das relações com o público e o mercado editorial, bem como com a recepção criada às ideias e literaturas em questão. As relações com os processos sociais nos quais aquelas condições estão inseridas são fatores que igualmente não podem ser desprezados.

\*\*\*

Esse preâmbulo tenciona também chamar atenção para a íntima relação que a Literatura Negra e Periférica assumem com os processos sociais vividos pelo negro e periférico historicamente. Entre os anos 1940 e 1960, isso não passou despercebido por uma vertente sociológica que se ocupou do problema do atraso e da mudança social no Brasil, tomando São Paulo como unidade empírica de

pesquisa e o grupo negro como sujeito social privilegiado. Todavia, existe uma história anterior às pesquisas, que pode explicar a *colaboração decisiva das associações negras com os cientistas sociais*, entre os anos 1940 e 60, revelando também um encontro providencial de objetivos, dilemas e questões, onde a Literatura desempenhará papel importante e pouco conhecido. É necessário, então, um esforço inicial de compreensão da História à partir do sujeito social, em particular o da *baixa mão* ou *subalterno*. Para falar com Florestan Fernandes, ver “[...] *como o Povo emerge na história.*”<sup>7</sup>. Qual o seu papel? Que lugar ocupam as representações a seu respeito, formuladas interna e externamente, dentro e fora do grupo social? Que fez com essas representações, como as operou política e culturalmente? É sobre isso que se dissertará deste ponto em diante.

### *Sociologia como Caixa de Pandora*

Embora ocupe papel central enquanto irresoluta, a discussão das relações sociais racializadas é algo que se apresenta marginalmente, em momentos históricos facilmente discerníveis. O paradoxo está no aparecimento bastante pontual da questão e a recorrência dos argumentos: quando não é um caso de polícia, encontra-se no silêncio; quando não está relegada ao ocaso, afirma-se o seu perigo e potencialidade na *divisão da nação*; quando não é temerária, dormita num equilíbrio tenso das contradições da cultura brasileira, entre alguns de seus produtores e suas condições de vida etc. (ex: a maravilhosa capacidade de criar sambas do negro favelado). Ou quando sua discussão acontece de maneira sistemática, ela é abruptamente interrompida por questões extra-científicas, como um golpe de estado, levando muito tempo para retornar de forma privilegiada na sociedade, nos movimentos sociais e nos meios universitários.

Entretanto, não cansam de aparecer vozes afirmando que problema não há; e, se existir, é invenção, quiçá de sociólogos. A título de nota: recentemente, o poeta Ferreira Gullar, colunista do jornal *Folha de São Paulo*, aventou essa possibilidade em seu artigo “Somos Todos Irmãos”, quando do lançamento do livro do diretor de jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel, pela editora Nova Fronteira – *Não Somos Racistas: Uma reação aos que querem nos tornar uma nação bicolor*. O articulista afirmou que:

*Participo da preocupação de que se provoque o surgimento do ódio racial no Brasil. Esse ódio, felizmente, não existe, muito embora ainda não estejamos livres do preconceito racial, que existe e deve ser rechaçado, onde e quando se manifeste, conforme, aliás, prevê a legislação brasileira.*

---

<sup>7</sup> FERNANDES, Florestan. “Nota Explicativa (1964)”, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes (o legado da raça branca)*, vol. I, 3<sup>a</sup> ed., São Paulo: Ática, 1978, p. 09. Grifos meus.

[...]Abordo esse problema em razão do livro "Não Somos Racistas", que Ali Kamel acaba de publicar, onde o examina com seriedade e lucidez. O assunto, evidentemente delicado e polêmico, exige ser tratado com isenção, o que o autor, no meu entender, consegue. Lendo-o, deduzi que ninguém, no Brasil, está pregando abertamente o conflito racial. *Não obstante, a defesa de certas teses sociológicas, surgidas na década de 1950 e que visavam desfazer o "mito da democracia racial brasileira", lançaram as sementes desse possível conflito. Os defensores daquelas teses afirmavam que a referida "democracia racial" fora inventada para encobrir o racismo, que seria a verdadeira causa da desigualdade social entre negros e brancos. Tal desigualdade não podia ser explicada, afirmam eles, apenas pela pobreza dos negros e pardos, pois tinham um fundo racial.* Esse racismo, segundo eles, por ser disfarçado, seria pior que o dos brancos norte-americanos.[...]Já ouvi afirmações semelhantes e, em resposta, lembrei que a luta dos negros norte-americanos, durante os anos 60 e 70, que obteve importantes vitórias contra o racismo, na verdade, o que conseguiu foi eliminar discriminações que os negros brasileiros desconheciam, como não poder freqüentar os mesmos restaurantes que os brancos, não poder usar os mesmos banheiros nem estudar nos mesmos colégios. [...]E sabem por que o racismo disfarçado, segundo eles, é pior? *Porque impede o negro de lutar por seus direitos. Mas, se o que importa são os direitos e os negros brasileiros já gozavam de mais direitos que os seus irmãos norte-americanos, custa aceitar que o racismo daqui fosse pior que o de lá. Torna-se então evidente que o objetivo daquelas teses era provocar o conflito entre negros e brancos, sob a alegação de que é o preconceito racial que impede a ascensão social dos negros, e não a pobreza. Logo, o inimigo do negro é o branco. Conforme demonstra Ali Kamel, essas teses fizeram a cabeça de muita gente, contribuindo para que o nosso ideal de nação miscigenada e tolerante vá sendo substituído por uma suposta nação bicolor, na qual os brancos oprimem os negros.* [...] Para comprovar que os brancos brasileiros oprimem os negros, usa-se o exemplo de que negros e pardos ganham a metade do salário dos brancos, ainda que tenham o mesmo nível educacional. *Ali Kamel argumenta, porém, que ter o mesmo diploma não significa ter o mesmo nível de conhecimento nem o mesmo preparo; se os brancos estudaram em colégios bons e os negros em colégios péssimos -e é o que acontece- aqueles estarão mais aptos a exercer determinadas funções[...]*A conclusão certa é que ganha mais quem estuda mais. Eis por que a solução para o problema da desigualdade social é precisamente a educação, isto é, oferecer aos brasileiros pobres, sejam negros, mulatos ou brancos, ensino de qualidade[...]<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>GULLAR, Ferreira. "Somos Todos Irmãos", *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 17/09/2006. Grifos meus. O lançamento do livro de Kamel e a discussão se dão em meio ao debate sobre políticas de ações afirmativas, especialmente a cotas no ensino superior para negros e descendentes. Kamel, Gullar entre outros intelectuais – notadamente cientistas sociais – se colocam em oposição àquelas políticas, lançando manifestos a respeito, livros e promovendo debates públicos. Os favoráveis às cotas têm respondido nos mesmos espaços.

O que aparece ser uma questão contemporânea, tem origem bem mais antiga, com argumentos semelhantes e mais sofisticados. Retorne-se, destarte, ao contexto inicial dos anos 1950, aventado pelo artigo acima. Em 1947, por exemplo, também o problema parecia estar resolvido, haja vista que para alguns cientistas sociais ou ao senso comum, a contribuição dos negros em certos aspectos da formação da sociedade brasileira, quando podia ser valorizada, restringia-se à malemolência da língua, à plasticidade e fleuma nas relações sociais, ao rico aparato cultural, entendido como um complexo culinário, musical e rítmico etc. Todos os aspectos são não-operativos politicamente e não dão conta de explicar, apesar da aparente inclusão, a persistência do preconceito social e dos estereótipos negativos que grassavam na nova ordem. Todavia, reconhecer positivamente aqueles elementos, como aparece no livro de Gilberto Freyre, publicado na década anterior, *Casa Grande & Senzala* [1933], é um avanço tremendo, face a trabalhos anteriores nos anos 1920 e 30 ou a discursos oficiais do Estado sobre a desapareição do negro da sociedade brasileira<sup>9</sup>.

Mil novecentos e quarenta e sete é um ano decisivo para este estudo porque em 16 de abril, Paulo Duarte publicou no jornal *O Estado de São Paulo* o artigo intitulado “Negros do Brasil” que, entre outras coisas, afirmava o seguinte:

*Começa a surgir no Brasil, com todo horror que o caso encerra, um problema que, por não existir, era o capítulo mais humano talvez da nossa história social: o problema do negro. O curioso porém é que aparece agora não criado ou agravado pelo branco, mas por uma prevenção agressiva que se estabelece da parte do negro contra o branco. É mais um legítimo fruto podre entre tantos com que nos aquinhoou a ditadura.[...] De uma maneira geral, o negro no Brasil nunca chegou a receber sequer a instrução primária.[...] Por esse motivo e mais ainda pela vida miserável que sempre levou, minado, como todas as classes desprotegidas, pelas endemias patológicas ou sociais, como o alcool, a miséria e a fome, a sífilis e a tuberculose, o negro brasileiro nunca chegou a libertar completamente os recalques da escravatura, comunicados, de geração em geração, não biologicamente, está claro, mas sociologicamente, isto é, pela transmissão oral ou escrita robustecida por um ou outro caso isolado[...] a confirmar a legenda de ódio deixada através de uma tradição, em parte falsa, da crueldade dos feitores, dos horrores da senzala e dos castigos aos escravos[...] O Estado Novo, porém, destruiu a disciplina social.[...] Postos ao chão os instrumentos da ditadura, esse tóxico não está e muito tempo levará ainda para ser eliminado. Nessas condições o que, com o restabelecimento do regime legal, essas massas adquiriram não foi a liberdade, foi a licença. Porque desapareceu a polícia política que reprimia a manifestação do pensamento, mas o atraso perdura, sem a polícia administrativa, agora anulada ou desorganizada, para cobrir as*

<sup>9</sup>Cf. AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites*, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987; SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo: Cia das Letras, 1993.

*manifestações da falta de educação que aparece em tudo[...] Ora, as consequências dessa situação de verdadeira delinquência social teriam que atingir evidentemente as classes mais miseráveis. E, destas, a mais miserável entre nós, a mais desprotegida e abandonada mesmo pela sua posição marginal, é aquela constituída pela gente de cor[...] Não possuímos, evidentemente, o preconceito "social", que inferniza a vida do negro dos Estados Unidos, mas possuímos ainda, embora muito atenuado, o preconceito "pessoal" que inferniza a vida, senão de todos, mas de muitos negros brasileiros, pelo menos do negro educado, que constitui entre nós uma minoria ínfima.[...] Essa inclinação, nota-se há muito, mesmo antes da ditadura, mas isso que era apenas embrião de sentimento, há dez ou quinze anos, tendência fácil de destruir-se, hoje, mercê da calamidade que se abateu sobre o Brasil, em 1937, cristaliza-se rapidamente num verdadeiro e gravíssimo problema social.[...] No Brasil está acontecendo o contrário [dos Estados Unidos]: o negro aparenta o desejo de separar-se do branco. Já na revolução de 1932, fizeram eles questão de um batalhão negro; nas suas sociedades negras só excepcionalmente pode entrar um branco e é comum a gente estar ouvindo organizações artificiais e sem a menor justificativa, como frentes negras, legiões negras etc.[...]*

A ditadura Vargas, para o paulista Duarte, era a responsável por toda a desordem social, especialmente aquela que – nas suas palavras – fizera surgir as principais associações negras em São Paulo, entre o fim dos anos 1920 e 1937. Ele cria um falso mito de origem, uma vez que aquelas associações surgiram à parte do regime, antes da Revolução de 30, lutando contra ele em 1932, inclusive. O destacamento da Legião Negra, do qual se tratará sucintamente adiante, surge como um exemplo disso. O articulista prossegue, no entanto:

*[...]Mas tudo isso foi tomando corpo, para hoje se transformar em quase repulsa do negro contra o branco. Nos Estados Unidos são os brancos que lincham os negros, aqui o que se começa a ver é o negro agredir o branco, sem o menor motivo, levado apenas pelo ódio de um preconceito que principia a criar raízes também negras.[...] Mas não só o desleixo criminoso e incompetente e a inconsciência da ditadura as causas do surgimento em nosso país desse aspecto odioso da vida social que vai desaparecendo paulatinamente de nosso meio. Contribuiu para isso também essa pequena sociologia do nordeste que procura impor como verdade científica, o romantismo mestiço de que o tipo característico do brasileiro é o mulato.[...] Isso ficaria muito bem não na boca dos homens cultos, mas na cabeça dos ignorantes, ou no devaneio de alguns poetas sentimentais ou doentios, ou na de observadores superficiais, mas despidos de qualquer tintura científica.[...] Hoje, alguns romancistas que passaram a girar em torno da sociologia do sr. Gilberto Freire, agradável pela leveza, muitas vezes real, mas em muitos pontos colorida de fantasia, pretendem impor um tipo brasileiro negro ou mulato como o único legítimo tipo brasileiro. Algumas das conclusões do sr.*

Gilberto Freire não puderam vestir-se da imparcialidade absoluta, da objetividade a mais pura que deve presidir à estrutura de qualquer conclusão sociológica.[...]¹⁰

Com o anúncio de que “*O assunto estende-se ainda, voltaremos a ele amanhã*”¹¹, Duarte encerra a primeira parte de seu artigo. O autor, um antigo colaborador do jornal e arquiinimigo de Getúlio Vargas, tece considerações que mesclam a negação de uma questão racial brasileira autêntica, aliada ao quase, no seu artigo, inexplicável surgimento de um preconceito (pessoal e não social, nos seus termos). Elabora, em vários momentos, uma comparação esquemática dos resquícios da escravidão e da socialização da vida nos EUA, para demonstrar que, no Brasil, o grupo negro não teria de quê reclamar; tampouco para quê se associar coletivamente, formando uma espécie de *classe perigosa e delinqüente*. Por fim, atribui a Gilberto Freyre, o *pequeno sociólogo do nordeste*, e seus companheiros escritores algo que eles não faziam ou não tiveram a intenção de fazer.

É importante que neste ponto esteja clara a aproximação do problema em 1947 e 2006. Quase sessenta anos antes, as teses da mestiçagem e do contributo do grupo negro para a sociedade brasileira eram algo incômodas. Freyre não era uma unanimidade e ainda tinha de se opôr a argumentos racistas. Nos dias atuais, a mestiçagem e o culturalismo são teses fortes, tendo perdido fôlego as discussões sobre o patrimonialismo e a mudança social – com enfoque no negro e no racismo –, empreendidas pelos *sociólogos dos anos 50* – apenas para usar a expressão capciosa de Gullar. Essa inversão argumentativa é chamativa porque, tanto num viés quanto noutra, o ponto central é a inautenticidade do problema racial no Brasil, causado por *fontes externas à nossa realidade*. Outras questões secundárias e entrelaçadoras de Duarte e Gullar são a defesa do argumento da educação (no primeiro, enquanto norma e disciplina; no segundo, enquanto forma social da desigualdade; em ambos enquanto *ausência*, capaz de gerar problemas) e de uma experiência social mais branda, vivida no Brasil. As conseqüências argumentativas não tardam a aparecer.

Sessenta anos antes, no dia seguinte, 17/04/1947, Duarte retomou sua virulência contra a ascensão das “*massas*” e “*hordas negras*”, mesclando novamente aquilo que poderia ser traço do Estado Novo (1937-1945), com a “*imaginação deturpada*” da sociologia de Freyre, aliada à ignorância daquelas massas, cuja instrução se dava, nos seus termos, pelo então *livro dos analfabetos*: o rádio. Todavia, no segundo artigo, o autor foca o problema no grupo negro. Ou melhor: nos prognósticos positivos, com dados científicos e apoiados numa certa *opção brasileira*, da desapareição do negro, de sua importância relativa na formação nacional e na *dúvida sobre a formação de um tipo nacional*

---

¹⁰DUARTE, Paulo. “Negros do Brasil”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16/04/ 1947, p. 05. Grifos meus.

¹¹*Idem, Ibidem.*

*ligado ao mestiço mulato, em detrimento de um mediterrâneo ibérico.* Na sua visão, longamente exposta:

Falávamos pois do equívoco de Gilberto Freire que, firmado em observações realizadas em documentos sociológicos do Nordeste, tirava a conclusão de que o tipo, o verdadeiro e único tipo brasileiro era o mestiço, ou melhor o mulato[...]Discordando dessas conclusões, íamos a pique de negar mesmo a possibilidade de estabelecer-se nos tempos atuais um tipo padrão que pudesse ser cientificamente aceito como o mais representativo do homem do Brasil[...] Quanto ao negro[...] Parcela étnica com maior importância em alguns pontos do norte, vem diminuindo de intensidade para o sul, rareando gradualmente, quanto mais se caminha nessa direção, até desaparecer por completo nos Estados meridionais do Brasil.[...] *Na realidade o tipo antropológico brasileiro não existe e, se se quisesse impor algum como o único legítimo, esse não seria de forma alguma nem o mulato nem o curiboca, seria o tipo moreno, o tipo ibérico, mais chegado ao Mediterrâneo europeu do que à Ásia ou à África.*[...] Além disso, o tipo mulato, como o mais representativo brasileiro, não é verdadeiro nem para o nordeste[...] o tipo nortista ou nordestino aproxima-se na verdade muito mais do índio do que do negro; a cor da pele, a braquicefalia, a forma do cabelo, e dos olhos, saliência dos pornulos, lembram mais o asiático do que o africano.[...]<sup>12</sup>

O ataque a Freyre, numa disputa simbólica e política no âmbito da identidade nacional, sob argumentos questionáveis de um certo tipo de Antropologia Física (Duarte a estudou na França, em seu exílio no período Vargas, e se especializou em Pré-História com o fundador do *Musée de l'Homme de Paris*), esconde argumentos que, no limite, questionam como o país (melhor dizendo: as classes dirigentes) quer ser visto, significando *vincular-se a uma certa tradição* e a traços que, *com certo esforço teórico*, levariam ao progresso e à civilização, e não ao atraso e à barbárie. *A tipologia do brasileiro não é questão biológica; trata-se de debate sócio-político, de um futuro em aberto, de um devir histórico.*

A virulência do ataque ao autor de *Casa Grande & Senzala* pode ser justificada, restringindo-se aos motivos científicos, por aquele ter iniciado um dos mais famosos capítulos desse livro da seguinte maneira, colocando em xeque justamente o que Duarte postula em seus artigos:

Todo brasileiro, mesmo alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano<sup>13</sup>

<sup>12</sup>DUARTE, Paulo. “Negros do Brasil”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17/04/ 1947, p. 05.

<sup>13</sup>FREYRE, Gilberto. “O Escravo Negro na vida sexual e de família do brasileiro”, *Casa Grande & Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, 43<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Record, 2001, p.343.

Entre outros argumentos cruciais, Freyre desenvolve uma tese importantíssima neste capítulo: a de que o escravo africano, no Brasil, teria operado como elemento colonizador do país, redundando como sujeito civilizatório<sup>14</sup> – por vezes com papel mais importante que os indígenas ou mesmo os portugueses. Em diferentes momentos o autor é incisivo nessa direção. Um deles aparece assim formulado:

Os escravos vindos da áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre da colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda.<sup>15</sup>

É uma inversão simbólico-política considerável a que o autor realiza, mesmo que as conseqüências ou suas intenções possam ser questionadas (exemplo: a tese sobre o patriarcalismo na formação da sociedade; os elementos culturais não-operativos politicamente que seriam a influência negra; a escolha do escravo de origem muçulmana como exemplo avançado da cultura africana etc., os antagonismos sociais em equilíbrio<sup>16</sup>) e sustentem a tese da democracia racial, sua argumentação leva a concluir sobre o papel inescapável que o negro africano jogou na construção nacional. Vertebrou-a, deixando marcas determinantes; ou, quando residuais, irredutíveis. Qualquer devir histórico do país, então, está em íntima ligação com um passado insuperável, que possui inclusive uma natureza orgânica, constitutiva de um povo. Sua negação consistiria numa espécie de suicídio identitário. Explica-se, então, o ataque do articulista paulista. Quase 400 anos de escravidão e a constituição de uma das maiores nações negras fora do Continente Africano sub-saariano teriam, na visão de Duarte, deixado *marcas mínimas*, fáceis de superar, caso *a opção brasileira* fosse levada adiante e confirmada historicamente<sup>17</sup>. O autor continua:

---

<sup>14</sup>“Porque nada mais anticientífico que falar-se da inferioridade do negro africano em relação ao ameríndio sem discriminar-se antes que ameríndio; sem distinguir-se que negro[...]Por todos esses traços de cultura material e moral revelaram-se os escravos negros, dos estoques mais adiantados, em condições de concorrer melhor que os índios à formação econômica e social do Brasil. Às vezes melhor que os portugueses.”. E ainda: “[...] Uma vez no Brasil, os negros tornaram-se, em certo sentido, verdadeiros donos da terra: dominaram a cozinha. Conservaram em grande parte sua dieta.” Cf. FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 346 e 349, respectivamente.

<sup>15</sup>*Idem, ibidem*, p. 364.

<sup>16</sup>“*Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro.*” FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 390. Grifos meus. Noutro ponto o autor afirma: “Vê-se quanto foi prudente e sensata a política social seguida no Brasil com relação ao escravo. A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro; e nunca mais uma intransponível ou dura barreira.” (p. 410).

<sup>17</sup>Esse tipo de discussão sobre a tipologia e o devir social brasileiro já era debate antigo e freqüente entre as elites brasileiras. Os estudos de Célia Marinho de Azevedo e Lília Schwarcz demonstraram isso com acuidade, ao final dos anos 1980.

Uma coisa porém existe e existirá com absoluta nitidez: a deliberação marcada pelo *consenso unânime dos brasileiros lúcidos: o Brasil quer ser um país branco e não um país negro*.[...] O que prevalece é a decisão brasileira de ser um país branco e mais nada. E este propósito, sólido, inabalável, existe, é a realidade. *Ora, assim sendo, há duas maneiras, para os países brancos, que receberam um contingente grande de negros, de conservarem-se brancos. Ou têm que adotar o método cruel e desumano, sociologicamente mais perigoso, da segregação completa dos negros, meio escolhido pelos Estados Unidos ou o método, embora mais lento, preferido pelos latinos, em geral, mais humano, mais inteligente, embora moralmente mais perigoso durante o período de transição, isto é, a fase mais ou menos prolongada, da eliminação do elemento negro pela miscigenação*.[...] *Nós escolhemos o segundo, sem nunca, entretanto, perder de vista que queremos ser um país branco*[...] *O branco é que vai absorver o negro e não o negro, que, no futuro, tenha que prevalecer sobre o branco*.[...] É decisão expressa de um país em pleno processo de evolução e desenvolvimento, propósito coletivo que a investigação e os documentos sociológicos permitem hoje seja afirmado com certeza absoluta.[...]¹⁸

Se Duarte, como os pensadores eugenistas do século XIX tivesse escrito que o elemento negro é uma raça inferior, sendo necessária sua erradicação para a construção de uma civilização ordenada e digna do nome, teria sido muito mais claro e distinto¹⁹. No entanto, ele não poderia ser. Isso entraria em franca contradição, talvez, com o homem combatente da ditadura Vargas, exilado no exterior, fundador da Universidade de São Paulo, entusiasta da Semana de Arte Moderna de 1922, criador do Instituto de Pré-história e Oceanografia de São Paulo, articulista de um jornal renomado (e que se engajara na Campanha Abolicionista), criador da revista de cultura *Anhembi*; enfim, um homem cultivado²⁰, formado em Direito no Largo São Francisco, versado nas Ciências Sociais – a expressão científica da modernidade – e nas Artes. Seus argumentos precisam, portanto, ser necessariamente mais sofisticados que os racistas e racialistas vulgares. Nas entrelinhas, a tese da *opção brasileira*, coloca um problema crucial das elites acerca de *Que país queremos? Opta e quer*, todavia, quem pôde historicamente mandar e, naquele momento, não eram os negros que podiam, embora tentassem opinar mais amplamente sobre sua situação. E quando é necessário ser mais explícito, abrindo-se mão da sofisticação, sai de cena o intelectual combatente e polemista, engajado no moderno. Aparece, então, o cidadão preocupado, o cronista consciente da cidade:

¹⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁹ O autor, entretanto, faz questão de diferenciar-se: “*Não vai nisso [na absorção do negro pelo branco] nenhum desprezo pelo negro, nem desprezo coletivo da parte da maioria branca, do povo brasileiro, nem pessoal do alinhavador destas linhas*”. Cf. *Idem, Ibidem.*

²⁰ Para aspectos biográficos de Duarte, ver: MENDES, Erasmo Garcia. “Paulo Duarte” In: *Revista de Estudos Avançados da USP*, São Paulo, 8 (22), 1994, pp. 189-193. E também a descrição técnica de seu acervo vendido à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sediado no Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE), do IEL (Instituto de Estudos da Linguagem)

Ora, aquele lirismo sociológico [de Gilberto Freyre] aliado à quebra de disciplina social permitindo a confusão e *o fermento que se nota hoje entre as classes menos esclarecidas, levou ao negro analfabeto a convicção de que ele é o verdadeiro brasileiro, o "brasileiro legítimo", para empregar uma expressão que vive na boca dessa pobre gente obscurecida mais pela ignorância do que pela cor da pele*[...] Deposto o ditador, a palavra liberdade envolveu as massas como uma atmosfera dentro da qual tudo pudesse ser feito, sem o menor freio ou restrição.[...] Os comícios de todas as noites na praça do Patriarca e as concentrações também à noite de negros agressivos ou embriagados na rua Direita e na praça da Sé, os botequins do centro onde os negros se embriagam, já estão provocando protestos, justíssimos protestos, até pela imprensa, pois não é possível uma cidade como São Paulo ficar à mercê de hordas grosseiras e malcriadas[...] para vergonha nossa na parte mais central da civilizada capital do Estado que se tem pelo mais culto do Brasil.<sup>21</sup>

O autor não poupa ao interlocutor advertências sobre o que pode ou deveria acontecer, em razão desse comportamento do negro, do *novo negro da nova ordem social*:

[...]ante a imutável indiferença do poder público, veremos, fatalmente, após um incidente mais grave, a organização de grupos punitivos que em si levarão, como acontece todas as vezes em que se procura fazer justiça pelas próprias mãos, as violências e as lamentáveis consequências de acontecimentos dessa espécie. *Foi assim que surgiu nos Estados Unidos essa sociedade que se chama Klu-Klux-Klan, que é hoje uma vergonha para um país civilizado, mas nasceu e nasceu imposta pela necessidade dos brancos se defenderem ante os excessos da população negra desenfreada*[...] A mudança que se tem operado entre nós é um indício terrível. Desapareceu, pelos menos das cidades, aquele tipo tradicional de negro bom. *Cada um de nós da geração de antes da primeira guerra, guarda na lembrança a memória agradável das velhas empregadas negras tidas como pessoas da família e que, com o mesmo carinho, a mesma amizade e dedicação, substituíram as mucamas, do tempo da escravatura que os nossos pais viram e nós conhecemos. Hoje isso desapareceu. As empregadas de servir, em geral, e as de cor em particular, são ingratas, descabidamente exigentes, vadias, pouco asseadas, grosseiras e agressivas. E quase sempre os negros são piores do que os brancos*.[...] Oxalá não sejam as terríveis consequências das tragédias já desencadeadas os únicos argumentos capazes de convencer o país da necessidade de uma ação enérgica e imediata. *Por enquanto a solução do problema se reduz apenas a um pouco de polícia, um pouco de compreensão e um pouco de educação*. [...] Muito mais agradável continuar-se a usar essa expressão natural: negros do Brasil do que quando a eles por qualquer motivo alguém se referir ter à boca essa outra expressão que já vai ficando mais frequente do que devia: a negra.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup>DUARTE, Paulo. "Negros do Brasil", *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17/04/ 1947, p. 05. Grifos são meus.

<sup>22</sup>*Idem*, *Ibidem*. Grifos meus.

O articulista defende, portanto, um lugar social destinado ao negro, que possuía relação direta com seu passado recente do sistema escravista. O negro como cidadão não é – e se a miscigenação fosse pensada numa técnica socialmente triunfante para desaparecimento desse grupo tal qual o autor defendeu – e jamais seria um igual. O negro organizado ou reivindicando a igualdade em termos de cidadania é um sujeito fora de lugar em relação ao branco, imaginado pela elites desde o século XIX e condensado nesses pequenos artigos polêmicos publicados em *O Estado de São Paulo*. No debate contemporâneo, opera-se algo semelhante. Há um diferencial, no entanto: do retorno dos argumentos biológicos – já superados pela Antropologia Social e Sociologia – sobre a inexistência das raças (o que é correto), para redundar na inexistência do racismo ou das relações sociais racializadas.

Detive-me mais longamente nesses textos de Duarte – embora eles sejam já muito conhecidos dos estudiosos do Pensamento Social e dos Estudos Raciais – para se ter alguma medida do impacto, menos notório, que eles provocaram no meio negro paulista organizado de então. Nos dias seguintes à publicação, infelizmente, não há registro de resposta direcionada aos textos de Paulo Duarte pelos leitores de *O Estado de São Paulo*.

Entre alguns leitores negros organizados, no entanto, elaborou-se contra-argumento, que veio a público em maio de 1947, no jornal *Alvorada*. O artigo se intitulava “O Esgar do Sr. Paulo Duarte”, escrito por José Correia Leite, militante histórico da Imprensa Negra Paulista. De acordo com o depoimento de Leite ao escritor Cuti [Luiz Silva], o *Alvorada* era um jornal ligado à Associação dos Negros Brasileiros, entidade fundada por ele, Fernando Góes, Raul Joviano do Amaral (do antigo grupo do jornal *Clarim D’Alvorada*) e Francisco Lucrécio, Roque dos Santos, entre outros (ligados à antiga *Frente Negra Brasileira*). Uniam-se, portanto, grupos antagônicos para fundar uma associação e um jornal que retomasse “[...] o que ficou estacionado durante o Estado Novo. Depois de lançado o manifesto, houve uma certa dispersão[...] não tínhamos meios para alugar uma sede, então ficamos agregados a uma entidade situada à Rua Formosa[...] chamava-se Associação José do Patrocínio[...] E saiu o primeiro número do Alvorada[...]”<sup>23</sup>

A reorganização da Imprensa Negra, já apontada por Miriam Ferrara, no período pós-guerra e no interregno democrático (1945-1963), se dá ainda num ambiente de precariedade de produção, consumo e distribuição. Sobre isso, Correia Leite fala especificamente da associação a que estava

---

<sup>23</sup>LEITE, José C. & CUTI. ...*E disse o velho militante José Correia Leite*, São Paulo: Secretaria Estadual de Cultura, 1992, pp. 142-144.

vinculada o jornal *Alvorada*, que fechariam em 1948<sup>24</sup>. Mesmo assim, o artigo assinado em resposta a Paulo Duarte dizia o seguinte, naqueles que são seus excertos decisivos:

*Se formos ligar a sorte do nosso destino com as advertências esporádicas que atualmente aparecem por aí na gangorra das concepções sociológicas, em relação à vida do negro brasileiro, verifica-se que estamos numa encruzilhada. Isto quer dizer que estamos atingindo, matematicamente, o ponto culminante de uma questão debatida e até aqui negada.[...] São resultados de fases e transições onde aparecem, com toda a sua agudeza, a materialidade dos erros e, sobretudo, da má vontade, sempre praticada por todos os senhores de escravos do Brasil, pela dissídia notória e o injusto desamparo que foi dado aos negros.[...] Essa má vontade, com alguma exceções, evidentemente não desapareceu dos quadros da nossa vida política, nem mesmo com a evolução dos tempos. Ela, portanto, tinha que crescer e cresceu, como crescem os tumores, no decorrer destes últimos 50 anos. [...] No mesmo instante em que o “Jornal de Notícias” profligava, entusiasticamente, as considerações absurdas de um certo teólogo paranóico que inculca os negros como “fruto da depravação do homem”, eis que somos surpreendidos pelo jornal “O Estado de São Paulo”, que estampou dois longos artigos assinados pelo Sr. Paulo Duarte.[...] Apavorado e lúgubre, tresandando a miasma do escravagismo, como um senhor antigo na casa grande, adverte o povo desta nação mestiça contra o fantasma de uma imaginação retrógrada. [...] O Sr. Paulo Duarte veio do exílio com ranços de arianismo. Não conhece mais o seu Brasil mestiço. Responsabiliza o “Estado Novo” pelo desrespeito(?) que o negro vem demonstrando contra os brancos. E esquece que a mística desse regime afetou, desde os mais altos de toda a nossa cultura, quanto mais os da raça semi-analfabeta. Esquece-se também que, logo após o 13 de maio de 88, armavam-se os negros, os mestiços, para toda espécie de arruaças; haja vista as famosas “guardas negras”. Aqui, até 1930, não havia político beócio – e quase todos o eram – que não tivesse um negro de guarda-costas. Quem distribuía cachaça aos negros nas eleições, a fim de que se verificassem distúrbios? Sabe muito bem o articulista do “Estado” que eram os supostos brancos[...]* E, assim, as cousas se processavam até que a mística do “Estado Novo” colheu os negros e os brasileiros em geral, com todas a mazelas da politicalha, em suas malhas.[...] *Ora, os artigos de “O Estado de São Paulo” dos dias 16 e 17 do mês findo, não se fundam no juiz da nossa realidade. São capciosos e longos demais para tantas injustiças contra uma raça que tantas provas de afetividade tem dado aos brancos do Brasil.[...] Não é justo, e sobretudo, não é verdade o que o Sr. Paulo Duarte afirma: primeiro, que existe uma hostilidade dos negros para com os brancos; segundo, os negros é que não querem se aproximar dos brancos. Não é possível uma aproximação de baixo para cima... E o sociólogo que o ardoroso articulista quer ser, depois que voltou de Paris, deveria saber disso... [...]*

<sup>24</sup>“Continuamos na Associação para ver se conseguíamos recuperar o passado, mas estava difícil. Os negros estavam mesmo insensíveis, a mentalidade era outra. No tempo do Estado Novo, o movimento ficou paralisado e foi formada uma outra mentalidade. Ninguém estava mais a fim de participar desse tipo de associação.” (p. 148, grifos meus)

*Façam os brancos do Brasil, embora tardiamente, um movimento sadio de salvação e valorização do negro – sem qualquer exploração de manobras eleitorais – e verão como a consciência do negro é muito outra do que este esgar de ódio e menosprezo do sr. Paulo Duarte*<sup>25</sup>

O texto de Correia Leite apresenta dois momentos distintos, nos trechos grifados. Depois de intitular seu artigo chamando as considerações de Duarte de um gesto de escárnio sobre os negros brasileiros, o autor inicia um contra-ataque às acusações, retomando e interpretando aquela história recente do ponto de vista que lhe parecia mais acertado: o do negro, seu grupo social. Chama atenção a expressão inicial de *gangorra das concepções sociológicas*. Do depoimento concedido para a confecção do livro de Luiz Silva é sabido o apreço que Correia Leite tinha por Arthur Ramos, Roger Bastide e Florestan Fernandes, mas não por Nina Rodrigues ou Gilberto Freyre. Ele e outros membros de algumas associações negras estavam a par, em alguma medida, da produção das Ciências Sociais sobre seu grupo social, como se demonstrará adiante, bem como das oscilações das mesmas em torno de uma posição mais homogênea sobre o assunto. Na seqüência, aparece a ideia de *encruzilhada*, proposição interessante, que supõe uma tomada de posição e *ação* – em geral se está num ponto onde é necessária uma decisão determinante do sentido a seguir.

A retomada da história e o rebate dos argumentos de Duarte, que continuam no texto, estão em descompasso, no entanto, com a última parte do artigo de Correia Leite. “*Uma raça que tantas provas de afetividade tem dado aos brancos do Brasil*” não estava anunciado e nem afinado com o tom inicial do artigo. Há aqui um dado hesitante, que culmina num pedido por um “[...] *movimento tardio de salvação e valorização do negro*[...]”. Ora, a encruzilhada a que tinham chegado os negros, à parte da História, não havia atrelado a *sorte de seu destino* com esse pedido final de salvação. E a sociologia de que eles se aproximam (e o fariam ainda mais nos anos seguintes) não é salvacionista, mas tinha o ideal emancipatório como central. A hesitação é um sinal dos novos tempos? Da pouca capacidade de mobilização das associações? Da exploração eleitoral ou do lançamento de candidaturas negras em partidos políticos convencionais? O interregno 1945-1963, embora democrático, recoloca os negros, outrora associados, numa posição de que tudo ainda estava por fazer. E o muito já feito, não desprezível, face a esses novos tempos, os colocava numa difícil condição de optar por qual direção seguir. Dilemas da encruzilhada.

\*\*\*

---

<sup>25</sup> LEITE, José Correia. “O Esgar do Senhor Paulo Duarte”, *Alvorada*, São Paulo, maio de 1947 APUD: LEITE, José C. & CUTI. ...*E disse o velho militante José Correia Leite*, *Op. Cit.*, pp. 258-259. Grifos meus.

A partir deste ponto, faz-se crer que a compreensão mesmo que insuficiente – dada a quantidade pequena de arquivos públicos e jornais preservados – de aspectos do cotidiano dessas associações negras é importante para demonstrar o problema vivido pelo grupo negro paulista na emergência da sociedade de classes. E o seu encontro com as pesquisas da UNESCO, em São Paulo. O artigo de Duarte teria deflagrado também resposta de Florestan Fernandes no jornal *O Estado de São Paulo*. O uso do condicional aqui se impõe, pelo fato desse texto do sociólogo ser ainda uma jóia rara escondida, não constando em arquivos ou nas matérias dos jornais dos dias seguintes à publicação do texto de Duarte. Achar este texto fortaleceria ainda mais a hipótese do encontro na encruzilhada; no entanto, após pesquisa em arquivos, por diferentes pesquisadores, isso não ocorreu<sup>26</sup>.

Assim, antes de tudo, é necessário pensar, então, quem são aqueles homens e mulheres, anônimos e invisíveis, que andaram por aí, capazes de, apesar das dificuldades, mobilizar personagens sociais importantes na metrópole emergente (Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Camargo Guarnieri, Colombina, Sérgio Milliet, Roger Bastide, Fernandes etc.) e no exterior (Robert Abbott, Nicolás Guillén, Léon Damas etc.) em torno de sua causa e projetos. A maneira que a Literatura aparece como um meio de expressão reivindicatória, através da Imprensa, das associações e dos escritores que se formam naqueles cadinhos, chegando aos ouvidos supra-citados, sensíveis a aspectos dessa questão social. O depoimento de Correia Leite é peça-chave para isso e organizará a exposição, bem como o arquivo restante da Associação Cultural do Negro, que fornecerá os dados e documentos para a construção argumentativa.

#### *À sorte do destino, numa parte do caminho*

O sujeito histórico tem consciência do momento que vive? Tem a percepção de que é, efetivamente, um ator socialmente importante do processo histórico? Estará à altura dos desafios do momento vivido? No caso de escritores, é capaz de ser diapasão do tempo? Em se tratando de cientistas sociais, são capazes de interpretar com sutileza e argúcia o momento em análise? Qual o vão existente entre o vivido e o narrado, entre a análise e o processo, a crise e suas sínteses, que garantiriam respostas seguras a essas questões?

---

<sup>26</sup>Elide Rugai Bastos me afirmou, em conversa, que, sendo colega de Florestan Fernandes quando ambos lecionavam na PUC-SP, nos anos 1980, este lhe contara ter escrito uma carta ao jornal *O Estado de São Paulo*, em resposta aos artigos de Duarte. Todavia, não guardara cópia da mesma. A mesma informação ela fornecera a Marcos Chor Maio, presente em sua tese sobre o Projeto Unesco. Tanto Bastos, quanto o autor desta tese, além do colega e amigo sociólogo Antônio da Silveira Brasil Jr. (estudioso da obra de Florestan Fernandes) pesquisaram em diferentes arquivos, sem sucesso de encontrá-la, a saber: Biblioteca e Arquivo Florestan Fernandes (UFSCar); Arquivo Paulo Duarte (CEDAE-Unicamp); Hemeroteca do Arquivo do Estado de São Paulo; jornal *O Estado de São Paulo* (ano de 1947) e seu setor de documentação.

Toda memória, coletiva ou individual, é um desafio interpretativo, tanto a quem a deflagra ou se dispõe a analisá-la. Entre o vivido e o narrado constrói-se um gênero de ficção, requerente da verdade em níveis distintos, que necessita ser racionalizado. A recuperação da memória, o recurso ao relato, seja ele produto de um trauma – por exemplo, a Literatura de Testemunho – ou não, afasta-se de uma operação inocente, meramente afetiva ou depurativa, desprovida de sentido. A organização do passado – por mais que pareça ser irracional, como as memórias de guerras, campos de batalha, de concentração ou em regimes ditatoriais – deve ter alguma urgência ao presente que a aciona<sup>27</sup>.

À margem da vida na sociedade de classes, *quem é o negro em São Paulo nas décadas seguintes à Abolição?* Se for admitida a configuração e a organização da trajetória de Correia Leite como *um aspecto exemplar possível* (mas não a síntese de todos), a reconstituição de ambientes de socialização de diferentes ordens, lugares de memória, eventos históricos, fatos e pessoas, torna exequível iluminar a resposta aos propósitos desta tese.

A recuperação dos anos 1920-60, obtidas a partir de iniciativa dos anos 1980 coloca o problema da memória coletiva como central, permitindo discutir o entrelaçamento entre biografia e política, literatura e processo social, uso político do passado. A ponte entre o passado de um *velho militante* negro e o cotidiano de seu interlocutor, um jovem defensor de causas semelhantes – a questão racial, o jornalismo e a Literatura Negra<sup>28</sup> – se constrói tendo em vista as necessidades do momento presente. Um bem executado trabalho de recuperação histórica, ... *E disse o velho militante José Correia Leite*<sup>29</sup> fornece os dados necessários para, nalguma medida e direção, recompor os aspectos de socialização de frações do grupo negro paulista entre as décadas iniciais do século XX até seus meados. Dado o

---

<sup>27</sup>Cf. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990; BOURDIEU, Pierre. “L’Illusion Biographique”, *Actes de la Recherche en Science Sociales*, Paris, n. 62/63, 1986, pp. 69-72; BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*, São Paulo: Cia. Das Letras, 1988; POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”, *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 5, n. 10, 1992; NESTROVSKI, Arthur & SELIGMAN-SILVA, Márcio. *Catástrofe e Representação*, São Paulo: Escuta, 2000; SELIGMAN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura*, Campinas: EdUnicamp, 2003; SANTOS, Myriam S. *Memória Coletiva e Teoria Social*, São Paulo: Annablume, 2003; SILVA, Mário A. M. da. *Os Escritores da Guerrilha Urbana: Literatura de Testemunho, Ambivalência e Transição Política (1977-1984)*, São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>28</sup>[...]Então, foi uma pessoa que pegou todo esse início do movimento negro em São Paulo e praticamente deu a vida pelo movimento negro, porque deixou de fazer carreira em qualquer profissão e tudo para se dedicar à imprensa negra. E isso também era um exemplo para todos nós. Eu me recordo muito bem que, certa vez, o Correia Leite perguntou: “Como está o *Jornegro*?” Ai o Isidoro Telles falou: “Está muito difícil, muito caro...” O Correia Leite virou para ele e disse: “Olha, é bom que seja difícil, porque assim você valoriza esse trabalho; uma coisa muito fácil não é militância.” Cf. ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. “Luiz Silva (Cuti)”, *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007, pp. 92-93. O *Jornegro* marca o ressurgimento da imprensa negra nos anos 1970. Cuti foi um de seus redatores e correspondentes.

<sup>29</sup>“Quando principiei a gravação dos depoimentos de José Correia Leite, em 1983, eu estava movido por um sentimento catalisador de algumas opiniões de amigos e companheiros, que discutiam muito a necessidade de preservarmos a nossa memória.” Cf. LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit.*, p. 12. Ver ainda, o texto escrito aos 20 anos do falecimento de Leite por: CUTI, “O velho militante”, *Irohin*, Brasília, ano XIII, n. 24, março, 2009, p. 33-34; BRAGHINI, Lunde. “Histórias da imprensa negra a lembrar em 2009”, *Irohin*, Brasília, ano XIII, n. 24, março, 2009, p32.

aspecto lacunar da grande maioria das trajetórias dos ativistas desse momento, é um trabalho imprescindível e que merece discussão.

As urgências que acionam a construção do depoimento, contextualmente, no entanto, devem ser assinaladas: 1) sua primeira edição, de 1992, traz a apresentação de Ivair Augusto Alves dos Santos, então membro do Conselho de Participação da Comunidade Negra de São Paulo; 2) durante o mandato de Luiza Erundina (PT), tendo como secretária municipal de Cultura, Marilena Chauí; 3) o organizador das memórias esteve envolvido, ao fim dos anos 1970, com a reorganização do movimento negro, sendo co-responsável pelo coletivo de escritores Quilombhoje e pelos Cadernos Negros. Como afirma o autor:

Por volta de 1976, vindo de Santos, tive um contato mais estreito com grupos e associações afro-brasileiras da cidade de São Paulo e também do interior do Estado[...] Este contato trouxe à minha geração o influxo necessário para sentirmos que não estávamos iniciando um trabalho de conscientização, mas continuando o esforço daqueles que nos tinham precedido.[...] Minha consideração levava-me a solicitar-lhe [a Correia Leite] a apresentação para o livro Cadernos Negros 2 – Contos (1979)[...] espero ter contribuído para reatarmos um pouco mais o fio da história do Movimento Negro.<sup>30</sup>

Leite foi um dos principais informantes ou fornecedor de fontes para pesquisadores como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Miriam Nicolau Ferrara, Michael Mitchell e George Reid Andrews. A guarda e doação do material da imprensa negra que ele possuía – hoje depositados no IEB-USP, Biblioteca Mário de Andrade, Arquivo do Estado de São Paulo, AEL-Unicamp etc. – bem como entrevistas diretas com o ativista permitiram diferentes teses e interpretações sobre as associações reivindicativas negras e suas manifestações político-culturais. Mesmo que o ativista afirmasse ser um autodidata intelectual e político.

Nascido em 23 de agosto de 1900, filho de empregada doméstica e pai desconhecido, no Bixiga, autodidata e com processo educacional constantemente interrompido<sup>31</sup>, o autor vivencia aquilo que Florestan Fernandes classificou como sendo a construção de São Paulo nas primeiras décadas do século XX: diferentes cidades coexistindo, distintos grupos sociais ladeando-se, o passado e o presente dividindo o mesmo espaço<sup>32</sup>. Sua experiência inicial com isso se dá na convivência com os migrantes

<sup>30</sup>LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit.* pp. 12-14.

<sup>31</sup>“[...]Com a ajuda de minha mãe fui trabalhar como entregador de marmitas, menino de recados e ajudante numa carpintaria. Tudo isso enquanto menino pequeno. Nós morávamos na Saracura Grande, lá no Bixiga, onde hoje é rua Marques Leão[...] aliás, não foi um bairro só de italianos. O bairro tinha ainda residências da alta burguesia, como o Altino Arantes, que veio a ser presidente de Estado, o grande engenheiro Teodoro Sampaio, o Dr. Antonio Coveiro, um grande advogado, filho de calabrês com uma mulata, além de altos funcionários públicos.” *Idem, ibidem*, pp. 23-24.

<sup>32</sup>“[...] tornei-me o o típico morador pobre da cidade na década de 20, que só era urbano pela localização espacial e pela relação tangencial com o sistema de trabalho. Todos éramos rústicos e desenraizados, mesmo os que procediam do interior

italianos do bairro, que lhe marcariam diferentes aspectos da vida, positivos e negativos<sup>33</sup>, fornecendo-lhe, na sua racionalização da memória, o começo da consciência da discriminação racial.

Uma socialização secundária de Correia Leite se dá através de sua formação educacional truncada. A convivência agregada aos italianos, após o enlouquecimento de sua mãe, o trabalho e as brincadeiras de rua levam-no a conhecer, quase simultaneamente um rapaz negro, protegido da família Paula Souza – Jayme de Aguiar<sup>34</sup> – a escola e um clube recreativo para negros paulistanos<sup>35</sup>.

Esses três movimentos, na memória do depoente, se articulam no sentido de discutir e intervir mais, ainda que difusamente, na *situação do negro*. Embora contemporâneo aos primeiros jornais negros paulistanos (ele teria quinze anos quando *O Menelick* foi lançado na capital), não fica claro o exato momento em que ocorre tal guinada. É possível deduzir, no entanto, que o contato com a sociedade de baile *Elite Flor da Liberdade* seja o ponto de toque: é a mesma sociedade, de acordo com o estudo de Miriam Ferrara, responsável pela publicação do jornal *Elite – Órgão Oficial do Grêmio Dramático, Recreativo e Literário “Elite da Liberdade”*<sup>36</sup>. É o ano de 1924, quando também surge o jornal que, junto com Jayme de Aguiar, Correia Leite fundará: *O Clarim*, publicado pela primeira vez em 24 de janeiro daquele ano. Inicialmente, surge como jornal de divulgação literária, sem conotação

---

do estado de São Paulo, e todos estávamos aprendendo a viver na cidade, mesmo os que, como eu, nasceram dentro de seus marcos e de seus muros.[...] Portanto várias “cidades” coexistiam lado a lado, dentro do mesmo espaço urbano, que não impunham nenhuma idade cultural, mas harmonizava, horizontalmente, os contrários que se toleravam sem se comunicarem” Cf. FERNANDES, Florestan. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, *A Sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*, Petrópolis: Vozes, 1977, p. 144. Fernandes faz, nesse texto, uma espécie de *esboço de auto-análise* – para usar a expressão de Pierre Bourdieu – e interessante ver o quanto sua trajetória inicial, seus processos de socialização primários são semelhantes aos de Leite.

<sup>33</sup>[...]Depois os italianos começaram a gostar de mim porque apesar de eu ser um menino abandonado, era educado, maleável e sabia responder o que devia e o que não devia. [...]Assim, eu passei a conviver no meio dos italianos, a gostar de ópera e outro tipo de música.” E ainda: “[...]No tocante à discriminação, eles seguiam a regra dos brasileiros brancos. Tratavam os negros com distância. Agora, quando eles gostavam de um negro, não faziam restrição. Isso é, sendo empregado deles[...]” Cf. LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit.*, pp. 25 e 52, respectivamente.

<sup>34</sup>Fui crescendo e conheci um rapaz chamado Jayme de Aguiar. Ele morava na Rua Rui Barbosa. Nós brincávamos juntos. Ele era um menino bem-educado, a família dele protegida por antigos senhores de escravos – os Paula Souza. Era matriculado no Coração de Jesus, um colégio em que não entrava qualquer um naquele tempo. Eu ficava despeitado com aquilo, porque ele interrompia a brincadeira para ir se arrumar e ir para a escola.” *Idem, ibidem*, p. 26. Sobre os Paula Souza, é possível recuperar sua história a partir de Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917), fundador da Escola Politécnica de São Paulo (atual POLI-USP), um dos membros da Convenção de Itu, que culminaria no Partido Republicano Paulista. Republicano, anti-monarquista, foi ministro do governo Floriano Peixoto e presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

<sup>35</sup>Sobre a escola e o clube: “[...]Um dia descobri que a maçonaria tinha formado um conjunto de escolas pela cidade para meninos impossibilitados de pagar. Consegui entrar numa delas e passei a me inteirar mais um pouco. Até que a escola terminou. Mais tarde, fui fazer curso de alfabetização criado por um abade do Mosteiro de São Bento, ali na Rua Florêncio de Abreu[...]Apreendi mais um pouco. No entanto, nunca chegava a aprender o suficiente para dizer que eu sabia ler e escrever.” E ainda: “Eles [os italianos] queriam me pôr num clube chamado Duque de La Bruse, na Rua Glicério. Lá, durante a semana, tinha uns ensaios aonde se dançava, homem com homem.[...]Quando terminou [o ensaio], notei que ia começar o baile de uma sociedade negra de nome Elite Flor da Liberdade[...] Eu disse comigo: “Estou perdendo tempo com esses italianos. Eu tenho uma sociedade que é minha, meu povo, minha gente.”” *Idem, ibidem*, pp. 26 e 27, respectivamente.

<sup>36</sup>Cf. FERRARA, Miriam N. *Op. Cit.*, p. 249. Um dos criadores do jornal é Frederico Baptista de Souza, de quem Leite falará mais adiante e considera ser um ativista ímpar da causa negra.

política, especialmente para os trabalhos não publicados de Aguiar em outros lugares. Isso progressivamente se altera.

O jornal saiu em 24 de janeiro de 1924. Com ele, eu comecei a conhecer bem mais as sociedades negras. Eram muitas: Kosmos, Treze de Maio, Brinco de Princesa, 28 de Setembro, Auriverde, Paulistano... Todas elas promoviam bailes, embora tivessem nascido com a ideia de serem beneficentes para ajudar negros. Entretanto, uma das poucas que mantinham esse objetivo era o Kosmos. Havia nessa sociedade um corpo cênico e um jornal. O presidente era funcionário da Faculdade de Direito, um grande homem chamado Frederico Baptista de Souza[...] *A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também uma minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte.*<sup>37</sup>

Como já visto, quase todos esses jornais iniciais têm como subtítulo a tríade *Literário, Noticioso e Humorístico*, ou suas variações. A radicalização d’*O Clarim* e de Leite acontecem por volta de 1929. Já havia trocado o nome da publicação, acrescentado *Alvorada* no título, em razão de ameaça de processo por outro periódico homônimo e registrado. Entre Aguiar e Correia Leite efetiva-se uma cisão pessoal, que faz com que o jornal fique a cargo desse último, exclusivamente. Nesse ínterim, os dois afirmam ter alguma notícia, embora sem definir como, do que acontecia com os negros nos EUA, associado aos resquícios da Primeira Guerra Mundial<sup>38</sup>.

A inflexão definitiva, em direção a uma postura de reivindicação, ocorre em 1929 e se dá em torno do propósito de comemorar o 28 de setembro, Dia da Mãe Negra, como uma data importante para a contribuição desse grupo ao Brasil<sup>39</sup>. Difundindo esses jornais em ambientes conhecidos de convivência dos negros na cidade na época – como a Praça João Mendes e o Pátio do Colégio – o

<sup>37</sup>LEITE, José C. & CUTI. *Op. Cit.*, p. 33. Grifos meus.

<sup>38c</sup>No início d’*O Clarim* d’*Alvorada*, comecei a verificar muita coisa acontecida no processo de discriminação racial dos Estados Unidos. Houve evoluções: o surgimento do Harlem, do Cotton Club[...] Era um clube de negros, freqüentado por Duke Ellington[...] Isso chegou ao conhecimento da gente aqui. Nós também começamos usar esses fatos como exemplo. De vez em quando saíam notas nos jornais, principalmente do Cotton Club.” *Idem, Ibidem*, pp. 38-40.

<sup>39</sup> Após o desentendimento com Aguiar, Leite se esforça para que o jornal volte a circular. “Então eu peguei um velho artigo do Vicente Ferreira, feito no Rio de Janeiro, com o título “Hoje é Dia da Mãe Negra”. Fui procurar o Lino Guedes, para fazer a página de fundo. Ele topou a ideia. No Rio de Janeiro tinha sido aventada a proposta de se criar lá um monumento dedicado à Mãe Negra. Mas, na realidade, o monumento seria em homenagem à raça negra simbolizada na figura da Mãe Negra. A imagem dela ficaria no pedestal e em volta vinham figuras do processo de luta e trabalho do negro na formação do Brasil. O autor dessa iniciativa foi o Dr. Cândido de Campos. Eu escrevi uma carta para ele expondo a ideia da realização daquele jornal especial e solicitei uma foto dele, que foi estampada no jornal.[...] o jornal saiu e a imprensa toda de São Paulo aceitou a ideia. Estava pra ser oficializado o Dia da Mãe Negra, 28 de setembro. Alguns jornais da grande imprensa publicaram em primeira página: “Hoje é Dia da Mãe Negra”. Outros jornais deram a notícia internamente.” A partir deste marco simbólico, então, nas memórias Correia Leite, “*O Clarim D’Alvorada* partiu para ser um jornal de luta, de denúncias, de reivindicações de direitos. Ficou um jornal diferente dos doutros existentes antes ou que ainda existiam. Por isso ele foi criando uma certa fama.” *Idem, Ibidem*, pp. 40-41, respectivamente. Grifos meus.

*Clarim d'Alvorada* alcança uma certa notoriedade, mesmo que de maneira endógena. Já se trata, todavia, de algum avanço, haja vista a precariedade de informação, entre os próprios negros, sobre a participação social dos mesmos na cena histórica, político-cultural, como afirma Correia Leite, a uma certa altura:

Falava-se muito de um negro que chegou a alcançar grande projeção no meio político nacional. Ele vivia no Rio de Janeiro. Diziam ter sido um advogado que morreu louco. O nome dele era Monteiro Lopes. Nunca pude saber muito da história desse homem, apenas falavam do nome dele.[...] Havia também um negro velho que andava com uma pasta e se chamava Salvador de Paula. Era presidente dos “Amigos da Pátria”. Ele vivia à custa desse título, porque políticos, advogados, eram membros dessa sociedade. Mas não havia ninguém mais, era ele só. Então, todo mês, ele ia receber a mensalidade, a contribuição.<sup>40</sup>

A socialização no meio negro, incipientemente organizado em torno de associações de baile, futebol de várzea e recreações diversas alcança Correia Leite em torno de seus 18 a 22 anos, no mesmo passo em que as discussões políticas em voga na capital se fazem presentes. Anarquistas<sup>41</sup>, comunistas<sup>42</sup>, monarquistas patronovistas (como Arlindo Veiga dos Santos)<sup>43</sup> etc. As várias cidades

---

<sup>40</sup>*Idem, ibidem*, p. 43. Sobre Manuel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910), deputado negro da I República, doutorado pela Faculdade de Direito do Recife, republicano e abolicionista, ver a entrevista com a pesquisadora Carolina Vianna Dantas feita por PINTO, Ana F. M. “O que você sabe sobre o primeiro deputado negro republicano?”, *Irohin*, Brasília, ano XIII, n. 24, março, 2009, pp. 03-06. Sobre Salvador de Paula e os Amigos da Pátria, uma associação beneficente responsável pelas escolas Progresso e Aurora, abertas em 13 de maio de 1908, ver DOMINGUES, Petrônio. *Uma História não contada: Negro, Racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, São Paulo: SENAC, 2004 p. 354.

<sup>41</sup>“Em 1918 mais ou menos, houve uma greve aqui em São Paulo que parou tudo. Não se podia imaginar que o proletariado brasileiro tivesse essa consciência tão grande.[...]Eu ainda era lenheiro naquele tempo. E tinha umas casas que, se seu não levasse lenha, não podiam funcionar.[...]Naquela greve eu saía de madrugada e com medo. Entregava a lenha e depois saía também pra rua. Até que um dia eu vi na Praça da Sé aquele montão de gente. E a maioria era espanhol, de buenas, alpargatas – uns sujeitos mal encarados. Depois eles fizeram uma marcha, descendo a Rua 15 de novembro com bandeiras vermelhas, cantando e com os punhos erguidos. Eu disse comigo: “Que negócio bonito!” [Eles cantavam a Internacional]Conversando com o sujeito, ele me convidou um dia para assistir uma reunião da classe [...] A conferência era de um tal José Oiticica – um grande professor[...] Então, eu fiquei sabendo que o anarquismo era um negócio utópico. Pensar que um país pudesse ser governado, cada um sendo seu próprio governo, isso não é possível. Mas eu gostei de ter tido esse contato.” Cf. LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit.*, pp. 53-54. Correia Leite, então, teria presenciado o *Levante Anarquista de 1918*, cuja meta era derrubar o governo central e tinha o filólogo Oiticica (1882-1957), como um de seus ideólogos e chefes. Cf. PRADO, Antônio Arnoni. *Elucubrações dramáticas do professor Oiticica. Estudos Avançados.*, São Paulo, v. 14, n. 40, dezembro, 2000.

<sup>42</sup>“Mais tarde me relacionei com membros do Partido Comunista, que me contaram um caso rumoroso, a condenação à morte dos jovens negros de Scottsboro[...]Isso foi nos anos 18 ou 20[...]Nessa época os comunistas tinham como opressor do proletariado os Matarazzos, os Crespis e outros que estavam iniciando as indústrias aqui.[...] Não passou muito tempo, comecei a analisar bem a coisa e disse comigo mesmo: “Não posso misturar meus ideais de negro com as minhas obrigações de brasileiro, de cidadão”. Então eu vi que o comunismo era um conjunto de ideias políticas, e eu não podia confundir minhas ideias. *Então, eu nunca misturei uma coisa com outra. Sempre agi como negro. Quando eu tinha de tomar as minhas atitudes políticas eu era outra coisa.*” Cf. LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit.*, p. 54

<sup>43</sup>Sobre o Patrianovismo e sua ligação com intelectuais negros, como Veiga dos Santos, ver o estudo de. DOMINGUES, Petrônio. O "messias" negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): "Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III !". *Varia história.*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, dezembro. 2006 .Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752006000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200015&lng=en&nrm=iso). Acessado em 25 de abril de 2009.

convivendo coetaneamente com seus grupos migrantes, em diferentes patamares da escala social. Frações do grupo negro paulistano, de acordo com as memórias de Correia Leite, vivem isso de maneira lateral. Para algumas delas, nas décadas de 1910 e 20, o foco eram as sociedades religiosas, como a Irmandade dos Homens Pardos (Igreja da Boa Morte), Irmandade dos Homens Pretos (Igreja do Rosário), Irmandade de São Benedito (Igreja São Francisco), Igreja dos Remédios – da qual Antônio Bento, o abolicionista, teria sido provedor – ou a Igreja de Santa Ifigênia<sup>44</sup>, que cumpririam um papel socializador de ordem distinta. “[...]o negro sempre esteve no descompasso. E uma das nossas ideias era essa: se unir para ter uma retaguarda, para não ser um que apanhasse sozinho. Mas, nunca conseguimos nada de união, sem que houvesse uma motivação de lazer, recreação. Só havia participação maciça em coisa que fosse pra divertir, dançar, senão...”<sup>45</sup> Síntese triste para esses anos iniciais. Todavia, não se deve esquecer que estão sendo lidas as memórias políticas de um homem público. A maneira de observar certos eventos possui tendências a negativizar tudo o que não possua caráter de mobilização direta. Esse traço se repetirá em diferentes momentos de suas recordações.

#### *Queremos saber o que os senhores vão fazer com a raça negra*

Quase quarenta anos após a Abolição, a consciência sobre a *situação do negro pelo próprio negro*, em São Paulo, galga patamares cada vez mais elevados de agudização crítica. Pode-se errar pelo sentido, mas não pela falta de ação. Quotidianamente o passado coaduna com o presente. A frase que fornece o subtítulo a esta parte do capítulo, segundo Correia Leite, foi proferida por Vicente Ferreira – o tribuno negro que não sabia escrever, cujos artigos eram ditados e dono de uma memória prodigiosa – durante uma ronda promovida à porta dos principais jornais paulistanos ao final da década de 1920. Como nos diz o ativista:

Houve um fato que é digno de nota. Um dia o Vicente Ferreira fez uns dez ou doze discursos. Num só dia. Para atender um pedido dele, o Clarim d’Alvorada patrocinou uma passeata na cidade, em homenagem à grande imprensa[...]Eu sei que tinha um grupo pequeno, mais ou menos 20 pessoas com lanterninhas. E nós saímos pela cidade. O Vicente Ferreira falou à frente de todas as redações dos jornais[...]Ele falou diante dos dois grandes jornais da época: o Correio Paulistano e O Estado de São Paulo. Depois fomos ao jornal A Platéia. Era uma passeata que o Vicente Ferreira entendeu fazer em homenagem à grande imprensa. Mas, no fundo, a gente aceitou porque era uma oportunidade dele praticar sua profissão de fé[...]Eles fez discursos violentos que metiam o pau em Oliveira Viana, Nina Rodrigues e todos esses caras que estudaram mal o negro. E ele gritava[...] –

<sup>44</sup>Cf. LEITE, José C. & CUTI. *Op. Cit.* pp. 56-57.

<sup>45</sup>LEITE, José C. & CUTI. *Op. Cit.* p. 57.

Queremos saber o que os senhores vão fazer com a raça negra. Qual o destino que os senhores vão dar pra raça negra?[...] Isso na frente do Correio Paulistano[...] E toda aquela gente (porque as luzes se acenderam todas) que apareceu na sacada era constituída de redatores do jornal e alguns políticos. Eram eles que tinham de se preocupar, pelo menos, por alguns minutos, com uma raça abandonada. E o Vicente Ferreira fez aquele discurso debaixo de empurrões da cavalaria[...] Na redação do Jornal do Comércio, que era na Rua Direita, quem respondeu lá de cima ao Vicente Ferreira foi o Lino Guedes. Mas a gente mal ouvia o que ele falava. Nós saímos da Praça da Sé (a igreja ainda não estava terminada, mas já havia o começo da escadaria) e terminamos dentro da redação do São Paulo Jornal, ali mesmo na praça, num prédio que ficava próximo à Senador Feijó.<sup>46</sup>

Relembrado o fato, sem precisão de data – a não ser por uma das reconstruções da Praça da Sé, iniciada em 1911 e finalizada nos anos 50 – se não corresponder inteiramente ao ocorrido, é uma excelente imagem, boa para pensar. *O Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, ao fim do século XIX e início do XX, congregaram e difundiram as ideias da base de apoio do movimento republicano paulista e do Abolicionismo. *A Platéia* tinha ligação com os elementos democráticos e comunistas, onde o próprio Caio Prado Jr. divulgaria seus artigos<sup>47</sup>. Houve, portanto, um engajamento relativo desses jornais e/ou de seus membros em processos de modernização aparentemente revolucionários – as campanhas abolicionista e republicana – que não se efetivaram plenamente, não assumiram suas formas liberais e burguesas clássicas, não cumpriram adequadamente suas expectativas.

Para falar com Caio Prado Jr.<sup>48</sup>, a simultaneidade dialética dos tempos da História brasileira se encontravam assim, naquele curioso embate entre a sacada dos jornais e os discursos na rua. Atraso e progresso, arcaico e moderno, passado e presente questionando-se mutuamente na constituição do cotidiano, não sabendo muito bem de que lado estão, que fazer um com o outro, como se resolver. A possibilidade da dúvida, no entanto, era razoável a apenas um dos lados: ao grupo negro, a resposta a “Quê fazer?” tem implicações imediatas.

Vicente Ferreira é um personagem mítico nas memórias de Correia Leite e cujos rastros, deixados em seus poucos textos ditados e publicados na imprensa negra paulista ou nas reminiscências do amigo, não permitem a recuperação em profundidade de sua trajetória<sup>49</sup>. Fato, aliás, não muito distinto de muitos desses personagens. Todavia, nas memórias de Leite, ele aparece em momentos

<sup>46</sup>Idem, ibidem, pp. 70-71. Nas memórias de Correia Leite, Vicente Ferreira é um dos personagens mais interessantes. De uma trajetória truncada, pouco se sabe dele, além de ter morrido em Petrópolis, entre 1934-35. Antes disso, foi membro da Frente Negra Brasileira, participou da Revolução de 1932 junto com a Legião Negra de São Paulo. Fez discursos inflamados diante de túmulos de abolicionistas. Não foram encontradas outras fontes onde se pudesse encontrar informações sobre esse personagem, além das situadas entre as páginas 59-72 de Leite e Cuti.

<sup>47</sup>Cf. TEIXEIRA, Paulo Iumatti. *Caio Prado Jr.: Uma trajetória intelectual*, São Paulo: Brasiliense, 2007; CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>48</sup>PRADO Jr., Caio. “Introdução” e “Sentido da Colonização”, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, São Paulo Brasiliense, 1971, pp. 09-32.

decisivos para a discussão da questão social negra nos anos 1920: as romarias em túmulos abolicionistas, os embates com as classes dirigentes. Ou, na criação de uma entidade precursora da Frente Negra Brasileira – o Centro Cívico Palmares, entre 1926 e 1929<sup>50</sup> – e na participação do grupo negro paulista na Revolução Constitucionalista de 1932, com a Legião Negra<sup>51</sup>.

Esse período, que congrega o final dos anos 20 (oscilando entre 1924 e 1930) traz elementos para discutir que, enquanto ação política, em meio à dificultosa organização do negro paulista, as temáticas da visibilidade e do reconhecimento se fazem centrais. Depreende-se isso da importância que Correia Leite atribui a quatro eventos, sendo que dois objetivam criar fisicamente *lugares de memória* (para usar a expressão de Pierre Nora) para o negro em São Paulo: o malfadado Congresso da Mocidade Negra (1928-1929); a ligação com o jornal *Chicago Defender*<sup>52</sup>; a Herma de Luiz Gama, no Largo do Arouche (1930)<sup>53</sup> e o erigir do Monumento à Mãe Negra, no Largo do Paissandu que, na

---

<sup>49</sup>“Em 1926 morreu o Carlos de Campos, presidente do Estado de São Paulo.[...]Ele foi um homem muito estimado. O dia do enterro foi feriado. No sepultamento, lá no Cemitério da Consolação, havia três grandes oradores dessa época: Armando Prado, Roberto Moreira e Alfredo Pujol. Depois dos três terem falado, do meio da multidão, surgiu um negro pedindo a palavra. Pediu a palavra e fez um grande discurso sem ficar devendo nada para os oradores que tinham falado antes[...]”Cf. LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit.* p. 61. Ver ainda as páginas 65 e 66.

<sup>50</sup>“Tudo que acontecia de importante no meio negro era discutido em grupos que se reuniam na Praça da Sé, no Largo do Piques, nos cafés... Numa dessas rodas apareceu um dia um sargento da Força Pública, chamado Antônio Carlos, com a ideia de se fundar uma biblioteca que ajudasse os negros a se elucidarem, uma biblioteca que desse pro negro bater um papo. Mas ao invés de sair apenas uma biblioteca, saiu o Centro Cívico Palmares[...]Alugaram uma sala pro lado Cambuci e lá surgiu a entidade[...] O objetivo do Palmares foi de fazer a aproximação do negro pra uma tentativa de levantamento para acabar com aquela dispersão que havia e está tendo até hoje.[...] Não precisava que toda raça negra se reunisse, mas pelo menos, parte dela tivesse consciência” *Idem, ibidem*, pp. 73-74.

<sup>51</sup>“[...] a Legião Negra, instalada na Chácara do Carvalho, uma antiga mansão situada no Bom Retiro aqui na Capital. A Legião era uma entidade militar que reunia negros de todo o Estado de São Paulo para lutar na Revolução de 32.[...]” (p. 69) “Muitas vezes saíram caminhões da Chácara do Carvalho para dar reforço. Eles não desfilavam aí pela cidade para ganhar flores. Iam direto para as trincheiras” *Idem, ibidem*, p. 104. Sobre a Legião Negra, ver o estudo de DOMINGUES, Petrônio. “Os Pérolas Negras: A participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932”, *A Nova Abolição*, São Paulo: Selo Negro, 2008, pp. 96-146.

<sup>52</sup>A equipe d’O Clarim d’Alvorada conseguiu um colaborador baiano, chamado Mário de Vasconcelos, que traduzia o material produzido nos EUA. Leite não especifica como Vasconcelos conseguia esse material. Mas através desse contato, eles descobriram Marcus Garvey e publicaram traduções no jornal de “O Mundo Negro”. Posteriormente, do Rio de Janeiro, através de um padre negro carioca das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito, eles conhecem Robert Abbott, diretor-fundador do *Chicago Defender*, um dos mais importantes jornais da imprensa negra americana, em visita ao Brasil. Sobre Abbott, checar: [http://www.aaregistry.com/african\\_american\\_history/2732/Robert\\_Abbott\\_Speading\\_the\\_Good\\_Word](http://www.aaregistry.com/african_american_history/2732/Robert_Abbott_Speading_the_Good_Word) e [http://www.pbs.org/blackpress/news\\_bios/defender.html](http://www.pbs.org/blackpress/news_bios/defender.html) Acessados em 26/04/2009.

<sup>53</sup>“[...] Nesse ínterim, o Argentino Celso Wanderlei – que foi presidente do Cordão Carnavalesco Campos Elíseos – também já estava se conscientizando que aquele negócio de só cordão carnavalesco não era um bom serviço[...]Então, ele teve a ideia de se preparar para o aniversário do nascimento do Luiz Gama, o centenário que ia ser em 1930. Nós estávamos em 1928. A ideia era a de erigir uma herma em praça pública.[...] O Largo do Arouche ficou coalhado de negros. E houve também presença de políticos e intelectuais brancos, como por exemplo, o Dr. Macedo Soares, um político de família tradicional[...]o escritor Afonso Schmidt, o autor do romance abolicionista A Marcha[...] *A maior parte do financiamento da herma a comissão conseguiu arrecadar no meio negro*. Parece que a herma custou 11 contos. Eles foram falar com o Dr. Macedo Soares, levaram o livro de ouro pra ele assinar e ele disse que assinaria por último, nas proximidades da execução do trabalho. O que faltasse ele assinaria. E foi isso que aconteceu. O Macedo Soares completou o que estava faltando para entregar ao escultor” Cf. LEITE, J. C. & CUTI, pp. 83-88, grifos meus.

visão do militante, foi construído à revelia do esperado pelo negro organizado, excessivamente deformado, com projeto do vereador Elias Chamas.

Todavia, embora se anuncie com grandes esperanças para algumas frações de classes, inclusive as populares – tendo em vista os setores descontentes com a política dos governadores e a oligarquia da República Velha – os anos 1930 têm fôlego curto, em particular para o grupo negro paulista. Não desprezível, haja vista o surgimento da Frente Negra em 1931. Mas, certamente, abaixo das expectativas geradas pela movimentação da década anterior.

Aí começou outra fase do Movimento Negro, a mais agitada e mais forte. Porque foi quando o negro teve uma motivação para se aglutinar. E como o negro tinha também de enfrentar a crise econômica que vinha de [19]29, envolvendo os Estados Unidos, houve uma pressão para que se procurasse resolver os problemas[...] Se a situação estava difícil, para nós estava muito mais difícil. Então, nessa fase de 29 e 30, procurava-se uma coisa que trouxesse uma segurança, uma melhoria de vida<sup>54</sup>

A Frente Negra Brasileira (FNB) surge com esse propósito, dentre outros, nas memórias de Correia Leite, um de seus fundadores e membro de seu Conselho. Discordâncias ideológicas do militante com um dos primeiros presidentes daquela organização – Arlindo Veiga dos Santos – fazem com que Correia Leite se desligue da mesma, opondo o grupo *Clarim D'Alvorada* à FNB, nesse momento. A polarização chegou ao ponto de, a 1º de julho de 1932, Correia Leite e outros dissidentes criarem o Clube Negro de Cultura Social (CNCS). Oito dias depois, a Revolução Constitucionalista rivaliza São Paulo ao governo federal de Vargas. O meio negro paulista organizado, cuja representação maior era a FNB não se envolve diretamente no conflito, em razão da orientação de Veiga dos Santos. Isso não impede, à revelia da Frente Negra, que alguns de seus participantes se engajem no movimento em prol da Constituição, com a criação da Legião Negra.

Além do período de duração da FNB (1931-37), outro momento importante da década, exígua para o meio negro organizado paulistano, são as tentativas de comemoração do Cinquentenário da Abolição (1938). É importante assinalar que essa data será repetida em mais três momentos de significativa agudização ao longo do século, respectivamente em 70º, 90º e 100º aniversário, onde se aparecem como momentos em que se coloca em xeque o significado do evento. Ironicamente, à exceção do Centenário, as outras três efemérides ocorrem em momento ditatoriais ou em curtos interregnos democráticos, que não permitem sedimentar ações. Isso aparecerá ao longo da tese.

---

<sup>54</sup>LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit.* p. 93.

No entanto, entre 1937 e 1938, após a Lei de 10 de novembro de 1937, que instaura o Estado Novo determinando, entre outras, a cassação de atividades políticas tidas como subversivas (nelas, inclusa a FNB), Mário de Andrade, de acordo com Correia Leite, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, estava em contato com o ex-secretário da extinta FNB – Francisco Lucrécio – para ajudar a organizar o cinquentenário de assinatura da Lei Áurea. Os membros da Frente Negra não se entendem quanto ao apoio a Andrade. Lucrécio decide contactar os ativistas do Clube Negro de Cultura Social, não atingido pelo golpe, uma vez que era visto como uma associação exclusivamente cultural, sem atividades políticas.

[...] Então combinamos de ir ao Edifício Trocadero, ali nos fundos do Teatro Municipal, um edifício que está lá ainda hoje. Naquele tempo se chamava Salão Trocadero. Era a sede do Departamento de Cultura. Combinamos de ir eu, o Francisco Lucrécio e o Fernando Góis[...] O Mário de Andrade conversou com a gente e expôs a situação dele. Ele queria apenas o aval, o contato de representantes da coletividade negra, pessoas representativas, porque o plano dele já estava todo estabelecido e a verba não dava para mais nada. Então não fizemos objeção nenhuma e ele contou qual era o plano dele. Tinha entrado em contato com vários grupos folclóricos e havia gasto dinheiro nas roupas para esses mesmos grupos. Na Praça da Sé ia ter congada, folias de reis e tudo quanto fosse dança de cunho afro-brasileiro. Seria uma festa que levaria dias naturalmente. Nessa ocasião poderiam ser intercaladas as festas do Departamento de Cultura e a que o Clube Negro de Cultura Social estava preparando[...] O Mário de Andrade propôs fazer no Trocadero uma série de conferências, em que participaria num dia um conferencista branco e no outro um conferencista indicado pela comissão negra. E assim foi feito. Então apareceram as pessoas interessadas em falar pela Coletividade Negra. Dentre essas estava o Lucrécio. Para a comissão do Departamento de Cultura, vinha do Rio o professor Arthur Ramos.[...] A festa teve início e, já no meio do desenvolvimento do programa, acontece um imprevisto. Quem criou o Departamento de Cultura foi o prefeito Fábio Prado, por intermédio do Sr. Paulo Duarte, especialmente para o Mário de Andrade, que era um especializado em cultura popular. Mas, no meio da programação, cai o governo. Entra o Prestes Maia, indicado pelo interventor Adhemar de Barros. O Mário de Andrade caiu e a programação por ele idealizada não pôde prosseguir, pois logo foi indicado um substituto, o Mário Patti, desinteressado pelo programa.<sup>55</sup>

<sup>55</sup>*Idem, ibidem*, pp. 132-133. Ainda sobre o Cinquentenário da Abolição, Lucrécio comentaria anos mais tarde, sobre seu contato com Andrade e outros intelectuais: “Para fazermos as manifestações na rua, era preciso tirar uma licença. No cinquentenário da Abolição, está em meu nome um alvará concedido para fazer uma manifestação no Teatro Municipal. Foi um evento em que estava presente o grande escritor Oswald de Andrade e outros que não me lembro o nome. Quem presidiu a sessão foi o professor Raul Briquet, fundador da Escola Paulista de Medicina. Eles estavam interessados. Na época, surgiu depois do movimento de 22, o Pau-Brasil, o petróleo é nosso, o movimento nacionalista. E a Frente fazia parte desse movimento, junto com os intelectuais brancos[...]embora o Mário de Andrade sempre tenha se escondido. E ele constantemente era abordado. Ele chegou a me dizer: “Falam que eu sou negro”. Perguntei: “O que você responde?” “Eu digo; vou passando bem, obrigado.” Cf. BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*, São Paulo:

Apesar de destituído Mário de Andrade, as comemorações continuam, tendo o intelectual sido considerado Presidente de Honra da Comissão, pelos negros. Esses, por sua vez, estabelecem (com Arthur Ramos<sup>56</sup>) e refutam (Oswald de Andrade e Rossini Guarnieri<sup>57</sup>) contatos com outros estudiosos e escritores, dependendo do grau de conveniência ou visibilidade política do momento. O ponto alto das comemorações era justamente o 13 de Maio de 1938, quando Vargas ainda não o havia proibido. Sobre ele, as memórias de Leite trazem apontamentos igualmente importantes:

Chegou o dia da realização da grande sessão solene no Municipal. De manhã teve a Prova 13 de Maio. O dia 13 de Maio era feriado. Bem depois foi abolido pelo regime ditatorial de Getúlio Vargas. [...]No Largo do Arouche havia uns 3 a 4 mil negros. A prova se realizou, houve discursos em frente a herma de Luiz Gama, e depois nós fomos de lá para o Cemitério da Consolação, onde se repetiu a concentração[...]Depois teve uma sessão solene muito bonita. O Teatro Municipal ficou cheio de gente. E no auditório havia gente que depois se tornou famosa. Estava o Jorge Amado (ainda moço), Mário Donato, o Edgar Cavalheiro, Rossini Camargo Guarnieri, Oswald de Andrade... A sessão solene foi presidida pelo Justiniano Costa [membro da FNB][...]na presença do Arthur Ramos, Mário de Andrade e outros convidados brancos e negros.[...] A sessão solene foi encerrada com grande sucesso.<sup>58</sup>

\*\*\*

É possível afirmar que, entre 1938 e 1945, os acontecimentos para o meio negro organizado paulista se dão de maneira fragmentária e subterrânea. Aquilo que vinha em ascensão, com o Estado Novo sofre um golpe duro, esboroando-se. Outras demandas surgem também no período, de acordo com o que se lembra José Correia Leite, encontram o grupo negro e se colocam, de certa maneira, em disputa com o realizado (ou suas tentativas) nos anos 1920 e 30: a ligação com diferentes vertentes do

---

Quilombhoje, 1998, p. 56.

<sup>56</sup>“Nós tivemos ainda um outro contato com o Arthur Ramos e ele explicou que não conhecia nada do Movimento Negro daqui de São Paulo, das lutas sociais, do empastelamento, de divergências políticas... Ele só conhecia A Voz da Raça [jornal da Frente Negra] que ele recebia lá no Rio de Janeiro. Ele estava meio espantado porque, como estudioso do problema negro no Brasil, ele desconhecia completamente esse lado da consciência negra, esse lado de reivindicações, de direitos, de lutas sociais. Levou coleções de jornais – O Clarim D’Alvorada e outros – e ficou conhecendo vários militantes.” Cf. LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit*, p. 134.

<sup>57</sup>“Nós continuamos na nossa atividade, até que, na sede do Clube Negro de Cultura Social, um dia apareceu o Oswald de Andrade e o poeta Rossini Camargo Guarnieri. Foram lá oferecer a colaboração de um grupo de intelectuais de esquerda para as comemorações. Nós dispensamos o auxílio porque não queríamos o trabalho com política, questões ideológicas. Nosso trabalho era puramente cívico e de homenagem aos nossos antepassados que sofreram na escravidão[...].” *Idem, ibidem*, p. 134.

<sup>58</sup>*Idem, ibidem*, pp. 136-137.

marxismo, por exemplo, através do militante Luiz Lobato e a organização Jabaquara<sup>59</sup>; ou, ainda, a regularização dos cultos religiosos de matriz africana em São Paulo, por volta de 1943.

A reorganização de associações, tal qual Leite idealizava, visando alguma aglutinação política, retorna apenas ao fim do Estado Novo. Como já foi visto anteriormente, é nesse momento que ressurgem também a Imprensa Negra Paulista, a exemplo do jornal *Alvorada*, co-fundado pelo velho militante, bem como a Associação dos Negros Brasileiros. Se há, então, maior dispersão das atividades, ocorre alguma visibilidade de outra ordem desse grupo negro, gerando maior reação a ele.

Uma delas já pôde ser vista no começo deste capítulo, com os artigos de Paulo Duarte, publicados nessa fase, em 1947. Outra, passa a ser a ligação entre o grupo negro organizado e as pesquisas sociológicas sobre as relações raciais em São Paulo. O processo social desenrolado ao longo de quatro décadas, envolvendo momentos de intensa organização, disputas e atividades desenvolvidas em condições raramente ideais conforma esse encontro. Até aqui, a Literatura propriamente dita, apareceu pouco, como personagem secundária. Deste ponto em diante, daquele encontro, ela passa vir mais ao centro da cena histórica, bem como o discurso sociológico.

### *Confluência e Divergência entre processo social e análise sociológica: anos 1950*

[...]Então, por meio da revista que ele tinha, de nome Anhembi, o Paulo Duarte pretendeu fazer uma pesquisa sobre a relação entre brancos e negros em São Paulo. Nessa ocasião apareceu um representante da Unesco, o antropólogo Alfred Métraux. O Paulo Duarte entrou em acordo com esse francês e a pesquisa foi entregue à orientação do Prof. Roger Bastide, juntamente com o Prof. Florestan Fernandes. Eles partiram para a realização de alguns seminários<sup>60</sup>.

Na visão de José Correia Leite, com o fim da Associação dos Negros Brasileiros (1948) e com a realização do I Congresso do Negro Brasileiro (1950), entre 1948 e 1954 há um intervalo de crise na

---

<sup>59</sup> “Na época da ditadura Vargas, houve também a fundação de uma entidade negra meio clandestina. Chamava-se “Jabaquara”. Essa entidade, durante um certo período da ditadura, funcionou na Barra Funda. E um dos principais cabeças era um negro maranhense que veio, em 1935, com uma leva de estudantes, do Maranhão para o Rio de Janeiro. Ele era ligado ao Partido Comunista, depois se ligou ao Partido Socialista[...] O nome do cabeça da entidade era Luiz Lobato. Depois que terminou o Estado Novo, ele se tornou muito conhecido. A entidade era de cunho cultural e tinha escola. O Luiz Lobato orientava os negros sempre no sentido de que não existia problema racial. Ele, como marxista, teórico marxista como ele se considerava, não acreditava que o problema tivesse cunho racial[...]” (pp. 139-40) E ainda: “O Luiz Lobato por algum tempo permaneceu em São Paulo. Depois foi para o Rio de Janeiro. Lá foi fundado, pelo conhecido crítico de arte chamado Mário Pedrosa, um jornal com o nome de Vanguarda Socialista. E como o Lobato era muito amigo do diretor do jornal, Mário Pedrosa, ele foi convidado a ser colaborador e teve uma seção que tratava de assuntos do negro. De lá ele começava a criticar o Movimento Negro aqui de São Paulo[...] Ele publicava os artigos com o nome de Imperador Jones.” *Idem, ibidem*, p. 148.

<sup>60</sup>*Idem, ibidem*, pp. 150-151.

organização autônoma do meio negro. O grande evento desse período é, em suas memórias, a pesquisa patrocinada pela UNESCO.

Em seu segundo número, de janeiro de 1951, na seção intitulada “Jornal de 30 dias”, Paulo Duarte publicou o artigo noticioso “A Unesco e a Questão Racial”, que visava dar conta dos propósitos do órgão da ONU, destinado à educação e a cultura, aprovados entre 1948 e 49, a respeito de “[...]pesquisa e a difusão dos “dados científicos relativos à questão de raça”, e enfim “a preparação de uma campanha de educação baseada nesses dados”<sup>61</sup>.

Após a Segunda Guerra Mundial, pelo menos dois movimentos foram considerados centrais para atacar os eventos que a motivaram: 1) a necessidade de redistribuição de riqueza e de justiça social, culminando em proposta para constituição de Estados de Bem-Estar; 2) aposta na educação e na cultura contra as manifestações de barbárie, visando atacar radicalmente o ódio da intolerância racial, considerado um dos elementos centrais do nazi-fascismo e das ideias eugênicas de décadas anteriores<sup>62</sup>. É nesse contexto que surge a UNESCO<sup>63</sup>. Duarte transcreve o texto da Declaração publicado por aquela organização em 18 de julho de 1950, que tomava o Brasil como um *laboratório de civilização* (segundo Marcos Chor Maio, expressão de Arthur Ramos) para se estudar, privilegiadamente, o fenômeno da integração e convivência de diferentes grupos étnicos. O editor, após a transcrição do documento, à página 338 afirma que “Com prazer pois o divulgamos, oferecendo aos nossos leitores e chamando para ele a atenção que merece”. Não parece ser o mesmo autor, cujos textos já foram comentados aqui.

Evidentemente, a história do Projeto UNESCO e sua implementação no Brasil é mais complexa que a relatada nas memórias de Leite. Todavia, é interessante observar como se dá a legitimação do projeto no âmbito da instituição e, além disso, por quê São Paulo e Rio de Janeiro se tornarão cidades importantes para o desenvolvimento da pesquisa, estando dentre outros motivos, a atuação decisiva de associações e grupos ligados a organizações do meio negro dessas cidades, à época.

A tese de Marcos Chor Maio, que se propõe a discutir *A História do Projeto Unesco: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil* é ainda o trabalho que possui a maior capacidade de esmiuçamento dos problemas envolvidos na formulação e execução daquele programa de pesquisa. Chor Maio discute tanto do ponto de vista institucional – quer seja pesquisando em arquivos da UNESCO ou em suas resoluções e cartas oficiais – como do âmbito da atuação dos pesquisadores

<sup>61</sup>A UNESCO e a Questão Racial, *Anhembi*, São Paulo, n. 02, vol. 01, janeiro, 1951, pp. 332-338. Fonte: AEL.

<sup>62</sup>No que diz respeito a esse segundo ponto, vale lembrar o texto de Theodor W. Adorno, *Educação após Auschwitz*, o relato de Primo Levi de sua experiência no campo de concentração – *É isto um homem?* - ou o surgimento do gênero da Literatura de Testemunho. Todos em torno de 1947. Cf. SELIGMAN-SILVA, Márcio. *Op. Cit.*

<sup>63</sup>Cf. MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*, Tese [Doutorado], Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997, pp. 14-57.

envolvidos, entrevistando-os e discutindo seus trabalhos decorrentes daquela iniciativa. Para ele, a Pesquisa UNESCO,

[...]levou a mudanças significativas na reflexão sobre o tema das relações raciais. A primeira delas diz respeito á superação de qualquer associação determinista entre características físicas, comportamentos sociais e atributos morais, ainda em voga na década de 30[...] *A segunda, refere-se ao deslocamento do interesse das pesquisas etnográficas sobre a vida cultural dos negros no Brasil[...] para as investigações de natureza sociológica, que privilegiavam as relações entre brancos e negros, tendo por objetivo abordar as mudanças sociais ocorridas no Brasil, a partir do fim do regime escravocrata[...]* Por fim, o projeto UNESCO contribui para o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil[...]<sup>64</sup>

A segunda característica que Chor Maio elenca pode ser, indubitavelmente, atribuída aos trabalhos desenvolvidos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente por Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e Luiz de Aguiar Costa Pinto. O trabalho desenvolvido na Bahia pelo antropólogo Thales de Azevedo, acerca das *Elites de Cor*, ainda possui o caráter etnográfico comentado por Maio, além de seus objetivos e forma de execução<sup>65</sup> serem bastante diversos dos de seus colegas paulistas e carioca. A discussão de René Ribeiro, em Pernambuco, é tributária diretamente de Gilberto Freyre – intelectual de prestígio, leitura obrigatória dos cientistas sociais vinculados à Unesco, que deveria participar também das pesquisas, mas recusou-se – e próxima a de Azevedo, dando enfoque à temática religiosa, o que a afasta dos interesses desta tese.

As capitais paulista e carioca são o contraponto da visão de paraíso terreal gozada pelo Brasil, conservada em grande parte pelos entusiastas da iniciativa Unesco, compartilhada por Alfred Métraux, Otto Klinenberg, Arthur Ramos, Torres Bodet, Robert Angell, Paulo Berredo Carneiro, entre outros. Sem dúvida, trata-se da convergência de intelectuais engajados política e historicamente na luta contra

---

<sup>64</sup>MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*, Op. Cit, p. 03. Grifos meus.

<sup>65</sup>Cf. AZEVEDO, Thales de. *As Elites de Cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*, 2a. ed., Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996[1953]. Escrito rapidamente, entre 1951 e 1952, o autor possui boas hipóteses, no entanto pouco desenvolvidas. Entrevistou/observou indivíduos majoritariamente do seu círculo de relações pessoais em cerimônias religiosas, desfiles militares e civis, reuniões escolares, reuniões de Academias e científicas, bailes, festas de família, partidas esportivas, repartições burocráticas, lojas, escritórios, comércio, escolas, clubes, retrato de pessoas fichadas na Polícia, de estudantes graduados, de escolas secundárias, de membros de irmandades religiosas, de sócios de clubes recreativos, de sindicatos e associações de classe. Pessoas dos 20 aos 70 anos, concentradas entre 30 e 50 anos, que saíram de situação de pobreza para posições de maior ou menor prestígio. Azevedo faz distinções, baseado no senso comum baiano, do que sejam brancos, pretos, mulatos, caboclos, mestiços, índios, pardos, etc. buscando demonstrar como tais categorias são contextuais e sofrem influência direta do *status* e do espaço social ocupado pelos sujeitos. Segundo ele, as tensões raciais, consideradas mínimas, se estabelecem em geral com os estrangeiros e, em particular, com os judeus ligados ao comércio. Não deixa de mencionar, entretanto, a perseguição policial aos candomblés, o preconceito/posição dúbia de mestiços (mulatos) em relação a negros ou algum preconceito de cor (em relação a negros) em repartições do serviço público. Ou as ascensões limitadas que seus entrevistados conseguem alcançar.

o eugenismo, o racismo e o racialismo, como analisa Chor Maio. No entanto, suas percepções, influenciadas pelos trabalhos de Franz Boas e o impacto das leituras de Freyre, formatavam o país como um exemplo de convivência de diferentes grupos étnicos, sendo a Bahia, no tocante aos negros, seu ícone máximo.

É interessante atentar às discussões iniciais nesse sentido, debatidas com farta documentação, em particular nos capítulos “O Brasil como modelo para a UNESCO” e “Da Bahia para o Brasil: o Projeto UNESCO de Relações Raciais”. A morte prematura de Arhur Ramos, (coordenador do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, elo forte de ligação da instituição com o país e seu grande entusiasta), em outubro de 1949, não inviabilizou as esperanças dos intelectuais envolvidos naquela organização, “[...] *fundada na Europa, sob as cinzas de uma grande crise da civilização ocidental*”<sup>66</sup>. O substituto de Ramos, Alfred Métraux, auxiliado pelo cientista social brasileiro Ruy Coelho – que o assistiu entre 1950 e 1953 – levou a iniciativa adiante.

Há aí, no entanto, uma grande disputa político-científica, travada nas entrelinhas entre Sociologia e Antropologia. A inserção de estudos de natureza crítica e sociológica se deu pela dupla intervenção de, um lado, Costa Pinto – fazendo Métraux convencer-se da “[...] *importância da pesquisa no então Distrito Federal, tendo em vista os argumentos do sociólogo brasileiro que considerava de suma importância estudar as relações raciais inseridas num contexto de industrialização*”<sup>67</sup> – e, por outro, a estatura intelectual de Roger Bastide, amigo de Métraux e um dos principais nomes internacionais das Ciências Sociais, em São Paulo (o outro, Donald Pierson, da Escola Livre de Sociologia e Política [ELSP], não pôde trabalhar na pesquisa). Dos seus encontros com os intelectuais no Brasil, mesmo antes de sua principal visita, entre 16 de novembro e 20 de dezembro de 1950, “[...] *o antropólogo [Métraux] começou a reconhecer o fato de que o Brasil não era a Bahia*”<sup>68</sup>. Mesmo que a contragosto.

Até o início dos anos 1950, São Paulo e Rio de Janeiro eram ilustres desconhecidas para as pesquisas sistemáticas sobre relações raciais entre brancos e negros, após as crises monárquicas e abolicionista. “*O Projeto UNESCO deu vazão à primeira pesquisa sociológica sobre relações raciais entre brancos e negros no Rio de Janeiro*”<sup>69</sup>. O foco anterior eram as discussões sobre as ressignificações simbólicas e religiosas da africanização no Brasil; ou a assimilação cultural dos descendentes de africanos no país. Frações da região nordeste, portanto, serviram de palco privilegiado a pesquisas nesse sentido, tendo antropólogos e cientistas sociais do porte de Charles Wagley, Pierre

---

<sup>66</sup>MAIO, Marcos Chor. *Op. Cit.*, p. 55

<sup>67</sup>*Idem, Ibidem*, p. 71.

<sup>68</sup>*Idem, Ibidem*, p. 70.

<sup>69</sup>*Idem, Ibidem*, p. 95.

Verger, Ramos e Freyre envolvidos em trabalhos com aqueles objetivos. A discussão sobre *o negro enquanto cidadão*, presente numa sociedade de classes, urbano-industrial, se dá no contexto de frações do sudeste. Métraux estava consciente que a inclusão das capitais paulista e carioca, em particular a primeira, “[...] poderia ser ‘susceptible d’alterer l’image peut-être trop optimiste que l’on se fait du problème racial du Brésil’”<sup>70</sup>. Em especial o caso paulistano, “[...] região que atraiu um número elevado de imigrantes brancos e onde o negro seria uma minoria, apresentando um quadro de tensões raciais”<sup>71</sup>.

\*\*\*

Desde os anos 1940, em São Paulo, se discutiam problemas étnicos e raciais no estado, tendo as equipes da ELSP e USP publicado artigos e realizado pesquisas nesse sentido. “*A primeira tese de mestrado, a ser defendida em instituição brasileira, sobre o preconceito racial no Brasil, foi de Virgínia Leone Bicudo, na ELSP, em 1945, sob orientação de [Donald] Pierson*”<sup>72</sup>. Como já visto no primeiro capítulo desta tese, os trabalhos pioneiros de Bastide acerca da imprensa, poesia, suicídios e religiões negros ilustram isso, bem como as investigações de Florestan Fernandes acerca do folclore e culto religioso ao líder negro e místico João de Camargo em Sorocaba (1943).

Há ainda Paulo Duarte. Se os artigos publicados em abril de 1947 n’ *O Estado de São Paulo* vincularão seu nome sempre negativamente aos estudos das relações sociais racializadas, por outro, como faz notar Chor Maio – e retoma a lembrança de Correia Leite utilizada aqui como epígrafe,

É interessante observar que a 'pré-história' do projeto UNESCO em São Paulo contempla duas versões. A primeira[...] que se traduz pela ação de diversos atores que conseguem finalmente inserir o Estado na investigação promovida pela agência internacional, e a segunda, que concebe a pesquisa da UNESCO como um 'desdobramento natural' de uma ideia que já estava em andamento no interior da elite intelectual paulista[...] Paulo Duarte[...] em seu encontro com Alfredo Métraux manifestou a intenção prévia de realizar uma pesquisa sobre o problema do negro em São Paulo.<sup>73</sup>

Afora arranjos institucionais, analisados detidamente por Maio, o cenário estava montado já ao final de 1950, para o desenvolvimento da pesquisa. Focar-se-á, restringindo-se ao objeto da tese, aos seus desenvolvimentos nos casos paulista e carioca. A atuação de associações negras político-culturais reivindicativas nessas cidades é particularmente interessante, por estabelecerem relações – nem sempre

<sup>70</sup> *Idem, Ibidem*, p. 104. Tradução minha: “[...] poderia ser 'suscetível de alterar a imagem talvez muito otimista que se fazia do problema racial do Brasil’”.

<sup>71</sup> *Idem, Ibidem*, p. 104.

<sup>72</sup> *Idem, Ibidem*, p. 107. Editada somente em 2010. Cf. BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo* São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

<sup>73</sup> *Idem, Ibidem*, p. 107.

amenas – com os sociólogos que atuariam na pesquisa Unesco. Particularmente em São Paulo, a figura de Roger Bastide é emblemática, pois,

Ele acabava de representar a França no 1º Congresso do Negro Brasileiro, realizado em agosto de 1950, no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro (TEN). O evento tinha por objetivo aproximar cientistas sociais e intelectuais em geral do movimento negro [...] [Bastide] revela a Métraux sua intenção de criar um centro de estudos da comunidade negra de São Paulo, abrangendo brancos e negros e que, entre outras coisas, poderia intervir junto aos poderes públicos [...] Desde sua chegada ao Brasil, em 1938, ainda no contexto da Missão Francesa para a USP, Bastide se interessou pelo estudo do negro [...] psicologia [...] a situação racial brasileira [...] Conhecia líderes religiosos e políticos negros, freqüentava suas residências e chegou a praticar os rituais de iniciação no candomblé. Bastide mobilizava seus alunos para fazerem trabalhos de final de curso, levantamentos documentais sobre os mais diversos aspectos da vida dos negros.<sup>74</sup>

Vejamos, destarte, como se dá o encontro entre os sujeitos pesquisadores e pesquisados nos trabalhos desenvolvidos em São Paulo e Rio.

### *Branco e Negros em São Paulo: Associações Negras e Sociologia Uspiana*

Apareceu aqui em São Paulo um rapaz de Ribeirão Preto, com o nome de Jorge Prado Teixeira. Era um rapaz que quase ninguém conhecia. Ele apareceu como intermediário dos pesquisadores com o meio negro. Ele estava autorizado e começou a fazer os convites [dos seminários] e a participar de reuniões com os membros da pesquisa<sup>75</sup>

Nas memórias do velho militante José Correia Leite, no período dos anos 1950, ao tratar das pesquisas sociológicas sobre o meio negro organizado paulista, também Roger Bastide enceta um papel decisivo. A circulação do sociólogo francês naquele meio e seu interesse pelos *assuntos brasileiros*, instilado em seus jovens alunos das primeiras gerações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, também transparece nas relações, mesmo afetivas, com seus objetos, evocadas por Leite:

[...] a mais bem feita foi a de São Paulo, pois na metodologia os professores utilizaram os alunos para saírem pelas ruas, irem à porta de fábrica etc. Eu fui procurado, também, por um rapaz que depois se tornou muito meu amigo. Ele se formou em sociologia e foi aluno do Prof. Roger Bastide.

<sup>74</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 116-117 e 138-139, respectivamente.

<sup>75</sup> Cf. LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit*, p. 152. Jorge do Prado Teixeira nasceu em 03/05/1925, Ribeirão Preto. Morto a 04/12/1960. Fundou e dirigiu a Associação José do Patrocínio, cuja finalidade era alfabetizar, instruir e qualificar o negro como eleitor e cidadão pleno. Cf. OLIVEIRA, Eduardo de (org.) *Quem é quem na negritude brasileira*. São Paulo: Congresso Nacional Afro-Brasileiro; Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, volume 1, 1998.

O nome dele era Renato Jardim Moreira. Ele fez comigo um trabalho sobre a minha participação nas lutas sociais, nas entidades e nos jornais[...]Em 1950 eu completei 50 anos. O Fernando Góis resolveu me oferecer um jantar e deu o nome de Cinquentenário de José Correia Leite. [...]Houve almoços e jantares interessantes. Como o Renato Jardim Moreira estava integrado nas nossas reuniões, convidou os professores Roger Bastide e Florestan Fernandes para um jantar, devido o Prof. Bastide ter chegado de Paris em suas primeiras férias[...] O Prof. Roger Bastide, em sua conhecida humildade, não queria aceitar ser ele o homenageado no momento, já que se tratava do meu aniversário. A festa terminou auspiciosamente.<sup>76</sup>

Nesse sentido das relações entre os sujeitos pesquisadores e pesquisados, veja-se também a homenagem póstuma a Bastide, publicada na *Revista do IEB*, em que uma das mesas é composta por depoimentos de velhos e novos ativistas das associações negras paulistanas, conhecidos e amigos do sociólogo francês: Raul Joviano do Amaral, José Correia Leite, Jaime de Aguiar e Eduardo de Oliveira e Oliveira. O relato de Amaral é distintivo:

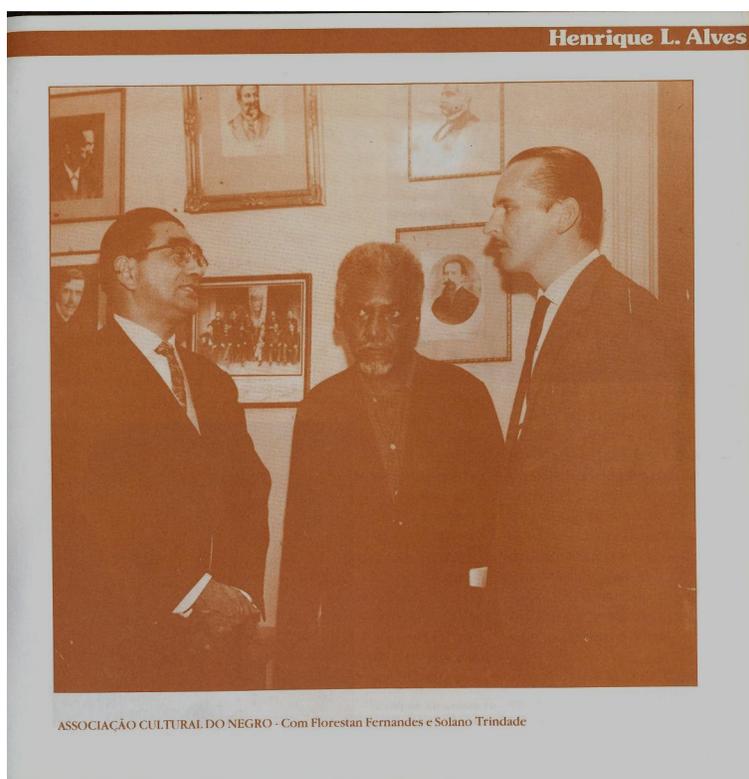
Estávamos na década de 1940 a 50. Num antigo casarão, transformado em casa de escritório, que ainda resiste ao tempo, Bastide me conheceu[...]foi o Mestre que de mim se aproximou. Naquele casarão imperial da rua Formosa, na Capital Paulista, funcionava a Associação “José do Patrocínio”, entidade devotada à defesa da gente negra[...]semanalmente eu proferia uma aula de orientação histórica-educativa para um grupo de senhoritas e rapazes selecionados[...]Numa dessas tertúlias despreziosas[sic],entre outros assistentes brancos e pretos, notei a presença de um cidadão de porte pequeno fisicamente, que parecia absorver minhas pobres palavras e concordar com os conceitos e apreciações apresentados. A cada encontro de nossos olhares, o cidadão acenava com a cabeça em sinal de aprovação ou concordância. Concluída exposição dessa noite[...]o circunstante referido, após formular com naturalidade algumas questões pertinentes ao tema que fora tratado, num português que denunciava o estrangeiro, inquiriu-me[se Amaral era sociólogo] Nesse instante, um jovem participante da caravana do cidadão, o futuro acadêmico e condutor de movimento, falecido Jorge Prado Teixeira, negro retinto que provinha de Ribeirão Preto, para ingressar na Faculdade de Filosofia, encarregou-se da apresentação formal[...] Claro que conhecia, de referência, o apresentado. Lera alguns de seus trabalhos. Mas a emoção do contacto direto com o eminente especialista bem pode ser calculada. Desmanchei-me em desculpas e justificativas ante o Mestre, alegando minha condição de curioso, de autodidata da Sociologia e das Ciências Sociais. Expliquei-lhe que cursara a Escola de Sociologia e Política, no seu início, muito mais preocupado com a disciplina que me fascina – a Estatística[...]Comecei, então, a ter contatos mais frequentes com o Mestre, ora na Faculdade, ora em meu escritório, ora em minha casa, que ele honrava[...]

---

<sup>76</sup> *Idem, Ibidem*, pp.153 e 159-60, respectivamente.

Mais intensa e mais íntima se tornou a convivência com Bastide quando Mário Wagner Vieira da Cunha – meu colega na Comissão do Serviço Civil do Estado – anunciara-me a próxima realização dos estudos regionais sobre o negro, sob os auspícios da Unesco, pesquisas coordenadas por Bastide com o inconfundível concurso de Florestan Fernandes e assessoramento preciso de Lucila Hermann<sup>77</sup>

Ilustração 5: Florestan Fernandes, Solano Trindade e Henrique Losinkas Alves, na sede da ACN, sem data. Fonte: livro Henrique L. Alves: um agitador cultural



Essas relações afetivas – ou para além da objetividade científica – não se restringem ao sociólogo francês e o militante histórico da imprensa e associações negras. No seu esforço de auto-análise, Florestan Fernandes discute em diferentes momentos como seus processos de socialização primário e secundário o aproximariam dos seus temas de pesquisa empírica mais famosos<sup>78</sup>. Recorde-

<sup>77</sup>AMARAL, Raul J. “Roger Bastide – No coração do negro”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 20, São Paulo, USP, 1978, pp. 126-127.

<sup>78</sup>“Fazendo o que me via forçado a fazer também era compelido a uma constante busca para vencer uma condição em que o *lumpen-proletário* (e não o operário) definia os limites ou as fronteiras do que não era “gente”. *Antes de estudar esse processo na pesquisa sobre o negro, vivi-o em todos os matizes e magnitudes*. A fronteira que me era negada também era conhecida pela experiência concreta.” (p. 143, grifos meus) E ainda: “Sair do bar e ter uma oportunidade, naquela época (1937), era algo notável. Os preconceitos contra “esse tipo de gente” atingia tais proporções[...] O mínimo que se pensava, sobre “aquele tipo de gente” é que éramos “ladrões” ou “imprestáveis”!... O *lumpen-proletário* era, pois, a principal vítima de sua condição serviçal e de sua vassalagem à ordem estabelecida. Vinhamos, na minha arquitetura mental daquela época, logo abaixo dos gatunos profissionais e dos vagabundos, das prostitutas e dos soldados da Força Pública. O círculo de ferro fora rompido e, com o novo emprego, poderia manter minha mãe e pagar os estudos. *A experiência concreta, por sua vez, não me fora inútil. Na pesquisa com Bastide, sobre relações raciais em São Paulo, eu saberia dizer por que a incapacidade*

se, também a epígrafe que inicia esse capítulo, nas justificativas tanto do sociólogo quanto do escritor Oswaldo de Camargo acerca de seus encontros no prefácio de um livro de poemas. O grau de interpenetração é muito significativo, atingindo uma construção imagética sobre o processo de enegrecimento da epiderme de um lumpemproletário de origem - “*Em parte, o Florestan, você percebia, que ele também era um negro, em alguns aspectos*” – , nas memórias do escritor, tal qual Fernandes aborda em suas memórias:

Antes [do Ginásio Riachuelo] eu encarava a realidade através de um espectro simplista, que se mantém viva em minha mente até hoje. Para mim, havia dois tipos de seres humanos e dois mundos. Uns viviam dentro do poço e não conseguiam sair dele. Quando tentavam, ou os que andavam na superfície pisavam em suas mãos, e eles caíam, ou os que estavam lá dentro puxavam-no para baixo. Não havia um sentimento de ódio contra isso: o fato era aceito como “natural”, o preço que muitos tinham que pagar por sua sina. De outro lado, contudo, custou-me entender o sentido profundo do comportamento dos que estavam dentro do poço. Somente mais tarde, estudando o negro, é que iria descobrir que não se tratava de uma manifestação rústica de falta de solidariedade. Era uma forma extrema de amor, de apego humano aos entes queridos. Os que saíam se separavam, eram perdidos. Aos poucos, tornavam-se outras pessoas, mudavam-se do bairro[...] *Essa situação, por sua vez, voltou à minha observação mais tarde, na pesquisa com Bastide: o tema do “emparedamento do negro”. Esse tema foi agitado pelos movimentos de protesto[...] Todavia, antes de investigá-lo em relação aos outros eu conhecera a realidade que ele evoca bem de perto e muito a fundo. Uma sociedade de classes em formação não é tão aberta quanto muitos pensam e, tampouco, é aberta em todas as direções.* O chão da superfície exigia uma viagem muito difícil e poucos chegavam até ele, naquela época. Era normal, portanto, que eu sentisse uma grande alegria de viver e uma esperança sem limites, como se o mundo me pertencesse e, a partir daí, tudo dependesse de mim.<sup>79</sup>

Há, portanto, uma ligação que congrega interesses analíticos e políticos, postura ética, método científico e trajetórias particulares que permite, em São Paulo, o decisivo sucesso da pesquisa sobre as relações sociais racializadas, fazendo dela um marco da Sociologia Brasileira. Afirmou-se, linhas atrás, que o grupo negro estava à margem do caminho, num ponto da encruzilhada do processo social. Em São Paulo, suas ações desde o início do século XX organizam-se no sentido de criar formas de

---

*de obter uma posição no sistema ocupacional da cidade pesara tão negativamente na história do meio negro na longa e penosa transição do trabalho escravo para o trabalho livre*”. (p. 148, grifos meus). Todas as citações: Cf. FERNANDES, Florestan. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, *A Sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*, Petrópolis: Vozes, 1977

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, p. 150.

solidariedade e coesão internas, capazes de integrar frações do grupo num ideal socialmente compartilhado. Todavia, o que se passa com as Ciências Sociais?

A discussão sobre as relações sociais racializadas, até o início dos anos 1950, recebeu diferentes tratamentos. Grosso modo, desde a abordagem das teses racialistas, envolvendo o discurso médico e biológico como formas de hierarquizar as *raças* (tendência registrada desde meados do século XIX, cujo expoente-mor é Raimundo Nina Rodrigues); o interesse acerca dos resquícios e ressignificações de aspectos culturais do continente africano no Brasil (figurando aí Arthur Ramos, entre outros); a discussão ambígua sobre os aspectos culturais, envolvendo os negros como civilizadores da sociedade patriarcal (notadamente, Gilberto Freyre); por oposição, numa discussão histórica e marcadamente paulista, um debate sobre a participação reduzida ou quase insignificante do grupo negro na sociedade brasileira (situe-se Alfredo Ellis Jr. nessa categoria); um longo debate sobre o processo abolicionista e/ou o escravismo e suas decorrências, discutindo-os, por vezes, como marcas insuperáveis do passado no contínuo temporal da sociedade, plasmando-a (Perdigão Malheiros, Caio Prado Jr. etc.)

A inserção da *ideia de uma crise social*, posta pela Abolição e pelo fim do regime monárquico (1888-1889), discutindo os aspectos de uma *sociedade em transição*, de uma cidadania precária e de uma revolução burguesa incompleta, embora se valendo de diferentes aspectos das discussões anteriores – e se opondo a vários deles – é deveras original, enquanto princípio heurístico. E surge como tese de Bastide e Fernandes, notadamente. Coloca, então, *a investigação sociológica noutra extremo da encruzilhada*, ao questionar: 1) a efetividade dos processos revolucionários abolicionista e republicano, enquanto ações de modernização social; 2) decorrente daí, o embate entre processos de modernização e sua plenitude moderna, ou seja: qual grau de emancipação pôde ser alcançada pelos grupos sociais subalternos?; 3) admitindo-se, a partir de dados empiricamente coletados, que a emancipação passa pelo reconhecimento dos direitos civis, implicando na formação de uma cidadania republicana, por quê na nova ordem social, o grupo negro ainda é um cidadão de segunda classe?; 4) que aspectos do passado persistem e convivem na ordem socialmente competitiva, capazes de impedi-la de se realizar plenamente, mantendo a dominação pretérita no presente?; 5) quais as possibilidades dadas ao e forjadas pelo grupo negro de superar seu ponto de partida desvantajoso e socialmente desigual?; 6) por fim, o modelo de dominação social persistente do antigo regime teria origem numa sociedade identificada com a organização da dominação patriarcal ou com a configuração social do patrimonialismo? Quais seriam, daí, os impeditivos para a mudança social?

Os estudiosos e/ou em alguma medida conhecedores do tema desse debate, clássico do pensamento social brasileiro, não encontrarão aqui nenhuma discussão nova sobre o assunto, não sendo

nem mesmo essa a intenção. Ao retomar a pesquisa inicial de Bastide e Fernandes, executada a partir de 1951 e publicada na revista *Anhembi* ao longo de 1952 e 1953, sendo formatada em livro em 1955, *quer-se colocá-la em situação*: seus principais pressupostos e consequências veem ao encontro das ações e anseios das frações organizadas do grupo negro paulista, bem como de seus intelectuais. *A Sociologia estava na outra margem do caminho: a discussão crítica das relações raciais não era priorizada sistematicamente pela grande maioria das teses do momento. A encruzilhada, portanto, é a cidadania republicana e os seus impeditivos para*, falando com Florestan Fernandes, “[...]forjar nos trópicos este suporte de civilização moderna”. Destarte, há um encontro fecundo, polêmico e que possui consequências que nos interessam aqui.

\*\*\*

*Branços e Negros em São Paulo* apresenta as condensações e desenvolvimento daquilo que, com muito cuidado, pode ser chamado de *escola paulista* de Sociologia<sup>80</sup>. No plano inicial da pesquisa, são apontadas as limitações impostas pela UNESCO que delimitaram as preocupações dos pesquisadores – um trabalho de curto prazo, financiamento pequeno e que servisse de instrumento para a *reeducação dos adultos* –. Bastide e Fernandes (este responsável por escrever o plano da pesquisa e três quintos do trabalho) colocam como hipóteses básicas ao trabalho que a desagregação do antigo regime servil e da velha ordem escravocrata se processou na razão inversa à efetividade da igualdade jurídica entre ex-senhores e ex-escravos. Elementos residuais do antigo regime – por exemplo, o preconceito de cor – regravam as relações entre brancos e negros na aparente ordem social competitiva, impedindo-a de se realizar plenamente. O preconceito de cor é, portanto, entendido como um processo sócio-histórico, visto de maneira relacional, entre brancos e negros, abrangendo os discursos sobre suas motivações, implicações na construção da desigualdade social e as reações a ele. O preconceito é igualmente provocador de reações, como os movimentos associativos entre negros, manifestações explícitas entre brancos etc.

O estudo de Bastide e Fernandes mobiliza densamente o que pode ser chamado de uma *análise sociológica da história* de São Paulo, vasculhando documentação sobre a formação dos grupos

---

<sup>80</sup>Fernandes rejeitou essa ideia em 1977 ao explicar o surgimento de seu texto “Em busca de uma Sociologia Crítica e Militante” ao afirmar que recebeu “[estímulos] para escrever uma espécie de autobiografia ou, pelo menos, para explicar como surgiu como alguns chamam, por falta de imaginação, de “a escola paulista de sociologia”[...] Não tenho importância intelectual para tanto [escrever uma autobiografia]. *E ainda menos para explicar uma “escola” que não existe e nunca existiu*”. Cf. FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*, Op. Cit., p. 140. Elide Rugai Bastos, no entanto, sugere que existe uma *unidade metodológica* em diferentes trabalhos e autores que compunham o grupo uspiano e se mantém após o período de cassações, o que permitiria pensar numa *escola sociológica paulista*. A respeito, ver Bastos, Elide. R. “Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista” In: Miceli, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira*, São Paulo: Anpocs/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002, pp. 183-230.

humanos no estado – dentre eles, o grupo negro e sua participação – a constituição do papel do escravo; a crise abolicionista e o artifício criador da desigualdade no pós-abolição (igualdade jurídico-formal sem mecanismos legítimos de emancipação). Na terceira edição consagrada a *Branços e Negros em São Paulo*, Fernando Henrique Cardoso, então um dos assistentes da pesquisa, aponta diferentes fatores que fazem daquele um trabalho clássico. Dentre eles, o sociólogo afirma que

*[...]há um esforço pioneiro para entender o papel dos movimentos sociais e de seus líderes no esforço de revisão da posição dos negros na sociedade. Para compreender esses processos foi essencial a decisão inovadora de chamar os líderes daqueles movimentos para participarem das discussões e mesmo para orientarem muito das interpretações acolhidas na pesquisa. Houve um ensaio de sociologia participativa. Essa técnica, bem como a combinação dela com outras, desde a reconstrução histórica da vida social dos negros e das formas do preconceito até a utilização de técnicas de pesquisa de campo, mostram a ousadia metodológica do empreendimento de Bastide e Florestan<sup>81</sup>*

O esforço de uma sociologia participativa se processa a partir da formação de uma *Comissão de Estudo das Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo*. Através de reuniões na Faculdade de Filosofia ou na sede das associações negras, cria-se um estreitamento de relações, decisivas para o sucesso da empreitada, contando com “[...]o secretário da Comissão para o Estudo das relações raciais entre negros e brancos em São Paulo, Jorge Prado Teixeira, que foi também colaborador nas pesquisas ecológicas[...] Da mesma forma, o reconhecimento dos orientadores do inquérito vai às diversas associações de negros em São Paulo: Associação José do Patrocínio de São Paulo, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a Legião Negra de São Paulo; aos informantes de cor[...]”<sup>82</sup>

Do ponto de vista dos sujeitos pesquisados, segundo as memórias de José Correia Leite, o primeiro encontro entre os membros das associações com os sociólogos do Projeto Unesco frustrou um pouco as expectativas, de ambos os lados, pela aparente falta de compreensão, de algumas pessoas, dos significados do trabalho, de sua envergadura ou propósitos principais:

O primeiro seminário foi na Biblioteca Municipal. Estiveram lá no auditório negros importantes, graduados em especialidades, com floreios de oratória... Mas com relação às pesquisas, o que podia sair disso? O doutor Edgar Santana, um médico baiano muito importante, chegou falando da sua formação germânica, do seu caráter polêmico, de suas amizades no meio social e assinalando que

<sup>81</sup> CARDOSO, Fernando H. “Uma Pesquisa Impactante” In: BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Branços e Negros em São Paulo: Ensaio Sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, 3<sup>a</sup> ed., São Paulo: Global Editora, 2008, pp. 15-16. Grifos meus.

<sup>82</sup>BASTIDE, Roger. “Introdução” In: BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Op. Cit.*, p. 24.

ele estava ali não tanto porque acreditasse na pesquisa, mas por ser um admirador e amigo do Prof. Roger Bastide... E assim por diante. Apareceu um outro falando de seu tempo de acadêmico e de outras fases da vida... Surgiu um tal de Dr. Abataiguara (um nome indígena!) e dizia que o negro e o branco iam desaparecer e ia surgir uma sub-raça, uma nacionalidade com nome de brasileiro... Eu não sei o que os homens da pesquisa podiam fazer com esse tipo de informação. O doutor Edgar Santana acabou dando os palpites dele como conhecedor da situação do negro e não quis ser, como se costuma dizer, um “pesquisado”. Queria ser um pesquisador também.<sup>83</sup>

A incompreensão já estava presente também na própria perspectiva da Unesco. A pesquisa de São Paulo realiza um trabalho de fôlego. O primeiro capítulo do livro, escrito por Fernandes, alicerça a tese desenvolvida por diferentes membros da equipe paulista. A discussão sobre o preconceito racial, dada a sua dificuldade e lacuna bibliográfica de então, deveria se iniciar por uma perscrutação histórica. E não apenas servir como um instantâneo fotográfico, que demonstrasse a premissa de que o Brasil era um paraíso terreno. Ao contrário se dá a entrada no problema, portanto: “*A história do negro em São Paulo se confunde, durante um largo período de tempo, com a própria história da economia paulista. Os africanos, transplantados como escravos para a América, viram a sua vida e o seu destino associar-se a um terrível sistema de exploração do homem pelo homem*”<sup>84</sup>.

A história do negro paulista, no pós-abolição, portanto, está diretamente associada à história da escravidão e o modo de produção vigente. Trata-se de uma leitura caiopradiana dos eventos históricos, empreendida por Fernandes, que se agudiza na afirmação de que “[...]a escravidão, como instituição social, se articula dinamicamente com o sistema econômico de que faz parte; se era por ele determinada, reagia sobre ele por sua vez, e o determinava”<sup>85</sup>. Existe, destarte, uma relação que não é de estranhamento entre capitalismo e trabalho escravo; ao contrário, tal embricamento plasma a própria sociedade. Constitui uma instituição social, influenciando outras; posiciona indivíduos nesse quadro, demarcando-lhes lugares, estabelecendo-se assim, para além das relações produtivas, relações de comportamento.

A tese da passagem do escravo ao cidadão será, então, longamente desenvolvida à partir da discussão acima. A integração se dará a partir do desenvolvimento da exploração econômica em torno da mineração e, principalmente, através da grande lavoura, dos ciclos da cana-de-açúcar e café, em São Paulo.

A evolução da escravidão em São Paulo apresenta algumas peculiaridades, porque a expansão da “grande lavoura” nesta província coincide com o período que se inicia e se processa o colapso do

<sup>83</sup>Cf. LEITE, José C. & CUTI, *Op. Cit*, pp. 152-153.

<sup>84</sup>FERNANDES, Florestan. “Do Escravo ao Cidadão” In: BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>85</sup>*Idem, Ibidem*, p. 42.

sistema de trabalho escravo no Brasil. A renovação ilimitada do “braço negro” tornara-se praticamente impossível desde a cessação do tráfico.[...]Admita-se que o escravo se transformaria em trabalhador livre e que o problema da mão-de-obra encontraria na libertação dos escravos um corretivo natural. Os fazendeiros mais empreendedores de São Paulo, porém, tentaram corrigir as limitações do mercado interno de trabalho através da importação imediata de trabalhadores brancos. O trabalho escravo encontrara finalmente um sucedâneo no trabalho livre, mas no trabalho livre proporcionado pelos imigrantes europeus.[...]o fenômeno em apreço representa o produto de um conjunto de causas muito mais complexas que determinaram, ao longo da segunda metade do século XIX, um dos processos mais dramáticos que já abalaram a sociedade brasileira: o da desagregação do regime servil. Assim, não é a proporção do elemento negro na população de São Paulo que se altera[...] É o status do escravo que se modifica, a própria escravidão que desaparece, condenada pelas novas condições de existência social.<sup>86</sup>

O lugar do escravo entra em ocaso, com a desagregação da principal instituição social, fundada num amálgama intrincado de produção econômica, igualmente em crise. Na análise de Fernandes, esse argumento é central. Partindo dele, o autor questiona os impasses vividos pela agitação abolicionista em lidar com o esfarelamento progressivo da ordem social vigente. O impasse social transforma-se em desfaçatez, como nos demonstra o autor:

Apesar dos ideais humanitários que inspiravam as ações dos agitadores abolicionistas, a lei que promulgou a abolição do cativo consagrou uma autêntica expoliação dos escravos pelos senhores. Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência à pessoa dos libertos, abandonados à própria sorte daí em diante.[...]foram abandonadas as antigas preocupações de recuperação humana do escravo como homem livre[...] Ninguém mais se preocupava oficialmente com o “mandato da raça negra”[...]Os anos posteriores à Abolição foram extremamente duros para as populações negras concentradas nas cidades. Depois de decorrido mais de meio século, ainda se fazem sentir agudamente, no seio dessas populações, os efeitos das comoções que destruíram a ordem social escravocrata e projetaram os ex-escravos na arena de competição aberta com os brancos. De fato, a lei de 13 de Maio nada concedeu ao elemento negro, além do *status* de homem livre.[...]<sup>87</sup>

A análise do período de transição é particularmente importante para Fernandes descrever o cenário das primeiras décadas do século XX e a posição ocupada pelo grupo negro no momento posterior à Abolição. Esta, vista como evento crítico, coloca em colapso o ordenamento de um mundo

---

<sup>86</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 58 e 62-63.

<sup>87</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 65, 67 e 71.

antigo, necessitando-se, portanto, explicar como se dá a reordenação das peças no novo cenário. A análise do autor conclui que o desenrolar do processo dramático da transição do antigo regime para a ordem social competitiva “[...]é a *flagrante desigualdade que separa o negro do branco na estrutura profissional de São Paulo.*[...] *A proletarização dos indivíduos de cor e a integração concomitante de uma porção deles às classes médias marcam o fim de um período e o começo de uma nova era na história do negro na vida econômica de São Paulo.*”<sup>88</sup>

\*\*\*

Para os fins que nos interessam nesta altura da tese, será no quinto capítulo – *A luta contra o preconceito de cor* – que a discussão sobre o encontro entre os anseios das associações negras e a pesquisa sociológica se fazem mais evidentes. Os capítulos escritos por Bastide enfocarão a importante discussão sobre a mudança ocorrida na sociedade, com o surgimento da nova ordem, implicando em alterações nos papéis e percepções sociais referentes ao grupo negro. Fundamentalmente, a discussão se dará acerca da criação dos estereótipos e preconceito de cor, sua função social e seus efeitos. Dentre eles, com a mudança de estrutura social e a criação de uma cidadania de segunda ordem para o grupo negro – ligada estreitamente aos estereótipos do escravo ou ex-escravo – ocorrem as reações internas daquele grupo, à sociedade envolvente.

A luta contra o preconceito de cor, portanto, é uma das manifestações, na nova ordem, às mudanças ocorridas no cenário social. À precariedade e inépcias dessas, na razão inversa, se originam mecanismos de reivindicação, internos ao grupo negro, denunciando o preconceito e objetivando a aglutinação dos sujeitos sociais negros. Em São Paulo, segundo Fernandes,

[...]com a progressiva assimilação dos negros e dos mulatos à ordem social produzida pelo regime de trabalho livre e pelo sistema de classes, começaram a surgir na população negra e mestiça da cidade tendências para a elaboração social e a expressão coletiva dos sentimentos provocados pela desigualdade econômica e social das duas “raças” e pelas manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor[...] Os ideais de integração nacional acima das diferenças raciais e de igualdade fundamental entre todos os brasileiros sofreram no “meio negro” uma reelaboração cultural, que se caracterizou pela eliminação das inconsistências ocultas atrás de ambas as noções, nas atitudes dos brancos, e pelo desdobramento da perspectiva crítica, pois alimenta avaliações em que não são poupados nem os “brancos” nem a “raça negra”[...] os elementos dinâmicos da nova ideologia nascem da crítica dos aspectos negativos e insatisfatórios das relações dos negros com os brancos e da definição do “preconceito” como um *problema social*[...] *A emergência e a*

---

<sup>88</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 77 e 89.

*canalização social do “protesto negro” contra as manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor constituem um fenômeno recente, cuja explicação se encontra nas transformações operadas na situação dos negros e dos mulatos na sociedade paulistana.*<sup>89</sup>

A ideia de um *protesto negro* emergente é deveras interessante. Ela se apresenta como um tema de época (fim dos anos 1940 até o início dos anos 1960), inclusive literariamente, como se verá. *Em São Paulo, é ela que articula as reivindicações das associações paulistas ao mote da análise de Bastide e Fernandes sobre o período em tela (1930-50).*

O *protesto* se faz presente na crítica crescente dos jornais da imprensa negra paulista e de suas associações, bem como na expressão literária dos escritores que nelas orbitam ou que lhes são externos (exemplos: Solano Trindade, Oswaldo de Camargo, Carlos de Assumpção ou Carolina Maria de Jesus). Enquanto ideia, assume menos uma característica de manifestação violenta ao *status quo*, na luta pela equidade dos direitos civis; ao contrário, ferramenta de reconhecimento social, de equalização da cidadania republicana, se torna um tema de denúncia (da situação do negro) e de sua potencialidade – expressa na capacidade de frações desse grupo ter consciência de sua situação precária, fazendo algo socialmente com ela. Ver-se-á isso mais adiante.

\*\*\*

Se o encontro na encruzilhada social, em São Paulo, parece promissor, o mesmo não pode ser dito das relações travadas – no âmbito da pesquisa Unesco – entre Sociologia e Associações Negras do Rio de Janeiro. Embora, como dito anteriormente, os propósitos e conclusões entre cariocas e paulistas sejam próximos e convergentes, fato semelhante não se processa nas relações entre Luiz de Aguiar Costa Pinto e, fundamentalmente, o Teatro Experimental do Negro (TEN), capitaneado por Abdias do Nascimento, em atividade desde 1944, na então capital federal.

*O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudanças* é a pesquisa mais próxima de *Branços e Negros em São Paulo*, da mesma forma que o TEN é uma espécie de parente mais velho, enquanto instituição, da Associação Cultural do Negro (ACN). Para entender, então, as divergências, é necessário analisar o caminho analítico, seus pressupostos e conseqüências.

Livro publicado em 1953 na *Coleção Brasileira*, cuja pesquisa e redação tenta focar uma espécie de *fotografia* daquele tempo presente sobre a situação do negro no então Distrito Federal. Costa Pinto não realiza grande esforço de reconstrução da trajetória histórica do negro no RJ – o que torna o trabalho paulista original e excepcional –, tendo como foco, de acordo com Chor Maio, outro objetivo,

---

<sup>89</sup> *Idem, Ibidem*, p. 229.

em verdade, duplo: por um lado: “[...]um esforço de afirmação da sociologia como ciência capaz de interpretar o quadro de tensões sociais[...] contrapõe os estudos etnográficos, antropológicos e históricos, que a seu ver, estariam comprometidos com o modelo tradicional de relações sociais[...]” e, simultaneamente, analisar “[...]as relações raciais [...] a partir do desenvolvimento tenso e contraditório do capitalismo no Brasil [...] a questão racial seria um indicador preciso do processo de mudança social em curso”<sup>90</sup>.

O autor tenta cumprir tais objetivos dividindo o trabalho em duas partes. A primeira - “A Situação Racial” - cumpre o caráter de captura instantânea da situação, problematizando dados sobre demografia, estratificação social, distribuição no e ocupação do espaço social (ecologia); dados sobre o acesso à educação e cultura, bem como sobre as relações sociais estabelecidas entre negros e não-negros (redundando em atitudes discriminatórias, estereótipos etc.). Duas das conclusões mais interessantes, a meu ver, a que chega o autor nessa primeira parte, dizem respeito a aspectos semelhantes a que Bastide e Fernandes chegaram em São Paulo. Todavia, naquele estado se elaborou a tese sob o ponto da passagem do *escravo* a *cidadão*; aqui se enuncia que “[...] Em face desses dados parece não haver dúvida de que de escravo a proletário foi a maior distância percorrida pela grande massa de homens e mulheres de cor no Distrito Federal nos últimos setenta anos de mobilidade social”<sup>91</sup>

Cabe uma ressalva. A pesquisa de São Paulo incorpora a questão da proletarização do liberto dentro de uma perspectiva mais ampla: a da *cidadania incompleta*, que só poderia ser discutida haja vista reconstrução histórica que a pesquisa carioca não realiza. Todavia, mesmo assim, outra conclusão importante de Costa Pinto aproxima os trabalhos: refere-se ao problema da segregação sócio-espacial do negro nas favelas cariocas:

Um dos aspectos mais odiosos da discriminação racial é a segregação residencial que obriga – pela força do costume, da lei, ou de ambos – a população de determinado grupo étnico, inferiorizado pelo grupo dominante, a limitar o seu direito de morar no âmbito de determinados bairros e ruas, vedando-lhe o acesso a outros lugares nos quais o grupo privilegiado monopoliza o direito de se instalar.[...] Diversos fatores têm histórica e sociologicamente contribuído para a formação de favelas no Rio de Janeiro, mas nem a análise desses fatores, nem o estado atual do problema *per se* se constituem, aqui, nosso objeto fundamental de estudo. Interessa-nos apenas demonstrar: a) que nas favelas vive elevada quota da classe operária do Distrito Federal e que não é apenas a *mala vita*

---

<sup>90</sup>MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*, Op. Cit, pp. 197 e 185, respectivamente. Grifos meus.

<sup>91</sup>COSTA PINTO, Luiz de A. . *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2<sup>a</sup> ed., 1998, p. 114.

que ali é obrigada a viver; b) que como nessa classe se encontra a maior parte da população de cor que vive no Distrito Federal, daí resulta uma alta representação destes grupos de cor na população das favelas; c) que a presença de núcleos favelados em todas as zonas da região oriental do Rio de Janeiro [...] influi como fator ponderável na dispersão desses grupos por toda a região, mascarando assim, até certo ponto, a segregação desses grupos na estrutura da comunidade[...] as favelas apresentam-se como núcleos segregados de população pobre e de cor exatamente nos bairros onde os brancos constituem a maioria e que elas encontram menores razões econômicas e sociais para se formarem naqueles bairros onde maior é o número de habitantes de cor e menor a distância social e étnica entre favelados e não-favelados. Se concordarmos em que grande parte da população da favela vive em função e a serviço dos mais afortunados que residem nas áreas não-faveladas adjacentes e se verificarmos que, em regra, o favelado que tem atividade econômica definida tem sua atividade na mesma zona em que reside, a hipótese parecerá ainda provável.<sup>92</sup>

Nesta primeira parte do trabalho é possível dizer que há convergência de interesses de uma sociologia crítica, preocupada com o tema da mudança social e, em alguma medida, com as aspirações de associações e organização negras, no que diz respeito à exposição criteriosa da situação do grupo negro no cenário pós-abolição. Marcos Chor Maio apresenta sobre isso um dado interessante, sobre um certo nível de vinculação de Costa Pinto com elementos daquelas organizações.

Para a realização da pesquisa sobre as relações raciais no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da UNESCO, Costa Pinto contou com a colaboração do jornalista e etnólogo Édison Carneiro (1912-1972). Baiano e mulato[...] A partir de 1933, influenciado por Arthur Ramos, envolveu-se com pesquisas sobre os cultos afro-brasileiros, tendo participado do 1º Congresso Afro-Brasileiro, em Recife, e sendo um dos organizadores do 2º Congresso Afro-Brasileiro, em Salvador[...] Em 1949 foi co-organizador com Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos da Conferência Nacional do Negro e, no ano seguinte, do 1º Congresso do Negro Brasileiro[...] O intelectual baiano teve papel fundamental na pesquisa sobre as relações entre brancos e negros no Rio de Janeiro, na parte relativa aos movimentos sociais de corte étnico.[...]Costa Pinto escolheu Édison Carneiro não apenas pelos méritos de suas investigações mas por ser, ao mesmo tempo, um homem de cor que tinha ligações próximas com as lideranças do movimento negro[...] Embora estivesse voltado para os estudos históricos e etnológicos, ou seja, aquilo que[...] Costa Pinto criticava como a fase afro-brasileira dos estudos sobre o negro, Édison Carneiro se identificava com a visão do sociólogo no que tange à consideração dos problemas do negro como fundamentalmente vinculados à estrutura social capitalista[...] Nesse sentido, havia um ponto de convergência essencial para a pesquisa entre os dois intelectuais baianos.<sup>93</sup>

<sup>92</sup>*Idem, Ibidem*, pp. 125, 136 e 139, respectivamente.

<sup>93</sup>MAIO, Marcos Chor. *Op. Cit.*, pp. 181-182.

Todavia, o argumento de Chor Maio é também algo complicado. É na segunda parte do livro de Costa Pinto que se encontrará o ponto polêmico de divergência entre esse autor e, talvez, a principal organização negra carioca de então, com projeção internacional inclusive: o TEN, de Abdias do Nascimento. A briga entre o sociólogo e o ativista negro não é discutida fortemente por Maio, sequer mencionado, sem se apresentar as razões para isso.

Essa segunda parte de *O Negro no Rio de Janeiro* discutirá os Movimentos Sociais, separando-os em “Organizações Tradicionais”<sup>94</sup> e “Organizações de Novo Tipo”. Sobre essas últimas, contrapostas às Irmandades de Nossas Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, Escolas de Sambas, Terreiros, Gafieiras etc., Costa Pinto afirma que:

Elas são novas não apenas no sentido cronológico; são, também, *sociologicamente* novas, no sentido de que resultam de situações relativamente recentes na história social deste País, das quais surge, inclusive, um novo negro *não-escravo*, um negro *não-africano*, um negro *não-servil*, um negro *não-trabalhador rural*, um negro *não-ignorante*; ou visto ao reverso, um negro brasileiro, livre, proletário, de classe média, ou intelectual, urbano, inconformado com as pechas e os clichês que sobre ele existem, com a situação objetiva e com as expectativas de comportamento que a respeito dele existem – **exprimindo tudo isso, de diversa forma, quase todas larvárias, desconexas, informes e também não-raro, altamente sofisticadas e mesmo, até pretensamente científicas.**<sup>95</sup>

Para o sociólogo carioca, as associações negras de *novo tipo* surgiram a partir de 1930, sendo interditas entre 1937 e 1945, retornando à ativa no interregno democrático subsequente. Nelas se formaria uma espécie de *elite negra*, urbano-industrial, pela qual o autor tem severas reservas, já que como afirmou anteriormente, são “[...]associações de elite, de elite negra, que em face da massa negra age, reage e se comporta como toda elite em face de qualquer massa”. Embora aponte a singularidade do *novo negro*, que romperia com a estigmatização de seu passado escravo, a contraposição da

---

<sup>94</sup> “[...]De fato, assim como as resistências à mudança geram os problemas sociais, do mesmo modo um problema que não está resolvido está no fundo de todo movimento social[...]Deste ponto de vista é que as associações de homens de cor no Rio de Janeiro devem ser sociologicamente encaradas como a tomada de consciência mais ou menos nítida, mais ou menos deformada da irresolução dos problemas relativos aos seus interesses materiais, seus status, seus valores, suas aspirações e suas perspectivas[...] *As associações que aqui chamamos de tradicionais são negras, portanto, no sentido que são populares – neste sentido são tão negras quanto por exemplo o futebol – enquanto que as de novo tipo são, por excelência, associações de elite, de elite negra, que em face da massa negra age, reage e se comporta como toda elite em face de qualquer massa. Não é possível compreendê-las, por conseqüência, sem primeiro traçar, ainda que sumariamente, o perfil deste grupo de negros social e culturalmente evoluídos, que aqui estamos chamando de 'elite negra' ”. Cf. COSTA PINTO, Luiz de A. *Op. Cit.*, pp. 214-215 e 235, respectivamente. Grifos meus.*

<sup>95</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 232. Grifos em negrito meus.

formação dessa nova elite, que sai de seu lugar predeterminado, é ao enorme número de, nos termos do autor, *negros-massa*:

*A elite que se forma nessas associações, e que as formou para si, para resolverem problemas seus, de status, de aspirações, de mobilidade e de resistência que encontra à sua mobilidade e às suas aspirações, sofre, por sua vez, do mal incurável de não saber falar outra linguagem que não seja a do seu horizonte de extrato médio, duplamente asfixiado por sua condição de raça e de classe.*<sup>96</sup>

A elite negra ascendente, alicerçada numa classe média intelectualizada, faz uso mistificador, na análise do autor de *O Negro no Rio de Janeiro*, de sua própria ideologia: a ideia de negritude. Para o sociólogo, a principal crítica àquela ideia reside no seu caráter irreflexivo e mais sentimental.

Para desempenhar essa função de ideologia do movimento negro, útil como mito nas horas de ascensão, necessária como consolo e como comunhão mística entre os iniciados nas horas de adversidade, é que surgiu – e continua hoje em plena elaboração – a ideia de negritude.[...]É preciso que se diga que os próprios intelectuais negros que falam de negritude, e os brancos que em torno do tema fazem variações, jamais lhe deram uma formulação explícita e sistemática; dir-se-ia que eles 'sentem' a negritude, o que seria melhor do que afirmar que eles a 'pensaram', ou, ao menos, que a formularam como corpo coordenado de ideias e interpretações sobre o problema atual do negro brasileiro.[...] A negritude, portanto, é uma ideologia por vir a ser, vivendo sua fase larvária e indefinida, algo informe, muito mais sentido do que pensado, já refletindo nitidamente uma situação social mas ainda longe das massas, das pugnas, das formulações pragmáticas, dos esquemas de conceitos definidos.<sup>97</sup>

Neste caso, portanto, a ideia de *negritude* operaria, segundo Costa Pinto, como uma espécie de *mito* para aquela classe média. Há um tom de deboche crescente nas suas críticas, apoiadas apenas no vazio de uma observação sem mediações ou estudo mais aprofundado, demonstrada na página seguinte, em que constrói a afirmação de que a negritude “*Por enquanto, cheira ao incenso místico das ideias de seita, sentido apenas, pelos iniciados – está longe ainda de ganhar o odor do suor das massas em movimento perseguindo uma ideia-força.*”

O sociólogo expressa seu maior apreço por outra associação negra, contraposta ao TEN: a União dos Homens de Cor (UHC/ Uagacê), fundada em 1949 e com maior aproximação ao *negro-massa*, de acordo com Costa Pinto, com caráter mais ativo e menos elucubradora de ideias<sup>98</sup>. A UHC,

<sup>96</sup>*Idem, ibidem*, p. 245. Grifos meus.

<sup>97</sup>*Idem, ibidem*, p. 255.

<sup>98</sup>“Na verdade, o que acontece é que há, em relação aos “intelectuais” do TEN uma profunda desconfiança por parte dos dirigentes da Uagacê, que aliás neste ponto refletem uma atitude de maior sobriedade[...]por outro lado, em relação aos líderes da Uagacê, os dirigentes do TEN não escondem uma noção de superioridade e certo desprezo pelos “reivindicadores contumazes”[...] O TEN atraiu principalmente, com o tipo de atividades a que se dedicou, os intelectuais, os artistas, os

fundada por José Bernardo da Silva e presidida, então, por Joviano Severino de Melo, era ligada ao Centro Espírita Jesus do Himalaia, em Niterói, sendo responsável pelo jornal *Himalaia*. Além disso, Bernardo da Silva teria sido recebido pelo Presidente da República, após o sancionamento da Lei Afonso Arinos (1951) e a UHC era responsável por cursos destinados à população negra de baixa condição.

E é aqui que o ponto da divergência se torna nebuloso. Por quê as associações negras deveriam ter uma única direção a seguir? Por quê Costa Pinto opta pela de caráter mais assistencialista ou de intervenção direta junto as classes baixas, como molde para o ativismo negro? Qual o problema em associações e ativistas – como os do TEN – formularem ideias, forjarem projetos intelectuais, elaborarem uma visão de mundo – mesmo que, porventura, equivocada – a respeito de sua própria condição? Responder apenas pela biografia de Costa Pinto, ligado historicamente ao Partido Comunista, será tão insuficiente quanto as críticas que o autor elaborou.

Para compreender a contenda é necessário retomar os embates de três anos anteriores à publicação de *O Negro no Rio de Janeiro*, quando do acontecimento do *I Congresso do Negro Brasileiro* (1950), promovido pelo TEN, no qual participam intelectuais (Alberto Guerreiro Ramos, Roger Bastide, Édison Carneiro, Oracy Nogueira, Charles Wagley, Thales de Azevedo, Darcy Ribeiro etc.) e ativistas negros, entre 26 de agosto e 04 de setembro de 1950. Costa Pinto participou do congresso, chegando a presidir duas mesas. Ali colheu informações ou travou contatos que viria a utilizar em seu livro para a Pesquisa UNESCO<sup>99</sup>. Entretanto, sua análise sobre o grupo promotor do congresso, por diversas vezes, alcança o nível da crítica através da chacota. A discussão sobre a ascensão e queda do TEN ou mesmo a sobre a teorização dos *psico* e *sociodramas* promovidos por Guerreiro Ramos e, ainda, sobre a ideia de negritude são exemplares neste sentido.

O período áureo do TEN não foi pura e originalmente artístico, foi o pré-eleitoral (1949-1950), quando o entusiasmo de seus dirigentes e a generosidade interessada de candidatos brancos e postos

---

estudantes, os escritores; definiu-se a si mesmo como uma “espiritualidade”. A Uagacê recrutou e atraiu mais outros setores sociais da população negra e nela parece não haver, como há entre intelectuais mais sensíveis do TEN, nenhuma receio de serem confundidos com o tipo de “reivindicador contumaz” (pp. 260-261).

<sup>99</sup> É o autor mesmo quem afirma: “Foi para nós de extraordinário valor científico a participação como observador, nos trabalhos do 1º Congresso do Negro Brasileiro, reunido no Rio de Janeiro, em agosto-setembro de 1950. O conclave nada teve de comum com os anteriores congressos “afro-brasileiros” e representou, na verdade, o papel de uma grande “mesa-redonda” em que uma elite negra expôs e discutiu seus problemas, alguns problemas do negro-massa e do povo brasileiro em geral. Tendo assistido a quase todas as reuniões e tendo, por escolha da assembléia, presidido as duas primeiras, e mais agitadas, sessões ordinárias, *devemos a essa experiência a possibilidade de ver ao vivo o desenrolar de uma fase decisiva do processo social cuja análise é o objeto central desta pesquisa. Experiências como aquelas e fontes de documentação tão rica e tão direta, substituem, para o estudioso, coleções inteiras de documentação secundária, pois ali encontramos o que é; na bibliografia corrente sobre a situação racial brasileira, encontramos na maioria dos casos o que se desejaria que fossem as relações de raça neste País.*” Cf. COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro, Op. Cit.*, p. 68, segunda nota de rodapé.

eletivos forneceu os meios psicológicos e financeiros para o TEN ter uma sede própria, editar um jornal e melhorar sua apresentação[...]a aumentar sua envergadura, seus propósitos, sua influência aos olhos dos negros, dos brancos e, principalmente, aos seus próprios olhos[...]O despertar do sonho eleitoral revelou uma realidade bastante crua[...] e o sonho cândido da negritude adestrada nos estilos das classes dirigentes declinou, murchou, morreu.[...]Em verdade, significa [“os passes de terapêutica catártica”] a existência de negros de classe média querendo se adestrar nos estilos de sua classe[...] e a tentativa de contornar emocionalmente essas barreiras por meio de um mecanismo dramático de *faz de conta que somos brancos*[...]”<sup>100</sup>

E assim por diante. Todavia, se o TEN, os intelectuais ou os ativistas negros dos anos 1950 não formalizaram uma análise sistemática da ideia de Negritude, Costa Pinto também não o fez em *O Negro no Rio de Janeiro*. Toma-a como fenômeno nascente do meio século XX quando, em verdade, era um debate em aberto desde o fim dos anos 1920 em Paris. Sua crítica fica aquém do propósito, restando a aparência onde deveria constar análise mais profunda. Não se questiona como aquelas ideias chegaram ao Brasil, como e se os intelectuais negros brasileiros tinham contato com os africanos criadores do movimento de Negritude, entre outras perguntas relevantes. E não à toa que seus objetos de estudo, uma vez acidamente criticados, reagiram, quando puderam, ao seu trabalho.

As teses, pareceres e atas remanescentes do I Congresso do Negro Brasileiro foram publicados por Abdias do Nascimento em 1968, no livro *O Negro Revoltado*. À ocasião, o antigo diretor do TEN discute, na Introdução, a visão de alguns cientistas e ativistas sobre o congresso, louvando uma fala de Roger Bastide<sup>101</sup> sobre aquela iniciativa. Na sequência, o ativista negro afirma que:

Infelizmente o comportamento dos 'cientistas' impediu que se concretizasse o 'bom exemplo' preconizado por Roger Bastide e Artur Ramos. E tal foi o abismo que se abriu entre as duas correntes que se viram irremediavelmente afetados os resultados do Congresso.[...] Várias teses, pareceres, discursos e atas, por exemplo, foram, em confiança, emprestados ao Sr. L. A. Costa Pinto que, na época, realizava um trabalho para a Unesco sobre o negro no Rio de Janeiro. A maior parte do material emprestado jamais me voltou às mãos. O extravio desses documentos foi denunciado por Guerreiro Ramos em artigo no *O Jornal* (17-1-54) ao analisar a autoridade científica o Sr. L. A. Costa Pinto[...]Aliás, Gilberto Freire também se refere a “antropólogos e sociólogos, *alguns talvez tendenciosos* [o grifo é meu], encarregados pela Unesco de realizar no Brasil um inquérito sobre relações de raça”[...] o que naturalmente não se aplica nem a René Ribeiro (Pernambuco) nem a

<sup>100</sup> *Idem, ibidem*, pp. 250 e 254, respectivamente.

<sup>101</sup> “Acho que o Congresso do Negro Brasileiro não deve ser unicamente um congresso de estudos afro-brasileiros, mas deve distinguir-se pelo seu trabalho de ação. É um congresso onde se discutem ideias por um Brasil maior. Estou feliz porque neste congresso ninguém dorme. Todos discutem, dando um bom exemplo de democracia racial e política”. Cf. NASCIMENTO, Abdias do (org.). *O Negro Revoltado*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2<sup>a</sup> ed., 1982, p. 60.

Roger Bastide e Florestan Fernandes (São Paulo), cujos trabalhos em suas respectivas áreas mereceram o respeito de todos.[...] <sup>102</sup>

O embate entre os ativistas e o sociólogo cresce rapidamente, até chegar a uma contra-reação bastante conhecida (e não explorada pela fortuna crítica do Pensamento Social Brasileiro) de Costa Pinto, publicada em *O Jornal*, o mesmo lugar de onde lhe eram dirigidas as críticas: “*Duvido que haja biólogo que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório*”. <sup>103</sup>

Essa tensão no estudo das relações raciais cariocas, oriunda no projeto UNESCO não é enfocada por Marcos Chor Maio em sua tese ou no prefácio que faz à segunda edição de *O Negro no Rio de Janeiro* (1998). Ao contrário, o pesquisador sintetiza as críticas do sociólogo dos anos 1950 da seguinte forma:

Mesmo com a organização de eventos científicos, como a Convenção Nacional do Negro (1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro (1950), ou a participação no processo eleitoral de 1950 – além da elaboração de cursos de alfabetização, de atividades sócio-psicológicas como o sociodrama, a edição do jornal Quilombo – o TEN, segundo Costa Pinto, não logrou ir além dos limites classistas dos seus membros. Em outras palavras, a atuação do TEN obteve pequena repercussão. <sup>104</sup>

Será mesmo? Há aqui uma interessante discordância a ser explorada nesta tese, no próximo capítulo. Que a grande maioria das ações negras neste momento sofram de um caráter internalista, retroalimentado e restrito a uma fração cultural dentro dos grupos negros, há relativo entendimento. Entretanto, não há como ignorar ou minorizar o esforço dessas iniciativas, cujas ressonâncias ou ações similares se fazem sentir em períodos subsequentes, senão nos dias correntes.

Os anos 1950 e meados dos 60 são grandes momentos em que há um encontro fecundo entre as Ciências Sociais e as aspirações das associações reivindicativas. Todavia, há que se lembrar ou *evidenciar* – uma vez que a cronologia dos fatos ou uma larga bibliografia sobre eles falem por si – que aqueles grupos, associações, jornais, ativistas e escritores estavam há muito tempo *correndo por fora*, realizando feitos e alcançando pessoas ou posições que muitas vezes suas socializações primárias e suas origens de classe não permitiram efetuar tão facilmente.

As ideias de obtenção de uma *pequena repercussão* ou *incapacidade de romper os limites de classe*, nesse sentido, têm de ser matizadas à luz do contexto, postas *em situação*, balanceando os

---

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, pp. 60-61.

<sup>103</sup> *Idem, ibidem*, pp. 61-62.

<sup>104</sup> MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO*, Op. Cit., p. 194.

alcances conquistados por esses grupos na mesma medida dos obstáculos encontrados e impostos aos mesmos. Tanto os intelectuais negros de São Paulo quanto os do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1940 e 1960, estavam num patamar absolutamente inédito de posicionamento e possibilidades objetivas de realização de seus intentos para os seus grupos sociais de origem. Não por acaso, chamaram atenção de uma Sociologia Crítica, igualmente florescente na mesma época, como ficou demonstrado. Na medida do possível, ocorre, então, uma conformação de interesses.

No encontro com as Ciências Sociais não significa que não ocorram atritos ou que o protagonismo dos propósitos seja unilateral. Ao contrário: É no embate e no estranhamento, na aliança e na contraposição que se abrirá um *horizonte de possibilidades*, tanto para aqueles sociólogos como para esses grupos negros. Definir-se-ão, a um só tempo, trajetórias sociais e um caminho das ideias sobre as relações sociais racializadas, com conseqüências dignas de estudo.

A Literatura, em variadas formas, como expressão do juízo por meio de universos ficcionais, permeia esses desdobramentos, como se verá a seguir.

## CAPÍTULO 4: PROTESTO, REVOLTA E FUNÇÃO SOCIAL DA LITERATURA/ TEATRO NEGRO (1950-1964)

*Trem sujo da Leopoldina/correndo correndo/parece dizer/ tem gente com fome/ tem gente com fome/ tem gente com fome[...] /Tantas caras tristes/ querendo chegar/ em algum destino/ algum lugar/[...]/Só nas estações/ quando vai parando/ lentamente começa a dizer/ se tem gente com fome/ dá de comer/ se tem gente com fome/ dá de comer/[...]/ Mas o freio de ar/ todo autoritário/ manda o trem calar/ Psiuuuuuuuuuuuuuu, Solano Trindade, excertos de *Tem Gente com Fome*, 1944.*

*A José Correia Leite e Abdias do Nascimento, pelo muito que fizeram (ou tentaram fazer) em prol da democratização racial da sociedade brasileira”, Florestan Fernandes. Dedicatória de *O Negro no Mundo dos Brancos*, 1972.*

Desde meados dos anos 1940, no Rio de Janeiro (com o TEN), e como se verá, ao longo dos anos 1950, em São Paulo (com a Associação Cultural do Negro[ACN]), a expressão literária da ideia de *protesto negro* já possuía: 1) *as condições sociais para o seu surgimento*, propiciadas, simultaneamente, pela distância e proximidade temporal da Abolição; 2) *os portadores sociais que a enunciavam* (Abdias do Nascimento, Solano Trindade, Oswaldo de Camargo, Carlos Assumpção, Romeu Crusoé, Carolina Maria de Jesus etc.), mesmo que algo difuso; 3) *um público interessado em ouvi-la e interagir com ela* – ainda que restrito a, inicialmente, intelectuais e/ou militantes negros ou de frações políticas da esquerda (Bastide, Fernandes, Sérgio Milliet, Guerreiro Ramos, Costa Pinto, Darcy Ribeiro); 4) e, por fim, *uma realidade social desafiadora*, que lhe impunha *testes de concretização* e o problema crucial da *integração do negro à sociedade de classes*, no auspicioso título de Fernandes, de 1964.

Entre 1947 e 1951, como visto, há a criação e o desenvolvimento do Projeto UNESCO, publicando-se as pesquisas e relatórios posteriormente (1951-1955). O começo dos anos 50, destarte, se impõe aos cientistas sociais com o dilema sintetizado por Gláucia Villas-Bôas, de maneira precisa: *Fazer ciência, fazer história*<sup>1</sup>. Não se desejando nem havendo separação clara entre as esferas da pesquisa e engajamento, os sociólogos têm em foco o problema da *mudança social* no Brasil, visando, à partir de análise de problemas histórico-estruturais (como a questão racial ou agrária ou o

---

<sup>1</sup>“A sociologia brasileira dos anos 1950 apresenta uma longa reflexão sobre a compreensão que os sociólogos tinham de si mesmos e sobre as tarefas que julgavam relevantes para a sua disciplina. O projeto que eles esboçaram para o seu campo intelectual é de importância para o entendimento da *noção de tempo*, que fundamenta não apenas os ideais de mudança que almejavam para o país, como também a sua função intelectual inscrita no trabalho de pesquisa e análise dos fatos sociais. Seu grande desafio era estabelecer uma correspondência entre *fazer ciência* e *fazer história*[...] Os sociólogos se auto-representam enquanto agentes que através do conhecimento contribuem para a realização da história” Cf. VILLAS, BÔAS, Gláucia. “Fazer ciência, fazer história (Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes e Costa Pinto)”, *Mudança Provocada: Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*, Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 65 e 79, respectivamente.

desenvolvimentismo) debater, interferir, normatizar, fornecer soluções e/ou protagonizá-las na realidade social brasileira.

Formata-se, então, um projeto da e para as Ciências Sociais (em particular, a Sociologia, culminando, por exemplo, no Seminário Internacional *Resistências à Mudança*, realizado em 1959 e cujos anais datam de 1960), que toma a questão racial como uma espécie de campo de teste, aliado ao comprometimento do analista, sua capacidade interpretativa, bem como a eficácia simbólico-prática de seu discurso, interpelado pela realidade social.

Entretanto, se o interesse dos sociólogos na questão racial teria como foco a temática da mudança social, *qual seria o ânimo que levava associações e grupos negros a colaborar com aquelas pesquisas, fornecendo-lhes dados, entrevistas, documentações, procurando dialogar consigo etc.?* Parte da resposta está no capítulo anterior. Todavia, como se procurou demonstrar, o encontro na encruzilhada, dos anseios de ambos os lados, por vezes, não se fez sem tensão, algum arranjo e, quando inevitável, com choque. Mas o quê era buscado, efetivamente, pelos ativistas negros nesses encontros?

Isto leva pensar que o dilema-proposta, explicitado por Villas-Bôas, permite criar paralelo similar ao grupo negro. Nesse, a ideia-síntese, arrisco-me a dizer, é *fazer história, fazer sentido*. Em meio ao interregno democrático e turbulento (1945-1964) ressurgirão associações, tendo que se pôr em ajuste com o compasso dessa nova realidade e seus desafios. Sobre uma delas e seus escritores, na emergente metrópole paulistana, se discutirá logo mais.

### *Uma Associação Cultural do Negro no meio século XX*

*Mesmo que voltem as costas/ às minhas palavras de fogo/ Não pararei/ Não pararei de gritar/  
[...]/Senhores/ Atrás do muro da noite/ Sem que ninguém o perceba/ Muitos de meus ancestrais/ Já  
mortos há muito tempo/ Reúnem-se em minha casa/ E nos pomos a conversar/ Sobre coisas  
amargas/ Sobre grilhões e correntes/ Que no passado eram visíveis/ Sobre grilhões e correntes/  
Que no presente são invisíveis/[...]/Mas, irmão, fica sabendo/ Piedade não é o que eu quero/  
Piedade não me interessa/ Os fracos pedem piedade/ Eu quero coisa melhor/ Eu não quero mais  
viver/ No porão da sociedade/ Não quero ser marginal/ Quero entrar em toda parte/[...]/ Eu quero  
o sol que é de todos/ Ou alcanço tudo o que eu quero/ Ou gritarei a noite inteira/ Como gritam os  
vulcões/ Como gritam os vendavais/ Como grita o mar/ E nem a morte terá força/ Para me fazer  
calar!*, Carlos Assumpção, excertos de *Protesto*, 1958.

Entre 1948 e 1953, em São Paulo, as atenções do grupo negro organizado estão voltadas ao Congresso do Negro Brasileiro e à pesquisa UNESCO, da qual participam como sujeitos pesquisados,

dentre outras ações menores. O cotidiano da cidade se impõe de maneira impactante, dadas as transformações pelas quais a metrópole vinha passando, notando-se alterações arquitetônicas, intervenções no espaço público, mudanças na dinâmica das relações pessoais. *As várias cidades dentro da cidade* (lembrando Florestan Fernandes), além disso, desde o fim dos anos 1940, vinham se preparando para seu grande evento, supostamente unificador, da década seguinte: as comemorações do IV Centenário de São Paulo (1554-1954).

De acordo com o historiador Sílvio Lofego, “*No exame da regulamentação, proposta por diferentes leis e portarias, é possível acompanhar a estruturação e evolução da Comissão[do IV Centenário] desde sua origem, em 1948, até o ano de 1954*”. O evento se propunha a ser, simultaneamente, grandioso e excludente, tendo São Paulo como “[...] *uma espécie de resumo do Brasil ou seu ponto de convergência*”<sup>2</sup>.

A grandiloquência das comemorações procura abarcar “[...] *diversos setores da vida cultural da cidade e do estado, como a dança, a música, o teatro, o cinema, as artes plásticas e, conjuntamente, eventos esportivos e de negócios em geral, entre outros*”, envolvendo um debate ferrenho sobre o mito fundador do bandeirante e a herança de seu passado como responsável pelo protagonismo dos paulistas, naquele cenário de então<sup>3</sup>.

Sílvio Lofego é bastante feliz ao expressar que “*O IV Centenário transformou-se num significante de muitos significados*”. O principal deles é o elogio do *progresso* associado à *identidade paulista*, dos quais o negro, enquanto grupo social, não é tomado como elemento importante. É interessante pensar na convergência desses três eventos – IV Centenário, Pesquisa UNESCO e ACN – ordenando-se numa disputa simbólico-política de grande monta, sendo que os dois últimos operam como contestação ao primeiro. “*Só comemora quem se sente parte do que é comemorado*”<sup>4</sup>. Ao grupo negro, a participação nos atos simbólicos das comemorações foi vedada, uma vez que o foco, como escreveu Maria Arminda do N. Arruda, “*O elã comemoracionista de São Paulo no IV Centenário é, a*

---

<sup>2</sup>Ambas as citações: LOFEGO, Sílvio L. *IV Centenário de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*, São Paulo: Annablume, 2004, p. 39. A bibliografia sobre a identidade paulista e as comemorações do quarto centenário é extensa. Optou-se por usar e citar os trabalhos de Lofego e, a seguir, Maria Arminda do Nascimento Arruda, por ambos atacarem mais diretamente o problema aqui destacado. Fontes e dados suplementares encontram-se em ambos os trabalhos, particularmente em Lofego.

<sup>3</sup>“[...] São Paulo volta-se para o seu passado, embora não seja para um passado qualquer, mas sim para um passado “glorioso”. Tal glória é encontrada nos elementos que originaram a “raça paulista” e é apontado como constituidores de sua identidade, que são o branco (bandeirante) e o índio, formando uma mescla de bravura e coragem, veladas pela fé pacificadora dos jesuítas[...] *Graças esse ufanismo, do qual se revestiram as festividades de 1954, pouco ou quase nada se falou de problemas e dificuldades enfrentados pela população durante o processo recente, talvez dramático, de metropolização de São Paulo*”. Esta e a citação imediatamente anterior: Cf. LOFEGO, S. L., *Op. Cit.*, pp. 37 e 32-33. Grifos meus.

<sup>4</sup>Esta e a citação imediatamente anterior: Cf. LOFEGO, S. L., *Op. Cit.*, pp. 17 e 20, respectivamente.

*médio prazo, uma resposta à derrota política e à vitória econômica. Perdeu-se a batalha de 1932, mas não a guerra da industrialização e do desenvolvimento*<sup>5</sup>.

Estando correta essa afirmação, entende-se o por quê da exaltação de alguns grupos sociais/ políticos/ culturais em detrimento de outros na maciça propaganda em torno do IV Centenário, estudada atentamente por Lofego. E daí se depreende também, em meio aos jogos de poder, a exclusão simbólica da participação do negro no processo social que culminara até ali; até mesmo burocraticamente, pelas duas comissões organizadoras do evento em 1954 que recebeu:

[...]entre as sugestões e propostas enviadas ao diretor do serviço de comemorações culturais, Roberto de Paiva Meira, havia a proposta da Comissão de Festejos para Ereção de um Monumento à Mãe Negra que, como o próprio nome diz, pretendia inaugurar um busto no Largo do Paissandu, em homenagem à mãe preta, inserindo-se no espaço da capital paulista como símbolo da cultura negra em São Paulo.[...] A proposta rejeitada por diversas ocasiões, somente foi aceita quando a Comissão em defesa do monumento entregou à Comissão do IV Centenário um abaixo-assinado. Diante de tal apelo, além de tal homenagem integrar as comemorações do quartocentenário, diversas autoridades estiveram presentes na inauguração, inclusive o governador do Estado[...] Entretanto é contrastante observar que a proposta encaminhada pelo Grupo de Industriais e Artistas, representados por Teodoro Procópio, para construção de um grandioso Museu de Cera na marquise do Ibirapuera foi aceita sem maiores restrições<sup>6</sup>

Inventa-se uma tradição para o progresso e o *destino manifesto* de São Paulo; funda-se uma genealogia de bravura e uma história épica – condensada nas Bandeiras, apagando-se os conflitos e mortes executados pelos bandeirantes e jesuítas; oculta-se a participação da escravatura negra e dos libertos nesse processo, inserindo-se, quando conveniente, a imagem do imigrante. Tenta-se forjar uma metrópole moderna, mesmo que ela padeça de dilemas vergonhosamente periféricos, como as *favelas*:

[...]O território escolhido para ser símbolo das festas [o futuro Parque do Ibirapuera] estava ocupado por populações que, no entender dos poderes que estavam à frente daquele projeto, não integravam a grandeza de São Paulo, por isso era preciso removê-las e deixar o território ficar livre para a edificação dos marcos da “paulicéia” triunfante[...]Em 15 de outubro de 1952, o engenheiro responsável pelas obras de infra-estrutura do Parque, Luiz Gianecchini[...] em correspondência ao presidente Francisco Matarazzo, afirma encaminhar relatório técnico [...]no qual pede a remoção dos favelados do terreno situado entre as ruas Abílio Soares e Manoel da Nóbrega[...] No mesmo processo, de n ° 1267/1952, do Arquivo Histórico Municipal, consta que ao final das operações

<sup>5</sup>ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX*, Bauru: EDUSC, 2001, p. 98.

<sup>6</sup>LOFEGO, S. L., *Op. Cit.*, pp. 50-52.

solicitadas e executadas pelo poder público, foram removidos 186 barracos, que abrigavam 204 famílias. Nas correspondências do engenheiro, não encontramos qualquer menção à sorte dessa população.<sup>7</sup>

\*\*\*

É significativo, portanto, que frações do grupo negro paulistano tivessem de quê reclamar e tentar arregimentar membros para suas reivindicações. O estudo do surgimento e desenvolvimento da Associação Cultural do Negro, que se dá em meio a esse cenário e nele tematizará a exclusão do grupo que procurava representar, possui diferentes complicadores, dentre os quais, ausência de bibliografia específica. É necessário retornar às memórias de José Correia Leite, à entrevista que me concedeu Oswaldo de Camargo, bem como à sua produção literária (como de outros escritores). A consulta ao arquivo da Associação é imprescindível, embora o que sobrou seja pouco. A produção sobre a ACN e outras associações negras é exígua, merecendo, salvo engano, um estudo de Clóvis Moura e duas comunicações recentes em congressos de pesquisa<sup>8</sup>, além de notas no livro de Camargo já citado aqui, *O Negro Escrito*.

Embora *o meio século XX* de São Paulo possa ser analisado como “[...] *um objeto prismático, no qual se acomodam atividades culturais nobres, como o teatro, as artes plásticas, a nascente sociologia universitária e práticas de intervenção urbana e institucional que alteraram, de modo duradouro, o perfil paisagístico e a qualidade dos acervos aqui disponíveis*”<sup>9</sup>, curiosamente os negros e sua produção cultural e/ou ativismo político no período não compuseram um fragmento significativo, para a bibliografia, do prisma analítico-interpretativo, ao longo dos anos, em se tratando desse fato concreto da *metropolização da cidade que mais crescia no país*.

Manipulando-se o prisma, por outro ângulo é possível observar que, por exemplo, as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo são, também, o estopim de criação, de acordo com as memórias de José Correia Leite, de uma das principais associações negras reivindicativas do século XX. Nas memórias do velho militante, apresenta-se o seguinte:

---

<sup>7</sup>*Idem, ibidem*, pp.83-84. O mesmo episódio é citado por Maria Arminda N. Arruda, às páginas 89-90.

<sup>8</sup>Cf. MOURA, Clóvis. “Organizações Negras” In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis: Vozes, São Paulo: CEBRAP, 1983, pp. 157-159; COSTA, Diogo Valença de Azevedo. *A Intelectualidade negra de São Paulo e o projeto Unesco: a construção de uma contra-ideologia racial*, Comunicação apresentada no GT “Emancipação, Cidadania e Reconhecimento” do XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2007; DOMINGUES, Petrônio. *Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico*, Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, UNISINOS, 2007. O arquivo da ACN está sediado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

<sup>9</sup>MICELI, Sergio. “Prefácio: Modernidade Precária” In: ARRUDA, Maria Arminda N. *Op.Cit.*, p. 07.

Em 1954, nas comemorações do Quartocentenário[...]houve muitas festas, mas o negro não se fez presente, isto porque naquele ano não havia uma entidade organizada para tratar do assunto[...] Quem construiu propriamente a cidade foi o negro[...]Com tudo isso, houve alguns negros interessados em fazer qualquer coisa[...]mas foram pedir auxílio pro governo e receberam uma recusa. Isso eu soube[...]Mas eu achei que esse negócio não estava certo e então nós tínhamos de fazer uma outra entidade mesmo. Por casualidade encontrei-me com o Borba [José de Assis Barbosa], que já tinha dado uma iniciativa sobre a ideia da fundação de uma entidade cultural[...]Achei que uma entidade cultural, de propaganda em defesa dos valores negros, isso era o suficiente para a presença do negro no movimento cultural e cívico da cidade[...]<sup>10</sup>

O intervalo de período democrático, visto com desconfiança, reaviva alguns medos do momento de fechamento das organizações (1937-1945), colocando impeditivos iniciais até mesmo ao nome de *Associação Cultural do Negro*<sup>11</sup>. Aprovado, de acordo com Correia Leite, a associação começa a funcionar efetivamente em 1956, procurando se afastar de qualquer tipo de partidarização mais explícita. Ou mesmo de candidatos políticos negros e não-negros<sup>12</sup>.

Em que pese a quantidade de entidades associativas de negros no estado de São Paulo, em meados do século XX, verificável em documento do acervo da ACN<sup>13</sup>, colocando em questão o ineditismo dessa associação, cabe ressaltar sua singularidade. Situa-se inicialmente no centro da capital

---

<sup>10</sup>LEITE, José C. & CUTI. *...E disse o velho militante José Correia Leite*, São Paulo: Secretaria Estadual de Cultura, 1992, p. 163.

<sup>11</sup>“[...] Muitos achavam que era uma continuação do Clube Negro de Cultura Social, mas não era nada disso.[...] era um nome muito perigoso, ia causar mal estar no meio branco, alguma espécie até de provocação[...] Aqui em São Paulo tinha um clube de dança chamado Clube 220. Não tinha quase expressão. Mas com o surgimento da Associação Cultural do Negro, ele aproveitou a ocasião para também tomar uma posição[...]começaram a criar intriga. A sigla da Associação Cultural do Negro era ACN. Então, eles começaram a dizer que éramos a Associação Comunista dos Negros. Mas não estávamos ligando para isso.” *Idem, ibidem*, pp. 164-165.

<sup>12</sup>Interessante registrar um depoimento do campeão olímpico Adhemar Ferreira da Silva, falecido em 2001, sobre um contato com a ACN. Embora as datas estejam desconstruídas, o esportista e político afirmou que, nos anos 50, foi abordado por senhores negros que lhe pediram para representar o grupo social num partido. Ele já era afilhado de casamento de Adhemar de Barros e então o procurou. Após alguma recusa, conseguiu legenda com Barros. “[...]Eu tinha um escritório político na avenida São João e por lá passavam sempre uns associados da ACN [...]Era a Associação Cultural do Negro, funcionava no prédio Martinelli. Então eles passavam no meu escritório a cada instante e pediam mais material, mais material. Naquele tempo, material de campanha eram cédulas, que serviam até para as pessoas votarem; eram colocadas dentro de um envelope e assim era feita a votação. Num determinado dia o pessoal da ACN me chamou para uma reunião na sede, às 20 horas. Eu cheguei um pouco mais cedo, uns 15 minutos, e não havia ninguém lá, ninguém. Aí, me deu vontade de ir ao banheiro e lá, no chão daquele banheiro, eu fui encontrar as minhas cédulas [...]Não me lembro bem se [aconteceu em]52 ou 53, mas acho que em 1953. Então, como é que eu posso querer alguma coisa dessa chamada comunidade?” Cf. RABAÇAL, Cintia. *Adhemar Ferreira da Silva: A dois saltos da eternidade*, [www.portalfro.com.br/entrevistas/adhemar/entrevista.htm](http://www.portalfro.com.br/entrevistas/adhemar/entrevista.htm) Acessado em 08/09/2009. Colchetes meus.

<sup>13</sup>Cf. Documento ACN DIE COR 1254 P018 J012, Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar. Algumas das associações negras listadas na correspondência são: Clube Ébano (Santos), Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio (São Carlos) Sociedade Dansante [sic] Familiar José do Patrocínio (Rio Claro), Sociedade Luiz Gama (Jaú), Clube Recreativo Luiz Gama (São João da Boa Vista), Sociedade Cultural Luiz Gama (Bauru), Society Colored Pinhalense (Pinhal), Sociedade Beneficente 13 de Maio (Piracicaba), Clube Recreativo 13 de Maio (Itapetininga), Clube Recreativo 13 de Maio (Limeira), Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa 28 de Setembro (Sorocaba), Sociedade Beneficente e Recreativa Jundialense 28 de Setembro (Jundiá), entre outras.

paulista, no terceiro andar de um edifício na Praça Carlos Gomes, número 153. Sua localização espacial não é de importância menor: o centro da cidade é um lugar de passagem considerável, permitindo o encontro com sujeitos diversos da vida cultural e política, bem como a concentração de associados ou simpatizantes da Associação. O ponto inicial era bom, mas não o suficiente para atender as especificidades de suas atividades e freqüentadores, como afirma Correia Leite:

A Associação Cultural do Negro estava ali naquela sede, mas não estava bem. Era um apartamento num edifício velho, que tinha no regulamento a hora de fechar: 10 horas da noite. E a gente não sabia o que fazer. Subornar o zelador não dava. Ele explicava as responsabilidades dele. Então, toda vez que promovíamos uma atividade, a gente começava numa hora em que não tinha ninguém. Quando o pessoal ia chegando já era depois das 9 horas.[...] O José de Assis Barbosa (mais uma vez o Borba), um dia chegou e disse que tinha arranjado no prédio Martinelli um conjunto para a Associação.<sup>14</sup>

Por ação de José de Assis Barbosa, então, a ACN muda-se, antes de julho de 1956, para a Rua São Bento, no edifício Martinelli, centro velho da capital paulista. Embora haja agora uma elasticidade no tempo das atividades noturnas, existe também algum receio inicial no aceite da mudança. A ACN era uma entidade com diferentes propósitos, dentre os quais os de não partidizar a causa do negro e, também, criar uma aura de respeito à imagem pública do grupo que procurava representar. O Martinelli, apesar da importância histórica e localização, colocava em xeque, aparentemente, as duas coisas.

Quando ele conseguiu aquele espaço no prédio Martinelli, a gente ficou naquela dúvida de mudar ou não. Porque o prédio Martinelli era um lugar de má fama, um prédio em que famílias não gostavam de ir. Lá dentro havia marginais, viciados... Nós resolvemos, não havia outra saída. São Paulo só tinha aquele prédio que funcionava a noite inteira. Lá nós não tínhamos hora de fechar. O conjunto era no 16 ° andar. No 17 ° havia a sede do Clube 220, dos que chamavam a Associação Cultural do Negro de Associação Comunista dos Negros[...] Havia comunistas no nosso meio, mas não era permitido que se fizesse política dentro da entidade.<sup>15</sup>

Vencidas as desconfianças iniciais em relação à nova sede, a ACN dá prosseguimento às suas atividades. No ano de 1956 já havia sido feita uma Quinzena 13 de Maio, junto com o Teatro

---

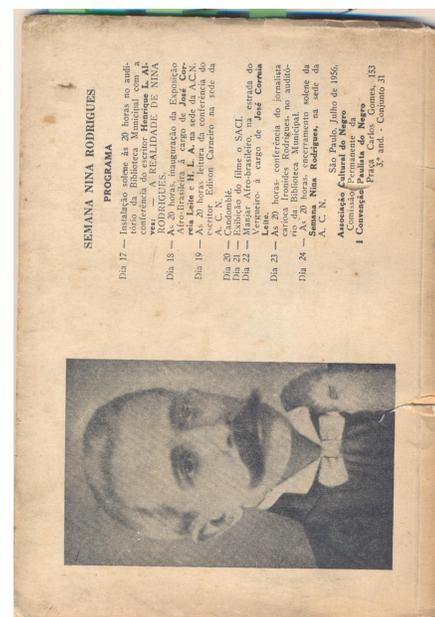
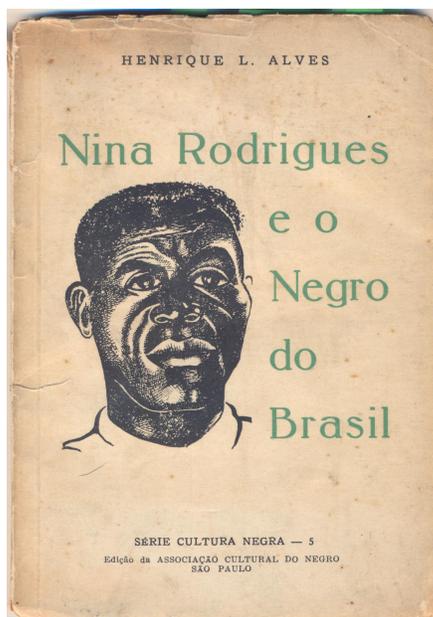
<sup>14</sup>LEITE, José C. & CUTI. *...E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, p. 169. O ponto estratégico do centro da cidade é ressaltado por Oswaldo de Camargo: “[...]Mas a partir do momento em que a Associação mudou para a Casa Verde, ela perdeu as pernas. Perdeu as pernas! A Associação ali no prédio Martinelli era passagem dos que iam para o outro lado da cidade. Note bem, olha só, geograficamente falando, dali você atravessa o Anhangabaú, vai fazer uma hora na cidade, vai à associação[...] Quando ela veio para a Casa Verde mudou tudo.” Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo.

<sup>15</sup>LEITE, José C. & CUTI. *...E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, pp. 169-170.

Experimental do Negro de São Paulo (dirigido por Geraldo Campos de Oliveira). Nas memórias de Correia Leite, a quinzena resultou na *I Convenção Paulista do Negro*, contando com a participação de ativistas cariocas como Sebastião Rodrigues Alves e Ironides Rodrigues – ambos ligados ao Jornal *Quilombo* e ao TEN de Abdias do Nascimento.

Entre os diferentes teores de moções apresentadas à Convenção Paulista, distinguiu-se a de Henrique Losinskas Alves, propondo a realização de uma *Semana Nina Rodrigues*, em comemoração ao antropólogo e médico nordestino, pioneiro do estudo negro e/ou africanista no Brasil. Não foi bem aceita inicialmente<sup>16</sup>. Entretanto, a semana ocorreu de 17 a 24 de julho de 1956, segundo a contracapa do livro *Nina Rodrigues e o Negro do Brasil*<sup>17</sup>. No primeiro dia, Alves, intelectual filho de lituanos migrantes, pronunciou a conferência “A Realidade de Nina Rodrigues”, no auditório da Biblioteca Mário de Andrade. No terceiro dia, na antiga sede da ACN, Édison Carneiro fez nova conferência sobre Nina Rodrigues. No penúltimo dia, 23/07/1956, às 20h, Ironides Rodrigues realizou outra conferência no auditório da Biblioteca Municipal.

Ilustração 6: Série Cultura Negra, vol.05, da Associação Cultural do Negro



<sup>16</sup> “[...]Mas foi ele o primeiro – o único mérito que ele teve. Porque as opiniões que ele defendia com relação ao negro mais tarde foram contestadas como negativas[...]Terminada a convenção, parecia que a ideia morria ali mesmo. Acontece que o Henrique L. Alves começou a persistir para a realização do projeto.[...] Estabelecemos qual era o programa da Semana Nina Rodrigues, que começo com uma exposição de objetos folclóricos, principalmente da cultura religiosa negra[...] O Ironides Rodrigues quem fez o encerramento da semana, na sede da Associação. A imprensa deu uma grande cobertura, por se tratar de um nome por muito tempo esquecido”. *Idem, ibidem*, p. 166.

<sup>17</sup> ALVES, Henrique L. *Nina Rodrigues e o Negro do Brasil*, São Paulo: Associação Cultural do Negro, Série Cultura Negra, volume 5, s/d.

É interessante notar, embora não se saiba exatamente o que foi enunciado (com exceção o texto de Alves, publicado posteriormente pela ACN), a importância simbólica dos lugares das conferências e de seus palestrantes. De acordo com a documentação coligida no acervo da ACN, os diretores da associação tinham plena consciência disso. A preparação da I Convenção Paulista do Negro era executada desde abril de 1956, tendo sido elaborado regimento com 20 artigos dispendo sobre a organização do evento<sup>18</sup>. Além disso, a diretoria da ACN enviou cartas-convite para, dentre outros, o então Governador do Estado, José Porphyrio da Paz. Este, por sua vez, responde a 12 de maio de 1956, em telegrama endereçado a Geraldo Campos de Oliveira que “*Impossibilitado comparecer 1ª Convenção Paulista do Negro vg Agradeço gentileza convte pt Cordiais Saudações*”<sup>19</sup>.

Há aí uma *estratégia de visibilidade e reconhecimento*, que se repetiria ao longo da curta existência da associação. É possível encontrar, em outras ocasiões, respostas dos governadores Jânio Quadros (13/04/1957 e 05/02/1958), José Porphyrio (23/07/1957) ou Carlos Alberto Carvalho Pinto (23/04/1960 e 12/05/1961) a solenidades e comemorações promovidas pela ACN. Todos eles respondem telegraficamente, com o mesmo texto citado de Porphyrio da Paz. Mas, cabe perguntar: *Visibilidade e reconhecimento almejados para qual público?* Além da diretoria, composta de sujeitos ungidos em experiência políticas anteriores – oriundos da Frente Negra ou de outras associações – e da trupe do TEN-SP, com seus atores e escritores, quem mais freqüentava a ACN? De acordo com Oswaldo de Camargo, à ocasião em que convivia e participava na associação, já no edifício Martinelli (entre julho de 1956 e meados dos anos 1960, portanto):

[...]Negros que têm uma casa boa mesmo, são dois, três. Contam-se nos dedos. Não há um negro em política militando. Militando não: não há um negro em cargo político, de verdade. A história recente do negro é uma história de domésticas. Aquelas meninas lindas estão ali, quase todas são domésticas. Trabalham em casa de família, raras professoras. De vez em quando uma professorinha, muito difícil[...] Uma boa parte de negros trabalham em empregos [de] funcionário público [...] Você tem que levar em conta que a Associação ela tem um impasse tremendo. A intelectualidade, o grupo de intelectuais, era um grupo minoritário. O grupo mais forte da Associação era o grupo que me levou à Associação, que é o grupo do convescote, do piquenique, do esporte, que era mais forte que a Literatura[...] A Associação tinha crise de aluguel, os sócios não pagavam a tempo. Era assim. Era uma associação pobre, eram dois cômodos, no décimo sexto andar.<sup>20</sup>

<sup>18</sup>Cf. Regimento Interno da Comissão Organizadora. Documento ACN COS COI 0345 P006 J053. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar.

<sup>19</sup>Cf. Telegrama 4295 de José Porphyrio da Paz a Geraldo Campos de Oliveira, Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar. Este e outros telegramas a governadores do Estado, ver documentos: ACN DIE COR 1489 P020 J093; ACN DIE COR 1491 P020 J095; ACN DIE COR 1491 P020 J096 e ACN DIE COR 1491 P020 J098.

<sup>20</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo.

Todavia, embora o grupo literário/intelectual fosse minoritário e apesar das limitações monetárias dos associados, a ACN se organiza para o ano de 1958, onde se comemora o 70<sup>o</sup> aniversário da Abolição da Escravatura. E será nesta ocasião que muitos eventos relevantes para a discussão empreendida aqui se realizarão.

### *1958: O que há para comemorar no Ano 70 da Abolição?*

Entre fins de 1956 e início de 1958, a diretoria da ACN se organiza para e faz saber das comemorações em torno do que ficou simbolicamente batizado como *O Ano 70*. A documentação do seu acervo, embora limitada, é preciosa neste sentido.

Se o quinquagésimo aniversário da data não pôde ser comemorado e utilizado publicamente, em razão da ditadura varguista (1938); e o sexagésimo não suscitou, em 1948, tantas agitações conhecidas, sendo sublimado por outras atividades, é curioso observar o por quê 1958 se tornar uma data tão importante para frações do grupo negro. Ao que parece, do que é possível deduzir das fontes, não há força maior que o próprio contexto. Uma brecha democrática, um conjunto de associações disponíveis, grupos e sujeitos interessados, alguma receptividade interna e externa àqueles grupos em relação ao assunto. E, em particular à ACN, uma estratégia de visibilidade maior aos seus feitos.

A primeira proposta de grande impulso na Associação Cultural do Negro foi a de se comemorar o ano 70 da Abolição. Mas, para não se dizer que queríamos açambarcar as comemorações, formamos uma comissão e foi lançado um pequeno manifesto. Ficou estabelecido que a festa seria o ano inteiro com conferências e festivais lítero-musicais na sede, festivais esportivos...<sup>21</sup>

Ocorre a criação de um *Movimento Cívico-Cultural comemorativo do aniversário da abolição do trabalho escravo no Brasil*<sup>22</sup>, com um conjunto de entidades e sujeitos organizados, nem todos diretamente tocados pela questão negra. Os procedimentos adotados vão desde dar ciência à sociedade, de maneira ampla, de que se pretendia e o quê iria ocorrer, até os pedidos de doação financeira para o evento efetivamente acontecer. É neste sentido que, por exemplo, a comissão organizadora envia ofício à Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo, em 24/02/1958, informando as intenções e, porventura, solicitando apoio<sup>23</sup>; recebe votos de auxílio da Câmara Municipal de São Paulo<sup>24</sup>;

<sup>21</sup>LEITE, José C. & CUTI. ...*E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, p. 171.

<sup>22</sup>De acordo com carta do escritor Eduardo de Oliveira a Geraldo Campos de Oliveira, de 13/05/1958. Documento ACN DIE COR 1139 P016 J098, Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

<sup>23</sup>Cf. Ofício de Américo Orlando da Costa a Dr. Queiroz Filho, datado de 15/05/1959, Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

<sup>24</sup>Cartas do vereador Alfredo I. Trindade a Geraldo Campos de Oliveira, datada de 14/03/1958; Requerimento e Emenda ao Projeto de Lei 82 de 1958, do vereador Raph Zumbano, datados de 24 e 25/03/1958 e 04/04/1958. Documentos ACN DIE COR 1428 P020 J008, ACN DIE COR 1435 P020 J020, ACN DIE COR 1435 P020 J021. Coleção Associação Cultural do

homenagem da Sociedade MMDC Veteranos de 1932, pela participação do negro na Revolução Constitucionalista<sup>25</sup>; ou donativo do BANESPA<sup>26</sup>; além de uma carta singular do então vice-governador de São Paulo, General José Porphyrio da Paz<sup>27</sup>.

A organização atinge o ponto alto almejado distribuindo o manifesto lançado em São Paulo, em janeiro de 1958, que propicia as ações acima, dentre outras. O documento afirma que:

Neste ano de 1958 em que comemoramos o 70º aniversário da abolição da escravatura no Brasil, as organizações culturais, esportivas, recreativas e as pessoas que a este subscrevem, uniram-se para homenagear os grandes vultos que, no passado, batalharam nas tribunas, na imprensa, nos parlamentos, nos eitos, nas senzalas e nos quilombos por causa tão justa e humana.[...] Tais vultos merecem a homenagem e o respeito de todo o povo brasileiro, e, os ideais de liberdade e independência que nortearam suas grandes ações, elevam e enobrecem os sentimentos de humanidade de nossa gente.[...] No momento em que se exaltam no Brasil os sentimentos de nacionalidade, independência e liberdade, adquire ainda maior oportunidade a comemoração do grande feito de 1888[...] Através de sessões cívicas, conferências culturais, representações de teatro, festejos populares, atividades esportivas e recreativas, desejamos que todos os brasileiros participem das festividades comemorativas do “O Ano 70 da Abolição”, contribuindo dessa maneira para elevar ainda mais alto a chama democrática da igualdade jurídica e social das raças.

SALVE O ANO 70 DA ABOLIÇÃO

São Paulo, janeiro de 1958<sup>28</sup>

Assinam o documento: Geraldo Campos de Oliveira (Presidente da ACN), Solano Trindade (Diretor do Teatro Popular Brasileiro), Dalmo Ferreira (Diretor do Teatro Experimental do Negro de São Paulo), Dr. Milton Freire de Carvalho (Diretor da Associação Paulista dos Homens do Norte e do Nordeste), César Fernandes Leite (Presidente do Fidalgo Club), José Maria Bernardelli (Diretor do Grêmio Estudantil Castro Alves) e José Maria César (Presidente da Sociedade Recreativa José do

Negro, Acervo UEIM-UFSCar

<sup>25</sup>Carta manuscrita da Sociedade MMDC à Associação Cultural do Negro, datada de 13/05/1958, em que presta homenagem a Maria Soldado, integrante da Legião Negra de São Paulo, destacamento negro que integrou a Revolução Constitucionalista. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

<sup>26</sup>Ofício com donativo de cinco mil cruzeiros à ACN, datado de 21/05/1958. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

<sup>27</sup>Carta do Gabinete do Vice-Governador Porphyrio da Paz, assinada por ele e sem data, em que a autoridade afirma, depois congratular as comemorações e exaltar figuras negras importantes: “[...] *Num preito de homenagem, a mais pura e sentida que eu lhe poderia prestar, permito-me invocar a memória de uma figura excepcional de mulher, síntese perfeita de todas as qualidades da raça[...] É para você, Maria Inez, que me nutriu com a seiva forte e generosa e que me iniciou nas delícias de nossa Santa Religião, que eu destino estas linhas, repassadas de saudade e gratidão[...] Tenho procurado, na medida do possível, ser fiel à mais humana de suas lições, jamais tratando, com arrogância os humildes, nem, muito menos, tratando com humildade os arrogantes*”. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

<sup>28</sup>“Manifesto – O Ano 70 da Abolição” In: CAMARGO, Oswaldo de. *O Carro do Êxito*, São Paulo: Martins, 1972, p. 95.

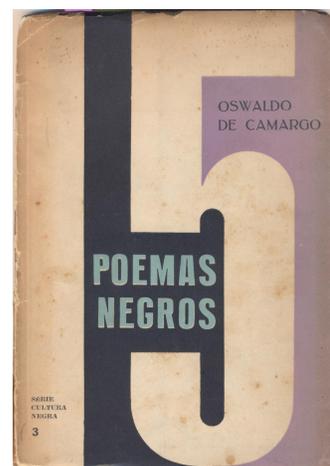
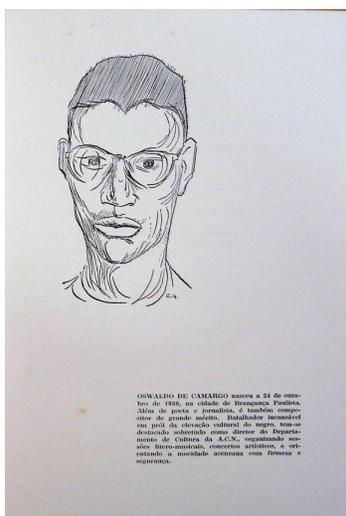
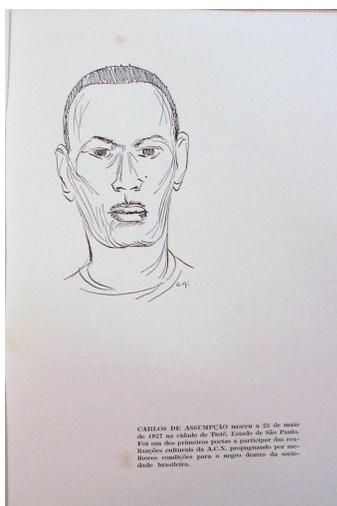
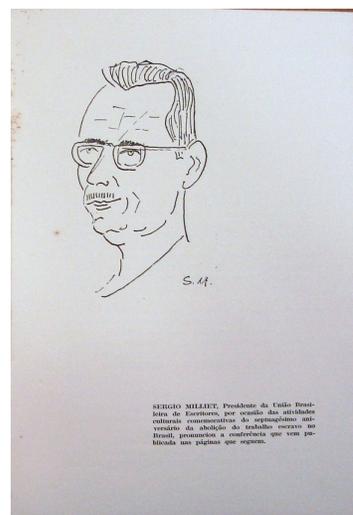
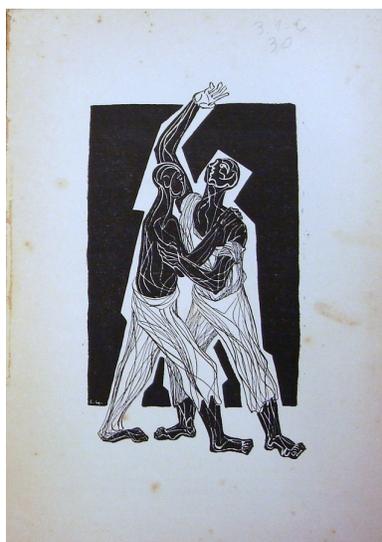
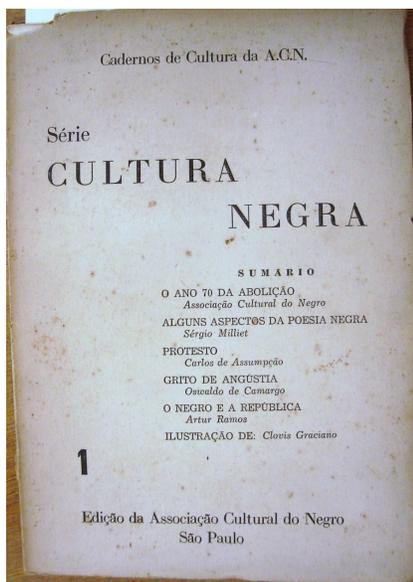
Patrocínio, de São Manuel). Trata-se de uma carta de tom conciliador e agregativo. Informa e convida, menos que denuncia e propõe. Mas tal *modulação discursiva* foi eficaz em congregar elementos tão díspares a um fato de importância maior. A crítica *a posteriori*, como já escrevi, pode ser feita pela maneira de agir, mas não pela inação. Para José Correia Leite, numa síntese, o saldo parece ser positivo de toda a articulação em torno do Ano 70

Dentro daquele ano dos festejos do ano 70 da Abolição, a Associação conseguiu do governador do Estado, o Jânio Quadros, uma colaboração. Ele não deu dinheiro, mas pôs a gráfica do Estado à disposição da nossa entidade para que fossem confeccionados os impressos para divulgação. Nós tínhamos entrado em contato com vários intelectuais para fazerem conferências, como o Sérgio Milliet, Artur Neves e outros. Numa dessas conferências, feita na Biblioteca Municipal, quem falou foi o Prof. Carlos Burlamáqui Köpke. Ele discursou sobre André Rebouças, um negro pouco falado, pouco conhecido[...] Quantos às publicações, depois que terminaram as comemorações do Ano 70 da Abolição, foi publicado o primeiro Caderno da série Cultura Negra, contendo uma espécie de anais dos trabalhos apresentados em 1958. Foi custeado por uma pessoa, que não fiquei sabendo quem, através do secretário Américo Orlando. Depois, na outra gestão, quando o Henrique L. Alves apareceu para dar sua colaboração, ele insistiu na continuidade da publicação dos Cadernos de Cultura Negra. Assim, saiu o livro n.º 2, sobre Cruz e Sousa, com uma edição da Associação Cultural do Negro, mas financiado pelo autor. Mais tarde vieram os “15 Poemas Negros”, um livro de versos do Oswald de Camargo, custeado por ele, Nair Araújo e outras pessoas. Saiu também uma publicação sobre Nina Rodrigues, assinada também pelo Henrique L. Alves e uma outra sobre Cultura Negra, assinada pelo Nestor Gonçalves. Saíram ao todos 5 números[...]<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup>LEITE, José C. & CUTI. ...*E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, pp. 171-173 e 174, respectivamente.

Ilustração 7: Desenhos de Clóvis Graciano para Cultura Negra 1, bicos de pena de Sérgio Milliet, Carlos Assumpção e Oswaldo de Camargo; 15 Poemas Negros



Por outro lado, é também nesse ano de 1958 que se declama o poema de Carlos Assumpção, que, em memórias diversas, é considerado uma espécie de síntese daquele momento para uma fração cultural organizada do meio negro paulista. *Protesto*, cujos excertos servem de epígrafe a esta parte da tese, possui uma força enunciativa valiosa. Sobre ele, Sérgio Milliet proferiu palestra no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, sob o título “Alguns Aspectos da Poesia Negra”, publicada em 1958, na série Cultura Negra da ACN, e, posteriormente, em 1966, em livro do autor.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> “E contudo, o preconceito existe no Brasil, ainda em nossa época. Por não ser violento e segregador como o dos norte-americanos nós, os mais brancos, ignoramo-lo o mais das vezes. Sentem-no os negros de certa categoria social com muita acuidade. Oswaldo de Camargo escreve [o poema Grito de Angústia][...] Mais ou menos no mesmo tom se exprime Marcílio Fernandes, aludindo à farsa da igualdade: “Basta de tanta farsa!” Que teria contribuído para o fim do idílio mulato e a tentativa atual de afirmação amarga do preto, com reivindicações e revoltas, à semelhança do que ocorre nos Estados Unidos e nas colônias européias? Não me parece difícil encontrar a razão mais profunda. O negro brasileiro cultivou-se,

O [Carlos] Assumpção se tornou uma espécie de porta-voz de reivindicações que estavam escondidas dentro da Associação Cultural do Negro, descontentamentos: com o Treze de Maio, a tentativa de uma visão crítica de datas históricas... Tudo você vai encontrar no *Protesto*. E, subjacente, aquela coisa: “Eu quero respeito, eu não quero piedade”. Na verdade, ele começa já a trazer a modernidade que vai aparecer na Literatura Negra. Que o Cuti vai trabalhar muito isso. Cuti, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues [poetas dos anos 1970-80]. Que ele vai começar: “Não quero piedade”.<sup>31</sup>

O alcance dos versos de *Protesto* e sua absorção interna a essa fração cultural negra pode ser medido pelas memórias e entrevistas que o lembram como um momento importante, capaz de estabelecer pontes entre gerações e momentos distintos (anos 1950-1970). *Protesto* é sempre retomado como catalisador, agregador e antecipador de questões, mesmo tendo sido mais declamado que lido, mais enunciado que discutido. O poema de Carlos Assumpção é claro, sem mediações, quase auto-explicativo (não se valesse da Literatura e da função poética). A forma dos versos livres e das repetições internas de termos chamativos ( “Senhores”, “Não pararei, não pararei de gritar”, “Nada, nada me fará calar”, “Sobre grilhões e correntes”, “Sou eu quem grita, sou eu” etc.) pode estar adequado ao seu conteúdo, pouco lapidado.

Entretanto, a modulação discursiva da ideia está precisamente formatada aos seus diferentes públicos: A) *intelectuais* que buscavam alguma autenticidade e especificidade da Literatura Negra no Brasil (como no ensaio de Milliet); B) ou mesmo *sociólogos* que estão tentando observar alguma potência organizativa nesse grupo social (exemplo de Florestan Fernandes); C) *uma associação de negros*, cujo um dos pilares é a afirmação de uma respeitabilidade pública do grupo que representa (ACN); D) e, efetivamente, por fim, *homens e mulheres, com pouca ou média instrução formal, funcionários públicos, professoras, empregadas domésticas, balconistas dos comércios ou revisores de jornal*, circulando por eventos, solenidades e salas da ACN e outras organizações<sup>32</sup>.

*Protesto*, do autor nascido em Tietê, interior de São Paulo, a 23/05/1927, foi publicado apenas em três ocasiões: em 1958 (pela ACN), em 1982 (como edição do autor) e em 1990, com apoio da

---

conseguiu penetrar em certas camadas sociais mais elevadas, mas provocou com isso a reação dos brancos. E os preconceitos se acirraram, como se acirraram os preconceitos contras os judeus a partir do momento em que começaram a brilhar nas ciências, nas letras, no comércio e na indústria. Na medida em que o negro se fortaleceu econômica e culturalmente com mais rancor sentiu a discriminação. Um poeta negro de nossa terra, Carlos Assunção, expõe o problema com muita clareza[no poema *Protesto*]”. MILLIET, Sérgio. Alguns Aspectos da Poesia Negra, *Quatro Ensaios*, São Paulo: Martins, 1966, pp. 72-73. Colchetes meus

<sup>31</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo.

<sup>32</sup>Cf. Carta de Carlos Magalhães Júnior, do Centro de Estudos Afro-Brasileiros de São Paulo ao Presidente da Associação Cultural do Negro, datada de 12/07/1958, em que convida a ACN para prestigiar conferência de Henrique Alves e leitura do poema de Assumpção. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar.

Unesp, figurando em antologias desde então<sup>33</sup>. O autor, desde os anos 1970 adotou a cidade de Franca como residência<sup>34</sup>. Se geralmente ele é lembrado como capaz de ter conferido sentido a atos dispersos, cabe perguntar, agora, que uso cotidiano suas ideias possuem, efetivamente, para a fração cultural negra da ACN entre 1958 e meados dos anos 1960.

### *Entre o assistencialismo e auto-determinação: o tema da integração do negro*

De repente, eu por pertencer à Associação Cultural do Negro, que foi um momento importante, e lá estavam alguns autores: o Sérgio Milliet era um freqüentador. O Affonso Schimidt, velhinho, já pouco antes de morrer, conheceu.[...] Aí eu conheço a Colombina [Yde Scholembach Blumenschein] na Associação Cultural do Negro. Ela freqüentava quando havia efemérides, quando havia acontecimentos. Noite Luiz Gama, Noite Cruz e Sousa, Noite Auta de Souza[...] o Florestan Fernandes freqüentava a Associação Cultural do Negro[...] estava sempre lá vendo tudo isso: Noite Cruz e Sousa, Noite Luiz Gama, Noite Nina Rodrigues[...] o prefácio [de *15 Poemas Negros*] saiu porque o Florestan freqüentava a Associação[...] Léon Damas veio ao Brasil e fez uma coletânea, uma antologia de poetas. Quer saber onde estão os poetas? Vá à Associação.[...] A Associação era o grande tambor que repercutia tudo. Era muito respeitada! Nenhum estudioso de questões negras deixava de ir à Associação[...] Basta dizer o seguinte. Não é muito difícil entender não. Correia Leite estava lá.<sup>35</sup>

Encravada no centro da capital paulistana, a ACN assume progressivamente graus de importância – relembrados e racionalizados pelo entrevistado da epígrafe acima – capaz de chamar atenção de uma parcela específica de intelectuais paulistas, com interesses circunstanciais ou mais duradouros. O historiador Petrônio Domingues afirma que “*No seu apogeu, [a ACN] chegou a ter mais de 700 sócios. Tinha entre seus afiliados membros hoje conhecidos, como o bibliófilo José Mindlin, os sociólogos Florestan Fernandes e Otávio Ianni. O penúltimo, inclusive, tornou-se o representante da entidade para fins culturais*”<sup>36</sup>.

Todavia, não foi apenas a eles que a ACN desperta curiosidade. Léon Gontram-Damas, para organizar com poetas brasileiros a sua *Nouvelle Somme de Poésie du Monde Noir*, editada pela

---

<sup>33</sup>CAMARGO, Oswaldo de (org.) *A Razão da Chama: Antologia de Poetas Negros Brasileiros*, São Paulo: GRD, 1986, PP. 50-53; CAMARGO, Oswaldo de. *O Negro Escrito, Op. Cit.*;

<sup>34</sup>Cf. OS 80 ANOS do poeta negro, *Revista Enfoque*, Franca, maio de 2008, pp. 12-14. Sou grato a Daniela Antônio Rosa que me fez conhecer esta publicação.

<sup>35</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo. Colchetes meus.

<sup>36</sup>Cf. DOMINGUES, Petrônio. *Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico*, Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, UNISINOS, 2007.

Présence Africaine<sup>37</sup>, recorre àquele conglomerado de ativistas. Ali, segundo Camargo, toma conhecimento e recolhe os poemas para antologia de Nataniel Dantas, Eduardo de Oliveira, Carlos de Assumpção, Luiz Paiva de Castro, Oswaldo de Camargo e Marta Botelho. Quase uma década antes, o poeta cubano Nicolas Guillén, a quem Solano Trindade dedicou um poema em *Cantares ao meu povo*, também já havia travado contato com alguns dos freqüentadores da agora ACN – em particular Correia Leite.

Contudo, não apenas por intelectuais e escritores a ACN ou seus membros eram procurados. Criada como um fato político-cultural, por mais que seus mentores quisessem minimizar o primeiro adjetivo, ela se torna uma referência do ativismo negro, sendo chamada a emitir opinião ou se posicionar sobre os mais diversos assuntos, em diferentes momentos, acerca de questões que nem sempre pôde dar a resposta esperada.

Foi o que pensou, por exemplo, a Associação Beneficente Pio XII – *Entidade Beneficente que visa a “Integração Social e Cultural da Coletividade Negra do Brasil”* – fundada em 08/05/1956<sup>38</sup>. Entre 1956 e 1959 (datação imprecisa, infelizmente, do documento disponível), ela envia correspondência à ACN, no sentido que essa seja uma das benfeitoras para aquisição de um Canal de Rádio e TV, bem como da organização de uma *Universidade Afro-Brasileira*<sup>39</sup>.

A Associação Beneficente Pio XII chega a formular um *Plano de Integração Social e Cultural da Coletividade Negra do Brasil*, com doze pontos que visavam: “1)Promover o recenseamento da raça negra em todo o território nacional; 2)Normalizar a situação social e civil de todos os elementos da raça; 3)Organizar meios de subsistência e independência econômica para os elementos necessitados; 4)Conseguir com os governos da União e dos Estados glebas de terreno para nelas localizar as famílias negras necessitadas; 5)Possibilitar aos negros o acesso ao estudo médio e superior; 6)Criar o serviço de assistência social aos elementos da raça; 7)Criar e fomentar na raça a mentalidade de sua capacidade e independência; 8)Conseguir a solidariedade de todos para esta obra

<sup>37</sup>DAMAS, Léon G. *Nouvelle Somme de Poésie du Monde Noir*, Paris: Présence Africaine, n. 57, 1967.

<sup>38</sup>Registrada em cartório a 24/06/1959, tendo sido “aprovada e abençoada por S. Emcia. O Snr. Cardeal Arcebispo Metropolitano de São Paulo Dom Carlos Carmello de Vasconcellos Motta”. Era sediada na Av. Pompéia, 729, São Paulo. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar.

<sup>39</sup> “[...] Empenhei-me nesta campanha, que me preocupa desde 1935, em favor dos 20 milhões de pretos abandonados no Brasil. Pelo programa da obra, pretendo habilitá-los à vida. Esmola é paleativo que não resolveria o problema[...] Peço a V. Excia. me auxilie a conseguir a Estação de Rádio e Canal de TV, como a organizar a Universidade Afro-Brasileira, números do programa que me possibilitarão levar avante a campanha[...]Quem se põe à frente de uma campanha, é forçado a lançar mão de todo recurso para vencer[...]Dirigindo-vos esse apelo, em favor da integração nacional e cultural da coletividade negra no Brasil, penso nos 20 milhões de brasileiros que esperam ainda sua redenção econômica. Para acelerar a solução do problema[...]peço-vos a contribuição pessoal de Cr\$1.000,00, que unida às demais, possibilitará a aquisição do aparelho, a entrar imediatamente em atividade, levando o abençoado nome de São Paulo a todos os recantos do país”. Excertos de cartas do Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho para a ACN, sem data. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar. Este e outros documentos referentes à Pio XII, ver: ACN DIE COR 1255 P018 J013; ACN DIE COR 1256 P018 J014; ACN DIE COR 1257 P018 J015; ACN DIE COR 1258 P018 J017 e ACN DIE COR 1264 P020 J028.

*genuinamente nacional; 9) Criar a Rádio Beneficência Popular e conseguir canal de TV para propaganda deste programa; 10) Criar a Universidade Afro-Brasileira onde preferentemente estudem elementos da coletividade da raça negra; 11) Recrutar entre eles os elementos que colaborem nesta obra; 12) Criar o Banco de Crédito Negreiro, responsável pela manutenção do Plano.”<sup>40</sup>*

Não há notícia de que ele tenha sido levado a cabo. Entretanto, na entrada dos anos 1960, o tema da *integração social e cultural do negro* se torna, destarte, candente. É possível afirmar que existe, portanto, uma ambiência social para o que Florestan Fernandes desenvolveria naqueles anos, publicando mais tarde *A Integração Social do Negro na Sociedade de Classes*, em 1964. Mesmo entre os estatutos de fundação da ACN (28/12/1954), de acordo com Petrônio Domingues, o tema já aparece, aliado ao problema da *marginalidade social*. Os presentes à reunião criaram os estatutos para, entre outras razões, agregar pessoas naquela associação, “[...] *que tivesse por finalidade fundamental a desmarginalização e recuperação social de todos os elementos que vivem em situação marginal, principalmente o negro*”<sup>41</sup>.

Essa ambiência dos temas da *marginalidade social* e da *integração negra* é interessante, a ponto de uma associação como a Pio XII, vinculada à Igreja Católica, ser criada e se mobilizar para arrecadar fundos, inclusive entre os negros, para tal fim. Não haverá tempo ou espaço aqui para inquirir em profundidade quais os interesses da Igreja naquele plano. Contudo, registre-se o fato. Por qual motivo essa mobilização? Por quê o negro se torna um tema que mereça atenção tão detida? Fragmentos da correspondência passiva e ativa da ACN revelam ainda que há articulações de entidades negras, local e internacionalmente, organizando-se num movimento pendular entre o assistencialismo e auto-determinação da figura do negro enquanto sujeito social, que se discutirá a seguir.

### *Ó África! Ó África!*

*Meu grito é estertor de um rio convulso.../Do Nilo, ah, do Nilo é o meu grito.../E o que me dói é fruto das raízes,/ ai, cruas raízes!/,das bruscas florestas da terra africana/Meu grito é um espasmo que me esmaga,/há um punhal vibrando em mim, rasgando/meu pobre coração que hesita/ entre erguer ou calar a voz aflita:/ Ó África! Ó África! [...]/ Meu deus, porque é que existo sem mensagem,/ [...] Senhor! Jesus! Cristo!/ Por que é que grito?,* Oswaldo de Camargo, excertos de *Meu grito*, publicado em *15 Poemas Negros*, 1961, edição da ACN.

<sup>40</sup>Plano da Associação Pio XII. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar.

<sup>41</sup>Cf. DOMINGUES, Petrônio. *Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico*, Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, UNISINOS, 2007.

*Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África/ pendurado na noite do meu povo./ Trago em meu corpo a marca das chibatas/ pelos quais, as carretas do progresso/ iam buscar as brenhas do futuro/[...] Eu vi nascer mil civilizações/ erguidas pelos meus potentes braços;/ mil chicotes abriram na minha 'lma/ um deserto de dor e de descrença/ anunciando as tragédias de Lumumba/[...] Eu sinto a mesma angústia, o mesmo banzo/ que encheram, tristes, os mares de outros séculos,/ por isso é que ainda escuto, o som do jongo/ que fazia dançar os mil mocambos.../ e que ainda hoje percutem nestas plagas./[...] Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África/ pendurado na noite do meu povo., Eduardo de Oliveira, excertos de *Banzo (Ao meu irmão Patrice Lumumba)*, publicado em *Banzo*, 1963, editora Obelisco.*

Por ocasião do II Congresso Mundial dos Escritores e Artistas Negros, que se realizaria em Roma, de 28 de março a 02 de abril de 1959, organizado pela *Société Africaine de Culture* (responsável pela *Présence Africaine*), a ACN formula carta para jornais, cujos excertos dizem o seguinte:

[...] A “*Société Africaine de Culture*”, ciente da importância da contribuição dada pelo elemento africano à cultura do Brasil, acolheria com imensa satisfação uma representação de nosso país. Por isto, solicitou à Associação Cultural do Negro – com sede nesta capital à Rua São Bento, 405 – 16º andar – para que [se] tornasse intérprete de tal desejo, pedindo outrossim divulgar as notícias referentes ao conclave e possivelmente tomar contato com o ambiente cultural do país, assinalando as figuras que dele desejam participar. *Solicitamos então aos intelectuais negros e aos estudiosos eventualmente interessados no assunto, o envio de sua adesão, para que a ACN possa transmiti-la à “Société Africaine de Culture”, recolhendo outrossim, os pormenores sobre a viagem para conhecimento daqueles que desejam participar do Congresso.* [...] A “S.A.C”, com a qual a Associação Cultural do Negro deseja estabelecer laços de amizade e de profícua colaboração, sugeriu também a criação no Brasil de uma associação “Amis de *Présence Africaine*”, com membros brancos e negros, objetivando estudar os problemas ligados à cultura afro-brasileira e a divulgação de todas as manifestações relativas a ela[...] A Associação Cultural do Negro, aproveita então esta oportunidade para lançar o seu apelo aos intelectuais brasileiros, negros e brancos, para que seja fundado em São Paulo um centro filiado à “S.A.C” digno de representar no estrangeiro a cultura africana no Brasil. Com este objetivo a A.C.N fará realizar dia 27 de fevereiro próximo, em sua sede social, uma reunião para tratar do assunto, estando desde já convidados todos os interessados[...] Finalmente, o senhor Alioune Diop, Secretário Geral da “*Société Africaine de Culture*”, solicita o apoio e a solidariedade da intelectualidade brasileira, das associações culturais e das entidades que congregam o elemento negro, traduzidos no envio de mensagens por ocasião do congresso.<sup>42</sup>

<sup>42</sup>Carta a jornais do vice-presidente da ACN, Américo Orlando da Costa, datada de 18/02/1959. Cf. ACN DIE COE 0644 P011 J023 e ACN DIE COE 0644 P011 J024. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar. Grifos meus.

Consoante as memórias de Correia Leite, o então presidente da ACN “[...] *Geraldo Campos de Oliveira*[...] *tinha ido ao II Congresso de Escritores e Artistas Negros realizado em Roma. Foi como observador.*[...] *O Geraldo Campos trouxe de lá uma porção de documentos, teses e outras coisas.*”<sup>43</sup> Para viajar, Oliveira teve de fazer pedidos de concessão de passagens, em cortesia, à PANAIR do Brasil e ALITÁLIA<sup>44</sup>.

No pêndulo da auto-afirmação e determinação do sujeito social há uma espécie de descoberta do Continente Africano, dentro da ACN, pela via cultural e política. O manifesto de 25 de março de 1960, assinado por diferentes entidades em São Paulo, criticando as ações da União Sul-Africana faz com que haja um posicionamento da associação face ao que ocorria naquele continente e nos EUA. Diz o Manifesto:

As entidades e pessoas reunidas no memorável ato público promovido pela Associação Cultural do Negro, na sede da Associação Paulista de Imprensa, na noite de 25 de abril[sic] do corrente ano, e que subscrevem o presente manifesto, entendem que ninguém pode ficar indiferente aos clamores por liberdade, justiça e democracia, partidos das vítimas de massacre determinado pelo governo da União Sul-Africana[...] Os acontecimentos sangrentos de Shaperville, Langa e Carte Manor, representam o ressurgimento de tudo aquilo contra o que a Humanidade lutou duramente no último conflito mundial. O Mundo se encontra diante de uma absurda tentativa de restauração dos fundamentos ideológicos do nazi-fascismo, que são os fundamentos do “apartheid”, com sua violenta negação do direito à liberdade, à igualdade, à justiça e à vida aos homens, mulheres e crianças negras sul-africanas.[...] A ONU não pode continuar permitindo [que] permaneça em seu seio, uma nação que pratica o genocídio e intranqüiliza o Mundo, estarrecido diante de manifestações obscurantistas, características da Idade da Pedra Lascada[...] Aceitar de braços cruzados os atentados contra a Humanidade, cometidos na pessoa dos povos da África do Sul, é aceitar a regressão à barbárie[...] Por isso, com base nas convenções internacionais que o Brasil honradamente subscreveu[...] entendemos de apelar para o governo brasileiro, no sentido de que rompa definitivamente as relações diplomáticas e comerciais com a União Sul-Africana, em defesa da Humanidade.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup>LEITE, José C. & CUTI. ...*E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, p.177.

<sup>44</sup>Cartas de Geraldo Campos de Oliveira a Dr. César Pires de Carvalho, superintendente da PANAIR do Brasil e Dr. Francesco Trento, diretor superintendente da ALITÁLIA, datadas de 16/03/1959. Cf. ACN DIE COE 0643 P011 J022. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar. Notar as proximidades das datas, do pedido e da realização do congresso, 25/03/1959.

<sup>45</sup>Manifesto lançado pela ACN, datado de 25/03/1960. Também subscrevem pessoas ligadas à Juventude Socialista, Frente Nacionalista de São Paulo, União Paulista de Estudantes Secundários, Teatro Experimental do Negro de São Paulo, Centro Acadêmico João Mendes, Federação dos Professores e Trabalhadores em Est. de Ensino etc. Cf. ACN DIE COE 1511 P016 J023, J024 e J025. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar.

Se como afirma Correia Leite, “1960 foi considerado o Ano Africano [...] Aquela manifestação deixou os negros aqui entusiasmados”<sup>46</sup>, é importante observar as ligações que se vão criando entre a ACN e outros organismos com igual interesse. A 09 de fevereiro de 1960, por exemplo, a União dos Caboverdeanos Livres, sediada em São Paulo, remete correspondência de agradecimento à Associação por seu pronunciamento contra a situação dos presos políticos das colônias portuguesas. Além disso, “[...] vinha juntar as edições já publicadas do jornal “Portugal Livre”, órgão da oposição ao Governo de Salazar, em cujas colunas combatemos a tirania salazarista e procuramos mostrar ao Mundo Civilizado quanto esse governo representa de pernicioso para a Dignidade Humana”<sup>47</sup>. Internacionalmente, portanto, a questão africana e segregação estadunidense se tornam um tema de interesse para uma fração dos negros associados, nesse momento. Inclusive, um tópico chamativo até mesmo literário, apreciado como uma *grande novidade pelo ilustre desconhecido* – embora muito falado – *continente africano*, como afirma Oswaldo de Camargo:

[...] Naquele tempo, não. Você não conhecia a África. A África que você tinha era a África literária. Que foi traduzida por *Navio Negroiro*[...] [no] meu poema, “Meu grito”, eu pergunto: “Oh, África! Oh, África!”. É um desconhecimento. A África que nós temos é uma África mítica. É uma África de gravuras.[...] De repente que começam[...] Vamos situar em 1960. Este jornal... [*Níger*] eu sou o editor-chefe dele. [...] Então, a capa do *Níger* aqui é o Patrice Lumumba. Então, a África começa a se agitar. Começa a começar o movimento de independência na África. Esse movimento de independência da África, vai colocar a África, dar uma visibilidade maior, desperta o interesse por gente...Aí chegam de Angola alguns rapazes que chegam refugiados, vieram refugiados da África, de Angola, falando português. Tanto que nos espantava o sotaque lusitano deles. Eram dois, pelo menos. Um deles era o, me lembro muito bem, Paulo Matoso. Eles vêm com alguns livros africanos. Primeira vez que nós vimos alguns livros vindos da África! Primeira vez, pelo menos para mim, que eu deparo, que eu topo um africano. Um homem negro africano. Para mim, o início de conhecer a África foi aí. E foi mediante o Paulo Matoso, que me deu um livro da Noêmia [Souza] – deu não; emprestou um livro da Noêmia, que era uma poetisa de Moçambique ou Angola, não vem ao caso agora – eu talvez seja um dos primeiros autores que escreveu sobre um poeta africano, no *Novo Horizonte*. [...] Porque daí começam também Angola, movimento em

<sup>46</sup>LEITE, José C. & CUTI. ...E disse o velho militante José Correia Leite, *Op. Cit.*, p.177. E ainda: “A Associação Cultural do Negro chegou a fazer um ato de protesto contra a discriminação racial na África do Sul e na América do Norte, onde estava sendo iniciada a luta pelos direitos civis. Nesse ato da Associação também foi evocado o problema africano geral e sugerida a ideia de se criar um comitê de solidariedade aos povos africanos. Creio que essa proposta deve ter chegado à África portuguesa, pois nós passamos a receber publicações do Movimento Popular para Libertação de Angola, não endereçado à Associação, mas ao Comitê de Solidariedade aos Povos Africanos. Mas esse comitê, devido à falta de elemento humano, com disposição para trabalhar, não se formou.” (p.175, grifos meus)

<sup>47</sup>Carta de Guilherme Morbey Rodrigues, Presidente da União dos Caboverdeanos Livres a Américo Orlando da Costa, vice-presidente da ACN, datada de 09/02/1960. Cf. ACN DIE COR 1221 P017 J079. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar.

Moçambique, Angola... Isso repercute aqui. Até pela leitura dos jornais em geral. Os jornais em geral começam a falar sobre isso. Porque, na verdade, o que nós conhecemos melhor, nesse momento, são os autores americanos. É natural. Por que? O cinema americano trata do negro. As traduções que chegam: *Filho Nativo* [de Richard Wright], Langston Hughes... Richard Wright, Langston Hughes, chegam aqui. A gente vai lendo o pouco que chega. *A Rua* [Ann Petry], *Donos do Orvalho* [Jacques Roumain], que está lá, do René Marais... São livros que todo mundo, todo negro que se preza como intelectual procura ler esses livros. É aquela leitura que é leitura de turma. Você tem que ler, senão não é da turma. Duvido que algum negro candidato a escrever, na época, não tivesse lido, não tenha lido o *Filho Nativo*.<sup>48</sup>

Paulo Matoso, estudante e jornalista angolano, fez a revisão geral do livro do poeta negro paulistano Eduardo de Oliveira, *Banzo*. Acerca dele, há poucos dados informativos além desses. Sabe-se que foi militante do MPLA e do MABLA, mantendo contatos com ativistas no Brasil.<sup>49</sup> Noêmia Carolina Abranches de Sousa Soares, de acordo com nota biográfica de Léon G. Damas, nasceu em Lourenço Marques (Moçambique), em 1927, tendo estudado no Brasil e trabalhado em Lisboa, de 1951 a 1964, quando se exilou na França, devido à sua contestação ao governo de Salazar. Poeta e jornalista, se engajou nas lutas de libertação nacional africana, publicando artigos e viajando por diferentes países daquele continente. Faleceu em 2003, em Lisboa<sup>50</sup>. Como se vê, há o contato com uma perspectiva revolucionária da literatura africana, gerando algum interesse nos escritores negros paulistanos ligados à ACN, provocando discussões e textos.

Internamente, por outro lado, de maneira inesperada, em 1960, a questão do negro marginal e favelado, *presente enquanto disposição de princípios gerais nos estatutos da Associação*, eclode e se faz ouvir, através da Literatura, mobilizando a atenção também de parcelas do meio negro organizado, compondo um desafio de realidade às suas intenções, como se verá a seguir.

---

<sup>48</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo. Colchetes meus. O romance *A Rua*, da escritora estadunidense negra Ann Petry foi traduzido em 1947 para o Brasil, pela Cia. Editora Nacional. *Donos do Orvalho*, do haitiano Jacques Roumain é traduzido em 1954, pela Editorial Vitória, ligado ao Partido Comunista. *Filho Nativo* é traduzido em 1940, publicado também Cia. Editora Nacional.

<sup>49</sup>Em 2010, no final da elaboração da tese foi defendida dissertação, onde a trajetória de Paulo Matoso como militante do MPLA e do MABLA é discutida. Cf. SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-brasileiro pró Libertação de Angola - "um amplo movimento": Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*, Dissertação [Mestrado], São Paulo: PUC, 2010.

<sup>50</sup>Cf. OLIVEIRA, Eduardo de. *Banzo*, São Paulo: Obelisco, 2a. ed., 1963; DAMAS, Léon G. *Nouvelle Somme de Poésie du Monde Noir*, Paris: Présence Africaine, n. 57, 1967, p. 471. Dados suplementares acerca de de Noêmia de Sousa, ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Noemia\\_de\\_Sousa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Noemia_de_Sousa) Acessado em 04/12/2009.

## *O Negro Marginal e As Associações Negras: Quarto de Despejo, 1960*

*Agora sei que a terra me pertence/ como pertence ao branco e a descoberta/ do que é meu por fim me arrebatou/ e a minha velha alma está liberta/ Agora está liberta a minha alma.../ e cresce em mim o ardor de sonhos novos:/ Ah, todo negro é homem entre os homens/ e pode, irmãos, erguer-se entre os povos/ Festejais minha entrada entre as faces risonhas,/ aplaudi o findar do meu longo lamento,/ este se esvai ao longe, leva-o o vento.../ Derrubei as estátuas de faces tristonhas/ que choravam meu ser, ah, irmãos, festejai!/ É primavera e o inverno longe vai!, Poema da Descoberta (À Carolina Maria de Jesus), Níger, ACN, São Paulo, setembro de 1960.<sup>51</sup>*

O ano de 1960 marca a edição de *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus. Lançado em agosto, a ACN promove homenagem à autora no seu salão, em 28 de setembro, Dia da Mãe Negra. Para tanto, convida diferentes entidades civis, como a Academia Paulista de Letras e o Grêmio da Faculdade de Filosofia e Letras da USP<sup>52</sup>. Nesse mesmo ano, a associação passa a editar, desde julho, um jornal mensal chamado *Níger*. Seu terceiro número (setembro de 1960) traz aquela escritora na capa.

*Níger – Publicação a serviço da coletividade negra*, presta homenagem à autora que seria o sucesso literário de vendas do ano, bem como a grande expressão de um autor negro nacional, sem precedentes, evocando-a como um fato de extrema importância, cultural e social, ao grupo que aquele jornal e associação buscavam representar. Nesta edição, publicam-se um editorial (sobre a figura de De Jesus e a mulher negra), o poema apócrifo de Oswald de Camargo – que serve de epígrafe a esta subparte – e um samba em deferência à escritora, de autoria de B.Lôbo. O editorial da publicação é uma exaltação, com ressalvas, à figura da mãe negra atribuída à escritora, bem como uma tentativa de construir sua imagem como síntese dos propósitos do meio negro organizado:

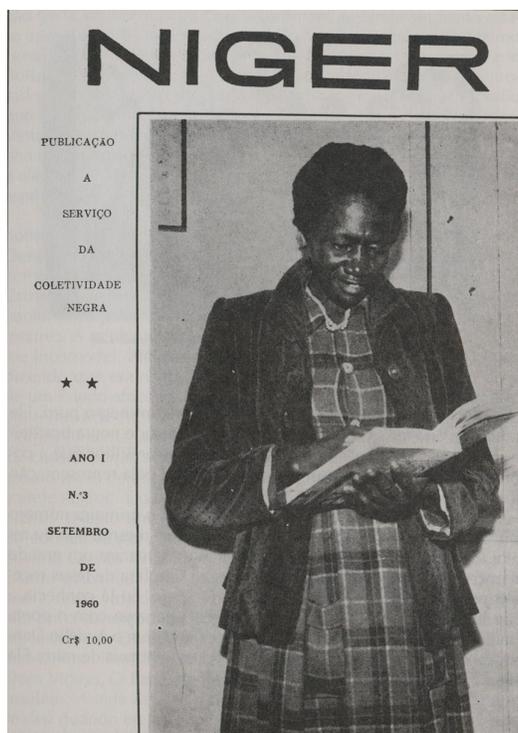
*Carolina Maria de Jesus é a expressiva figura, por nós escolhida, para simbolizar a homenagem que hoje rendemos à “Mãe Negra”, num ato de nosso civismo, pelo transcurso da data de 28 de setembro, e do 89º aniversário da Lei do Ventre Livre.[...]A nossa homenageada – a “Mãe Negra” – é uma imagem emotiva que vive em nossa recordação, e por isso mesmo não podemos jamais olvidá-la pelos feitos que no passado ela concretizou[...] deu ao Brasil suas melhores tradições e*

<sup>51</sup>Na edição de *Níger*, o poema não está assinado. Contudo, Oswald de Camargo afirmou que: “Fui eu quem escreveu isso aqui. Ninguém sabe. [...]Eu pus aqui [em seu exemplar da revista] O.C. Só para eu não esquecer que fui eu [risos]”. Entrevista de Oswald de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo. Fonte do poema: AEL – Unicamp, microfilme MR/2714.

<sup>52</sup>Embora convidadas, ambas não estiveram presentes. Cf. Carta de Aristêo Seixas, Presidente da Academia Paulista de Letras, que desculpa-se por que “*Meu estado de saúde não me permite sair à noite, razão por que deixo de comparecer a essa reunião*”; e Ofício n. 273/60, de Fred Lane, Presidente do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, datadas, respectivamente, de 28/09/1960 e 05/10/1960. Cf. ACN DIE COR 1243 P018 J001 e ACN DIE COR 1244 P018 J002. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar.

*soube encher os velhos solares das famílias de tantas ternuras e poesias[...] Carolina Maria de Jesus é uma contradição histórica de tudo isso. Ela vem malsinada, tal qual uma sombra errante, do submundo da sociedade moderna, para contar uma história, a sua história, que galvanizou os sentidos de toda opinião pública, pelas suas revelações estarrecedoras.[...] O diário da favelada Carolina é um depoimento que não só retrata, em seu triste conteúdo, as nossas mazelas sociais do momento, como remontam[sic] aos erros políticos – em matéria de justiça social – desde o alvorecer da República.[...] Pelo menos para nós esse livro foi mais que isso [sucesso de vendas], porque nele encontramos uma advertência fora do comum[...] O significado dessa advertência tem suas ressonância nos fundamentos daqueles pontos básicos que são a razão de ser dos anseios de nossa luta[...]*<sup>53</sup>

Ilustração 8: Carolina M. De Jesus em *Niger* da ACN, setembro de 1960.



Segundo as memórias de Correia Leite, ainda foi feita, na casa dele, “[...]um grande almoço e foi a primeira homenagem que a Carolina de Jesus recebeu por causa de seu livro, *Quarto de Despejo*[...] Foi uma homenagem que me deixou sensibilizado por causa da Carolina, que praticamente ofuscou o aniversariante que era eu”. A figura de De Jesus passaria a ser alvo de disputa após a publicação de seu primeiro livro, de diferentes interesses e matizes intelectuais ou políticos. No meio negro organizado, embora em menor escala, não se deu algo diferente.

<sup>53</sup>O SENTIDO Humano da Mãe Negra, *Niger*, São Paulo, Associação Cultural do Negro, setembro de 1960. Microfilme MR/2714, Arquivo Edgar Leuenroth (AEL-Unicamp) microfilme MR/2714. Grifos e colchetes meus.

Se a ACN promove um número de seu recém-lançado jornal e uma homenagem na casa de um de seus principais líderes á escritora, o Clube 220, espécie de *organização rival*<sup>54</sup>, sediada no mesmo prédio, a partir da publicação de *Quarto de Despejo* passa a promover *O Ano Carolina Maria de Jesus* (1960-1961). A disputa fica clara na carta-resposta que o 220 remete à ACN, por ocasião do convite que esta fizera àquele clube, em razão do evento promovendo o *Ano Cruz e Souza*:

Acusamos o recebimento de seu estimado ofício s/n ° que embora datado de 31 de Janeiro pp. , somente chegou às nossas mãos no dia 6 do fluente (?), cujo conteúdo mereceu a nossa proverbial consideração[...] Como já é sabido do conhecimento Vv. Ss., e também do domínio público, esta comissão – supervisionada pela diretoria do Club “220” instituiu o Ano “CAROLINA MARIA DE JESUS”, programado para o decorrer do ano em curso uma série de festividades em homenagem ao êxito nacional e internacional conquistado por aquela escritora, com seu livro “QUARTO DE DESPEJO”, best-seller de 1960, contando já esta comissão com todas as Associações interioranas à margem enumeradas[...] Como ponto alto de tais festividades, desejamos comunicar Vv. Ss., que a Câmara Municipal de São Paulo acolheu a nossa iniciativa, aprovando a concessão do título de “CIDADÃO PAULISTANA” àquela escritora, que será entregue no próximo dia 9 de março p. vindouro[...] Eis os motivos porque este Clube lamenta a impossibilidade de atender o gentil convite de Vv. Ss.[...] Outrossim, no sentido de dirimir dúvidas, apreciariamos que Vv. Ss. consultassem novamente seus registros, uma vez que de acordo com dados oficiais que mantemos em nossos arquivos, o nascimento do emérito poeta JOÃO DA CRUZ E SOUZA, ocorreu a 09 de março de 1892[sic] transcorrendo portanto o centenário do seu nascimento no próximo ano e não neste ano.[...]<sup>55</sup>

A ACN exaltava De Jesus como um exemplo de afirmação do negro e, particularmente de mãe negra, talvez inaugurando uma das imagens mais associadas à escritora: a mãe negra, uma espécie de reserva moral e benigna. Simbolicamente, uma homenagem se deu no dia 28 de setembro de 1960. Todavia, é importante observar que um embate entre essa organização e a autora. A mãe negra em questão é solteira, com três filhos, de três pais diferentes e dois anos de instrução formal. Causava um certo empecilho para os propósitos daquela associação (o *elevamento moral* do negro, que em grande

---

<sup>54</sup>“Nós fizemos um convite para o Clube 220 e eles mandaram um ofício respondendo, onde fizeram uma advertência de que eles tinha conhecimento da nossa ideia de prestar uma homenagem a Cruz e Sousa em virtude da passagem do seu centenário, mas nós estávamos errados porque ele não nascera em 1861 e sim em 1862. Nós tivemos que fazer um ofício falando sobre o então recente livro do Andrade Muricy que, definitivamente, esclareceu que a data era mesmo 1861.” Esta e a citação imediatamente anterior, checar: LEITE, José C. & CUTI. ...*E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, pp.179 e 184-185, respectivamente.

<sup>55</sup>Ofício n. 69/61, do presidente do Clube 220, Frederico Penteadó Júnior a Adélio Alves da Silveira, presidente da ACN, datado de 24/02/1961. Documento ACN DIE COR 1254 P018 J012. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar. Algumas das associações interioranas estão listadas em nota de rodapé.

parte passava pela valorização / normatização do comportamento mundano). São sintomáticos, neste sentido, os depoimentos de Correia Leite e Camargo, referências política e cultural da ACN:

[...] o Audálio Dantas me chamou de lado e disse: [...]– Leite, você que tem um certo prestígio, vê se dá uns conselhos para a Carolina porque parece que ela está deixando subir na cabeça certas bobagens por causa do sucesso do livro...[...] Eu fui falar com a Carolina e ela me prometeu que ia continuar a mesma, que não ia deixar aquilo acontecer. Só que, não demorou muito tempo, ela se desligou do Audálio Dantas e andou fazendo algumas bobagens, como aparecer no carnaval com roupas excêntricas, querer freqüentar certos meios que ela não tinha condições... E homens também que ela começou a encontrar. *Uma mulher sofrida que se vê, de repente, numa situação daquela, se não tiver muita força de vontade, vai fazer das suas mesmo, vai querer passar pelo que não é* [...] <sup>56</sup>

Oswaldo de Camargo acentua a crítica por outro ângulo, da repentina obsolescência que a autora de *Quarto de Despejo* ganha em meio a ACN:

[...] Então, a história aí, eu só vejo o seguinte: o *Quarto* se tornou um caso... Não sei até que ponto é um caso de Literatura ou é um caso de memória. Tem Literatura sim[...] Mas você deve ver como memória, como documento... Só sei que ela ganhou repercussão e essa repercussão foi o que impediu depois, em parte, a Carolina. *Ela não soube medir muito bem, até que ponto, ela devia tomar certas atitudes.* [...] Nunca ninguém citou Carolina de não-sei-o-quê... “Vamos por a Carolina na nossa antologia... Vamos convidar a Carolina...” Não, Carolina não foi um fato! A minha opinião. A Carolina... *única pessoa que, se não me engano, falou que a Carolina era um modelo para os escritores negros foi um marxista: Clóvis Moura.* [...] *Talvez ele quisesse dizer que todo autor negro deveria entrar nesse campo. Não. Entra quem vive, quem quer. Há outros campos muito poderosos da Literatura que não são exatamente de desmesura social. Porque, na verdade, a Carolina era desmesurada: ela tava fora de todo padrão. Mas você não precisa viver daquele jeito, para ser escritor.* [...] Não altera nada a Literatura nossa. A Literatura continuou sendo feita pelos mesmos autores. As reuniões que nós fazíamos na década de 60, na casa da Nair Araújo [membro do TEN-SP e do setor cultural da ACN] e outros autores, na minha casa... *ninguém pensou: “Ah, convida a Carolina para...”* <sup>57</sup>

Se a ACN possui resistências à figura e ao tema de Carolina – embora ambos lhe tenham sido úteis no princípio, e mesmo que como verniz tenha sido simpática aos dois – a mesma reserva com a conjugação das imagens não possui o Clube 220. Pelo contrário: é esta associação – auto-intitulada *Entidade Orgulho da Família Negra Brasileira* – que, além de promover o Ano Carolina Maria de

<sup>56</sup>LEITE, José C. & CUTI. ...*E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, p.182

<sup>57</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo.

Jesus, lança a campanha para outorga do título de Cidadã Paulistana à autora. Frederico Penteadó Jr., presidente do Clube, afirma em carta à ACN que

[...]Conforme já é do conhecimento Público, foi esta entidade autora do manifesto Público contendo mais de cinco mil assinaturas, dirigido à Câmara Municipal de São Paulo através do edil Italo Fittipaldí, pelo seu ofício n.º 51 datado de 12 de setembro de 1960 o qual solicitava que a autora do livro Quarto de Despejo, mineira, côr Preta, de 46 anos, mãe solteira de filhos e que foi, há pouco ocupante do barraco n.º 9 da Rua A, na Favela do Canindé, fosse agraciada por essa Edilidade, como “CIDADÃO PAULISTANA”, cuja literatura contemporânea foi revolucionada por um livro, “QUARTO DE DESPEJO”[...]deseja esta entidade contar [...] com sua presença no próximo dia 28, para o seguinte PROGRAMA:[...]Pela manhã na igreja da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no largo do Paissandú, missa em homenagem a esta babá, Mãe de duas gerações da Branca e da Preta, às 9,30hs[...] Em seguida, com a presença da escritora Carolina Maria de Jesus e outros, colocará no Monumento à Mãe Preta diversos ramalhetes de flores como gratidão da família brasileira àquela ilustre personalidade[...] Às 15h no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo quando os edis em sessão especial entregará [sic] a Carolina Maria de Jesus o título de “CIDADÃO PAULISTANA”, iniciativa deste clube[...]<sup>58</sup>

Vejamos como se dá, então, esse processo de conversão simbólica de Carolina Maria de Jesus, intermediado pelas associações negras paulistanas, com seus interesses em disputa.

### *De Habitante do Monturo a “Shakespeare de Cor”*

Outorgamos, hoje, com a pompa necessária, o Título de Cidadã Paulistana à maravilhosa figura da mineira Carolina Maria de Jesus[...] Ela é cidadã de São Paulo – cidadã do Brasil[...] Trata-se de uma personalidade invulgar, da mensageira de um protesto assombroso, de uma alma literária que, como a planta ressurgente do chão, e vive, e respira, e se ramifica, pelos descendentes, no futuro[...] Da favela obscura, misérrima – quem o poderia supor? – aparece um Shakespeare de cor, um Mollière que é mulher, um Dante que descreve o inferno em terra, e a linguagem vibrante, ágil, pura e sonora que indica o verdadeiro poeta, que transporta a carne, o sangue para o papel, na pungente descrição das angústias e decepções dum canto da humanidade<sup>59</sup>

Se as ideias de um *protesto e revolta negros* até então se consumavam de maneira abstrata, galvanizando sujeitos ligados a associações – e, internamente, em número menor, aqueles afeitos à

<sup>58</sup>Ofício n.º 283/61 de Frederico Penteadó Júnior, presidente do Clube 220 ao presidente da ACN, datado de 26/09/1961. Cf. ACN DIE COR 1280 P018 J044.Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

<sup>59</sup>Discurso proferido pelo vereador Ítalo Fittipaldí, em 28 de setembro de 1961, em homenagem a Carolina Maria de Jesus. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo, Processo n.º 5480, folha 86.

Literatura – a concretização daquelas ideias em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* é absolutamente inesperada.

A revolta e o protesto não estão ali organizados; a autora é oscilante em meio a suas constatações. Suas ligações com as associações negras são contatos ocasionais, na rua, quando ainda não era famosa. A favela, o lugar de onde fala é suspeito, até então, para o surgimento de algo como expresso em *Quarto. Ela consegue, a um só tempo, por meio da Literatura, colocar em pauta os problemas da fome, das favelas, do racismo, do clientelismo político, da marginalidade social, do negro no pós-abolição etc. visto pelos despossuídos*. Entretanto, talvez por tudo isso amalgamado, Carolina Maria de Jesus desperte o interesse quase imediato – e conflituoso, seja entre si ou com a escritora – de negros organizados, em seu movimento pendular do assistencialismo à auto-determinação.

O projeto de resolução n.º 54, arquivado no processo 5480 de 1960, guardado na Câmara Municipal de São Paulo, apresenta os passos efetuados para a outorga do título de Cidadã Paulistana a De Jesus. A iniciativa partiu do Clube 220 que, em tempo recorde, encaminhou carta e abaixo-assinado, com cerca de 6.000 adesões, subscritas em 46 páginas, à Câmara, em 12/09/1960. O livro de De Jesus fora lançado no mês anterior. A carta enviada ao vereador Ítalo Fittipaldi<sup>60</sup>, solicitava a aprovação de seus termos em regime de urgência pela edilidade, afirmando que

Como é do conhecimento público, a literatura contemporânea está sendo revolucionada por um livro, cuja procedência o identifica como uma das mais arrojadas páginas[...] Trata-se de QUARTO DE DESPEJO, que tem como autora a favelada CAROLINA MARIA DE JESUS[...] QUARTO DE DESPEJO, pela força do realismo com que foi escrito, consiste, longe de CRÍTICA DESTRUIDORA, um índice do caminho a seguir para exterminar com os focos malignos das sórdidas favelas do nosso País.[...] Ainda em se tratando de regime de urgência[...] seja-nos permitido indicar a data de 28 de setembro corrente para esta solenidade, tendo em vista que transcorre neste dia mais um aniversário da “Mãe Preta”, Mãe das gerações de ontem, de hoje e de amanhã.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup>“Tendo atuado durante doze anos no antigo PSP[Partido Social Progressista, criado em 1945, por Adhemar de Barros], Ítalo Fittipaldi iniciou sua carreira política elegendo-se vereador na capital paulista em 1954, mandato que foi renovado em 1958. Ao longo desse período, Fittipaldi ocupou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, durante a gestão de Ademar de Barros (1955-1959). Em 1962, Fittipaldi candidata-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados, conquistando apenas uma suplência. Após se filiar à Arena, conquista o seu primeiro mandato de deputado federal em 1966. Depois de se reeleger em 1970, o parlamentar tenta, sem êxito, a conquista de mais um mandato no pleito de 1974, deixando a Câmara dos Deputados no ano seguinte.” Cf. MADEIRA, Rafael Machado. Integração regional e fragmentação partidária: uma análise de carreira política dos deputados federais da ARENA em São Paulo. *Sociedade e Cultura*, volume 7, n. 2, julho/dezembro, 2004, p.219. Colchetes meus.

<sup>61</sup>Carta de Frederico Penteadó Júnior ao vereador Ítalo Fittipaldi, datada de 12/09/1960. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo, n.º 5480/1960, folha n.04.

A repercussão de *Quarto* justifica, em partes, a solicitação do 220. O 220 não queria ficar de fora disso, assim como não o quis a ACN. Ambas elegem o mesmo dia para homenagear a autora, disputando o impacto causado. Todavia, dado o adiantado do tempo e os entraves burocráticos, embora aceite a outorga por mais de dois terços dos vereadores, não seria possível realizar a cerimônia naquele mês de setembro de 1960. O parecer final sobre o pedido foi emitido entre 27 de outubro e 13 de dezembro do mesmo ano, passando por diferentes comissões. Estendem-se as discussões até 1961.

Isso permite afirmar a estratégia do Clube 220 em construir uma espécie de campanha, criando o *Ano Carolina Maria de Jesus*, como forma de não desaquecer o ímpeto da iniciativa, enredado pela burocracia. A redação final do projeto de resolução só ocorreu em 30 de maio de 1961 e o convite para que De Jesus recebesse seu título foi enviado a 15 de setembro, como arquivado na folha 78 do processo.

A outorga, efetuada em 28/09/1961, durante a 38<sup>a</sup> Sessão Especial da Câmara Municipal, contou com a presença (anunciada e taquigrafada) do Vice-Governador de São Paulo, General Porphyrio da Paz, do presidente da Câmara Municipal, Manuel Figueiredo Ferraz, do escritor e teatrólogo Solano Trindade, de membros do 220, além Fittipaldi, vereadores e da homenageada. O discurso proferido por Fittipaldi (folhas 86-90 do processo), associa De Jesus exagerada e retoricamente a distintas figuras da Literatura Mundial e/ou suas obras: Shakespeare (*Hamlet*), Zola (*L'Assommoir*), François Villon e Christopher Marlowe, Verdi (*Rigolletto*), Dickens (*Oliver Twist*), Machado de Assis (*Memorial de Ayres*). No plano da questão social, relaciona-a a Josué de Castro (*Geografia da Fome*). A tudo isso, a autora responde em seu discurso de agradecimento, taquigrafado às folhas 91-93 do processo 5480/60, do qual se extrai os excertos abaixo, que:

[...] A transição da minha vida foi impulsionada pelos livros. Tive uma infância atribulada. Não me foi possível concluir o curso primário, mas desde que aprendi a ler passei a venerar os livros fantasticamente, lendo-os todos os dias.[...] Se não fosse por intermédio dos livros que deu-me boa formação, eu teria me transviado, porque passei 23 anos mesclada com os marginais.[...] Devo agradecer aos brancos de São Paulo que deram oportunidade aos pretos, aceitando as nossas criações e acatando-nos no núcleo social. Este gesto contribui para abolir preconceitos raciais[...]

Não seria bem isso que as associações negras gostariam de ouvir, pelo menos não a parte a final do discurso. A igualdade deveria ser uma conquista e não uma concessão, para maioria daquelas associações. Abre-se espaço para o discurso do presidente da Câmara, Manuel Ferraz, em que exorta a falta de preconceito racial em São Paulo e no país. Como devem ter reagido Solano Trindade, os membros do Clube 220 e outros a isso? Das fontes, nada consta. Além disso, Ferraz trata o problema da

favela como se De Jesus tivesse descortinado uma cena oculta da metrópole emergente. Em verdade, ela o inseriu numa pauta sócio-política. As favelas estavam à luz dos olhos de todos. Ferraz propõe medidas que vão do assistencialismo à ação direta, fornecendo poucos elementos para a concretização de um ou doutro (folhas 94-96):

[...]é preciso que este eco tenha ressonância nesta Casa; que não fiquemos, nós outros, indiferentes ao clamor daqueles que menos favorecidos clamam por aqueles que podem acolhê-los ou socorrê-los na sua miséria e no seu abandono.[...] Por isso, escritora Carolina Maria de Jesus, o seu apelo será atendido, por certo.[...] *Esta cidade[...] lhe é grata pelos serviços que você prestou a nossa coletividade, chamando a atenção para um problema que sabíamos conhecer mas que preferíamos desconhecer. E agora os nossos olhos estão abertos. É preciso que alertemos os demais para que este problema não constitua um problema mas que seja agora um movimento para a solução desse mal, que é o mal da favela de São Paulo[...]*

Como se verá adiante, os temas da favela, da marginalidade social e da integração do negro entrarão na ordem do dia, para diferentes setores sociais, no curto espaço de tempo até começo de 1964. De Jesus estará no centro desses debates até a altura de 1962. A mobilização de alguns setores da sociedade em busca de uma *solução* para o problema *descortinado* permite uma análise interessante sobre a forma recorrente de se lidar de maneira precária com problemas sociais, em verdade, irresolutos desde muito tempo. Ironicamente, *Quarto de Despejo*, o diário de uma favelada, é que traz a cidadania daqueles debates.

#### *Apenas palavras não bastam: Condicionamento social para a produção das ideias*

Estamos na hora de trabalhar para o efetivo soerguimento do nível sócio-econômico dos homens de cor, descendentes dos escravos que alicerçaram nossa nacionalidade. Protelar esta importante tarefa seria descurar uma das mais elementares obrigações para com a nossa Pátria, devedora dessa pobre gente, que abolida da escravatura não conseguiu livrar-se das suas nefastas conseqüências, refletidas no mais inglório e doloroso marginalismo<sup>62</sup>

E como fica o meio negro organizado? Encerrada a sessão no começo da noite de 28 de setembro de 1961, o Clube 220 alçou alguma visibilidade promovendo o *Ano Carolina Maria de Jesus*. Para além disso e da homenagem na Câmara Municipal, é difícil afirmar quais foram seus frutos mais efetivos. A ACN, cujos principais líderes e mentores se opunham à exclusividade de uma associação

<sup>62</sup>Apresentação da Comissão Organizadora do I Congresso Mundial da Cultura Negra, Maio de 1962. Cf. ACN DIE COR 1319 P018 J084. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

negra ser meramente festiva ou de convescote, segue organizando a sua *Série de Cultura Negra*. Os *15 Poemas Negros*, por exemplo, de Oswaldo de Camargo, saem publicados naquele ano.

A tentativa de se fazer uma série de Cadernos de Cultura Negra se estanca, contudo, no quinto número. Observa Camargo que “*A Associação não tinha dinheiro para isso. Mal conseguia pagar aluguel, essa é a realidade. Quem bancava isso era o próprio autor, geralmente. A não ser que ele achasse alguém que bancasse no lugar dele*”<sup>63</sup>.

A dificuldade das condições de manutenção dos projetos da ACN não obstou, entretanto, a intenção de realizá-los ou as demandas que lhe chegavam até os primeiros anos da década de 1960. As comemorações do Centenário do Poeta do Desterro são um exemplo disso. No relato de José Correia Leite sobre o assunto percebe-se, duplamente, o esforço coletivo empreendido por membros da associação preocupados com a questão cultural (não raro, sintetizada pela Literatura) bem como a importância que a ACN conferia aos grandes feitos e aos grandes nomes.

[...]Mas o mais importante deste ano foi quando nós estudamos fazer o medalhão de Cruz e Sousa e colocar em praça pública. Conseguimos um escultor que não cobrou nada para fazer o medalhão, só cobrou o material. Depois de pronta a matriz em gesso, foi outra dificuldade arranjar uma pedra que tivesse a nosso alcance. Acabamos escolhendo uma pedra bruta, barata. Daí foi a hora de saber da prefeitura como é que a gente devia proceder para colocar em praça pública. O Henrique L. Alves se incumbiu de falar com uma pessoa no gabinete do prefeito. Foi falar com o doutor Freitas Nobre, então vice-prefeito[...] Ele foi à Associação e começou a fazer uma porção de objeções, achando que o medalhão era muito pobre, dizendo que por ele o medalhão estava desaprovado. Mas ele não podia dar a última palavra, porque dependia da Secretaria de Cultura. *O prefeito era o Prestes Maia. Nós conseguimos descobrir um oficial de gabinete do prefeito, um tal de doutor Galo. Falamos com ele e ele, com a melhor boa vontade, resolveu o assunto e o local escolhido ficou sendo a Praça Dom José Gaspar, ao lado da biblioteca municipal*[...] *O Henrique L. Alves se incumbiu de levar a matriz em gesso do medalhão para a Academia Brasileira de Letras e, nesse ensejo, convidou o doutor Austregésilo de Athayde para vir a São Paulo inaugurar o medalhão, embora muita gente do meio intelectual não acreditasse que ele viesse. Mas ele aceitou o convite.* [...]O medalhão ficou pronto para ser inaugurado à tarde, como de fato aconteceu. *A boa vontade do presidente da Academia Brasileira de Letras foi demonstrada pela maneira como ele veio, de trem, com sua senhora*[...] *E ele foi à Associação e viu a simplicidade da nossa sede*[...] *Na Praça Dom José Gaspar estava um número pequeno de negros e brancos, inclusive o Florestan Fernandes, que tinha sabido do evento na véspera, e o diretor da biblioteca que é ali do lado*[...] *Eu comecei a sentir que o doutor Austregésilo de Athayde estava constrangido. Porque uma festa daquela ninguém vai*

---

<sup>63</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo.

*olhar quem está promovendo, se é uma entidade de alto nível cultural ou uma entidade de classe mais baixa.[...] Mas, é de se lamentar que não tenha comparecido ninguém da Academia Paulista de Letras, da União Brasileira de Escritores ou do Instituto Histórico e Geográfico. Todas essas entidades receberam convites da Associação Cultural do Negro[...] A nossa sorte é que a sessão da Banda da Força Pública estourou num toque de continência e desceu dum carro o vice-governador Porfirio da Paz, que foi assistir à inauguração. Aquilo deu uma nova alma ao presidente da Academia, que fez um discurso muito inflamado[...] E se tratava de uma entidade de gente pobre, sem a importância de letrados, mas pondo em brios os intelectuais do Brasil que iam deixar passar em brancas nuvens um evento tão importante como aquele. Depois ele[...] pediu desculpas em nome da Academia Brasileira de Letras, pelo erro de não ter sido o Cruz e Sousa colocado no rol dos fundadores da academia.<sup>64</sup>*

Esse último longo relato de Correia Leite sobre como se dá a inauguração do monumento a Cruz e Souza (hoje destruído ou desaparecido)<sup>65</sup>, na Praça Dom José Gaspar, ladeando a Biblioteca Mário de Andrade com os bustos de Camões e Dante, é exemplar na síntese do esforço coletivo empreendido por uma fração cultural negra em São Paulo. O Ano Cruz e Souza – coincidente com o Ano Carolina Maria de Jesus – também demarca outras iniciativas para as quais a ACN é acionada, evidenciado alguma efervescência no biênio 1960-1961. Por exemplo: em 29/08/1961, a agente de viagens (*tour manager*) Estela Grunebaum, da International Travel Promotion Ltd., envia correspondência à associação afirmando que:

Temos recebido de nosso correspondente dos Estados Unidos várias cartas, com referência consulta sobre vindas ao Brasil de grupos e pessoas individuais de homens de cor dos Estados Unidos[...]O desejo destas pessoas é vir ao Brasil para intercâmbio de ideias e confraternização com os associados daqui, e portanto, gostaríamos de saber quais os programas que poderiam oferecer aos vossos irmãos do Norte, a fim de que possamos recepcioná-los bem[...]<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup>LEITE, José C. & CUTI. *...E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, pp.188-189. Grifos meus.

<sup>65</sup>Desde 2002 ou 2003, o monumento a Cruz e Souza foi vandalizado, não tendo sido restituído no local. “[...]Hoje, a Mário de Andrade vive o momento mais grave de sua história. Abandonada pelo poder público municipal, está à mingua, sem funcionários para os serviços essenciais, raros bibliotecários -pois grande parte se aposentou nos últimos anos- e com o prédio em situação precária. A única intervenção do governo municipal foi a realização de uma pequena obra na praça Dom José Gaspar, meramente decorativa -tanto que o monumento em homenagem ao poeta simbolista Cruz e Souza, destruído desde 2002, continua jogado no jardim que cerca a praça”. Cf. VILLA, Marco Antônio. A destruição de um biblioteca, *Folha de São Paulo*, 02/06/2004, p. A3. E ainda: “O patrimônio da humanidade que se localiza na praça Dom José Gaspar, fundos da Biblioteca Mário de Andrade, está assim, exposto a vandalismo de toda espécie. O busto de Cruz e Souza com a placa e a poesia, que a UBE apoiou para ser restaurado, sumiu, assim como o pedestal de Dante, quem sabe, quem viu? Arrancaram a cabeça de Goethe, que depois foi localizada e levada para restauro, mas não se sabe quando volta ao local. A de Chopin está irreconhecível, a muito custo se consegue identificar a placa com seu nome, e o busto de Julio Mesquita pode cair a qualquer hora. Sobraram Camões – porque está cercado – e Cervantes. Que raiva é essa que move o braço que desfigura essas figuras que em carne e osso só espalharam luz?” Cf. ABREU, Ieda Estergilda. Vandalismo cultural: raiva e crime, *Jornal da UBE*, n. 103, junho de 2003, p. 05.

O estado das fontes só permite supor qual o grau de excitação e apreensão causou semelhante missiva. *Era uma associação pobre, constituída majoritariamente de funcionários e empregadas, raramente de professores*, já havia nos dito Oswaldo de Camargo. A fração cultural interna era minoritária. Não há notícia, sejam nas memórias de Correia Leite ou nas fontes pesquisadas em arquivo que, no caso de terem vindo, os *irmãos de cor do norte* tenham efetivamente passado pela ACN e sido *recepcionados bem*. Todavia, o conjunto de ações empreendidas anteriormente por aqueles homens e mulheres os colocou num ponto significativo de um mapa de visibilidade e importância social, reconhecidos como referência, aos olhos de outros sujeitos interessados em aspectos da vida do negro, ao menos em São Paulo. No rodapé da carta, alguém da associação escreveu um esboço de resposta a Grunebaum, que deveria conter um programa social, cultural e profissional da ACN. Não há menção sobre o envio da mesma.

\*\*\*

Em 1961, ainda, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, através de seu então presidente, Raul Joviano do Amaral, velho ativista negro e colaborador da Pesquisa UNESCO em São Paulo, anuncia que no dia 15 de outubro daquele ano,

O Departamento Hospitalar da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário tem a satisfação de convidar Vv. Ss.[...] a fim de prestigiarem com Vv. honrosas presenças o lançamento da pedra fundamental do futuro “HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO”, a ser realizado às 11,20hrs, no dia 15 de Outubro, no terreno situado à Av. Marginal Esquerda, junto à Ponte da Vila Maria[...] Na oportunidade será consagrado e inaugurado valioso “CRUZEIRO”, confeccionado em madeira de lei, testemunhando as melhores esperanças na conclusão de obra destinada a bem servir a coletividade e a enriquecer o sistema médico hospitalar do paiz[sic]<sup>67</sup>

Embora haja atualmente um Hospital Nossa Senhora do Rosário na Vila Maria, em São Paulo, não há informação sobre sua ligação com a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. Talvez o hospital tenha sido erigido e essa ligação se perdeu, por diferentes motivos. O fato importante é a intencionalidade da ação. Uma irmandade beneficente, de corte étnico, existente desde 1711, e que se ocupa de tentar criar um hospital direcionado ao grupo negro – assim como ocorreu a outros grupos migrantes: portugueses, sírios-libaneses, italianos, israelitas, nipônicos –. É um passo ousado, em que as dificuldades seriam grandes, certamente (arrecadar fundos interna e externamente, médicos e

<sup>66</sup>Carta de Estela Grunebaum aos Exmos Srs. Da Associação Cultural do Negro, 29/08/1961. Cf. ACN DIE COR 1275 P018 J039. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

<sup>67</sup>Ofício n. 16-A, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, assinado por Raul Joviano do Amaral, ao Presidente da ACN, 06/10/1961. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

enfermeiros, manutenção do hospital, escapar da acusação de racismo às avessas etc.), mas que possuía fundamentos mais concretos e imediatos, por exemplo, que a tentativa de ser organizado um *Congresso Mundial da Cultura Negra em São Paulo*, como se daria no ano seguinte.

Em maio de 1962, a Comissão organizadora dessa iniciativa enviou comunicação à ACN. Estava associada à Associação Beneficente Pio XII e algo de suas intenções está transcrito na epígrafe desta subparte do capítulo. Além disso, fazia saber que

Temos a elevada honra de apresentar a V. Excia. o anexo, programa das solenidades comemorativas do dia 13 de maio, no Parque São Domingos, Lapa, às 8,30 e no Theatro Municipal às 20 horas[...] primeiro número oficial com que a Comissão Organizadora do 1º Congresso Mundial da Cultura Negra e a Associação Beneficente Pio XII festejam o lançamento simbólico do “Encontro Estadual”, da instalação da Rádio Educadora Popular e a visita à Exposição da Maquete da Universidade Afro-Brasileira, tendo em vista o aludido Certame Cultural pretendendo porem-se em contato com a sociedade paulistana, para a evolução de seu programa beneficente da coletividade negra do Brasil<sup>68</sup>

Era do interesse dos organizadores que as cerimônias de Treze de Maio preparassem um “[...] *“Encontro Nacional” que se dará em novembro deste ano, tendo em vista o 1º Congresso Mundial da Cultura Negra, pondo diante dos novos olhos a realidade da situação[...]”* Se a referida realidade era tão precária e urgente, já não a havia exposto dois anos antes Carolina Maria de Jesus? A que teria vindo, exatamente, semelhante congresso? José Correia Leite, nesse sentido, é bastante crítico, em suas memórias, ao caráter dispersivo daquela organização, acusando-a de desmobilizadora<sup>69</sup>. No entanto, o programa do Congresso, datado de 13 de maio de 1962 e anexado ao convite acima, se iniciava com às,

6,30 – Missa de ação de graça oficiada pelo Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho, diretor e fundador da Associação Beneficente Pio XII.[...] 8,45 – No Parque São Domingos, Lapa, ao lado dos terrenos da futura Universidade Afro-Brasileira, recepção às autoridades: Dr. Tancredo Neves, 1º Ministro, Dr. Carvalho Pinto, Governador do Estado, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta Cardeal Arcebispo Metropolitano de S. Paulo, e outras personalidades ilustres[...] Palavras de Saudação pelo

<sup>68</sup>Cf. Convite do 1º Congresso Mundial da Cultura Negra. Cf. ACN DIE COR 1319 P018 J084, Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar

<sup>69</sup>“Passados alguns dias [após as homenagens a Cruz e Souza], surgiu a notícia da realização de um Congresso Mundial da Cultura Negra, um título perturbador e sensacionalista[...]Uns dias antes tinha sido realizado aqui em São Paulo um congresso mundial da JOC, Juventude Operária Católica. Nesse congresso vieram, de várias partes da América, muitos negros, o que entusiasmou uma participante brasileira, que achou possível a realização de um congresso negro nos mesmos moldes e conseguiu o apoio de algumas pessoas, inclusive do senhor [escritor] Eduardo de Oliveira, conhecido militante político[...] Infelizmente esse congresso serviu, de começo, para afastar os poucos elementos que freqüentavam a Associação Cultural do Negro. Isso fiquei sabendo num dia em que cheguei na Associação e encontrei muito pouca gente. Disseram-me que os outros tinham ido ao Congresso[...] Mas, depois de muito tempo, o congresso foi feito na Escola Caetano de Campos. A abertura foi muito bonita, mas não falavam mais em “mundial”[...]” Cf. LEITE, José C. & CUTI. *...E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, pp.190-191. Colchetes meus.

Snr. Eduardo de Oliveira, às autoridades e aos presentes em geral[...] Palavras do Snr. Paulo dos Santos Matoso Netto em nome dos Bolsistas Africanos. Snrta. Ana Florença de Jesus, agradecendo os que cooperam para a realização do 1º Congresso[...] 20,30 – No Teatro Municipal, realização de um Concerto pela Banda Sinfônica da Força Pública do Estado, precedido de uma Conferência a cargo do Prof. Dr. Florestan Fernandes, da U.S.P, cujos convites se encontram na bilheteria do Teatro.

“O orador oficial dessa solenidade foi o professor Florestan Fernandes. Ele fez uma conferência sobre o Movimento Negro em São Paulo e, por várias vezes, citou o meu nome. Eu não estava presente porque não fui convidado[...]”<sup>70</sup>, conclui um Correia Leite irritado textualmente com o fato, ao mesmo tempo que satisfeito com a evidência de que as pretensões do Congresso estivessem além das possibilidades dos organizadores, dentre os quais, desertores da ACN.

\*\*\*

#### *Alcances e limites, impasses e obstáculos*

[...]Um dia sob ovações e rosas de alegrias/ Jogaram-me de repente/ Da prisão em que me achava/ Para uma prisão mais ampla/ Foi um cavalo de Tróia/ A liberdade que me deram/ Havia serpentes futuras/ Sob o manto do entusiasmo/ Um dia jogaram-me de repente/ Como bagaços de cana/ Como palhas de café/ Como coisa imprestável/ Que não serve mais prá nada/ Um dia jogaram-me de repente/ Nas sarjetas do desamparo/ Sob ovações de rosas e alegria./Sempre sonhara com a liberdade/ Mas a liberdade que me deram/ Foi mais ilusão que liberdade[...]”, Excertos de *Protesto*, Carlos Assumpção, 1958.

Os passos dados até aqui haviam sido extremamente largos. Apenas palavras não seriam mais o bastante para a concretude das intenções. Algum lastro mais efetivo que os simbolismos dos atos, discursos, convites, pessoas envolvidas etc. deveria apoiar as ações da fração organizada negra em São Paulo. Mesmo a Literatura de poetas negros, orbitando a ACN, com suas intenções mais progressistas e suas exposições de uma visão social de mundo objetivando integração, equidade e respeito teriam que passar por alguma espécie de *teste da realidade*, em sua faceta mais dura: das possibilidades concretas, nos termos almejados, de inclusão e reconhecimento plenos na sociedade envolvente, capazes de efetivar a emancipação e o ideal de uma Segunda Abolição.

Relações com intelectuais negros africanos, cubanos, guianenses ou estadunidenses; ligações com ativistas e intelectuais da metrópole paulistana não-negros; série *Cultura Negra*; Ano 70 da

<sup>70</sup>LEITE, José C. & CUTI. ...E disse o velho militante José Correia Leite, *Op. Cit.*, p.191.

Abolição; tentativa de construção de um Hospital beneficente; Congresso Mundial de Escritores Negros, *Quarto de Despejo*, Ano Carolina Maria de Jesus, Ano Cruz e Souza, Congresso Mundial da Cultura Negra etc. aonde tudo isso iria levar o grupo negro organizado paulista? Estaria ele já pronto para o teste da realidade social, da mudez e obstaculização diante do racismo e da precariedade? E esta, a realidade, estaria pronta para reconhecê-lo da maneira que era inquirida nas ações, poemas, ideias gestadas e proferidas em sessões solenes, reuniões, atos, cartas, ofícios, posicionamentos?

Os anos subsequentes demonstraram que não. Se o protesto e a revolta são enunciados, por uma fração organizada negra – e bem recebidos, igualmente, por uma fração cultural não-negra – com força em quase uma década de atuação político-cultural, o desafio de conferir alguma concretude maior aos feitos caminhava justamente para alcançar círculos cada vez mais amplos. Entretanto, isso demandaria um esforço de realização e compreensão do objetivo cada vez maiores, por negros e não-negros, sensibilizados por aqueles ideais. Todavia, o fim da ACN se mostrou melancólico, bem como daquele tipo de organização negra em São Paulo. José Correia Leite e Oswaldo de Camargo o enunciam claramente, demonstrando os alcances e limites que foram possíveis àquela fração político-cultural organizada almejar.

[...]houve um litígio entre a Associação e o proprietário do conjunto. Mas antes de terminar, houve um esforço de um grupo de moços. Um era professor de inglês, outro formado em agrimensura e ótimo em matemática, e apareceu também uma alemã, Dona Dóris, que se propôs a dar aulas de inglês, no sentido dela poder aprender melhor o português, mas infelizmente os alunos não puderam devolver a ela o que ela queria receber em troca. Ela acabou desistindo depois de ter tentado também fazer uma ópera de Mozart adaptada para artistas negros[...]Teve uma ocasião em que apareceu um pianista. Queria fazer um recital e demonstrou para nós que tipo de espetáculo que seria[...] Mas ele só deu aquela demonstração e, como viu que nós não tínhamos condições de fazer o espetáculo como ele queria, não voltou mais. Não tínhamos realmente condições de empresariar espetáculos[...]Quando eu dei pela coisa já era mil novecentos e sessenta e cinco. Eu tinha completado meu tempo de serviço na prefeitura e entrei com meu pedido de aposentadoria. Aí resolvi me aposentar também da minha militância e acabei me afastando da associação.[...] Não passou muito tempo eu soube que a Associação tinha fechado. Soube também que um grupo, tendo uma senhora advogada[...] o Eduardo de Oliveira e Oliveira e outros, tinha levado a Associação para o bairro da Casa Verde[...]... Na Casa Verde a Associação tentou funcionar, mas não conseguiu.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup>*Idem, ibidem*, pp. 192-194

Para além dos problemas internos, dificuldade para pagar contas e falta de apoio dos associados, o teste mais duro da realidade, aliado a esses fatores, é o golpe civil-militar de 1964. Desmobiliza o que já era precário, amedronta os que tinham dúvidas, inviabiliza os ténues amparos que a ACN conseguiu estabelecer com intelectuais e pessoas, notadamente progressistas e, algumas, de esquerda. Exemplo disso, é a trajetória que assumirá Florestan Fernandes, o intelectual mais próximo da associação, pós-golpe: cassado, exilado, incapaz de ajudar pouco além de si mesmo. Outro é Paulo dos Santos Matoso, o estudante e jornalista angolano, citado por Oswaldo de Camargo e revisor de Eduardo de Oliveira, que foi importante para membros escritores da ACN, ao apresentar algo de literatura africana. O pouco que se sabe acerca de sua trajetória é que, de acordo com Márcio Moreira Alves,

Após o golpe militar do 1º de abril de 1964, no País, todos os estudantes africanos das colônias portuguesas, aqui residentes, foram presos. A maior parte desses estudantes, o Ministério das Relações Exteriores havia assegurado permanência no País como bolsistas. A 1º de agosto de 1964 era preso outro nacionalista angolano, Paulo dos Santos Matoso, que era trazido de São Paulo para depor no Inquérito Policial Militar (IPM do Grupo Angolano), nome atribuído pelos militares ao processo com que pretenderam condenar os patriotas angolanos<sup>72</sup>

Após o biênio 1962-1963, não há registros interessantes para esta tese referentes a ACN. Sua fase áurea, concordam Clóvis Moura e Petrônio Domingues, se encerra no pré-1964, com crises financeiras cada vez mais agudas. O primeiro afirma que, na busca de se criar uma *ideologia para o grupo negro paulista*, surgiram contradições e embates internos, que culminariam em desordem financeira<sup>73</sup>. Refere-se a confrontos entre grupos que pensavam a ACN com diferentes inclinações face à ideia de *cultura*: política de reconhecimento ou divertimento/ assistencialismo. O primeiro grupo era minoritário, como reafirma Oswaldo de Camargo, numa ilustração amarga:

[...]O piano que lá estava [na sede] era um piano emprestado, por uma moça chamada Marta. Quando a Marta ofereceu o piano, para nós ficarmos com o piano, a um preço baixíssimo, e não pudemos ficar, aí foi que eu saí da Associação. De revolta. Em lugar do pessoal pegar o dinheiro para comprar o piano, pegaram o dinheiro para o esporte. Me deu um desalento muito grande. O piano era importante ali. Então, a Associação passava por percalços bem humanos, de falta de dinheiro, deserção de gente que não via aquilo como ideal etc.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup>ALVES, Márcio M. *Torturas e Torturados*, Rio de Janeiro, 1996, pp. 183-184. Disponível em [www.marciomoreiraalves.com/downloads/torturas-e-torturados.pdf](http://www.marciomoreiraalves.com/downloads/torturas-e-torturados.pdf) Acessado em 05/10/2009.

<sup>73</sup>MOURA, Clóvis. Organizações Negras. In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis: Vozes, São Paulo: CEBRAP, 1983, p. 158.

<sup>74</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo.

Um prospecto sem data, nos arquivos da ACN em São Carlos, mostra o desenho feito por Clóvis Graciano para o primeiro número da Série Cultura Negra (1958), referente ao Ano 70. Acima dele está escrito “Mês da Abolição”. Na contra-página, o imperativo *DIGA QUE A A.C.N É UMA FORTALEZA*. Entre o dito e o fato, existe uma distância considerável, como concluiu Domingues: “*Sem recursos para saudar as várias dívidas, a entidade foi obrigada a fechar suas portas em 1967. Quase dois anos depois, foi reaberta, mas sem o mesmo perfil e poder de articulação. Nessa nova fase foi presidida por Glicéria Oliveira e passou a desenvolver ações de cunho assistencialista, com cursos de alfabetização e madureza[...]*”<sup>75</sup>.

Auxiliada pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira<sup>76</sup>, Glicéria conduz a ACN numa fase crítica, em que, após o despejo do edifício Martinelli, ocorre a mudança para a Casa Verde, em 1975. Um ano depois, a associação fecha as portas, doando móveis e documentações para terceiros, como atestam os “Instrumentos particulares de doação e transferência” assinados pela presidente da entidade, em 05 de julho de 1976. No mesmo dia, Glicéria Oliveira enviou carta notificando os membros remanescentes da ACN, acerca do encerramento das atividades da associação. A ela respondeu o bibliófilo e empresário José Mindlin, em papel timbrado de sua indústria, a Metal Leve, na missiva

<sup>75</sup>DOMINGUES, Petrônio. *Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico*, Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, UNISINOS, 2007, p. 06.

<sup>76</sup>Em entrevista a Conrado Pires de Castro, afirma o sociólogo José de Souza Martins: “Foi de minha turma e foi meu amigo Eduardo de Oliveira e Oliveira, intelectual refinado e culto, mulato, dos meus conhecidos e amigos o que melhor compreendia as gradações e as implicações da diferenciação social naquele estranho e fascinante mundo da Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia, perto da qual morava. Ele era filho de um estivador negro do porto do Rio de Janeiro, que se tornara líder sindical e, como ele mesmo dizia, pelego do trabalhismo de Vargas. Eduardo tivera a melhor educação que alguém podia receber em sua época no Rio de Janeiro. De vez em quando, seu pai embarcava-o na limusine de seu uso e dava um passeio pelas docas, mostrava-lhe os estivadores que carregavam nas costas pesada sacaria e lhe fazia esta advertência: “Não se esqueça nunca de que o que você é e virá a ser deve a essa negrada”. Eduardo não esqueceu. De vez em quando convidava seus amigos negros e vários de nós, que vínhamos “de baixo”, e também alguns professores, artistas e intelectuais para uma mesa de queijos e vinhos finos em seu apartamento para, no estilo das velhas famílias, um sarau de conversação culta. Organizou para negros do bairro da Casa Verde uma escola, para a qual convidava professores da USP, com razão convencido da função emancipadora dessa ressocialização. Escreveu uma peça teatral emblemática, a cuja estreia compareci, sobre as contradições e as armadilhas da ascensão social no meio negro - E, agora, falamos nós -, dirigida e apresentada no Teatro do Masp por sua amiga, a atriz Teresa Santos. O título da peça foi inspirado num incidente ocorrido, que presenciei, no prédio de Filosofia e Ciências Sociais, na Cidade Universitária. Eduardo organizara um seminário sobre o negro, numa das salas, para o qual convidara vários professores da Faculdade de Filosofia e vários negros. Uma das professoras, ao terminar sua exposição, que foi a primeira, explicou que precisava se retirar, pois tinha outro compromisso. Ela já estava na soleira da porta quando Eduardo pediu-lhe que voltasse, pois tinha algo importante a dizer. E disse mais ou menos o seguinte: “Nós (negros) passamos séculos ouvindo vocês. Quando chega a hora de falarmos, vocês dizem que não têm tempo para nos ouvir”. Ela ficou muito embaraçada com a interpelação inesperada, desculpou-se, disse que não era nada daquilo e foi embora. Desiludido com o oportunismo e a precedência das aspirações de ascensão social e de branqueamento dos negros que o cercavam no projeto da Casa Verde, Eduardo suicidou-se, deixando-se morrer de fome e sede, trancado em seu apartamento, a alguns passos da velha Faculdade de Filosofia.” Cf. CASTRO, Conrado Pires de. Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins. *Tempo social*, São Paulo: FFLCH/USP, vol.22, n.1, junho, 2010, pp. 239-240. A escola a que Martins se refere é a transferência da sede da ACN para a Casa Verde. O acervo de Eduardo de Oliveira e Oliveira se encontra na UEIM-UFSCar.

citada abaixo, digna de nota e perguntas: ele e outros membros poderiam ter ajudado, ao menos, na crise financeira? Ofereceram ou foi solicitada ajuda? Que grau de vinculação ou de *alcance* colaborativo, de fato, possuíam os membros não-negros da associação? Nessa nova fase, que identificação haveria, entre os membros negros e não-negros, com os projetos atuais da ACN?

Prezada Senhora[...]Recebi sua carta de 5 do corrente comunicando-me o encerramento das atividades da Associação Cultural do Negro, e só posso dizer que lamento profundamente que os amigos tenham sido levados a uma tal decisão, pois a Associação vinha fazendo um trabalho extremamente útil e meritório.[...]Se as dificuldades que vocês atravessaram não lhes tirarem totalmente o ânimo e vocês decidirem partir para alguma outra iniciativa semelhante, podem contar com a colaboração que esteja ao meu alcance.[...]77

José Correia Leite tem razão em afirmar que, até aquele momento, “*Contudo[...] a Associação Cultural do Negro foi a que teve vida mais longa entre as entidades que existiram com a finalidade de realizar uma obra de levantamento histórico e social do negro*”. Longeva, porém esquecida, infelizmente. Tratou-se de um empreendimento coletivo surgido, simultaneamente, da adversidade e necessidade históricas (o IV Centenário e a necessidade do *elevamento* do negro, da crítica e posicionamento contra sua marginalidade), capaz de engajar num curto intervalo um conjunto de homens e mulheres, suas ideias e energias, em torno de uma missão comum. Depois da Frente Negra Brasileira, é o empreendimento político-cultural mais notável, sem fim religioso ou apenas recreativo, do negro em São Paulo, no século XX até os anos 1960.

A Literatura operou, para alguns desses sujeitos, como a expressão de uma visão de mundo; o surgimento, ampliação e divulgação de uma consciência crítica; a condensação do protesto, da revolta, da angústia e da perplexidade face à cena histórica, como atestam alguns dos poemas e falas citados anteriormente. Os condicionamentos sociais para sua produção foram determinantes para reafirmar a marginalidade da iniciativa cultural negra, embora tenha sido capaz de, fato raro, alçar um público não-endógeno, num momento favorável, em aberto, com disposições democráticas.

Correndo por fora e forçando a sua visualização num lugar diferente do secundário e marginal, os ativistas, intelectuais e escritores negros estavam em pugilo, em diferentes patamares, com a realidade social. Ela o desafia e os testa, na mesma medida em que eles executam ação semelhante. Nesse movimento, se desenvolve uma luta social, composta de ações práticas (atos, eventos, comemorações) e gestações de ideias-forças (negritude, descoberta do continente africano, poemas etc.) que explicitam a tensa situação do grupo negro paulistano em meados do século passado. Situação

---

<sup>77</sup>Carta de José E. Mindlin a Glicéria Oliveira, datada de 30 de julho de 1976. Cf. ACN DIE COR 1396 P019 J064. Coleção Associação Cultural do Negro, Acervo UEIM-UFSCar.

semelhante pode ser pensada para o grupo carioca, condensado nas atividades do Teatro Experimental do Negro e dos ativistas exemplificados na figura de Abdias do Nascimento. Embora beire a teleologia, não se pode se furtar a inquirir aonde tudo isso levaria o grupo negro organizado, em ambas as realidades sociais.

Este capítulo da tese aparenta um certo desvio de rota da discussão central. Entretanto, como se demonstrará adiante, ele é necessário por ao menos quatro fatores: 1) com ele, *é possível entender algo do contexto do surgimento de Carolina Maria de Jesus*, discutida na seqüência, sua recepção inicialmente favorável, com um público disposto; ao mesmo tempo sua relação tensa com as organizações negras; 2) *permite demonstrar a ambiência, recepção, encontro e descompasso entre o discurso literário, ativista e sociológico* referente ao negro entre os anos 1950 e 60; 3) *prepara a discussão sobre a reorganização do movimento negro nos anos 1970*, em São Paulo, retomando a Literatura com papel distintivo (notadamente os Cadernos Negros e o Quilombhoje), sendo que antigos membros da ACN desempenharão papéis nessa rearticulação (ou serão chamados a contribuir). Vale lembrar que dois anos após o fim da ACN, em 1978, surgem os Cadernos Negros e o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial; 4) *finalmente, permite demonstrar que as ideias e iniciativas têm um passado mais antigo que se possa supôr*, permitindo-se distinguir o que é aparentemente novidade do contemporâneo/ atual. O depoimento de Correia Leite, recolhido por Cuti, demonstra isso claramente. As ideias nascem, verticalizam/horizontalizam-se; vertebram-se e engajam sujeitos sociais para fazer a história. Por condições adversas ou decorrentes de suas ações, desaparecem suas iniciativas concretizadas, ficando rastros a serem perseguidos e esperando, nalgum arquivo, serem descobertos.

### Parte III: Obras, Autores & Idéias

*Quando a solidão apertou, desci ao Cambuci, apesar da chuva, apesar da hora. Quando a solidão apertou, não procurei mais no “Malungo” a minha turma, era tarde, e a cidade vazia, um poço de chateza, tédio, visgo em cima da alma desencantada nessas ruas sem ninguém. O vento frio soprava do Jaraguá, a tristeza surgia da vida estreita que a gente trilha, sem saber se poderá alargar-se ou fechar-nos em cima do punho implacável e deixar a gente inerme, olhando feito besta os arranha-céus, os viadutos, a riqueza de São Paulo, que, tenho certeza, virá um anjo com a espada e transformará tudo em merda e enxofre fedendo no Juízo Final[...] Então resolvi chegar ao Cambuci, ir à casa do Benedito Corvo, o preto velho, que, diziam, escutava a gente e nos deixava cabreiros, pois adivinhava o desencanto nosso, as feridas de dentro e explicava porque olhávamos o mundo com os olhos secos de medo, um bolo na garganta e perdíamos o rumo de casa de repente. De repente, por exemplo, e isso foi no “Malungo”, de repente Carlinhos pousou o copo no balcão, olhou a Praça João Mendes e falou pra gente, neutro, como alguém que contempla uma paisagem conhecida:*

*– Eu queria saber que espécie de merda o nosso avô deixou lá no eito, que não estercoou o futuro prá gente.*

Oswaldo de Camargo, Por que fui ao Benedito Corvo, *O Carro do Êxito*, 1972.

## CAPÍTULO 5: SOCIOLOGIA DA LACUNA

Quem, por curiosidade ou necessidade, abrir as páginas de obras de referências ou dicionários especializados em Literatura Brasileira não encontrará, em alguns de seus principais títulos, menção à Literatura Negra Brasileira produzida no século XX. Com alguma sorte, achará verbetes telegráficos sobre alguns autores. E, quando isso ocorrer, deverá desconfiar de nomes, datas de nascimento, falecimento, bem como demais informações biobibliográficas, quando presentes, pois poderão estar equivocadas ou incompletas. Dicionário específico sobre o tema, apenas um estará à disposição do interessado.

Já se questionou nesta tese a razão da ausência e/ou escassez, na crítica literária especializada, de trabalhos monográficos ou de escopo mais geral, que dêem conta dessa lacuna. Estando correto o quadro apresentado no segundo capítulo, que tenta observar a produção dessas obras no tempo, espaço e gênero artístico, entre 1900 e 1988, a pergunta sobre os fundamentos da pequenez da fortuna crítica dessa literatura específica é imperativa. Se os olhos forem voltados à Literatura Periférica Contemporânea, com pouco mais que dez anos – datando-se arbitrariamente com os lançamentos de Ferréz –, o caráter exíguo da produção a respeito pode ser explicado por ser um fenômeno relativamente recente. Contudo, vale pensar se o problema é realmente de sedimentação pelo tempo, pautado pela cautela e zelo dos críticos ou se se trata de questão de natureza mais complexa, constituindo-se a *lacuna* uma interessante temática sociológica. Tomando por base a segunda hipótese, inicie-se a discussão pelo que diz Antonio Candido, no prefácio de uma daquelas obras de referência – publicado em 1969 e reeditado em 1978:

Uma das lacunas mais sensíveis em nossos estudos de Letras e na investigação literária em geral, é a falta de instrumentos de trabalho – isto é, as publicações especializadas em fornecer elementos necessários ao entendimento das obras literárias. Refiro-me aos catálogos de arquivos e bibliotecas, nacionais e estrangeiras, aos catálogos de fontes específicas; aos levantamentos de concordância; aos vocabulários críticos e, sobretudo, aos diferentes tipos de repertórios biográficos. No campo universitários, por exemplo, um estudante se encontra quase desarmado. Faltam-lhe recursos para identificar um escritor menor, encontrar facilmente a bibliografia de um autor qualquer, saber o exato significado de um termo de linguagem crítica.<sup>1</sup>

Se a Literatura Brasileira Geral padece dessa falta de empenho crítico e sistematização de que fala aquele autor, a Literatura Negra e Periférica brasileiras, bem como seus estudiosos, penam bem mais. Em geral, autores reconhecidos em alguns verbetes não são identificados como negros (mesmo os

<sup>1</sup>CANDIDO, Antonio. Prefácio In: MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*, Rio de Janeiro: LTC, 2ª edição [1ª ed. 1969], 1978, p. IX.

assim auto-declarados). Tem-se, de princípio, um problema de invisibilidade e diluição, portanto, se se quiser construir uma pesquisa com as palavras-chave *autor negro/literatura*. Nos verbetes também não estão esses autores atrelados a nenhum movimento literário, momento histórico ou processo social geral ou particular, diferentemente de seus pares não-negros. Informações sobre suas obras são escassas, restringindo-se, em muitos casos, a citar títulos e datas (prováveis) de publicação.

Pode-se afirmar que essas imprecisões não são exclusivas apenas desse tipo de literatura; mas, sim, para usar a expressão de Candido, de todo *autor menor*. E sendo rigoroso, há que se distinguir crítico literário de enciclopedista ou dicionarista, residindo aí métodos e interesses específicos a cada ofício. Neste caso, então, sendo mais rigoroso ainda, tanto uns quanto outros, honradas e citadas as exceções, referente à produção literária de escritores negros no século XX, são extremamente ruins, duvidosos e/ou vacilantes. Exemplos podem ser rapidamente aventados.

No *Dicionário de Autores Paulistas* (1954), de Luís Correia de Melo, editado sob o patrocínio da Comissão do IV Centenário de São Paulo, aparecem verbetes para Lino Guedes e Ruth Guimarães. Todavia, não fossem os títulos dos trabalhos do primeiro (*Canto do Cisne Preto*, *Ressurreição Negra*, *Black* etc.) ou se o pesquisador já não conhecesse a segunda autora por referências indiretas muito posteriores, nenhuma linha os identificaria como escritores negros ou produtores de uma Literatura Negra no Brasil (especialmente Guedes). Além desses dois nomes, em São Paulo, capital, deveria constar até 1954, o de Gervásio de Moraes que, das fontes disponíveis e segundo a Biblioteca Nacional, em seu Catálogo Geral de Acervo de Livros, publicou, em 1943, o livro de contos *Malungo*, com 98 páginas, pela editora Empresa Gráfica Revista dos Tribunais<sup>2</sup>. Certamente, um dos raros esforços em prosa, até então, da Literatura Negra nacional. Mas, sobre ele, nada refere Correia de Melo.

Entre 1954 e 1969, cotejando-se o referido quadro construído no segundo capítulo, publicam-se os trabalhos de Romeu Crusoé, Carlos Assumpção, Eduardo de Oliveira, Solano Trindade, Oswaldo de Camargo, Carolina Maria de Jesus, Oliveira Silveira, Anajá Caetano e Natanael Dantas. Deles, contudo, aparecem dados esparsos apenas sobre Dantas, algo mais alentado sobre Jesus e informações quase completas sobre Eduardo de Oliveira no *Dicionário Literário Brasileiro* de Raimundo de Menezes, publicado em 69. O autor era escritor membro da Academia Paulista de Letras e sua obra é saudada positivamente pelos prefácio e texto de apresentação dos críticos literários Antonio Candido e José Aderaldo Castello (ambos da USP).

---

<sup>2</sup>De acordo com Laurence Hallewell, “*Nas décadas de 1930 e 1940, a Empresa Gráfica Revista dos Tribunais foi responsável por cerca de 60% da produção brasileira de livros, ou seja, praticamente todos os livros que não eram produzidos em gráfica pertencente ou associada a uma editora.*” Cf. HALLEWELL, L. *O livro no Brasil (sua história)*, São Paulo: Edusp, 2<sup>a</sup> ed., 2005, p. 350.

Vale dizer que o verbete correspondente a Carolina M. de Jesus é copiado e adaptado do *Dicionário Mundial de Mulheres Célebres*, de Américo Lopes de Oliveira, editado em Portugal, alguns anos antes. Para ilustrar a trajetória literária da escritora, a edição portuguesa e Menezes salientaram dentre seus dados biobibliográficos as seguintes passagens:

[...]Escritora de cor. Morava na favela do Canindé, na capital de São Paulo, desde 1937. Vivia de catar papéis nos caixotes de lixo da cidade. Lia tudo quanto lhe caía sob os olhos. Diariamente escrevia a reportagem de sua vida triste e imunda, em cadernos que enchia com rapidez.[...] Até que, afinal, foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, que fez publicar o diário da miséria, sob o título de Quarto de Despejo.[...] Abandonou, em conseqüência, a favela[...] *Chegou a ficar noiva de um jovem professor chileno de Belas-Artes, que fez a sua propaganda pelos jornais de Santiago do Chile. Afinal, tudo passou e a romancista negra voltou à primitiva favela*[...]³

Entre a primeira publicação (1969) e a segunda (1978) do dicionário de Menezes, ocorre o surto das *edições de autor*, na produção literária negra. À exceção de Oswaldo de Camargo, que publica em 1972, pela Martins, em São Paulo, o livro de contos *O Carro do Êxito*, autores como Oliveira Silveira, Bélsiva, Éle Semog, Cuti, Arnaldo Xavier entre outros, editam-se e distribuem-se às próprias custas. Nada sobre eles é mencionado. E nesse intervalo de tempo, também no *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, de Massaud Moisés e José Paulo Paes (respectivamente, professor de Literatura da USP e poeta), editado e reimpresso pela Cultrix em 1967, 1969 e 1980 nada se encontrará sobre nenhum dos autores mencionados até aqui. A mesma lacuna se aponta no trabalho de Celso Luft, *Dicionário de Literatura Portuguesa e Brasileira*, publicado pela Globo, de Porto Alegre, cuja primeira edição é 1967 e a terceira, 1987.

Talvez seja a mais completa obra de referência sobre a história do livro no Brasil, abrangendo os processo de edição, editoramento, editores, vendas, distribuição, livrarias, livreiros, inovações e dificuldades técnicas e industriais etc., relacionando-os com o momento histórico-social vivido, o estudo do brasilianista estadunidense Laurence Hallewell que, em ambas edições (1985 e 2005) cita única e indiretamente um escritor negro no Brasil, na segunda metade do século XX, ao se referir à trajetória da Livraria Francisco Alves editora, nos anos 1960, e o sucesso acarretado por esta ao publicar *Quarto de Despejo* (p. 295). Em *O livro no Brasil (sua história)* nada mais específico sobre literatura negra ou sobre editores que a publicaram em seus catálogos. Caso consultada com este propósito, a importante obra deste pesquisador passará a impressão de que, na constituição do mercado de livros no país, escritores, editores e livreiros interessados naquela literatura inexistiram no Brasil. Há

<sup>3</sup>Cf. Menezes, R. de. *Dicionário Literário Brasileiro*, Op. Cit.; OLIVEIRA, Américo Lopes. *Dicionário de Mulheres Célebres*, Porto: Lello & Irmãos Editores, 1981. O trecho sublinhado com traço pertence à edição portuguesa.

ainda passagens sobre Lima Barreto, de maneira lateral. A *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, de Afrânio Coutinho e José Galante de Souza, na sua primeira (1989) e segunda edição (2001), publicada pela Global, com o apoio da Fundação Biblioteca Nacional, é a obra de referência pouco mais completa encontrada sob o escopo de interesse da discussão aqui. Os verbetes, no entanto, são telegráficos, citando Lino Guedes, Gervásio de Moraes, Ruth Guimarães, Oswaldo de Camargo, Carlos Assumpção, Oliveira Silveira, Natanael Dantas, Eduardo de Oliveira, Solano Trindade, Cuti e até mesmo Paulo Lins. Contudo, apesar de registrar entrada sobre Cuti, não há menção à publicação mais longeva da Literatura Negra que ele ajudou a criar, os *Cadernos Negros*, publicados desde 1978 anualmente. Ou mesmo sobre o coletivo Quilombhoje, responsável por esta publicação desde o início dos anos 1980.

Em 2001, chegou ao público a antologia *Os cem melhores contos brasileiros do século*, incumbência da Editora Objetiva ao crítico literário Ítalo Moriconi. A tarefa foi árdua e o antologista mesmo admite, na introdução que “[...] havia o desafio colocado pela editora de que a seleção dos contos se pautasse não em critérios acadêmicos e sim em critérios de gosto e qualidade.”<sup>4</sup> Indiscutivelmente autores negros, figuram ali Afonso Henriques Lima Barreto (*Nova Califórnia*, 1910; e *O homem que sabia javanês*, 1911) e Márcio Barbosa (*Viver outra vez*, 1995). Notifique-se o mérito do antologista em vasculhar a produção nacional, inclusive a contemporânea e chegar até mesmo à produção dos *Cadernos Negros*, geralmente conhecida apenas por especialistas. De imediato, contudo, gera-se uma pergunta desconcertante para a análise: num intervalo de oitenta e cinco anos, nada mais ao gosto e à qualidade do crítico e do público visado foi produzido por escritores negros ou por uma Literatura Negra no Brasil? Respondendo-se negativamente a isso, se de fato for assim que as coisas se passaram, tem-se uma complicação formidável para o problema da criação literária de escritores negros e dessa Literatura Negra.

Por fim, em 2002, Nelly Novaes Coelho editou o *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (1711-2001)*. Nele é possível encontrar escritoras negras no período estipulado pela pesquisadora, como Auta de Souza, Ruth Guimarães, Esmeralda Ribeiro (atual co-editora dos *Cadernos Negros*), Míriam Alves, Elisa Lucinda, Conceição Evaristo etc. Todavia, a título de exemplo, no verbete dedicado a Carolina Maria de Jesus é possível identificar ao menos quatro equívocos biobibliográficos, como se demonstrará abaixo, com as indicações de *sic*:

Memorialista e favelada, Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento (RS)[sic], em 1914 e viveu na capital paulista, onde faleceu em 13/02/1977. Do dia para a noite, sai do anonimato e da miséria em que vivia numa favela em São Paulo, porque o caderno em que escrevia seu dia-a-dia de favelada foi por acaso descoberto por um jornalista, Audálio Dantas, e publicado em livro em

<sup>4</sup>MORICONI, Ítalo (org.) *Os Cem Melhores Contos Brasileiros do século*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 11.

1958[sic], com o título *Quarto de Despejo*. A mídia se empenhou em divulgá-lo através dos diversos meios de comunicação e o transformou em *best-seller*[...] Foi traduzido para 29 idiomas. Carolina de Jesus se torna objeto da especulação publicitária e vive momentos de verdadeiro estrelato, através da TV e dos jornais e revistas, transformada em símbolo da miséria e da degradação humana em que vive grande parte do povo brasileiro. Mais uma vez o capitalismo selvagem lucra com a exploração dos desvalidos. No rastro desse sucesso, a autora sai da favela para a casa própria. Dessa mudança resulta um novo livro, *Casa de Alvenaria* (1960) [sic], crônica que não desperta nenhum interesse no grande público. Carolina acabou voltando à antiga favela em Parelheiros (SP) [sic], onde morre por insuficiência cardíaca.[...]<sup>5</sup>

Em 2007 aparece no mercado editorial brasileiro uma tentativa de “[...]repertoriar a presença negra na Literatura feita no Brasil. E aí, como autor, personagem, motivador e influência, tanto do ponto de vista dos costumes, quanto da contribuição de seus falares e linguagens[...]”. O *Dicionário Literário Afro-Brasileiro*, de Nei Lopes (ele mesmo, um autor negro), procura suprir uma lacuna existente no Brasil, ao menos desde o princípio do século XIX: inventariar uma produção específica ou que a ela se refira sob a ótica do negro, estando aí, inclusive, autores não-negros que criaram personagens negros. Trata-se de um esforço considerável, que pode ser ampliado e melhorado. Lopes afirma ainda, na introdução, que:

No país, a produção literária da contemporaneidade afro-brasileira é marginalizada dentro dos mesmos parâmetros que, outrora, elegiam a arte clássica como o ponto mais alto da escala estética, recalçando a arte negra como “primitiva”, naif, infantil. Para os que pensam assim, será preciso que os escritores negros passem por um processo de depuração e aprendizado até atingirem os cânones em que se baseia a escritura dos autores brancos, consagrados e de prestígio<sup>6</sup>

Haja vista o exposto anteriormente, é cabível afirmar que, em se tratando de Literatura Negra (e, em alguma medida, a Periférica também) não apenas a produção, distribuição e recepção dessa confecção literária é marginal. Salvo os estudos citados ao longo da tese (críticos, históricos ou sociológicos) e o trabalho deste dicionarista, também a avaliação crítica dessa Literatura é marginalizada. É suprida pelo esforço autônomo de alguns autores preocupados em construir uma discussão crítica sobre o fazer literário, organizar edições especiais, notas jornalísticas e alguns estudos isolados. Ou, como já foi escrito, pelo papel social que antologias de Literatura Negra e Periférica adquirem, organizadas pelos próprios escritores, juntando o que é disperso, desconhecido e invisível.

---

<sup>5</sup>COELHO, Nelly N. *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (1711-2001)*, São Paulo: Escrituras, 2002.

<sup>6</sup>Esta e a citação imediatamente anterior, ver: LOPES, Nei. *Dicionário Literário Afro-Brasileiro*, Rio de Janeiro: Pallas, 2007, pp. 13 e 10, respectivamente.

A que se deve, então, esse procedimento contumaz da crítica que, no limite, produz a invisibilidade e a diluição? A que serve a lacuna? Ela é pautada pela dinâmica das relações sociais racializadas? Neste caso, as ideias de preconceito racial ou racismo seriam as respostas mais diretas e óbvias; e, por isso mesmo, as mais combatidas. Supondo não ser este *essencialmente* o caso, então seriam considerados obras e autores, de ordinário, ruins? Antes, para pensar com as categorias de Candido, *manifestações literárias* que propriamente *Literatura sistematizada*? Nesse sentido, esforços isolados, obras e autores menores e ruins e/ou de estatura reduzida não mereceriam crítica ou verbetes catalográficos? Mas, para tanto, isso teria de ser enunciado e discutido pelos profissionais do ramo, exigindo a sofisticação que o tema requer. Até o momento, sobre este assunto, a crítica literária e a técnica enciclopedista brasileira têm sido pautadas menos pelo método científico e mais pelo gosto individual. A análise da lacuna, portanto, pressupõe uma crítica dos condicionamentos sociais do julgamento.

Uma outra possibilidade seria afirmar que os autores negros brasileiros do século XX não são capazes de superar seus antepassados diretos, publicados no século XIX ou nos primeiros decênios do período seguinte (tomando-se Machado, Cruz e Sousa e Lima Barreto como pontos culminantes). Mas quantos e quais autores brasileiros, em geral, no século XX são capazes de fazê-lo, sem pairar dúvidas e unanimamente?

Poder-se-ia dizer que críticos e enciclopedistas têm aversão a rótulos e classificações (certamente, um problema de identidade profissional para o segundo grupo). Contudo, e quando escritores se auto-rotulam, se referenciam histórica e socialmente, como o caso dos *Cadernos Negros* ou da *Literatura Periférica/ Marginal*? Que fazer? Ou, melhor: por que não fazer trabalho de avaliação crítica da forma, conteúdo, projeto e fatura estética baseado nessas auto-definições? Inaugurar, consolidar e sistematizar uma vertente analítica que dê conta desse problema determinado tem sido esforço, isolado, de pesquisadores como Zilá Bernd (UFRGS), Florentina de Souza (UFBA), Regina Dalcastagné(UnB), Eduardo Assis Duarte(UFMG), Andrea Hossne(USP), bem como de orientandos,

---

<sup>7</sup>“Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação e porque se qualificam de *decisivos* os momentos estudados, convém principiar distinguindo *manifestações literárias* de *literatura* propriamente dita, considerada aqui um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, linguagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo, como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens e de interpretação de diferentes esferas da realidade.” Cf. CANDIDO, Antonio. *Literatura como Sistema* In: *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia; Edusp, 5<sup>a</sup> ed., vol. I, 1975, pp. 23-24.

entre outros. Contudo, se estiver correto o raciocínio de Bourdieu sobre um sistema intelectual, pode-se dizer que as formas do dizer são regidas, efetivamente, pelo que pode e como ser dito e consagrado, histórica e socialmente, na história do próprio campo intelectual. Existe uma delimitação bem clara das possibilidades de atuação, fazendo com que custe muito caro a heresia e a subversão. Ou, como afirma o autor em um de seus diversos trabalhos sobre o assunto:

Os produtos culturais devem, pois, suas propriedades mais específicas às condições sociais de sua produção e, mais especificamente, à posição do produtor no campo de produção que comanda ao mesmo tempo (e, por mediações diferentes, o interesse expressivo), a forma e a força da censura que lhe é imposta, e a competência que permite satisfazer este interesse nos limites desses constrangimentos.[...] Impondo o pôr em forma, a censura exercida pela estrutura do campo determina a forma [...] e, inseparavelmente, o conteúdo, indissociável de sua expressão própria, portanto impensável (no verdadeiro sentido) fora das normas reconhecidas e das formas convenientes.[...] As obras legítimas podem exercer assim uma violência que as põe ao abrigo da violência necessária para apreender o interesse expressivo que elas só exprimem sob uma forma que o nega: a história da arte, da literatura ou da filosofia aí estão para testemunhar a eficácia das estratégias de pôr em forma pelas quais as obras consagradas impõem as normas de sua própria percepção<sup>8</sup>

Autores e livros, formas e confecções literárias; métodos analíticos e seu ensino em salas de aula; monografias, dissertações e teses; editores, tradutores, críticos; por vezes, enfim, acabam por compôr uma espécie de ramerrão do mais-do-mesmo, arriscando-se pouco e ousando menos ainda, deixando escapar possibilidades alternativas, às vezes surpreendentes, ocultas pela ignorância, desleixo e preconceito em prol da segurança da trajetória profissional e/ou perspectivas da margem de lucro. Numa via de mão dupla, o não impulso externo da crítica e da distribuição condena a confecção literária negra e periférica, por outro lado, a imobilidade criativa interna, restringindo precocemente seus limites de dizer, justificando, portanto, o argumento da baixa qualidade e o desinteresse. Ou do caráter endógeno da produção, distribuição e recepção literária. Parafraseando Antonio Candido, em uma passagem famosa de *Formação da Literatura Brasileira*, os escritores negros e periféricos poderiam afirmar à lacuna analítica que repousa sobre suas literaturas que, infelizmente, são essas e não outras, que os exprimem. E é a elas, essas literaturas produzidas por eles, nas possibilidades históricas concretas e concretizadas, que se deve voltar os olhos, se algum interesse houver por esses

---

<sup>8</sup>BOURDIEU, Pierre. Censura e Pôr em Forma, In: *A Ontologia Política de Martin Heidegger*, Campinas: Papyrus, 1989, pp. 92-93.

grupos sociais e suas questões, na superfície, específicas, mas que dizem muito sobre o que somos em geral, como brasileiros.

Questionar as razões da lacuna crítica em relação a essas confecções literárias se mostra, portanto, sociologicamente relevante. Para além dos motivos aparentemente estéticos, ela está alicerçada – como hipótese – nas dinâmicas historicamente construídas das relações sociais no Brasil, pautadas pelo preconceito racial e discriminação social. A base social da lacuna acerca da Literatura Negra também pode ser relacionada com a trajetória pouco detalhada de personagens sociais e movimentos político-reivindicativos sobre o sujeito social negro, especialmente até a sexta década do século XX. Ainda há muito que se pesquisar sobre o negro no pós-abolição, seguindo as pistas dos estudos de Bastide, Fernandes, Ianni, Moura e trabalhos mais recentes como os de George R. Andrews, Petrônio Domingues, Verena Alberti e Amílcar Pereira, entre muitos outros. As trajetórias lacunares desses sujeitos e suas atuações estético-políticas invisibilizadas (como no caso da ACN) são quase constantes.

Na *história política brasileira*, o negro enquanto ator social ou é diluído em temas mais amplos ou se trata de um ilustre desconhecido. Exemplos como o caso da Legião Negra de 1932 (explorado nas memórias de Correia Leite e em estudo já citado de Petrônio Domingues); o negro e o IV Centenário de São Paulo; esse sujeito social e a repressão política na República, tema discutido por Karin S. Kössling (dissertação de mestrado em História pela USP, *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*); sua oposição à ditadura civil-militar; a exploração de sua imagem na mídia televisiva e as implicações sociais (tratado por Joel Zito Araújo em *A negação do Brasil: O negro e a telenovela brasileira*) etc. Na *história literária*, tomando por base os dicionários e obras referenciais citados, é um ausente gritante. Deles se depreenderá, ao pesquisador ou leitor incauto, que o negro, enquanto escritor, no século XX, à exceção de Afonso Henriques de Lima Barreto, não fez Literatura ou algo semelhante digno de ser mencionado. A lacuna, finalmente, é uma construção histórica e social. E explica-se o contínuo recurso à memória (enquanto problema sociológico) dos grupos negros, buscando recuperar ou recriar ficcionalmente aquilo que, no passado, deixou traços residuais, mas irreduzíveis. A memória social é o recurso dos grupos minorizados e das classes subalternas para travar a luta contra o poder e o esquecimento. Caberá a partir deste ponto da tese demonstrar e refutar o procedimento de construção de lacunas, apresentando-se obras e autores negros, relacionando-os num arco histórico intencional, que tentará dar conta, partindo-se dos textos, nos limites da Sociologia, de problemas referentes à história recente dos negros no Brasil e de seus descentes sociais mais diretos, os periféricos, expressos por suas literaturas.

## **CAPÍTULO 6: O POVO E A CENA HISTÓRICA: QUARTO DE DESPEJO E A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES (1960-1964)**

Carolina Maria de Jesus entende muito de miséria. Há muito tempo como ninguém dizia nada, ela resolveu dizer. E foi só achar um caderno ainda com folhas em branco e começar a contar. Transformou-se em voz de protesto. E há muitos anos grita, bem alto em seus cadernos, gritos de todos os dias.[...] Carolina, você gritou tão alto que o grito terminou ferindo ouvidos. A porta do Quarto de Despejo está aberta. Por ela saiu um pouco da angústia favelada. É a primeira porta que se abre. Foi preciso abri-la por dentro e você encontrou a chave[...] – Excertos de Nossa irmã Carolina, apresentação de Audálio Dantas à 1ª edição de Quarto de Despejo, 1960.

*Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história. Trata-se de um assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, através do negro e do mulato, porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial do desenvolvimento posterior do capitalismo do Brasil – Florestan Fernandes, Introdução a A Integração do Negro na Sociedade de Classes, 1964.*

Afirmou-se, no quarto capítulo, que as ideias do protesto e revolta negros já possuíam, a partir dos anos 1940, as condições sociais propícias à sua existência e expressão político-literária. Procurou-se demonstrar isso através da discussão da elaboração ficcional de alguns escritores, da modulação discursiva de intelectuais negros e das demandas sociais e/ou testes que a realidade social impôs às ações e ideações desses sujeitos (exemplificados com o caso da Associação Cultural do Negro, em São Paulo).

Entretanto, se as condições sociais estavam postas, não pode ser minorizada a receptividade àquelas ideias e manifestações (políticas e literárias) de uma fração do grupo negro organizado. Em política e literatura, *o público* joga um papel fundamental, às vezes determinante, para o resultado de uma ação. Inclusive para o *aparentemente* inesperado. Seja no encontro ou no confronto: o alcance do protesto, suas dimensões e conseqüências (mesmo que avessas às intenções de seus idealizadores) podem ser questionados. Contudo, é inegável que elas provocaram algum impacto, não sendo apática a recepção entre alguns intelectuais (negros ou não), sujeitos sociais, ativistas anônimos etc. que com elas tiveram algum contato.

Visto por outro ângulo: 1) não sendo passivo o grupo social negro (ou frações) à sua condição subalterna pós-abolição; 2) tendo tido, às suas custas e a duras penas, as condições para produzir e

fazer circular um conjunto de ideias reivindicativas acerca dessa condição; 3)e, por fim, havendo, nalguma medida, uma certa sensibilidade de um público a quem foram dirigidas aquelas ideias, mesmo sendo *um raio em céu azul* – para recorrer ao terreno dos clichês – o aparecimento de Carolina Maria de Jesus estava adequado ao seu contexto. Ou melhor: haviam as condições para o surgimento de um discurso semelhante ao seu ser bem recebido por um certo público. A estréia da autora de *Quarto de Despejo* foi surpreendente e, imediatamente, construída como um bólido significante, cujos significados foram vários e explorados em distintos momentos. Mas, ao se observar o movimento geral, não seria exatamente uma surpresa se, oriundos do grupo negro, sujeitos experimentando diferentes graus de condições adversas galgassem patamares mais elevados de radicalização e o enunciassem.

A potência de De Jesus está, por um lado, na força de seu discurso, do seu local de origem (a favela), na sua trajetória pessoal e na sua *recriação memorialística* (conhecida como seus *diários*). Por outro, nas condições específicas de seu lançamento e o seu *exotismo social*, que a distanciam da experiência conhecida até então por outros escritores negros (uma grande e tradicional editora, capaz de promover uma ação publicitária sem precedentes) a colocam como um fato inédito na história literária negra e digno de destaque na história literária brasileira em geral. Isso a faz provocar reações as mais diversas no público leitor. Rememorando sua própria circulação literária e a percepção sobre o surgimento de De Jesus, Oswald Camargo coloca em discussão alguns desses pontos, contrapondo-os e se contrastando à sua própria formação de escritor:

Eu tive sorte! Porque eu comecei a freqüentar a Biblioteca Municipal, no saguão, que era um reduto de autores, de poetas[...]Então, ao mesmo tempo em que eu freqüentava o saguão da Biblioteca Municipal, eu ia depois para a Associação Cultural do Negro e fazia o movimento lá.[...]Então, eu tive uma vida, naquela época, muito rica. Hoje eu vejo: não era eu que tinha uma vida rica. A vida intelectual, em São Paulo, aqui no centrão, era muito rica. Até pela presença de autores. A Lygia Fagundes Telles morava ali na [rua] Martins Fontes. Guilherme de Almeida tinha seu escritório na rua Marconi. Paulo Bonfim, morava na Avenida Ipiranga. E você vai caminhando, você vai encontrando autores. Sérgio Milliet, nessa fase, pelo menos, era diretor da Biblioteca Municipal. [...]E almoçava, comia ali no Paribar, ali na Praça Dom José Gaspar. Volta e meia, eu soltava uns versos. Eu era tão ousado: o que eu tinha dificuldade de pedir dinheiro em banco e de pagar minhas contas, eu tinha facilidade em me aproximar dos autores. Eu chegava, Sérgio Milliet comendo, eu levava um verso meu, e mostrava prá ele, enquanto ele estava comendo, no Paribar. Entende? O Menotti del Picchia, eu fui entrevistado com ele, junto com ele; eu fui entrevistado junto com o filho do Oswald de Andrade. Tive a ousadia de improvisar um piano, ao vivo, em televisão. Eu fiz isso. Improvisei. Me deram um tema e improvisei, na hora. No Canal 4, se não me engano, que era

ali na [rua] Sete de Abril. Então, eu era muito ousado. Me ajudou muito.[...] Eu conhecia os autores. Alguns autores, antes de morrer, eu fiz questão de conhecer, como o Cassiano Ricardo. Fui atrás dele. Conheci o Manuel Bandeira, velhinho, surdo. Fui ao Rio atrás dele, mas não o encontrei. Acabei conhecendo aqui em São Paulo – conhecendo não: encontrando. E a Hilda Hilst, a Lygia Fagundes Telles etc.[...] Rui [de Moraes] Apocalipse, que morreu cedo, um poeta que eu admirava. Eu não me esqueço que Rui Apocalipse, que escreveu *Papoula dos Sete Reinos*... um dos momentos melhores da minha vida foi quando eu morando muito pobremente ali na Alameda Nothmann [...] aí já estava no Estadão, já tinha conseguido morar um pouco melhor, mas ainda estava bem modesto; comecei a fazer minha biblioteca ali naquela época, pelo menos – eu consegui levar uma tarde o Rui Apocalipse à minha casa. Nossa, eu fiquei todo feliz! Quando o Rui aceitou de ir tomar um café lá em casa. Então minha vida era isso. Eu gostava! [...] Existe um certo segmento de negros, que por motivos vários estão freqüentando entidades, estão indo a palestras, estão tentando fazer uma vida intelectual etc. É importantíssimo.[...] Cada vez que o negro brilhasse, aparecesse, era importante para nós. Não importa em que setor, esporte... E a Carolina brilhou muito! E como escritora! [...] Aí, o livro caiu como uma bomba! Por vários motivos. Era uma preta favelada – fosse eu, não teria impacto assim. Fosse eu, revisor do Estadão? Pif! [risos] Claro, né! - Favelada, trazendo com drama coisas extremas, fatos extremos, de dramaticidade extrema... Tem histórias ali que são... Aquele menino que come aquela carne mal assada e depois fica todo estourado! E outros fatos, né? E o livro dela... E a editora também, né? A Editora Francisco Alves tinha um bom nome que... e o livro repercutiu mundialmente.[...]<sup>1</sup>

No caso do grupo negro organizado, é possível afirmar que, dados os eventos das décadas anteriores, em algum momento ele teria de chegar a uma radicalidade maior de suas ideias, levando ao dilema *integração e conflito*. Se fazer história significava realmente fazer sentido, este só estaria plenamente em atuação caso a História fosse duramente questionada – e os sujeitos sociais impelidos a se posicionar face a esses questionamentos. Mas isso é apenas uma inferência. A explicação para ela não ter se realizado plenamente está no desenrolar da própria história política brasileira, bem como na crise do associativismo cultural negro, como visto no capítulo anterior.

Não existe possibilidade de explicar simples e rapidamente o fato de que um escritor, como Camargo, que mostre seus poemas a Milliet, conhecesse Guilherme de Almeida, Lygia F. Telles e Hilda Hilst etc., como ele rememora mas que, para publicar seus trabalhos, o fizesse como *edição do autor*, quase sempre. O mesmo escritor que teria acesso fácil ao diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, por exemplo, não teria acesso a editoras. A mesma associação [ACN] que conseguia algum grau de circulação entre intelectuais nacionais e estrangeiros, não conseguisse manter regularmente seu

---

<sup>1</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo.

pagamento de aluguel. Assim se explicam entraves alheios à vontade dos escritores e ativistas e não um problema de fundo e muito maior.

A ACN e os escritores que a orbitavam teriam clareza de que o empreendimento coletivo político-cultural negro estava confinado, naquele momento, a um lugar socialmente marcado, apesar das disposições, ao que parecem, democráticas, de seus interlocutores não-negros? Difícil afirmar, tanto quanto se eles teriam percebido o *exotismo* requerido de um escritor negro, para sua recepção positiva no cenário intelectual. Daí, talvez, o conflito interno na Associação à recepção da figura de De Jesus, como já visto, bem como a contraposição que Camargo faz, acertadamente, em suas memórias, entre ele e aquela escritora. Individualmente, o escritor negro é aceito na cena intelectual se tiver o traço marcado do exótico. Coletivamente, seu projeto e seu lugar são marcadamente limitados.

Tendo isso em vista, chega-se a um impasse, cuja explicação é desafiadora: *Por que não foi das frações do grupo negro organizado, em São Paulo, que algo semelhante a um Quarto de Despejo foi gestado? Não havia ali a potência criadora? Escritores em número razoável e melhor preparados, intelectual e literariamente, unidos em experiências políticas capazes de lhes proporcionar o grau ácido de expressão crítica referentes à Nova Abolição, à liberdade e emancipação plenas? Então, por que não foi entre eles que Carolina Maria de Jesus surgiu?*

Surpreendente e não sendo uma surpresa – mas, talvez, uma *expectativa latente dos fatos históricos* – a um só tempo, com sua estréia, a autora de *Quarto* desnuda um dilema para a produção literária do escritor negro, naquele instante. Ela é um ponto de clivagem, uma cunha no discurso, um desafio para as expectativas literárias e sociais das ideias-força de revolta e protesto enunciadas até ali. Simultaneamente, ela questiona as figurações do desenvolvimento da metrópole emergente, explicitando uma modernidade precária, feita a complicados golpes enviesados de modernização, cujos custos, para os sujeitos desprivilegiados e subalternos, sempre são trágicos. Ela é o atraso falante e desconfiado das promessas de um futuro glorioso que se abriria, nos discursos do poder, a partir do meio século XX. E é sobre ela, o primeiro sucesso de vendas de um escritor negro no século XX que se irá tratar agora.

*Cenas de um cotidiano singular e plural*

“Um dia perguntei a minha mãe:

– Mamãe, eu sou gente ou sou bicho?

– Você é gente, minha filha

– *O que é ser gente?*  
*Minha mãe não respondeu.*”<sup>2</sup>

O diálogo travado na epígrafe acima pode assumir o grau de síntese de longas passagens da vida de Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Ele é, como grande parte de sua produção mais conhecida, uma reconstrução memorialística e autobiográfica. Considerando-o resumo da trajetória de De Jesus é a partir dele que se procurará entender aspectos iniciais do percurso dessa escritora. Eles se coadunam com discussões sobre a trajetória do grupo negro no pós-abolição.

Vale alertar que, com esse diálogo, se começa pelo fim. A conversa entre Carolina e sua mãe, dona Cota, remetendo à infância, foi publicada em 1982, na França e em 1986, no Brasil, cinco e nove anos após o falecimento da escritora, respectivamente; e foi elaborado quando a autora já era uma ilustre esquecida no cenário literário. Faz parte do póstumo *Diário de Bitita (Journal de Bitita)*, nome dado por duas jornalistas que, em meados de 1970, recolheram depoimentos de mulheres ligadas às mais variadas atividades culturais para o livro *Brasileiras: Voix, écrits du Brésil*<sup>3</sup>. De Jesus recriou suas memórias infanto-juvenis, sem jamais vê-las publicadas e tendo o trabalho final de editoração de Clélia Pisa e Maryvonne Lapouge permitido que o relato fosse lançado na coleção *Téimognages [Testemunhos]*, da editora francesa Métailié.

Tendo escrito essas memórias já na fase adulta (e, presume-se, madura da vida), sendo acrescidas dessa iniciativa interessada das jornalistas que a procuraram, em 1975, para entrevista, é de se esperar que existam contaminações e urgências desse presente que justifiquem uma determinado tipo de reconstrução do passado. Como afirmam suas biógrafas, Eliana M. Castro e Marília N.M. Machado acerca de *Diário de Bitita*:

Obviamente, há elementos de fantasia na percepção da própria infância. Por isso, pode-se falar de uma construção autobiográfica com conteúdos ficcionais. A distância, geográfica e temporal, permite uma visão panorâmica da própria vida e, ao mesmo tempo, convida a uma idealização de si

<sup>2</sup> JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 10.

<sup>3</sup>“Sobre a infância de Carolina, a maior fonte de informações é o seu livro póstumo, *Diário de Bitita*. A história desse livro é interessante. Em 1975, duas jornalistas vindas de Paris, uma brasileira Clélia Pisa, e outra francesa Maryvonne Lapouge, entrevistaram Carolina em São Paulo, pois estavam recolhendo testemunhos de mulheres brasileiras ligadas às mais variadas atividades.[...] Carolina, já esquecida pelo público e pela mídia, sentiu nesse encontro um vislumbre de esperança e entregou-lhes dois cadernos manuscritos, contendo relatos de sua infância e poesias. De volta a Paris, as jornalistas fizeram um importante trabalho de editoração do manuscrito, visando o público francês e evitando o excesso de notas de rodapé. Após a seleção dos textos, cortes e tradução, conseguiram publicar o *Journal de Bitita*[...] Carolina acreditou nas duas jornalistas, que se sentiram “moralmente responsáveis, porque era uma coisa de confiança dela.” Somente em 1986 a Nova Fronteira publicou uma tradução do texto francês, *Diário de Bititia*.” Cf. CASTRO, Eliana de M.; MACHADO, Marília N. Da M. *Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus*, Belo Horizonte: C/Arte, 2007, p. 15.

e de membros da família. Ao lado de lembranças quase idílicas do passado, relatos muito amargos e revolta contra a injustiça e preconceito.<sup>4</sup>

Sendo a memória um tipo de ficção e a escritora uma profícua memorialista da Literatura Negra, era esperado que isso ocorresse e que se tenha de tomar certos cuidados. Voltar-se-á a isso mais adiante. Por ora, através de *Diário de Bitita* – que não é dividido como os diários publicados por Carolina, mas sim em 22 capítulos de prosa contínua, fragmentados internamente pelo fluxo das recordações – é que se encontrará elementos da infância de De Jesus e percepções de sua vida e família em Sacramento, interior de Minas Gerais, até sua chegada definitiva a São Paulo, nos anos 1930, já moça.

De Jesus nasceu numa família extensa, tendo seu avô materno, Benedito José da Silva, sido descendente direto de escravos e contemplado pela Lei do Ventre Livre. É figura central e idealizada em suas memórias. Ele teve oito filhos, quatro de cada sexo, e nada fala De Jesus a respeito de sua avó materna ou parentes paternos. A mãe da futura escritora se chamava Maria Carolina, conhecida por todos como Cota. Nas memórias da filha, um casamento infeliz a levou a ter um relacionamento extraconjugal, do qual nasceu a autora de *Quarto de Despejo*, a 14 de março de 1914, como bastarda e abandonada pelo pai e o marido oficial de sua mãe. Isso, em sua rememoração, a leva a diversos conflitos com Cota.

A maior parte dos filhos de Benedito José da Silva eram casados e tiveram muitos descendentes, criando-se uma parentela negra considerável em Sacramento. De acordo com Eliana Castro e Marília Machado, a cidade foi fundada em 1820, fruto do *bandeirantismo paulista* [sic], próxima ao estado de São Paulo, através do município de Restinga. Sua base econômica era o café e embora tenha se desenvolvido em função dele, até as primeiras décadas do século XX possuía apenas duas ruas grandes e outras dezoito espalhadas pela cidade, constituindo-se numa localidade com pessoas de posses, mas provinciana. Os pobres moravam nos arredores mais afastados, alguns sem água próxima, obrigando-os a carregá-la por longas distâncias. De Jesus e sua mãe moravam numa área como essa, próxima ao avô materno, num terreno que ele comprara para “*não deixar os seus filhos ao relento*” (p. 07).

Na composição memorialística de De Jesus, o lugar social dos pobres e negros é bem delimitado, constituindo-se numa espécie de confinamento histórico. Em diversos momentos, a personagem tece considerações sobre a vida social dos moradores de Sacramento, exemplificados nos excertos abaixo, demonstrando que ser pobre e negro era motivo para apreensão e punição quase imediata na cidade:

---

<sup>4</sup>CASTRO, Eliana de M.; MACHADO, Marília N. Da M. *Op. Cit.*, p. 16.

O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filáucias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer “Sabem com quem você está falando?” para mostrar a sua superioridade.[...] Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha! O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira e outros porqueiras que vieram do além-mar.[...] Mas a mãe, negra, inciente e sem cultura, não podia revelar que o seu filho era neto do doutor X ou Y[...] O pai negro era afônico[...] E se o doutor Oliveira que estudou em Coimbra dissesse [Negro ladrão!] aquilo ia transferindo-se de boca em boca. E aquele negro, sem nunca ter roubado, era um ladrão.[...] E não se reabilitava jamais. E o preto era regional, não tinha coragem de deixar o seu torrão natal. Ficava por ali mesmo e transformava-se em chacota da molecada. (pp. 34-35)

[...]os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo. O meu avô, com setenta e três anos arrancava pedras para os pedreiros fazerem os alicerces das casas.[...]Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiram. Para mim, aquelas cenas eram semelhantes aos gatos correndo dos cães[...]Os oito filhos do meu avô não sabiam ler. Trabalhavam nos labores rudimentares. O meu avô tinha desgosto porque os seus filhos não aprenderam a ler [...] É que na época que os seus filhos deveriam estudar não eram franqueadas as escolas para os negros[...] (pp. 55-57)

[...]Aos sábados, os policiais apertavam-se. Eles colocavam um cinturão por cima da túnica. Era a prova de absoluta autoridade. Os pretos ficavam apavorados. As mulheres pretas saíam, iam nas vendas retirarem os seus filhos e seus esposos. Como é horroroso suportar uma autoridade inciente, imbecil, arbitrária, ignorante, indecente e, pior ainda, analfabeta. Não conheciam as regras da lei, só sabiam prender[...] (p. 89)

[...] Com os pretos velhos os meninos não mexiam, porque eles diziam que conheciam um homem que virava lobisomem e mula-sem-cabeça. Foi o único meio que os pretos velhos arranjam para ter sossego. (p.92)<sup>5</sup>

A menina De Jesus estudou durante dois anos numa escola de orientação espírita kardecista, em Sacramento. O Instituto Allan Kardec foi fundado pelo médico Eurípedes Barsanulfo em 1907. Suas biógrafas afirmam que “[...] *Carolina aprendeu a ler, escrever e a contar, ao mesmo tempo em que recebia ensinamentos de espiritismo*[...] *Os poucos dois anos de estudos foram decisivos para sua vida. Poderiam facilmente não ter acontecido. Em Sacramento havia um grupo escolar público, mas não se*

---

<sup>5</sup>Todas as citações anteriores: JESUS, Carolina M.de. *Diário de Bitita, Op. Cit.*

*cogitou sua entrada nele*”<sup>6</sup>. De acordo com a escritora, apesar de não ter recursos, sua mãe a matriculou no colégio a pedido de uma senhora, seguidora da doutrina espírita e benemérita da instituição (e quem talvez tenha custeado a educação da menina). De Jesus assim justifica o ato de sua mãe, aos seus sete anos, por volta de 1921: “*Minha mãe era tímida. E dizia que os negros devem obedecer aos brancos, isto quando os brancos têm sabedoria. Por isso ela devia enviar-me à escola, para não desgostar a dona Maria Leite*”<sup>7</sup>.

Aqui ocorre um primeiro momento decisivo na vida da futura escritora. Esses dois anos de instrução formal lhe garantirão o equipamento cultural de que ela poderá dispôr para toda vida. Aliada a uma curiosidade inata e à relação passional com a leitura<sup>8</sup>, estão dadas as condições para que De Jesus exercite seu aguçado senso de observação e o passe para o papel. Todavia, apesar do entusiasmo que a leitura e a escola provocam na menina, dona Cota, que a criou sozinha desde o nascimento, aceitou o convite do forasteiro José Romualdo, para que ambas fossem morar com ele, numa fazenda em Uberaba, constituindo família e braços para o trabalho na roça<sup>9</sup>, mesmo que interrompesse os estudos de De Jesus.

Apropriadamente, as biógrafas de De Jesus afirmam que aqui se inicia um período de *deambulação compulsiva* ou *sofreguidão deambulatória* para os três inicialmente e, mais tarde e mais forte ainda para Carolina, executando longas distâncias precariamente a pé. De Uberaba, na fazenda do Lageado (MG), onde permanecem quatro anos, para Restinga e Franca (SP), compondo um roteiro de humilhações e explorações, sob o jugo de administradores e donos de fazendas. Intercalam-se essas viagens com fugas de volta a Sacramento. A síntese de sua visão sobre a figura do fazendeiro neste período é afirmar que se trataria de “*um ladrão legalizado*”.

Em Sacramento, em todos os retornos, as coisas não vão bem. Mãe e filha acabam ficando sós, sem emprego e De Jesus padece de feridas nas pernas. Novas humilhações e viagens, agora procurando tratamento médico, além de trabalho, retornando a Uberaba, o centro mais próximo. Nesse meio tempo, ocorre a Revolução de 1930. De Jesus está então com 16, 17 anos e toda essa bagagem de vida. De Uberaba, a jovem segue para Ribeirão Preto, Jardinópolis, Sales de Oliveira e Orlândia, cidades do

---

<sup>6</sup>CASTRO, Eliana de M.; MACHADO, Marília N. Da M. *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>7</sup>JESUS, Carolina M.de. *Diário de Bitita*, *Op. Cit.*, p. 123.

<sup>8</sup>O momento em que descobre ter aprendido ler é rememorado de maneira a dar o tom da importância do ato: “[...] percebi que já sabia ler. Que bom! Senti um grande contentamento interior[...] Vasculhei as gavetas procurando qualquer coisa para eu ler. A nossa casa não tinha livros. Era uma casa pobre. O livro enriquece o espírito. Uma vizinha emprestou-me um livro, o romance *Escrava Isaura*. Eu, que já estava farta de ouvir falar na nefasta escravidão, decidir que deveria ler tudo que mencionasse o que foi a escravidão” *Idem, Ibidem*, p. 126.

<sup>9</sup>“Foi com pesar que deixei a escola. Chorei porque faltavam dois anos para eu receber meu diploma[...] Minha mãe encaixotava os nossos utensílios, eu encaixotava os meus livros, a única coisa que eu venerava”. JESUS, Carolina M.de. *Diário de Bitita*, *Op. Cit.*, p. 128.

interior paulista, morando em asilos, trabalhando em conventos e Santas Casas, viajando a pé, dormindo nas praças e estradas e, segundo suas memórias, sendo rechaçada por parentes que moravam naqueles municípios.

A partir de sua entrada em Ribeirão Preto, passando pelas cidades vizinhas, São Paulo e os paulistas passam a ser um ponto fixo de interesse nas memórias da autora. As cidades paulistas do interior por onde passou são lugares onde De Jesus é tratada um pouco melhor, encontrando remédios para sua enfermidade e algum pagamento por seus serviços domésticos. O trajeto entre Sacramento e os municípios paulistas se constituiu noutro momento decisivo em sua rememoração. A personagem começa a apreciar a vida em cidades maiores e a não querer mais morar na zona rural. Seu esforço narrativo é demonstrar São Paulo como um norte de progresso e realização para a jovem que entraria na segunda década de vida com perspectivas pouco menos empolgantes que ser uma andarilha, doente, mendicante ou serviçal. Pela datação de suas memórias, trata-se de 1936, De Jesus tem 22 anos, inquieta por querer saber como é a vida num grande centro; e se este poderia lhe oferecer algo mais que a exploração, o serviço de limpeza, a lavoura e a vida ser algo além que “*um teatro de agruras*”, como lhe advertiu uma religiosa.

O último passo antes de ir definitivamente para a capital paulista é a passagem por Franca, novamente. Aí De Jesus passa por vários trabalhos que não a satisfazem. Um dos melhores é na Santa Casa da cidade, na cozinha das religiosas, onde ganha muito bem e se diverte muito pouco. Abandonado e, por fim, trabalha como empregada doméstica numa casa onde ganhará muito menos que antes. Mas a visão da partida do filho de sua patroa à capital, para estudar e ser alguém, e a busca de novas oportunidades (culminando em novos empregos, como o último, no qual uma professora precisava de empregada para morar em São Paulo), fecham o ciclo errante. Em suas memórias, a escritora formula as seguintes imagens sobre a cidade em que moraria de 1937 a 1977 e que a tornaria famosa:

[...] É em São Paulo que os pobres vão viver, é em São Paulo que os jovens vão instruir-se para transformar-se nos bons brasileiros de amanhã[...] Fiquei pensando na minha família, eram todos analfabetos e não poderiam viver nas grandes cidades. E a única coisa que eu poderia fazer por eles era ter apenas dó[...] Até que enfim, eu ia conhecer a ínclita cidade de São Paulo! Eu trabalhava cantando, porque todas as pessoas que vão residir na capital do estado de São Paulo rejubilam como se fossem para o céu[...] Quem sabe ia conseguir meios para comprar uma casinha e viver o resto dos meus dias com tranqüilidade...<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup>JESUS, Carolina M.de. *Diário de Bitita*, Op. Cit., pp. 200-203.

\*\*\*

“*O mundo é um teatro de agruras*” (p. 151). A frase é dirigida à personagem de *Diário de Bitita* em sua perambulação pelo interior paulista, de uma freira que a aconselha a sossegar e a não se iludir com a vida. A tônica dominante de suas memórias aparece nessa expressão e conforma o leitor de *Bitita* a se convencer de que para negros e pobres, no período narrado, a vida operava desfavoravelmente e como um confinamento histórico-social, cuja referência temporal é a escravidão. Quando De Jesus nasceu não haviam se completado ainda três décadas do decreto da Abolição. Não raras vezes, nos fragmentos de suas memórias, há alguém de posses capaz de impôr suas vontades pela força e violência, ou com *saudades do tronco*. Se sofrem de deambulação compulsiva Carolina e sua mãe, negros e pobres, é porque não encontram um lugar no mundo que lhes convenha e que não lhes seja inóspito, adverso, com perspectiva trágica.

A grande cartada (e de alto risco) de De Jesus é mirar para São Paulo, lugar para onde convergem paulatinamente suas aspirações, à medida que crescem as cidades de seu caminho errante. Ali ela não tinha conhecidos, à exceção de algumas amigas e de um tio, preso na Penitenciária do Estado, desde 1923. Entretanto, para São Paulo parecem convergir todos os que tenham sonhos como ela, aos 24 anos, em suas memórias, que queiram ser algo além de negros (entendidos como escravos), pobres (vistos como descartáveis) ou massa de trabalhadores rurais e domésticos. A capital paulista assume o caráter de ponto de fuga, capaz de lhe proporcionar a possibilidade de escapar a um destino pré-determinado, rumando ao encontro do que se denominou por *ideologia do progresso*, como analisado por Florestan Fernandes, acerca da mitificação da capital. A cidade é o espaço social dos direitos, da permissão de fala e da denúncia. Será onde o grupo social negro organizado e, particularmente, De Jesus poderão se realizar de alguma maneira, individual e/ou coletivamente, num projeto.

As cenas iniciais de sua vida podem assumir, portanto *caráter singular plural* para o negro no pós-abolição: migrante rural, semi-analfabeta ou com instrução formal truncada e, como se verá a seguir, em São Paulo, morador de cortiços, posteriormente favelas, ora como mão de obra explorada ou como parcela significativa do lumpensinato. No estudo que empreendeu para sua tese de livre-docência na USP, logo após e valendo-se ainda dos dados coligidos para *Branços e Negros em São Paulo*, Florestan Fernandes, como afirma na epígrafe utilizada neste capítulo, tem como interesse inicial analisar como o Povo emerge na história brasileira. Em meio a ele, o contingente humano que teve o pior ponto de partida na ordem social competitiva, os negros. Para tanto, tomará a cidade de São Paulo

como unidade empírica de investigação<sup>11</sup>, isolando o *protagonismo do sujeito social negro* no pós-abolição, articulando-o a diferentes esferas da vida social, econômica e cultural em que se realize o regime de classes. O sociólogo afirma que:

A desagregação do regime escravocrata senhorial operou-se, no Brasil, sem que cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. *O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza no quadros de uma economia competitiva.*<sup>12</sup>

Na organização literária das memórias de De Jesus, a cidade de São Paulo afunila-se como um horizonte único, como se não tivesse condições de optar por outro caminho ou se todas as alternativas viáveis convergissem para essa espécie de *terra prometida*. É interessante observar, a partir deste ponto, como se podem iluminar mutuamente a análise do sociólogo uspiano e a percepção da escritora sobre as condições objetivas da vida do grupo negro nessas primeiras décadas após a Abolição, na capital paulista. Cabe ressaltar que não se trata de procedimento analítico vulgar, para que o discurso literário comprove o sociológico ou vice-versa. Ao contrário: trata-se de uma aproximação de perspectivas, objetivando-se demonstrar dimensões de uma realidade sócio-histórica, apreendidas em momentos e situações distintos, mas com pontos comuns, talvez com sensibilidades semelhantes. Se entre o processo social e o mundo ficcional há diálogo possível – e é neste pressuposto que esta tese se assenta – questionar em que medida ele ocorre e, especialmente, com que apuro formal e consequência narrativa se dá, é o que interessa aqui.

Fernandes, por exemplo e como já visto, estava particularmente atento às manifestações do protagonismo negro naquela realidade, inclusive na arena cultural. Tanto que, para além das ligações apresentadas no capítulo anterior, o autor cita os trabalhos de Carolina Maria de Jesus em *Integração do Negro*, o que será comentado, mais adiante.

---

<sup>11</sup>“A escolha de São Paulo como unidade da investigação explica-se naturalmente. Ela não só é a comunidade que apresenta um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo quanto à elaboração sócio-econômica do regime de classes. É, também, a cidade brasileira na qual a revolução burguesa se processou com maior vitalidade, segundo a norma do Trabalho-Livre, na Pátria-Livre. Além disso, em virtude de peculiaridades sócio-históricas, nela o “negro” só adquire importância real tardiamente e sofre, em condições sumamente adversas, os efeitos concorrenciais da substituição populacional.” Cf. FERNANDES, Florestan. O negro na emergência da sociedade de classes. In: *A Integração do Negro à sociedade de classes: o legado da raça branca*, São Paulo: Ática, vol. I, 1978, p. 10.

<sup>12</sup>*Idem*, *Ibidem*, p. 15. Grifos meus.

### *Integração do Negro à Sociedade de Classes*

“Quando chegamos o dia estava despontando e estava chovendo. Fiquei atônita com a afluência das pessoas na Estação da Luz[...] Nunca havia visto tantas pessoas reunidas. Pensei: “Será que hoje é dia festa?””. Aos 23, 24 anos, em 31 de janeiro de 1937, em suas memórias, são essas as primeiras impressões que a jovem De Jesus tem da cidade de São Paulo. Estupefata com o fluxo de pessoas no ponto nevrálgico de chegadas e partidas da capital, a jovem acredita que, de alguma maneira, terá a oportunidade de ser alguém na nova terra, uma vez que “*Olhava aquele povo bem vestido: “Será que todos eles são ricos?” Olhava os brancos: estavam bem vestidos; olhava os pretos: estavam bem vestidos. Os que falavam, tinham dentes na boca e sorriam.*”<sup>13</sup>. De acordo com suas biógrafas, em seus primeiros dias na capital e ainda a serviço da família francana que a trouxera, a escritora começa a conhecer a cidade e ter suas aspirações confrontadas com a realidade e seu turbilhão:

Nos dias que se seguiram, depois de procurar as amigas que lá estavam, ficou sabendo que a maioria das pessoas que vira eram operários das fábricas situadas no centro, não longe da Estação da Luz. Iam, quase todos, a pé para o trabalho: homens, mulheres e crianças. Não demorou também a conhecer também o lugar em que moravam famílias inteiras, em pequenos cubículos alugados em alguma das inúmeras habitações coletivas centrais.[...] Ao lado de pastagens de vacas, avenidas com construções ricas eram interrompidas por barrancos, entre os quais casebres de estrutura de bambu, moradia de famílias pobres e negras, erguiam-se em meio a bananeiras, torrentes lamacentas e esgotos a céu aberto. [...] Aos olhos de Carolina, esses espaços tão desiguais eram desafiantes e, como ela própria, ambíguos e contraditórios[...] Não foi São Paulo que a fez tão geniosa e instável. Esses atributos já haviam viajado com ela[...] Com esse gênio, não custou a Carolina perder seu primeiro emprego, na casa dos patrões com quem viajara[...] Nos tempos que se seguiram, fez amizade com os colegas do Albergue Noturno, da sopa da Sinagoga da Rua Casemiro de Abreu, do pão da Igreja Imaculada Conceição[...] Encontrou outro emprego de doméstica. Mas nunca lhe agradou limpar a sujeira dos patrões. Gostava de sair à noite, de namorar, dançar, cantar, declamar. [...] Acabava desempregada de novo, no abrigo noturno, na fila da sopa e do pão.[...] Conheceu por dentro a vida dos cortiços[escreve sobre ela no romance *Pedaços da Fome*, publicado em 1963][...] como de resto dos habitantes de São Paulo na década de 1930[...] morou também “num cubículo sórdido da antiga favela dos baixos do viaduto Santa Ifigênia” e dormiu sob os pórticos dos grandes

---

<sup>13</sup> Esta e a citação imediatamente anterior, ver: BOM MEIHY, José C. S. & LEVINE, Robert. Minha Vida. In: *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 185.

prédios. Mas nada a cansava naqueles primeiros anos, nada a dissuadia de continuar na grande cidade que a aceitara.<sup>14</sup>

A vida instável e vacilante pode ser atribuída tanto pelo que se conta de seu temperamento quanto pelas condições estruturais oferecidas à alguém com sua origem social. Atendo-se ao segundo ponto, há um intervalo de aproximadamente três anos entre sua chegada a São Paulo e suas primeiras manifestações literárias, como ela rememora (1940). Nesse meio tempo, a luta pela sobrevivência passa a fazer da autora o *típico morador pobre da cidade em seus anos iniciais*, como já afirmara Florestan Fernandes a seu próprio respeito: depauperado, encortiçado, vivente de cubículos e habitações precárias, com baixa escolarização. Mas, participando precariamente de aspectos possíveis da vida social. Esses anos que se seguirão, entre 1940 e 1947, serão igualmente decisivos para a análise da autora. Aí estará a gênese de *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* e um dos exemplos mais claros do drama social que se constituiu a integração do negro à sociedade de classes, bem como suas conseqüências.

Colocando De Jesus em situação, no entanto, em relação às parcelas do grupo negro organizado da capital paulista, ver-se-á que ela chega à cidade no momento em que as primeiras manifestações conhecidas e as radicalizações mais agudas estão desbaratadas pelo golpe de novembro de 1937. Como já discutido, isso impede qualquer contato político-cultural mais estreito, a não aquele fruto do ocasional. E se pode inferir que, dado o clima de desmanche geral, as condições do encontro não seriam as ideais para impulsionar ou conscientizar algum tipo de veleidade literária. As memórias de José Correia Leite relatam, nesta perspectiva, o primeiro encontro de De Jesus com a sua fração do grupo negro:

[...]Paralisado o Movimento Negro na cidade, a minha casa passou a ser uma espécie de quartel-general dos assuntos de negro. Qualquer coisa que acontecia no meio negro estourava na Rua Augusta. [...] Um dia [por volta de 1937/38] apareceu em casa [na rua Augusta] um poeta negro, com o nome de Emílio Silva Araújo. Era um poeta baixinho e muito esperto, mas a preocupação da poesia dele era a miscigenação. Ele fazia poesia sobre a mulata. Ele tinha um poema muito bonito chamado “Eufrosina”, que ele gostava de declamar. Era um sujeito meio desajustado e gostava de ser chamado de “Garouche”, em referência a um personagem dos “Miseráveis” do Victor Hugo.[...] Um dia ele apareceu de braços dados com uma negra

-Está aqui uma poetisa que descobri. Eu encontrei com ela na porta da Igreja da Consolação e trouxe pra cá, para vocês ficarem conhecendo o trabalho dela. - disse o Emílio.

---

<sup>14</sup>CASTRO, Eliana de M; MACHADO, Marília N. De M. *Muito bem, Carolina!*, Op. Cit. pp. 25-28, colchetes meus.

E ela abriu um caderninho e mostrou umas poesias. [...] Nós tínhamos lá sempre uns grandes almoços. Aos domingos, se reuniam o Góis e aquela moçada toda para bater papo, já que não se podia fazer nada. E nós ficamos, naquele dia, ouvindo a declamadora, a poetisa que o Silva Araújo tinha levado. Quando perguntamos o nome dela, ela respondeu que se chamava Carolina de Jesus, a mesma que mais tarde escreveu o *Quarto de Despejo*. Ela já era nossa conhecida desde aquela época. Só que ela não fazia poesia que falasse de negro, ela nem tinha essa consciência, nem mesmo quando fez o *Quarto de Despejo*. Nunca teve consciência de negra. A poesia dela, na época, era muito colorida, mas sem nenhuma conotação de origem, de raça.<sup>15</sup>

Será mesmo? Que tipo de consciência serviria ao meio negro naquele momento? Aquela já pronta, experimentada e cônica dos desafios correntes? Mas não a de uma recém-chegada poetisa que nem mesmo sabia o que o termo *poetisa* significava. Contudo, *como nasce uma consciência?*<sup>16</sup> Da condição do explorado, subalterno e minorizado? Trata-se de um processo, por vezes, de longa duração ou fruto de um evento de impacto marcante e trágico. De Jesus poderia não ter expresso sua visão de mundo ainda sob esta ótica, no grau de maturidade que lhe cobraria alguém, à ocasião, com quase duas décadas de militância diuturna. Entretanto, se acreditarmos na racionalização de sua memória infanto-juvenil, pode-se dizer que os dados já estavam lançados, desde os primeiros momentos de entendimento das condições sociais adversas suas e de sua família. E é fato que se possa incorrer na armadilha de encontrar a escritora Carolina M. De Jesus na sua personagem infantil, criando-se assim uma linearidade de uma história de vida justificante, da qual já nos advertira Pierre Bourdieu, em *Ilusão Biográfica*.

---

<sup>15</sup>LEITE, José C. & CUTI. ...*E disse o velho militante José Correia Leite, Op. Cit.*, p.138.

<sup>16</sup> Vale lembrar esta passagem de Fernandes: “Os informantes negros e mulatos deixam entrever, por sua vez, que houve relativa demora na formação de uma consciência independente e realista da situação em que se achavam. *Os que se viam compensados pelo êxito obtido, por conta própria ou sob a proteção do branco, não sentiam obrigações morais perante a massa de companheiros largados na maior miséria e degradação. Revoltavam-se seguidamente diante de sua subserviência e passividade; e cuidavam, acima de tudo, de demarcar nitidamente, a separação que já se esboçava entre a nascente “elite de cor” e os “negros reles”, empenhando-se em reproduzir como podiam o mundo dos brancos aristocratas da era da escravidão. Os outros, submergidos no submundo da ralé urbana, aguardavam a “segunda Abolição”.* O seu único apanágio era a liberdade, com a qual não sabiam o que fazer, embora constituísse sua preocupação absorvente.[...]Como agente histórico privado de condições para afirmar-se positivamente e canalizar construtivamente a sua afirmação, esse “preto” encontrava na liberdade plena, total e suicida – na liberdade polarizada negativamente: não fazer, não compartilhar e não identificar-se consigo mesmo ou com os outros (fossem a “sua” mulher ou os “seus” filhos) – o único sentimento real e indestrutível de posse do ser. [...] *Em suma, um segmento pequeno e relativamente exclusivista da “população negra” dispunha-se ao inconformismo construtivo e começava a forjar uma consciência realista da situação de contato, tendo em vista os interesses do negro nos processos econômicos, sociais e políticos. Mas, por sua vez, afastavam-se da realidade e do presente. Ansiavam por um estilo de vida que não se coadunava sequer com os propósitos dos brancos estrangeiros, que construíam sua independência sem atentar para os padrões de decoro das antigas camadas senhoriais; e negavam, como os próprios brancos, sua solidariedade diante dos verdadeiros componentes da “ralé negra da cidade”, afastando-se e envergonhando-se dela, como se todos não tivessem um destino e uma causa comuns”* Cf. FERNANDES, Florestan. O negro na emergência da sociedade de classes. In: *A Integração do Negro à sociedade de classes: o legado da raça branca*, São Paulo: Ática, vol. I, 1978, pp. 84-86, grifos meus.

Indo por outro caminho e adotando-se esse intervalo de 1940 a 1947 como os anos de formação de *Quarto*, pode-se demonstrar que a potência da expressão pela qual De Jesus seria posteriormente conhecida a permitira chegar ao ponto requerido por Correia Leite e seus companheiros, mas não exatamente como eles gostariam, como já visto.

Se o encontro com o velho militante ocorre por volta de 1937, é em 1940, segundo a escritora que se lhe apresenta, de maneira sistemática, a vontade de escrever. O intervalo de três anos entre as datas não menoriza o fato de um princípio de auto-exposição de De Jesus, levando-a a uma parcela do meio negro e que a faria se mostrar a conhecidos e desconhecidos, chegando, finalmente, em 1941 à redação da Folha da Manhã, para apresentar seus versos, seguindo o conselho de um amigo, como escreve em suas memórias.

Dia cinco de fevereiro de 1941, eu fui na Redação das Folhas, na Rua do Carmo. Falei com o distinto jornalista Vili Aureli. Mostrei-lhe os meus escritos e perguntei o que era aquilo que eu escrevia. Ele olhou-me minuciosamente, sorriu e respondeu-me: – Carolina, você é poetisa! Levei um susto, mas não demonstrei[...] Pensei: Ele disse que sou poetisa, que doença será esta, será que isto tem cura? Será que vou gastar muito dinheiro para curar esta enfermidade?[...]<sup>17</sup>

O *duvidoso encontro*<sup>18</sup> com Willy Aureli, jornalista e sertanista de renome, rememorado simultaneamente, de maneira triste e engraçada, fez com que a autora fosse se informar sobre o que era ser poeta (descobre-o num bonde) e entrever que eles, os criadores de poesia, escrevem livros, o que a faz entrar em pânico. “*Eu não tenho condição de ser escritor. Não estudei! [...] Transpirei por saber que era poetisa e não tinha cultura e era semi-alfabetizada[sic]*”. A autora toma a providência de entrar numa livraria e adquirir livro de poeta, tendo recebido do livreiro as *Primaveras*, de Casemiro de Abreu, romântico de segunda geração. Afirma a crítica literária Marisa Lajolo que já aí a estética era defasada e “*O caso é que ninguém teve a fineza de informar a Carolina que a poesia brasileira [...] desde os arredores dos anos vinte estava farta do lirismo que ia averiguar no dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo*”<sup>19</sup>. De fato. Entretanto, quem o poderia tê-lo feito? Até mesmo o meio negro de São Paulo ignorava o Modernismo de 1922, como visto, não por desconhecimento, mas por opção

<sup>17</sup> Cf. BOM MEIHY, José C. S. & LEVINE, Robert. *Minha Vida. Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, *Op. Cit.* p. 187. O mesmo episódio é discutido em *Muito bem, Carolina!*, *Op. Cit.*, p. 30.

<sup>18</sup> Após pesquisa no jornal mencionado pela autora, no dia e semana explicitados, nada foi encontrado, por este pesquisador, sobre o encontro. Suas biografias afirma que “Há, entretanto, controvérsias quanto à data dessa primeira reportagem[...] Ela própria, no diário manuscrito de 04 de junho de 1958 mencionou 1940 como o ano do artigo na *Folha da Manhã*. Audálio Dantas [...] indicou 1946 como o ano da reportagem de Vili Aureli [sic][...]” Cf. CASTRO, Eliana de M; MACHADO, Marília N. De M. *Muito bem, Carolina!*, *Op. Cit.* p. 30. Mantém-se, entretanto, a referência por se considerar importante para a (auto)reconstrução da trajetória da escritora e ser um ponto considerável de sua construção memorialista.

<sup>19</sup> LAJOLO, Marisa. *Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina* In: JESUS, Carolina Maria de. *Antologia Pessoal*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, pp. 52-53.

estética. E quem se aproximaria, naquele momento, de uma desconhecida lumpem-proletária? Não havendo sugestão alternativa, portanto, foi com esse instrumental que ela pôde escrever e se fazer ouvir.

### *Os Anos de Espera*

A expressão é de Florestan Fernandes. E o recurso que se faz a ela neste momento da tese é anacrônico. Na organização da análise do autor, ela encerra o primeiro capítulo do primeiro volume de *A Integração do Negro*, em que o sociólogo tratará do período de transição entre os séculos XIX e XX, do trabalho escravo ao trabalho livre; do processo imputado de marginalidade social após a Abolição e do fermento para as condições de uma ideologização do progresso paulista, baseado no branqueamento da população, através de estrangeiros; e da exclusão do negro, provocando um desajuste estrutural em relação ao processo de expansão urbana do estado e da capital na nova ordem, culminando igualmente com o revés das promessas e ideais republicanos e abolicionistas. Contudo, aquela expressão é a síntese dos argumentos do sociólogo nesse capítulo e do primeiro volume de seu estudo que, como o subtítulo anuncia, se dedica a perscrutar o *legado da raça branca*. O autor afirma que

Portanto, a análise sociológica da correlação entre a estrutura do mundo urbano nascente e as propulsões psicossociais do negro recém-egresso do cativo é deveras importante para entender-se não só o que “foi” mas, também, o que “viria a ser” a situação do negro na ordem social competitiva.[...]Sem exagero, este período da história social do “negro” na cidade de São Paulo merece ser considerado como o dos anos de espera. Os anos do desengano, em que o sofrimento e a humilhação se transformam em fel, mas também incitam o “negro” a vencer-se e a sobrepujar-se, pondo-se à altura de suas ilusões igualitárias. Enfim, os anos em que o “negro” descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fora negado e que o homem só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história.<sup>20</sup> (p. 97)

*Os homens fazem a sua história mas não a fazem como querem.* A análise de Fernandes parece remeter ao famoso início d’*O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, de Marx. Ser sujeito da própria história implica em pensar num protagonismo social negro face às adversidades da nova ordem na cidade em transformação. O autor coloca o problema ao dizer, na página seguinte, que, nesses anos iniciais da abolição, negros e mulatos “[...]viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela[...]”. As implicações desse argumento são várias e exploradas em diferentes dimensões por sua análise: o estado de pauperização social; os problemas de organização da vida na cidade (do foco familiar, inclusive); *os efeitos psicossociais das condições de moradia (o nascimento dos cortiços,*

<sup>20</sup>FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à sociedade de classes: o legado da raça branca*, Op. Cit, p. 97.

*precursores das favelas*)<sup>21</sup> e a permanência dos padrões tradicionalistas das relações raciais na nova ordem<sup>22</sup>, justificativa para o autor debater e refutar o mito da democracia racial e o mecanismo de desigualdade social fundado no preconceito. O corolário da primeira parte do trabalho está expresso nas seguintes passagens

A discussão precedente evidencia, quanto aos principais aspectos das relações entre “negros” e “brancos”, que a ideologia racial imperante em São Paulo era, de forma típica, a ideologia de uma sociedade estratificada racialmente. Doutra lado, também demonstra de modo conclusivo que a formação e a expansão da ordem social competitiva, até o fim do período considerado (1930), ocorreram como processos histórico-sociais que afetavam, estrutural e dinamicamente, apenas a divisão ou categoria racial constituída pelos “brancos”. Ainda assim, a ideologia racial da sociedade de classes havia entrado em crise[...]O fato de tal ideologia estar em crise criou um estado de exacerbação, no ânimo das pessoas pertencentes aos círculos sociais dominantes, que favoreceu deveras o apego emocional a atitudes e a valores sociais obsoletos, ao mesmo tempo que intensificava a resistência à extensão de inovações na esfera das relações raciais. O “negro” subsistia como o único símbolo perene do poder, do fastígio e da condição “aristocrática” da

---

<sup>21</sup>“Criou-se, com o tempo, toda uma mitologia sobre a miséria, a promiscuidade e o desamparo em que viviam, normalmente, uns três quintos da “população negra” da capital nessa época. Tal mitologia circulava tanto entre os “brancos”, quanto entre os “negros” e mulatos. Todavia, ela só fazia justiça parcial à realidade. As evocações que conseguimos reunir mostram quadros turvos, chocantes, quase inconcebíveis na cena histórica brasileira. A moradia representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência. Muito se falou a respeito das condições de vida no cortiço e das conseqüências do apinhamento concentrado de pessoas num quarto comum. Os que se achavam nessa condição já possuíam alguma coisa, pois tinham um teto onde se abrigar[...] Corresponder ao aluguel de um quarto no cortiço já representava um êxito, pois era preciso possuir dinheiro para pagá-lo e varar as resistências do locador. [...]O locatário convencional de um, dois ou três quartos, com cozinha independente ou comum, era o chefe da família – a mãe solteira, o pai, o amásio da mãe ou o padrasto. Mas mesmo no caso de possuírem só um quarto, não havia limite certo ou fixo para o número de pessoas que compartilhavam da moradia[...] Os cortiços mais célebres foram construídos com fitos exclusivamente comerciais: em condições anti-higiênicas, mal ventilados, mal iluminados e com pequeno espaço útil. É fácil imaginar o que acontecia; a habitação expulsava os moradores para a rua. Os que trabalhavam fora, com freqüência saíam pela manhã e voltavam à noite. Mas, os que estivessem desocupados ou semi-ocupados permaneciam mais tempo em contato íntimo com outros no quarto. Nada se ocultava dos demais[...] As crianças aprendiam precocemente os segredos da vida, sabendo como os adultos procediam para ter prazer sexual, como se perpetua a espécie e se processa o parto, quando iriam receber um novo irmãozinho etc.[...] Afinal, diziam, “o negro nasceu para isso mesmo!”” (pp. 147-148)

<sup>22</sup>“[...]O regime extinto não desapareceu por completo após a Abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo naqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do *antigo regime*. Toda insistência será pouca, para ressaltar-se a significação sociológica dessa complexa realidade. Ela nos mostra que o negro e o mulato foram, por assim dizer, enclausurados na condição estamental do “liberto” e nela permaneceram muito tempo depois do desaparecimento legal da escravidão. A Abolição projetou-os no seio da plebe, sem livrá-los dos efeitos diretos ou indiretos dessa classificação.” (p. 248) E, ainda: “[...] a ordem racial, elaborada socialmente no passado, permaneceu quase intata ao longo da desagregação da sociedade de castas e dos primeiros desenvolvimentos da sociedade de classes em São Paulo.[...] Em conseqüência, toda a velha etiqueta de tratamento racial recíproco (no intercâmbio entre “negros”, “brancos” e “mulatos”) continuou a encontrar plena vigência; e, com ela, perpetuavam-se as representações de status e de papéis sociais que regulavam o modo pelo qual as pessoas, identificadas como pertencendo a cada estoque racial, “deviam” (ou “podiam”) participar dos direitos e dos deveres incorporadas à ordem social vigente.[...] É sabido que, em certas circunstâncias, o passado não se conserva apenas nos documentos e nas lembranças dos homens: ele também se evidencia por sua mentalidade, por seu comportamento e pelo funcionamento das instituições.” (pp. 269-270, grifos meus)

maioria das “famílias gradas” ou de “prol”. A sua presença era como que o testemunho vivo de que uns foram “senhores” e outros “escravos” na ordem social recém-desaparecida.[...] *Enfim, se ordem social competitiva não possuiu suficiente vitalidade para absorver os velhos padrões senhoriais de relações entre “brancos” e “negros”, ela pelo menos alargou o horizonte cultural dos homens, abrindo novas perspectivas à democratização dos direitos e garantias sociais na coletividade*<sup>23</sup>

Ao chegar à capital paulista em 1937, são aspectos desse cenário que De Jesus encontra, tendo experimentado os anos subseqüentes imediatos do pós-abolição em locais de adversidade, extremada pela baixa diferenciação social e estratificação bem definida. Se em São Paulo a autora julgava possível *ser gente* (ou, pelo menos, descobrir a resposta de sua indagação infantil), ela não estava isolada: o seu grupo social tentava responder, de certa maneira, à mesma questão. Para ele e De Jesus, *os anos de espera são também os anos de formação e internalização de uma consciência social e individual*. No caso da escritora, a expressão corresponderá à década de 1940: são os anos em que, enquanto indivíduo, experimentará o corpo a corpo com o turbilhão da cidade, entrando em confronto com as vicissitudes que seu grupo social vinha enfrentando há tempos e contra as quais se manifestava, no século XX, desde a década de 1910<sup>24</sup>, procurando construir aquilo que Fernandes qualificou, no segundo momento de *Integração do Negro*, por *limiar de uma nova era* (e que já se detalhou exemplos em capítulos anteriores).

A cidade de São Paulo em si, destarte, jogou um papel decisivo para a formação da consciência de frações organizadas do grupo social negro, *bem como de elementos desarticulados dessas frações*,

<sup>23</sup>FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à sociedade de classes: o legado da raça branca*, Op. Cit., pp. 316-318 e 332, respectivamente. Todas as notas imediatamente anteriores se referem também ao primeiro volume desse livro.

<sup>24</sup>[...] Tornava-se urgente qualquer espécie de reação societária que exterminasse as referidas anomalias e favorecesse a emergência gradual de uma ordem racial ajustada ao cosmos econômico, social e político da sociedade de classes. *Essa reação, como não podia deixar de suceder, partiu dos segmentos “espoliados” ou “prejudicados” da coletividade. Sob os olhos impassíveis, perplexos ou hostis dos “brancos”, ergueu-se o “protesto negro”, como o “clarim da alvorada”, inscrevendo nos fastos históricos da cidade os pródromos da Segunda Abolição. Como processo histórico, portanto, este se enquadra no contexto das inquietações e esperanças políticas, que culminaram com a revolução de 1930. Durante o primeiro quinquênio do segundo quartel deste século avolumaram-se de tal modo a amargura e a insatisfação da “população de cor”, que brotaram, espontaneamente, vários movimentos de tomada de consciência, de crítica e de repulsa ao duro destino a que se viram relegados os “homens de cor”. Em virtude da própria situação histórica do negro e do mulato, a rebelião que se ensaiava não possuía o caráter de uma revolução contra a ordem social estabelecida. Tratava-se de uma insubordinação surda e insufocável contra as debilidades mais profundas do sistema de relações raciais[...] Explica-se, assim, porque os “negros” não se colocaram contra ela. Ao contrário, admitiram abertamente que ela satisfazia a seus anseios de segurança, de dignidade e de igualdade sociais, advogando apenas que ela valesse para eles. Desse ângulo, os episódios relacionados com os referidos movimentos sociais marcaram o retorno do negro e do mulato à cena histórica. Agora eles repontam como uma vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva[...] Insurgem-se, literalmente, contra as iniquidades e as impurezas históricas do regime, propugnando que a sociedade aberta não fosse fechada para ninguém e muito menos para um contingente racial[...] o negro e o mulato chamaram a si duas tarefas históricas: de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações raciais; e de provar, praticamente, que os homens precisam identificar-se de forma íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem social escolhida”. Cf. FERNANDES, Florestan. Os movimentos sociais no “meio negro”. In: *A Integração do Negro à sociedade de classes: no limiar de uma nova era*, São Paulo: Ática, vol. II, 1978, pp. 08-09, grifos meus.*

tais como De Jesus. O argumento de Fernandes, já exposto, acerca da aliança particular da expressão urbana e a emergência da nova ordem levam o autor a refletir sobre as razões para que tenham emergido expressões de protesto e movimentos negros em São Paulo, capazes de refletir, organizar-se e denunciar os contratempos. De acordo com o sociólogo uspiano:

*[...]Ao decidir permanecer na cidade, apesar de tudo, o “negro” optou por um estilo de vida, por uma concepção de mundo e por certos ideais de organização da personalidade. Sem o saber, ao longo dos anos de desventura foi assimilando, ao acaso, um pouquinho de cada coisa. Por fim, convertera-se, subjetivamente, num urbanita, embora ostentasse essa condição de forma precária, tanto psicológica quanto socialmente. Aí está a principal razão para explicar por que uns puderam idear os movimentos sociais; outros se dispuseram a segui-los; e um tão grande número tenha decidido envolver a “população de cor” num novo tipo de aprendizagem, que se processava no terreno das ideias, da comunicação e da ação.[...] Em síntese, pelo simples fato de viver na cidade de ter vencido a dura prova da permanência dentro dela, o “negro” revolucionara o seu horizonte cultural. Diríamos que polira sua rusticidade e amelhara um forte desejo de ir mais longe.[...] A própria concentração numa cidade grande representava uma condição estimulante e construtiva. Graças à urbanização, aos poucos desapareceram muitas atitudes e comportamentos que tornavam o negro e o mulato “desconfiados” em relação a seus semelhantes. Em particular, o retraimento em face dos estranhos e a suspeita diante daqueles que alcançavam algum êxito na convivência com os “brancos” cederam lugar à compreensão de que o “negro” precisava alargar sua experiência pessoal e seu conhecimento do mundo. Doutro lado, a situação de existência no mundo urbano abria muitas vias comunicação com a comunidade local, com o resto do país e com o exterior Isso não só ampliava o conteúdo como mudava a própria qualidade da perspectiva social do “negro”<sup>25</sup> (pp. 28-29, grifos meus)*

É fato que De Jesus corria por fora disso e que chega justamente no fim do período das primeiras grandes orquestrações de protesto negro paulistano. Posta em situação, contudo, se lembrarmos do argumento da compulsão deambulatória e o ideal progressivo que a imagem da capital paulista assume em suas memórias, ter-se-ão rotas paralelas ideais que se encontram. E se afastam na mesma intensidade, uma vez que será nesse ínterim (1940-1947) que a escritora será submetida a privações e dificuldades da crise habitacional de São Paulo, que atinge em cheio as classes populares<sup>26</sup>.

<sup>25</sup>FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à sociedade de classes: no limiar de uma nova era*, São Paulo: Ática, vol. II, 1978, pp. 28-29, grifos meus.

<sup>26</sup>Baseando-se nos trabalhos do sociólogo Lúcio Kowarick, as biógrafas de De Jesus afirmam: “Naqueles anos 40, o número de habitantes de São Paulo ultrapassou dois milhões, o dobro da década anterior. O principal problema da cidade era a habitação. Para os pobres, além do cortiço, habitação predominante da classe trabalhadora até a década de 1950, a outra solução era a autoconstrução na periferia, atrelada à forte especulação imobiliária e à alteração do sistema de transporte, com a criação de linhas de ônibus, que passaram a formar uma malha viária espalhada e flexível, facilitando ainda mais a industrialização”. Cf. CASTRO, Eliana de M; MACHADO, Marília N. De M. *Muito bem, Carolina!*, Op. Cit. p.31.

Em 1947-1948, ela é uma das moradores da favela do Canindé, que se erguia às margens do rio Tietê. A fração organizada negra de São Paulo, se recompondo através de jornais e associações, elabora o que Fernandes denominou de *os aspectos ideológicos do protesto negro*<sup>27</sup>, discutidos no capítulo anterior, detentores de limites e alcances bem definidos. Acerca desses, o sociólogo coloca e responde uma pergunta crucial, que permite explicar em grande parte, o alcance menos amplo do protesto fora de suas parcelas organizadas:

Então por que os movimentos sociais reivindicatórios não vingaram nem mesmo no “meio negro”? A resposta parece simples. A sociedade inclusiva não desaprovava os propósitos integracionistas da contra-ideologia racial elaborada pelos “negros”. Todavia, ela não se propunha de modo idêntico os problema da democratização da riqueza, dos níveis de vida e do poder[...] A ordem social competitiva abria-se diante do negro e do mulato; mas, de forma individualista e ultra-seletiva[...] Como acontecera no passado, a absorção do “negro” em posições sociais conspícuas (e, portanto, a sua classificação e ascensão sociais), conta como episódio individual, que não afeta (nem deve afetar) a condição heteronômica da “raça negra”. Tudo isso evidencia que ainda estávamos presos moralmente à concepção tradicionalista do mundo.[...] Já não se pensava “negro” como sucessor e o equivalente humano do escravo ou do liberto. Seus rompantes de homem livre eram, pelo menos, tolerados, o que explica a proliferação das “agitações” raciais e a propagação da contra-ideologia do desmascaramento racial no “meio negro”. *Entendia-se, no entanto, que a equivalência de direitos e de deveres, entre as duas “raças”, constituía um princípio subversivo e que, nesse ponto, impunha-se “pôr a negrada em seu lugar”.[...]Penetra, desse modo, em uma nova era histórica para a “população de cor” na cidade de São Paulo, afirmando-se como homem livre e como cidadão, embora sem conseguir que se reconhecesse, socialmente, que “todas as raças são iguais perante a lei*<sup>28</sup>.

A concretude da parte final da afirmação está presente na própria trajetória da escritora em tela, no período discutido aqui. A resolução oficial precária do problema da habitação em São Paulo e da pauperização ascendente de grande parcela da população (estando aí negros e migrantes internos,

---

<sup>27</sup>“Os dados expostos acima descrevem como o “negro” se afirmou na cena histórica paulistana, entre 1927 e 1937. Ele rejeitou, ao mesmo tempo, a imagem do “preto” ou do “homem de cor”, construída pelo “branco”, e o destino que lhe foi dado atingir na fase formativa e de expansão inicial da sociedade de classes. O que foi visto seria suficiente para situarmos, agora, os aspectos ideológicos do *protesto negro*.[...] A fase que se inicia com a revogação do Estado Novo foi particularmente rica de agitações intelectuais e político-sociais no “meio negro”[...] O grupo do *Clarim da Alvorada*, depois da dissidência que surgiu no seio da Frente Negra Brasileira, continuou ativo, através do Clube Negro de Cultura Social e seus sucessivos órgãos de comunicação[...]Por fim, a Revolução Constitucionalista (de 1932), precipitou a fundação da Legião Negra Brasileira. Essa legião prestou “uma grande colaboração à revolução, mas maior colaboração ainda aos negros, pois veio dar-lhes um crédito através das lutas por eles sustentadas nos setores mais renhidos de combate” [Do documento de José Correia Leite e Renato Jardim Moreira]” (pp.87-88)

<sup>28</sup>*Idem, ibidem*, pp. 114-115, grifos meus. Repare-se no debate em entrelinhas, com Paulo Duarte, ao usar o termo “negrada”.

notadamente) são as *favelas*. A discussão sobre o surgimento das mesmas em São Paulo é crucial para compreender De Jesus e, para tanto, valer-se-à aqui do estudo de Jorge Paulino, produzido na FAU-USP, *O Pensamento sobre a Favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas*.

A dissertação de mestrado desse autor ajuda a suprir lacuna<sup>29</sup> sobre os estudos mais condensados em torno da gênese específica e o desenvolvimento histórico da percepção do poder público e conhecimento científico sobre as favelas de São Paulo. Seguindo a trilha aberta por pesquisadores como Lúcio Kowarick, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Lícia Valladares, Suzana Taschner entre outros, o autor procederá a exposição sobre as definições conceituais e contraditórias sobre o que seja uma favela<sup>30</sup>; num segundo momento, discutirá a favela como objeto de estudos de diferentes vertentes da Sociologia (urbana, da teoria da marginalidade etc.); as relações, em São Paulo, entre o cortiço e a favela (segundo o trabalho de Kowarick e Clara Ant<sup>31</sup>) e os mitos sobre a favela (apoiando-se em Lícia Valladares<sup>32</sup>).

\*\*\*

Para os fins que interessam a este capítulo, estará na terceira parte do estudo de Paulino a discussão que contribuirá para o entendimento da gênese de *Quarto de Despejo*: o surgimento do pensamento sobre e o desenvolvimento inicial das favelas em São Paulo. De acordo com o autor, embora a habitação operária e dos pobres (os cortiços) se proliferassem desde o começo do século XX,

---

<sup>29</sup>É o que afirma Paulino: “Em relação ao fenômeno em São Paulo há uma lacuna neste aspecto. Muito se escreveu sobre as favelas em São Paulo, sua evolução ao longo do tempo, mas quase nada foi escrito sobre o pensamento sobre este fenômeno em São Paulo. Isto é, sobre os conceitos, imagens e representações elaboradas por ele”. Cf. PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas*. Dissertação [Mestrado em Arquitetura e Urbanismo]. São Paulo: FAU-USP, 2007, p. 12.

<sup>30</sup>“A favela é um fenômeno urbano que possui um pouco mais de um século de existência no Brasil e, assim como os cortiços e os loteamentos periféricos, se tornou uma das alternativas de moradia para as camadas sociais atingidas pela pobreza[...] a palavra favela possuía um conteúdo regionalista, mas que se consolidou de tal forma ao longo do século XX que aparentemente se difundiu para todo o Brasil, suplantando, inclusive, outros termos que designam fenômenos urbanos semelhantes, como os *mocambos* de Recife, as *malocas* de Porto Alegre e as *invasões* e os *alagados* em Salvador.[...] o conceito de favela pressupõe sempre a ideia de invasão ou de ocupação de terrenos urbanos. *Assim como, desta forma, uma história da favela seria uma história de invasões ou de ocupações de terras urbanas. Mas não estaríamos diante de um critério questionável? Isto é, teriam as favelas todas se originado de ocupações de terras? Alguns estudos sugerem que em muitas das grandes favelas consolidadas, tanto da cidade do Rio de Janeiro, quanto da cidade de São Paulo, o processo de ocupação se deu não através de invasões individuais ou coletivas, mas sim através de ocupações consentidas, ou pelo Poder Público ou pelos próprios proprietários, que desta forma ainda conseguiam auferir uma renda desta ocupação.* [...] A favela enquanto alternativa de habitação dos pobres urbanos se caracteriza pelo menos por três pontos: primeiro, pela precariedade das suas construções, segundo pela irregularidade do seu traçado e terceiro, pela ilegalidade fundiária, urbanística e edilícia”. Cf. *Idem, ibidem*, pp. 11, 18-19 e 22, respectivamente. Grifos meus.

<sup>31</sup>KOWARICK, Lúcio & ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo In: KOWARICK, L. (org.) *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Este estudo foi publicado pela primeira vez na revista *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 1, 2, pp. 59-64, abril de 1982.

<sup>32</sup>Cf. VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*, Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Muitos estudos sobre a questão da habitação em São Paulo apontam para um traço muito peculiar da cidade durante a primeira metade do século XX, qual seja, o da ausência de favelas[...] O fenômeno de fato não era percebido como algo relevante até o final da década de 1970[...] malgrado seu número pouco expressivo, o fenômeno já estava presente em São Paulo, pelo menos desde antes da década de 1940[...]<sup>33</sup>

Incipiente mas não desprezível, a substituição progressiva dos cortiços pelas favelas chamou atenção da assistente social Marta Teresinha Godinho, autora de um dos estudos pioneiros, segundo Paulino, sobre as favelas paulistanas, em 1955. Ela elaborou trabalho de conclusão de curso de Serviço Social e recolheu dados, até então dispersos, sobre o problema da capital, desde 1942, inventariando as ações que o provocaram<sup>34</sup>. O estímulo oficial da Prefeitura de São Paulo, de acordo com os dados de Godinho, está presente em quase todos os aparecimento iniciais de favelas no município. Citando-a indiretamente, tem-se que:

Pelos anos de 1942 ou 1945, quando então prefeito o Dr. Prestes Maia, com as desapropriações feitas em virtude da abertura de avenidas, como a Nove de Julho e outras, nos Campos Elíseos etc., muitas pessoas ficaram sem abrigo. Improvisaram-se barracões no local onde se acha instalado o Parque Changai, e assim se iniciou a primeira favela que era denominada “Favela Prestes Maia” ao longo da avenida do Estado[...] A estes galpões [removidos em 1946 pelo prefeito Abrahão Ribeiro] os favelados deram o nome de vila, “Favela Nossa Senhora da Conceição” que também era conhecida como “Favela do Glicério”[...] Favela do Piquerí: Esta favela teve início quando da desocupação da “Favela da Lapa”[...] A Prefeitura fornecia o transporte, madeira e a reconstrução do barraco do Piquerí. Algumas fossas e poços, assim como uns tanques foram também construídos pela Diretoria de Obras da Prefeitura[...] *Favela do Canindé: Começou em 1948[...] Junto a Rua Antônio de Barros, num terreno dos irmãos X, formou-se uma favela à revelia dos proprietários que, tão logo tiveram conhecimento, requereram despejo policial. Aquelas pessoas então desalojadas foram reclamar no Gabinete do Prefeito [Paulo Lauro], onde receberam um memorando para usarem o terreno da Prefeitura, no Canindé. Para alguns, a Prefeitura forneceu também caminhão para o transporte do barraco. Iniciou-se, então, a “Favela do Canindé” com 99 famílias. Como a área lá era grande, muitas outras pessoas depois, com o correr do tempo, mediante o memorando de autorização do gabinete do senhor Prefeito, foram para lá. Como não*

---

<sup>33</sup>Cf. PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre a favela em São Paulo. Op. Cit.* pp. 73-74.

<sup>34</sup>Há duas especificidades no fato de Godinho ser assistente social: sua profissão aparece com a função de evidenciar, naquele momento, quem eram os pobres para as elites da capital, uma vez que, a partir dos anos 1930, os locais em que eles residiam eram vistos como periferias perigosas e problemáticas. A outra, é que ela conheceu de perto Carolina Maria de Jesus, seus filhos e realidade, como atesta seu depoimento em *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus, Op. Cit.*

*havia água e não podiam cavar poços, devido à proximidade do rio Tietê, a Prefeitura mandou instalar uma caixa d' água que abastecesse toda a favela.*<sup>35</sup>

Entretanto, para os dados oficiais, as favelas não eram um problema ainda significativo: o primeiro censo a seu respeito foi realizado na década de 1970. De acordo com Paulino, entre as assistentes sociais grassava uma *percepção ambivalente* acerca da favela e seus moradores, vendo-os simultaneamente como *desajustados e marginais*, bem como *produto direto do descaso do poder público com os problemas da habitação popular*, pauperização urbana e da crise dos aluguéis no município, a partir dos anos 1940<sup>36</sup>. Tal ambivalência perceptiva implica numa interessante questão, observada de ângulos opostos: A) vista da superfície, *a da culpabilidade do pobre, por assim sê-lo*, leva-o às piores condições de vida na metrópole emergente. Se em larga medida o poder público possui responsabilidade pelo crescimento desordenado da cidade e seu impacto sobre os desfavorecidos, ele o resolve cedendo e fazendo vistas grossas à ocupação de áreas públicas; afirma, ainda, através de discursos oficiais – como o do Serviço Social ou do Departamento de Urbanismo da Prefeitura – que o problema era de fácil resolução, *demandando algum tempo apenas, passando pela educação e organização dos pobres*. B) Estruturalmente, no entanto, a análise de Florestan Fernandes sobre o mesmo período e dos dilemas da metropolização precária de São Paulo é mais aprofundada e cética em relação à solvência simples do processo:

[...]A II Grande Guerra favoreceu de maneira intensa a expansão das indústrias, com suas ramificações na diferenciação do sistema econômico e no ritmo (para não falar no estilo) da urbanização da cidade. No passado recente, fora urbanização que fomentara e dirigira a industrialização. Nesta quadra, será a industrialização, ao contrário, que governará o recrudescimento da expansão urbana. Mais do que uma comunidade industrial, a cidade converte-se, dia a dia, em poderoso centro financeiro dominante das operações econômicas. Por esta razão vai conhecer um novo tipo de surto industrial, que fará da região conhecida como Grande São Paulo o símbolo do “Brasil Moderno”, e assumirá o comando, direto ou indireto, de vasta parcela dos empreendimentos relacionados com a transplantação da “civilização industrial” para o nosso país. [...] Em conexão com a emergência desse “estilo metropolitano de vida”, a ordem social competitiva redefine-se tanto estrutural quanto dinamicamente. Ela se torna mais aberta, na medida em que oferece oportunidades insuspeitadas ao “especulador” e ao “aventureiro arrojado”, qualquer que seja sua extração social ou sua procedência étnica; porém, revela-se sensivelmente mais fechada, porque o fluxo das oportunidades se concentra nos grupos que possuem posições sólidas

<sup>35</sup>GODINHO, Marta T. *O Serviço Social nas Favelas – SP*. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Serviço Social, 1955, pp. 10-17. APUD PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre a favela em São Paulo*. Op. Cit. pp. 80-81. Grifos e colchetes meus.

<sup>36</sup>Acerca desses argumentos, consultar PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre a favela em São Paulo*. Op. Cit. pp. 76-85.

na estrutura de poder ou que estão aptos a conquistá-las como seu ponto de partida.[...] Semelhantes perspectivas dividem, em bloco, o passado e o presente do “negro” na cidade. [...] agora algumas esperanças elementares encontram concretização e o futuro deixa de ser uma ameaça, como uma realidade ignominiosa mas inarredável. O sentimento de “ser gente” pode ser difundido e compartilhado com um mínimo de segurança, oferecendo novas bases às compulsões seculares de autonomia, de competição com o “branco” e de ascensão social. A miséria e a desorganização social ainda campeiam no “meio negro”. As favelas substituem e pioram, nesse sentido, os tormentos dos porões e dos cortiços. Contudo, atingem uma área consideravelmente menor da “população de cor”. Doutro lado, parece que tais facilidades sufocaram o interesse do negro e do mulato pela afirmação como e enquanto categoria racial.[...] Resumindo ao essencial, em vez de se congregarem para desmascarar e repelir a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, preferem disputar, como possam, as oportunidades que lançam o “brasileiro pobre” na senda do progresso.<sup>37</sup>

A afirmação final do sociólogo, aliada às discussões anteriores, retoma o desafio posto à eficácia prática e simbólica do protesto enunciado por frações organizadas do meio negro paulistano, através, inclusive, de seus escritores. Reavivando-se uma questão colocada no início deste capítulo – *Por quê De Jesus ou algo semelhante a Quarto de Despejo não surgiu do meio negro organizado?* – parece agora estar um pouco mais iluminada a resposta. Ele não podia, estruturalmente fornecer algo assim. Sua pugna e interesses não o conduziam nessa direção. Embora nos estatutos da ACN haja, como visto, preocupação com o *marginalizado, especialmente o negro*. Há o princípio, mas pô-lo em prática é deveras complicado, especialmente se se pensar que, talvez, o significado de marginalidade do negro para esse grupo não necessariamente signifique solução da pobreza extrema; mas, antes, inclusão no processo social e cultural em curso, enunciado pela ideia de uma *Segunda Abolição*.

De outro lado, correndo por fora nos efeitos mais dramáticos da expansão metropolitana da cidade e chocando-se, fosse com a precarização da vida dos trabalhadores pobres ou com os interesses de seu grupo social de origem, é necessário perguntar: que aspectos da consciência de De Jesus a conduzem para a escrita de seus diários? As razões subjetivas que a levaram a, entre os objetos que catava, selecionar folhas e papéis em branco e ainda aproveitáveis para escrever, só podem ser supostas e tateadas, sem qualquer resultado mais interessante para a análise sociológica. Se esse ponto de partida é nebuloso e inócuo, não o são seu desenvolvimento e conseqüências. Como afirma Jorge Paulino:

---

<sup>37</sup>FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à sociedade de classes: no limiar de uma nova era*, São Paulo: Ática, vol. II, 1978, pp. 116-117 e 119, respectivamente.

[...]a favela permanece estigmatizada [nos anos 1950]. Vista como um “quisto”, que deveria ser extirpado do corpo da cidade. Neste sentido, as intervenções por parte do poder público só podiam ser de remoção.[...]o problema não atingia as dimensões, nem tampouco tinha ainda uma visibilidade que sensibilizasse a opinião pública e obrigasse o Estado a agir[...] *A publicação de um livro diário de uma favelada de São Paulo foi o elemento que, enfim, provocou a primeira “onda” de intervenções visando o desfavelamento em São Paulo*[...] O tema da favela tomou vulto em São Paulo por volta da década de 1960. Vários fatores combinados contribuíram para que o assunto ganhasse a opinião pública: as intervenções por parte do poder público[...]o aparecimento do MUD – Movimento Universitário de Desfavelamento e, em especial, a publicação do livro de Carolina de Jesus, “Quarto de Despejo”<sup>38</sup>.

### *Um Estranho Diário chamado Quarto de Despejo*

*Depois de um ano de trabalho direto nas favelas, onde conseguimos realizar alguma coisa e enfrentar muitas dificuldades [...] podemos concluir e sugerir o seguinte: 1. Que as favelas constituem um lugar de desajustamentos profundos, tanto no plano físico como moral, constituindo, portanto, uma séria ameaça à nossa civilização.[...] [sic] – Excerto da conclusão de Marta Teresinha Godinho, 1955*<sup>39</sup>.

*Este meu estranho Diário que escrevi há dez anos atrás mas não tinha a intenção de popularizar-me pretendia revelar a minha situação e a situação dos meus filhos e a situação de vida dos favelados. Carolina Maria de Jesus.[sic] – Registro de 04 de dezembro de 1958, de Carolina M. De Jesus*<sup>40</sup>.

A *apropriação particular do tempo e do espaço* joga um papel fundamental para as ações e percepções sociais do grupo negro organizado e, em especial, para De Jesus. Isso deve ser entendido fora da chave do exotismo e sim na vivência à margem dos discursos oficiais – seja do progresso e das esperanças para o futuro; da integração social e da democracia racial – que não se coadunavam com as expectativas e anseios históricos de ativistas ou com os próximos treze anos de fabulação individual em meio a privações sociais que culminam em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1947-1960).

Se o espaço – a cidade de São Paulo – é comum, em tese, a todos, a maneira de experienciá-lo e usufruí-lo é absolutamente desigual. A realidade quotidiana da degradação dos meios de trabalho e de vida para De Jesus e parcelas dos grupo negro os colocam à parte da linguagem supostamente moderna

<sup>38</sup>PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre a favela em São Paulo. Op. Cit.* pp. 89-90. Grifos e colchetes meus.

<sup>39</sup>GODINHO, Marta T. *O Serviço Social nas Favelas – SP. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Serviço Social, 1955, p. 319. APUD PAULINO, Jorge. O pensamento sobre a favela em São Paulo. Op. Cit. p. 84. Grifos meus.*

<sup>40</sup>BOM MEIHY, José C. S. & LEVINE, Robert. (orgs.). *Meu estranho diário*, São Paulo: Xamã, 1996, p.115.

da metrópole. Ou, antes, incluídos precariamente no discurso: a mesma cidade que, em seu IV Centenário, faz o elogio do progresso científico, cultural ou da engenharia e arquitetura urbanas, mobilizando grande esforço ideológico e econômico, é a que promove a solução débil para as classes baixas, das favelas e habitações populares de periferia, qualificando sua existência e moradores, como explicitam as conclusões de Godinho acima, de *ameaças civilizacionais*.

Estando correta a tese de *Metrópole e Cultura*<sup>41</sup>, de que o desenvolvimento da modernidade paulistana passa pelo aprimoramento e sofisticação das ideias e ações em diferentes níveis e setores que se apresentam como modernos (notadamente o Teatro, Artes Plásticas, Arquitetura e Sociologia), potencializados pelos interesses das esferas econômica e política, há ainda um matiz desse argumento que tem de ser explorado devidamente: o arranjo contingente e custoso, para alguns grupos sociais, que tiveram tais ações e linguagens. Sem essa perspectiva em vista, o quadro das transformações e percepções sobre São Paulo estará incompleto.

Perscrutar o espaço significa colocar em questão também a esfera de apreensão do tempo, igualmente fracionada. Incorrem em erro, semelhantes ao do senso comum, os estudos que afirmam uma certa *platitudo do contexto* sobre a experiência social dos distintos grupos, classes e suas frações que o povoam. A percepção e o impacto do presente, na mesma medida que sua rememoração, não se distribui igualmente entre os sujeitos sociais e nem se dá, de maneira imediata, a consciência sobre o tempo vivido. Daí expressões genéricas como *tempos modernos, anos de desenvolvimento, anos dourados, geração dourada* e correlatas serem de pouca eficácia explicativa e/ou dizerem respeito à realização social de setores e interesses específicos, bem como à sua capacidade de recontar certos fatos, ordenando-os de maneira a estarem no centro da tela e em posição privilegiada. A equalização do passado a *todos*, menos que procedimento democrático, opera em linha tênue, divisória de interesse particular e obscurecimento coletivo.

Adotam-se esses cuidados para discutir a particularidade da experiência social, no tempo e espaço, que é bem demonstrada por De Jesus (e, em alguma medida, do grupo negro organizado). Não significa dizer que a autora viveu fora de seu tempo ou que não teve ligações com o espaço envolvente. Ao contrário: a possibilidade de seu surgimento é diretamente relacionada à diferenciação social paulistana e os dilemas da metropolização, na mesma intensidade que a recepção ao seu trabalho é

---

<sup>41</sup>“As comemorações do IV Centenário transformam a cidade na meca da cultura e das ciências brasileiras. São Paulo projeta o fumo da sua “locomotiva”, desenhando um tempo de renovação e de recriação de sua mitologia[...] Tratava-se de uma época com alto grau de dinamismo, na qual a crença nas possibilidades infinitas do desenvolvimento cultural era homóloga à convicção da modernização econômica, social e política que tinha em São Paulo a sua grande promessa. Assim, o presente aspirava o futuro civilizado que, diga-se de passagem, seduzia a todos. Especificamente, produziu-se uma confluência do poder econômico e político com o “mundo do espírito”, pois todos estavam imbuídos de vontades semelhantes, ainda que elas dissessem respeito a campos diferentes”. Cf. ARRUDA, Maria Arminda do N. *Tempos, lugares, sociabilidade. Metrôpole e cultura: São Paulo no meio século XX*, Bauru: Edusc, 2001, pp. 101 e 107, respectivamente.

explicável por questões em aberto no limiar da década de 1960. O que se passa, tanto com De Jesus quanto aos escritores ligados ao ativismo negro do período é um diálogo tenso e truncado com as estruturas sociais de seu tempo. *Discursos vão se construindo paralelamente, em meio às lutas sociais, em alguns casos visando a integração e o reconhecimento, mesmo que proferindo o protesto* (exemplo de setores da Imprensa e Teatro Negros); *ou, desnudando inesperada e estranhamente, por outro lado, a impossibilidade de se integrar e ser aceito, nos moldes apresentados até então pelo contexto social, à revelia do desejo da autora* (caso de Carolina Maria de Jesus, que queria ser incluída na dinâmica social).

\*\*\*

A ida de De Jesus para a favela do Canindé é resultante de dois fatores: não aceitação nos empregos domésticos, em função dos nascimentos de seus filhos que vingaram (João, 1949; José, 1950; Vera, 1953), o que redundava em dificuldades severas para subsistência; e, por outro lado, a privação de direito à moradia, que atinge estruturalmente a população pobre paulistana no momento em foco. De Jesus é uma das primeiras moradoras da favela erigida às margens do Tietê e ali viveria a próxima década inteira.

Um ano depois das comemorações do quartocentenário ela começou, nas folhas aproveitáveis de cadernos e livros recolhidos na rua, a escrever seus diários. Há oito ela residia vizinha ao rio mais famoso de São Paulo, num terreno de posse municipal, próximo à Vila Guilherme e ao Brás, o que lhe permitia acesso relativamente bom ao centro da cidade e a áreas onde poderia catar o que era descartado nas ruas e vendável em quantidades que lhe permitiam algum sustento diário. A 15 de julho de 1955, nessas condições, a autora fez o primeiro registro que viria a ser publicado em livro:

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. [...]Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Êle ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se. [...] Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até as 11 horas, um certo alguem. Êle não veio. Tomei um melhoral e deitei-me novamente. Quando despertei o astro rei deslisava no espaço. A minha filha Vera Eunice dizia: - Vai buscar agua mamãe!<sup>42</sup> [sic]

---

<sup>42</sup>JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, São Paulo: Francisco Alves, 1960, p. 13. Interrupções entre colchetes minhas.

Estão condensados nesse fragmento alguns dos principais temas que se repetirão e serão habilidosamente organizados por Audálio Dantas anos depois, para tomar a forma de *Quarto de Despejo*: a luta pela sobrevivência, dada pela equivalência direta entre dinheiro e comida; pensamentos sobre o cotidiano da favela e o mundo exterior; a tentativa de procurar expor, em pormenores, as situações vividas e estruturadas sob a sua ótica; a participação dos filhos nessa dinâmica cotidiana. O que se lê são *fragmentos da construção memorialística* de De Jesus. Dantas afirma, no prefácio que escreveu à primeira edição: “[...] *selecionei trechos, sem alterar uma palavra, passei a compôr o livro. Explico: Carolina conta o seu dia inteiro, fiel até ao ato de mexer o feijão na panela. A repetição será inútil. Daí a necessidade de cortar, selecionar as histórias mais interessantes*”.

Aqui entra a polêmica no trato da escrita de De Jesus. Está o leitor diante do que se costuma chamar por Literatura? Embora a sua definição não seja unívoca e a maneira como a realidade possa ser exposta numa obra considerada literária varie com o tempo e com as transformações sociais que esta enfoca (*em particular, o gosto e a formação do público leitor*), como o demonstrou Erich Auerbach, trata-se de um longo caminho sujeito a regras e interpretações em disputa para que determinados registros e estilos mereçam tal aceção. O tema da vida cotidiana (e, em particular, das classes baixas ou o *quarto estado*), percorreu um longo caminho para ter estatuto de cidadania na *República das Letras*. O filólogo e crítico alemão fornece elementos para essa discussão, com alguma ironia, por exemplo, ao discutir aspectos da construção e recepção ao romance dos irmãos Edmond e Jules Goncourt, *Germinie Lacerteux* (1864):

Vivemos, dizem os Goncourt, na época do sufrágio universal, da democracia, do liberalismo (merece ser lembrado que eles, de alguma maneira, eram amigos incondicionais dessas instituições e fenômenos); portanto, é injusto excluir as assim chamadas classes mais baixas da população, o povo, do tratamento literário sério, tal como ainda acontece, assim como é injusto conservar na literatura uma aristocratização dos objetos que não mais corresponde ao nosso quadro social[...] Nos primeiros grandes realistas do século, em Stendhal, Balzac e ainda em Flaubert, as camadas mais baixas do povo, propriamente dito, mal aparecem; e quando aparecem não é visto a partir de seus próprios pressupostos, na sua própria vida, mas de cima[...] Os primeiros representantes dos direitos do quarto estado, tanto políticos como literários, não pertenciam, quase todos, ao estado que defendiam, mas à burguesia. Isto também é válido para os Goncourt[...] O que os unia aos homens do quarto estado, o que sabiam de sua vida, dos seus problemas e sensações? [...] *O puramente literário, mesmo no grau mais elevado da compreensão artística e em meio à maior riqueza das impressões, limita o juízo, empobrece a vida e distorce, por vezes, a visão dos fenômenos. E enquanto os escritores se afastam depreciativamente do burburinho político e do econômico,*

valorizando a vida sempre só como tema literário, mantendo-se sempre longe dos grandes problemas práticos, cheios de altivez e de amargura, para conquistar cada dia de novo, amiúde com grande esforço, o isolamento artístico para o seu trabalho, enquanto isso, o prático penetra, apesar de tudo, em mil formas mesquinhas, até atingi-los; surgem desgostos com editores e críticos, nasce o ódio contra o público que se quer conquistar, enquanto escasseia uma base para sentimento e pensamentos comuns[...] Todavia, como em geral, levam a vida de burgueses remediados, moram confortavelmente, comem do bom e do melhor e se entregam ao gozo de todos os deleites da sensibilidade mais elevada, como a sua existência nunca se vê ameaçada por grandes estremecimentos e perigos, o que surge é, não obstante todo o gênio e toda a insubornabilidade artística, um quadro de conjunto singularmente mesquinho, o do grão-burguês, egocêntrico, preocupado com o conforto estético, nervoso, torturado pelos aborrecimentos, maníaco enfim – só que a sua mania, chama-se, no seu caso, “literatura”<sup>43</sup>

No caso de De Jesus, a acusação freqüente ao seu trabalho é de ser, antes, um *documento social*, *dado sociológico* e, quando há alguma simpatia crítica, *testemunho humano*. Também não é incomum, logo em seu lançamento, ser tratada como falseamento da realidade, de autoria duvidosa, fruto da imaginação criadora de Audálio Dantas. Para o autor desta tese, entretanto, está-se diante de uma *ficcionalização do cotidiano*. A memória do *presente imediato* de De Jesus é, como toda memória, uma construção *a posteriori*. Em geral, não se atribui essa afirmação à autora, por se considerar que lhe falta a intencionalidade criativa em escrever uma narrativa. Ao contrário, atribui-se-lhe, quando se considera ser ela a autora dos diários, *a espontaneidade despretensiosa*. Para dizer o mínimo, esta ideia é carregada de preconceito, contendo nas entrelinhas a sugestão de que pobres e favelados (o povo, o quarto estado se estivéssemos em França) não sabem o que fazem quando escrevem, necessitando da tutela ou de alguém que lhes aponte uma direção, que fale por si. Algo semelhante acontecerá com Paulo Lins e Ferréz, como se demonstrará adiante.

Ignoram-se, assim, passagens literais de *Quarto*, que afirmam a vontade e a intenção de sua autora em ser uma escritora – a exemplo da epígrafe desta subparte – e a partir de um certo ponto do *Diário de uma favelada*, o interesse em ser *publicada e reconhecida*. Entre o querer e o poder existiram, na vida de De Jesus, as condições socialmente desfavoráveis para a implementação de sua vontade. Adversidades narradas continuamente em *Quarto*, que vão sendo percebidas inicialmente como *problemas individuais, especialmente nos registros de 1955*, em meio às cenas quotidianas e íntimas; para galgar, finalmente, uma inteligência crítica do entorno (seja da favela ou da cidade),

---

<sup>43</sup>AUERBACH, Erich. Germinie Lacerteux. *Mimesis: A representação da realidade na Literatura Ocidental*, São Paulo: Perspectiva, 5ª edição, 2004, pp. 445, 446, 447 e 454-455, respectivamente. Grifos meus.

alcançando a crítica social, percebido como protesto, por alguns, contra o *status quo* de negros, pobres e favelados no meio século XX (*notadamente, nos registros de 1958 em diante*).

Por um golpe de fortuna ou senso de oportunidade, aos 44 anos sua trajetória se cruza com a de Audálio Dantas, quando ele, enquanto jornalista, fora cobrir uma denúncia na favela do Canindé: o uso indevido de um parque de diversões por adultos. Após ter ouvido De Jesus gritar que ia por todos os homens em seu livro, ele se interessou pela mulher e seus 35 cadernos guardados no barracão. No prefácio ao livro, afirmou: “Ninguém melhor do que a negra Carolina para escrever histórias tão negras”<sup>44</sup>. E ainda: “o Manuel Bandeira escreveu um artigo no Globo em que ele tratava do assunto. E a certa altura ele dizia: “Há pessoas que dizem ter sido o Fulano de Tal que escreveu esse livro. Não foi. O texto era claramente de uma pessoa de – ele usou essa expressão – de instrução primária, mas que tinha brilho etc. E que alguém para escrever naquele estilo, não sendo aquela pessoa, era um gênio. Seria um gênio [risos].”<sup>45</sup>

Contudo, *Quarto não* é uma construção individual. Ao selecionar o que viria a ser publicado, suprimindo o que considerou repetitivo ou excessivo, Dantas expôs a potência da narrativa de De Jesus. Recria-se, assim, o próprio cotidiano – se o entendermos segundo a chave explicativa do sociólogo português José Machado Pais, como o lugar onde nada, *aparentemente*, acontece e tudo pode ser revelado<sup>46</sup> - conferindo-se um sentido coerente à narração: *a história da luta pela sobrevivência de uma mulher negra e de seus três filhos, numa favela à margem de um rio, da cidade mais importante do país*. Isso estava lá nos diários originais, mas teve de ser trabalhado para vir à tona com intensidade surpreendente.

Selecionado, articulado, fragmentado num todo coerente, o cotidiano se revela ficcional. Não se está diante de simples exposição exaustiva da vida – e, desta feita, banalizada – de uma mulher real. Ao abrir *Quarto de Despejo*, está-se lendo a narrativa truncada de uma personagem que conta suas memórias de um presente, igualmente acidentado e vacilante. Autor e personagem se confundem no mesmo nome próprio – pois esta é uma das características essenciais do gênero diário, como afirma o crítico francês Michel Braud, o que o faz ser um gênero duvidoso para alguns:

---

<sup>44</sup>Cf. DANTAS, Audálio. Nossa Irmã Carolina. In: Jesus, Carolina M. *Quarto de Despejo, Op. Cit.*, pp.05-12

<sup>45</sup>Entrevista de Audálio Dantas concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 19/10/2009, em São Paulo.

<sup>46</sup>“Detenhamo-nos, com efeito, nesta simples constatação: se o cotidiano é o que se passa quando nada se passa – na vida que escorre, em efervescência invisível –, é porque “o que se passa” tem um significado ambíguo próprio do que subitamente se instala na vida, do que nela irrompe como novidade (“o que se passou”), mas também o que nela flui ou desliza (o que se passa...) numa transitoriedade que não deixa grandes marcas de visibilidade.[...] a vida cotidiana é um tecido de maneiras de ser e de estar, em vez de um conjunto de meros efeitos secundários de “causas estruturais”” Cf. PAIS, José M. Nas rotas do cotidiano. *Sociologia da vida cotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*, Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 3ª edição, 2007, pp. 30 e 32, respectivamente. Agradeço a Vanda Silva pela indicação.

Le journal personnel est-il un genre littéraire? La question agite la critique depuis plus d'un siècle, les uns affirmant qu'il ne peut constituer une oeuvre puisqu'il ne répond pas à des règles de composition, les autres mettant en avant la dégradation qu'il introduit dans l'art et la moralité, et les diaristes publiant néanmoins leur journal en affirmant que le récit des jours "à son intérêt en soi" [...] Le texte du journal authentique [...] est organisé par le point de vue unique du diariste, qui ne connaît pas d'altération [...] le journal authentique tend à rendre crédible la promesse d'authenticité et, comme récit des jours, ne vise pas à raconter une histoire, qui possède un début, un milieu et une fin. [...] L'écriture de soi au quotidien se présente donc comme une construction narrative dont le diariste doit inventer la forme, le ton, le langage. On peut voir là l'un des caractères de l'oeuvre littéraire [...] Le développement du journal est d'ailleurs concomitant à celui de la démocratie. [...] Parce que le journal transcrit nécessairement la banalité du quotidien, son insignifiance, son imprévu [...] sa médiocrité, sa vulgarité, il n'a pas sa place dans une aristocratie des lettres [...] fondée sur le respect des règles, le détachement du vécu et l'inspiration à l'universel<sup>47</sup>

E como De Jesus bem o afirmou, um *estranho diário*<sup>48</sup>: oriundo de uma vontade de escrever, em meio a um ambiente inóspito para a escrita. De uma autora com trajetória e origem social suspeita para gerar algo semelhante, num registro literário pouco cultivado pelos escritores nacionais<sup>49</sup>. E com uma linguagem absolutamente incomum, misturando o vulgar com temas sofisticados, a crueza advinda da luta pela vida com momentos poéticos; o português imperfeito com observações sagazes e cortantes sobre a vivência social ao rés-do-chão; a crítica social ferina com certa ingenuidade política, em alguns momentos.

As partes explicam o todo em *Quarto de Despejo*, articulando-se numa progressiva oscilação do *íntimo e comezinho* ao *social e histórico*. A primeira ideia se concentra com força nos registros de 15

---

<sup>47</sup>“O diário é um gênero literário? A questão suscitou críticas por mais de um século, alguns dizendo que não pode constituir uma obra literária por não responder às normas de composição, enquanto outros argumentam a degradação que ele introduziu à arte e moralidade, e os diaristas, no entanto, publicando seu jornal dizendo que a narrativa do dia "tem seu próprio interesse" [...] O texto do diário autêntico [...] é organizado pela perspectiva única do diarista que não conhece nenhuma alteração [...] o diário autêntico tende a fazer a promessa de autenticidade e credibilidade, como uma narrativa dos dias, não visa contar uma história que tem um início, meio e fim. A escrita de si apresenta-se como uma construção narrativa que o diarista deve inventar a forma, o tom, a linguagem. Podemos ver aqui uma das características da obra literária [...] O desenvolvimento do diário, além disso, é concomitante com o da democracia. [...] Porque o diário transcreve, necessariamente, a banalidade da vida cotidiana, a sua insignificância, o seu inesperado [...] sua mediocridade, a vulgaridade, não tem lugar em uma aristocracia das letras baseado no respeito às regras, o destacamento de experiência e inspiração para o universal” Cf. BRAUD, Michel. *Écriture de soi, fiction et littérature. La forme des jours: pour une poétique du journal personnel*. Paris: Éditions du Seuil, 2006, pp. 247, 252-255 e 260, respectivamente. Tradução minha.

<sup>48</sup>“Os homens vagabundos querem arrebatar a bola das crianças. Os meninos jogam pedras nos marmanjos. E eles querem bater nas crianças. Quando me vêm aquietam porque ninguém quer ficar incluído no meu *Estranho Diário*” [sic] Cf. BOM MEIHY, José C. S. & LEVINE, Robert. (orgs.). *Meu estranho diário*, São Paulo: Xamã, 1996, p.74.

<sup>49</sup>A *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, de Galante e Souza, já citada, no verbete referente a Diários afirma se tratar de “Gênero literário usado por *escritores ou pessoas cultas* para registrar pensamentos, acontecimentos de suas vidas ou de outrem” (p. 593). No Brasil, segundo os autores, merecem destaque nessa acepção, Lúcio Cardoso, Otávio de Faria, Humberto de Campos, Ascendino Leite e Josué Montello, apenas. Os grifos são meus.

de julho a 28 de julho de 1955. Neles também aparecem duas imagens fortes na organização de De Jesus e Dantas: o desejo de ser escritora e a vontade crescente de sair da favela, apresentados nos extratos abaixo:

Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os espôsos quebra as tábuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam a vida de escravas indianas. (pp. 17-18)

[...] Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos.[...]... Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar, hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas. [...] (p. 21)

(...) Passei o resto da tarde escrevendo. As quatro e meia o senhor Heitor ligou a luz. Dei banho nas crianças e preparei para sair. Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim embora porque o frio era demais. Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei a comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem. (pp. 25-26)

...Seu Gino veio dizer-me para eu ir no quarto dêle. Que eu estou lhe despresando. Disse-lhe: Não! [...]É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com êsse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela. Não tenho tempo para ir na casa de ninguém. Seu Gino insistia.[...] (p. 28-29)

50

O último registro é interessante, uma vez que a ideia do livro ganha uma função concreta e tão imediata quanto a equivalência dinheiro-comida, de que tratam as biógrafas de De Jesus. Mas também apresenta a figura de um leitor idealizado, haja vista que a autora se explica o tempo todo a esse interlocutor. Propriedades inatas do gênero que se vão acoplando à própria escrita? Um leitor está projetado, que se interessará por aquela história editada, comprará o livro e fará a autora realizar seu sonho. Não são conhecidas as razões exatas pelas quais De Jesus escolheu o diário como forma para narrar sua experiência. Se pela facilidade e materialidade imediata da escrita ou por ter lido algo do gênero? Entretanto, a característica auto-reflexiva, inata à forma, impregna a própria escrita, fixando-lhe uma intenção revelada a um leitor confidente, interessado e compreensivo, que lhe comprará as

---

<sup>50</sup>Todos os fragmentos, ver JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, Op. Cit.. Interrupções entre colchetes minhas.

memórias e a retirará da favela. Isso só foi possível até 1955. Nos registros seguintes, que se apresentam de 02/05/1958 a 01/01/1960, o cenário se altera, complexificando-se as expectativas e adicionando-se dois novos personagens, que paulatinamente se tornam principais: a cidade e a fome.

*1958 foi um ano ruim*

*... Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando.*

[...] *Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino*[...] – Carolina Maria de Jesus, 09/05/1958 e 16/05/1958, respectivamente, em *Quarto de Despejo*.

Em 13 de maio de 1958, como visto, a ACN lançou em São Paulo seu manifesto pelo Ano 70 da Abolição. Era o ato mais importante da associação desde que foi criada, motivada pela exclusão das comemorações de 1954. Servia para chamar atenção à causa negra, agregando alguns intelectuais e diferentes sujeitos sociais para o tema da Segunda Abolição, que viria a se desenvolver com mais intensidade em suas próximas atividades.

Às margens do Tietê, depois de quase três anos sem redigir seus diários, De Jesus retoma a escrita. O septuagésimo aniversário do fim da escravidão para ela, mãe negra e vista como marginal, traz um novo tema e uma reflexão mais aguda sobre o *seu* contexto. No diário, nesta etapa, ela não convida mais seu leitor idealizado para ver as cenas íntimas do barracão e de seus dias na favela; aos poucos ela lhe cobra as razões sociais para se encontrar em tal situação, fazendo vir à tona outros personagens na narrativa, para além dos quatro membros da família. No dia 13 de maio, ela escreveu o que se segue:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.[...] Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. (...) Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (p. 32)

Tem-se, assim, duas miradas distintas dentro do mesmo grupo social acerca dos significados do mesmo evento. Se para a ACN ele é estratégico para projetar uma série de ações que lhe conferirão

visibilidade a aspectos de sua causa, culminando em graus de conscientização semelhantes ao expresso em *Protesto*, de Carlos Assumpção, ligando o passado à então situação do negro, em De Jesus, a atualização do problema da nova Abolição se dá numa outra ordem: duas ideias contraditórias se expressam no mesmo registro: “*Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes*” [sic] e “*E assim no dia 13 de maio eu lutava contra a escravatura atual – a fome!*”.

Se o primeiro fragmento é frontalmente contrário ao que as expressões mais aguerridas do meio negro organizado paulistano vinha defendendo até então – lembre-se uma estrofe de Assumpção: *Não quero piedade* – o segundo vem ao seu encontro e o ultrapassa, no momento em que dá materialidade à situação de pauperização e marginalidade de parcela significativa do negro em São Paulo. Dos escritores citados até o momento da década de 1960, nenhum havia dado esse passo, sem metáforas ou rebusco. A fome, em Carolina Maria de Jesus, ganha corpo, o seu corpo, de seus filhos e companheiros de infortúnio. Ela tem cheiro, cor e é dotada de sentido. Em *Quarto de Despejo*, ela não é um trem da Leopoldina que se parece dizer, como no poema de Solano Trindade: ela se afirma o tempo todo. Na mesma medida em que nenhum daqueles escritores dava o passo atrás do primeiro fragmento extraído.

É necessário, portanto, ressaltar a ambigüidade do pensamento de De Jesus, que pode ser justificada pelos mais diversos motivos, quase todos já elencados aqui no que diz respeito à sua trajetória pessoal. No entanto, se levado a um patamar supra individual, o ambíguo revela oscilações, de diferentes graus, do próprio pós-abolição. Se os intelectuais e ativistas negros rejeitavam – especialmente na ACN – qualquer atitude condescendente e paternalista semelhante à que De Jesus roga aos céus, não é menos verdadeira a sua dificuldade de aproximação com a parcela mais pobre de seu grupo social<sup>51</sup>.

Retomando à narrativa de *Quarto de Despejo*, os dias seguintes ao Treze de Maio vão assumindo uma cadência crítica considerável. Deslocado, o cotidiano singular passa o papel de personagem principal à fome, suas implicações e razões estruturais, pelas quais De Jesus e seus pares são atingidos em cheio. Miséria e cidade serão os temas mais tratados no diário, deste momento em diante. As esperanças para o futuro, anunciadas pelo mito do progresso são colocadas em xeque, aos

---

<sup>51</sup>“[...]Por fim, existe o problema deveras complexo da separação do “meio negro”. Nas condições focalizadas, o “negro em ascensão” tem de preparar-se para retrair-se e, até para isolar-se de conhecidos, amigos e parentes.[...]A necessidade de pôr em prática o novo nível de vida, de encontrar pessoas com interesses sociais análogos e aspirações idênticas é que está na raiz das motivações evitativas. Então, ao repudiar o “negro pobre”, não é ao “negro” propriamente dito que se está evitando. Mas, certo estado social, do qual pretende afastar-se a todo custo. A prova disso, é que prefere buscar a companhia de outros “negros” de posição social comparável, em vez de tentar a convivência exclusiva com “brancos” de nível social idêntico ou inferior. Numa das entrevistas, um dos antigos líderes dos movimentos reivindicativos, muito sensível à lealdade aos interesses fundamentais da “coletividade negra”, afirmou taxativamente: “meus interesses não estão no meio negro ignorante” [...]” Cf. FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à sociedade de classes: no limiar de uma nova era*, São Paulo: Ática, vol. II, 1978, p. 189, grifos meus.

olhos dessa catadora de papel, sobrevivendo na metrópole emergente. Ela afirma, dois dias depois do aniversário do Ano 70: “*Eu classifico São Paulo assim: o Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos*” (pp. 32-33).

A percepção social da narradora de *Quarto* possui diferentes focos. De um lado, tem-se a visão sobre os políticos e a favela<sup>52</sup>; da mesma maneira como outras instituições sociais, como a Polícia e a Igreja, com presenças *oportunistas* na vida dos favelados<sup>53</sup>; assim como a sua visão sobre os favelados e os negros. No que diz respeito a esse tópico, De Jesus fornece mais elementos de sua ambigüidade perceptiva:

... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:[...] - É pena você ser preta.[...]Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto, onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento no cabelo, êle já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta. (...) [...]O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (16/06/1958, p. 65)

[...] A Florenciana é preta. Mas é tão diferente dos pretos por ser muito ambiciosa. Tudo que ela faz é visando lucro. (29/06/1958, p. 75)

---

<sup>52</sup>“Os políticos só aparecem aqui nas epocas eleitoraes. O Senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Êle era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na camara dos Deputados não criou um progeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais.” (15/05/1958, pp.32-33). Ou ainda: “... O que o Senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catête. Cuidado, sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome. (...)... Eu estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa.[...]” (19/05/1958, pp. 35-37). Interrupções em colchetes minhas.

<sup>53</sup>“(...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. Pensei: Se êle sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O Senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Adhemar de Barros? Agora falar pra mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.[...]” (10/05/1958, p. 31); “[...] Quando eu desperto custo a adormecer. Fico pensando na vida atribulada e pensando nas palavras do Frei Luiz que nos diz para sermos humildes. Penso: se o Frei Luiz fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salário mínimo, aí eu queria ver se o Frei Luiz era humilde. Diz que Deus dá valor só aos que sofrem com resignação. Se o Frei Luiz visse os seus filhos comendo generos deteriorados, comidos pelos còrvos e ratos, havia de revoltar-se, porque a revolta surge das agruras.” (08/07/958, p. 84); “... De manhã o padre veio dizer missa. Ontem êle veio com o carro capela e disse aos favelados que êles precisam ter filhos. Penso: porque há de ser o pobre quem há de ter filhos – se filhos de pobre tem que ser operário?[...]Na minha fraca opinião, quem deve ter filhos são so ricos, que podem dar alvenaria para os filhos. E êles podem comer o que desejam.[...] Quando o carro capela vem na favela surge varios debates sobre a religião. As mulheres dizia que o padre disse-lhes que podem ter filhos e quando precisar de pão podem ir buscar na igreja.[...] Para o senhor vigario, os filhos de pobres criam só com pão. Não vestem e não calçam.” (08/ 12/1958, pp. 136-137). Interrupções em colchetes minhas.

... Hoje é o dia da pessoa de Moisés. O Deus dos Judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque sua pele é cor da noite. E o judeu porque é inteligente. [...] Moisés quando via os judeus descalços e rotos orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riquezas. É por isso que os judeus quase todos são ricos.[...]Já nos os pretos não tivemos um profeta para orar por nós. (14/09/1958, p. 118)

Entretanto, todas essas formulações discursivas, complexas e ambíguas, se amalgamam para compor a imagem que faria de De Jesus o centro das atenções de 1960 e objeto de discussão nos anos seguintes. Os fragmentos oscilam e orbitam ao redor da seguinte passagem:

... Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. (...) [...]... As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. *Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de setim. E quando estou na favela, tenho a impressão que sou objeto fora de uso, digno de estar no quarto de despejo.* (19/05/1958, pp. 35-37)<sup>54</sup>. [sic]

Sendo o centro dos fragmentos, a imagem do quarto de despejo organiza e articula todos os sujeitos e personagens sociais que compõem a esfera daquele universo ficcional. Passa a ser a justificativa para que as pessoas se transformem de humanas, vindas de fora da favela, em peças de lixo. Ela nos diz: “... *As vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. No início são iducadas, amáveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo – Transformam-se em objetos que estavam na sala de visita e foram para o quarto de despejo.*” [sic] (pp. 38-39). O injustificável se explica, uma vez que, como afirma De Jesus: “*Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo*”. Após formulada essas passagens, não haverá, daí em diante, limites para exposição do extremo, uma vez que esta é a vida dos pobres e favelados na metrópole, vista por um deles:

Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. Ele era jovem e dizia que quem deve catar papel são os velhos. Um dia eu ia vender ferro quando parei na Avenida Bom Jardim. No lixão, como é denominado o local. Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E êle escolhia uns pedaços. Disse-me:[...] - Leva, Carolina. Dá para comer.[...] Deu-me uns pedaços. Para

<sup>54</sup>Esta e todas as citações imediatamente anteriores, verificar em JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, Op. Cit.. Interrupções entre colchetes minhas.

não maguá-lo aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães ruidos pelos ratos. Êle disse-me que não. Que há dois dias não comia. Acendeu o fogo e assou a carne. A fome era tanta que êle não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto não pode ser real num paiz fertil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais. Vendi os ferros no Zinho e voltei para o quintal de São Paulo, a favela. [...] No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetro. [...] Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome. (21/05/1958, pp. 40-41) [sic]

E, no quarto de despejo, mesmo os sonhos adquirem outra conotação. Se o presente é o tempo dominante dos diários e o passado é uma dimensão apenas comparativa, o devir se assemelha a um pesadelo constante, visto como a possibilidade concreta e sem saída de repetição do agora. Ou seja, qualquer fabulação do destino social é interrompida pela desconfiança que, tragicamente, não haverá outra sorte senão a da miséria quotidiana.

Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe panelinhas que há muito vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. [...] (21/05/1958, p. 40)[sic]

... Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, pão, café. Desvio meu pensamento para o céu. Penso: será que lá em cima tem habitantes? Será que eles são melhores do que nós? Será que o predomínio de lá suplanta o nosso? Será que as nações de lá é variada igual aqui na terra? Ou é uma nação única? Será que lá existe favela? E se lá existe favela será que quando eu morrer eu vou morar na favela? (03/06/1958, p. 51)<sup>55</sup>[sic]

\*\*\*

“*Eu tenho a mania de observar tudo, contar tudo, marcar os fatos*” (07/06/1958). Que há de literatura em *Quarto de Despejo*? E, mais especificamente, que existe de Literatura Negra na narrativa de Carolina Maria de Jesus? São perguntas inescapáveis. O que Audálio Dantas viu antes de todos e

---

<sup>55</sup>Esta e todas as citações imediatamente anteriores, verificar em JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, Op. Cit.. Interrupções entre colchetes minhas.

potenciou para formar o diário de uma favela? Para responder essas questões, é necessário retomar e avançar alguns argumentos anteriores.

Existe uma dificuldade muito grande, seja entre escritores e críticos, em se tratando de Literatura Negra, de se provocar um deslocamento entre o nome próprio do autor (e, neste caso, o tom da cor de sua pele e a história do seu grupo social), com o discurso que ele produz, “[...]a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência”, para usar os termos de Michel Foucault<sup>56</sup>. O pensador vai além:

O nome de autor é um nome próprio; põe os mesmos problemas que todos os nomes próprios[...] O nome próprio (tal como o nome de autor) tem outras funções que não apenas as indicadoras[...] a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome de autor com o que nomeia não são isomórficas e não funcionam da mesma maneira[...] se se demonstrasse que Shakespeare não escreveu os *Sonetos* que passam por seus, a mudança seria de outro tipo: já não deixaria indiferente o funcionamento do nome de autor[...] O nome de autor não é exatamente um nome próprio como os outros[...] Em suma, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto.<sup>57</sup>

*O que faz da Literatura ser Negra ou Marginal/ Periférica, como já foi tateado anteriormente é, muitas vezes, menos o processo criativo (que se torna uma decorrência), mas, antes, uma ética da criação (que se antepõe a tudo). Ou seja: ao se instaurar uma ideia de Literatura Negra se pressupõe que o negro, enquanto sujeito social cômico de sua situação histórica seja o mais autorizado (senão o único) a expressar uma visão social de mundo através de um universo ficcional, em que aquele grupo social seja privilegiado enquanto personagem (o mesmo raciocínio é válido para o grupo periférico).*

Nesta senda, a autoria do discurso se reveste de uma autoridade, que passa a reger as múltiplas ações e possibilidades existentes no sistema literário. Nesse, surge o tema da *autenticidade*, o que para a Literatura Negra, como até aqui foi exposto por críticos e escritores, é sugerido que ela mereça tal designação quando satisfeitas as condições do parágrafo anterior. Dito de outra forma: Ao nome próprio do escritor negro/periférico está atrelado uma série de condicionantes histórico-sociais e elementos éticos (impostos interna e externamente), que lhe conferirão, positiva ou negativamente, a

<sup>56</sup> FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. *O que é um autor?* s/l: Vega, 2000, 4ª edição, p. 34.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*, pp. 42-44 e 45, respectivamente.

autenticidade da voz que fala e que tem a autoridade para falar sobre o que fala (e, talvez, somente sobre aquilo). Há igualmente aí uma esfera de *controle* estabelecido. Desta feita, é por isso que, para todo um amplo leque de efeitos, *Quarto de Despejo* é o *diário de uma favelada*; os *Cadernos* são *Negros*; *Cidade de Deus* é, para alguns, *um romance etnográfico*; ou a literatura de Ferréz é *marginal ou periférica*. Voltaremos a isso.

Se estiver correta a argumentação até aqui, é possível situar De Jesus como uma autora de Literatura Negra, num caminho trilhado anteriormente a si, *na prosa*, salvo engano, no caso mais conhecido, por Afonso Henriques de Lima Barreto, capaz de retratar a vida dos subúrbios, das classes baixas e afirmar-se, nesse processo, mulato, com todas as ambigüidades que tal assunção implica. Valendo-se intencionalmente da controversa forma do *diário*, ela fez Literatura, aceitas as definições de Michel Braud: mesmo que inicialmente seja encarado como documento auto-reflexivo, direcionado exclusivamente ao autor, progressivamente esse cede espaço ao leitor e ao entorno, criando um mundo ficcional por meio de ações, personagens, visões e intencionalidades perceptíveis, devendo a crítica evidenciá-las.

Je considère donc le journal comme un genre susceptible de faire l'objet d'une analyse critique au même titre qu'un autre. On oppose encore parfois à cette approche le fait que le diariste tient ou tiendrait à l'origine son journal intime pour lui-même, pour se soulager, réfléchir ou se souvenir, et sans intention de le publier. De ce fait, le lecteur y aurait accès par effraction, comme par-dessus son épaule, et toute étude se trouverait subordonnée au point de vue de l'auteur. Le rôle de la critique serait de reconstituer l'intention du diariste, de définir les fonctions que le journal a eues pour lui<sup>58</sup>.

No caso de De Jesus, a sua autenticidade como autora foi vista como potência desde o princípio e exigida, a partir daí, desde sempre. Após tê-la descoberto e prometido que “[...] *tudo isto que você escreveu sairá num livro*”<sup>59</sup>, Dantas escreve matéria na sexta-feira, 09/05/1958 sobre seu *achado*, cujo título é “*Carolina de Jesus faz um retrato sem retoque do mundo sórdido em que vive*” e a chamada se apresenta como “*O drama da favela escrito por uma favelada*”<sup>60</sup>. E, segundo o jornalista, após isso, o debate na redação da *Folha* sobre a matéria e seu tom foi que aquele “[...] *documento da favela* [era]

---

<sup>58</sup>“Considero o diário, portanto, um gênero susceptível de ser objeto de um análise crítica tanto quanto um outro. Opõe-se talvez a essa abordagem o fato que o diarista tem ou teria, no princípio, seu diário íntimo para ele mesmo, para se aliviar, refletir ou se lembrar, e sem intenção de o publicar. Assim, o leitor teria acesso a ele por um roubo, como por cima de seus ombros e todo estudo se acharia subordinado ao ponto de vista do autor. O papel da crítica será de reconstituir a intenção do diarista, de definir as funções que o diário teve para ele” Cf. BRAUD, Michel. Introduction. *La forme des jours: pour une poétique du journal personnel*, Paris: Éditions du Seuil, 2006, p. 08. Tradução minha.

<sup>59</sup>Cf. DANTAS, Audálio. Nossa Irmã Carolina. In: JESUS, Carolina M. *Quarto de Despejo, Op.Cit.*, pp.05-12

<sup>60</sup>DANTAS, Audálio. Carolina Maria de Jesus faz um retrato sem retoque do mundo sórdido em que vive. *Folha da Noite*, São Paulo, 09/05/1958, p. 09.

*insubstituível. E com a vantagem da história de ser uma história contada de dentro da favela[...]*, o que fez os jornalistas irem além com seus propósitos, já que:

Primeiro, como reportagem é considerada assunto ótimo. E os colegas começaram a comentar[...] E ali mesmo surgiu uma proposta do Hideo Onaga, que era um jornalista nissei[...] que era “Vamos fazer uma vaquinha aqui prá gente publicar essa história, publicar em um livro”. Eu, na hora, eu não disse nada, mas comigo eu digo: “Olha, eu acho que não precisa fazer isso. Qualquer editora inteligente vai se interessar por publicar esse livro”. E foi o que aconteceu. Agora, aconteceu principalmente depois que fui convidado em [19]59, pela revista *O Cruzeiro*. Aí, eu fiz a matéria mais aprofundada para a revista *O Cruzeiro*. Aí teve repercussão nacional e repercussão internacional, porque *O Cruzeiro* tinha uma edição internacional. E aí as próprias editoras começaram a se interessar.<sup>61</sup>

A recepção inicial de *Quarto de Despejo*, como se verá noutra parte do trabalho, é extremamente marcada por essa discussão anterior. A visão *desde dentro* da negra favelada é o que importa, o seu ponto de vista *autêntico*. Passagens mais delicadas como “[...] *Parece que vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade.*” (06/07/1958) ou “... *Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando.*” (09/05/1958) são consideradas menos importantes que as semelhantes a esta: “*Hoje é o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu não posso fazer uma festinha porque isto é o mesmo que agarrar o sol com as mãos. Hoje não vai ter almoço. Só jantar.*” (15/07/1958) e “*Ontem comemos mal. E hoje pior.*” (03/09/1958). Vale pensar o por quê.

Aliada a toda uma discussão sobre a emergência do protesto e da revolta na Literatura Negra – da qual o discurso de Carolina M. De Jesus nesta direção é distintivo – é importante refletir igualmente sobre que uso ele possui fora dos escritos da autora, bem como à parte da própria Literatura Negra. Talvez seja apenas possível supor e intuir. Mas estando correta a argumentação de Jorge Paulino, ao afirmar, como visto, que para além de um fenômeno urbano estruturalmente capitalista (o da expansão desordenada da metrópole) o estímulo oficial e as vistas grossas do poder público paulistano são os responsáveis pela criação das favelas, mesmo num ufanismo ilimitado representado pelo IV Centenário, o que significam passagens como estas...

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram

<sup>61</sup>Entrevista de Audálio Dantas concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 19/10/2009, em São Paulo. A matéria para a revista *O Cruzeiro* a que o entrevistado se refere é: DANTAS, Audálio. Retrato da favela no diário de Carolina. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 36, p.92-98, 20/06/1959.

que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com suas úlceras. As favelas.”  
(07/07/1958, p. 84) [sic]

Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo.[...] (10/07/1958, p. 40)

[...] quem reside na favela não tem quadra de vida. Não tem infância, juventude e maturidade.”  
(12/07/1958, p. 91).[sic]

[...]O povo não sabe revoltar-se. Deviam ir no Palacio do Ibirapuera [Gabinete do Prefeito] e na Assembleia e dar uma surra nêstes políticos alinhavados que não sabem que precisamos matar o Dr. Adhemar. Que êle está prejudicando o paiz. [...] (31/10/1958, p.128) [sic]

“... catei uns ferros. Deixei um pouco no deposito e outro pouco eu trouxe. Quando passei na banca de jornais li êste slogan dos estudantes:

Juscelino esfola!

Adhemar rouba!

Jânio mata!

A Camara apóia!

E o povo paga! [...] (03/11/1958, p. 126)<sup>62</sup>

... no contexto em que elas se apresentam? É, de certa maneira, fácil dizer e não se incorre em erro ao afirmar que o discurso de De Jesus é o *calcanhar de aquiles do ufanismo* de época. *Entretanto, até que ponto a sua percepção se conduziria diretamente para o ataque a governantes de São Paulo e do Brasil?* Se não se pode falar em instrumentalização do discurso – e não é o caso – é possível dizer que, a uma certa altura de seu diário – especificamente, depois do dia 09/05/1958, quando Dantas publica a primeira reportagem, na *Folha da Noite – De Jesus passa a escrever para os seus leitores*. Que ela não sabia ainda quem seriam, mas intuía (ou foi levada a intuir) sobre o que gostariam de saber e ler em alguém com sua origem social, descrita como foi na reportagem de Dantas. Está-se lendo, portanto, um diário escrito *pari passu* a sua recepção, neste momento. A autora fornece ao menos três pistas disso:

---

<sup>62</sup>Todas as citações são de JESUS, Carolina M. *Quarto de Despejo, Op.Cit.* Colchetes meus.

[...] Tem hora que eu odeio o reporter Audálio Dantas. Se êle não prendesse meu livro eu enviava os manuscritos para os Estados Unidos e já estava socegada.” (25/09/1958, p. 119)[sic]

... vocês já sabem que eu vou carregar água todos os dias. Agora eu vou modificar o início da narrativa diurna; isto é, o que ocorreu comigo durante o dia. (16/10/1958, p. 121)<sup>63</sup>

- Ora! Ora! Você só vive fazendo Diário!
- É que os jornalistas das Fôlhas mandam fazer
- Mas eles não te da nada! Estão te explorando! [...]

Jornalistas quando prometem cumprem[...] Eu já estou cansada de ouvir. Quando é que seu livro vae sair? (28/11/1958, p.100)<sup>64</sup>[sic]

Num certo sentido, destarte, a passagem do íntimo e pessoal ao crítico e social não é um autônomo movimento pendular. Aparece a figura do autor e leitor ideais, aqui, para fazer uso das definições do crítico italiano Umberto Eco<sup>65</sup>. E, por que não dizer, de uma editora e sociedade interessadas também nesse movimento do pêndulo.

### *1958-1960: como se cria um best-seller?*

Por quê a Francisco Alves Editora se interessou pelo *diário de uma favelada*? Por quê das menos prováveis e sofisticadas obras de literatura negra conhecidas até então logrou alcançar um público exógeno, chegando a sucesso estrondoso de vendas onde outros escritores negros e seus livros conheceram o silêncio dos pares ou a simpatia de poucos intelectuais engajados? A primeira das questões é o próprio Audálio Dantas quem responde.

---

<sup>63</sup>Ambas as citações são de JESUS, Carolina M. *Quarto de Despejo, Op.Cit.* Colchetes meus.

<sup>64</sup>Cf. BOM MEIHY, José C. S. & LEVINE, Robert. (orgs.). *Meu estranho diário*, São Paulo: Xamã, 1996, p.74.

<sup>65</sup>“O leitor-modelo de uma história não é o leitor empírico. O leitor empírico é você, eu, todos nós, quando lemos um texto. Os leitores empíricos podem ler de várias formas, e não existe lei que determine como devem ler, porque em geral utilizam o texto como receptáculo de suas próprias paixões[...] Quem já assistiu a uma comédia num momento de profunda tristeza sabe que em tal circunstância é muito difícil se divertir[...] Evidentemente, como espectadores empíricos, estaríamos “lendo” o filme de maneira errada. Mas “errada” em relação a quê? Em relação ao tipo de espectadores que o diretor tem em mente[...] é o que eu chamo de leitor-modelo – uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar[...] (pp. 14-15). E ainda: “Para saber como uma história termina, basta em geral lê-la uma vez. Em contrapartida, para identificar o autor-modelo é preciso ler o texto muitas vezes e algumas histórias incessantemente. Só quando tiverem descoberto o autor-modelo e tiverem compreendido (ou começado a compreender) o que o autor queria deles é que os leitores empíricos se tornarão leitores-modelo maduros.”(p. 33) Cf. ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Tradução de Hildegard Fiest.

Por que a Francisco Alves? Primeiro porque a Francisco Alves era uma das editoras tradicionais do país, muito importante. E lá estava um grande amigo meu, Paulo Dantas, ele era coordenador de edições etc. [...]. E eu preferi. Eu dei preferência a ele por causa disso. Juntava duas coisas: a amizade por ele e a editora, que era uma editora tradicional. E me coube fazer o trabalho que todo mundo conhece. Compilar o diário.[...] A editora já apostou, porque a primeira edição foi de dez mil exemplares. Uma coisa fantástica. Ainda hoje no Brasil, primeiras edições ficam em dois, três mil exemplares. E veio com repercussão internacional.<sup>66</sup>

A Livraria Francisco Alves Editora<sup>67</sup> investiu maciçamente na produção do livro. Paulo Dantas, antigo escritor e intelectual de orientação comunista, junto com o gerente Lélío de Castro Andrade montam uma estratégia de promoção do diário que passa pela divulgação em jornais em revistas de grande circulação, exposição pública da escritora na rua e na sede da livraria, na rua Líbero Badaró, entre outros fatos. Em agosto de 1960, *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* inaugurava a recém-criada coleção *Contrastes e Confrontos* (título retirado de um livro de Euclides da Cunha), publicando além de De Jesus, o jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e um ensaio sobre o autor de *Os Sertões*, escrito por Edgar Carvalho Neves. Figuram ainda no catálogo daquele ano da Francisco Alves autores díspares como Clarice Lispector (*Laços de Família, A Maçã no Escuro*), Francisco Julião (*Irmão Juazeiro*), Carlos Lacerda (*Xanã*), Paulo Dantas (*O livro de Daniel*), entre outros. Cyro del Nero, responsável por diversos trabalhos na editora, além das capas e ilustrações de *Quarto e Casa de Alvenaria*, afirma, sobre a criação cuidadosamente pensada do livro:

*Audálio me procurou porque ele havia descoberto uma negra... que parecia uma negra daquelas tribos africanas, que pulam e são altíssimos.[...] E aí ele me levou à editora. A editora era a Francisco Alves, na rua Líbero Badaró.[...] Eu comecei a ilustrar, fazer capas para a Livraria*

<sup>66</sup>Entrevista de Audálio Dantas concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 19/10/2009, em São Paulo.

<sup>67</sup>A casa escolhida foi fundada no Rio de Janeiro, no final do século XIX, pelo livreiro português Francisco Alves D' Oliveira. Começou como editor de livros didáticos; a firma foi aberta por um tio em 1854. Em 1882, torna-se sócio deste tio e, posteriormente, compra-lhe o negócio. Foi o primeiro editor brasileiro a fazer dos livros didáticos um esteio seguro à editoração nacional. Alves era amigo pessoal do então secretário de educação paulista do governo de Prudente de Moraes, Teófilo Neves Leão. O sucesso de seus livros didáticos pode ser creditado a isso, bem como a abertura de uma filial na cidade, a 23/04/1893. Editor de circulação internacional (França, Portugal, Espanha etc.) montou a primeira oficina gráfica do país para editar, quando os custos, em razão da 1ª Guerra Mundial (1914), tornaram proibitivo o procedimento usual de impressão no estrangeiro. Esse esforço, aos 70 anos, teria debilitado ainda mais sua saúde precária de diabético e tuberculoso. Em seu testamento deixava, além de uma dotação anual para uma amante, tudo o mais que era seu para a Academia Brasileira de Letras. De acordo com Laurence Hallewell, "Como a Academia está estatutariamente impedida de gerir qualquer tipo de negócio, vendeu a livraria a um grupo de velhos empregados de Francisco Alves, liderados por Paulo Ernesto Azevedo, sucessor de Pacheco Leão na gerência da filial de São Paulo e Antônio de Oliveira Martins. A nova firma adotou como razão social o nome "Paulo de Azevedo & Companhia", mas continuou a usar a marca "F. Alves"[...] Paulo de Azevedo faleceu em 1946, sendo sucedido por seus filhos Ivo e Ademar, que logo depois admitiram como sócios Álvaro Ferreira de Almeida, Raul da Silva Passos e Lélío de Castro Andrade. A partir de então houve novamente uma ampliação dos programas da editora, sem dúvida com a ajuda das dimensões fenomenais atingidas pelo mercado a partir da década de 20 e agora ela seria melhor descrita como uma das mais importantes editoras *não especializadas* do Brasil." Cf. HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*, São Paulo: Edusp, 2ª edição rev. e ampl., 2005, pp. 277-295

Francisco Alves. E eles me passaram duas tarefas. Uma era Carolina Maria de Jesus. Outra era Clarice Lispector. Veja que honra.[...]E, então, eu procurei um estilo para a favela. O cinza sujo da favela.[...][O lançamento]Foi aqui, na Livraria, havia uma balcão... e Maria Carolina [sic] assinando, como você está vendo aí... Isso é tudo do lançamento do livro, né? E a imprensa toda... muito interessada. Muito interessada. Agora, o que eu quero dizer para você: Interessada pelo sucesso de uma negra. Era isso. Pelo insólito desse sucesso. Pelo raro. Uma negra favelada escrevendo um livro, era notícia. Então, é sob esse aspecto.[...]não do valor social, não dos crimes sociais que revelava o livro... Não, não: é que era uma favelada que havia escrito um livro. Era isso. É sempre assim, né?<sup>68</sup>

Em meio à fabricação de seu livro (e de sua imagem) Carolina Maria de Jesus continuou escrevendo seu diário, deduzindo-se que ela passava gradualmente os cadernos a Dantas à medida que este os ia compilando<sup>69</sup>. Criação e produção, portanto, se confundem. O quanto a segunda dimensão contaminou a primeira não é simples de responder, apenas se pode inferir e/ou nuançar argumentos. De toda forma, se a busca pelo exótico foi o que motivou o consumo de *Quarto* a partir de seu lançamento, ele aparece nos diários e na sua compilação com a potência de crítica social ou de protesto. *É o povo emergindo na História*, parafraseando Florestan Fernandes. Mas não apenas analiticamente. É o povo, vestido com seus andrajos, marcado por sua pobreza e falando com sua voz (mesmo que impulsionada). Dada a potência, o que foi feito disso é o que cabe discutir a seguir.

---

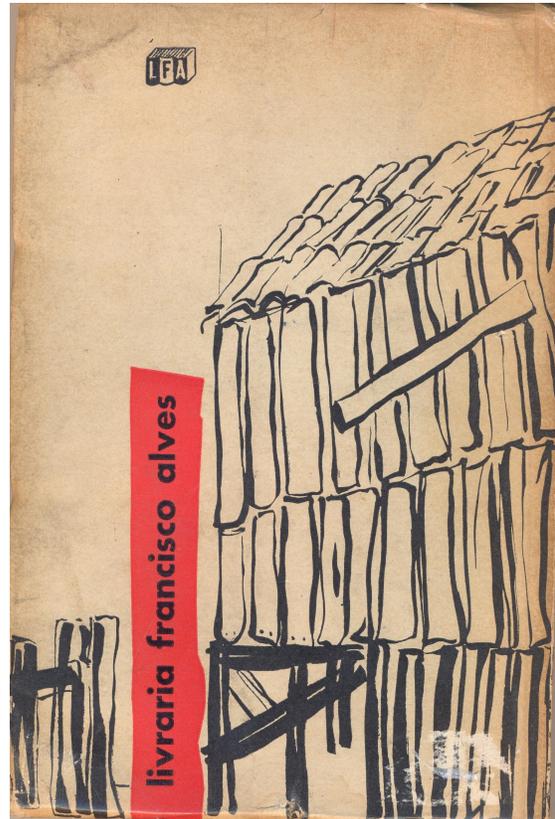
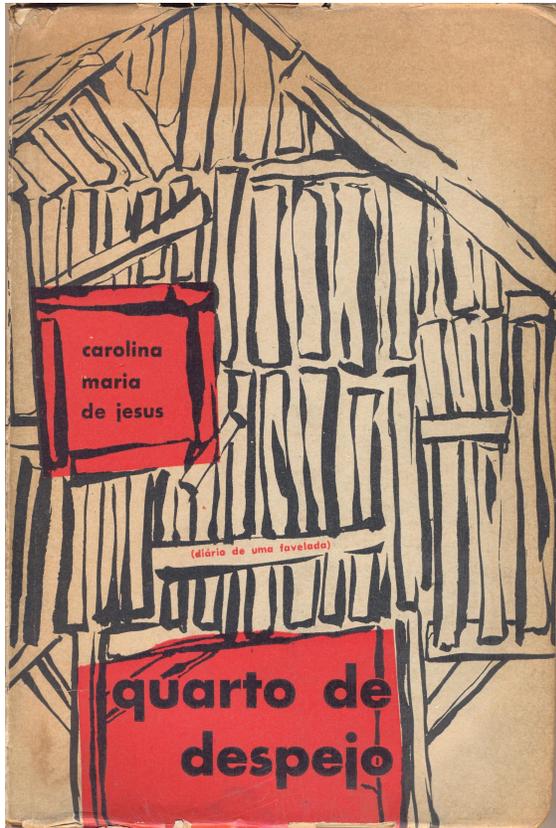
<sup>68</sup>Entrevista de Cyro del Nero concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 29/07/2007, em São Paulo. Grifos meus.

<sup>69</sup> “... Eu estava escrevendo. Ela perguntou-me:

- Dona Carolina, eu estou neste livro? Deixa eu ver!

- Não. Quem vai ler isto é o senhor Audálio Dantas, que vai publicá-lo.[...]” (18/12/1958, p. 138) Cf. JESUS, Carolina M. *Quarto de Despejo*, *Op.Cit.* Colchetes meus.

Ilustração 9: Primeira edição de Quarto de Despejo, 1960



A 29/10/1958, De Jesus sentencia que “*Já se foi o tempo em que a gente engordava*”. Esse será o *leitmotiv* do fim do diário. Aí a crítica ao entorno será uma constante crescente, com agudizações semelhantes a

Tenho nojo, tenho pavor

Do dinheiro de alumínio

O dinheiro sem valor

Dinheiro do Juscelino [...]” (24/10/1958, p. 123)

- Se o custo de vida continuar subindo até 1960 vamos ter revolução. (01/11/1958, p. 126).

É significativo também que, em sua composição, o Dia da República não signifique nada além de um dia cinzento em 1958. Até o livro ser publicado, as perspectivas de vida não lhe eram boas e De Jesus faz questão de dizê-las. A cada fracasso pessoal ou tentativa frustrada de se auto-promover, eleva-se o tom de crítica e a escrita se torna mais espaçada, como ela o afirma: “... *Fui no Correio retirar os cadernos que retornaram dos Estados Unidos. (...) Cheguei na favela. Triste como se*

tivessem mutilado os meus membros. O *The Reader Digest* devolve os originais. A pior bofetada para quem escreve é a devolução de sua obra.” (16/01/1959, p. 147); “*Eu parei de escrever o Diário porque fiquei desiludida. E por falta de tempo.*” (29/02/1959, p. 154). Os registros de 1959 são quase tão curtos quanto de 1955, voltando a alguma regularidade depois que Dantas publica sua reportagem n’ *O Cruzeiro*<sup>70</sup>.

Contudo, antes, durante e depois disso, De Jesus registra um tenso corpo a corpo com a vida, no limiar da sobrevivência, criando assim um problema circular: *seu sucesso depende de sua miséria e esta determina o ritmo de sua vida, quase inviabilizando-a*. A narrativa de De Jesus, neste sentido, vai assumindo um tom desesperado: seja por suas expectativas criadas em torno do lançamento, seja pela incerteza do que lhe irá acontecer. “...*A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.*” (28/05/1959, p. 160). Ou pela ameaça física dos favelados, reagindo ao que era publicado nos jornais e revistas sobre a autora e seus pares, como ela relata nos dias 18, 25 e 27/06/1959. Apesar disso, De Jesus escreve em 11/06/1959, após ter visitado, convidada, a sede d’ *O Cruzeiro*, em São Paulo: “*Eu estou alegre. Parece que minha vida estava suja e agora estão lavando*”.

\*\*\*

*Quarto de Despejo* se encerra como uma narrativa circular, chegando-se à nítida impressão de que nada mudou em quase 200 páginas de condensação ficcional; e, ainda, que tenha inclusive piorado a vida de sua autora-personagem. O aniversário de Vera Eunice, a 15/07/1959, é marcado pela fome; a favela é retratada como *chiqueiro de São Paulo* e *Gabinete do Diabo*; os políticos e órgãos públicos não recebem designações melhores, bem como as pessoas das *casas de alvenaria*, retratadas com sua desfaçatez em relação à situação dos favelados. A 01/01/1960, a frase final do livro poderia estar no começo, sem retoques: “*Levantei às 05 horas da manhã e fui carregar água*”.

Para esta tese, isso tem um significado muito importante. O circuito fechado da narrativa de *Quarto* permite discutir vários pontos de interesse: 1) *Situada em relação a seus pares*, escritores negros ligados a associações e jornais, é válido afirmar que *não se tem idealizações ou uma visão teleológica em relação ao futuro do grupo negro. Ao contrário: o futuro é sublimado pelo presente contínuo, estigmatizado pelo passado do grupo social*. Não que essa dimensão temporal esteja ausente

---

<sup>70</sup>“... Fomos na rua 7 de abril e o reporter comprou uma boneca para a Vera (...) Eu disse aos balconistas que escrevi um diário que vai ser divulgado no “O Cruzeiro””. (06/05/1959, pp. 157-158). E: “... Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do reporter. Perguntei a Dona Nena se ele esteve aqui. Disse que sim (...) O bilhete dizia que a reportagem vai sair dia 10, no Cruzeiro. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada.” (08/06/1959, p. 162)

de versos e contos de Oswaldo de Camargo, Solano Trindade, Carlos Assumpção etc. Todavia, nesses autores engajados (bem como em Lino Guedes ou Abdias do Nascimento, ou nas facetas políticas dessas expressões literárias), o passado é uma dimensão que se quer e se fabula superar a todo custo. A identidade de *negra favelada* de De Jesus, ao contrário, constitui-se numa espécie de couraça de ferro, intimamente ligado a do *preto escravo*, numa simbiose às avessas; 2) *Ainda no plano literário e político*, isso faz de De Jesus, como já afirmei antes, um enorme desafio para testar os limites das ações e criações estético-políticas dos ativistas negros. *Embora ela não tenha sido um fato*, como afirmou Oswaldo de Camargo no capítulo anterior, eles tiveram que discuti-la, aproximar-se ou aproveitar-se (sem qualquer sentido pejorativo) da imagem dela, em alguma medida, para o temário de suas próprias atividades.

Figura difícil, interesses divergentes, tempos inóspitos (1961-1964) a aproximação entre eles é de curta duração; 3) *as conseqüências literárias futuras* são igualmente desafiadoras: *Quarto de Despejo* fez herdeiros? Criou trilha para ser explorada pelos escritores subseqüentes? Ver-se-á isso adiante; 4) Por fim, *as conseqüências sociológicas da narração de De Jesus*: assinaladas as complexidades da criação da obra e da sua composição interna (diário em fragmentos), pode-se afirmar que se está diante de instantâneos da vida quotidiana de São Paulo, vistos do ângulo menos favorável para um bonito retrato. Terreno de ambivalência, ambigüidade e tensão permanente; risco no disco da ladainha ufanista do progresso, De Jesus expressa muito bem o impasse apontado por Florestan Fernandes em relação às possibilidades efetivas de se pôr em crise o padrão tradicionalista das relações sociais do antigo regime e se efetivar *a era de esperanças reais*<sup>71</sup>:

Em contraste com a situação de contato de 1900-1930, diríamos que entramos, com referência às perspectivas da “população de cor”, numa era de esperanças reais. Parece que chegou mesmo “a vez do negro” - para reutilizarmos uma expressão tomada dos sujeitos de investigação.[...] Contudo, é preciso que fique claro que não podemos endossar as opiniões “otimistas”. O caminho percorrido foi quase insignificante, não correspondendo nem aos imperativos da normalização da ordem social competitiva, nem às aspirações coletivas da “população de cor”, expressas através dos movimentos

---

<sup>71</sup>“A principal barreira à ascensão social do negro e do mulato é de natureza estrutural. Se a passagem para a ordem social competitiva se desse de forma rápida e homogênea, do ponto de vista da absorção dos estoques raciais em presença, teria desaparecido o paralelismo entre “raça negra” e “posição social inferior”, com o monopólio da dominação racial pelos estratos sociais superiores da “raça branca”. Como isso não ocorreu, a diferença entre a situação de contato racial imperante na década de 50 e a que existia no período de 1900-1930 é meramente de grau. Em outras palavras, a expansão da ordem social competitiva adquiriu densidade e intensidade suficientes para se refletir no plano das relações raciais. O padrão tradicionalista de relação racial assimétrica começou a entrar em crise irreversível e, com ele, o mencionado paralelismo entre a estratificação racial e a hierarquia social da sociedade paulistana. Note-se, porém: *apenas começou a entrar em crise*. O que quer dizer que estamos, ainda, próximos do passado, que dá imagem de uma democracia racial incipiente e imperfeita. Doutro lado, o que irá acontecer no futuro depende de condições e fatores histórico-sociais incertos e, a julgar pelo presente, de continuidade ou de alcance imprevisíveis.” (pp. 196-197)

sociais reivindicativos. Superamos, em alguns aspectos, uma parte da demora cultural que separava nossa ordem racial de nossa ordem social. Mas, subsiste o desequilíbrio que havia entre ambas. É verdade que o negro e o mulato avançaram, “progredindo” com a cidade. Mas, fizeram-nos às cegas e em ziguezagues[...] O “negro” continua a debater-se, sozinho e desamparado, num mundo socialmente insensível a seus dilemas materiais e morais, no qual as pessoas de outra cor sentem vergonha de agir como agem mas não possuem forças para proceder de modo diferente. Ora, enquanto isso suceder, estaremos umbilicalmente presos ao padrão tradicionalista de dominação racial, condenando os negros e os mulatos a uma desigualdade social inexorável [...]Os dados coligidos revelam, abundantemente, que o negro e o mulato ainda empenham o grosso de seus esforços na luta pela superação do estado de pauperismo e de anomia[...]Outras informações e principalmente o impressionante relato de Carolina Maria de Jesus, corroboram esse lado sombrio da existência do “negro” na década de 50. As cenas descritas no “diário de uma favelada” sugerem, dramaticamente, que a fome, a miséria, a doença e a desorganização social, com suas variadas conseqüências sociopáticas, continuam a ter plena vigência para uma vasta parcela da “população de cor”. Os porões e os cortiços são substituídos pelas favelas, o “quarto de despejo mais imundo que há no mundo” - “sucursal do Inferno, ou o próprio Inferno”. Se a proporção de “negros” sobre a população socialmente desamparada e desorganizada diminui, em compensação aumenta a gravidade dos problemas sociais com que essa parcela da “população de cor” tem de defrontar-se inelutavelmente. “Temos só um jeito de nascer e muitos de morrer”. Com essa frase sóbria, Carolina Maria de Jesus leva-nos ao âmago de uma realidade sombria e revoltante. É certo que também existem os “negros de alvenaria” e que eles são, felizmente, mais numerosos em nossos dias que os “negros favelados”. Contudo, o nosso quadro geral é mais complicado que o do começo do século. Até na miséria aparecem gradações – e gradações sociologicamente relevantes, porque tomam a “pobreza remediada” um estado ideal para muitas “famílias de cor”<sup>72</sup>

Os desafios sociais sintetizados por *Quarto de Despejo* em relação à marginalidade social e ao lumpesinato negro são de envergadura considerável. As respostas a eles, através do surgimento da autora e seus diários foram dadas em distintas orientações, das quais se exemplificam algumas. I) Quando do lançamento do livro, por exemplo, em uma ocasião o então Ministro do Trabalho do governo João Goulart, João Baptista Ramos, achou que o problema das favelas se resolveria ao dar uma casa para Carolina M. De Jesus (e, por extensão a todos os favelados), solucionando o imbróglio, como veremos no capítulo de recepções; II) Um grupo de estudantes universitários criou o M.U.D – Movimento Universitário do Desfavelamento, para acabar com as favelas de São Paulo, cuja leitura inicial era *Quarto*; III) a recepção de *Quarto* pode ser verificada pelo livro seguinte de sua autora, *Casa*

<sup>72</sup>Esta e a citação imediatamente anterior, checar:FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à sociedade de classes: no limiar de uma nova era*, São Paulo: Ática, vol. II, 1978, pp. 197 e 199, respectivamente.

*de Alvenaria*, onde se observa que, menos entender as razões sócio-históricas e o sentido humano do protesto de De Jesus, diferentes figuras da sociedade estão interessadas em *consumir* Carolina, o que gera uma gama de atritos considerável. Ver-se-á isso em detalhes.

O dilema da integração do negro à sociedade de classes é a resultante de estruturas construídas nas relações históricas entre grupos e classes sociais. Para sair da favela, De Jesus e seus diários, isoladamente, através de seu *eu-como-potência* encontraram algum eco. Enquanto coletivo, a dimensão do problema atinge um outro ângulo. Ampliado estruturalmente, *o problema do negro* coloca um impasse para a própria organização social do país. Ao encerrar sua análise sobre o assunto, Fernandes abre um leque de problemas para os anos vindouros que ainda se encontram na ordem do dia:

Esta explicação permite situar *o problema do negro* de uma perspectiva realmente sociológica. Ele não constitui um “problema social” apenas porque evidencia contradições insanáveis no comportamento racial dos “brancos”, porque traduz a persistência de padrões iníquos de concentração racial de renda, do prestígio social e do poder ou porque, enfim, atesta que uma parcela considerável da “população de cor” sofre prejuízos materiais e morais incompatíveis com os fundamentos legais da própria ordem social estabelecida.[...] *O desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais. Desse ponto de vista, a correção de semelhante anomalia não interessa, primária e exclusivamente, aos agentes do drama, inclusive o que é prejudicado de modo direto e irremediável. Ela constitui algo de interesse primordial para o equilíbrio do sistema, ou seja, para a normalidade do funcionamento e do desenvolvimento da ordem social como um todo*[...] a única força de sentido realmente inovador, e inconformista, que opera em consonância com os requisitos de integração e desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos “homens de cor”. Desse lado, a reorganização dos movimentos reivindicatórios e sua calibração ao presente parece algo fundamental. Hoje, o “meio negro” está mais diferenciado. Esses movimentos deveriam atender à variedade de interesses sociais, econômicos e culturais que emergiram no seio da “população de cor”[...] No estabelecimento de uma política de integração racial assim orientada, os diversos segmentos da “população de cor” merecem atenção especial e decidida prioridade. De um lado, porque de outra maneira seria difícil reaproveitar-se, totalmente, essa importante parcela da população nacional no regime de trabalho livre. *De outro, porque não se pode continuar a manter, sem grave injustiça, o “negro” à margem do desenvolvimento de uma civilização que ele ajudou a levantar.*[...] *Por um paradoxo da história, o “negro” converteu-se, em nossa era, na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos este suporte de civilização moderna.*<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup>*Idem, ibidem*, pp. 460-463, grifos meus.

Na década seguinte, apesar das dificuldades enfrentadas após o golpe de 1964, tanto a Literatura quanto o Movimento Negro tentarão estar à altura do desafio lançado. Agora, não mais como produto de inteligências isoladas, mas tentando se realizar enquanto coletivo. Mais uma vez, o discurso literário operará um papel distintivo, cujas implicações serão discutidas no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 7: DAS ILUSÕES PERDIDAS À REALIDADE DAS RUAS: CADERNOS NEGROS, 1978.

Os três capítulos precedentes, em alguma medida, discutiram diferentes aspectos da Literatura Negra e de escritores negros em São Paulo, entre os anos 1940-60 e as relações próximas e aproximáveis com a análise sociológica e o ativismo negro coetâneos. De acordo com suas ideias sínteses – *encontro na encruzilhada; fazer história, fazer sentido; emergência do povo na História; protesto literário negro* etc. - procurou-se demonstrar que, apesar das tensões entre escritores, ativistas e sociólogos (e internamente, em seus respectivos espaços de atuação), há um encontro de perspectivas, a construção de um horizonte de possibilidades visando, simultaneamente, discutir as bases históricas do preconceito e da discriminação raciais em relação ao negro e refletir sobre os dilemas da construção de uma identidade negra, no meio do século XX, em contexto de metropolização e industrialização aceleradas, alternativa à da servidão forçada.

A Literatura produzida por escritores negros operou de maneira privilegiada nesse contexto. Assim, mesmo um livro e autora tão díspares de seus pares engajados, como Carolina Maria de Jesus e *Quarto de Despejo*, possuirão pontos de contato e ambiência social com as análises de Florestan Fernandes, como se pôde verificar, apesar de sua consciência ambígua e trabalho estética e politicamente menos sofisticados que os de Carlos Assumpção, Oswaldo de Camargo, Solano Trindade etc.

Entretanto, para aquela sociologia crítica e o protesto literário negro desse momento, a ruptura das aproximações se dará em 1964, com o golpe de estado civil-militar. O período que compreende os quatro primeiros anos da década se apresenta como uma espécie de, com algum exagero, *conformação de destinos e momento de incertezas*, absolutamente férteis de apostas no sentido das ações e na História (ou, talvez melhor, *no sentido da História*). Dito de outra forma: é a etapa em que ocorre o acirramento das análises e ações sociais desses sujeitos<sup>1</sup>, consideradas *progressistas*; mas, também e, quiçá, na mesma intensidade, as condições adversas que levarão a seu declínio e ocaso (a iminência do golpe, as crises internas da ACN, a consagração de curto tempo de De Jesus etc.). *Está-se diante de um fluxo e contra-fluxo do movimento das ideias e ações em proporções consideráveis. Nele, a Literatura Negra confirmando a hipótese de sua íntima relação com os processos sociais concernentes ao grupo negro, sofre suas consequências*. Será esta a hipótese básica com que o capítulo operará.

---

<sup>1</sup> Como visto anteriormente: Elaboração e publicação de *A integração do negro na sociedade de classes*, período mais ousado da Associação Cultural do Negro, surgimento e consagração de Carolina Maria de Jesus; Campanha de Defesa da Escola Pública; Discussão sobre o problema das favelas em São Paulo etc.

No processo, a análise sobre as relações sociais racializadas, tal como vinha se desenvolvendo, altera-se. A certa altura de um balanço crítico sobre o tema, Lília K. M. Schwarcz afirma que:

É com a chegada dos anos 70, e na esteira dos impasses políticos vivenciados, que todo um movimento de contestação se forma. Com relação à temática selecionada, parece certo supor que o conjunto dos estudos não colocava mais em dúvida a existência do preconceito. A questão agora parecia circunscrever-se à verificação das diferentes faces do problema[...] Data dessa época, também, o surgimento do Movimento Negro Unificado, que, apoiado em boa parte nas conclusões da Escola Paulista de Sociologia, tornou mais forte o coro daqueles que já demonstravam o lado mítico da democracia racial. Em um momento em que, com a ditadura, as esferas tradicionais de manifestação política – como os partidos e os sindicatos – estavam controlados ou reprimidos, outras formas de organização se impõem, como os movimentos de mulheres, de homossexuais e de negros. Cabe lembrar, ainda, a importância da volta dos exilados e o impacto da descolonização – em especial na África portuguesa – e sua influência nesse debate.<sup>2</sup>

Para tentar dar conta deste novo movimento das ideias e problemas, este capítulo está subdividido em dois momentos, como anuncia seu título. Alerta-se que isso é apenas um procedimento heurístico e arbitrário, especialmente no que tange ao ativismo literário negro. *Um momento está contido no outro e ambos se amalgamam*, de maneira a tornar explicável o *ressurgimento* do movimento negro e da Literatura Negra, quatorze anos após o golpe que, apenas na superfície, teria feito terra arrasada daquelas ações. Como se demonstrará, *as ilusões perdidas e a realidade das ruas* são componentes complexos de ideias em movimento, que possuem continuidade em função das ações de antigos e novos sujeitos sociais em cena. As ideias e as ações não somem e aparecem simplesmente. E, como se procurar demonstrar, a Literatura do Negro terá um papel de destaque nesse intrincado e complexo processo social.

### *1961-1964: Ilusões Perdidas, Dilemas e Problemas da Integração Social*

[...] *Agora eu falo e sou ouvida. Não sou mais a negra suja da favela.*

*Esta favelada, Carolina Maria de Jesus, escreveu o livro – Quarto de Despejo – A Livraria Francisco Alves o oferece ao povo.<sup>3</sup>*

<sup>2</sup> SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Questão Racial e Etnicidade. In: Miceli, Sérgio. *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, vol. I São Paulo: Sumaré, Anpocs; Brasília, DF: Capes, 1999, pp. 285-286.

<sup>3</sup>Todas as citações: JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, São Paulo: Francisco Alves, 1961, pp. 17 e 35, respectivamente.

Em abril de 1960 o jornal *O Estado de São Paulo* publicou, entre os dias 13 e 15, extensas reportagens especiais sobre o tema da favela, resultado de pesquisas coordenadas pelo padre dominicano francês Joseph Lebret. Tratavam do Rio de Janeiro, apresentando dados estatísticos e análises históricas sobre o surgimento e desenvolvimento do problema, propondo soluções para a questão. As pesquisas, encomendadas e financiadas pelo jornal paulista, constituíam o relatório *Aspectos humanos da Favela Carioca – Estudo sócio-econômico elaborado pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas aplicadas aos complexos sociais* [SAGMACS]. “Conforme atestam numerosas testemunhas, esse texto teve enorme importância por seu impacto político-mediático e exerceu uma considerável influência sobre pesquisadores, sociólogos, antropólogos, arquitetos e geógrafos[...]”, afirma a socióloga Lícia do Prado Valladares, em trabalho importante sobre a história dos estudos sobre a favela carioca, no qual discute a experiência de Lebret no Brasil, sua rede de sociabilidade e os impactos de suas ações<sup>4</sup>.

Em 19 de agosto de 1960, a editora carioca Livraria Francisco Alves, através de seu escritório paulista, *ofereceu ao povo* (como aponta a epígrafe acima) o livro *Quarto de Despejo*. Num intervalo de quatro meses, portanto, a favela era o grande tema dos dias, visto por ângulos distintos. Em um aspecto do debate, o problema da marginalidade e integração sociais, vivenciados, curiosamente, desde 1947 por ambos, (data em que Lebret chega a São Paulo e que De Jesus residirá no Canindé), de ângulos opostos. Todavia, enquanto para a SAGMACS, planejamento, profilaxia, conhecimento detalhado da situação, saneamento básico, trabalho social de indivíduos e intervenção do poder público seriam as ferramentas para combater o *problema carioca*, em *Quarto de Despejo* os leitores chegavam à última linha convencidos – ou ao menos desconfiados – de que tais soluções para aquele tema seriam

---

<sup>4</sup>VALLADARES, Lícia do P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*, Rio de Janeiro: FGV, 2005. Ver especialmente o segundo capítulo “A transição para as ciências sociais: valorização da favela e descoberta do trabalho de campo”, pp. 74-95. Além do apoio de parte progressista da Igreja Católica, através de seu contato com Dom Hélder Câmara, de quem se tornou amigo e partidário de uma visão mais à esquerda da intervenção religiosa nos problemas sociais, Lebret veio ao Brasil “[...] Convidado pela primeira vez em 1947, pelos dominicanos brasileiros, que haviam frequentado o convento de La Tourette, perto de Lyon, no qual o movimento Économie et Humanisme organizava atividades regularmente. Lebret ministrou durante vários meses [...] um curso de Introdução Geral à Economia Humana. O curso foi ministrado na ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo), onde se reúnem públicos heterogêneos como quadros da alta administração, engenheiros, médicos e membros da elite católica paulista[...] Assim, em 1947, foi criado o escritório de planejamento da SAGMACS[...] Josué de Castro, por exemplo, sociólogo pernambucano e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro autor de *Geopolítica da Fome* vai adotar os métodos de Lebret em uma grande pesquisa nacional sobre os níveis de vida, realizada nas 34 maiores cidades brasileiras pela Comissão do Bem-Estar Social do governo Vargas.[...] O engenheiro Lucas Nogueira Garcez, que acompanhou o curso ministrado na ELSP em 1947, participou da primeira equipe da SAGMACS. Foi eleito governador do Estado de São Paulo, deu prosseguimento às atividades do escritório de planejamento da SAGMACS, demonstrando a utilidade e eficácia do método de análise do desenvolvimento regional preconizado por Lebret[...] No final dos anos 1950, quando *O Estado de São Paulo* [...] decidiu financiar um estudo sobre as favelas cariocas, o Padre Lebret era considerado mais como *expert* do que pesquisador, mais um consultor do que um observador e analista capaz de permanecer o tempo necessário para fazer o trabalho de campo[...]” (pp.79-80 e 86, respectivamente).

pouco eficazes; que ele se agudizaria, ao menos em São Paulo, com a anuência do próprio poder público. E que ao menos sua autora teria de ser *salva* de seu infortúnio, dado o tom de suas críticas e as consequências que as mesmas poderiam assumir, uma vez que De Jesus já era chamada de *voz de protesto*, em jornais e revistas. Entre a posição de Lebret e a narração de De Jesus há um vão enorme, que coloca em xeque as apostas sobre as possibilidades de desenvolvimento e mudança social, opondo, lateralmente, as posições da USP e da ELSP, em relação a isso<sup>5</sup>. No caso de De Jesus, a questão se torna mais grave, uma vez que era um protesto que esgotava 3 mil exemplares em poucos dias, logo após o lançamento.

Dado o cenário, portanto, tão importante quanto o sucesso estrondoso de Carolina Maria de Jesus, para análise sociológica, é explicar sua súbita e inequívoca derrocada. *Quarto de Despejo*, admitindo-se algum exagero, questiona a partir de seu universo ficcional e das implicações no mundo real, as possibilidades de realizações objetivas de diferentes sujeitos, estruturas e projetos sociais. Para entender isso mais claramente, é necessário recorrer ao segundo livro da autora, *Casa de Alvenaria*.

Escrito entre fins de 1960 e lançado em setembro de 1961, quase um ano depois do primeiro livro, quando a autora ainda recebia os direitos autorais pela sétima edição nacional de *Quarto de Despejo*<sup>6</sup>, *Casa* é publicado pela mesma Francisco Alves, com prefácio de Audálio Dantas. Ainda é um diário compilado pelo jornalista, confirmando a familiaridade de De Jesus com esse gênero literário. Entretanto, duas alterações importantes ocorrem: o novo livro recebe os sugestivos subtítulo e prefácio de *Diário de uma ex-favelada e História de uma Ascensão Social*, aventando que estava dada a solução do imbróglio provocado pelo livro anterior e pela figura da autora. Esta, por sua vez, já não dispõe mais de tempo e de certa tranquilidade para exercer a reflexão e escrita, necessidades básicas para um

---

<sup>5</sup> Vale lembrar que Florestan Fernandes cita a narrativa de Carolina M. De Jesus em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, como foi apresentado no último capítulo. E não há qualquer menção ao estudo SAGMACS. De acordo com Valladares, uma resposta a isso pode estar nos seguintes argumentos, que necessitam de alguns matizes: “Mas se é verdade que o Padre Lebret conseguiu penetrar em certos meios políticos através de suas relações com Lucas Garcez e Josué de Castro, é fundamental assinalar que desde sua primeira estada no país, ao final dos anos 1940, a universidade brasileira não lhe havia aberto as portas, como fizera para outros, franceses ou não, com um perfil mais acadêmico. Também é bom lembrar que a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), que acolheu o padre, não fazia parte da USP. A própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP[...] não recebeu Lebret. [...]O Padre Lebret vai então encontrar o seu lugar no Brasil em uma outra escola, voltada para uma sociologia mais empírica e mais aplicada do que a sociologia teórica, valorizada pela USP.[...] A estada de Lebret foi financiada pela FIESP (Federação de Indústrias do Estado de São Paulo), o que pode ser explicado pelo interesse de personalidades da elite industrial na busca de um novo modelo socioeconômico. Tais personalidades, convencidas da utilidade do planejamento, almejavam um certo “progressismo”, interessadas no enfoque inovador de um catolicismo social baseado em princípios científicos. É importante lembrar que Roberto Simonsen, então presidente da ELSP, fazia parte da direção do SESI (Serviço Social da Indústria)” Cf. Valladares, Lícia P. *A Invenção da Favela*, *Op. Cit.*, pp. 80-82.

<sup>6</sup>Em 07/04/1961, De Jesus afirma preparar o próximo livro, inclusive já intitulado. Em 07/05, do mesmo ano, ela registra: “Fui a cidade assinar contrato com a Livraria Francisco Alves. O título do livro vai ser “Casa de Alvenaria”. Li o contrato minuciosamente. É a livraria que vai cuidar das traduções. O repórter disse-me que está cansado.” (p. 173) Em 06/02/1961, ela conta ter ido à editora receber os direitos pela 7ª edição de *Quarto de Despejo*. Cf. JESUS, Carolina M. *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, São Paulo: Francisco Alves, 1961.

praticante do gênero diário. Destarte, *Casa de Alvenaria* é, em grande medida, um retrato da recepção à quente de *Quarto* e do turbilhão que toma conta da vida de De Jesus. Quase senso comum se tornou a afirmação de que é um livro sem qualidades<sup>7</sup>, verificando-se que na fortuna crítica da autora raramente é mencionado ou citado. Há pouca preocupação em refletir sobre o processo de mudança das relações sociais que se passa com De Jesus e, conseqüentemente, de suas percepções do entorno. Uma pista interessante para este ponto é dada pelos historiadores Meihy e Levine:

O sucesso de seu segundo livro foi bem menor, apesar de ser a continuação de seu diário, escrito inclusive no mesmo estilo.[...]Apesar de Audálio Dantas e muitos outros jornalistas e intelectuais terem dito que o segundo livro era tão importante como o primeiro, este só vendeu de pronto apenas 3 mil exemplares de uma edição de 10 mil. *Logicamente* isto refletia a rejeição proposta pelos grupos simbolizados pela classe média de Santana, pela esquerda decepcionada e pela crítica que cobrava de Carolina dotes de escritora de carreira.[...]Casa de Alvenaria é um texto de conteúdo muito mais agressivo que Quarto de Despejo[...] Em Casa, Carolina culpava os políticos, até mesmo os reformadores que seriam mais tarde silenciados pelo golpe de 1964. Entre eles incluíam-se Miguel Arraes, dom Helder Câmara e Leonel Brizola.[...] A crítica literária permanecia cada vez mais alheia. Sua obra gradativamente passava a ser considerada “pastiche” ou descrita como mero atestado da miséria<sup>8</sup>

Todavia, será a partir dele que se extrairão as fontes para a discussão desta primeira parte do capítulo. E será com ele que se introduzirá a discussão sobre os usos dos estigmas sociais na recepção literária negra e periférica.

---

<sup>7</sup>1) “Mas eu acho que o que ficou, principalmente este livro [apontando Quarto de Despejo] – este aqui [apontando Casa de Alvenaria] é um documento importante, porque mostra as contradições – mas este aqui é o grande documento social, que está aí até hoje, com força, com importância etc. e tal.” Entrevista com Audálio Dantas, 19/10/2009; 2) “[Casa de Alvenaria] Não é a mesma coisa. E [ela é] guiada, um pouco guiada, né? Então, é experiência, mas é uma experiência sob os olhos dela e de outros, né? É claro. A obra dela é Quarto de Despejo, sem dúvida. Eu não sei como é que não se transformou em filme. Não foi feito filme?” Entrevista com Cyro del Nero, 29/09/2007; 3) “Então, muita gente achou que, depois do Quarto de Despejo, era possível tirar mais da Carolina. Aí veio a Casa de Alvenaria...[...] O que tinha de acontecer com ela, aconteceu com Quarto de Despejo. Casa de Alvenaria, o resto...[...] Para mim, o personagem maior do livro da Carolina, é a fome. Não me lembro de uma linha que ela fala: “Porque eu sou negra...” Pode ser... não sei, não sei. Nem os outros também. Aí vai piorando. Casa de Alvenaria e os outros não é a questão negra que está em jogo.” Entrevista com Oswaldo de Camargo, 29/07/2007. Todas as entrevistas foram concedidas a Mário Augusto Medeiros da Silva, em São Paulo. Colchetes meus.

<sup>8</sup>Cf. BOM MEIHY, José C. S. & LEVINE, Robert. *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, Op. Cit. pp. 34-35. Grifos em itálico meus. É difícil demonstrar quão lógico é o processo que os historiadores sentenciam.

Ilustração 10: *Casa de Alvenaria*, 1961



*Agora eu estou na sala de visita. O lugar que eu ambicionava viver. Vamos ver como é a minha vida aqui na sala de visita.*

*A minha história pode ser resumida assim: - Era uma vez uma preta que morava no inferno. Saiu do inferno e foi para o céu.<sup>9</sup>*

O fim da compilação de *Quarto* se dá a 01/01/1960. *Casa* tem como início 05/05/1960. Nesse interregno, De Jesus ainda residia no Canindé, lutando pela sobrevivência, junto a seus filhos, embora estivesse em tratativas para publicar seu primeiro livro. Já era uma pessoa reconhecida nas ruas, em função de reportagens a seu respeito veiculadas pela *Folha da Noite* e *O Cruzeiro*, feitas por Dantas. Entre 05/05 e 19/08/1960 (dia do lançamento de *Quarto de Despejo*), efetua-se a exposição pública da autora, em jornais, programas de televisão, reuniões culturais e os mais distintos eventos. E ela ainda morava na favela, mas não por desejo próprio.

Sobre o livro em si, as mais variadas opiniões foram expressas em diferentes espectros políticos do momento. Algumas, a editora julgou importante para compor a orelha do livro: “*Haverá quem grite comunismo diante de um livro como este[...]*” (Dom Helder Câmara); “*Não sei se Quarto de Despejo é, rigorosamente falando, uma obra literária; mas é um livro que marca e empolga*” (Luís Martins); “[...] *Ninguém esperava que a favela, afundada na lama, estivesse preparando a sua resposta*”; (J. Herculano Pires) ou, finalmente, “*Tampouco têm razão os que não acreditam na autenticidade do livro e desconfiam que tudo não passa de uma chantagem[...] só um gênio seria capaz de se colocar no*

<sup>9</sup>JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria*. Op. Cit., pp. 48 e 171, respectivamente.

*lugar de uma favelada e fingir a vivência dos episódios que ela narra*” (Ferreira Gullar). Se esses comentários expressam, em alguma medida, a potência do primeiro livro de De Jesus poucos meses depois, ao prefaciá-lo o diário de uma ex-favelada, seu descobridor afirma:

[...]Agora, tenho de falar de novas histórias daquela mesma negra em cujo barraco encontrei a *subversão manuscrita*. Ela saiu do quarto de despejo e instalou-se num sonho – uma casa de alvenaria.[...] *Casa de Alvenaria é depoimento tão importante quanto “Quarto de Despejo”, mesmo sem o tom dramático da miséria favelada*. Em certos aspectos, é um livro mais fascinante, porque nêle há um pouco de alegria, há o deslumbramento da descoberta, há a felicidade do estômago satisfeito, há a perplexidade diante de pessoas e coisas diferentes e uma amarga constatação: a miséria existe também na alvenaria, em formas as mais diversas.[...] *Os personagens que desfilam nestas páginas são, quase todos, de condição diferente daqueles angustiados que se agitam no mundo de tábuas e zinco da favela. Aqui, eles são vistos, muitas vezes com deformações, por uma criatura que viveu sempre à margem, uma desintegrada social, que lutou desesperadamente para entrar na sociedade mais ampla e menos infeliz da sala de visitas*. [...] Como no quarto de despejo, ela continuou a escrever o seu diário, a fazer retrato. Só que *o retrato da gente de alvenaria tem algumas distorções, é assim como um painel com pontos de perfeita nitidez e áreas esfumadas, nebulosas*. [...] *O que essa negra vinda do monturo representa no inconsciente coletivo: voz de protesto*. [...] *Finalmente, uma palavrinha a Carolina, revolucionária que saiu do monturo e veio para o meio da gente de alvenaria: você contribuiu poderosamente para a gente ver melhor a desarrumação do quarto de despejo. Agora você está na sala de visitas e continua a contribuir com este novo livro, com o qual você pode dar por encerrada a sua missão. Conserve aquela humildade, ou melhor, recupere aquela humildade que você perdeu um pouco – não por sua culpa – no deslumbramento das luzes da cidade. Guarde aquelas “poesias”, aqueles “contos” e aqueles “romances” que você escreveu. A verdade que você gritou é muito forte, mais forte do que você imagina. Carolina, ex-favelada do Canindé, minha irmã lá e minha irmã aqui*. [sic]<sup>10</sup>

Que se passou? No uso da forma literária, na linguagem de que se valeu; no procedimento de construção e edição da obra, a escritora e o livro empregavam as mesmas características apontadas antes. Contudo, para além de noticiar a *história de uma ascensão social*, o prefácio de Dantas também cumpre a função de *matar a autora*. Aceitando-se as proposições de Michel Foucault, se a obra literária passa, a uma certa altura do pensamento ocidental, a remeter à figura do autor; e, este, a ser um ponto de referência indissociável da mesma, ferramenta social de controle para o texto (ou às suas

---

<sup>10</sup>DANTAS, Audálio. *Casa de Alvenaria: história de uma ascensão social* In: JESUS, Carolina M. de. *Casa de Alvenaria, Op. Cit.* pp. 05-10

expectativas), na mesma intensidade que é controlado (ou passível de ser) externamente pelas forças sociais<sup>11</sup>, o frescor e novidade aventados e requeridos de *Quarto* não se encontrariam mais em alguém que não conservasse, ao menos exteriormente, os estigmas da favela.

Sendo mais claro: *Automaticamente*, como se a mulher que escreveu *Casa de Alvenaria* não fosse a mesma de *Quarto de Despejo*, por ter, como veremos, deixado o Canindé, indo residir numa moradia de classe média no bairro de Santana, é necessário, *finalmente*, dar uma *palavrinha* a essa nova figura, pondo-a em seu devido lugar, neste contexto, explicando-lhe certas coisas que ainda não havia compreendido bem. O sujeito social e autora literária sofrem mudanças<sup>12</sup>, rompendo-se a sua unidade fundamental. Mas em função de um processo, que deveria ser mais demorado que da maneira como ocorreu. *Houve uma mudança de lugar físico* (do Canindé para Santana), *mas não do lugar social de onde De Jesus fala, em relação à sociedade*. Ascensão social não significa apenas mudança de casa ou alteração de níveis de renda. Embora A Francisco Alves e Dantas se esforcem em afirmar que se estava diante, agora, de uma ex-favelada, não foi assim que os leitores e a sociedade envolvente a trataram. E nem mesmo foi assim que De Jesus se colocou no contexto social em que se inseria. As consequências disso, portanto, para o controle da expressão de seu descobridor: a *visão deformada de um universo estranho*, a ineficácia da lógica classificatória do certo ou errado, o *descalibramento das expectativas e da potência de e em relação a De Jesus*. Nos anos 1960, *ela reencena o dilema da integração do negro, apresentado por Florestan Fernandes em relação às primeiras décadas do século, pela dificuldade de apreensão das técnicas sociais necessárias para se igualar e fazer frente aos desafios impostos*. E se De Jesus não assimilou rapidamente esses novos parâmetros, questiona seu descobridor, no prefácio, que esperar de sua literatura?

“[Casa de Alvenaria] é documento das transformações materiais e também das próprias transformações intelectuais, digamos assim, de Carolina de Jesus. Porque ela começou, ela sofre o impacto de uma sociedade que ela via, mais ou menos, ela via a distância, né? Lá de cima. De repente,

---

<sup>11</sup>Entre as funções do autor, na virada do século XVIII para o XIX, Foucault afirma: “[...]Os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores (outros que não personagens míticas ou figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores” E ainda: “[...] O anonimato literário não nos é suportável; apenas o aceitamos a título de enigma. A função autor desempenha hoje um papel preponderante nas obras literárias[...]” Cf. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*, *Op. Cit.*, pp. 47 e 49-50 respectivamente.

<sup>12</sup>“O autor é aquilo que permite explicar tanto a presença de certos acontecimentos numa obra como as suas transformações[...] é igualmente o princípio de uma certa unidade de escrita, pelo que todas as diferenças são reduzidas pelo princípio de evolução, da maturação ou da influência[...] é ainda aquilo que permite ultrapassar as contradições que podem manifestar-se numa série de textos[...]um ponto a partir do qual as contradições se resolvem, os elementos incompatíveis se encaixam uns nos outros ou se organizam em torno de uma contradição fundamental ou originária[...] é uma espécie de foco de expressão, que sob as formas mais ou menos acabadas, se manifesta da mesma maneira e com o mesmo valor, nas obras, nos rascunhos, nas cartas, nos fragmentos etc.” *Idem, ibidem*, pp. 53-54

*ela estava no meio*<sup>13</sup>. Inserida num meio que não era o seu, teria feito uma literatura desinteressante, atestam a história da recepção e vendagem. *Todavia*, se De Jesus saiu *concretamente* da favela, a 30/08/1960, teria a favela saído dela *simbolicamente*, de maneira imediata?

Mais que um jogo de palavras, a reflexão contém um debate importante sobre a trajetória de Carolina Maria de Jesus, bem como de aspectos literários dos escritores negros e periféricos contemporâneos<sup>14</sup>. Numa espiral ascendente de exposição, em que a negra favelada ou ex-favelada deve ser vista e mostrada; em debates em que se discute o *documento social e sociológico* escrito por De Jesus, são as suas marcas sociais de pobreza, miséria, lugar espacial e grupo social que dão o tom das discussões, como indicam algumas das epígrafes desta subparte do capítulo. Na mesma intensidade, gera-se um complexo de expectativas, em dupla mão: dum lado, da própria De Jesus, na esperança de seu livro ser capaz de resolver seus problemas; doutro, do novo meio envolvente, em saber o quê e se a nova autora, agora, poderia oferecer algo mais, num curto espaço de tempo. A entrevista que a autora transcreve nos diários é distintiva disso e de como haverá, paulatinamente, um processo de desqualificação de De Jesus, em razão de suas respostas, algo simplistas, para questões extremamente complexas – que ela não teria obrigação de resolver ou opinar.

[...] O jornalista é o senhor Carlos de Freitas. Aí vai a entrevista:

Pergunta – Carolina, o que você acha e como sente a transformação de sua vida?

Resposta – Eu estou alegre e agradeço a colaboração dos que auxiliou-me na divulgação do meu livro. É o meu ideal concretizado.

P. - Que você acha da campanha eleitoral?

R. - Espero que o govêrno eleito colabore com o povo, porque os nossos políticos só se interessa pelo povo nas campanhas eleitorais. Depois divorciam-se dos humildes.

P. - Que você acha do govêrno Fidel Castro?

R. - Adoro o Fidel Castro. Êle faz bem defender Cuba. Os países tem que ser independentes. Cada um deve mandar na sua casa.

---

<sup>13</sup>Entrevista de Audálio Dantas concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 19/10/2009, em São Paulo

<sup>14</sup>Muito embora alguns deles não admitam ou se distanciem do tema. Por exemplo, Paulo Lins afirma que nunca leu ou se interessou por Carolina Maria de Jesus. Ferréz, na entrevista que me concedeu em 16/05/2007, afirma que Carolina caiu no erro do *sistema*. Já Cuti, dos Cadernos Negros escreve em seu texto para a coletânea *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*: “Quando legitimaram Carolina de Jesus, legitimaram um horizonte para o negro na literatura brasileira. Escrever como se fala, cometer erros de ortografia e fazer do naturalismo jornalístico a razão de ser da nossa arte”.

P. - E se a senhora fôsse governador, o que fazia?

R. - Queria dar impulso na lavoura, construir casas com todo conforto e colocar os favelados. Eles trabalhavam nas lavouras e teriam mais conforto moral e físico.[sic]<sup>15</sup>

A espiral de exposições cresce em diferentes ocasiões: recebendo diploma da Academia de Letras da Faculdade de Direito da USP, que deveria ter sido outorgado a Jean-Paul Sartre<sup>16</sup>; publicada em revistas internacionais como *Time* e *Life*; participando de diferentes programas de televisão à época; visitando o Rio de Grande do Sul de Leonel Brizola (30/11/1960 e 02/12/1960) e Pernambuco, governado por Miguel Arraes (13/12/1960); mas, também almoçando com Filomena Matarazzo Suplicy e seu filho Eduardo Suplicy (10/09/1960) e visitando o prefeito de São Paulo, Adhemar de Barros (14/11/1960), na mesma semana que vai o encontro de Dom Helder Câmara no Rio de Janeiro (10 e 11/11/1960). Em suma, como a escritora poderia se dedicar à reflexiva e exigente forma do diário? Como requerer dela a *unidade*, de autora/ sujeito, seja escrita ou social?

As marcas sociais de De Jesus, seus *estigmas*<sup>17</sup>, foram explorados pelo sistema literário (no âmbito da distribuição e recepção), de forma inédita na história literária brasileira: a negra, a favelada, a mulher de vida errante, a semianalfabeta, a mãe solteira, a vítima social, enfim, a autora de *Quarto de Despejo* foi vista assim e *ofertada* ao povo, consumida nas mais diferentes esferas. Talvez isso explique, em alguma medida o intervalo grande entre as reportagens publicadas a seu respeito [1958 e 1959], o aceite da Francisco Alves [1959 e 1960] e a sua saída efetiva da favela do Canindé, que se daria por acidente, a convite de um leitor, apenas em 28/08/1960. O lastro de todas aquelas marcas, no entanto, começava a se perder. *Para o bem individual de De Jesus e para seu malogro literário, dependentes de sua identidade social deteriorada.*

### *O discreto charme das mariposas noturnas*

... *Varias senhoras vieram falar de pobreza para mim, dizendo que eu devo resolver a condição desumana dos favelados do País. Eu apresentei os fatos. Compete aos burgueses que predominam no País solucionar...* [...] *Um senhor disse-me que ia enviar um donativo para os favelados.*

<sup>15</sup>JESUS, Carolina M. de. *Casa de Alvenaria*, Op. Cit. pp. 37-38

<sup>16</sup>“O senhor Valdir presidente da Academia de Letras da Faculdade apresentou-me ao publico e disse que eu ia receber o diploma de membro honorário da Academia da Faculdade de Direito. Que aquele diploma estava reservado ao escritor Jean Paul Sartre. Mas, devido ao escritor francez (sic) ter muitos compromissos, não lhe foi possível comparecer e eles resolveram oferecer-me: “- A França tem Sartre, nós temos Carolina!”[...]Eu não tenho diploma do Grupo Escolar e tenho da Academia da Faculdade de Direito” (pp.55-56). Sobre Sartre no Brasil, ver: ROMANO, Luís Antônio Contatori. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*, Campinas, São Paulo: Mercado de Letras/Fapesp, 2002.

<sup>17</sup>Cf. GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

*Percebi que eles queriam impressionar os jornalistas americanos e fotógrafos que nos fotografavam. [...] Eu estava tranqüila por estar ao lado do Audálio, o meu guardião amigo. (...) Quando eu queria exaltar com as mariposas noturnas que aborrecia-me, ele dizia:[...]- Não exalte. Escreve. Dê sua resposta no diário.” [...]“(...) As mulheres que estavam na minha mesa falavam em reforma social. [...] - Não é justo deixarmos os favelados relegados no quarto de despejo. Você faz bem em nos alertar para esse problema. Temos que amparar os infaustos. Você demonstrou coragem lutando para sair daquele antro.[...] Eu pensava: elas são filantrópicas nas palavras. São falastronas. Papagaios noturnos. Quando avistam-me é que recordam que há favelas no Brasil.<sup>18</sup>*

*São muitos os problemas com que se defronta o sociólogo numa situação histórico-social como a que prevalece no Brasil e nos demais países subdesenvolvidos[...] Ninguém consegue isolamento para concentrar-se sobre seus planos de investigação[...] Algo, entretanto, dá sentido criador a esse mecanismo de uso (sob muitos aspectos de mau uso) do talento pela sociedade. Ele arranca o sociólogo do “gabinete”, integrando-o nos processos de mudança social, fazendo-o sentir-se como alguém que possui o que dizer e que, eventualmente, poderá ser ouvido[...] Enfim, a sociedade, que não lhe pode conferir sossego e segurança, coloca-o numa posição que o projeta no âmago dos grandes processos históricos em efervescência.<sup>19</sup>*

Tratava-se de uma *era de revolução social*? Ao menos, uma das obras de Florestan Fernandes no começo dos anos 1960 anunciava isso. A dinâmica da vida brasileira, em diferentes aspectos, inspirava algum tipo de esperança com base real em relação à potência de ação de sujeitos sociais diversos. Engajados no horizonte da mudança social, parcelas da ciência social e da sociedade testam a realidade brasileira, checando-lhe os limites, propondo análises e cobrando atitudes em relação à juventude, o meio rural, a escola pública, a questão racial, a mulher, o ativismo negro, a discussão sobre a marginalidade, algum interesse pelo tema das favelas etc. Em relação ao objeto da tese, no tocante a esses últimos pontos, num misto de estratégia de exposição da Francisco Alves e de interesse mais amplo pelo tema, configurando um turbilhão, De Jesus relata que, dada a cobrança de sua presença em diferentes espaços e debates, para expor os detalhes sobre a vida dos favelados, pobres e marginais, em audições com públicos diversos,

Não tenho tempo para escrever o meu diário devido os convites que venho recebendo de varias cidades do interior para autografar livros. Convite que atendo com todo o prazer, porque vou conhecer algumas cidades do Brasil. Eu estou cansada. Não tenho tempo para ler. O reporter disse-me que este entusiasmo do povo passa. [...] [sic](17/09/1960)

<sup>18</sup>JESUS, Carolina M. de. *Casa de Alvenaria, Op. Cit.* pp. 95-97.

<sup>19</sup>FERNANDES, Florestan. Prefácio [1ª ed. 1962], *A Sociologia numa era de revolução social*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp. 15-16.

Não estou tranquila com a ideia de escrever o meu diário da vida atual. Escrever contra os ricos. Eles são poderosos e podem destruir-me.[...]Estes dias eu não estou escrevendo. Estou pensando, pensando, pensando. Quando escrevi contra os favelados fui apedrejada...[sic] (23/11/1960)<sup>20</sup>

Em *Casa de Alvenaria* esses serão os três temas recorrentes: as reflexões da autora sobre o ofício de escrever; a falta de tempo para realizá-lo bem; e alguma apreensão sobre como seu texto seria recebido pelo público, em termos de sua maneira de escrever e dos sentidos que sua obra poderia assumir, como sugere a seguir: “... *Alguns criticos dizem que sou pernóstica quando escrevo – os filhos abluiram-se – Será que preconceito existe até na Literatura? O negro não tem direito de pronunciar o clássico?*”[sic] (p. 63-64). Em se tratando da forma diário, o tempo para a apreensão e reflexão sobre o vivido constitui uma etapa essencial para a composição do narrado. Em *Quarto* a dimensão temporal era ditada, em larga medida, pela autora, podendo demorar-se na composição o quanto, quando e como quisesse (especialmente quando ainda não havia sido *descoberta* por Dantas).

Na obra seguinte, o tempo e o espaço não são dominados exclusivamente por De Jesus. Ao contrário: escreve quando pode, nos intervalos de divulgações e exposições. Preocupa-se extremamente com a recepção, com o sentido social da obra. Tempo e espaço diluem-se entre bancos de aviões, saguões de hotéis, momentos para autógrafos. Deixam de ser privativos do indivíduo; agora, mais que nunca, segue-se a cadência dos ponteiros da sociedade envolvente, desloca-se ao sabor dos interesses editoriais e conveniências sociais, ou do interesse do público, que coordenam suas ações, criando, inclusive, falsas impressões a seu respeito (de que teria enriquecido, por exemplo; ou que seria influente com expoentes políticos e da alta sociedade) como demonstra em alguns momentos:

[...] quando recebo 100.000 cruzeiros, recebo 200 mil de aborrecimentos. Estou angariando amigos e inimigos, porque não posso satisfazer certos pedidos impossíveis – Há os que querem casas, há os que querem caminhões. Percebo que todos desejam algo, mas eu não posso solucionar. Eu tenho que lutar pelos meus filhos. [27/10/1960] (p. 66)

*Tenho impressão que os infelizes que passam fome são meus filhos. Eu saí da favela. Tenho impressão que saí do mar e deixei meus irmãos afogando-se.* [30/11/1960] (p. 86, grifos meus)

O sol estava gostoso. Comecei a pensar na minha vida. Todos dizem que fiquei rica. Que eu fiquei feliz. Quem assim o diz estão enganados. Devido ao sucesso do meu livro eu passei a ser olhada com uma letra de cambio. Represento o lucro. Uma mina de ouro, admirada por uns e criticada por outros. Que Natal confuso para mim. [25/12/1960] (pp. 113-114)

---

<sup>20</sup>*Idem, Ibidem*, pp. 58 e 83, respectivamente

[...] Será possível que eu tenha de solucionar todos os problemas que aflige o povo do Brasil? [...] [07/02/1961](p. 136).

Estou confusa. Não tenho ideias para escrever. [21/03/1961](p. 157)

É possível dizer que De Jesus foi uma escritora brilhante, contando com o apoio de Dantas. Simultaneamente em que consegue compor uma análise do quotidiano da vida dos favelados em São Paulo e do negro ao rés-do-chão nos anos 1950, ela escreve e descreve os impactos da sua narrativa anterior, bem como o que a sociedade envolvente fez da autora de *Quarto de Despejo*, nas mais diferentes direções e propósitos. *Uma escrita de si e dos outros, à quente e na própria pele.*

\*\*\*

Carolina Maria de Jesus vinha dizendo quase tudo aquilo que seus pares engajados na Literatura Negra e aspectos de uma sociologia crítica projetavam: o protesto, o povo na História, as ambiguidades e paroxismos do processo social; alguma radicalidade do discurso literário. *Reduzida individualmente, no entanto, ela é um índice dos limites de um projeto coletivo do momento. Se ela encena o dilema, seus pares – como os escritores e ativistas da ACN – vivenciam o problema da integração no negro na sociedade de classes: observadas todas as exigências da ordem social competitiva e da sociedade envolvente, nem para o sujeito negro marginal (que luta contra sua perda de identidade, como De Jesus) ou para o de extração média (como Camargo, Correia Leite e Assumpção, que reivindicam reconhecimento e equalização) aquela ordem e sociedade se realizam plenamente, promovendo um alargamento do horizonte de possíveis.* A seu modo, cada faceta do grupo negro, no período, expressa um sujeito social fora de lugar, procurando se encontrar.

Se, por um lado, ativistas negros e sociólogos punham-se em compasso com seu tempo, num ajuste de contas com o social, a sociedade envolvente marchava para uma outra espécie de acordo, a ser fechado em 31/03/1964, que colocava em xeque a *era de revolução social*, a *era de esperanças reais*, o tempo das ilusões gestadas. Interessados pelas questões sociais, aparentemente, todos estavam: a Igreja Católica (lembrar a ação Pio XII, em São Paulo, da Cúria Metropolitana contactando a ACN e a Cruzada São Sebastião, lançada por D. Helder no Rio, propondo intervenções na favela), os estudantes (exemplificados aqui pelo Movimento Universitário do Desfavelamento, MUD) ou o périplo de Florestan Fernandes engajado em debates sobre a Escola Pública; e, até mesmo, personalidades da alta sociedade, como *as mariposas noturnas* e sua atenção momentânea. Quão sólidos esses interesses eram ou tiveram a oportunidade de ser é outra questão, igualmente relevante.

Algum nível de comprometimento com este *sujeito social fora de lugar*, no entanto, estava se mostrando, em princípio. No âmbito de uma tentativa mais visual de difusão de *Quarto de Despejo*, por exemplo, a atriz Ruth de Souza, membro fundador do TEN, propõe a filmagem do livro[30/10/1960], que não chega a acontecer. Todavia, o *Diário de uma favelada* é adaptado aos palcos paulistanos pela escritora Edy Lima, em 1961, com a trupe do TEN-SP, sendo Souza a atriz principal e Amir Haddad o diretor. A peça estreou em 27/04/1961, no Teatro Bela Vista, mesmo mês que De Jesus anuncia já ter se lançado à escrita de *Casa de Alvenaria*.

Ainda no primeiro semestre de 1961, um grupo de estudantes da Faculdade de Medicina da USP, aliados a assistentes sociais e engenheiros, imbuídos de uma perspectiva difusa do marxismo em conjunto com a ação católica, criam o MUD. Em estudo sobre o movimento, Marta M.S. Tanaka, entrevistando os antigos membros, afirma que ele foi:

[...]uma das mais importantes experiências de ação junto a comunidades carentes, realizadas por universitários paulistanos[...]iniciado em maio de 1961, congregou estudantes das universidades da cidade de São Paulo, em torno de uma luta para promoção dos favelados[...]as experiências do Padre Lebrecht acabavam capacitando os católicos ao exercício político com ações solidárias aos mais pobres, transcendendo o aspecto assistencial e espiritual[...]Sendo, em nossa visão, maior que a perspectiva marxista, não precisava negá-la; poderia até absorvê-la[...] A publicação em 1960 do livro “Quarto de Despejo”[...] causou grande repercussão nos mais diferentes meios, inclusive universitários, entre os grupos que já vinham prestando assistência em várias favelas[...] Coincidentemente[...] eclodiu na cidade a crise da Favela do Canindé, com centenas de pessoas desabrigadas por uma grande enchente ali ocorrida no final de 1960, obrigando o Poder Público a promover seu desfavelamento em caráter de urgência[...]Em maio desse mesmo ano, provocada pela peça teatral baseada no livro “Quarto de Despejo”, e por iniciativa do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da USP, foi realizada uma mesa redonda sobre o problema do Canindé e o desfavelamento em geral[...] Ao fim da reunião, decidiu-se pela implantação do amplo movimento universitário em prol do desfavelamento, que se denominou [...] MUD[...] envolveu, em alguns estágios, mais de trezentos militantes, em sua maioria, universitários[...] [e] encerrou suas atividades por volta de 1967.<sup>21</sup>

Tem-se, assim, um duplo movimento exemplar, em vias diferentes, que dão conta do impacto social sem precedentes de um livro de escritor negro no Brasil, até então. Como afirmado, *Casa de Alvenaria* fornece esses dados de recepção a De Jesus, no momento imediato. É difícil mensurar e

---

<sup>21</sup>TANAKA, Marta Maria Soban. A vivência da realidade e a prática do fazer: Movimento Universitário de Desfavelamento, *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo: FAU-USP, vol. 06, maio/junho, 1995, pp. 05, 11, 12, 13, 14, respectivamente. Colchetes meus.

afirmar sobre o quanto há nele de construção literária. Ou, ainda, de uma escritora negra refletindo sobre sua condição ambígua, tal como em *Quarto*. Aqui há algo; mas que se perde em meio a uma personagem confusa, cujo domínio, a autora detém muito pouco. Sendo intimamente ligadas, autora e personagem, controladas exteriormente pelo tempo e espaço a que estão condicionadas suas identidades públicas (a do negro marginal, da favelada etc.). De Jesus, mesmo sem o tempo desejado para refletir, discute isso sinteticamente bem, em frases curtas e esparsas no texto, acerca do seu progressivo descolamento e implicações: “*Dá impressão que sou uma folha ao sabor das ondas*” (13/03/1961). Ou ainda: “*Tenho a impressão que sou ferro banhado a ouro. E um dia o banho de ouro esmaece e eu volto a origem natural – o ferro*”(06/12/1960). Escritas em menos de seis meses da estréia, no ápice de sua exposição no sistema literário, rebatem as afirmações de que ela não possuía consciência do processo tenso pelo qual passava. Ao contrário: entre 1960-1961, ela já tinha consciência de que não havia o que fazer, naquela sociedade, para solucionar os problemas que ela logrou narrar em seu primeiro livro.

*Quarto de despejo* e sua autora são testes para a realidade social, pautando problemas cruciais do início dos anos 1960. Havendo ideias e os problemas de época, existem os portadores sociais, além dos negros (ativistas e escritores) e sociólogos críticos, capazes de encadeá-las para algum desfecho, naquele momento? Ao que parece, visto cinco décadas depois, não. *Tanto o protesto negro, quanto De Jesus e o tema das favelas foram mal compreendidos em seu tempo por diferentes sujeitos sociais, que observaram neles apenas um meio de exploração midiática ou assistencialismo elementar*<sup>22</sup>. Se *Quarto de Despejo* terminava como uma narrativa circular, num circuito fechado e sem solução, *Casa de Alvenaria* alcança o desfecho expondo algum nível de desfaçatez e indiferença real pelo significado de De Jesus, sua trajetória social e seu livro. Ironicamente, estando num teatro (onde a realidade pode ser transmutada em catarse ou angústia; alegoria ou comédia), *Quarto* é discutido por políticos, estudantes, ativistas, público geral e sua autora, constituindo-se no último registro de *Casa*. Embora longo, vale a pena citá-lo em alguns excertos:

---

<sup>22</sup>Inclusive por parte do próprio meio negro organizado paulista. Para além do *Ano Carolina Maria de Jesus*, as homenagens da ACN e do Clube 220 etc. não raras vezes em *Casa de Alvenaria* a autora trata da aproximação de sujeitos negros pertencentes a jornais ou associações, depois de sua fama. O caso mais emblemático é de Osvaldo, cujo sobrenome ela não cita, e que seria o organizador do jornal *O Ébano*. Ele quis, inclusive, vender De Jesus enquanto marca, garota-propaganda, para angariar fundos para o jornal, segundo a autora, sem que ela nada recebesse por isso. De acordo com o artigo “Imprensa Negra”, publicado no jornal *Versus*, agosto/setembro de 1977, p. 32, descobre-se que se tratava de Osvaldo Borges o diretor de *Ébano*. Citando: “[...]Ébano ficou numa edição única[...] é de 1960 e representa o estertor dessa imprensa que as coleções assinalam, partindo de 1916 com O Menelik e extinguindo-se com esse jornal que Osvaldo Borges, seu diretor sonhou e que se tornou, na época, a maior esperança de um órgão informativo para a coletividade” (p.33)

[...]Circulei meu olhar pela platéia, contemplando aquela gente bem vestida, bem nutrida. Ouvindo a palavra fome, abstrata para eles. Sentei ao lado do jovem Eduardo Suplicy Matarazzo[sic][Ele] olhava as cenas do palco e perguntava:[...] - Mas eles vivem assim nas favelas?[...] - Pior do que isto. Isto é apenas uma miniatura das cenas reais da favela.[...]Quando findou o espetáculo, a atriz Celia Biar saiu no palco anunciando o debate. Convidou o Deputado Rogê Ferreira para presidir o debate. E nos convidou a subir no palco. Subimos. Eu, Solano Trindade, Conceição Santamaria, professor Angelo Simões Arruda, Deputado Cid Franco, Dona Edy Lima.[...] Eu estava confusa naquêlo nucleo. Percebi que a *Dona Elite* encara o problema da favela com vergonha. É uma mancha para o país.(...) O segundo orador foi o senhor Angelo Simões Arruda. Estava lendo o “Quarto de Despejo” e anotando o que lia. Disse que em São Paulo o povo trabalha nas fábricas, nas oficinas e não saem pelas ruas catando papel. Saem para um serviço digno que lhe proporciona uma condição de vida decente. Pensei: - Se o homem de São Paulo levasse uma vida decente não fazia greve salarial.[...] Se os pobres reside nas margens do rio é porque não recebeu instrução, não aprendeu o ofício(...) O professor Angelo Simões Arruda não mencionou a necessidade de abolir as favelas, que duplicam por êste Brasil afora.[...] A terceira oradora fui eu. Citei: fui residir na favela por necessidade[...] – Não adianta falar de fome com quem não passa fome[...] Classifiquei a favela de quarto de despejo porque em 1948, quando o Dr. Prestes Maia começou a urbanizar a cidade de São Paulo, os pobres que habitavam os porões foram atirados ao relento.[...] O quarto orador foi o poeta negro Solano Trindade. Criticou a teatralização de Dona Edy Lima. Disse que ela não citou as agruras que o livro relata como depoimento do gravíssimo problema que são as favelas espalhadas pelo Brasil afora.(...) O publico interferiu-se, ora aplaudindo, ora vaiando[...] O Deputado Cid Franco disse que passou fome e conhece as agruras que o meu livro relata. Que o regime capitalista é a causa das desigualdades de classe. A Dona Conceição Santamaria dizia:[...] - Êle pertence ao regime capitalista. Ele está metamorfoseando-se na frente do publico. Ele está de mão dadas com o regime capitalista.[...]Que confusão para mim.[...]Com aquela confusão eu tinha impressão que estava na favela. Todos falando ao mesmo tempo.[...] Quando saí do teatro encontrei o jovem Eduardo Matarazzo[...]Dona Filomena Matarazzo convidou-me para almoçar na sua residencia.[...]Tomei um taxi e fui para a minha casa. [21/05/1961][sic]<sup>23</sup>

É muito significativo que, na composição e compilação de De Jesus e Dantas, *Casa de Alvenaria* termine assim, com um debate inócuo e desencontrado sobre a peça e o livro, em que o tema da fome e da favela permaneçam sem tratamento efetivo e resolutivo. Talvez seja a própria expressão da reação da sociedade no momento. E De Jesus, a estreada escritora negra, o grande despontar de 1960 e seu *best-seller* literário, esteja desnorteada como um sujeito fora de lugar, uma mulher entre dois mundos, perdendo lastro com ambos. De certa maneira, irônica e amarga, aquele último registro

<sup>23</sup>JESUS, Carolina M. de. *Casa de Alvenaria*, Op. Cit. pp. 180-183.

resgata a acidez de *Quarto de Despejo*, retomando a habilidade narrativa de De Jesus. Mas no cenário de hiperexposição, criado pela editora e pela sociedade envolvente, cabe desconfiar se não estamos diante de mais uma estratégia de vendas, um *gancho* para o próximo livro, talvez.

Entretanto, do que se pode ter certeza, *ex post facto*, é que ao desafio social colocado por *Quarto de Despejo* e De Jesus, poucos estiveram à altura de sua compreensão. Isso a nível, em certo sentido, a alguns de seus pares engajados em associações (como Solano Trindade, Oswaldo Camargo, Carlos de Assumpção, entre outros) enunciando o protesto negro. Na década seguinte, entretanto, suas criações individuais serão utilizadas e servirão de ponte para um novo projeto coletivo, como se verá mais adiante. Antes, em função da arquitetura dos argumentos expostos, faz-se necessário discutir também algumas hipóteses em relação à ruptura do diálogo entre a Sociologia que se interessou pela questão racial e o ativismo político-cultural negro, em São Paulo, entre 1964-1978.

#### *De Povo na História a Sociedade Civil: onde está o novo?*

*Sou um membro da geração órfã, como a classifiquei numa dedicatória de livro há alguns anos[...]. Não posso deixar de falar como membro dessa geração. A orfandade de minha geração é uma orfandade real porque na fase mais importante de nossa formação fomos privados da convivência cotidiana com alguns dos melhores pesquisadores que as ciências sociais já tiveram no Brasil. Além disso, fomos sobrecarregados de obrigações docentes durante os anos mais fundamentais de nossa formação, forçados pelas circunstâncias a preparar nossas teses simultaneamente com obrigações docentes pesadíssimas, especialmente entre 1970 e 1975[...] Quando falam nas vítimas da ditadura no meio acadêmico, raramente as pessoas se lembram das vítimas que ficaram, como os membros da geração órfã, submetidos a condições extremamente adversas de trabalho, incluindo nelas um cotidiano corrosivo de repressão policial e institucional, sem contar o oportunismo dos que se aproveitaram das cassações para acelerar carreiras e ocupar posições sem ter que efetivamente disputá-las.<sup>24</sup>*

Existe um descompasso entre 1964 e 1978 que não é apenas temporal. Trata-se de um desnivelamento explicativo – pois é difícil demonstrar cabalmente certas questões; é um desarranjo individual e coletivo, na medida em que trajetórias particulares e destinos sociais entram em ocaso e se desgraçam ou, ao contrário, se realizam positiva e oportunamente, em função do mesmo processo social. E o desajuste também se apresenta repleto de incompletude, paradoxalmente, uma vez que entre 1964 e 1978 têm-se os anos de desenvolvimento, acirramento, terrorização, apoio e conciliação a uma

<sup>24</sup>MARTINS, José de Souza. A morte de Florestan e a morte da memória, *Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil*, São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998, pp. 44-45.

ditadura civil-militar; ao mesmo tempo em que se dá a oposição direta e clandestina, institucional ou em surdina a essa mesma ditadura. Se setores expressivos das classes baixas e médias se beneficiam de regramentos e legislações, do milagre econômico, ao mesmo tempo em que as classes altas mantêm o *status quo ante*; na mesma medida, as classes baixas são reprimidas violentamente; frações das médias e altas, em número significativo, são presas, exiladas ou mortas. O colaboracionismo civil é uma faca de dois gumes, para um governo autoritário que cerceia as liberdades, direitos civis e políticos, ao mesmo tempo que planeja e concretiza a integração e desenvolvimento nacionais em diferentes setores, com forte apoio civil.

Haja vista que grande maioria da sociedade e do Estado brasileiros, ainda nos dias correntes, não é capaz de se confrontar com este passado imediato, destruindo ou impedindo acesso a arquivos, por exemplo, exercendo a *prática social do esquecimento*<sup>25</sup>, ou fornecendo lembranças unilaterais e lacunares, o trabalho de reconstrução da realidade social e explicação dos eventos históricos fica, para dizer o mínimo, prejudicado. *Perseguem-se rastros sulcados na areia*. Assim, não raro, fatos e pessoas simplesmente *surtem* ou *ressurgem* nas explicações desse período, com facilidade surpreendente. Como se as ideias e as ações concretizadas a partir delas pudessem pairar como borboletas ou brotar como cogumelos; e atos de vontade, por si só, sobrepujassem tranquilamente estruturas sociais pré-definidas. Se o *eu como potência* é extremamente importante e deveras explicativo – especialmente no terreno literário e artístico, na transgressão política e comportamental – ele não pode ser simplesmente isolado do mundo social e histórico, contra o qual se bate e o qual enfrenta.

*Ressurgem o movimento negro e a literatura negra em 1978*. Onde estiveram antes? Por onde e com quem andaram? Onde se meteram os antigos ativistas e escritores? Foi de fácil adaptação a sua reentrada no cenário social? Houve embates entre o antigo e o novo? Há o novo? Como ele se relaciona com o velho? Repõe questões e coloca novas? Avança e radicaliza ou recua e concilia? Recupera a tradição ou simplesmente a nega ou ignora? Recria-a em outros moldes? Qual o efeito social dessa conjunção de fatores?

Havia um diálogo intenso, como se procurou demonstrar, entre a explicação sociológica e o ativismo político literário negro, entre os anos 1940 e 60. O que acontece depois de 1964? Ou já vinha acontecendo antes (por exemplo, com a criação do CESIT)? O diálogo e colaboração são interrompidos pelas condições socialmente imposta pelo evento 1964. Mas por quê, num período mais tardio, de distensão do regime (internamente e pelas lutas sociais de oposição) não pôde ser reatado, pelos

---

<sup>25</sup>Cf. SILVA, Mário Augusto M. Da. A memória não pode esperar: emergências contemporâneas contra a prática social do esquecimento. *Os Escritores da Guerrilha Urbana: Literatura de Testemunho, Ambivalência e Transição Política (1977-1984)*, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008, pp. 28-33.

remanescentes do período anterior? Repetem-se as perguntas feitas no parágrafo acima: Houve embate entre o antigo e o novo nas Ciências Sociais? Há o novo? Etc.

Adianto que não conseguirei responder as questões que coloco por, entre outras razões já apontadas, incapacidade atual do pesquisador. O não fornecimento de respostas, no entanto, não impede a formulação das perguntas, abrindo-se um horizonte para outra investigação, em que reflexividade opere com capacidade explicativa mais calibrada. No entanto, dessa posição atual, incomodamente cômoda, tentarei esboçar algumas pistas que deverão guiar a análise rumo aos aspectos que considero essenciais a essa altura da tese.

\*\*\*

Os meados da década de 1970 até o fim desse período são assinalados, por distintos fatores e grande bibliografia, como um momento de efervescência político cultural na vida social brasileira<sup>26</sup>. Retoma-se, precariamente, em outro período, o tema da hegemonia cultural de esquerda em meio a uma ditadura, atribuído por Roberto Schwarz em seu texto clássico, *Cultura e Política, 1964-1969*<sup>27</sup>. Elencando-se, insuficientemente, alguns dos eventos que são considerados índices dessa pujança, tem-se que: 1) inicia-se a organização pela anistia de presos políticos e exilados, em setores da sociedade, que culminariam no Comitê Brasileiro pela Anistia; 2) a Imprensa Alternativa se desenvolve e atinge seu momento de maior vigor; 3) publicam-se depoimentos e romances de ex-guerrilheiros urbanos sobre o período inicial da ditadura civil-militar; 4) bem como uma literatura de narrativa curta, de temática urbana e/ou marginal, que atinge alto grau de desenvolvimento em autores como Rubem Fonseca, Dalton Trevisan, João Antônio, Plínio Marcos etc.; 5) vale lembrar o trabalho, já discutido, de Carlos A. Messeder Pereira, que se debruçará e documentará a *Poesia Marginal* e a geração de escritores que a vivencia nos anos 70; 6) no âmbito da política, a organização de movimentos sociais baseados em identidades diversas (mulheres, negros, homossexuais, ambientalistas, populares, proletários etc.); 7) ainda nesta seara, o complexo acirramento das grandes greves de 1978 e 1979, consideradas como o advento do novo sindicalismo, gerando, inclusive, bases para uma nova participação política institucional.

Essa ideia do *novo* em 1970 tem chamado a atenção, desde os anos 1980, de pesquisadores interessados em avaliar e balancear os impactos daquela conjunção de fatores (além de outros), seja no

<sup>26</sup> Cf. PEREIRA, Carlos A. M., *Retrato de Época, Op. Cit.*; HOLLANDA, Heloisa B. *Impressões de viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde*, São Paulo: Brasiliense, 1984; HOLLANDA, Heloisa B et alli. *Anos 70: Literatura*, Rio de Janeiro: Ed. Europa, 1979; SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária*, Rio de Janeiro: Zahar, 1985; RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*, Rio de Janeiro: Record, 2000.; SILVA, Mário A. M. da. *Os escritores da Guerrilha Urbana*, São Paulo: Fapesp/Annablume, 2008; SILVERMANN, Malcom. *Protesto e o novo romance brasileiro*, São Paulo: EdUFSCar, 2005, entre outros.

<sup>27</sup> Cf. SCHWARZ, Roberto. "Cultura e Política, 1964-1969". *O Pai de Família e outros estudos*, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978, pp.61-92

pensamento social brasileiro, na reorganização das linhas de força do campo científico (em particular das Ciências Sociais) ou da própria dinâmica política brasileira. Em verdade, se há o novo, há que se perguntar sobre que bases sociais e em quais circunstâncias ele se assenta. Neste caso, o golpe de estado de 1964, o que ele abre ou fecha em termos de horizonte social, não pode ser ignorado. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, em 1983, por exemplo, organizam o livro *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, reunindo diferentes cientistas sociais com trabalhos reflexivos sobre o assunto. Otávio Velho, do Museu Nacional, tratará dos “Processos Sociais no Brasil Pós-64: as ciências sociais”, em que, enquanto antropólogo, afirmará:

[...]seria o caso de se perguntar se 1964 inaugura um processo que se manifesta enquanto tal no domínio nas ciências sociais ou, pelo menos, se simboliza, de tal forma marcante a emergência de um *processo*.[...] Nesses termos, a suposição central deste trabalho será a de aquilo que *representa* 1964 – embora não necessariamente em termos cronologicamente coincidentes – tem a ver com uma intervenção que tende à instauração daquilo que poderia ser caracterizado como uma nova forma de dominação no campo da produção das ciências sociais<sup>28</sup>

Seu argumento está focado em discutir essa nova composição de forças e dominação no campo, proporcionado pelo golpe de estado. O *novo* contraposto ao *antigo*, identificado ao sistema de cátedras das instituições e, particular adversário, à cadeira de Sociologia I da USP, tendo-se à frente Florestan Fernandes. Nesse sentido, a disciplina sociológica e sua configuração uspiana, teriam obtido hegemonia e alta hierarquia nos patamares de dominação científica pré-64. O golpe e a aposentadoria compulsória dos pesquisadores daquela instituição, em 1969, abriu, assim, um *outro* horizonte de possibilidades para os desalojados/secundarizados no poder do campo – na análise de Velho, Antropologia, Ciência Política e seus praticantes. Todavia, é necessário lembrar o custo, social e individual, já mencionado no texto epigrafado de José de Souza Martins, para que tal medida tenha surtido efeito. De acordo com Haroldo Ceravolo Sereza, responsável por um perfil recente da trajetória de Fernandes,

A ditadura sabia que tinha em Florestan um inimigo, e com a vitória do fascismo declarado, com o Ato Institucional n° 5, em 13 de dezembro[de 1968], chegara a hora de desarmar todos os inimigos existentes ou imaginários, quaisquer que fossem suas armas. Em 28 de abril de 1969, um decreto datado do dia 25 é publicado, aposentando compulsoriamente 42 pessoas, entre elas Florestan Fernandes, João Batista Villanova Artigas e Jaime Tiomno, professores da Universidade de São Paulo. Um detalhe é que o decreto supostamente aposentava os listados nos órgãos da

---

<sup>28</sup>VELHO, Otávio G. Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais. In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H. T. de. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1983, pp.241-242.

Administração Pública Federal – embora a USP fosse e seja ligada ao Estado de São Paulo e não à União.[...]A aposentadoria da Universidade de São Paulo tirou Florestan do lugar em que o sociólogo investira as suas mais sinceras e criadoras energias. Não é de estranhar assim, que ele tenha entrado também, nesse período, não apenas num processo de redefinição teórica e prática, mas também numa crise pessoal, existencial mesmo, deslocado violentamente de seu mundo. A aposentadoria proporcional representava uma redução “substancial da renda” e a necessidade, portanto, de aceitar novos trabalhos de natureza intelectual, o que foi dificultado pelo Ato Institucional n° 10, que barrou as portas de instituições de ensino e de pesquisa aos aposentados.<sup>29</sup>

Para Otávio Velho, não obstante, o saldo para a nova geração de cientistas sociais, *não uspianos e não sociólogos*, é positivo. É nesse momento que surgem o IUPERJ (Ciência Política, 1969) e a pós-graduação do Museu Nacional (Antropologia, 1968), que se consolidarão nos anos subsequentes como modelos de excelência em pesquisa acadêmica. Ampliam-se, sobremaneira, as pós-graduações e centros de investigação científica no país<sup>30</sup>. E, apoiando-se em trabalho realizado por Bolívar Lamounier, afirma que, entre 1965 e 1977, houve a passagem de um modelo *burocrático mandarínico* para um *plurarista flexível*<sup>31</sup>, aliando-se nisso o papel desempenhado pela ABA, SBPC e Anpocs no processo, deslocando a importância geográfica do campo (de SP para RJ/MG e alhures); a interrupção de intrincadas discussões sociológicas que cedem espaço à especialização e treinamento empíricos (admitindo-se que não existiam antes, em SP); bem como a internacionalização (estadunidense, majoritariamente) da pós-graduação brasileira.<sup>32</sup>

O golpe de estado civil-militar e cassação dos direitos dos principais sociólogos paulistas (e brasileiros), de então, valeram a missa da legitimação da Ciência Política e da Antropologia coetâneas.

<sup>29</sup>SEREZA, Haroldo C. *Florestan: a inteligência militante*, São Paulo: Boitempo, 2005, pp. 151-152 e 155, respectivamente. A participação ativa de Fernandes na Campanha pela Escola Pública em 1960, opondo-se ao projeto de lei governamental, documentada no livro *A Sociologia numa era de revolução social* representou o “[...] fim de um confinamento tanto pessoal quanto de companheiros intelectuais[...]Diante dessa campanha, tornou-se claro para Florestan que o sociólogo como cientista e como técnico, havia conquistado um espaço privilegiado de atuação como cidadão, o que contrariava a expectativa que dele tinham os setores conservadores” (p.120) E ainda: “*Florestan não estava sozinho na USP, nem os militares estavam sozinhos contra os professores mais progressistas. Em 1963, fora eleito reitor da Universidade o professor da Faculdade de Direito, Gama e Silva, que participara da conspiração contra o regime de Jango a ponto de, nos primeiros momentos da “revolução”, assumir, provisoriamente, as pastas da Justiça e da Educação. Ainda em 1963, Gama e Silva, que se dirigia a Florestan como “mestre”, chamara o sociólogo para conversar e queixar-se de que ele havia posto “conceitos muito perigosos” em circulação com o livro A Sociologia numa era de Revolução Social*” (p. 147, grifos meus).

<sup>30</sup>“Num sentido geral, os *princípios* de distinção serão curiosamente os mesmos empregados por Florestan: cientificidade e institucionalização. Todavia, *distinguindo-se os indicadores*. Grosso modo, no que diz respeito à cientificidade, privilegiando-se a pesquisa empírica sistemática; e no que diz respeito à institucionalização, acentuando-se a *rede* institucional, o *número* de pesquisadores envolvidos e de pessoal formado, ou seja, a chamada *massa crítica* que supostamente – e ao contrário do que anteriormente ocorrera – garantiria a *continuidade* do processo.” Cf. VELHO, Otávio G. *Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais*. *Op. Cit.*, p. 245, grifos do autor.

<sup>31</sup>Cf. LAMOUNIER, Bolívar. *Expansão e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: um estudo preliminar*, MN, 1981 *apud* VELHO, Otávio G. *Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais*. *Op. Cit.*

<sup>32</sup>Cf. VELHO, Otávio G. *Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais*, *Op. Cit.*, pp. 248-251.

Muito embora, desse ponto de vista, não se explique por que: A) tenha sido necessária uma força externa à autonomia do campo científico para que a nova composição se instaurasse e se legitimasse, tornando possível o cenário seguinte; B) por que, dentro do campo científico das Ciências Sociais, autonomamente e seguindo suas regras internas de legitimação, não tenham surgido, fora de SP e da USP, pesquisadores capazes de se pôr ao par de ou separar Fernandes e seu grupo, sem a necessidade de um golpe para isso. Ultrapassadas essas questões, há que se concordar que se instaura um novo momento e com ele, outras preocupações para as Ciências Sociais. Fernandes e seus pares saem do cenário ou se reinventam, o que coincide com seus objetos de pesquisas anteriores. Como afirma o sociólogo em 1977, em um balanço pessoal, “[...]pertencço a uma geração perdida, um conjunto de intelectuais que enfrentou seus papéis e, em sentido concreto, cumpriu suas tarefas. Mas nem por isso chegou a atingir os seus objetivos e a ver seu talento aproveitado pela sociedade”<sup>33</sup>.

\*\*\*

*De como o Povo entra na História*, em 1964, afirmado por Fernandes, surge o tema da *sociedade civil*, nas décadas de 1970 e 80<sup>34</sup>. Seria necessário realizar uma investigação criteriosa acerca disso, estudando-se os principais trabalhos que operarão essa mudança terminológica, cujas consequências de interpretação da realidade social brasileira são enormes. Infelizmente, isso escapa ao tempo e espaço desta tese. Assinalada aquela inversão, é importante observar que, se em alguma medida, a sociedade brasileira mudou nos anos 1970, com ela a percepção das Ciências Sociais, como mostram os balanços de Velho ou de Bernardo Sorj, em seu trabalho para a *História das Ciências Sociais no Brasil*. No texto “Estratégias, crises e desafios das ciências sociais no Brasil”, Sorj buscará discutir a dinâmica do campo nos anos 70/80, coadunando alguns pontos com os de Velho, no que diz respeito a uma crise acadêmico-universitária no período<sup>35</sup>, o que explicaria, em certo sentido, o

---

<sup>33</sup>FERNANDES, Florestan. *A geração perdida. A Sociologia no Brasil*, Rio de Janeiro: Vozes, 1977, p.213.

<sup>34</sup>Tenho de agradecer a Sílvia R. Sawaya e Maria Cláudia N. Curtolo por me alertarem para isso e propiciado a reflexão sobre o assunto.

<sup>35</sup> “[...] a hipótese central deste artigo é que a Ciência Social no Brasil vive hoje os efeitos de uma crise particular: a de ter realizado um diagnóstico parcial sobre a sociedade brasileira nos anos 70, diagnóstico este que orientou intelectualmente as Ciências Sociais que se institucionalizaram neste período. A ênfase no caráter moderno da sociedade brasileira, resultante do crescimento econômico acelerado nos anos 70, desarmou e desamparou os cientistas sociais em relação aos processos que ocuparam o centro da cena nos anos 80 e início dos anos 90.[...]desmobilização política, desintegração social, estagnação econômica, corrupção institucional e deterioração institucional e moral[...]A dificuldade de tratar estes temas vividos pela sociedade como fundamentais levou as Ciências Sociais a um “crise de relevância”.[...]” Cf. SORJ, Bernardo. *Estratégias, crises e desafios das ciências sociais no Brasil*. In: Miceli, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. II, São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995, p. 313. Mais à frente, à página 323, o autor discutirá a crise do ponto de vista da composição dos departamentos de ciências sociais, nos anos 1980, em razão da trajetória acadêmica de seus docentes e pesquisadores.

surgimento de centros “privados” de pesquisa (CEBRAP, CEDEC, IUPERJ, ISER, entre outros). Para ele, os anos 1970-80, no seu *novo*, tangente à agenda das Ciências Sociais,

[...]foi determinada basicamente pela agenda política das elites e da classe média brasileiras: a luta oposicionista e o processo de democratização e seus agentes reais ou ideais – classe operária, movimentos e lutas sociais; a das políticas públicas, com seus financiamentos para a realização de “diagnósticos”; a das agências de financiamento do exterior, misturando ambas preocupações anteriores dentro de uma visão basista-participacionista[...]A ditadura militar favoreceu a visão de que a sociedade civil era fonte de participação, civilidade, renovação e democracia. O processo de democratização mostrou que a contraposição estado-sociedade civil tinha deixado na penumbra as forças culturais que permeiam o conjunto da sociedade no sentido de reprodução de privilégios, fragmentação social e de relacionamento com o estado como um botim a ser conquistado.[...] Numa aparente inversão, o social, que nos anos cinquenta e sessenta aparecia como fonte de sociopatologias, entrave ao desenvolvimento e outras negatividades e carências, nos anos setenta se constitui no berço de toda positividade, movimentos sociais, sindicalismo, sociedade civil. Em ambos os casos, a sociedade aparece como um ator moralmente responsável, univocamente orientado.[...]<sup>36</sup>

Aspectos dessas revisões iniciais têm norteado preocupações mais recentes de cientistas sociais interessados naqueles debates. Para citar ao menos quatro trabalhos, a tese de doutoramento de Marco Antônio Perruso (UFRRJ) e as pesquisas apresentadas na reunião da SBS em 2009 por Perruso, Fábio Cardoso Keinert (USP) e Kátia Aparecida Baptista (UNESP)<sup>37</sup> são alguns exemplos de investigações que, em teses, livros e comunicações têm se lançado a refletir sobre os significados desse *novo*, social e cientificamente, e suas relações com a dinâmica da vida brasileira da década de 1970. No trabalho desses autores ocorre uma polarização muito interessante: 1)por um lado, se privilegia o estudo de alguns intelectuais e instituições de pesquisa a que estiveram ligados (nos três, mas particularmente em Baptista e Keinert); 2)por outro, busca-se discutir centralmente a produção acadêmica vinculada/condicionada ao tema dos *novos movimentos sociais* dos anos 1970, dando-se primazia a alguns: no caso de Perruso, o *novo sindicalismo*. A primeira crítica que vale assinalar, em todos os trabalhos, é que no plano de pesquisa do novo, o balanço das discussões da década de 1960, seus temas

<sup>36</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 324-325 e 330, respectivamente.

<sup>37</sup> Cf. BAPTISTA, Kátia Aparecida. *1970: A emergência de uma nova interpretação sobre o Brasil*; KEINERT, Fábio Cardoso. *Tradição e modernidade na geração de cientistas sociais dos anos de 1970 e de 1980*; PERRUSO, Marco Antônio. *Em busca do “novo”: Pensamento Social Brasileiro nos anos 1970/80 e Movimentos Sociais*. Comunicações de pesquisas apresentadas no Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil, durante a XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Sociologia, Rio de Janeiro. A tese de Perruso foi defendida em 2008, sob o mesmo título, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e publicada, de maneira homônima, pela editora Annablume, em 2009.

e objetos, se subsumem (isso vale para Otávio Velho e Sorj também). E com ele, o tema do negro, por exemplo.

Num esforço analítico, no entanto, Keinert formulará a discussão em torno das ideias de inovação e tradição, que polarizará o grupo uspiano pós-1969 em relação aos demais (notadamente, mineiros e cariocas), em que os discípulos órfãos do grupo de Fernandes (Luiz Pereira, Marialice M. Foracchi, Gabriel Cohn, José de Souza Martins etc.) terão que lidar com o peso de resguardar a *tradição* sociológica gestada na Cadeira I, num cenário inóspito, política e cientificamente. Essa discussão é importantíssima, sugerida por Martins, no texto que se usou como epígrafe para esta parte do capítulo. Além disso, é ela quem sugere um debate significativo acerca da possibilidade de haver certa continuidade no padrão de pesquisa dos remanescentes do grupo uspiano esfacelado em relação seus mentores, o que permitiria pensar numa *Escola Paulista de Sociologia*, com objetos diferentes, mas com plano comum, como argumenta de maneira detalhada Elide Rugai Bastos<sup>38</sup>.

Voltando ao debate mais recente, é com a tese e livro de Perruso que o assunto em tela (*o novo*) ganha feição mais acabada nesta seara. O autor se dedica ao estudo de obras e entrevista autores que, nas décadas de 70 e 80, gestaram “[...] *elaborações, usos e apropriações conceituais em torno de categorias que enfatizam a ideia do “novo” em termos de movimentos populares, tais como “novo sindicalismo” e, em menor grau e de modo mais nuançado, “novos” movimentos sociais urbanos*” (p. 01). Da seleção de seus entrevistados e da análise de suas obras, bem como de seu debate no interior da tese para buscar uma conceitualização precisa do que seja o *novo*, o autor afirmará que:

A “novidade” presente em movimentos sociais consistiria no modo de construí-los, de desenvolvê-los. E não em elementos de caráter essencialista, ligados a temáticas ou a grupos sociais.[...] Trata-se de destacar o fato de que essa concepção dos “novos” movimentos sociais em função dos modos de sua construção e desenvolvimento é a mais ampla possível.[...] Por isso não levo em conta aqui o conceito mais preciso de “novos movimentos sociais”: aqueles intrinsecamente diferentes do movimento sindical por suas temáticas abordadas: ecológico, feminista, étnico etc.[...] *Mas, dentro dessa classificação mais ampla, me restrinjo nesta tese a analisar o pensamento social brasileiro*

---

<sup>38</sup>Cf. BASTOS, Elide Rugai. *Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. Op. Cit.* A autora argumenta que “[...]sem compreender tanto as ideias como o lugar social desses intelectuais é impossível apreender o movimento social geral da sociedade” (p. 183) E partindo disso, discute a construção de um padrão explicativo teórico metodológico da sociedade brasileira, que marcará esses autores, mesmo com objetos distintos. A discussão sobre o atraso, que se constitui num eixo heurístico; a necessidade de adaptação das teorias clássicas à realidade nacional, formulando hipóteses originais sobre o avanço e recuo das mesmas, não as aplicando mecanicamente; daí a relação entre centro/periferia ou, ainda, da tensão constitutiva da explicação do social, ele mesmo conflituoso. E a noção da ideia de processo social, obrigando a investigação sociológica da História e visão multidimensional da mesma, indo da micro à macro explicação, articulando o passado e o presente, em geral na ideia de *crise*, que resultaria num esforço de apreender os fenômenos sociais em sua totalidade, questionando os alcances e limites de projetos sociais, os efeitos das ideias gestadas e postas em práticas pelos sujeitos sociais em confronto.

*que identificava esses traços “novos” tão somente nos movimentos sociais urbanos e no movimento sindical[...]Os movimentos estudantil, feminista e negro, de longa tradição histórica no Brasil, não apresentam claramente um novo patamar de desenvolvimento na mesma época do “novo sindicalismo” e dos “novos” movimentos sociais urbanos.*<sup>39</sup>

Será mesmo que não? Em que se baseia o autor? Menos que uma proposição nova sobre o assunto do que seria o novo sindicalismo, ele mesmo afirma que “*A análise que faço dessas categorias e outros conceitos é totalmente referida às questões próprias do campo intelectual e do pensamento social brasileiro de então, que operavam com tais noções*” (p.10). Ou seja: será a partir da seleção de seu próprio objeto (intelectuais analisando e interessados num certo recorte da realidade) que ele discutirá sobre a alteração do cenário social e político brasileiro na década de 70, partindo daí para uma discussão competente acerca da constituição de centros de pesquisa, como Cebrap, Cedec e outros. Entretanto, foge ao alcance de seus objetivos questionar como se dá, para além da explicação do golpe, o divórcio ou reinvenção entre os temas da década de 1960 e os intelectuais desse período com os novos temas dos anos 70 e *herdeiros intelectuais do período anterior*. Para ele, o cenário se monta no quadro de uma *esquerda dissidente* (pp.37,38 e 39), que *fertilizou*, com seus novos influxos teóricos e preocupações, “*Os movimentos sindical, estudantil, feminista, negro[que] são rejuvenescidos nesse processo. E irrompem definitivamente novos movimentos como o ecológico, o dos homossexuais, o pacifista etc.*” (p.40).

O argumento é bom, mas pode ser matizado. Teriam sido mesmo os intelectuais dos anos 70 que *fertilizaram* teoricamente esses novos movimentos sociais? Em relação ao papel da esquerda, por outras linhas de interpretação sobre o mesmo período, isso pode ser questionado: menos que preponderante, ela se torna uma aliada; menos que vanguarda, consultora<sup>40</sup>. No entanto, o problema de Perruso não é este e seu trabalho é um esforço de fôlego longo em colocar em balanço a alteração temática das Ciências Sociais, ressaltando-se o privilégio explicativo que concede ao estudiosos do mundo do trabalho.

Neste cenário, então, o que me interessa é: como explicar a reemergência do ativismo político negro? E com ele, no mesmo mês, quase ao mesmo tempo, da Literatura Negra? Por enquanto, somente através de seus protagonistas e de algumas boas pistas de estudiosos das relações sociais racializadas dos anos recentes. Se o ressurgimento dessas ações político-culturais não trazem propostas

---

<sup>39</sup>PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*, Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, pp.08-10.

<sup>40</sup>Cf. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro, Op. Cit.*, especialmente o capítulo VI, “Todo artista tem de ir onde o povo está”.; SILVA, Mário A. M. *Os Escritores da Guerrilha Urbana (1977-1984), Op. Cit.*, especialmente o capítulo III, “Ambivalência e Transição”.

substancialmente novas, por quê eles ressurgem? E se não são novos, é por que a sociedade solucionou os problemas anteriores e superou sua agenda de reivindicações? Por quê, também, permanecem até os dias correntes, pautando debates públicos, através dessas agendas (independente da crítica que se possa fazer à pauta empregada)?

*Os Negros estão nas Ruas: Ambiência e contexto social de novas ideias*

Podemos identificar três matrizes de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 70 e 80[...]Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que **sempre** mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo até pela **facilidade da proximidade lingüística**, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. E, por fim, o movimento pela négritude, que a rigor **sempre** foi um movimento literário[...] de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas ideias do que seriam o ocidentalismo e orientalismo na perspectiva africana[...] - Hédio Silva Jr., *Histórias do Movimento Negro no Brasil*, 2007, p. 69. Negritos meus.

Onde está a Poesia Negra? Onde Lino Guedes? Os poetas da Imprensa Negra e das associações? Onde os continuadores dos anseios de Gervásio de Moraes e de Cumba Júnior? E de Carlos Assumpção, que iniciou em 1958, o verdadeiro protesto negro na nossa poesia?[...] Eis que se inicia a fase de nos descobrirmos. Traçar o mapa, marcar o território de nossa herança poética, desconhecida e esparsa. Tentar fazer o que jamais se fará oficialmente: a coleta de nossa produção literária, o nosso clamor espalhado em jornais da imprensa negra marginal, nas revistas negras, recolher os inéditos, trazê-los, enfim, à tona. Tarefa prolongada e dura, quanto urgente e necessária. Nossa tarefa. - Oswaldo de Camargo, “Pequeno Mapa da Poesia Negra”, *Versus*, vol. 12, julho/agosto, 1977, p. 32.

[...]Neste 1978, 90 anos pós-abolição – esse conto do vigário que nos pregaram – brotaram em nossa comunidade novas iniciativas de conscientização, e *Cadernos Negros* surge como mais um sinal desse tempo de África-consciência e Ação para uma vida melhor[...] *Cadernos Negros* é a viva imagem da África em nosso continente. É a Diáspora Negra dizendo que sobreviveu e sobreviverá, superando as cicatrizes que assinalaram sua dramática trajetória, trazendo em suas mãos o livro[...] - *Cadernos Negros*, vol. I, novembro, 1978.

Como um canto de cisne, em 1976, a Edibolso relança *Quarto de Despejo*, que há uma década e meia, junto de sua autora, estava em ocaso. Cogita-se, pelos jornais, que Carolina Maria de Jesus

estaria pobre e teria voltado a catar papéis. Há muito tempo deixou a casa de Santana, retirando-se para um sítio em Parelheiros. Seus autógrafos daquele ano são dados em bancas improvisadas no Viaduto do Chá, Praça da República, nas ruas. Em 1977, ela falece em condições adversas às esperadas para a mundialmente famosa autora de *Quarto de Despejo*.

Ao longo da década de 70, o cenário do ativismo político e literário negro organizado alterou-se, bem como das forças e sujeitos sociais que lhe davam suporte. O golpe de estado civil-militar incidiu agressivamente sobre os mais diferentes setores da sociedade. E as ações da década anterior, pré-golpe, podem passar a figurar como “[...]documentos de um passado que não se concretizou historicamente. Se não testemunham uma batalha perdida, pelo menos atestam que uma experiência crucial foi interrompida. A questão, é claro, está em saber o que significa essa interrupção”, afirma, Florestan Fernandes, também em 1976, à página nove do prefácio sobre seus ensaios reunidos para a segunda edição de *A Sociologia numa era de revolução social*. De fato: *se ocorrem as interrupções abruptas das ações e processos sociais; se os portadores sociais das ideias e problemas em voga nos anos 1940-60 não podem ou não são mais capazes de enunciá-las e/ou atuar em prol das mesmas, isso não significa que tais temas e questões desapareçam ou percam sua importância*. Que sentido assumirá a ruptura, que sentido darão os sujeitos sociais para ela, eis a questão.

“*Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social; mas nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer*”, escreveu Graciliano Ramos no início de suas *Memórias do Cárcere*<sup>41</sup>, sobre a repressão getulista dos anos 1930. Embora o uso seja anacrônico aqui, a frase é ilustrativa também para explicar como é possível a oposição cultural de esquerda à hegemonia política da ditadura de 1964-1985. Sobre o grupo negro organizado e seus escritores, no entanto, pouco ou quase nada se sabe desse período, não sendo tematizados pelos estudiosos do golpe e seus impactos; ou, antes, a identidade negra dilui-se na do militante político dos mais variados espectros de oposição de esquerda<sup>42</sup>. É sobre aspectos dessa lacuna, por exemplo, que se assenta a importância de um trabalho de compilação de depoimentos como o de Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, em *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*<sup>43</sup>, que embasará esta parte do capítulo.

<sup>41</sup>Ramos, Graciliano. Viagens. *Memórias do Cárcere*, 8ª ed., São Paulo, Rio de Janeiro: Martins, Record, vol. I, 1975, p.34.

<sup>42</sup>Nos trabalhos de Jacob Gorender (*Combate nas Trevas*), Marcelo Ridenti (*O fantasma da revolução brasileira e Em busca do povo brasileiro*), Daniel Aarão Reis (*A revolução faltou ao encontro*), Denise Rollemberg (*Exílio: entre raízes e radares*) etc. essa questão não é mencionada. Beatriz Kushnir realizou estudos sobre militantes judeus (*Perfis Cruzados*). A identidade feminina é tratada em diferentes trabalhos. Recentemente a Secretaria Especial de Direitos Humanos fez uma Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Negros, publicando à parte a biografia dos mesmo que integram o livro *Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*(2007).

<sup>43</sup> “[...] Percorrendo vários estados da federação e várias experiências específicas de associativismo, as mais de cem horas de entrevistas, realizadas por Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, compõem um relato que atravessa o tempo e o espaço,

Majoritariamente nascidos entre fins da década de 1940 e meados de 50, os entrevistados compõem frações de militantes do movimento negro dos anos 1970, discutindo o período em suas memórias, até o começo dos anos 2000, suprimindo a carência de trabalhos semelhantes.

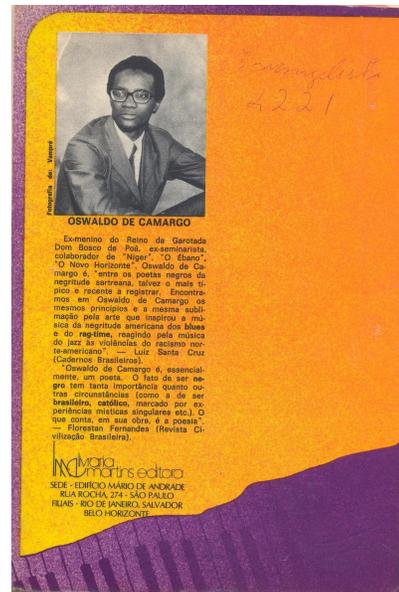
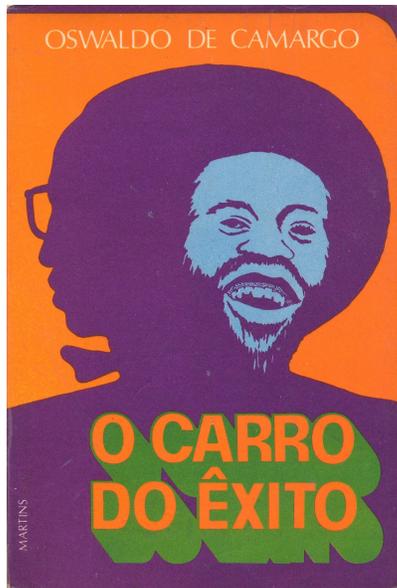
No âmbito dos depoimentos, afirma Oswaldo de Camargo sobre seu posicionamento e o de seus pares na ACN, acerca do período: “[...] *Eu acredito que todos os negros que eram da Associação se posicionaram contra [o golpe] Raramente um negro ia aceitar um golpe desses[...] A Revolução de 64 prejudicou porque houve medo de você levantar a bandeira muito acima. Houve alguém que viu a capa do meu livro, O Carro do Êxito, e falou: Por que este negócio de negro aqui?*” Entre os limites do DEOPS e da sintaxe, interrompidos enquanto experiência social, mas sem deixar de escrever e se posicionar: pós-golpe e ao longo dos anos 1970 se dá o surgimento das edições de autor, na área da Literatura Negra, em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (neste último estado, em verdade, o poeta Oliveira Silveira já auto-editava seus poemas desde 1962), como apresentado na tabela do segundo capítulo.

Igualmente, surge uma nova geração de ativistas políticos e escritores, nascidos ao longo dos anos 1950, cuja linha de transmissão com as gerações anteriores é, em grande parte dos casos, interrompida. Contudo, ao menos quatro fatores cumprem papel decisivo para que se possa estabelecer alguns vínculos: A) entrada de alguns desses ativistas no ambiente universitário, socializando-se com temas, discussões e enfrentamentos de época; B) a presença de antigos militantes e escritores no cenário social, criando um interesse por obras e pelo passado recente do negro no Brasil; c) mais específica, a difusão cultural promovida pelo jornal *Versus* (1974-1979) e a seção *Afro-Latino-América*, a partir de 1977, além de publicações como *Árvore das Palavras* e *Jornegro*; D), por fim, a penetração das ideias e informações sobre o ativismo negro em outros países, notadamente nos EUA e nas revoltas anticoloniais africanas, aventada e, de certa forma, naturalizada pela epígrafe militante de Hédio Silva. Não sendo tarefa fácil alinhar cabalmente esses eventos, dada a diversidade de sujeitos sociais que surgem sob eles ou os reivindicam como mito de origem, tentar-se-á esboçar algumas hipóteses de demonstração.

---

situando processos de socialização, esforços de organização, disputas por posição e ideias, articulações internas e externas, definição de objetivos mais amplos, participação em movimentos internacionais e em órgãos governamentais de vários níveis.[...] Chama a atenção o número de menções a livros que foram decisivos na construção da percepção de “ser um negro” ou na abertura de possibilidades de ação, pelo conhecimento de militantes históricos nessa luta. Ou seja, de como a arte é um instrumento de memória e política; de como a memória é fundamento de identidade e de uma identidade que luta por direitos.” Cf. GOMES, Angela de Castro. Prefácio In: ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araújo (orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007, pp. 10 e 12.

Ilustração 11: O Carro do Êxito, capa e matéria de Versus



Em 1972, Oswald de Camargo publicou o livro de contos *O Carro do Êxito*, pela Martins. Composto de quatorze narrativas curtas, mais um documento histórico (sobre o Ano 70 da Abolição) e dedicatórias a antigos militantes, havia ainda notas de rodapés explicativas de eventos, lugares e pessoas reais citadas, criando uma relação extra-literária do leitor com o texto, num claro intuito de construir uma ponte concreta entre a ficção e o mundo real<sup>44</sup>. Ponte esta que opera como uma passagem

<sup>44</sup>Os velhos militantes homenageados passaram, majoritariamente, pela ACN: Odacir de Mattos, Aristides Barbosa, Thereza Santos, Dalmo Ferreira, José Correia Leite, Fernando Góes, Henrique Cunha, Jaime de Aguiar e Nair Araújo. Além do Manifesto do Ano 70 (p.95), há menção de pontos de encontro de jovens negros no centro da cidade (p.17), apresentação do poema “Protesto”, de Carlos Assumpção (p.34) ou de “A África está se libertando”, de Belsiva (p. 59). Cf. CAMARGO, Oswald de. *O Carro do Êxito*, São Paulo: Martins, 1972. Em julho de 2010, apresentei comunicação no XIV Simpósio da ANPUH intitulada “Oswaldo de Camargo e as representações do negro em São (1950-1970)”.

para o passado, para os jovens leitores da década de 70. O universo dos personagens gira, em grande medida, em torno da cidade de São Paulo, com suas associações negras (em contos como “Oboé”, “Níger”, “Negrícia”, “Família”, “Damião”). Mas também de outros ambientes e situações, como a passagem do meio rural para o urbano (“Maralinga”, “Deodato”, “Genoveva”, “Medo”) ou da busca individual por uma identidade, de um jovem negro na metrópole (“Porque fui ao Benedito Corvo”, “Louçã”, “Civilização”, “Negritude”, “Esperando o Embaixador”). Afirma o autor:

Então, note bem: esse trajeto que eu levo de conviver na Associação Cultural do Negro, de ir para o interior fazer palestras[...]Então, uma vivência no meio negro. Frequentando botequins, frequentado bares, frequentado tudo... então, o material meu foi aí, esses tipos que andavam por aí. Tipo que está cursando um ano de faculdade, outro que está procurando não sei o quê, outro que é revisor, o outro que quer virar ator, outro que quer virar músico... Então, eu, em parte, eu sou aqueles personagens também. Eu também estou procurando. Então, quando eu escrevi *O Carro do Êxito* – basta o nome também: existe *O Carro da Miséria*, do Oswald. O meu é o Carro do Êxito – o sucesso está aí, a gente precisa também ser igual, estar à mesma altura, ter os mesmos benefícios também.<sup>45</sup>

Ou seja: no limite sociológico, trata-se de uma discussão sobre as tentativas de integração de frações negras médias à sociedade envolvente. Embora não seja possível discutir em detalhes, neste momento e nos limites da tese, esse volume de contos, é necessário que se reflita, no entanto, sobre a atribuição de significados e importância que é dada, pela constituição de personagens referenciados dentro de um universo negro, urbano e com uma identidade alternativa ao período da condição de escravo. Em *O Carro do Êxito* o sujeito negro de classe média, pequeno-burguês e habitante do grande centro urbano é o personagem central e multifacetado, inserido com maior ou menor sucesso em diferentes situações da vida cidadina. “[...]universitários, bancários... dona de livraria. Então, esse é o ambiente.”<sup>46</sup>, afirma Camargo, sobre a atmosfera dos contos, que tornaria a repetir, anos depois, na novela *A Descoberta do Frio* (1979), onde o frio operará como metáfora para o preconceito e discriminação racial.

A representação literária desse universo, de maneira memorialística, cumpriria outras funções ainda. Se o autor, *a posteriori*, afirma que o interesse era forjar uma mensagem de positividade para as ações e vivência negras, *para um novo portador social*, sugerindo a busca por reconhecimento e respeito, *há uma conexão de sentidos entre o passado e o presente* de então. Um de seus leitores, daquela década, jovem, negro, de classe média, prestes a entrar em universidade e que viria a ser membro fundador dos *Cadernos Negros* – junto com Camargo – afirma:

<sup>45</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo. *O Carro da Miséria* foi publicado em 1946 por Mário de Andrade, em verdade.

<sup>46</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo.

Uma coisa importante para mim foi encontrar um livro do Oswaldo de Camargo, chamado *O Carro do êxito*. É um livro de contos, mas foi o primeiro livro de literatura que eu comprei, numa livraria comum na praia de Santos, que falava das entidades negras de São Paulo. E também tinha uma coisa fundamental: ele escreve muito em primeira pessoa, a primeira pessoa de um negro. Aí eu vi a foto do autor e falei: “Puxa!” Foi um deslumbre para mim[...] O Oswaldo foi uma pessoa importantíssima como um elo de gerações. Sabia muito! Ele conheceu o Correia Leite quando ainda era novo. Então, para mim, esse livro foi um deslumbre, assim como o livro do Abdias, *O negro revoltado*, que eu também comprei em Santos. Foi também um grande deslumbre saber que já tinha havido congressos, jornais, Teatro Experimental do Negro e tantas outras coisas. Essas duas obras nortearam bem a minha vida nesse período.<sup>47</sup>

No âmbito da experiência literária e da militância cultural, *autor e obra passam a operar, de fato, como elo nesta década*. Trabalhando há anos nas redações dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, alguns anos depois de *O Carro do Êxito*, Camargo seria procurado por seu colega de jornal, Marcos Faermann, criador de uma das mais inventivas publicações da imprensa alternativa dos anos 1970, o *Versus, jornal de cultura, política e aventura*<sup>48</sup>. Desde sua segunda edição, esse jornal publicou temas relacionados ao universo negro brasileiro e africano; no tocante a isto, copiava-se matérias de organismos internacionais ou se angariavam colaboradores/ correspondentes.

Assim, seus leitores entre outubro de 1975 (nº 2) e junho de 1977 (nº 11) tomaram contato, por exemplo, com a arte de máscaras negro-africanas (com o documentarista francês Chris Marker); as origens e o desenvolvimento do *apartheid* na África do Sul; os processos de luta anticolonial em Guiné-Bissau e Angola; bem como o pensamento dos líderes revolucionários Agostinho Neto e Mário de Andrade (Angola), Amílcar Cabral (Cabo Verde), Eduardo Mondlane (Moçambique); ou, ainda, sobre o exílio de José Celso Martinez Corrêa e Celso Luccas em Moçambique, que resultaria na produção do filme *25*, dirigido por ambos, sobre a revolução naquele país. Como demonstra a tabela abaixo:

*Tabela 2: Matérias publicadas em Versus, 1975-1977. Fonte: AEL-Unicamp*

<b>Autor</b>	<b>Artigo</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Páginas</b>
Chris Marker	Arte Negra: as estátuas também morrem	2	1974/1975	39-41
Luiz Gê	Angola (em quadrinhos)	3	1975	25-28

<sup>47</sup>Cf. Cuti. In: ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araújo (orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007, pp. 91-92.

<sup>48</sup>Sobre o surgimento, história e desaparecimento do *Versus*, entre 1975 e 1979, consultar: KUCINSKY, Bernardo. *Versus: a política como metáfora, Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, São Paulo: Edusp, 2ª ed., 2003, pp. 249-269. Colaboraram com o jornal Eduardo Galeano, João Antônio, Plínio Marcos, Eric Nepomuceno, Fernando Moraes, Márcio Souza, Ênio Squeff, José Miguel Wisnik, Paulo de Tarso Wenceslau etc. além de contar com textos de Júlio Cortázar e Gabriel Garcia Márquez, desenhos de Luís Gê, Jayme Leão, Angeli, Paulo e Chico Caruso, entre outros.

Autor	Artigo	Nº	Ano	Páginas
Vitor Vieira	Esta é a crônica da África do Sul de tempos atrás: a da submissão	5	1975	42
Licínio Azevedo e Maria da Paz Rodrigues	Quatro relatos da Guiné-Bissau	7	Dezembro/1976	03 06
Licínio Azevedo e Maria da Paz Rodrigues	Encontro em Lisboa[sobre Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Mário de Andrade e Amílcar Cabral]	8	Março/1977	40-42
MPLA – Agostinho Neto	Documentos Africanos: Os crimes de Mobutu	10	Maió/1977	36-38
Maria da Paz Rodrigues e Licínio Azevedo	Com o presidente da Tanzânia, na Guiné	10	Maió/1977	38
Alberto Villas	25, um filme de José Celso Martinez e Celso Luccas [sobre Moçambique]	11	Junho/1977	03 07
Neusa Maria Pereira	Pela mulher negra	11	Junho/1977	8

Como afirma Bernardo Kucinsky, embora fosse “[...] *uma revista que não se propunha a organizar o ativismo político ou a subsidiar esse ativismo*”<sup>49</sup>, em função da disposição de seu criador, *Versus* criou uma abertura inédita e interessante na imprensa brasileira de então<sup>50</sup>: temas latino-americanos, africanos e brasileiros sob o ângulo de ativistas revolucionários. A África mítica e literária dos ativistas e escritores dos anos 1950/60, por exemplo, teria maiores subsídios para começar a ceder espaço a aspectos de uma luta política a quente, ao calor da hora dos países lusófonos, com seus avanços, contradições, retrocessos e, também, novos mitos, reinterpretados por ativistas negros no Brasil<sup>51</sup>.

Além disso, o *Brasil Negro* (ou seus aspectos) entra nas páginas da publicação, resultando num outro patamar da disposição anterior. Faermann “[...] *chegou para mim e pediu que eu arregimentasse – isso precisa ser dito – alguns negros para fazer esta página [Afro-Latino-América]*”<sup>52</sup>, a partir do

<sup>49</sup> KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, Op. Cit, p. 258.

<sup>50</sup> Omar L. De Barros Filho afirma: “Marcos Faermann e eu discutíamos mudanças editoriais no *Versus*[...] As cobranças por posicionamentos firmes não paravam. Disse a ele certa vez:[...] – O Brasil negro, por exemplo, está ausente de nossas páginas. Estamos girando em torno da revolução africana e nada de Brasil.[...]Faermann tinha uma rápida solução editorial para tudo: [...]– Conheço o Oswaldo Camargo, um intelectual. Vou falar com ele e resolver o assunto.” Ver: “Um tributo a Zulu Nguxi (1953-1999)”, 09/12/2007 In: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=463FDS001>, Acessado em 25/05/2010.

<sup>51</sup>É importante mencionar também o início da publicação da série literária Coleção Autores Africanos, organizada por Fernando Augusto Albuquerque Mourão (USP) e editada pela Ática, ao final da década de 70 até o começo dos anos 1990. A realidade colonial, o processo de descolonização, histórias tradicionais, o cotidiano de Egito, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Costa do Marfim, Nigéria etc. retratados por autores como Luandino Vieira, Bernard Dadié, Chinua Achebe, Pepetela, entre outros. Além de ser prefaciada por especialistas em história e literatura africanas. Isso também fornece um leque de leituras mais amplas e acesso a momentos mais próximos daquele continente, seja para escritores, militantes ou interessados em geral.

<sup>52</sup>O escritor se afastou da seção, logo depois dos dois primeiros números, por não concordar com a orientação política assumida por seus colegas mais jovens: “*E convidei o pessoal. Mas, note bem: tudo que eu fazia era muito mais visando o*

número 12, julho/agosto de 1977, uma seção permanente. Novamente de acordo com Kucinsky, “[...] *No seu apogeu, entre julho e novembro de 1977, já mais organizado, chegou a vender mais de 35 mil exemplares por edição[...]*” E ainda: “[...] *a política real penetra em Versus, através de um caderno dedicado à questão negra, Afro-Latino-América, que se torna um espaço de aglutinação de militantes do movimento negro, o primeiro jornal negro dentro de um outro jornal*”<sup>53</sup>. Cruzados os argumentos, deduz-se que, de maneira excepcional, uma imprensa negra, com seus temas e debates, foi capaz de começar a sobrepujar sua marginalidade histórica e alcançar um público mais diversificado, inserindo numa certa faixa de leitores as discussões empreendidas na seção Afro-Latino-América.

Sua equipe inicial, composta além de Oswaldo de Camargo pela jornalista Neusa Maria Pereira, Hamilton Bernardes Cardoso[Zulu Nguxi] e Jamu Minka (ambos jornalistas formados pela USP, viriam a ser colaboradores frequentes de *Cadernos Negros*, especialmente o segundo, que se torna membro do Quilombhoje nos anos 1980), além de outros jornalistas e ativistas que, de eventuais, se tornam articulistas permanentes. Eles trouxeram à baila, entre seu número inaugural e até a última edição (coincidindo com o último número de *Versus*), em outubro de 1979, matérias sobre a história da imprensa e Literatura negra no Brasil; entrevistas com personalidades artísticas e políticas (Grande Otelo[ator], Adalberto Camargo[político], Dilce Pires[política], Thereza Santos[ativista política e cultural], Francisco Lucrécio[membro da Frente Negra]); história de antigas associações negras (Frente Negra, ACN, Vai-Vai) e novas, surgidas naquela década (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África[*Sinba*], Centro de Cultura e Arte Negra[*Cecan*], Festival Comunitário Negro Zumbi[*Feconezu*], Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira[*Acacab*]); espaço para difusão de ideias sobre a organização política negra em países africanos e nos EUA, notadamente através dos antigos exilados Abdias do Nascimento e Thereza Santos; ou, ainda, as notícias sobre a vida negra no Brasil, angulada pela discriminação, pela revisão histórica de eventos, a questão da mulher negra ou a participação na cultura e política. Ou seja, não apenas sobre o lamento da escravidão, mas sobre a discriminação no século XX e também indo além no repertório de temas e problemas.

Documenta e se torna ferramenta de veiculação das discussões em torno do Movimento Negro contemporâneo e das primeiras ideias do MNUCDR (Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial), uma vez que vários, se não todos os membros da equipe se engajam nele ou

---

lado da literatura, mas o jornal, o Marcos tinha um sentido muito politizado. E também o Hamilton tinha também, o Jamu tinha mais que eu. Então, a minha presença, na verdade... eu convidei essas pessoas, fizemos um número juntos e depois eu caí fora. Porque o rumo que pegou, não era o meu rumo, entendeu?[...]Eu convidei esse pessoal, mas eram jovens com outro ímpeto. Eu estava numa outra.” Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo.

<sup>53</sup>KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, Op. Cit, pp. 250 e 258, respectivamente.

cedem espaço a seus militantes não ligados a *Versus* para que escrevam em suas páginas (como Rafael Pinto e Milton Barbosa). Impossibilitada a tese, em tempo e espaço, de discutir em detalhe esse conjunto rico de matérias, a tabela seguinte procura dar conta, insuficientemente, do mapeamento das mesmas publicadas a partir da criação de Afro-Latino-América.

Ilustração 12: *Versus* e o início da seção Afro-Latino-América



Tabela 3: Seção Afro-América-Latina em *Versus*, 1977-1979. Fonte: AEL-Unicamp

Autor	Artigo	Nº	Ano	Páginas
VERSUS	Afro-Latino-América	12	Julho-Agosto/1977	30
Jamu Minka, Neusa Maria Pereira e Zulu Nguxi [Hamilton Cardoso]	Nem almas brancas, nem máscaras negras	12	Julho-Agosto/1977	30-31
Oswaldo de Camargo	Pequeno Mapa da Poesia Negra	12	Julho-Agosto/1977	31-33
Licínio Azevedo	O Grande Otelo	12	Julho-Agosto/1977	44-45
Zulu Nguxi	Páginas brancas de uma noite negra	13	Agosto-Setembro/1977	31;34
Neusa Maria Pereira	Tião, Tião	13	Agosto-Setembro/1977	31; 32
Afro-Latino -América	Morte sem preço; Na cidade do carvão; Disco Preto; Nossos dias, nossa História; Imprensa Negra; Secan [sic]; Lombada	13	Agosto-Setembro/1977	31-34
Afro-Latino-América	América Negra; Brasil Negro não vai à Colômbia; Nossa História	14	Setembro/1977	25
Hélio Santos	13 de Maio ou 1º de Abril?	14	Setembro/1977	26-27

<b>Autor</b>	<b>Artigo</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Páginas</b>
Jamu Minka e Neusa Maria Pereira	28 de Setembro [entrevista com Adalberto Camargo]	14	Setembro/1977	28
Afro-Latino-América	Pastores da Noite	14	Setembro/1977	28
Afro-Latino-América	Contra o racismo por uma nova história	15	Outubro/1977	34
Claudius	Lição de liberdade [desenhos sobre Guiné-Bissau]	15	Outubro/1977	35-41
Afro-Latino-América	Palmares fazendo liberdade	16	Novembro/1977	38-39
Abdias do Nascimento	Democracia racial: mito ou realidade?	16	Novembro/1977	40
Afro-Latino-América	Re-e-du-car; 25: africa made in africa; Evolução	16	Novembro/1977	41
Afro-Latino-América	Racismo 77	17	Dezembro-Janeiro/1977-1978	38
Nicolás Guillén	Pequena ode a um boxeur cubano	17	Dezembro-Janeiro/1977-1978	39
Afro-Latino-América	Amandla: Steve Biko	17	Dezembro-Janeiro/1977-1978	39
Afro-Latino-América	Reorganização; ACACAB	17	Dezembro-Janeiro/1977-1978	40
Abdias do Nascimento	Democracia Racial: mito ou realidade	17	Dezembro-Janeiro/1977-1978	41-42
Jean-Paul Sartre	Ser Negro	18	Fevereiro/1978	37
Ivan Maurício	No Canavial	18	Fevereiro/1978	38
Afro-Latino-América	O líder negro dos canaviais	18	Fevereiro/1978	39
Afro-Latino-América	A Frente Negra Brasileira [entrevista com Francisco Lucrécio]	18	Fevereiro/1978	40
Abdias do Nascimento	Democracia Racial: mito ou realidade	18	Fevereiro/1978	41
Clóvis Moura	O negro na sociedade civil	19	Março-Abril/1978	39-41
Neusa Maria Pereira	Onde estão os Panteras?	20	Abril-Maio/1978	41
Afro-Latino-América	Denúncia; Nós na Convergência; 90 anos de ilusão	20	Abril-Maio/1978	42
Hamilton Bernardes Cardoso	Alguns pontinhos...; Cerimônia para o assassinato de um negro	22	Junho-Julho/1978	38-39
Neusa Maria Pereira	Mulher 1	22	Junho-Julho/1978	39
Amílcar Cabral	Iluminações	21	Maio-Junho/1978	37
Rui Veiga	Diálogo dos Explorados	21	Maio-Junho/1978	39-40
Neusa Maria Pereira	13 de Maio: Um dia de denúncia contra o racismo	21	Maio-Junho/ 1978	41
Afro-Latino-América	A luta pelo P.S.; Redescoberta da África; Novas publicações negras; Saiu Tição; Um grito no soul	21	Maio-Junho/1978	42
Marcos Faermann	Histórias	23	Julho-Agosto/1978	2
Hamilton Bernardes Cardoso	E agora?	23	Julho-Agosto/1978	32-33
Neusa Maria Pereira	O sete de julho	23	Julho-Agosto/1978	34
Presidiários do Grupo	Nós, netos de Zumbi, assim pensamos e assim	23	Julho-Agosto/1978	35

<b>Autor</b>	<b>Artigo</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Páginas</b>
Afro-Brasileiro da Casa de Detenção de São Paulo	escrevemos a vocês, irmãos e também netos de Zumbi			
Roberto Almeida	O povo é mais forte que a morte	23	Julho-Agosto/1978	35
Afro-Latino-América	Um ano de Afro-Latino-América	24	Setembro/1978	38
Hamilton Bernardes Cardoso	Cafundó: As manias dos reis e a resposta do escravo	24	Setembro/1978	38-39
Wanderlei José Maria	Mudem de estação: queremos um programa!	24	Setembro/1978	40
Celso Prudente e Wilson Prudente	O negro nas lutas populares	24	Setembro/1978	40
José Adão de Oliveira	Movimento Negro	24	Setembro/1978	41
Noêmia de Souza	Moças das Docas [poema de Moçambique]	24	Setembro/1978	41
Maria Dulce Pinheiro Pinto	Garra Negra	24	Setembro/1978	41
Afro-América-Latina	É proibido discriminar	24	Setembro/1978	42
Hamilton Bernardes Cardoso	Cala boca macaco!	24	Setembro/1978	42
Vanderlei José Maria	O movimento avança	25	Outubro/1978	40
Afro-América-Latina	Um prá lá, um prá cá	25	Outubro/1978	41
Oliveira Silveira	Ventre livre, corpo escravo	25	Outubro/1978	42
Baxter Smith	FBI contra o movimento negro	25	Outubro/1978	43-44
Vanderlei José Maria	Allons enfants de la patrie!	26	Novembro/1978	39
Astrogildo Esteves	Os caminhos do movimento negro	26	Novembro/1978	40
Afro-América-Latina	Entrevista Dilce Pires	26	Novembro/1978	41
Hamilton Bernardes Cardoso	Em Cartaz	26	Novembro/1978	42
Vanderlei José Maria	O homem de smoking contava seus dólares	26	Novembro/1978	43
MNU	Leis internas e a ordem racial	27	Dezembro/1978	40
Rafael Pinto	Quilombos e a resistência popular	27	Dezembro/1978	41
Milton Barbosa	O jogo de cão e gato	27	Dezembro/1978	41
Afro-América-Latina	Entrevista Drake Koka	27	Dezembro/1978	42
MNU	Manifesto 20 de Novembro	27	Dezembro/1978	Contracapa
Hamilton Bernardes Cardoso	Carta aos irmãos da diáspora	28	Janeiro/1979	42-43
Omar de Barros Filho	Dura Angola Livre	28	Janeiro/1979	44-45
Hamilton Bernardes Cardoso	As raízes de Tereza Santos	28	Janeiro/1979	45
Hamilton Bernardes Cardoso	Luta, História e Festa: 1º Feconezu	28	Janeiro/1979	46-47
Hamilton Bernardes Cardoso	Movimento Negro	29	Fevereiro/1979	38

<b>Autor</b>	<b>Artigo</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Páginas</b>
Paulo de Tarso	Civilização Branca, Força Bruta	29	Fevereiro/1979	39
Hamilton Bernardes Cardoso	O deus do dinheiro... contra o samba do asfalto	29	Fevereiro/ 1979	40-41
Astrogildo Esteves Filho	As raízes de Tereza Santos: Guiné-Bissau	29	Fevereiro/1979	42-43
Vanderlei José Maria	África, atenção!	30	Março/ 1979	37
Ernest Harsch	Um ano de intensas lutas no continente	30	Março/1979	38-40
Astrogildo Esteves Filho	As raízes de Tereza Santos: Angola	30	Março/1979	41-43
Wanderlei José Maria	O cadafalso e suas cordas	31	Abril/1979	38-39
Astrogildo Esteves Filho	Descaminhos de uma revolução	31	Abril/1979	40-41
John Hope Franklin	God bless you, Mr. King!	31	Abril/1979	42
Malcom X	Por minha própria boca, por minha própria mente	32	Junho/1979	41-42
Hamilton Bernardes Cardoso	Em defesa do marxismo	33	Agosto/1979	37-38
Hamilton Bernardes Cardoso	O Quilombismo	34	Outubro/1979	36-38
Afro-Latino-América	E agora, Angola?	34	Outubro/1979	40

O fecho para a ambiência dessas ideias se dá com a exposição do último ponto dos quatro elencados antes. Havendo alguns velhos militantes à disposição de quem os quisesse ouvir; um veículo de difusão excepcional para algumas ideias latentes; uma produção literária nova, editada às próprias custas ou que se dedicasse a ser uma ponte entre dois mundos geracionalmente distantes fornecendo estofos históricos, resta questionar sobre o público. Qual a recepção possível a essas ideias e situações? Tomando alguns depoimentos coletados por Alberti e Pereira, tem-se uma boa pista para a repercussão ideal (entre novos ativistas e escritores negros ou apoiadores da causa), mesclando literatura e política:

[...]eu conheci duas pessoas que foram muito importantes na minha vida: o falecido Hamilton Cardoso, que vinha da Universidade de São Paulo e o Milton Barbosa, que também já estava dentro da faculdade de Economia da USP. E eles tinham um núcleo já da questão racial, dentro da universidade. Tinha o Rafael Pinto, o Hamilton e, dentro da PUC, tinha uma pessoa que hoje mora no Rio, o Astrogildo [Esteves Filho][...]jornal Versus, que foi um núcleo bastante importante do debate racial aqui no Brasil.[...] Foi um jornal fundamental para a existência do movimento negro; ele centralizava o debate mais teórico sobre o racismo no Brasil em textos muito importantes. – Flávio Jorge Rodrigues da Silva (pp.116-117)

[...]Mas quando entrei na universidade[UFSCar], acho que no segundo ano, cruzei com outro negro que passou por mim e estudava lá[...] Depois vim saber que o pai dele, Henrique Cunha, tinha sido militante[...] No dia 13 de maio de 1973, o Cunha Júnior falou: “Eu tenho que escrever alguma coisa sobre racismo. Escreve um artigo que eu escrevo outro.” Eu falei: “Está bom”. Aí escrevemos dois artigos para os dois jornais da cidade. O cara que leu o meu artigo me chamou para conversar. Quem era? Clóvis Moura. Eu falei: “Eu conheço você”. Aí esse cara me adotou.[...]O Cunha depois me trouxe para São Paulo e me apresentou aos militantes antigos: Correia Leite, Jayme Aguiar – toda essa turma da velha guarda eu ainda conheci na casa dele.[...]Odacir de Mattos[...] Aí nos deparamos com um intelectual de peso que era o Eduardo de Oliveira e Oliveira[...]Aí, um belo dia na Funbec [seu emprego]ouvi alguém falando se não queria convidar algumas pessoas para ir para Angola. A Unesco estava convidando para trabalhar com ensino de ciências lá. O cara que estava na minha frente não queria ir e falou assim: “Vou fazer o quê lá?” Eu falei: “Está bom”[...]Eu achava que tinha um papel militante lá também. Aí, no primeiro dia em que fiquei lá, comecei a mandar sistematicamente jornais, revistas e livros para o Brasil inteiro. Mandeí milhares, pode colocar milhares. Eu chegava segunda-feira no correio com 50 pacotes de jornais, revistas e livros[...] Fazia isso com meu dinheiro. Eu ganhava bem, era consultor da Unesco[...]Tudo o que as pessoas tinham ouvido falar de África, eu comecei a desconstruir, mandando aquilo[...] Quem passa por uma revolução como aquela, onde você vê fome, miséria, falta, é dureza. Você não pode falar de negritude se você precisa comprar uma lâmpada. E como é que você vai comprar esta lâmpada? Você precisa ter produção[...] A experiência em Angola fazia com que eu visse quem estava no Brasil como ingênuo[...]Aquilo não batia com o que eu tinha vivido. Mãe África, essas coisas, me deixavam aborrecido. – Ivair Augusto Alves dos Santos (pp. 90-91 e 78-79, respectivamente)

A minha militância se dirigiu mais para área da cultura e, depois, mais precisamente para área de literatura. Mas continuei uma pessoa interessada em outros aspectos da questão racial, sobretudo a questão da memória. Aí foi que eu encontrei o [José]Correia Leite[...] Como eu estudava na época, pensei em fazer um trabalho sobre o Correia Leite e fui conversar com ele[...] tinha que fazer um livro dele, com depoimentos dele – Cuti[Luiz Silva] (pp.91-92)<sup>54</sup>

No limite do que é possível supor e deduzir, pode-se afirmar que ao menos um conjunto de novos ativistas políticos e culturais negros, oriundos de uma extração social média, estudantes universitários e/ou interessados nesse debate tomam contato com o rol de temas à disposição nas páginas dos jornais e nas novas associações (como o Cegan, em São Paulo). Sujeitos que já possuem condições de fazer algo socialmente com essas novas ideias. Analisadas as epígrafes desta subparte do

---

<sup>54</sup>Todas as citações acima, ver: ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araújo (orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. Colchetes meus.

capítulo, à luz dessas últimas discussões, fica mais claro perceber as articulações entre elas. Com o detalhe que se coloca em escala de *processo histórico* aquilo que Hédio Silva, nos negritos destacados em sua fala, afirma como algo que *sempre* foi uma preocupação dos ativistas negros. E como, a partir desse momento, há uma sedimentação de um conjunto de temas e problemas, que se remetem a questões irresolutas do passado, relacionados à história do universo negro (nacional e em outras partes acessíveis aos brasileiros), estimulados à discussão por antigos ativistas desalojados de suas posições e uma nova geração disposta, que assume uma gama de tarefas e lacunas a serem preenchidas. E como isso passa a ser uma proposta, por exemplo, do grupo fundador dos *Cadernos Negros*, a partir de 25 de novembro de 1978.

### *Entre maio e novembro: estética e política negras*

*Já não há mais razão de chamar as lembranças/e mostrá-las ao povo/ em maio/ Em maio sopram ventos desatados/ por mãos de mando, turvam o sentido/ do que sonhamos/ Em maio uma tal senhora liberdade se alvoroça/ e desce às praças da boca entreaberta/ e começa:/ Outrora, nas senzalas, os senhores.../ Mas a liberdade que desce à praça/ nos meados de maio/ pedindo rumores,/ é uma senhora esquelética, seca, desvalida/ e nada sabe de nossa vida/ A liberdade que sei é uma menina sem jeito/ vem montada no ombro dos moleques/ e se esconde/ no peito, em fogo dos que jamais irão à praça/Na praça estão os fracos, os velhos, os decadentes/ e seu grito: Ó bendita Liberdade!/ E ela sorri e se orgulha, de verdade,/ do muito que tem feito – Em maio, Oswaldo de Camargo, Cadernos Negros, vol. 3, 1980*

*A primavera de maio do Movimento Negro brasileiro recente aconteceu dez anos depois da primavera de Praga e do maio de 1968 dos estudantes franceses. Aconteceu precisamente em 1978 quando: 1) o poeta negro Cuti (Luiz Silva) publica Poema da Carapinha, retomando o processo evolutivo da literatura de temática negra que Solano Trindade nos legou; 2) em São Paulo jovens escritores negros lançam o primeiro número dos Cadernos Negros; 3) ainda em São Paulo, em 18 de junho, era criado o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, primeiro movimento negro de caráter nacional depois da Frente Negra Brasileira, na década de 30<sup>55</sup>*

No 90 ° aniversário da Abolição, ativistas e escritores negros, insatisfeitos com as condições presentes de seu grupo social, legadas por aquele processo histórico, bem como com os últimos quatorze anos de estado ditatorial, retornam ou emergem à cena histórica, com bandeiras várias,

---

<sup>55</sup>SILVA, Jônatas Conceição da. Histórias de lutas negras: Memórias do surgimento do movimento negro na Bahia. In: Movimento Negro Unificado. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*, São Paulo: Confraria do Livro, 1988, p.07.

buscando chamar atenção coletiva e organizadamente. Agora, o objetivo desses grupos aparece em dupla chave: de um lado, criar uma organização de abrangência nacional; e, de outro, simultaneamente, uma publicação auto sustentada por seus escritores, capaz de congrega a produção literária de poetas e contistas negros. Uma vez mais a cidade de São Paulo é o espaço privilegiado para que tais iniciativas ocorram e se desenvolvam.

Quais as condições sociais que permitem essas ações, em meio a uma ditadura civil-militar? Difícil explicar perfeitamente. Os atos do associativismo negro, mesmo que diluídos e sem a mesma expressão de décadas anteriores, nunca cessaram por completo. A ACN, como visto, existiu com dificuldades ao longo da década de 1970, extinguindo-se em 1976; seus interlocutores e rivais, como a Casa de Cultura Afro-Brasileira ou o Club 220, idem. Importante mencionar que os antigos ativistas e suas organizações ainda eram convocados para debates ou para efetivamente se confrontar com a realidade social daquele presente. Três exemplos: 1) em 04 de março de 1968, a série *Cadernos Brasileiros* promoveu o encontro *80 Anos de Abolição*, mediado por Clarival do Prado Valladares, membro do Conselho Federal de Cultura. Estiveram presentes à sessão: Abdias do Nascimento, José Correia Leite, Sebastião Rodrigues Alves, Oscar de Paula Assis (intelectuais e ativistas negros), Raimundo Souza Dantas (escritor e primeiro embaixador negro do Brasil) e Édison Carneiro, renomado pesquisador. Entre esse último e Nascimento ocorrem divergências agudas, bem como com Correia Leite<sup>56</sup>; 2) Se o embate aqui aparece entre homens de mesma geração, unidos em experiências sociais semelhantes, em 1977, o Club 220 se confrontará com jovens negros, nascidos ao longo dos anos 1950, críticos da harmonização, como afirma João Batista Félix<sup>57</sup> em sua tese; 3) Ou ainda, como relembra

---

<sup>56</sup>Cf. *80 Anos de Abolição*, Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros S.A., 1968. Valladares inicia sua fala afirmando que a pergunta central da data e do encontro era *Qual a posição atual do negro no Brasil?* E que não caberiam respostas eruditas, dadas como “[...]por exemplo, pelo grupo de Florestan Fernandes. Por maior apreço que se tem ao autor, não cabe nessa reunião de hoje as afirmações já formuladas”. (p.11). Carneiro, em sua exposição, discute a tese de Fernandes, sobre a passagem do escravo ao cidadão, afirmando que o sociólogo teria se equivocado, por não ter elementos comprobatórios para a tese, uma vez que ninguém pensou efetivamente sobre a integração do negro no pós-abolição. Ao que Correia Leite responde: “[...]Em São Paulo, pelo menos o próprio negro pensou na sua integração, em lutas que há mais de cinquenta anos vem travando através de jornais e entidades culturais.[...] E o senhor diz que o livro professor Florestan Fernandes *A Integração do Negro na sociedade de classes* é falho. Aquele capítulo das lutas sociais do negro é coisa positiva. Não tem nada de falho” (p.18). O confronto mais violento se dará entre Carneiro e Nascimento, ao longo de todo o debate.

<sup>57</sup>“Além dos bailes e convescotes mensais, o Clube 220 também decidiu organizar a partir de 1962, o concurso “Bonequinha do Café”, que elegia e coroava a negra paulistana mais bonita, como que resgatando a atividade “Bonequinha de Pixe” do TEN. A entrega do título ocorria sempre no dia 13 de maio[...] no Largo do Paiçandu [sic], em frente ao Monumento em Homenagem à Mãe Preta e nos fundos da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.[...]Na entrega do título “Bonequinha do Café”, de 1977, em determinado momento foi aberta no meio do público uma faixa com os dizeres “Abaixo o Racismo Brasileiro”. O evento foi presenciado pelo General Comandante do II Exército, representando o Presidente da República, à época General Presidente Ernesto Geisel, o governador do Estado Paulo Egídio Martins e o Prefeito da cidade de São Paulo, Olavo Setúbal. O fato constrangeu muito as autoridades no palanque[...] Um outro grupo levou um manifesto ao palanque e exigiu espaço para lê-lo. A direção do evento, no início, não cedeu. No entanto, por causa dos insistentes pedidos do público presente, o senhor Frederico Penteado, presidente do Clube 220, decidiu fazer a leitura. O teor do panfleto era extremamente crítico às relações raciais brasileiras e desgostou profundamente os organizadores do evento, embora a assistência tenha até aplaudido parte do manifesto. A partir de então o Clube 220 nunca mais entregou o

Amauri Mendes Pereira, da resistência entre alguns jovens militantes negros de São Paulo a Abdias do Nascimento, na fundação do MNU, em 1978<sup>58</sup>.

Em 1971 surge em São Paulo o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), cuja trajetória conecta o fim da ACN ao bojo do MNU e dos Cadernos Negros. Deslocando-se para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, tem-se ações semelhantes, como a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África [SINBA] e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras [IPCN], na capital carioca; e o Grupo Palmares (1971-1978), na capital gaúcha. Este último aliás, através do poeta negro Oliveira Silveira, torna-se responsável por pautar o questionamento histórico do 13 de Maio de 1888, propondo alteração como data de luta política o 20 de novembro de 1695, que se tornaria o Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi e ao Quilombo dos Palmares<sup>59</sup>.

Não é exagero afirmar, portanto, que se tratam de ações que vão acontecendo no subterrâneo do cotidiano ditatorial e se enredando, constituindo em conflito interno ou aproximação entre gerações, no sentido de criar facetas de um objetivo comum. Nas memórias de diferentes ativistas o CECAN é um desses espaços que promoverão o encontro entre a antiga e velha geração de negros organizados. De acordo com a dissertação de Joana Maria Ferreira da Silva,<sup>60</sup> foi idealizado e fundado por Thereza Santos, sendo apoiada e ajudada na organização pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira e o jornalista Odacir de Mattos. Este último conduziu o centro, a partir de 1974, quando Santos se exilou do país, indo participar dos processos revolucionários da África Lusófona (Angola e Moçambique, especificamente), como visto na discussão anterior sobre o *Versus*. Oliveira e Oliveira, bem como Mattos, foram membros da ACN, sendo que o primeiro foi o co-responsável por levá-la a uma nova sede, na Casa Verde. De acordo com Silva, o CECAN é produto direto da ACN, embora ela minimize esse aspecto em seu trabalho<sup>61</sup>. Nas memórias de alguns militantes, o CECAN operaria como esse espaço catalisador das novas propostas com a velhas ideias:

---

“Bonequinha do Café” em praça pública.” Cf. FELIX, João Batista de Jesus. *Hip-Hop: cultura e política no contexto paulistano*, Tese de Doutorado em Antropologia Social, FFLCH-USP, 2005, p. 46. O autor da tese afirma que sua fonte para o evento citado foi conversa com Hamilton Bernardes Cardoso, em 1994.

<sup>58</sup>“Então foi fundado o MNU e, no outro dia, veio o Abdias do Nascimento, já com Elisa Larkin.[...] E aí se faz a discussão, as maiores brigas. Já queriam detonar o Abdias, porque as principais lideranças ali eram Hamilton [Cardoso] e Miltão [Milton Barbosa]. Um pouco Rafael e um pouco Neusa Pereira. E, principalmente, Hamilton e Neusa eram filiados à Convergência Socialista, os trotskistas[...].Eles diziam: “O Abdias é um burguês negro que foi para os Estados Unidos. Agora vem aqui querendo mandar. Não tem nada disso. Vamos detonar o Abdias”. Aí tivemos que circular um papel dizendo: “O que é isso? É hora de juntar, hora de união. O cara lutou, o cara é de luta!” Enfim, aceitamos o Abdias, “quebramos o galho” dele – realmente era assim, a radicalidade era muito grande: era quase um favor ao Abdias do Nascimento”. Cf. ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar. *Histórias do Movimento Negro no Brasil, Op. Cit.*, pp. 154-155.

<sup>59</sup>Sobre o surgimento do IPCN, Sinba, ver os depoimentos de Yedo Ferreira, Amauri Mendes Pereira e Carlos Alberto Medeiros, entre outros, no livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*. No mesmo volume, os depoimentos de Oliveira Silveira sobre o 20 de Novembro, às páginas 131-134.

<sup>60</sup>SILVA, Joana M. F. da. *Centro de Cultura e Arte Negra: Trajetória e Consciência Étnica*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1994, p. 13.

[...]o Correia Leite. Foi uma pessoa que me recebeu muito bem.[...]O pessoal do Cecan[...], por exemplo, todos o conheciam, todos iam à casa dele conversar, convidá-lo para ir falar em algum lugar ou visitar alguma exposição, e ele sempre recebia muito bem todo mundo[...] E ali também no CECAN praticamente, nasceu o Quilombhoje, com o encontro meu, do Oswaldo de Camargo, e depois do Paulo Colina[...] (Cuti, pp. 92 e 147, respectivamente);

Eu fui do Centro de Cultura e Arte Negra, Cecan, em São Paulo. A Thereza Santos fazia parte, depois ela foi para Angola. Mais ou menos em 1974, o Odacir de Mattos escreveu para ela, pediu autorização, e começamos a retomar as atividades do Cecan, que é uma das entidades que foram o embrião do Movimento Negro Unificado[...]Então, foi muito legal o trabalho do Cecan, que foi uma entidade cultural importante em São Paulo, porque era através dela que a gente fazia atividades na cidade toda, nos relacionávamos com outras cidades do interior do estado e com o Rio de Janeiro, e tínhamos contato com outras organizações (Milton Barbosa, pp. 135-136)<sup>62</sup>

Trata-se de uma *ambiência política e artisticamente criativa*, portanto. Ao menos na capacidade de estimular pessoas que já tivessem experiência literárias, sendo autores isolados, autoeditados ou não, e os novos e inéditos, que quisessem tirar seus textos da gaveta. Cuti conduz a interpretação nesse sentido, ao rememorar o surgimento dos Cadernos Negros:

[...]Em 1978, essa entidade [Cecan]esse centro cultural, era muito ativo, e ali nasceu uma instituição, uma organização que pretendia aglutinar as outras organizações, que era a Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP). Nessa época, no CECAN, chegamos a publicar um jornal chamado JORNEGRO. No CECAN se uniram pessoas muito ligadas às letras e dali nasceu a ideia de fazermos uma antologia que fosse capaz de publicar poemas e contos de outros negros. Inicialmente, a ideia nasceu comigo e com o Hugo Ferreira e, em 1978, fizemos a publicação de um pequeno livro e já sabíamos que a série iria continuar.[...]E dali em diante fiz a antologia com a ajuda de outros escritores, ajudas eventuais, e sempre com a participação financeira de cada um[...] *Mas, paralelo aos Cadernos Negros, eu, Oswaldo de Camargo, Abelardo Rodrigues, Paulo Colina e um escritor argentino chamado Mario Jorge Lescano, nos reuníamos e discutíamos literatura e, por volta de 1980, resolvemos nos dar um nome, no sentido de constituir um grupo, que fosse reconhecido[...]* Nós nos reuníamos num bar, no centro da cidade de São Paulo, chamado Mutamba, e começamos a selecionar vários nomes *e eu sugeri o nome Quilombo, mais a palavra hoje, que daria Quilombhoje. Uma das coisas que achei*

---

<sup>61</sup>“Em 1972, houve uma tentativa de ampliação das atividades do CECAN. Uma assembleia foi realizada em 29 de julho de 1972, na Associação Cultural do Negro[...]Neste mesmo ano, 1976, é elaborado o novo estatuto social, como tentativa de dar continuidade à decisão aprovada na primeira assembleia realizada pelo CECAN, no dia 29 de julho de 1972.” (pp. 29 e 34, respectivamente). 1976 é o ano do fim da ACN.

<sup>62</sup>Cf. ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar. *Histórias do Movimento Negro no Brasil, Op. Cit.*

curiosa nesse nome, que as pessoas aceitaram, é que a palavra Quilombhoje tem “bojo” embutida. Ela é um neologismo que inclui a atualidade do Quilombo, a noção de nossa retomada histórica e também ela inclui a palavra bojo, ou seja, a nossa literatura está no bojo de um movimento maior, que é o Movimento Negro Nacional.<sup>63</sup>

Ilustração 13: Cadernos Negros, 1978-1980



O primeiro livro da série Cadernos Negros, em seus elementos formais de concepção reforça os aspectos apontados por Cuti: a capa traz a fotografia de uma favela, vista do ângulo de seus telhados. Num primeiro plano, sobreposto, uma foto de quatro crianças, sugerindo que ela vivam naquele lugar. Ambas as imagens em preto e branco reforçam a carga dramática da composição. Na contracapa, o aviso: “A imprensa negra taí! leia divulgue e assine JORNEGRO”. Outro aspecto importante é este encontro entre antigos e novos escritores, com propósitos semelhantes. Camargo afirma que: “Foi um lance muito bom. Foi um lance que obrigou as pessoas a escreverem, a se olharem de novo como escritores. Os mais velhos, sem dúvida, eram o Eduardo de Oliveira e eu. A maior parte nem tinha livros. O Cuti não tinha livro nenhum publicado. Quase ninguém”<sup>64</sup>.

A aliança estimulante da ambiência e o encontro entre jovens com antigos escritores, ativistas políticos e culturais; um desejo difuso de retomar algo que ficou disperso (especialmente dos mais

<sup>63</sup>ROWELL, Charles. H; SILVA, Luiz.(Cuti)Luiz Silva: Uma Entrevista, *Callaloo*, vol. 18, n. 04, Literatura Afro-Brasileira: Um número especial (Autum, 1995), pp. 901-904. Entrevista realizada em São Paulo, 14/12/1994. Ver: <http://links.jstor.org/sici?sici=0161-2492%28199523%2918%3A4%3C901%3A%28LSUE%3E2.0.CO%3B2-F> Acessado em 08/03/2007. Destaques meus.

<sup>64</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo, concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 29/07/2007, em São Paulo.

velhos: reveja-se o texto de Camargo, *Pequeno Mapa da Poesia Negra*, epigrafado) e de intervir num debate à quente, com suas próprias marcas (notadamente os mais novos, haja vista interpenetração em suas falas do Movimento Negro e a arte) são as peças mais palpáveis para montagem desse complexo de sujeitos sociais, com origens distintas, trajetórias com pontos de partidas desiguais, concepções artísticas e políticas que, não raro, colidem. Em comum, variações sobre as ideias de *tarefa* ou *missão* – o que permite pensar a figura do intelectual, em particular do *intelectual negro*. A tarefa, como diria Camargo, de perscrutar o passado da literatura negra, observando ícones e atualizando seus temas e problemas para os dias correntes. Também a missão, de acordo com Cuti, de estar no bojo de um movimento político, histórico e contemporâneo, intervindo na realidade social para modificá-la. Se se pode afirmar, como Márcio Barbosa, que a Literatura Negra no Brasil, se for pensada enquanto movimento estético, não possui um manifesto<sup>65</sup>, o texto de apresentação dos autores que compõem o número da série Cadernos Negros vem ocupar esse papel. Excertos dele já foram assinalados antes em epígrafe: o tema da idealização do Continente Africano<sup>66</sup>, a crítica dos significados da Abolição, a necessidade de uma consciência social e étnica (que assume a forma de *negritude*) e, por fim, a importância da cultura e do objeto livro. Além disso, o texto de duas páginas ressalta

A África está se libertando!, já dizia Bélsiva, um dos nossos velhos poetas. E nós, brasileiros, de origem africana, como estamos?[...]Estamos no limiar de um novo tempo. Tempo de África vida nova, mais justa e mais livre e, inspirados por ela, renascemos, arrancando as máscaras brancas, pondo fim à imitação. Descobrimos a lavagem cerebral que nos poluía e estamos assumindo nossa negrura bela e forte. Estamos limpando nosso espírito das ideias que nos enfraquecem e que só servem aos que querem nos dominar e explorar.[...]Cadernos Negros marca passos decisivos para nossa valorização e resulta de nossa vigilância contra as ideias que nos confundem, nos enfraquecem e nos sufocam. As diferenças de estilo, concepções de literatura, forma, nada disso pode ser mais um muro erguido entre aqueles que encontraram na poesia um meio de expressão negra. Aqui se trata de legítima defesa dos valores do povo negro. A poesia como verdade, testemunha do nosso tempo. [...]Essa coletânea reúne oito poetas, a maioria deles da geração que durante os anos 60 descobriu suas raízes negras. Mas o trabalho para a consciência negra vem de

---

<sup>65</sup>“Por exemplo, a maioria dos movimentos começa com um manifesto, e a literatura afro até hoje não teve nenhum manifesto. Você tem lá o Manifesto Modernista, surrealista, e tal. Mas, a literatura afro até hoje não teve um manifesto. Então, eu acho que são questões que ainda vão sendo construídas, mas, eu concordo com a Esmeralda, eu acho que os Cadernos ainda delimita um pouco o escopo”. Entrevista com Márcio Barbosa, concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 26/02/2010, em São Paulo.

<sup>66</sup>“Recorde-se a discussão presente no quarto capítulo, quando Oswaldo de Camargo afirma que África era um continente desconhecido em São Paulo, anos 1950, a não ser pelo contato com estudantes refugiados angolanos e escritores pontuais. Verena Alberti e Amílcar Araújo discutem essa questão, para os anos 1970, no artigo “Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 1, n. 39, 2007, além de seu livro já citado.

muito antes, por isso, Cadernos Negros 1 reúne também Irmãos que estão na luta há muito tempo. (Cadernos Negros, volume I, pp. 02 e 03)

Os elementos articulados dessa apresentação permitem discutir e colocar em situação um projeto de Literatura Negra no Brasil. Quais suas tarefas, a que vem, o que pretende? De acordo com o texto, há uma série de pontos a serem alinhavados. Recuperar autores do passado e pô-los novamente em circulação, de maneira que construam ponte com os do presente – o que se depreende da seleção de Bélsiva (anos 1960/70), Lino Guedes (anos 1920/30), Solano Trindade (anos 1940/60), Carlos Assumpção (anos 1950) e Oliveira Silveira (contemporâneo da nova geração e próximo da antiga), que figuram na primeira página do volume. Chama atenção a expressão “*Estamos no limiar de um novo tempo*”, em diálogo com a positividade conferida para as lutas de libertação africana, bem como a conscientização crescente, ao menos das frações organizadas, do negro no Brasil. Ao mesmo tempo, aparece a expressão *máscaras brancas*, que remete ao livro de Frantz Fanon, *Peau Noir, Masques blancs*.

Limiar de um novo tempo teria alguma relação com *o limiar de uma nova era*, de que tratava Fernandes, no segundo volume de *Integração do Negro*, a respeito dos movimentos sociais negros dos anos 1950? Diretamente, não. Mas pode ser estabelecida: não é coincidência que muito de ACN, de Frente Negra, imprensa negra etc. e suas aspirações possa ser ouvido aqui, novamente. Bem como da pauta contra a discriminação e o preconceito racial, atualizados para a ordem do dia. Por vezes, pode beirar a factualidade concreta – como no poema de Hugo Ferreira, “*Mataram um negro e depois outro...* – atingindo, novamente os ideais de valorização e respeito (o primeiro poema que abre os Cadernos Negros é de Henrique Cunha Jr., “*Sou negro como a noite*”, seguido por Jamu Minka, “*Identidade*”) chegando à cobrança e ao protesto, contra a sociedade envolvente e aos próprios negros, não conscientizados, como nos excertos de Camargo e Cuti, abaixo:

*Eu tenho a alma e o peito descobertos/ à sorte de ser homem, homem negro/[...]/ inspiro poesia ao vate branco: “...Stamos em pleno mar...”/ Estamos em plena angústia!/[...]/Falaram-me da Esperança.../ Perguntamos: é casada/ O que come, com quem dorme/ conhece a face de um negro?/ E, se conhece, então fica/ com ele, e, assim sendo, finca/ alicerce de começos?/[...]/esperamos a Esperança.../Mostrou-nos um rosto falso,/nas mãos... um futuro torto,/ aleijado, de dar pena!/[...]/ Negro, ó negro, pedaço de noite/pedaço de mundo, ergue-te!/ Deixe essa mansidão nos olhos,/ tua delicadeza,/ e o fácil riso jovial/ Sê duro, ó negro, duro,/ como o poste em que mil vezes te chicotearam/ Sê negro, negro, negro,/ maravilhosamente negro! - Atitude, Oswaldo de Camargo, CN, 01, p.44.*

*Não é somente barrar na porta/ É matar sementes na nossa horta/ Nem só o medo da pele espelho/  
É manter na mente um sinhô velho/[...]/ Guardar um riso que ri em casa/ Do nosso sonho que não  
tem asa/[...] Falar de classe querendo tudo/ E achar alguém um tanto beijado/[...] É ajudar este  
sistema/ É matar este poema – Preconceito Racial, Cuti, CN, 01, p.51.*

A 25 de novembro de 1978 estavam lançadas algumas bases e um programa de intenções de um projeto de literatura negra no Brasil, que dura já mais de três décadas. Não é uma tarefa simples analisá-lo, tampouco situá-lo em relação a outras ações coetâneas e conflitantes ao longo do tempo. Nesse sentido, é necessário estabelecer algumas cautelas e justificar algumas opções que guiarão a perspectiva a seguir, antes de continuar a análise.

### *Retratos de Grupos: I – 1978-1988: personagens para/em composição*

O plural se justifica por se tratar da trajetória de publicação coletiva, atualmente com 32 anos de existência, sendo que um grupo formal [o *Quilombhoje*] lhe dá suporte efetivo desde 1982, sendo o equivalente da própria publicação. Nesse período, os autores que publicaram nos *Cadernos* ou que por ele se responsabilizaram mais diretamente são variados, alguns com mais frequência e longevidade, outros mais efêmeros. Há ainda os que se mantêm próximos e mais atuantes, anos a fio, e que se afastam em função de alguma cisão pessoal, ou de expectativas em relação aos caminhos do grupo. E mesmo aqueles que se juntam ao projeto em curso, ao longo dos anos, em épocas e intensidades variadas. Constitui-se assim um repertório grande de trajetórias individuais que, apesar de merecerem análise mais minuciosa e detida – o que permitiria outra tese – não expressaria, contraditoriamente, *a realização social de seus autores*.

*Dito de outra forma: não é como escritor individual que os autores publicados nos Cadernos, majoritariamente, se consagram ou se tornam conhecidos; mas, sim, como autores que publicam e se identificam ou são identificados como escritores de uma Literatura Negra, fortemente vinculado aos Cadernos Negros ou Quilombhoje. Os autores que permanecem publicando desde o primeiro número ou desde o surgimento do grupo Quilombhoje (número 05) não são, apesar de se tratarem dos mesmos indivíduos, os mesmos sujeitos sociais ou criadores artísticos. Está-se em diálogo com trajetórias individuais que se modificam em espaços sociais e temporalidades coletivas. Ou seja: indivíduos que se movimentam no tempo e no espaço, conectando-se a um projeto coletivo (e tentando-lhe conferir coesão) que, por, sua vez, também se altera, em função do cenário social. Que algum ponto comum seja mantido, é hipótese aceitável. Todavia, ao falar dos Cadernos e seus escritores em 1978 não se fala*

mais dos mesmos em 1982, 1988, 1995, 2000 ou 2010. Entre a existência biológica e a artística/social, haverá uma distância a considerar.

Destarte, a dificuldade inicial se impõe: como tratar uma trajetória coletiva com tantos anos de existência? Dois primeiros cuidados analíticos estão expostos acima (contextualizar o “surgimento”, *pensar a ideia de grupo*). O próximo passo é: colocando tal trajetória em função da tese perseguida, discutir as ideias que se movimentam neste percurso ao longo do tempo. *O objeto a ser analisado neste capítulo e nos próximos será a concepção de uma ideia de Literatura Negra no Brasil através dos Cadernos Negros/Quilombhoje e como ela se molda e transforma em função das próprias mudanças do coletivo de escritores, eventos e circunstâncias históricas*<sup>67</sup>.

Postos em situação, neste trabalho, o papel ocupado pelos Cadernos Negros é fundamental. Enquanto projeto coletivo, organizado em torno de uma publicação, ele retoma e se reinsere na história do ativismo político e cultural negro do século XX, especialmente em São Paulo, irradiando-se para outros estados. Além disso, eles vêm ocupar, consistentemente (onde outros tiveram fôlego mais curto), o vácuo provocado pelo fim da ACN. E em relação a Carolina Maria de Jesus? Se a ACN representava o embate de um projeto coletivo face a consagração individual, os Cadernos retomam o ideário da Associação Cultural do Negro com modificações, ao mesmo tempo que resgata e recria um conjunto de autores negros a se reportar, no qual De Jesus figurará criticamente. Ainda são um coletivo endógeno em matéria de criação, distribuição e recepção. E, por fim, dada sua longevidade, em meio aos 1990 e 2000 alcançarão os surgimentos de Paulo Lins e Ferréz. De alguma maneira terão que com eles se haver, bem como com o projeto de uma Literatura Periférica, havendo possibilidades de alianças, contraposições, identificação ou negação mútuas.

\*\*\*

Os dados estavam lançados em 1978 e, para não haver dúvidas disso, o primeiro número de Cadernos Negros finalizava suas 52 páginas com dois avisos importantes: “*Esta coletânea foi realizada com a participação financeira de todos os autores*” e que, na sequência, o “*Próximo*

---

<sup>67</sup>Vale notar que esta é *uma* das entradas possíveis para a análise do grupo. Na metade dos anos 1980, em seu trabalho pioneiro, Zilá Bernd o situou em função de variações conceituais de Literatura Negra, alinhando-o a outros escritores brasileiros e internacionais; Oswaldo de Camargo, em *O Negro Escrito*, o inseriu na história da literatura negra brasileira, colocando-o numa linha de tempo face a produção de outros escritores; Florentina de Souza estudou-o enquanto uma manifestação da diáspora africana no Brasil, ao mesmo tempo que os comparou ao Jornal do MNU, outro discurso engajado do ativismo negro brasileiro; Fausto Antônio, em sua tese de doutorado, procurou analisar cada uma das edições dos CN, mapeando-as sistematicamente em busca de uma textualidade afro-brasileira; Sílvia Lorenso discutiu as concepções de um eu-lírico feminino e erotizado no interior dos Cadernos. De minha contribuição a este debate, o estudo sobre as ideias, produzido pelas diferentes versões do grupo e seus escritores. E, como todos os que me antecederam, tentar alinhar essa perspectiva ao estudo de sua produção literária que, em alguma medida, com mais ou menos sucesso, ressoará, refletirá ou será determinada pelo projeto literário do grupo.

*lançamento: Cadernos Negros 2 – contos*” se encontrava em gestação. Observando-se a história pregressa do ativismo literário negro, mesmo em seus momentos mais decisivos, as duas informações colocavam um desafio para a eficácia do projeto coletivo. Por quanto tempo duraria? Até que ponto o próximo Cadernos não seria o último ou, quiçá, *o mais recente*?<sup>68</sup>

A apresentação do número 2, englobando essas questões, é creditada ao velho militante José Correia Leite. E na sua visão, o surgimento e continuidade dos Cadernos representam

[...]um ideal próprio da juventude e, de certa forma, uma maneira feliz e adequada para uma obra de aproximação de gente esclarecida e responsável. Digo isto porque no passado também foi assim. Foi destes devaneios, das tertúlias literárias nas colunas da chamada imprensa negra, que extravasaram os anseios para o alvorecer de uma luta de fundo ideológico, e que ficaram indeléveis em nossa memória.[...]Mas eu vejo neste trabalho, no seu conjunto, uma tomada de posição que pode chegar ao reencontro, não do princípio, mas sim da continuação daqueles ideais que ficaram perdidos no passado.[...]São meus votos sinceros para que os “CADERNOS NEGROS” continuem e continuem para bem servir e que seus propósitos sejam uma ação de fé, naquilo que acreditamos. A semente foi lançada e é dever de todos lutar por aquilo que acreditamos! - *Apresentação*, José Correia Leite, CN, 02, 1979.

Uma tomada de posição em relação a ideais perdidos no tempo é uma tarefa que exige, de um lado, a sua atualização para a ordem do dia e, por outro, a observância dos fatores que fizeram tais ideais se esvaírem. Todos os contos do segundo volume tratarão de racismo e do cotidiano oprimido do negro brasileiro, num certo viés histórico<sup>69</sup>, o que permite articular com a proposta de Correia Leite ou, ainda, de outro velho militante, como Odacir de Mattos, ao enfatizar em sua auto apresentação que Cadernos Negros “[...]são uma tentativa de não sermos marginalizados na literatura, como temos sido em vários outros setores. É a base para o início de um debate sério sobre nossas artes e ativistas”. (p.87). Porém na mesma edição, Paulo Eduardo de Oliveira, o Paulo Colina, afirma e coloca em pauta

---

<sup>68</sup>Como afirma a escritora e uma das coordenadoras do Quilombhoje: “Porque é aquela coisa, quando teve 10 anos de “Cadernos” muita gente falou ‘ah, agora vai acabar’. Porque era 10 anos o limite: a Frente Negra durou 10 anos, 6, a maioria da história de luta durava 10 anos. Então, quando teve o “Cadernos Negros 10”, todo mundo foi. Quem nunca tinha ido, foi. Porque agora é o último mesmo, é o enterro... Então, vamos lá. O SESC ficou assim, gente! Não dava nem pra andar no SESC. Lógico, o som estava horrível, ninguém ouvia nada, a gente tinha que fazer uma intervenção de teatro que a gente faz, ninguém ouvia nada... O Carlos Assumpção entrava ‘agora sim, agora tchau’. Putz, esses caras vinham com o décimo primeiro livro aí. Entende?”. Entrevista com Esmeralda Barbosa, concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 26/02/2010, em São Paulo.

<sup>69</sup>Aristides Barbosa sintetiza esse propósito em sua apresentação: “O que se conta neste conto tem mais probabilidade de ser realidade do que ficção. Um povo que perde o fio de sua história se perde na história.[...] Mas, como perdemos fio da nossa história, desde que chegamos ao Brasil, mesmo indo às universidades, estudamos o nosso país somente pela cartilha dos outros” Cadernos Negros, vol.02, p.13, 1979.

uma discussão constante, não apenas nos Cadernos, mas em diferentes estéticas cuja ética identitária está no horizonte de criação:

Não sou um negro escritor e muito menos um escritor negro. Na verdade, sou um contador de es/histórias tal como meu avô ou meu tio-avô[...]Sou um repórter do dia a dia, da nossa realidade. Sou um olho nas vilas, favelas, cortiços, nos sambas, na cidade-vida nossa. O que me difere do meu avô contador de es/histórias é que eu escrevo ao invés de falar, pois as nossas realidades mudaram muito pouco[...]Escrevo porque há que se despertar a consciência adormecida e preguiçosa do nosso povo, porque há que se cutucar com punhais/palavras os marginalizados que são meus personagens (e que provavelmente – não por falta de empenho de minha parte – nem venham a ler meus textos), porque há que se tentar sacudir a classe média, que só tem monstros sagrados e empoeirados e best-sellers que em nada condizem com a nossa realidade, em suas estantes, uma realidade fingimos não ver, e porque entendo que a literatura não deveria pertencer a uma determinada classe social e/ou raça. – CN, 02, p.103, 1979.

Dada a auto apresentação acima é possível afirma que: *A tensão é constitutiva do projeto dos Cadernos Negros*, da história literária e política na qual eles se inserem e no alinhavo que constroem, internamente, enquanto grupo, e com escritores do universo exterior a esse grupo, especialmente nesses primeiros anos. Tensão presente na autodefinição de Colina, que se chocaria com defensores mais arraigados das figuras do escritor negro (criador de uma estética particular?) ou de um negro escritor (militante de uma causa que se vale da literatura para esse fim?). Conflito que se estende ao social, no qual o grupo se insere e com o qual se confronta. A capa dos Cadernos Negros 3 retrata isso claramente. Mostra uma manifestação pelo “20 de novembro, Dia Nacional de Consciência Negra”. Na contracapa, cartazes escritos com “*Abaixo 500 anos de opressão!*”, “*Abaixo o Racismo*”, “*Contra a opressão racial*” etc., onde aparecem dispostas as fotos dos autores. Na apresentação que faz para este volume, Clóvis Moura ressalta a ligação, aventando que a autonomia entre literatura negra e política é, senão relativa, bem reduzida, criando *uma ponte da luta contra a discriminação racial para a luta contra a discriminação cultural*.

Já escrevemos, em outro local, que à medida que o movimento negro contra a discriminação avançasse surgiria uma geração de escritores negros – poetas, contistas, romancistas, historiadores – como consequência dessa dinâmica de conscientização étnica[...] os escritores afro-brasileiros, ao se engajarem no movimento contra a discriminação racial procuram, igualmente, protestar através de várias formas contra a discriminação cultural[...] Antes, qualquer negro que quizesse [sic] ser literato – poeta, romancista, teatrólogo – tinha de se sujeitar às normas impostas pela cultura do colonizador[...] só tinha válida e guarida aquilo que era escrito de acordo com as regras aprovadas

pela Academia Brasileira de Letras e da Real Academia de Lisboa[...] Daí não termos – conforme já dissemos – representantes de uma cultura afro-brasileira na nossa literatura. Temos negros que fizeram literatura de acordo com aquilo que eles aceitaram num processo de branqueamento muitas vezes inconsciente, porém que agia corrosivo, minando as matrizes culturais do negro e as suas formas particulares de dizer.[...] Mas, a partir de um determinado momento o negro resolveu decolar, seguir a sua estrada própria, sentindo que na sua própria comunidade havia mecanismo de comunicabilidade e julgamento muito maiores do que na sociedade dominante, na cultura dominante e na ideologia cultural dominante.[...] - Prefácio, CN, 03, pp.07-08, 1980.

Para Moura, portanto, com o incremento de uma *consciência positiva* do grupo negro a seu próprio respeito, fundada nos processos e lutas sociais em que o grupo se insere, sua literatura se tornaria liberta dos entraves da sociedade envolvente. Não se separa a estética da política e Cadernos Negros seria, naquele momento, uma prova disso: “[...] *Estes poemas devem ser vistos e lidos, portanto[...]coletivamente, isto é, como prova de que à medida que o negro luta no plano político e social, os elementos de criação literária adormecidos ou reprimidos[...]virão à luz com seu ethos próprio[...]O negro emergente está criando, por outro lado, uma cultura literária emergente que expressará esse renascimento negro*”.(p.09)

Mais uma peça do projeto dos Cadernos Negros? Escrever para sua comunidade, conscientizá-la, restabelecer ligações com matrizes perdidas? *Educá-la*, no mesmo sentido de que antigos ativistas falavam em *adestramento* do grupo negro? Acompanhar as lutas de sua comunidade ideal e pautá-las? Constituir um estética literária de relativa autonomia com as lutas sociais negras? “*A poesia[...] vem agora, à medida que o negro brasileiros se conscientiza, projeta-se como meio de comunicação e protesto[...]*” (p.09). Essa perspectiva está no horizonte do poema *Em maio*, de Camargo, já utilizado aqui como epígrafe, em que se constrói outra data alternativa para homenagear uma luta histórica, bem como questionar a visão da liberdade concedida contra a visão de liberdade conquistada e lutada pelo negro. Ou *Mofo*, de Cuti, onde o eu-lírico conclama seu leitor a recolher uma série de falsidades e ilusões, pondo-as de lado para pensar numa democracia das relações raciais e políticas<sup>70</sup>. E neste ímpeto, a revisão crítica da história precisa ser feita para ressignificar eventos e personagens, positiva ou negativamente, como no caso de Domingos Jorge Velho, no poema de José Carlos Limeira<sup>71</sup>.

<sup>70</sup>“Princesas e grilhões/cartas de alforria/bela fantasia de cetim/o pó branco sobre mim/chicotes e navios/ ingresso ao paraíso/áfrica nostálgica/ não consecutivos[...]/lágrimas de pena/hóstia da esquerda/panacéia da direita/elógio ensanguentado/máscara burguesa/ riso sobremesa/poesia comportada/falsas aberturas/ raízes sem franqueza/Pega!/Junta tudo e põe de lado!/tá azedo/tá mofado/Manda tudo ao plano alto/ de redemocratização do país!” - *Mofo*, Cuti, CN, 03, p.52, 1980.

<sup>71</sup>“DOMINGOS, bem que você poderia/ Ter sido menos canalha!/Está certo que eras um filho da Coroa/ Súdito leal./ E os negros de Palmares.../Ora, negro é negro./Jorge meu caro/ Entendendo que estivesse vendo seu lado/ Ouro, carne seca, farinha eram bons pagos/ VELHO, o que me dói/ É o fato de teres com alguns milhares/ De porcos, dizimado um

Porém, uma vez mais o atrito interno desse projeto se faz presente. O quanto da autonomia criativa se sacrifica em prol do posicionamento político? Para alguns desses autores, esse é um dilema que vai assumindo graus cada vez mais agudos. Não significa negar aspectos da luta que vinham travando, mas antes, sofisticá-la, inclusive no próprio terreno da Literatura:

Não acredito que nos possamos expressar verdadeiramente sem elaboração, sem ligação com a velhas e grandes correntes literárias: Leopold Senghor, Langston Hughes, Aimé Césaire, Leon Damas, Nicolas Guillen, Cruz e Sousa não fizeram grande obra partindo apenas de sua contemplação de negros, mas sim por terem aprendido a trabalhar com as palavras[...] Não acredito no improviso. Escrever é difícil. Um bom poema pode ser escrito em após dez anos de vigília e espera, mas vale mais que um mau livro ou um livro medíocre. – Oswaldo de Camargo, CN, 03, p.120, 1980.

Questionamentos como esses são importantes, mas como ser postos em prática num conjunto de 21 autores (como os que publicam neste número), sem beirar a doutrinação ou exclusão? Rememorando aquele momento, Camargo afirma:

[...]Mas eu sempre tive uma crítica muito forte, aos Cadernos, no começo. Os Cadernos surgiram para colocar textos. Tudo bem. Mas textos sem passar pelo crivo de nada. Punha texto quem pagasse. No começo, era mais ou menos assim. Pagava, punha. E eu achava que na altura que nós estávamos já, depois... bons autores negros, autores com certa tarimba, era necessário educar esse pessoal, que pega um poema da gaveta e fala: “Eu também sou poeta!” O que era necessário, era fazer um Caderno que contemplasse, sobretudo, as pessoas que estavam iniciando. Mas, eu fui vencido. Fui vencido e saí dos Cadernos.<sup>72</sup>

Note-se que as apresentações e prefácios aos trabalhos da série, até o sexto número, são todas feitas por ativistas políticos, ligados historicamente a alguma fração do associativismo/ movimento negro. O número quatro é apresentado por Thereza Santos, o quinto por Lélia González e o sexto por Vera Lúcia Benedito. Assim, é possível supor que, até esse momento, o horizonte de resolução/equacionamento entre literatura e política não estava definido, ou claramente enunciado. A antiga criadora do Cegan e consultora artística de Agostinho Neto em Angola afirma que:

NEGROS. Sofridos. Vividos. Com uma imensa carga de vida. Conscientes. Por isto sabem que não é possível reconciliar a experiência vivida com a esperança visionária, pois a crueza da vivência

---

sonho,/Justo de liberdade/[...]/Ontem senti um tremendo nojo/ Quando te vi como herói no livro/ de História, do meu filho/ Mas foi no fim, muito bom/ Porque veio a vontade/De reescrever tudo/E agora sem heróis como você/Que seriam no máximo depois de revistos/Assassinos, e bem baratos./Atenciosamente/ UM NEGRO” - *Para Domingos Jorge Velho*, José Carlos Limeira, CN, 03, p.92, 1980.

<sup>72</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo, concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 29/07/2007, em São Paulo.

prova que a esperança é uma fuga transitória da realidade, uma ilusão que tem que ser substituída, pela apreensão direta da realidade sem a qual o sintoma, o choro do negro não será eliminado. [...]Estes negros que lançam agora uma parcela dos seus trabalhos no “CADERNOS NEGROS N° 4” sabem de tudo isto. São conscientes, já o disse; como negros, como homens, fazem parte desta maioria-minoria sem nenhuma parcela do “NADA” neste país. - Criar, Thereza Santos, CN, 04, p.05, 1981

Entre as críticas de Camargo e as apresentações dos ativistas, direcionadas ao engajamento, existe um espaço muito interessante de criação e possibilidades literárias, que contempla ambas posições. Paulatinamente vão surgindo autores com trabalhos cada vez mais consistentes, por exemplo, unidos tanto na experiência política como na vigília criativa, de que falava Oswaldo Camargo. *Esses são os anos de definição dos Cadernos Negros. Tudo está em aberto e os choques são mais frontais. Há, no entanto, ao menos um ponto une todas as perspectivas: o negro, esse estranho conhecido de todos, deve figurar como personagem principal das narrativas, deve ser a voz privilegiada do eu-lírico, deve ter como centro o seu horizonte de perspectivas.* A partir do que os autores imaginam ser o estar-no-mundo do negro, será visão social desse grupo que formatará as histórias. Não será, na maioria dos casos, numa criação mecânica do real para o ficcional, do político para o artístico. Mas, antes, uma figuração da realidade, com forte lastro de verossimilhança, angulada pela concepção de mundo desses autores negros. “*Somos aqueles que foram obrigados a comer espinhos e são obrigados a vomitar flores, porque a digestão não se realiza[...] A meta é deixarmos de ser “o outro” na vida literária de nosso país*”, resume Cuti, em sua auto apresentação do quinto volume (p.16), dando o tom do momento interno dos Cadernos.

#### *Anos de enquadramento do retrato: no particular, o universal*

1982 é o ano em que ocorre a cisão entre os integrantes do coletivo. Os mais velhos de geração e/ou de formação do grupo (Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues) se afastam após perderem disputa pelo direcionamento das ações do coletivo, além de questionarem a competência de diferentes autores publicados na série.

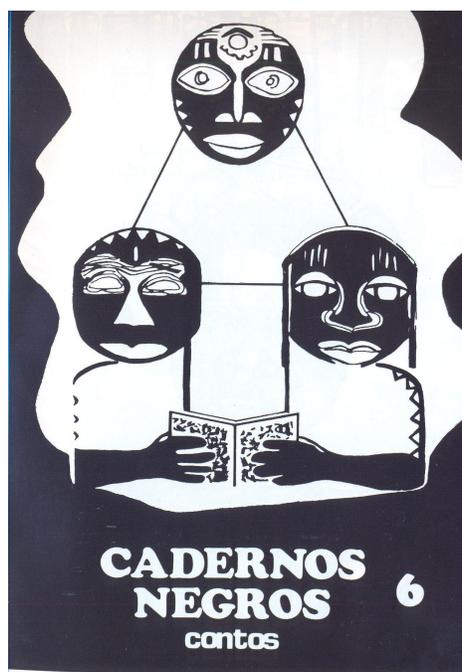
Essa cisão, como já visto no segundo capítulo, resultou na não participação dos dissidentes na continuidade dos Cadernos, além de formarem um grupo à parte, denominado pelos remanescentes como *O Triunvirato*<sup>73</sup>, rivalizando-se por algum tempo, em publicações e eventos.

---

<sup>73</sup>Na verdade, a gente vem dessa experiência de baile soul, então, a gente levou isso pro Cadernos Negros, pro Quilombhoje. Eu e a Esmeralda [Ribeiro] fomos responsáveis pelo lançamento do Cadernos 5, então, a gente achou que tinha que levar pra toda essa rapaziada, que era um público que a gente achava que tinha que ter acesso a esse tipo de

Como visto anteriormente, embasando esse confronto entre as tendências internas, está um debate sobre a qualidade literária da produção negra, discussão antiga e aparentemente inesgotável. Mas também um choque entre percepções sobre a autonomia artística, o burilamento *versus* o espontaneísmo da expressão. Visto à distância, ambas tendências possuem razão em suas críticas e defesas, cruzando-se, de certa forma, os argumentos. Oswaldo de Camargo, Paulo Colina e Oliveira Silveira, fizeram, em diferentes momentos, poemas de circunstância e/ou com acentuado caráter político, tanto quanto os membros mais jovens dos Cadernos realizaram, naquele momento ou mais tarde, textos mais sofisticados. Talvez um elemento que permita compreender o fulcro da cisão seja refletir sobre o fortalecimento do grupo remanescente.

Ilustração 14: As três máscaras como símbolo do Quilombhoje, 1983



literatura do Cadernos Negros. Então, a gente começou a panfletar nos bailes.[...]Mas, ao mesmo tempo, houve um conflito porque havia um grupo que a gente até apelidou de *Triunvirato* que realmente, tinha essa perspectiva acadêmica, de levar a literatura pra academia, de levar a literatura afro pra academia, então, havia esse conflito, houve esse conflito porque eles queriam esse caminho. Também, por outro lado, eles achavam que a gente não escrevia bem. Eles tinham essa coisa 'não, eles não escrevem tão bem e tal'. Então, houve o choque e as pessoas acabaram encostando até o Cuti na parede, tipo 'ou eles, ou eu', e aí o Cuti acabou ficando, e eles acabaram saindo. A verdade foi essa. Mas, até um tempo depois, eles andaram publicando uns manifestos, não contra a gente, aí, contra outros poetas novos que estavam surgindo, escrevendo também. Aí eles publicaram um manifesto, 'não borrem a cara da poesia', coisas desse tipo aí, entendeu? Dizendo que a poesia era uma coisa meio imaculada, que você não podia tocar, que você não podia fazer poesia e tal, só podia fazer se você fosse iluminado, se você tivesse o dom, etc. Depois, esse grupo foi desfazendo também, mas, enfim, os caras continuam nossos amigos, o Abelardo, Oswaldo e tal. Depois disso não teve nenhum problema não". Entrevista com Márcio Barbosa, concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 26/02/2010, em São Paulo.

Em 1982, no quinto volume, à página 48, aparece o desenho de Márcio Barbosa que se tornaria capa do próximo número da série e símbolo do coletivo que ele, Esmeralda Ribeiro, Jamu Minka, Miriam Alves, Oubi Inaê Kibuko, Sônia Conceição e Cuti consolidariam: o *Quilombhoje*. As três máscaras negras africanas irmanadas num triângulo, sendo que a base, formada por representações masculina e feminina, seguram ambas um livro. No vértice de cima, outra máscara, de olhos e sorrisos grandes, com algo que se assemelha a um terceiro olho na testa<sup>74</sup>. Na entrevista a Charles Rowell, Cuti afirmava que a ideia do *Quilombhoje* (criada junto com os membros antigos) retomam a imagem do Quilombo, atualizando-a para seu momento histórico de enunciação, isto é, início dos anos 1980. Como se tem discutido, é a etapa de efervescência política, que se desenvolve *pari passu* ao ativismo literário, onde a configuração da ideia de *aquilombamento* está em voga.

Em 1980, Abdias do Nascimento publicou *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. É possível aventar uma influência – não confirmada – das ideias desse ativista sobre a noção de Quilombhoje. No ensaio/documento-título do livro, o autor quer demonstrar que há a “[...]urgente necessidade do negro brasileiro em recuperar a sua memória[...]A memória dos afro-brasileiros, muito ao contrário do que afirmam aqueles historiadores convencionais de visão curta e superficial entendimento, não se inicia com o tráfico escravo e nem nos primórdios da escravização dos africanos, no século XV”. Para fazer valer esse argumento, Nascimento discutirá trabalhos de pensadores africanos, como Woyle Soyinka (Nigéria), Theophile Obenga (Congo) e com mais detalhamento, Cheik Anta Diop (Senegal). O recurso a esses e outros pensadores é uma ferramenta expositiva importante para demonstrar que “*Não é lícito para o verdadeiro movimento revolucionário negro o uso ou a adoção de slogans e/ou palavras de ordem de um esquerdismo ou democratismo vindos de fora. A revolução negra produz seus historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. Tal imperativo se aplica também ao movimento afro-brasileiro*”<sup>75</sup>.

<sup>74</sup>“Na verdade, eu estava até entrando nos Cadernos, foi no Cadernos 5, foi a primeira vez que eu mandei o trabalho pros Cadernos Negros. E aí, o Cuti me convidou pra fazer as ilustrações de alguns textos.[...]Já tinha conhecido o Oubi, enfim, estava me interessando por africanidade, estava querendo resgatar um pouco esse passado e estava lendo muita coisa, tinha entrado na faculdade também. E eu trabalhei com um livro sobre filosofia africana, e os caras estavam falando da questão da... Que os africanos têm muito essa coisa da espiral, da energia vital, ela é uma coisa mais espiralada, não é uma coisa muito linear. Ela é uma coisa mais espiral. Ela passa por alguns símbolos, de tempos em tempos. E a questão do triângulo também, ele se repete muito nas ilustrações africanas. Então, a partir dessas leituras, eu comecei a viajar e concebi essa figura, que seria a trindade.[...]Ja ideia inicial era representar o homem, a mulher e os ancestrais, a ancestralidade um pouco mais acima, através do triângulo, e tudo isso reunido no ato de ler. Quer dizer, você conseguir sintetizar um pouco esse trabalho que a gente estava fazendo. Tanto que, quando eu fiz, eu não pensei nem tanto no poema, que saiu na página da Miriam. Mas, no trabalho que o Quilombhoje estava fazendo mesmo, de pegar essa ancestralidade, juntar nosso povo, e dar um sentido pra isso, através da leitura, através do livro. Dar uma unidade através do livro. Pensei um pouco mais nessa coisa dessa unidade, juntando os elementos da africanidade aí.” Entrevista com Márcio Barbosa, concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 26/02/2010, em São Paulo.

<sup>75</sup>Ambas citações: NASCIMENTO, Abdias. *Quilombismo: um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras, O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*, Rio de Janeiro: Vozes, 1980, pp. 247 e 252, respectivamente.

Produziria também seus escritores? Parece ser uma consequência cabível das ideias de Nascimento. É possível, por este ponto, aproximar as perspectivas entre a formulação do antigo ativista negro e o novo grupo de escritores no Brasil. Alguns deles, os mais velhos, conheciam-no de décadas anteriores; ou já tinham mantido contato durante os eventos de julho de 1978, com a fundação do MNUCDR. O quilombismo de Nascimento ressoa, de certo modo, na atualização do conceito de quilombo, quando o pensador escreve que, no passado,

[...]O Quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso[...] como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio-mútuo. *Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana.* Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. *Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica, cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo.*<sup>76</sup>

*Foram e são, unidade de afirmação étnica e cultural, assunção do comando da própria história:* no centro dessas propostas, a organização/associação grupal solidária negra, em torno de um projeto cultural e político. Entre o quilombismo de Nascimento e o Quilombhoje de Cuti e colegas, existe uma linha tracejada pela discussão, recriação e uso social da memória coletiva, operacionalizada para os dias correntes. Todavia, em Abdias do Nascimento, o *efeito social da ideia é uma plataforma política*, de constituição de um *Estado Nacional Quilombista*, visando “[...] formar os quadros do quilombismo[...]e] a mobilização e a organização das massas negras” (p.270)<sup>77</sup>, havendo aí uma influência enorme do momento político internacional em sua ideia, como bem salientou Antônio Sérgio

<sup>76</sup> *Idem, ibidem*, p.255. Grifos meus.

<sup>77</sup> “O Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no País”. Cf. *Idem, ibidem*, pp. 275 e 277.

Guimarães em estudo sobre o assunto<sup>78</sup>. E aqui ocorre o distanciamento, embora tanto Nascimento quanto Lélia González estivessem atentos ao ativismo na área cultural<sup>79</sup>.

*Minha hipótese é que no momento em que são formuladas, no entanto, as ideias políticas de Abdias do Nascimento não possuem portadores sociais para sua efetivação.* Tão difícil é a concretização de sua plataforma política que, ao retornar do exílio, o autor se alia ao nacionalismo de Leonel Brizola e ajuda a fundar o PDT [Partido Democrático Trabalhista], junto a outros militantes de variados matizes políticos, tendo sido eleito deputado federal em 1982 pelo partido. A plataforma política para o grupo negro, a configuração de um partido político negro, uma universidade afro-brasileira (que, como visto no quarto capítulo, é um tema dos anos 1950, em São Paulo), a questão da inclusão da história africana/afrodescendente sem o exclusivismo da escravidão nos currículos escolares, a denúncia do genocídio do negro brasileiro etc. são temas que se vão incorporando ao longo das décadas de 1980, 90 e 2000 pelos militantes dos movimentos negros. *Contudo, não me parece exagerado afirmar que o acentuado caráter cultural de suas formulações encontre portadores entre os membros do Quilombhoje.* Todavia, entre a política militante/institucional e a cultura não necessariamente ocorre um encontro imediato das perspectivas, como afirma Márcio Barbosa:

É fato que nem os militantes negros acreditavam nessa proposta, mesmo porque consideravam literatura um passatempo burguês. Assim, *Cadernos Negros* já nasceu enfrentando oposição dentro da própria comunidade, desviando energia que deveria ser utilizada na briga contra o *establishment*. [...] Ao longo dos anos em que a série foi se erguendo, *Cadernos Negros* jamais recebeu qualquer tipo de subsídio. Nem de instituições negras nem de não-negras. Os autores, até recentemente, foram os pilares mais sólidos dessa construção. A partir de 1994, uma editora de porte médio viria a se responsabilizar pela co-edição dos livros.<sup>80</sup>

<sup>78</sup>GUIMARÃES, Antonio S. A. O Quilombismo ou a influência de Abdias do Nascimento nos anos 1980, *Raças, Classes e Democracia*, São Paulo: FUSP/Editora 34, 2002, pp.99-105.

<sup>79</sup>“Voz e vitória do movimento negro tem sido a atividade poética militante dos poetas negros que vêm surgindo nesses últimos anos. Como exemplos que não chegam a esgotar a extensa lista desses escritores, quero citar Oswaldo de Camargo, Cuti, Adão Ventura, Oliveira Silveira, entre muitos outros. E para encerrar este ensaio-prestação de contas, acho de plena relevância a transcrição de um trecho representativo dessa nova poesia negra engajada: do poema “Decisão”, em *Sobrevivências*, de Oubi Inê Kibuko: Chega de tudo pela metade!/Basta de tudo pelo meio!/Desta vez ou vai ou racha!/Queremos tudo!E inteiro!!” Cf. NASCIMENTO, Abdias do. Prefácio à 2ª edição, *O negro revoltado*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, pp. 22-23. E ainda: “Vejam os que nos diz esse verdadeiro manifesto que é a Apresentação dos *Cadernos Negros*, em sua edição de lançamento, data de 24 de novembro de 1978[...]Ecoam nesse texto sonoridades que nos remetem às vozes de um Frantz Fanon, de um Agostinho Neto, de um Amílcar Cabral, de um Malcolm X, de um Solano, de um Abdias e de tudo o que eles representam[...]” GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década In: GONZALEZ, L. & HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, pp.25-27.

<sup>80</sup>BARBOSA, Márcio. *Cadernos Negros e Quilombhoje: algumas páginas de história* In: NASCIMENTO, Abdias do(org.). *Thoth: Pensamento dos Povos Africanos e Afrodescendentes*, Brasília: Senado Federal, vol.02, agosto, 1997, pp. 208 e 212, respectivamente. Agradeço a Priscila Nucci pela indicação desta revista. Na entrevista que Vinebaldo Aleixo e eu realizamos, os escritores reafirmam e acentuam esse distanciamento.

A assunção e consolidação da perspectiva do Quilombhoje como grupo, com um projeto de ativismo cultural e responsável pelos Cadernos Negros se dá com a organização integral do sexto volume. No ano seguinte, esse projeto ganha fôlego maior, na intenção dos autores em pesar seu ato literário e o papel que vinham desenvolvendo no cenário de então. Na introdução do volume é afirmado que

Há seis anos os Cadernos Negros têm sido prefaciados por pessoas significativas dentro da comunidade negra e que ao longo deste tempo vêm referendando o nosso trabalho literário. [...] Neste Cadernos Negros 7, resolvemos romper com a nossa própria tradição de prefácios e apresentar depoimentos dos vários escritores que participam deste livro[...] *A necessidade de registrar as falas dos escritores adveio da prática literária de Cadernos Negros, que nos confirmou que a leitura é um ato social/político, portanto polêmico, principalmente quando o propósito é contar a nossa história por nossa própria fala e custo.* [...] *Escrever não é só registrar, é também refletir sobre este ato. A nossa intenção é tornar pública a maneira de cada escritor pensar o ato da escrita no que diz respeito à representatividade literária, ao significado social e contribuição à literatura negra.* - Quilombhoje, Introdução, CN, 07, 1984, p.05, grifos meus

No geral, o que se tem são variações sobre os significados de uma literatura negra e a afirmação de sua existência<sup>81</sup>, das dificuldades de produzir essa confecção literária, sintetizadas no depoimento de Oubi Inaê Kibuko:

A literatura negra existe. A sua representatividade é ainda pequena. Enquanto a gente leva um ano para publicar *Cadernos Negros*, durante este tempo se publicam de 5 a 10 antologias. Enquanto levamos de 1 a 2 anos para publicar um livro individual, os escritores oficiais publicam de 2 a 3 por ano. Os escritores oficiais têm toda uma estrutura financeira, nós temos que tirar dinheiro do bolso para fazer este trabalho de militância. Quando o nosso trabalho sai, ele vem com peso muito grande e uma carga muito forte, só que a demora para realizá-lo faz com que o pessoal a quem é destinado já tenha recebido uma carga muito maior de informações. Nós temos que fazer um duplo trabalho: conquistar o espaço, o leitor e ao mesmo tempo desfazer a cabeça dele. A literatura está aí com as suas nuances e nós estamos tentando entrar com as nossas – CN, 07, 1984, p. 17

E quais seriam essas nuances da literatura negra? O esforço auto-reflexivo dos autores procura deslindar essa questão em diferentes proposições. Sentimento particular, visão social de mundo específica; trato diferenciado com a linguagem; abordagem de temas inusuais, angulados pela vivência

---

<sup>81</sup>“A literatura negra não é só uma questão de pele, é uma questão de mergulhar em determinados sentimentos de nacionalidade enraizados na própria história do Africano no Brasil e sua descendência, trazendo um lado do Brasil que é camuflado. Acredito que a literatura negra o próprio branco pode acabar fazendo, dependendo de sua empatia com o universo negro” (Cutí, CN 07, 1984, p.07)

considerada comum do negro brasileiro médio (pobreza, discriminação, precariedade, violência etc.). Contudo, isso ainda não atinge o âmago da questão, como vaticina o autor-criador da série, no volume 8: “*De pouco adianta só arrolarmos termos de origem africana, usarmos a palavra negro, se o fazemos com uma arte queixosa e subnutrida de visão crítica*” (Cuti, CN 08, 1985, p.07) Ou, ainda: “*À medida que falamos do nosso lugar numa maneira própria, estamos dizendo coisas que muita gente não quer ouvir. E nesse exato instante estamos rompendo a máscara da invisibilidade colocada em nós por aqueles que nos querem negar ou ver à sua maneira, maneira esta que basicamente consiste em nos retratar num servilismo*” (Miriam Alves, CN 08, 1985, p.13). Como afirmou Kibuko no trecho destacado anteriormente, a forja da imagem alternativa do negro e da Literatura Negra é um trabalho complexo que, embora hercúleo, muitas vezes aparenta assemelhar-se a um trabalho de Sísifo, o que pode promover desânimo e baixas.

\*\*\*

Há que se recordar que o ano de 1985 marca o lançamento do livro *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira*, discutido no segundo capítulo<sup>82</sup>. A correlação entre o assumir as apresentações dos livros e a publicação de *Reflexões* revela um duplo esforço de enquadramento, (pela então configuração do grupo Quilombhoje e os escritores que publicavam na série)do que fosse tanto a Literatura Negra como a figura do escritor negro. Menos que fechar uma ideia – neste momento – existe uma tentativa de circunscrição, de um *acordo mínimo*, até mesmo para fazer frente às críticas de especialistas, de outros grupos e/ou poder participar de discussões públicas sobre Literatura Negra na década de 1980, que começariam a se organizar.

Daí surgir um texto como o de Cuti, no volume 08, intitulado “*Um pouco de história*” (pp.105-106), em que o escritor busca traçar as razões e condições sociais para o surgimento da série, recriando a ambiência que tornou o projeto viável. Com a união de autores, até então, de quatro estados da federação (SP, RJ, RS, BA), a série estaria “*literaturagindo*”, segundo Jamu Minka. O neologismo é interessante o bastante para estabelecer aliança, com a ideia de *literarua*<sup>83</sup>, de Ferréz, por exemplo, mais adiante. A síntese do esforço pode ser pensada na frase de Esmeralda Ribeiro, na apresentação do

---

<sup>82</sup>Fruto de um seminário na PUC-SP em 1982, é publicado com o apoio do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo. É expressão do ato reflexivo do Quilombhoje acerca do fazer literário, aventado pela introdução do sétimo volume dos Cadernos Negros.

<sup>83</sup>“Tudo é Literatura. A gente separa só prá ter uma proteção também. Porque o cara fala... gosta de te rotular prá te discriminar. E a gente rotula prá ter uma proteção. Prá falar que a gente também não faz parte daquela Literatura Contemporânea boazinha que os caras fazem e tal. Então, nós somos outra pegada assim. Nós somos os caras que tá mesmo no *front* de batalha. Só prá deixar isso bem claro assim. Por isso que a gente rotula. Mas no geral, tudo é Literatura. Ou *Literarua*”. Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, em 16/05/2007, em São Paulo.

volume 09: “*Alguém plantou antes: eu vim, estou regando um pouquinho, você colherá os frutos*” (p.07, 1986).

Quem é o interlocutor dessa literatura negra, nesse momento? Quem é o seu leitor-modelo e, até mesmo, seu autor-modelo? Quem colherá esses frutos? Depreende-se que eles ainda não estivessem maduros. *Portanto, o enquadramento da ética e da estética criativa sugere um dever.* Entretanto, como lidar com as questões do presente? Com as variações temáticas e a quantidade considerável de escritores e textos ao longo de oito, dez números? A literatura negra deveria ter um formato padrão? Retomando o diálogo com o trabalho de Zilá Bernd, ao tratar dos Cadernos Negros, em 1987 (e, portanto, contemporânea a essas discussões), a crítica afirmará que, depois de situá-los:

Estas antologias, sobretudo nos últimos anos, têm revelado uma importância mais social e cultural do que propriamente artística. O que efetivamente tem ocorrido é que o critério editorial parece estar sendo o de dar oportunidade a jovens poetas inéditos que mantêm a poesia muito próxima dos referentes imediatamente reconhecíveis sem a mediação da linguagem simbólica, sem a qual não há poesia, mas um mero extravasar de sentimentos. O tom de panfleto, dominante em muitos trabalhos, sufoca a linguagem poética que, construindo-se com uma intencionalidade ideológica muito precisa, acaba configurando-se como repetitiva e redundante. O que foi o ato criador nos primeiros poetas do grupo Quilombhoje torna-se ritual; o que foi sacrílego se banaliza.<sup>84</sup>

A afirmação é boa para pensar, mas numa outra chave de leitura. A circunscrição do projeto do ativismo literário negro do Quilombhoje é, naquele momento, um trabalho em andamento, longe de ser um quadro fechado. O panfleto, a denúncia, a propaganda, a reversão automática do negativo em positivo etc. comporiam e estariam contidas no arranjo formal que os escritores procuravam construir. Talvez fosse ainda muito cedo para afirmar que o criativo se tornasse ritual, o sacrílego, banal (a mesma crítica, no mesmo ano, aparece em Oswaldo de Camargo<sup>85</sup>) Mas não deixam de ser sinais de alerta importantes. *O autor desta tese trabalha com a hipótese, entretanto, que esses anos de formação representam também os anos de rotinização de algumas ideias.* Nem sempre novas, tampouco claras. Mas com a *possibilidade de ser*, com extensão de tempo maior, ou confrontos diretos com a realidade.

Bernd e Camargo apontam elementos para a crítica que se justificam no curso do tempo, mais à frente. E que não são ignorados pelos autores e organizadores da série, ao longo dos anos 1990. Mas,

<sup>84</sup>BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, pp. 129-130.

<sup>85</sup>“O projeto **Cadernos Negros**, iniciado em 25 de novembro de 1978[...]extrapolou de longe o que foi possível com a **Série Cultura Negra**, da Associação Cultural do Negro, editada a partir de 1958, em São Paulo, sob a direção de Henrique L. Alves, crítico, ensaísta, contista. **Cadernos Negros** são proeza inédita na vida intelectual do negro brasileiro e extraordinária nos meios literários em geral do País.[...]É sim fato histórico nos acontecimentos da Literatura Negra brasileira. Faltou, porém, muitas vezes tinta de qualidade no escrever das letras de muitos que lá se imprimiram, faltou perspectiva de História Literária. Deve-se comemorar. Mas se poderiam soltar mais fogos...” Cf. CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito, Op. Cit.*, pp. 108-109. Grifos do autor.

como se verá, se estará confrontando novas configurações do coletivo, novos retratos de grupos, novos desafios sociais, que, de alguma forma, remetem a velhos problemas irresolutos do associativismo político e cultural negro, com outros sujeitos em cena.

Os Cadernos Negros trafegam numa longa estrada, acidentada pelas circunstâncias históricas, do ativismo cultural e da política negros, que necessita ser reconstruída continuamente. Vale destacar que o diálogo agora (1978-1988) é fundamentalmente interno: entre escritores, intelectuais e militantes políticos negros, com a participação de poucos e pioneiros críticos literários (fundamentalmente, Zilá Bernd, no tocante ao Quilombhoje). O debate da sociologia do negro e o ativismo político-cultural se dará como afirmação das teses já consagradas, mas não mais como mútua iluminação de perspectivas. No que diz respeito à novas configurações, seja da literatura, seja das ciências sociais, quando surgir o tema da periferia e da violência (ou da criminalidade), será com a Antropologia Social que uma nova expressão literária discutirá fortemente, o que gerará novos questionamentos para esta tese e mesmo para a Literatura Negra, como vinha sendo feita até então.

## CAPÍTULO 8: CONTRASTES & CONFRONTOS: CIDADE DE DEUS, 1997

É de se destacar nos integrantes do MN[Movimento Negro], o seu perfil de grupo que ascendeu socialmente, característica apontada pelos autores e que se relaciona com a auto-diagnose dos militantes. Estes, em bom número, vêem a gênese do movimento na insatisfação de negros emergentes às camadas médias que reagiam aos empecilhos à sua elevação social[...] As principais bandeiras levantadas pelo MN, desde então parecem girar “... em torno da criação de uma imagem afirmativa dos descendentes dos africanos no Brasil...”, na “valorização de sua cultura” e, principalmente, na denúncia do “racismo na sociedade”. Essa ação positivadora consubstancia-se numa prática de “reordenação do fator étnico”, ou seja, na formação “de uma nova consciência étnica”, negra, numa operação vista como “um resgate da identidade cultural” perdida[...]<sup>1</sup>

*Fui feto feio feito no ventre-Brasil/ estou pronto para matar/ já que sempre estive para morrer/[...]/ Já que nasci feio, sou temido/ Já que nasci pobre, quero ser rico/[...]/ Sou eu o dono da rua/[...]/ Sou eu assim o herói do nada/ De vez em quando revelo o vazio/ De ser irmão de tudo e de todos contra mim/ Sou eu a bomba humana que cresceu/ entre uma voz e outra/ entre becos e vielas/ onde sempre uma loucura está para acontecer/ Sou seu inimigo/[...]/ Enquanto eu estiver vivo/ todos estão para morrer/Sou eu que posso roubar o teu amanhecer/ por um cordão/ por um tostão/ por um não[...]/ Sem saber de nada me torno anacoluto insistente/ Indigente nas metáforas de tua língua vulgar/[...]/ E a pá lavra vida muda no mundo legal/ me faz teu marginal - Paulo Lins, poema sem nome, *Novos Estudos Cebrap*, n° 25, outubro de 1989.*

Através de seus escritores e ativistas, a atuação político-cultural negra desempenhou diferentes papéis ao longo do século XX; todos eles importantes, carregados de significados e tensões, operando, nomeadamente ou não, *sob o signo da assunção da diversidade*. A imprensa, teatro e literatura negros, bem como associações culturais, políticas, festivas e religiosas<sup>2</sup>, à semelhança de iniciativas similares de outros grupos identitários, travaram um intenso embate com a sociedade envolvente a fim de:

<sup>1</sup>SANT’ANNA, Luiz Carlos. “Breve Memorial do Movimento Negro no Rio de Janeiro” In: *Papéis Avulsos*, Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, n° 53, 1998, pp.05-06. Colchetes meus.

<sup>2</sup>George Reid Andrews possui um argumento interessante acerca dos grupos religiosos e festivos negros (cordões carnavalescos e escolas de samba), demonstrando seu papel tão importante quanto as outras formas do associativismo político negro e, por muitas vezes, com capacidade duradoura mais efetiva: “Uma forma organizacional que sobreviveu intacta à abolição foi a das irmandades religiosas. As irmandades negras mais importantes da cidade de São Paulo eram a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1711 e a Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, fundada em 1836. A Irmandade dos Remédios desempenhou um papel fundamental na luta pela abolição em São Paulo, proporcionando um quartel-general para Antônio Bento e seus caifazes, vários deles membros da irmandade.[...] depois da abolição, os afro-brasileiros aproveitaram sua nova liberdade para começar a criar novas organizações, independentes da Igreja, através das quais poderiam prosseguir com suas danças e encontros.[...]Desses encontros surgiram os “grupos de Carnaval”, precursores das atuais escolas de samba. O primeiro destes grupos, o Grupo Carnavalesco Barra Funda (atualmente Camisa Verde) foi fundado em 1914; o segundo, Campos Elíseos, em 1917; e o terceiro, Vai-Vai, foi pouco a pouco tomando forma na década de 1920 e formalmente incorporado em 1930”. Cf. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*, Bauru: Edusc, 1998, pp. 218-220. Ver também página 283.

1)asseverar seu *direito* à existência; 2) lastrear a *legitimidade* de suas ideias e reivindicações; 3)assim como *estabelecer*, na medida do possível, *diálogo*, em função de suas ações e criações; 4)visando *reconhecimento* de seu grupo social/público ideal e da sociedade mais ampla, localizando um lugar para o grupo negro alternativo ao serviçal e subalterno.

Sintetizada desse modo, a quadra encontrar-se-á no horizonte ora da aliança, ora do conflito; especialmente no segundo caso, com outros sujeitos sociais, outras perspectivas sobre o ativismo político-literário negro, outras formas de visualizar o cenário social, negativas, inclusive, àqueles quatro pontos. Além disso, a afirmação/ resguardo de uma identidade; ou, a busca de uma especificidade literária e existencial, seja pelos escritores e ativistas organizados (ou por sujeitos isolados do ativismo, como De Jesus) nunca foi um fim em si mesmo. Ao contrário: *ao declarar seu lugar diverso, enuncia-se simultaneamente uma posição social desigual* na maior parte dessas ações e confecções literárias. E, quase ato contínuo, buscam-se ou cobram-se tentativas de solucionar os dilemas e impasses advindos das múltiplas situações vividas pelo grupo e seus mediadores sociais.

O movimento pendular entre diversidade e desigualdade não é exclusivo dos eventos de 1978 em diante, à época dos ressurgimentos da Literatura e Movimento Negros contemporâneos. Entretanto, em função da proximidade e assunção explícita da relação entre arte e política, será a partir deles que esta discussão ganhará maior fôlego, pautando os anos subsequentes. Afiançar a importância de sujeitos sociais e símbolos negros; discutir a história social e cultural anguladas por esse grupo específico; explicitar e/ou formar uma visão social de mundo particular, visando publicizá-la para além da esfera organizativa etc. tudo isso permeou o universo literário e o espaço do ativismo político criado por escritores e intelectuais negros, forjando uma dimensão para sua diversidade na arena social. A autonomia relativa de ambas as esferas se tornou bastante reduzida.

Contudo, haja vista os capítulos precedentes, é correto afirmar que esses sujeitos sociais, historicamente, descobriram que o aceite da diversidade cultural não foi sinônimo da igualdade social no Brasil. Portanto, se se mantivessem apenas no registro da busca por reconhecimento, sem forçar para que a sociedade envolvente tomasse parte (e se posicionasse) face suas ideias e ações, tudo teria sido estética e politicamente ineficaz, considere-se seus objetivos. Mesmo Carolina Maria de Jesus, ao escrever e publicar seus diários, apesar da inocência que lhe foi atribuída por alguns, testou os limites objetivos da realidade social, como visto. Esses *testes da realidade* colocam em questão, fundamentalmente, o problema da desigualdade social. Declarado e reconhecido o direito e importância de existir o diverso, que fazer com ele? Se o negro foi elemento civilizatório do país, por que a dificuldade de tratá-lo como sujeito social igual e cidadão pleno?

Politicizada assim, a identidade social incomoda, por um lado, notórios defensores da diversidade cultural, como Gilberto Freyre nos anos 1970<sup>3</sup>, uma vez que em seu cerne estará o debate sobre os limites e condições precárias à integração e equalização, processos de exclusão ou marginalidade social, denunciando a imperfeição e desfaçatez da ordem social vigente para diferentes grupos sociais, dentre eles, os negros. E, agora, os assim denominados periféricos. Por outro, visto internamente, chega-se a determinados impasses. Se entre 1978-1988, para a literatura publicada nos *Cadernos Negros*, foram os anos de formação, rotinização e tentativa de enquadramento de ideias, cabe ver como elas operam em diálogo com o meio social e o movimento político, de quem são coetâneos. Repetir-se-á a questão: afirmada a diversidade, que fazer com ela? Qual o próximo passo? Como responder aos velhos temas e às novas demandas?

Este capítulo discutirá, na primeira parte, a maneira como este debate acerca de diversidade e desigualdade aparecerá na produção dos *Cadernos Negros* e no interior do coletivo que se responsabiliza por eles, ao longo dos anos 1990. E como, de certa forma, operará a conformação da ideia de literatura negra para o grupo Quilombhoje e alguns de seus escritores, provocando embates e cisões internas; esforços de definições, ao mesmo tempo que um interessante confronto entre o *horizonte de possibilidades* e o *campo de expectativas* da produção e consagração do escritor negro brasileiro. Ou seja: feitas as contas, quais são os impeditivos e limites ao reconhecimento estético e social do escritor autodefinido como criador de uma literatura negra no Brasil?

Se esses foram alguns dos temas que estiveram presentes na trajetória do grupo, provocando sensíveis alterações em sua constituição, será igualmente interessante observar, na segunda parte, o surgimento, consagração e recepção extraordinários de um escritor negro, ao fim dos anos 1990 que, à semelhança de Carolina Maria de Jesus – a quem afirma desconhecer e não possuir qualquer afinidade – Paulo Lins corre por fora do ativismo político-literário negro, o que não impede que coloque – ou a ele sejam atribuídas – questões fulcrais para e daquela militância, em alguma medida ensejando com ela dialogar ou ultrapassá-la com problemas aparentemente novos. *Lins e seu Cidade de Deus, defendendo uma posição de neutralidade* – afirma-se apenas um escritor brasileiro – *operarão como um pêndulo de relógio, oscilando entre negros e periféricos, não se ligando aos procedimentos éticos de criação de ambos, embora conserve as características físicas e sociais dos dois*. Faz-se aqui esta afirmação à revelia de seus ditos e escritos. Mas, como já alertou Antonio Candido, “*convém notar que por vezes é ilusória a declaração de um criador a respeito de sua própria criação. Ele pode pensar*

---

<sup>3</sup>Cf. FREYRE, Gilberto. Negritude, mística sem lugar no Brasil. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, p. 16-23, abr./jun. 1971 (reprodução de entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*); FREYRE, Gilberto. A experiência afro-brasileira. *O Correio - UNESCO*. Rio de Janeiro, n. 5, p. 10, p. 13-18, out./nov.1977, no sítio da Fundação Gilberto Freyre, [http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos\\_cientificos.html#1970](http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_cientificos.html#1970), acessado em 08/11/2010.

*que copiou quando inventou; que exprimiu a si mesmo, quando se deformou, ou que se deformou, quando se confessou*”<sup>4</sup>

*Retratos de Grupos II: No rastro dos índices negros (1986-1997)*

Nomes africanizados (Jamu Minka, Oubi Inaê Kibuko, Zulu Nguxi, Ondê Onawale etc.) para tentar afirmar uma identidade alternativa como *afro-descendente*; temas particulares referentes ao universo imaginado/ compartilhado com outros espaços e tempos sociais, usando a memória como ferramenta criativa principal, aliada à expressão religiosa de matriz africana; trabalho de pesquisa com a memória social/ história oral (resultando nos livros de Cuti, sobre José Correia Leite; ou, posteriormente, acerca da Frente Negra Brasileira, de Márcio Barbosa), ao mesmo passo que se confeccionam experimentos com a linguagem literária e os temas criativos para poemas e contos de escritores negros (em trabalhos de Arnaldo Xavier, Barbosa, Cuti etc.): Há, entre meados dos anos 1980 e 90, um cadinho de questões e arranjos interessantes acerca dos escritores que publicam nos Cadernos Negros e os que se responsabilizam pelo Quilombhoje, conformando suas percepções acerca do que seja a confecção literária negra (ou tentando enquadrá-la).

Tanto que, seguindo o esforço iniciado por *Reflexões e Criação Crioula*, em setembro de 1986 é promovido o *II Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros*, na capital fluminense, intitulado *Corpo de negro, Rabo de brasileiro*. Diferentemente dos outros dois, este encontro não foi publicado para além de uma apostila datilografada em 156 páginas de circulação restrita<sup>5</sup>. Participaram 20 autores, majoritariamente do eixo Rio-São Paulo, sendo que o Quilombhoje se faz presente com as contribuições de José Abílio, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Oubi Inaê Kibuko, Cuti, Márcio Barbosa e Sônia Fátima Conceição.

Nesses textos, que devem responder a diferentes questões – sobre se existe e o que é o fazer literário negro; relações com o movimento negro; experimentalismo e cultura negra; forma e conteúdo; formas de distribuição e circulação da literatura negra etc; formação do leitor infanto-juvenil etc. – salvo engano, é uma das primeiras ocasiões onde, para além de se discutir que a Literatura Negra *deva representar/ estar à altura de/ se alinhar* às formulações do que seria a visão social de mundo específica do grupo negro no Brasil, aparece fortemente a discussão do *índice negro* como ferramenta conectiva entre criador, obra e público leitor. Ou seja: no sistema literário, segundo alguns daqueles

<sup>4</sup>CANDIDO, Antonio. “A personagem do romance” In: *A personagem de ficção*, São Paulo: Perspectiva, 10<sup>a</sup> ed., 2004, p.69.

<sup>5</sup>Agradeço muito a gentileza de Luiz Silva, o Cuti, pela cópia e envio de seu exemplar da apostila a mim, importante para os argumentos desenvolvidos a seguir. Uma cópia do volume foi doada ao Centro de Documentação Alexandre Eulálio – CEDAE, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

escritores, para que a Literatura Negra exista e estabeleça conexões de sentido entre aqueles três pontos, é necessária a presença de um *marcador explícito da diversidade*, legítimo e legitimado, fundado em certas especificidades. Atribuídas por quem, como e por quê serão perguntas polemicamente presentes ao longo de todo o encontro, senão da própria década em tela, como se verá.

“*Há uma forte resistência em admitir que a arte tem cor*” (p. 04). Ou ainda:

Se alguém me perguntasse o que é Literatura Negra, é neste contexto que eu diria, de imediato, que ela é nada mais que a expressão da história, o resultado das porradas que o meu povo leva e dá[...] Devo dizer ainda que ela não é só temática. Não é só a cor de quem a faz[...] ela passa pela disposição desses dois aspectos: a tez do escritor e a maneira como são abordados diversos temas[...] junte-se aí um terceiro aspecto – ela deve ser denúncia e discussão da denúncia. Porque aparece juntamente com as formas organizadas do protesto anti-racista[...]<sup>6</sup>

Assim José Abílio abre a discussão no II Encontro. A autonomia da confecção literária não é relativizada; ao contrário: ela se apresenta como produto direto das lutas sociais travadas pelo grupo negro e expressas por frações dele, através de seus escritores. Destarte, não é qualquer escritor que pode ser arrolado ou arrogar o título de escritor negro: além de sê-lo, fenotípica e indubitavelmente, deve ainda ter propriedade ao tratar de certos assuntos, relacionados ao estar-no-mundo negro e sua visão social.

Desnecessário dizer quão complexa e restrita é esta definição. Todavia, ela dá o tom da polêmica que se instaura na busca pela circunscrição da produção literária. A um esquadrinamento quase perfeito como propõe Abílio, Miriam Alves sugere questionamentos importantes, especialmente quanto a ideia de *um método indiciário* que paute a *ética criativa* do escritor e sua literatura. E ela o faz sem deixar de empregar uma alta dose de ironia, evidenciando assim a tensão interna do encontro. A citação é longa, mas pertinente:

Há tempos venho pensando com meus zipers, na solidão da minha janela, conversando com meus livros, o que é, ou significa literatura negra.[...] Vieram as discussões com grupos literários negros, aos quais minhas dúvidas somaram-se, igualaram-se, ampliaram-se, algumas até se resolveram. Com a resoluções vieram o patrulhamento aguçado, com várias afirmações que os meus escritos não retratavam o universo do negro no Brasil. E eu fiquei pensando de qual negros estávamos falando, já que o universo é universo, portanto infinito de sensações e vivências. Depois vieram as lupas quentes afiadas de olho nos índices (pra saber se o poema é negro mesmo) não localizados no meu trabalho, tais como: “pelourinho”, “negro”, “senzala” e outros tantos, já bem conhecidos de

---

<sup>6</sup>FERREIRA, J. Abílio. Literatura Negra. In: *II Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros: Corpo de Negro, Rabo de Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1986, pp. 04 e 08-09, respectivamente.

todos nós. Ai, crise! Ser escritora já era difícil, ser escritora negra naqueles moldes cobrados, impossível.[...] Então, lápis e papel na mão. Quero dizer máquina de escrever engatilhada, disposição nos dedos e vamos inspiração vamos, ou melhor: venha! venha! ser negra, como minha pele, enrolada como os meus cabelos. Venha ser negra na voz, nos sons dos tantans, apitos e outras coisas nossas. Venha! Venha inspiração! Ela atendia o chamado, nem sempre imediatamente, mas quando vinha rebolante, sentava-se comigo, tornava-se séria e questionava – “A sua máquina, poeta, não está forçando a minha barra?” – Eu? – respondia escrevendo um poema, e exultante com os resultados saía exibindo os meus lindos índices nos grupos de literatura negra. Novamente a lupa quente ferindo a pele, dúvidas ampliadas. Questionamento: “Esta palavra negro assim colocada está forçando a barra do poema”.[...] “Este aqui não tem índice negro, se eu não estivesse na sua frente, não saberia que você está falando de sentimento específico de negros” Neste momento a poeta se contorcia nas roupas apertadas do fazer poético.<sup>7</sup>

Uma expressão dos anos 1970 – *patrulha ideológica*<sup>8</sup> – retorna para os meados dos 80, tentando dar conta da questão: Afinal, o *método indiciário* é uma forma de controle produtivo e criativo para a literatura negra? Afirmada a diversidade da existência e aspectos de sua especificidade, o mundo socialmente construído para e/ou de algumas frações negras se torna uma couraça de ferro à confecção de seu universo literário?<sup>9</sup> A escritora não encontra, tampouco fornece respostas para o problema que coloca. E nem deve: uma vez enunciada a questão, ela só se aprofunda para todos, talvez sem encontrar desenlace que não seja arbitrário e restrito.

[...]Novo patrulhamento, um negrófilo gostou do que leu. A literata contrapondo questiona: “Se o branco gostou, é porque meu poema fez o jogo deles”.[...] Na madrugada, insônia o resmungo torna-se inteligível. “Cuidado para não escravizar sua máquina a um tema! Cuidado para não estar repetindo o que os literatos brancos fazem com você, seu povo, sua raça, sua vida, esvaziando tudo num tema!”[...]Por Oxalá, às vezes me parece que estamos preocupados em discutir questões de edição, circulação e divulgação. Criação, nunca? Parece que este lugar é proibido entrar mais que

---

<sup>7</sup>ALVES, Miriam. Cem palavras. In: *II Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros*. Op. Cit. pp.29-30.

<sup>8</sup>Cf. HOLLANDA, Heloísa B. de. & PEREIRA, Carlos A. M. *Patrulhas ideológicas marca reg.: arte e engajamento em debate*, São Paulo: Brasiliense, 1980

<sup>9</sup>“Um poeta tenta salvar-me aconselhando: “É preciso mergulhar na medula do nosso povo e trazer à tona a poesia lá existente”. Embalada nesta frase a percepção flutua. Afunda afoga-se, ressuscita. No fim acusa – “estamos fazendo de nós mesmos tema!” – É preciso mergulhar fundo para não ser tema. “Mergulho, mergulho. Corpo molhado, carapinha molhada, olhos vermelhos e salgados de sal e lágrimas. O poema sai molhado de existência. Carregado de gordura dos fogões das domésticas. Pisoteado para pegar uma vaga no ônibus das seis horas que leva a uma Vila distante qualquer. O poema sai gemendo de gozo na cama. Sai menstruando, manchando lençóis. Correndo no banheiro para fazer xixi. Brigando na feira por um troco. Gritando nos campos de futebol. Batendo cocha nas gafeiras dos sábados. Amassando lama de uma ruela. Esperando pacientemente no restaurante chique que o garçom lhe sirva o prato mais caro. Adiantou? Não. Alguém acusa: “Seu poema não é negro, não fala de opressão sofrida por nós”. Eu digo, poema não é tema, o poema é emoção.” Cf. ALVES, Miriam. Cem palavras. In: *II Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros*. Op. Cit. p.31. Grifos meus.

um, ou seja aquele que está criando. Ledo engano. O que fazer então quando, máquina engatilhada, dedos prontos e ágeis e as palavras... e as palavras cadê as palavras, que dêem conta do mergulho na medula, e traga poesia? Isto o branco não ensinou. Por mais que nós recorramos aos famosos brancos alguns bons escritores, percebemos que eles são bons muitas vezes para as brancas deles. E nós? Somos bons para os nossos negros?<sup>10</sup>

Questões, na superfície, particulares podem expressar o retrato coletivo de um grupo? Ou dos dilemas de uma produção literária com décadas de existência (o ativismo político-literário negro no século XX)? Sim, se elas operarem como uma espécie de *retorno do recalçado*: problemas irresolutos, vindo à tona em ebulição, em momentos de crise. Todavia, a mesma escritora que refletiu os excertos acima publicou, naquele ano, no nono volume dos Cadernos Negros, poema homenagem ao Movimento Negro Unificado, sintomaticamente MNU, engajando-se unilateralmente<sup>11</sup>.

Não é tarefa fácil calibrar a crítica e o alinhamento, o resguardo entre uma posição estética e política, seus choques internos. Como escrevi antes, com todas essas questões, que se avolumam ao longo dos anos e décadas, o trabalho de Hércules aparenta ser muitas vezes um trabalho de Sísifo. Oubi Inaê Kibuko reflete algo nessa direção, ao afirmar que se *bate sempre na mesma tecla*, pois:

[...]pouco se tem discutido sobre a literatura negra em São Paulo ultimamente. O que tem rolado por lá é: lançamentos de livros, debates sobre constituinte, encontro internacional de música negra, perfil de literatura negra (organizado apenas pra dar nome mais gabaritado aos idealizadores e realizadores do evento), condição do negro e da mulher negra etc. Mas discussão sobre o fazer da literatura negra que também faz parte de todo este movimento pró-negro[...]Necas! Dentro dos chamados movimentos negros, a literatura é o último prato a ser servido[...]Ao me deparar com os meus quatro livros inéditos, tomando chá de esperança por falta de grana para publicá-los e pelas respostas negativas da editoras, alegando: “cronograma editorial preenchido até tal ano”, “livro fora da linha editorial”, “etc”. Eu recorro o texto feito para o primeiro Encontro e outra vez indago: – Escrever outro texto para quê?[...] Outro problema enfrentado na produção dos “Cadernos” é o retorno do capital aplicado. E retorno do capital aplicado eu entendo e coloco-o aqui como retorno em dinheiro. Não em divulgação, projeção etc. Afinal, já que dinheiro sai, porque não deve também entrar?[...] É um dinheiro que vai e não volta. Apenas satisfaz nossas necessidades.[...]<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>11</sup> “Eu sei:/ - havia uma faca/atravessando os olhos gordos em esperanças/ havia um ferro em brasa/ tostando as costas/ retendo as lutas/ havia mordanças pesadas/ espadrapando as ordens/ das palavras”./ Eu sei:/ Surgiu um grito na multidão/ um estalo seco de revolta/ Surgiu outro/outro/ e/ outros/ aos poucos, amotinamos exigências/ querendo o resgate/ sobre nossa forçada/ miséria secular” - *MNU*, de Miriam Alves, CN, 09, 1986.

<sup>12</sup> KIBUKO, Oubi I. Batendo numa velha tecla, pela criação unificada de um espaço próprio e independente para os escritores negros. In: *II Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros*. Op. Cit. pp.80-81 e 84.

Dos dilemas da criação aos da produção e distribuição. Quase dez anos após o primeiro número dos *CN*, o escritor propõe a necessidade dos ficcionistas e poetas organizarem uma *Sociedade Brasileira de Escritores Negros*, que deveria funcionar de maneira a suprir deficiências quanto à edição de autor e alavancar o alcance da expressão literária, semelhante ao consórcio *Livro do Autor*<sup>13</sup>, cuja descontinuidade prematura confirma minha hipótese, aventada no capítulo anterior, de que os escritores dos *Cadernos Negros* se realizam social e literariamente enquanto membros do grupo e não de forma isolada. Depreende-se das propostas de Kibuko que entre o *horizonte de possibilidades*, continuamente testado pelas criações, atos, debates etc. concorre também um *horizonte de expectativas*, em relação à potencialidade de todas aqueles feitos.

Ao participarmos de eventos políticos, culturais, etc. referentes a nossa raça e organizados com olho e fala crítica, vemos as mesmas cenas e ouvimos os mesmos discursos e ladainhas: “aqueles que nos oprimem fizeram isto!” E a galera, com a emoção inflamada exclama: “oh!” Vem outro e diz: “aqueles que nos oprimem fazem aquilo!” E a galera com a emoção em erupção, se agita e diz: “Façamos um documento de protesto e encaminhemos às autoridades competentes para pormos fim a esta aberração!...” Vem mais outro e profetiza: “aqueles que nos oprime, se não tomarmos uma providência... farão aquiloutro!” E a galera, com a emoção agitada feito mar revolto... clama: Irmãos, precisamos nos unir! Precisamos juntar nossas forças para não cairmos nas armadilhas da neo-colonização! Precisamos, precisamos, precisamos, precisamos, precisamos, precisamos, precisamos, precisamos.[...] Entretanto, quando encomendamos algum trabalho ou compramos algo, adquirirmos los das mãos de quem? Ironicamente, das mãos daqueles que nos oprimem!<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup>“Afim, se refletirmos profundamente os problemas aqui expostos, e que sem dúvida alguma, fazem parte de nosso cotidiano, creio que já é tempo de pensarmos profundamente nesta proposta, no sentido de tirar o escritor negro desta dependência e isolamento, criando meios próprios para editoração dos nossos e dos livros de muitos irmãos que estão navegando nesta mesma embarcação. Em 1983, o Quilombhoje-Literatura criou o projeto “Livro do Autor”. O objetivo deste consórcio é dar possibilidade aos elementos do grupo de terem seus livros publicados pelo mesmo e pago com a arrecadação anual das mensalidades e outros ganhos mais obtidos na participação de eventos organizados por órgãos oficiais ou de nossa livre iniciativa. No final de cada ano é feito um sorteio e o contemplado terá seu livro editado no primeiro semestre do ano seguinte. Até o presente momento, já foram publicados três livros: Poemas para o meu amor, em 1984, de minha autoria. Estrelas no dedo – poemas de Miriam Alves, em 1985 e este ano é a vez de Teclas de ébano – poemas de Jamu Minka[...] Porém, no meu entender, um consórcio criado e mantido por escritores negros de vários estados não basta. É preciso termos o maquinário essencial e uma equipe para composição e impressão do livro”. *Idem, ibidem*, pp. 87-88. Além dos livros mencionados por Kibuko, foram publicados ainda *Malungos e Milongas* (1988), de Esmeralda Ribeiro; *Paixões Crioulas* (1987), de Márcio Barbosa; *Marcas, sonhos & raízes* (1991), de Sônia Fátima da Conceição; *Quizila* (1987), de Cuti; *Fogo do olhar* (1989), de José Abílio Ferreira. Sobre o projeto e seu fim, afirmam os atuais coordenadores da série: “*Tem outro aspecto, que tinha um projeto chamado ' livro do autor ' . E então teve alguns autores que lançaram livro, mas aí acabaram saindo do grupo. Aí fica um pouco aquela coisa: “Será que o cara só estava no grupo pra lançar o livro dele?”[...] E também às vezes lançou e não aconteceu . Teve lançamentos que as pessoas venderam 30 livros[...] O Márcio fez a maioria das capas; diagramação, revisão tinha o Jamu, tinha o Cuti. E assim, o suporte de divulgação dos Cadernos era usado para o livro do autor.” Cf. Entrevista com Márcio Barbosa e Esmeralda Ribeiro, concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 17/04/2010, em São Paulo.*

<sup>14</sup>KIBUKO, Oubi I. Batendo numa velha tecla, pela criação unificada de um espaço próprio e independente para os escritores negros. In: *II Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros*. Op. Cit. pp.85-86.

O criador literário tendo afirmado seu lugar e realizado obra com todos os índices legitimados como negros (tendo aceito o procedimento ético de criação forjado para tal), cumpriu seu papel no sistema literário. Mas e a resposta do público à fatura? Idealizado como pertencente a uma mesma *comunidade de sentidos* e grupo social, ele reage como esperado? Questiona-se ainda mais aquele público-alvo, cuja *obrigação* em legitimar o escritor negro é vista como maior: que relação ele possui, enquanto militante do movimento negro, com a produção literária dos mediadores de seu grupo social? De acordo com Éle Semog, outro participante do encontro, “*O que temos observado é um certo distanciamento ou desinteresse do militante negro pela Literatura Negra Brasileira. Não me refiro a uma literatura acadêmica, mas sim aquela gerada no cotidiano da comunidade negra, que se expressa na forma de poesias, de contos e de outros gêneros*”<sup>15</sup>.

A aproximação entre literatura e política, referente ao mundo negro, bem como os atritos ocasionados por ela, não é algo incomum na trajetória do ativismo literário desse grupo no Brasil. E Semog fala, de certa maneira, de um lugar autorizado: ele é um dos promotores do II Encontro, que ocorreu na Fundação para o Bem Estar do Menor (FUNABEM)<sup>16</sup>, em função de suas ideias de aproximação entre arte negra e povo negro, variação radical de *todo artista tem de ir aonde o povo está* (*Nos bailes da vida*, Milton Nascimento e Fernando Brant). Literatura Negra e Movimento Negro, contemporâneos no surgimento setentista, partes ideais de um projeto de afirmação e reivindicação do espaço da diversidade; mas que, não raras vezes, soam em dissonância, como atestam alguns depoimentos:

Em 1976, 77, já havia uma tensão, no meio do movimento negro, entre aqueles que defendiam que era uma mudança cultural e os que defendiam uma mudança mais profunda. Os primeiros achavam que a mudança tinha que acontecer através de informação: “Temos que publicar mais, organizar poesia, organizar contos, fazer eventos esportivos, tentar reunir a comunidade”. Era a linha do Feconezu, era a linha do Quilombhoje – uma tendência que a gente batizou de “culturalista”. Era m pessoas que tinham feito as opções corretas, mas que a gente não sabia avaliar naquele momento. E havia as pessoas oriundas, como eu, do movimento político, que queriam uma manifestação mais política, mas nós não tínhamos nenhum cabedal para fazer isso. Eles tinham um projeto específico de literatura, de teatro, de festival, e nós querendo transformar aquilo em coisa política, negando que aquilo fosse política. (A);

---

<sup>15</sup>SEMOG, Éle. A Corrupção da Cor. In: *II Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros*. Op. Cit. p.90

<sup>16</sup>De acordo com Esmeralda Ribeiro: “Nossa, foi na cadeia! Eu quase corri atrás do Semog. Porque essa era do Semog. E acho que foi a dos Menores Infratores.[...] Tudo pela literatura.” Entrevista com Márcio Barbosa e Esmeralda Ribeiro, concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 17/04/2010, em São Paulo.

O movimento negro é uma coisa muito difusa: são muitas atividades e muitas entidades. E o meu potencial estava dirigido exatamente para a área da cultura. Foi por isso que as áreas que eu mais atuei foram no Feconezu[...] na criação do Quilombhoje e dos Cadernos Negros e, depois, na manutenção dessas atividades. Eu percebi que nós tínhamos que afunilar muito mais energia para esse campo da literatura. Por quê? Porque era um campo muito difícil. Muitos militantes que liam, vamos dizer, teoria política, não gostavam de poesia, não gostavam de contos. Então percebi que nós tínhamos que ter o nosso grupo, um grupo que fizesse e que gostasse de literatura, de poesia. E foi que o que fizemos. (B);

Nós fazemos parte, eu acho. Eu acho que é uma vertente do movimento que é literária. Mas, o pessoal do Movimento Negro eu acho que não percebe isso. Eles apoiam o Quilombhoje, vão até o lançamento, mas eu acho que enquanto núcleo, enquanto duração de Cadernos, enquanto coisa histórica, então, a gente ouve muito ‘olha, que legal! Parabéns porque vocês existem.’ Entende? Nós não queremos só que vocês falem ‘oh, que legal’, é legal sim, 32 anos não é qualquer coisa, eu acho, de existência. Você ter um lançamento que acontece anualmente eu acho que não é brincadeira, é uma coisa que você tem que valorizar sim, coisa histórica, né? Mas, tem além dessas coisas, tem todo o trabalho que o Márcio falou, do reconhecimento, que eu acho que seria possível, se o Movimento Negro quisesse – por isso que eu falo dessa relação – se tivesse mais apoio do Movimento Negro, ele num todo, a gente poderia fazer um lançamento, seja “Cadernos” ou livro individual, vamos fechar um espaço aí, não precisa convidar ninguém, é só você que vai. Mais de mil livros, eu acho. E daria até estímulo pra outras pessoas escreverem também, não só no “Cadernos” mas, qualquer pessoa que tenha coragem de publicar. Tem mercado, teria mercado. (C)

17.

Entre o público e o criador ideais, entre a estética e a política, há um descompasso. Uma tentativa de ajuste foi aventada, ainda neste encontro, como se verá a seguir.

### *Frantz Fanon e o ativismo político-literário negro no Brasil: 1960/1980*

De maneira concisa e elegante, o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães procurou refletir, em artigo recente, acerca da recepção brasileira à obra do psicanalista, pensador e ativista político martinicano Frantz Fanon. Ou melhor, acerca dos silêncios e sussurros que, no país, cercaram *Pele Negra, Máscaras Brancas; Os Condenados da Terra; Sociologia de uma Revolução; Em defesa da Revolução Africana*; entre outros livros importantes do autor, sobre o processo colonial africano e seu

---

<sup>17</sup>Respectivamente: (A) Ivair Alves dos Santos e (B) Cuti em ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do Movimento Negro no Brasil*, Op. Cit., pp. 237 e 240-241. (C) Entrevista com Esmeralda Ribeiro, concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 26/02/2010, em São Paulo.

combate revolucionário (focado na questão em análises e intervenções empíricas da situação da Martinica, Argélia e outros países africanos) e seu estudo psicossocial do impacto da colonização sobre o sujeito dominado. Afirma o autor, num mapeamento detalhado:

O pensamento de Fanon chega ao Brasil como chegaram todas ideias novas – em livros europeus – e numa época em que o marxismo e o existencialismo disputavam o proscênio da cena cultural e política brasileira.[...] Uma leitura atenta das principais revistas culturais brasileiras dos anos 1950 não me rendeu nenhum conhecimento da recepção de Fanon. É como se a publicação de *Peau noir, masques blancs* (1952) tivesse passado despercebida. A *Anhembi*, de São Paulo [...] [em que] O próprio Roger Bastide, depois de retornado a Paris, em 1954, escreve regularmente críticas e comentários a livros que estão sendo lançados na Europa, principalmente na França; mas não menciona Fanon em sua atividade recensória. Nada encontramos também na *Revista Brasiliense*. Clóvis Moura, Florestan Fernandes e Octavio Ianni escrevem na revista sobre temas negros (revolta dos malês, relações raciais, poesia), mas sem mencionar o autor martinicano. Sérgio Milliet, em 1958, faz uma resenha abrangente da poesia negra e, como não podia deixar de ser, cita os poetas da *négritude* e Sartre. Apenas.[...] O Brasil começa a se familiarizar com as ideias de Fanon um pouco antes de sua morte, mais precisamente durante a estadia de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir no país, entre agosto e setembro de 1960[...] o mundo do pós-guerra polarizara-se rapidamente em dois eixos.[...] O primeiro eixo é marcado pelas raças e pela descolonização; o segundo pela luta de classes e pelo antiimperialismo. Ora, Sartre e Fanon representavam a fusão do antiimperialismo, do anti-racismo, da descolonização e das lutas de classes.[...] Guerreiro Ramos, ativista negro e sociólogo, o poderia ter introduzido aos brasileiros de 1960, pois tinha alguma afinidade com o seu pensamento. Não só ele, mas todos os demais membros do Iseb, como observou Renato Ortiz[...] O silêncio da esquerda brasileira sobre Fanon precisa ser entendido, ademais, como discordância política, tantos são os sinais indiretos de sua presença, a partir de meados dos anos 1960.[...] Alguns fatos devem ser listados para que se compreenda como se estabeleceu essa relação difícil entre Fanon e a esquerda no Brasil. O primeiro deles é que pouco depois desse primeiro contato sobreveio o golpe militar de 1964, que levou ao exílio grande número de militantes. O segundo é que aqueles que acreditavam na violência revolucionária passaram à clandestinidade, tornando tênues seus elos com o mundo cultural. O que se lê sobre Fanon, portanto, nos anos 1960 é muito pouco[...] Até mesmo o líder negro Abdias do Nascimento que, em seus artigos dos anos 1960, traça influências do movimento negro, analisa a conjuntura internacional[...] mas nada diz sobre Fanon.<sup>18</sup>

Quando se refere aos anos 1970 e 80, Guimarães sugere ter havido uma espécie de recepção indireta aos livros fanonianos, através dos jovens ativistas negros, vários em contexto universitário. Ou,

---

<sup>18</sup>Cf. GUIMARÃES, Antônio S. A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 81, julho de 2008, pp. 100, 102-103, 104 e 105, respectivamente. Colchetes meus.

ainda, por intelectuais, como Ianni, Paulo Freire e Abdias do Nascimento<sup>19</sup>, sofrendo o impacto da ditadura militar, tomam contato com sua obra em situações diversas. Uma recepção estética de peso, de acordo com Guimarães e Ismail Xavier, está no cinema de Glauber Rocha. Os textos de Fanon mais conhecidos foram publicados e traduzidos no Brasil mais ou menos nesse intervalo de tempo (1968 e 1979: 1ª e 2ª edições de *Condenados*, pela Civilização Brasileira; 1980, tradução portuguesa de *Em defesa da revolução africana*; 1983, 1ª edição brasileira de *Pele Negra*<sup>20</sup>), o que permitiria acesso a esses novos leitores, de maneira direta e indireta, também através de textos sobre as lutas civis nos EUA ou da descolonização da África Portuguesa, como afirma o sociólogo uspiano e como foi possível demonstrar nesta tese, no capítulo anterior, através da seção Afro-América Latina do jornal *Versus*.

Interessante notar que *Pele* foi publicado originalmente em 1952 e sua tradução brasileira acontece três décadas depois, embora, como demonstrou Renato Ortiz<sup>21</sup>, tivesse circulação pelo Iseb; já *Condenados*, comparativamente, tem circulação quase imediata, em função da visita de Sartre e Simone de Beauvoir ao país, em 1960. O intelectual francês, uma espécie de padrinho intelectual de Fanon, também foi divulgador de sua discussão sobre o processo colonial. Além disso – um dado que Guimarães não menciona – também em 1968, a Biblioteca Tempo Universitário, traduz e publica *Colonialismo e Neocolonialismo*, quinto volume da série “Situações”, onde Sartre traz dois textos

---

<sup>19</sup>“Frantz Fanon tornar-se-á uma referência importante para Abdias só depois de 1968, quando provavelmente o líder negro brasileiro é introduzido à obra de Fanon, largamente traduzida, discutida e comentada nos Estados Unidos, onde está exilado. Só a partir do *Genocídio do negro brasileiro* Fanon passa a ser referido nos escritos de Abdias[...]O mesmo acontecerá com Octavio Ianni e muitos intelectuais brasileiros exilados[...]O mesmo é verdadeiro para Clóvis Moura. Ianni, de volta ao Brasil nos anos 1980, e reintegrado à universidade, fará de Fanon leitura obrigatória em suas classes e o indicará aos estudantes negros que dele se aproximam[...]Em sua *Pedagogia do oprimido*, [Paulo]Freire foi, talvez o primeiro brasileiro a abraçar as ideias de Fanon. Pelas indicações do próprio Freire, ele tomou conhecimento do revolucionário martinicano entre 1965 e 1968”. E ainda: “Outro receptor notável foi Glauber Rocha. Alguns, como Ismail Xavier chegaram mesmo a ver influência direta de Fanon nos escritos do jovem Glauber[...]Ao que parece, Glauber toma conhecimento de Fanon apenas em 1968, pela edição brasileira de *Os Condenados da Terra*. Mas Ismail Xavier tem razão: em Glauber, Fanon parece viver inteiro e não pela metade, ser um pensamento e não apenas um nome.” *Idem, ibidem*, p. 106 e 108, respectivamente.

<sup>20</sup>“Quando *Pele Negra, máscaras brancas* é publicado no Brasil, já estamos em 1983. É a editora Fator, especialista em obras psicanalíticas quem o faz. Ademais, apesar de edição ter sido impressa no Rio de Janeiro, a Fator estava sediada em Salvador, onde também o Movimento Negro Unificado editava seu jornal de circulação nacional”. *Idem, ibidem*, p. 108.

<sup>21</sup>Cf. ORTIZ, Renato. *Alienação e Cultura: o ISEB. Cultura Brasileira & Identidade Nacional*, 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, pp.45-67. Vale lembrar que este autor preparou, nos anos 80, um volume dedicado a Fanon para a *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, da Ática que, infelizmente, não foi publicado e são desconhecidas as razões. Afirma Antônio Sérgio: “Renato Ortiz tem,sem dúvida,a reflexão mais profunda e refinada de Fanon. Estudioso do mundo intelectual francês do pós-guerra, Ortiz preparou para a editora Abril, que publicava, então, uma coleção de divulgação científica chamada *Grandes Cientistas Sociais*, um volume sobre Fanon. Esse volume nunca chegou a ser publicado, mas Ortiz retoma, anos depois,os originais da sua “Apresentação” para publicá-la como artigo na revista *Idéias*,do Departamento de Sociologia da Unicamp. É Ortiz quem retraça a formação do pensamento de Fanon de acordo com três movimentos intelectuais centrais ao mundo intelectual do pós-guerra na França — a releitura de Hegel, o debate entre marxistas e existencialistas, e,finalmente,a *négritude*.Silencia,contudo,sobre a formação psicanalítica de Fanon. A preocupação explícita de Ortiz é com a teorização fanoniana do racismo e da nação. Tempos depois, Ortiz revisita Fanon,agora em conexão com seu estudo sobre o pensamento do Iseb, e descobre as raízes semelhantes do anticolonialismo cultural dos pensadores isebianos — Hegel, Sartre e Balandier. Deixa escapar, todavia, a grande influência da fenomenologia de origem católica sobre os principais membros do Iseb.”(p.113)

importantes para esta discussão: o prefácio que escreveu para a edição francesa de *Condenados*, em 1961; e o texto “O Pensamento Político de Patrício Lumumba”[sic], prefácio ao livro *Discursos de Lumumba*, publicado pela Présence Africaine. Neste último, Sartre analisa Fanon e Lumumba, ambos mortos entre 1960 e 1961, vendo-os como duas faces, não opostas, da luta anticolonialista.

Sendo a leitura do artigo de Guimarães instigante e provocativa, parece ser importante acrescentar à sua discussão *uma outra via de circulação das ideias de Fanon*, que seu texto não abarca: *entre os ativistas e escritores negros dos anos 1950 e 1980 no Brasil*. A primeira via se dará, aqui, apenas por inferência e indução. A segunda, por apropriação concreta. Com os dados de que dispõe, o sociólogo uspiano afirma à página 111: “*Mas a primeira reflexão mais sistemática (e talvez única) sobre o pensamento de Fanon feita por intelectuais negros numa revista acadêmica brasileira aconteceu apenas em 1981 e foi assinada por um coletivo, Grupo de Estudos sobre o Pensamento Político Africano (GEPPF), o que denota tratar-se de um meio caminho entre reflexão acadêmica e reflexão política*”. Faz-se aqui, então, uma pequena contribuição ao seu importante levantamento.

Presente na primeira reunião de 1956, realizada na Sorbonne, em 1959 Frantz Fanon participou do II Congresso de Escritores e Artistas Negros, em Roma, patrocinado pela revista Présence Africaine e a Société Africaine de Culture. Nesta mesma ocasião, como visto no quarto capítulo desta tese, compareceu Geraldo Campos de Oliveira, representando a Associação Cultural do Negro. A documentação de arquivo da ACN demonstra que ele esteve lá e, relembrando José Correia Leite, mais dados sobre a circulação alternativa das ideias entre ativistas negros brasileiros:

O Américo Orlando [da Costa] foi um sujeito muito sério, trabalhador, um verdadeiro idealista. Com a mesma seriedade que ele tinha dentro da orientação do Partido Comunista, ele exerceu as funções na secretaria da Associação Cultural do Negro, e nunca procurou imiscuir as coisas da Associação com suas ideias políticas. Em 1959 ele conseguiu uma bolsa de estudos para ir à União Soviética estudar na Universidade Patrice Lumumba. Ele saiu da diretoria e também o Geraldo Campos de Oliveira, que era o presidente da executiva. O Geraldo Campos, ainda como presidente, tinha ido ao II Congresso de Escritores e Artistas Negros realizado em Roma[...]Em Roma já havia uma pessoa para representar o Brasil. Era o pintor Tibério, que morava em Paris. O Geraldo Campos trouxe de lá uma porção de documentos, teses e outras coisas, inclusive um distintivo que ele me deu, com o símbolo da revista Présence Africaine.[...]O Geraldo Campos era jornalista e professor<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup>LEITE, José C. & Cuti, ...*E disse o velho militante José Correia Leite*, Op. Cit., p. 177. A Universidade Patrice Lumumba foi fundada em 1960 e passou a ser denominada assim em 1961, pelo governo de Nikita Krushev, da URSS. Sobre ela, ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade\\_Russa\\_da\\_Amizade\\_dos\\_Povos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Russa_da_Amizade_dos_Povos), acessado em 11/11/2010.

Dadas as informações lacunares, é difícil afirmar, sem pesquisa exaustiva no acervo da associação, o que Oliveira efetivamente carregou consigo de Roma, qual nível de discussão foi capaz de estabelecer no congresso, seu domínio de línguas estrangeiras (em particular, o francês) e, o mais importante para agora, se ele conheceu Fanon e se interessou pelo mesmo. Todavia, como já exposto, houve uma tentativa de parceria nominal entre a *Société Africaine de Culture* [responsável pela *Présence Africaine* e reunir grandes nomes do pensamento anticolonialista] e a ACN, além de uma guinada no interesse da Associação e seus membros pelas lutas no continente africano<sup>23</sup>. Mais um dado: a primeira capa do jornal *Niger*, da ACN, é dedicada a Lumumba, logo após sua vitória pela independência do Congo. Quão devedores desses contatos é ACN, somente é possível inferir, até o momento, e montar uma rede de argumentos. Entretanto, embora pouco palpável até então, essa dimensão não é desprezível, podendo servir de aporte a pesquisas futuras sobre o assunto.

No ativismo político-cultural dos anos 1980, aspectos da obra de Fanon foram apropriados em, ao menos, três ocasiões pelo mesmo escritor, pertencente ao coletivo Quilombhoje. Em “Questões sobre a literatura negra” (1985); “A Forma Escura” (1986) e nominalmente em “O sentido da Literatura Negra, sob uma abordagem fanoniana” (1987), Márcio Barbosa, formado em Filosofia (USP), tenta dimensionar seu entendimento acerca do que seja uma literatura negra brasileira, a partir de aspectos da concepção fanoniana sobre como é construído o sujeito social negro, chegando a conceber a formulação de uma *literatura afro-brasileira*, como nomenclatura mais adequada da confecção artística dos escritores. Suas fontes bibliográficas citam, entre outros: *Os condenados da Terra* (1979), com o texto “Sobre a Cultura Nacional”; e “Racismo e Cultura”, publicado em tradução portuguesa no livro *Em defesa da Revolução Africana*, em 1980. Antes, este livro é o original *Pour la révolution africaine*, conjunto de ensaios dispersos editado pela François Maspero em 1969 e traduzido em Portugal pela Sá da Costa Editora, na “Coleção Terceiro Mundo”. “Racismo e Cultura” é a conferência de Fanon ao I

---

<sup>23</sup>Além dos dados já mencionados anteriormente, Elisabeth Batista afirma: “A proibição imposta pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, à realização da 1ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os presos e exilados e políticos de Espanha e Portugal foi anulada, tornando possível a sua realização de 22 a 24 de janeiro de 1960[...]Américo Orlando da Costa, Delegado do Teatro Popular Brasileiro e Vice-Presidente da Associação Cultural do Negro, falou sobre os presos políticos nas colônias portuguesas de Guiné, Angola e Moçambique e apresentou moção de apoio” Cf. BATISTA, Elisabeth. *Entre a Literatura e a Imprensa: Percursos de Maria Archer no Brasil*, Tese [Doutorado], São Paulo:FFLCH/USP, 2007, p. 64. E Karin S. Kössling localiza Costa como exilado na África, depois do golpe de 1964, como se vê: “O serviço de informação da Aeronáutica considerava que o ativista afro-descendente Clóvis Moura era elemento de ligação entre o MPLA e o PCB e segundo dados apresentados entre os asilados políticos brasileiros em Portugal, manteria contatos com um funcionário do consulado português em São Paulo. Em outro informe, também da Aeronáutica, constava que Clóvis trocava correspondências com o refugiado brasileiro Américo Orlando da Costa que transitava de Luanda (Angola) para Portugal. Esse documento mostra a atenção constante em relação aos contatos efetivos entre militantes das guerrilhas africanas e os movimentos brasileiros” Cf. KÖSSLING, Karin S. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*, Dissertação [Mestrado], São Paulo: FFLCH/USP, 2007, p. 130, colchetes meus.

Congresso de Escritores e Artistas Negros (1956); “Sobre a cultura Nacional” é sua conferência de 1959, para a segunda edição do evento.

O primeiro texto, de 1985, já foi discutido nesta tese, no primeiro capítulo. “Questões sobre a Literatura Negra” afirma que não existirá literatura negra no Brasil e escritores negros enquanto não houver uma consciência negra que rompa com a consciência do oprimido (consequentemente, do opressor) e que deixe de ser duplamente conservadora (imitação da literatura opressora, querendo ser legitimada enquanto tal). O repertório analítico empregado pertence, implicitamente, ao universo de Fanon. O segundo texto que publica, sob influência direta de Fanon (“O sentido da literatura negra, sob uma abordagem fanoniana”), é um comentário sobre as ideias daquele autor, atualizando-as para o contexto e usos brasileiros. É necessário pensar sobre o que faz Márcio Barbosa encontrar a reflexão de Fanon, justamente acerca do papel do intelectual, do pensamento e da arte colonizadas.

E, refletindo sobre isso, é possível confirmar e acrescentar mais uma hipótese aos argumentos de Antônio Sérgio Guimarães: *talvez a circulação e recepção de Fanon no Brasil não se dê plenamente nos meios tradicionais, sejam acadêmicos ou de uma esquerda universitária. Mas através do interesse dos intelectuais e ativistas negros, ao fim dos anos 1970, focados nos usos possíveis que suas ideias possam ter para suas lutas político-culturais no contexto nacional.* Estando presente em 1959 ao II Congresso, de Roma, Geraldo de Oliveira assistiu ao vivo, porventura, a conferência pronunciada por Fanon e publicada como quarto capítulo de *Condenados da Terra*. “Sobre a Cultura Nacional” é exatamente um dos textos que baseará os argumentos de Barbosa, nos anos 80, para refletir sobre a criação literária negra no Brasil. Voltando à ACN na década de 1960, talvez isso tenha menado as atenções da associação pelos acontecimentos africanos; em Barbosa, fê-lo pensar sobre o sentido da ação do escritor negro e da ideia de sua confecção literária.

Contudo, o que diz a conferência de Fanon, em 1959? Está-se diante de um intenso debate sobre as tarefas do intelectual colonizado, do escritor no processo de luta pela descolonização e a criação de uma expressão nacional autêntica. “Sobre a Cultura Nacional” é um comentário talvez posterior – a edição francesa e sua tradução brasileira não fornecem dados – ao texto da conferência “Fundamentos recíprocos da Cultura Nacional e das lutas de libertação”. Nela, estão expostos alguns tópicos que, aos olhos de um militante político e da cultura negra nos anos 1960-80, encontrariam similitude com o contexto brasileiro. Inicia-se com o *apelo* para que se pare de julgar o passado com os olhos do presente, preferindo-se, antes, balancear os alcances e limites das ações dos sujeitos sociais em cada época face aos desafios encontrados em seus momentos específicos, uma vez que “*Cada geração deve,*

numa relativa opacidade, descobrir sua missão, executá-la ou traí-la”<sup>24</sup>; a seguir, faz-se uma longa discussão acerca do papel do *homem de cultura colonizado* (que em seus termos refere-se aos intelectuais, escritores etc.) e sua relação com a memória social, a reconstrução ou “recuperação” do passado nacional<sup>25</sup>, o que significa a construção de *uma identidade alternativa a do dominado/subalterno*; o trabalho com a memória (ou sua tentativa de reconstrução) revelar-se-á um processo de *reencontro*, segundo Fanon, com o *povo* e a inauguração, portanto, de um *devenir*. Reencontro muitas vezes oblíquo e dramático, causando estranhamento a um e outro lado, e que se daria em três etapas: A) *Assimilacionista*<sup>26</sup>; B) *Memorialista*<sup>27</sup>; C) *Combativo*<sup>28</sup>, em que o homem de cultura teria completado seu processo de descolonização/reação à dominação intelectual, fazendo de sua literatura uma arma potente.

Fanon, no entanto, alerta que o intelectual, em todo esse processo, não deve se iludir: ele é uma espécie de sujeito fora de lugar (ou, em seus termos, um *estrangeiro*<sup>29</sup>), auto-atribuindo-se uma missão,

---

<sup>24</sup> Prosseguindo: “Precisamos perder o hábito, agora que estamos em pleno combate, de minimizar a ação de nossos pais ou de fingir incompreensão diante de seus silêncio ou se sua passividade. Eles se bateram como puderam, com as armas que então possuíam, e se os ecos de sua luta não repercutiram na arena internacional, cumpre ver a razão disso menos na ausência de heroísmo que numa situação internacional fundamentalmente diferente. Foi necessário que mais de uma tribo se rebelasse, mais de uma manifestação reprimida para que pudéssemos hoje erguer a cabeça com esta confiança na vitória” Cf. FANON, Frantz. Sobre a Cultura Nacional. *Os Condenados da Terra*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2<sup>a</sup> ed., 1979, p. 172.

<sup>25</sup> “[...]vale mais a fome com dignidade que o pão na escravidão[...] *No seio dos partidos políticos, a maior parte das vezes ao lado deles, aparecem homens de cultura colonizados. Para esses homens a reivindicação de uma cultura nacional, a afirmação da existência dessa cultura, representa um campo de batalha privilegiado.* [...]Em face do intelectual colonizado que resolve responder agressivamente à teoria colonialista de uma barbárie pré-colonial, o colonialismo quase não reagirá. Reagirá menos ainda porque as ideias desenvolvidas pela intelectualidade colonizada são largamente professadas pelos intelectuais metropolitanos.[...] Causou espanto a paixão de que se revestiram os intelectuais colonizados para defender a existência de uma cultura nacional[...] *Concedo que no plano da existência o fato de ter havido uma civilização asteca não altera muito o regime alimentar do camponês mexicano de hoje. Concedo que todas as provas que pudessem ser dadas da existência de uma prodigiosa civilização songhai não mudam o fato de que os songhai de hoje são subalimentados, analfabetos, vivem entre céu e água com a cabeça vazia, os olhos vazios* [...] *Inconscientemente, talvez, os intelectuais colonizados, não podendo enamorar-se da história atual de seu povo oprimido, não podendo admirar sua presente barbárie, deliberaram ir mais longe, mais fundo, e foi com alegria excepcional que descobriram que o passado não era de vergonha, mas de dignidade, de glória e de solenidade. A reivindicação de uma cultura nacional passada não reabilita apenas; em verdade justifica uma cultura nacional futura*” *Idem, ibidem*, pp. 173-175, grifos meus.

<sup>26</sup> “Numa primeira etapa, o intelectual colonizado prova que assimilou a cultura do ocupante. Suas obras correspondem exatamente às dos seus colegas metropolitanos. A inspiração é européia e pode-se facilmente vincular essas obras a uma corrente bem definida da literatura metropolitana” *Idem, ibidem*, p. 184.

<sup>27</sup> “Numa segunda, o colonizado sofre um abalo e resolve recordar. Este período corresponde, aproximadamente ao mergulho que acabamos de descrever[...] Velhos episódios da infância surgirão do fundo da memória, velhas lendas serão reinterpretadas em função de uma estética de empréstimo e de uma concepção do mundo descoberta sob outros céus. Algumas vezes essa literatura de pré combate será dominada pelo humor e pela alegoria. Período de angústia, de mal-estar, experiência de morte, experiência também da náusea. Vomita-se, mas já por debaixo engatilha-se o riso”. *Idem, ibidem*, pp. 184-188.

<sup>28</sup> “Enfim, num terceiro período, chamado de combate, o colonizado depois de ter tentado perder-se no povo, perder-se com o povo, vai ao contrário, sacudir o povo. Em vez de privilegiar a letargia do povo, transformar-se em despertador do povo. Literatura de combate, literatura revolucionária, literatura nacional”. *Idem, ibidem*, p. 185.

<sup>29</sup> “O intelectual colonizado que retorna a seu povo através das obras culturais comporta-se de fato como um estrangeiro. Por vezes não hesitará em valer-se dos dialetos para manifestar sua vontade de estar o mais perto possível do povo, mas as ideias que exprime, as preocupações que o habitam não têm nada em comum com a situação concreta que conhecem os

geralmente, estranha ao *povo* concreto que busca encontrar, representar e provocar. Embora estranhada sua tarefa e papel, ele dever ser o propulsor de um *dever em aberto*. Em síntese: seu ativismo político-cultural enquanto “[...] *homem colonizado que escreve para seu povo, deve quando utiliza o passado, fazê-lo com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança*” (p.193). Não é uma tarefa simples a que impõe este pensador. O futuro está em aberto, mas seu contexto de produção das ideias é de luta declarada e armada contra o sistema colonial, previamente. Valeria também para o Brasil? Márcio Barbosa afirma que tinha interesse em estudar efetivamente a obra de Fanon na USP, como conta a seguir:

Sim, eu lia muito o Fanon nessa época. ‘Pele negra, máscaras brancas’, ‘Em defesa da revolução africana’, ‘Condenados da terra’. O Fanon eu acho que foi muito importante pra mim nessa época aí. A análise psicológica que ele faz... Eu queria até fazer uma tese sobre o Fanon, na verdade. Na época, eu até procurei o falecido Clóvis Moura, pra ser meu orientador, mas ele falou que não manjava de Fanon e falou que não poderia ser. E aí, acabei deixando de lado, mas, Fanon é fantástico, eu acho que todo mundo deveria lê-lo. Até é uma discussão que a gente tem hoje em dia, que é uma coisa que o Cuti levanta, uma discussão que o Cuti levanta, que é essa questão da literatura negra ou literatura afrobrasileira. Que eu acho que é uma coisa, pra mim, que vem de Fanon. Que ele fala ‘negro só se torna negro a partir do domínio do branco’. Porque você não tinha um negro, você tinha o africano, você tinha lá o zulu, você tinha o haussai, enfim mina, esse tipo de coisa. E Fanon fala isso. Então, eu acho que é por aí também. Negro só se torna negro a partir do domínio do branco. É a identidade contraposta aí. Então, é por isso que eu prefiro afrobrasileiro.<sup>30</sup>

A positividade do passado atribuída por Fanon enquanto busca pela autenticidade, uma história anterior à colonização, é interessante para pensar o papel social que a memória coletiva terá nessa discussão. O colonizado foi inventado pelo colonizador, tanto quanto o dominado pelo dominante. Antes de tudo, o subalterno era um humano, um sujeito social. Daí a perspectiva fanoniana encerrar, fundamentalmente, *uma aposta na ideia de cultura*, angulada pela ótica do colonizado/oprimido, como motor da resistência e da construção de uma situação social alternativa e emancipatória. A *cultura nacional* é pensada sob um certo signo de autenticidade original ou de pertencimento, alternativa e anterior à imposição do opressor/colonizador<sup>31</sup>. Justifica-se, então, a importância atribuída pelo autor ao

---

homens e as mulheres de seu país[...]Querendo ajustar-se ao povo, ajusta-se ao revestimento visível” *Idem, ibidem*, p. 185

<sup>30</sup>Entrevista com Márcio Barbosa concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 17/04/2010, em São Paulo.

<sup>31</sup>“O domínio colonial, porque total e simplificador, logo fez com que se desarticulasse de modo espetacular a existência cultural do povo subjugado. A negação da realidade nacional, as novas relações jurídicas introduzidas pela potência ocupante, o lançamento à periferia, pela sociedade colonial, dos indígenas e seus costumes, a usurpação, a escravização sistematizada dos homens e das mulheres tornam possível essa obliteração cultural” Cf. FANON, Frantz. Fundamentos Recíprocos da Cultura Nacional e das Lutas de Libertação. *Os Condenados da Terra*, Op. Cit. p. 197.

processo de recuperação de memória, como etapa necessária para romper e sobrepujar os valores do opressor. “*A situação colonial determina, em sua quase totalidade, a cultura nacional*” (p. 198), afirma Fanon. E se a luta pela cultura nacional possui fundamentos recíprocos com as lutas de libertação, subentende-se que, neste *quase*, há um intervalo onde a memória, o ativismo político-cultural e – no contexto de seu pensamento – a luta revolucionária, operam.

A conferência de 1956 ao I Congresso de Escritores e Artistas Negros, “Racismo e Cultura”, tratará disso, em alguma medida, e será outro texto base para Barbosa, que citará literalmente suas passagens. Fanon discute o racismo não enquanto uma “doença da humanidade” ou algo particular de certos grupos humanos, mas como uma *forma cultural*, uma estrutura social de relações, hierarquista e etnocêntrica. Em seus termos:

Le racisme n'est pas un tout mais l'élément le plus visible, le plus quotidien, por tout dire, à certains moments, le plus grossier d'une structure donnée[...] Etudier les rapports du racisme et de la culture c'est se poser la question de leur action réciproque. Si la culture est l'ensemble des comportements moteurs et mentaux né de la rencontre de l'homme avec la nature et avec son semblable on doit dire que le racisme est bel et bien un élément culturel. Il y a donc des cultures avec racisme et des cultures sans racisme<sup>32</sup>

O racismo enquanto elemento cultural *opõe formas de existência*<sup>33</sup>. E a forma do dominante *quase* determina totalmente a forma do dominado, tornando-o um objeto do sistema colonial/opressivo<sup>34</sup>. Entretanto, o autor, sem detalhar (ao menos neste texto) afirma existir um intervalo em aberto para a tomada de consciência coletiva, que passa a ser da resistência à opressão da forma

<sup>32</sup>FANON, Frantz. Racisme et culture. *Pour la révolution africaine: écrits politiques*. Paris: La Découverte, 2001, pp. 39-40. “O racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais cotidiano, por assim dizer, o mais grosseiro de uma dada estrutura[...] Estudar as relações entre o racismo e a cultura é questionar sua ação recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais, nascidos do encontro entre o homem e a natureza e seu semelhante, deve-se dizer que o racismo é um elemento cultural. Há, portanto, culturas com racismo e culturas sem racismo.” [Tradução minha].

<sup>33</sup>“Ce racisme qui se veut rationnel, individuel, déterminé génotypique et phénotypique se transforme en racisme culturel. L'objet du racisme n'est plus l'homme particulier mais une certaine forme d'exister[...] Le souvenir de nazisme, la commune misère d'hommes différents, le commun asservissement des groupes sociaux importantes, l'apparition de “colonies européennes” c'est-à-dire l'institution d'un régime colonial en pleine terre d'Europe, la prise de conscience des travailleurs des pays colonisateurs et racistes, l'évolution des techniques, tout cela a modifié profondément l'aspect du problème” *Idem, ibidem*, pp. 40-41 [Este racismo que se quer racional, individual, determinado pelo genótipo e pelo fenótipo se transforma em racismo cultural. O objeto do racismo não é mais o homem particular, mas uma forma de existir[...] A lembrança do nazismo, a miséria comum de homens diferentes, a submissão comum de grupos sociais importantes, a aparição de “colônias europeias”, quer dizer a instituição dum regime colonial em plena terra da Europa, a tomada de consciência de trabalhadores dos países colonizadores e racistas, a evolução das técnicas, tudo isso modificou profundamente o aspecto do problema. [Tradução minha]

<sup>34</sup>“Cet homme objet, sans moyens d'exister, sans raison d'être, est brisé au plus profond de sa substance. Le désir de vivre, de continuer, se fait de plus en plus indécis, de plus en plus fantomatique. C'est à ce stade qu'apparaît le fameux complexe de culpabilité. [Richard] Wright dans ses premiers romans en donne une description très détaillée”. *Idem, ibidem*, p. 43. “Este homem objeto, sem meios de existir, sem razão de ser, é profundamente apartado de sua substância. O desejo de viver, de continuar se faz cada vez mais indeciso, cada vez fantasmagórico. Neste estado que aparece o famoso complexo de culpa.[Richard] Wright nos seus primeiros romances forneceu uma descrição bastante detalhada dele”. [Tradução minha].

dominante. Uma luta intestina, que se oporá à sofisticação crescente do racismo – este, chegando a se invisibilizar na sociedade para diferentes sujeitos sociais, como se ele não existisse ou se vivesse numa democracia racial – por exemplo, ou, em seus termos, a forma de existência racista se tornará uma “ideologia democrática e humana”, fundada, silenciosamente, na superioridade de um modo de vida sobre outro.

A luta contra o racismo é uma luta cultural. Para o pensador Fanon não há racismo inconsciente, mas um processo paulatino de construção das formas culturais racistas, que coloca o dominado na posição de subserviência/submissão, valendo-se, inclusive, daquilo que se lhe opõe. Constrói-se assim uma relação de culpabilidade e inferioridade para o dominado, conscientemente inferiorizado e irreconhecido, uma vez que *“Le raciste dans une culture avec racisme est donc normal”*[O racista numa cultura com racismo é normal] (p.47). Sendo o racismo um elemento, um modo de existência hierarquizado; e a luta contra a dominação/opressão desse elemento e modo uma luta cultural, *o intelectual, os homens de cultura dominados, terão um papel fundamental no processo de resistência. E em construir/ legitimar/ redescobrir/ potenciar a memória e o passado, as formas de existir consideradas as mais verdadeiras, do dominado.* Ou, se quisermos fazer agora uma brusca transição para o assunto da tese neste momento, o modo negro [brasileiro] de estar no mundo, na leitura de Márcio Barbosa:

Há muito a literatura que nós normalmente consumimos cristalizou determinados vícios e deteve-se em moldes estanques. Se um autor branco brasileiro fala, por exemplo, de Cupido ou de Baco, sua obra obterá perfeita legitimação, mesmo que esteja se referindo à experiência mitológica grega de dois mil anos atrás. Ninguém o criticará por isso[...]Se um autor independentemente do conteúdo e em detrimento de sua própria realidade, pauta sua obra estilisticamente a partir dos últimos modelos alemães ou franceses ninguém procurará ver nisso algum desajuste[...]Mas quando um autor negro procura seu universo na experiência artística de uma África antiga, será logo chamado de retrógrado. Quando um autor negro procura a dimensão mítica da experiência religiosa afro-brasileira, seu trabalho só obterá repercussão se submeter-se à folclorização. Se esse autor recorrer ao conteúdo revolucionário da literatura de Angola ou Moçambique provavelmente será acusado de ser no mínimo um alienado. Ora, é evidente que o autor negro necessita formar um acervo de onde extrair matéria para as suas criações e quando procura formar esse acervo na experiência secular ancestral de seu povo originário, isto é, os africanos, vê-se repentinamente cercado de limitações<sup>35</sup>

Ou, nos termos fanonianos, permitindo a comparação das tarefas impostas:

---

<sup>35</sup>BARBOSA, Márcio. A Forma Escura. In: *II Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros*. Op. Cit. p.130

Cette culture, abandonnée, quittée, rejetée, méprisée, l'inferiorisé s'y engage avec passion[...]Or, on ne subit pas impunément une domination. La culture du peuple asservi est sclérosée, agonisante. Aucune vie n'y circule. Plus précisément la seule vie existante est dissimulée.[...] La culture encapsulée, végétative, depuis la domination étrangère est revalorisée. Elle n'est pas repensée, reprise, dynamisée de l'intérieure. Elle est clamée. Et cette revalorisation d'emblée, non structurée, verbale, recouvre des attitudes paradoxales[...] Les médecins arabes dorment par terre, crachent n'importe où[...]Les intellectuels noirs consultent le sorcier avant de prendre une décision[...] Les coutumes, traditions, croyances autrefois niées et passées sous silence sont violemment valorisées et affirmées[...]La tradition n'est plus ironisée par le groupe. Le groupe ne se fuit plus. On retrouve le sens du passé, le culte des ancêtres...<sup>36</sup>

Existe, portanto, uma *aposta na ideia de cultura*, na luta pela reversão simbólica da prática quotidiana de pensar e agir, de ser e estar no mundo, da afirmação e reconhecimento das formas de existência várias, de um embate entre *diversidade e desigualdade*, visando um universalismo emancipatório, no texto de Fanon. “*En conclusion, l’universalité réside dans cette décision de prise en charge du relativisme reciproque de cultures différentes une fois exclus irrévérablement le statut colonial*”<sup>37</sup>(p.51). Ele impõe a seu pensamento e leitores, intelectuais ou militantes, tarefas formidáveis, mas consideradas possíveis numa situação em que tudo está em aberto e o futuro pode ser construído como se os homens fizessem efetivamente sua própria História do jeito que a concebiam (uma aposta total no primeiro período da primeira frase de *O Dezoito* Brumário, de Marx). Apostando na cultura – ou numa luta cultural que forme outras relações sociais – Fanon estaria formatando um pensamento anti-racista para uma sociedade em construção, com base humanista, semelhante a que Sartre e os

---

<sup>36</sup>FANON, Frantz. Racisme et culture. Op. Cit. pp. 48-49. “Esta cultura, abandonada, extirpada, rejeitada, largada, nela o inferiorizado se engaja com paixão[...]Ora, não se submete impunemente a uma dominação. A cultura do povo submisso está esclerosada, agonizante. Não se circula vida alguma. Mais precisamente a única vida existente é dissimulada.[...] A cultura encapsulada, vegetativa, depois da dominação estrangeira é revalorizada. Ele não é repensada, reencenada, dinamizada do interior. Ela é clamada. E essa revalorização do conjunto, não estruturado, verbal, encobre atitudes paradoxais.[...]Os médicos árabes dormem no chão, cospem sem se importar onde[...]Os intelectuais negros consultam o feiticeiro antes de tomar uma decisão[...]Os costumes, tradições, crenças anteriormente negados e passados em silêncio são violentamente valorizados e afirmados. A tradição não é mais ironizada pelo grupo. O grupo não se ri mais. Retoma-se o sentido do passado, o culto dos ancestrais” [Tradução minha].

<sup>37</sup> “Concluindo, a universalidade reside na decisão de apoiar o relativismo recíproco das diferentes culturas uma vez excluído irreversivelmente o estatuto colonial”. Tradução minha.

intelectuais do Pós-Segunda Guerra pensaram?<sup>38</sup> Talvez isso explique o interesse do intelectual francês pelo pensador martinicano.

\*\*\*

Os breves comentários acima<sup>39</sup> permitem refletir sobre a circulação das ideias de Fanon num circuito alternativo (como sugere Guimarães) e pensar seu uso no interior do Quilombhoje. Ao se centrar no “Sentido da Literatura Negra, sob uma abordagem fanoniana”, Barbosa se impõe o desafio proposto pelo pensador martinicano de se refletir enquanto *homem de cultura dominado*; o que, nos textos fanonianos lidos, anunciam a procura final de uma perspectiva universalista (e não só para o contexto africano). Barbosa interpreta isso na seguinte chave:

Se existe alguma identidade entre a análise que Fanon desenvolve e a realidade social brasileira, isso se deve ao fato de que Fanon ao desvendar o racista sistema colonial consegue captar a existência do negro (enquanto indivíduo, grupo ou classe étnica) dentro das formas de relação social instaladas a partir do domínio branco-europeu e a transformação destas formas na moderna sociedade industrial, crescentemente técnica e burocratizada[...] Nesse sentido, não existe necessidade de irmos além e comparar a permanência de determinadas estruturas religiosas, linguísticas e comportamentais nos descendentes brasileiros de africanos e nos habitantes das sociedades africanas colonizadas, o que nos permitiria estabelecer outras relações de semelhança e parentesco entre estes dois grupos[...] No caso brasileiro, poderíamos dizer que isso corresponde a uma recuperação das lutas antiescravagistas, dos quilombos e rebeliões dos séculos passados, culminando com o mergulho apaixonado na história de Palmares e a institucionalização de um herói negro; além disso há a tentativa de redescobrir as estruturas religiosas tradicionais e recuperar a histórias das artes e cultura africanas do passado.[...]Vemos então que a importância do homem de cultura não é assim tão restrita. O negro que cria o hábito de dirigir-se a outro negro, tendo como tema a luta cotidiana, política ou armada, engendrada no sentido de destruir estrutura racistas,

---

<sup>38c</sup>Outra conjuntura paradigmática da retomada do debate em questão é o pós-Segunda Guerra. Sartre com *Les Temps Modernes* na França e Elio Vittorini com *Il Politecnico* na Itália expressam a necessidade de recuperação do humanismo soterrado pela barbárie da guerra. Rememoram a discussão sobre as responsabilidades do intelectual, realizando uma espécie de acerto de contas do qual não está ausente um sentimento de dor pela participação na *barbárie* de homens de cultura que a legitimaram; por exemplo Gentile na Itália, Carl Schmitt e a complexa figura de Heidegger na Alemanha. Por isso, perguntam como foi possível que a mesma cultura que produziu grandes monumentos do pensamento emancipatório fosse também capaz de cometer tanta infâmia e delíto” Cf. BASTOS, Elide R. & RÊGO, Walquíria D. L. A moralidade do compromisso. *Intelectuais e Política: A moralidade do compromisso*, São Paulo: Olho d’Água, 1999, p. 13. No livro organizado pelas autoras, ver os textos de Sartre (*Os Tempos Modernos - apresentação*) e Vittorini (*Uma nova cultura*).

<sup>39</sup>Comentários não conclusivos de uso instrumental; para efeito maior, será necessário estudo sistematizado das condições sociais de produção e o contexto intelectual das ideias de Frantz Fanon, incorporando seus críticos e adversários políticos, a maneira como seus livros foram publicados e circularam, sua trajetória intelectual e política, os alcances e limites de suas ideias e obra, no contexto em que foram geradas. Ou seja: realizar um outro estudo, outra tese.

estabelece uma relação fértil e um processo de mobilização intensa[...] Ao pensarmos em termos de comunidade negra brasileira, constatamos que a partir do século XX, o que podemos considerar luta política ocorre através da ação de entidades como a Frente Negra Brasileira, grupos e associações culturais como o Teatro Experimental do Negro ou associações recreativas como as equipes de baile e escolas de samba<sup>40</sup>

É fato que há certa dificuldade em acoplar o pensamento de Fanon à realidade negra no Brasil, em função do contexto em que eles são sendo produzidas. Entretanto, *a dimensão da missão do homem de cultura dominado* (ou melhor: que ele possua tarefas e que, no caso do intelectual negro, ela se situe na reversão simbólica e concreta da prática quotidiana) é possível absorver, para seu intérprete brasileiro, com algumas precauções<sup>41</sup>. O escritor, o intelectual negro no Brasil é um sujeito fora de lugar (tanto quanto o africano, o estadunidense); muitas vezes avesso e estranho à sua própria história (pensando como Fanon). No caso dos *Cadernos Negros* e de outras iniciativas político-culturais, vale-se da memória como elemento potenciador de suas ações, após longo processo de, se quisermos falar com Fanon, *tentativas de encontrar seu povo*. Assim se anuncia em Barbosa o pensamento fanoniano em “A Forma Escura”: “*Embriaguei-me várias vezes com minha anti-imagem. Anti-imagem porque sob a superfície sua essência me era contrária*” Ou, ainda e mais explícito:

É lógico, haverá sempre os que defenderão o livro e as formas perfeitas da cultura ocidental. Haverá sempre os que provarão o meu desajuste perante estas formas. Admito que estamos, é certo, envolvidos na totalidade da cultura em que nascemos. Podemos ter nostalgia de um tempo passado, podemos até sentir banzo; podemos chegar por um esforço de vontade e uma subversão ao que nos foi específico. Porém, não nos é permitido ignorar este acúmulo de fatos e conhecimentos derivados da Ásia e Europa, os quais também passam a nos pertencer. Contudo, essa é uma paisagem que não satisfaz e havendo outra possível, somos obrigados a procurá-la[...] Mas a arte é um oceano cheio de surpresas, e enquanto ia deixando-me levar indiferentemente pelas marés convencia-me da profundidade e extensão de seus limites. Sempre no entanto a sensação de ser a arte algo inútil

---

<sup>40</sup>BARBOSA, Márcio. O sentido da literatura negra, sob uma abordagem fanoniana. *I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros: Criação Crioula, Nu Elefante Branco*. Op. Cit. pp. 118, 119-120, respectivamente.

<sup>41</sup>Barbosa alerta, no entanto: “Durante todo o trabalho estivemos falando sobre o “intelectual negro”. É preciso deixar algumas coisas explícitas[...] Quando aplico a categoria “intelectual negro” à realidade brasileira, vejo a necessidade de respeitar as devidas diferenças de proporção, o mesmo ocorrendo com noções como “luta política”, já que a luta política africana pressupõe a tomada do aparelho de Estado. Essa noção de intelectual negro inclusive, para o caso brasileiro, é mais metodológica do que real, já que uma reivindicação de especificidade como essa exigiria que constasse de algum programa, já que deve ser deliberada e consciente e exigiria, por outro lado, um reconhecimento por parte da sociedade, pois só isso a legitimaria. Ainda seguindo Fanon, intelectual é aquele que abraça em si as contradições e o que se faz voz do povo, coisa que exige uma potencialidade criadora e crítica grandes conhecimento e visão profundos, atributos que só podem ser adquiridos através da dedicação constante, do debate sistemático e do reconhecimento honesto da própria ignorância. Assim sendo, enquanto os homens de cultura permaneceram preocupados em aparentar uma importância excessiva em relação ao trabalho que são capazes de desenvolver, só poderemos falar em “intelectual negro” no sentido figurado” *Idem, ibidem*, p. 122

impedia-me um mergulho completo. Naufraguei várias vezes mas voltava ileso e o primeiro naufrágio sem retorno ocorreu quando li um poeta africano. Nesse livro havia a essência que eu procurara anteriormente em outros autores[...] Então, desde essa primeira leitura, tudo já estava dado. A identidade dos problemas sociais e raciais punha-nos, a mim e ao poeta, numa mesma comunidade universal.[...]Descobri a universalidade dos problemas e carências tão próprios à multidão que compõe a imensa parcela das pessoas comuns e despojadas. Mas, além disso e talvez mais importante, existia a perspectiva de uma experiência diferenciada, de uma literatura produzida a partir de outro material básico.<sup>42</sup>

De que outro material é este que fala o autor? Evidencia que se tratam das apreensões, *a posteriori*, pelo escritor do que seria a vida de seu grupo social no Brasil<sup>43</sup>. Contudo, entre o vivido e o narrado existem ao menos dois problemas: o das formas de viver e o das formas de dizer. Um terceiro, o de estabelecer uma ligação (mesmo que fabulada) considerada legítima e autêntica, como afirma Barbosa, *já estava dado*. Restam esses dois: Quem é o escritor de literatura negra e de que linguagem ele se vale para sua confecção literária?

Representamos uma classe de pessoas condenadas à desvantagem[...]Em primeiro lugar, não temos uma linguagem diferente da linguagem que comumente se fala. Mas temos a possibilidade de alterar o significado das palavras, pois a linguagem é viva.[...]Determinados vícios nós ainda temos que superar, por exemplo, nós raramente lemos os livros uns dos outros. Isso é manifestamente o sinal de uma pobreza intelectual e política muito grande[...] Talvez falte-nos também a ousadia de ir um pouco além do que conhecemos, a ousadia de inventar, de desligarmo-nos do que está consagrado pelo uso. Mas, para desligarmo-nos, temos que conviver com a possibilidade do erro e essa é grande. [...] [Para] lembrar Fanon: “A luta do inferiorizado situa-se a um nível nitidamente mais humano. As perspectivas são radicalmente novas. Só assim poderá a arte ser outra.”<sup>44</sup>

\*\*\*

Linguagem, memória, história “autêntica”; missão do homem de cultura, abrir o devir, vinculação com o povo; literatura e política, reversão e recriação do cotidiano; necessidade de calibrar as formas de dizer e precisar a experiência para uma representação mais próximas das formas de viver do grupo social, original/leitor-ideal; índices negros: válidos ou não? Quais os horizontes de

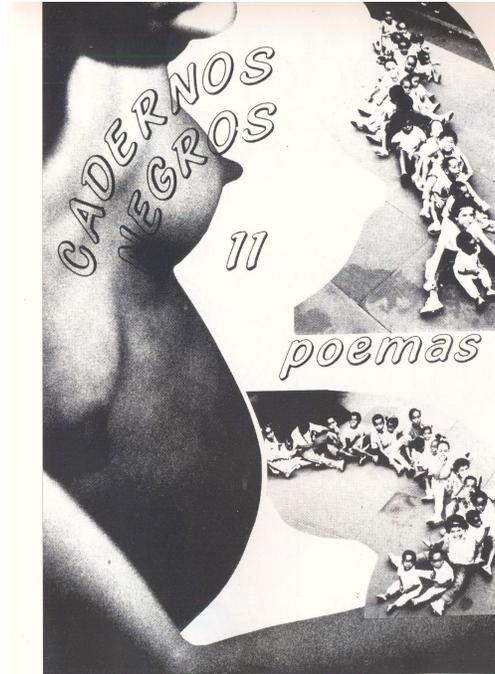
<sup>42</sup>BARBOSA, Márcio. A Forma Escura. In: *II Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros*. Op. Cit. pp.126, 127, 128, respectivamente.

<sup>43</sup>“É lógico que essas vicissitudes pelas quais passamos influem no tipo de literatura que fazemos. Pode-se objetar, entretanto, que os acidentes pessoais da vida de um autor não modificam fundamentalmente sua obra. Mas se existe alguma característica marcante na literatura negra é exatamente o fato extremamente rico de a obra vir assinalada pelas cicatrizes que a existência numa sociedade discriminatória impõe ao autor[...] Então se a literatura pode e deve ter alguma finalidade exterior esta consiste, no nosso caso, em tornar visível este acúmulo de experiências opressivas, colaborando dessa maneira para sua extirpação.” *Idem, ibidem*, p. 131.

<sup>44</sup>*Idem, ibidem*, pp. 132-133. Colchetes meus. O trecho de Fanon está em “Racismo e Cultura”.

expectativas da relação entre o autor e seu público, a obra e sua circulação? Findo o encontro de 1986, feitas as contas, é de se esperar que as produções dos autores em *Cadernos Negros*, ou que a configuração do grupo Quilombhoje se pautasse por aquelas questões e tentativas de definições.

Ilustração 15: Cadernos Negros 11



Veja-se, assim, o volume 11 de CN: sua montagem é feita com uma série de fotografias de crianças, internas e externamente, além de seus nomes majoritariamente africanizados (com seus respectivos significados). As “Nossas Crianças”, afirma o texto da orelha, são “Agentes, atores, herdeiros de uma realidade histórica. Nossas crianças não-abandonadas, representantes da certeza de uma trajetória que não começa nem termina com elas”. Ainda se tenta marcar a origem de uma década anterior em relação aos eventos políticos no mundo africano e no Brasil<sup>45</sup>. E na apresentação entre esse embate, da afirmação de um modo de existência e da necessidade de um devir, do reconhecimento do

<sup>45</sup>“O marco é 1978, ano politicamente conturbado. Enquanto um grande jornal publicava um artigo de página inteira de Gilberto Freire louvando “a democracia racial brasileira como modelo de convivência entre as raças”, militantes negros organizavam uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal, que, realizada em novembro, daria início a uma série de denúncias e protestos sob o signo do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. [...] Os jornais procuravam ridicularizar o continente africano, estampando manchetes cheias de ironia e desprezo pela controvertida figura de Idi Amin Dada. Ao mesmo tempo, veiculavam em artigos de fundo massiva propaganda das belezas e riquezas do Senegal, de Angola, de Cabo Verde, da Costa do Marfim, revelando claramente a intenção do governo brasileiro em manter relações comerciais com esses países, então independentes[...] O Brasil conhecia uma intensa onda de sonoras cobranças vindas de diversos setores da sociedade, como resultado do relaxamento da ditadura do silêncio. Todas as camadas sociais oprimidas se organizavam para exigir, no mínimo, os seus direitos mais óbvios, como o de ir e vir e o de expressar suas ideias[...] E entre os credores sociais do governo, estávamos nós, que, em 20 de novembro de 1978 – Dia Nacional da Consciência Negra –, rearticulamos em ato público os alicerces de uma luta secular pela conquista de uma identidade de negros no Brasil, inspirados também pela situação histórico-cultural daqueles países africanos que se libertavam do neocolonialismo escravocrata[...]” Cf. Cadernos Negros, volume 11. Texto da Orelha.

diverso simultaneamente à luta contra o desigual, também fundado em alguma conexão lastreada no universo imaginado da África, publica-se exemplarmente o poema “Palavra de Ordem”, do gaúcho Oliveira Silveira: “*Negro e proletário./ Bom ser negro/ ruim ser proletário./ Bom ter esta cor,/ este jeito, este som./ Ruim ter esta fome, o frio, este não ter./ Manter a raça,/Mudar a classe.*” (CN, vol. 11, 1988, p.55)

A palavra de ordem final se faz marcar com mais intensidade na produção de outros autores, publicados no volume de 1990, no volume 13, como se vê a seguir:

No princípio era a pólvora e a sífilis/ variadas gonorréias e o chumbo/abençoados pela hipocrisia mística/ Com o tempo/ chegou-se à bomba atômica/ inúmeras armas químicas/ confeitadas de cocaína/ (prole numerosa/aidéitica e cancerígena)/ primeiro mundo e seus ultimatoss:/ aos primitivos tecnologia e nada/ sequestro do ori/ raízes amputadas (Cutí, “Civilization” p. 27)

A voz de minha bisavó ecoou/criança/ nos porões do navio./ Ecoou lamentos/ de uma infância perdida./ A voz de minha avó/ ecoou obediência/ aos brancos-donos de tudo./ A voz de minha mãe/ ecoou baixinho revolta/ no fundo das cozinhas alheias/ debaixo das trouxas/ roupagens sujas dos brancos/ pelo caminho empoeirado/ rumo à favela. / A minha voz ainda/ ecoa versos perplexos/ com rimas de sangue e fome./ A voz de minha filha/ recolhe todas as nossas vozes/ recolhe em si/ as vozes mudas caladas/ engasgadas nas gargantas./ A voz de minha filha/ recolhe em si/ a fala e o ato./ O ontem – o hoje – o agora./ Na voz de minha filha/ se fará ouvir a ressonância/ o eco da vida-liberdade.(Conceição Evaristo, “Vozes Mulheres”, pp. 32-33)

sonho cultivado em terra forte/ futuro crescendo num tronco firme/ amanhã kilumba/ o sol brincarà de kizomba em teu riso/ colhendo primavera cheia de amores/ teu suplício teve curso desviado/ rua favela viaduto febem.../ não conhecerão tuas dores (Oubi I. Kibuko, “Camila” p. 70)

na minha verde-clara infância/ vestido em fantasia eu imitava/ batman, capitão américa, superman.../ hoje, maduro e escurecido/ trajando realidade sigo Zumbi/ Agostinho Neto, Luther King, Mandela.../ imortais guerreiros do meu povo (*Idem*, “Reais Heróis”, p. 71)

Contra o sequestro do *ori* (o orixá da cabeça, a energia vital) promovido pela civilização até a negação do caminho trágico legado pelo passado: É difícil mensurar e afirmar quanto o pensamento coletivo efetivamente dimensiona a produção individual de cada autor<sup>46</sup>; no entanto, a confluência dos

---

<sup>46</sup>“Eu acho que cada autor escolheu um caminho. Eu tenho essa impressão de que cada um escolheu um caminho ‘poxa, eu vou seguir por aqui, essa é a minha linha, então, eu vou adiante’. Acho que até os próprios livros que surgiram, o “Reflexões”, eles mostram uma diversidade grande de opiniões. Embora todo mundo focado na literatura afro, mas, eu acho que tem uma diversidade.”Entrevista com Márcio Barbosa concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 26/02/2010, em São Paulo.

poemas anteriores joga luz nesse sentido. Outro caminho é retomar a discussão sobre o papel dos *índices negros*, esperados em relação à literatura publicada e publicável nos *Cadernos*. Tais índices, marcadores da diferença, operarão também nas concepções sobre seria uma literatura negra ou literatura afro-brasileira. De acordo com seus organizadores atuais:

É difícil você conceituar o que é literatura negra até hoje. Cada um tem uma opinião. Eu tenho, por exemplo, eu acho que o termo negro, até, prefiro o termo afro, eu acho que o termo negro tem uns usos, o termo afro tem outros, e eu, atualmente, prefiro mais o termo afrobrasileiro. Outros acham que não, que tem que ser literatura negra. E é salutar, porque já é uma coisa que está em processo, que vai ser discutido. Mas, acho que uma das coisas que a gente sempre teve muito bem explícito é que, realmente, a literatura negra tem que refletir a vida do nosso povo, a vivência do povo negro, isso eu acho que é consenso, hoje é consenso. Agora, se ela é mais depoimento, se ela é mais ficção, eu acho que aí vai de cada um. Se a poesia tem que ser mais elaborada pra falar com a academia, ou tem que ser menos elaborada pra falar com o povo, eu acho que isso é uma coisa que ainda está sendo discutida. Pra mim, o afro está mais ligado à ancestralidade, à cultura, eu acho que ele remete à África, remete aos ancestrais, remete à cultura de matriz africana, enquanto o negro é um termo mais biológico. Ele foi apropriado pelo Movimento Negro norte-americano, e aí ele foi construído politicamente, inclusive, a partir da discriminação que se fazia em relação ao negro. É um conceito mais político do que biológico. Então, os grupos políticos, eu acho que eles têm que se apropriar desse termo. Eu acho que é justo que eles se apropriem, eles têm que trabalhar com o termo negro. Enquanto eu acho que, quem trabalha com cultura, eu acho que tem mais a ver a questão afro, tem mais a ver a transcendência, é uma questão até ontológica mesmo. Quer dizer, a gente pertence a uma matriz, a gente pertence a um povo, a gente pertence a uma história. (Márcio Barbosa)

Acrescentando, eu acho que um pouco o *Cadernos* dá uma certa delimitada nisso.[...] o *Cadernos*, nesse processo de tempo, de periodicidade, ele meio que determina o que você coloca ali.[...]Então, quando a gente chama uma pessoa, ou você participa, você já tem meio que já [saber]... Que ali tem que ter índices negros. Você tem que, de uma forma ou de outra, estar colocando a literatura afrobrasileira, a sua vivência. Aí, é como o Márcio falou: você discute se tem que ter índice, não tem que ter índice, é, não é, porque, às vezes, têm trabalhos que não entram na hora da avaliação, porque 'isso aí não é pro *Cadernos*, isso aí não vai entrar'. Então, não é porque a pessoa está escrevendo um poema que é ruim, às vezes, é porque aquilo que o avaliador está lendo acha que não é pro *Cadernos*. Eu acho que, ainda que mude, o *Cadernos* meio que determina o que entra, e faz uma seleção até que natural dele, o *Cadernos*, como ele é mais militante, na literatura, não pejorativo, mas, como eu falei, não são 32 anos, não é de se jogar fora, eu acho que ele meio que determina, ou ele traz essa determinação e as pessoas acabam incorporando. [...] Por enquanto, até a

data de hoje, o Cadernos meio que determina os Cadernos. Cada autor deve ter, com certeza, centenas de trabalhos que, necessariamente, não têm o índice.(Esmeralda Ribeiro)<sup>47</sup>

Quando nós nomeamos [literatura]negro-brasileira, nós estamos trabalhando com o termo negro. E por que com o termo negro? Nós não estamos abandonando esse termo. Por que? Porque este termo, para a população negra, é um termo que remete às conquistas. Frente Negra, Dia Nacional da Consciência Negra, Movimento Negro... E outra coisa: nós estamos, também, trazendo este nome para a vivência afrobrasileira.Então, quando eu chamo essa produção de literatura negro-brasileira, é exatamente isso, porque eu estou estabelecendo links com a conquista e com a existência da população. O nome, ele tem essa função. E, ao nomear literatura afro-brasileira, você apaga o negro. E, ao apagar o negro, você apaga todas as conquistas do movimento negro. Como eu disse, não é “dia nacional da consciência afro-brasileira”, é o “dia nacional da consciência negra”, não foi “Frente Afrobrasileira”, foi “Frente Negro-brasileira”, não se fala em “Imprensa Afrobrasileira”, se fala em “Imprensa Negra”. Então, por quê que a literatura tem que abrir mão da palavra negro, sendo que esta palavra, ela é uma palavra que é uma palavra geradora. Ela é uma palavra que tem uma capacidade de gerar e de ressignificar a realidade imensa. Se você fosse capaz de pegar todos os livros de autores negros e jogar no computador, e dizer lá quantas vezes aparece a palavra negro, você diria que inúmeras vezes. Por que? Porque essa palavra, ela é o cerne. Essa palavra, ela remete exatamente à questão existencial do negro no Brasil (Cuti)<sup>48</sup>.

Não são questões fáceis de enunciar e sobre elas não há consenso pacífico, a não ser a necessidade de retratar a vida do negro, esta estranhamente conhecida por *todos*, mas particularmente escrita por *alguns*. Esses promovem a passagem física de personagens a autores negros, pontilhando o universo de possibilidades criativas, onde os textos, em alguma medida, se tornam consequência do processo. Algo que não é tão nítido em relação ao horizonte de expectativas concernente ao próprio *Cadernos Negros*: o fim dos anos 1980 e meado dos 90 marcam baixas e dissidências no grupo *Quilombhoje*, por razões pessoais e visões sobre o projeto coletivo, como se pode depreender dos excertos abaixo

Como grupo negro – e mesmo como criadores – a organização interna tornava-se uma coisa imperativa.[...] Questões básicas, que já deveriam estar tranquilamente resolvidas, tornam-se obstáculos sérios. Exemplo: horário. Qualquer grupo negro que tente se organizar conhece as dificuldades para se fazer uma reunião começar no horário. Os atrasos já vêm acompanhados das

---

<sup>47</sup>Entrevista com Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 26/02/2010, em São Paulo.

<sup>48</sup>Trechos gravados por Mário Augusto Medeiros da Silva da palestra e intervenções de Cuti, durante o *I Encontro dos Cadernos Negros: Ferramentas para excelência na avaliação dos textos*, Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo, São Paulo, 05 de julho de 2008.

desculpas mais inverossímeis.[...]Ora, não queríamos aceitar esta situação, fazer o papel de vítima. Uma das resoluções tomadas dizia que cada membro teria direito a um determinado número de faltas e atrasos[...]Tal regra, colocada em prática, acabou resultando – dentro de um curto intervalo de tempo – na saída de dois escritores: Jamu Minka e Miriam Alves. Difícil definir a sensação de ver dois importantes companheiros deixarem o Quilombhoje[...]mas a sobrevivência do grupo dependia de respeitarmos as nossa próprias decisões. Esse ato significava respeitarmos a nós mesmos[...] Embora nos dedicássemos bastante, os resultados sempre foram muito poucos. A expectativa de ver o texto causar impacto, ser lido por muitos, não se concretiza no curto prazo. De compensações financeiras, é bom nem falar. Os desgastes passaram a minar a resistência dos quilombhojeiros. Muita dedicação e pouco retorno são ingredientes fatais[...] Com amotivação, mas sem o retorno necessário, a desesperança ia derrubando ânimos. Num certo momento, o trabalho do Quilombhoje veio dar numa encruzilhada. Embora soubéssemos da importância do ativismo literário, do fazer acontecer, havia aqueles que já não dispunham mais de gás para tanto. Problemas pessoais e familiares começaram a pesar. No início de 1994, Cuti deixou o grupo, em 1995 foi a vez de Oubi. Abalos profundos da nossa disposição, o desânimo rondando o peito justo às vésperas da celebração do tricentenário de Zumbi.<sup>49</sup>

Cuti, no entanto, publicizou os motivos de sua saída do grupo menos por razões de foro íntimo e mais por conta de divergências do horizonte de expectativa futura do coletivo:

Eu me afastei do grupo este ano, em janeiro [1994][...]O meu afastamento se deu por várias razões, por questões até mesmo da própria organização. Eu era a favor de uma empresa, de uma microempresa e a maioria das pessoas passou a ser a favor de uma instituição. E as minhas razões são óbvias. Temos muitas instituições, e as instituições vivem sempre de dinheiro de fundações e outras entidades, e são sempre verbas incertas. Num momento elas existem, noutra não existem mais. Minha preocupação era de que o Quilombhoje se tornasse realmente uma empresa, que entrasse no mercado e pudesse caminhar com suas próprias pernas, que não dependesse de dinheiro de instituições. No momento em que temos verbas, realizamos eventos, mas não temos condições de enraizar um trabalho, de fazer com que o trabalho se torne auto-suficiente.<sup>50</sup>

Saindo Sônia Fátima da Conceição, algum tempo depois, “*Em 1999, Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa passaram a ser os únicos remanescentes da formação inicial do*

---

<sup>49</sup>BARBOSA, Márcio. Cadernos Negros e Quilombhoje: algumas páginas de história In: NASCIMENTO, Abdias do(org.). *Thoth: Pensamento dos Povos Africanos e Afrodescendentes*. Op. Cit pp. 214-216.

<sup>50</sup>ROWELL, Charles. H; SILVA, Luiz.(Cuti)Luiz Silva: Uma Entrevista, *Callaloo*, vol. 18, n. 04, Literatura Afro-Brasileira: Um número especial (Autum, 1995), pp. 901-904. Entrevista realizada em São Paulo, 14/12/1994. Ver: <http://links.jstor.org/sici?sici=0161-2492%28199523%2918%3A4%3C901%3A%28LSUE%3E2.0.CO%3B2-F> Acessado em 08/03/2007.

*grupo*[Quilombhoje]”<sup>51</sup>. Sendo um procedimento do grupo em circunscrever seu fazer literário, isso também se reflete nos integrantes que se dispõem e/ou podem partilhar desse cenário. Ao mesmo tempo, o projeto fica mais fechado e, como tal, por certo tempo, excludente<sup>52</sup>. Nos anos 2000, haverá abertura em novo sentido, para os Cadernos Negros, com a chegada de novos escritores, ligados de maneira ambivalente ao projeto de uma literatura periférica.

\*\*\*

*Se constituíssemos, a cada ano, um bloco carnavalesco, certamente seríamos aplaudidos como autênticos.[...] Quando apostamos nesta nossa iniciativa, estávamos conscientes do fazer literário e, ao mesmo tempo, histórico. Também sabíamos da necessidade de afastar o silêncio opressivo sobre a memória; conquistar para nossas vidas a perenidade da palavra impressa; visitar e divulgar nossos autores, recuperando o sentido de uma tradição literária; alertar o Movimento Negro para a necessidade de valorização da leitura, para o poder que tem a Literatura de mover em profundidade as pessoas; romper com a subserviência estética; incentivar a busca dos parâmetros da literatura da diáspora africana; subsidiar as novas gerações com este mergulho na cor da pele, revelando seu conteúdo simbólico, sua dimensão humana; impulsionar e valorizar a subjetividade do contingente afro-brasileiro; não ter papas nas letras ao falar do racismo e suas variadas escamoteações verde-amarelas. (Um pouco de história, Cadernos Negros, vol.16, 1993, grifos meus)*

No projeto do ativismo político-literário dos Cadernos Negros e Quilombhoje, deste momento, marcar a diferença não é o bastante. Ela deve ter uma operacionalidade política. De certa maneira, delinea-se um sentido de sua *missão* auto-atribuída como sujeitos de cultura<sup>53</sup>. Retratar o ambiente da

<sup>51</sup>COSTA, Aline. Uma História que está apenas começando. In: BARBOSA, Márcio & RIBEIRO, Esmeralda. *Cadernos Negros Três Décadas: Ensaios, poemas, contos*, São Paulo: Quilombhoje/Seppir, 2008, p.35.

<sup>52</sup>E também, antes, porque nós éramos quase em 10, a gente tinha ‘nós seremos eternos, nós 10’. Então, às vezes, tinha pessoa de fora, tinha lá escritores que queriam ajudar, ‘eu quero ajudar vocês, o que eu posso fazer?’. ‘ah, não.’ Aí, a gente fazia uma reunião. ‘o Vine é escritor? Não. Não pode’. ‘Mas, eu vou dar o meu tempo, vou fazer alguma coisa por vocês em casa’. ‘Você é escritor?’. ‘não’. ‘então, não, muito obrigado.’ ‘Mário, você é escritor, quer ajudar a gente?’. ‘ah, eu posso fazer projetos’. ‘mas, você é escritor?’. ‘não, não sou.’ ‘então, muito obrigado, você pode... agradecemos muito...’ Então, com isso, e aí, também, eu e o Márcio, nós mudamos isso. Vocês estão vindo, enfim, pode até ser lixeiro, não importa, mas, tem alguma coisa pra fazer, é o lixeiro, mas, ‘eu posso vender livro ali pra vocês, vocês não podem ir, eu posso’. Então, nós acabamos conseguindo mais pessoas, colaboradores, porque nós mudamos. Mas, nós perdemos no caminho, e as pessoas que você perde não voltam mais, que poderiam estar contribuindo – ou não poderiam – mas, ficava aquela coisa, era demais. ‘porque nós éramos eternos, nós 10 nunca mais vamos nos desfazer, íamos viver sempre juntos’. E não foi bem assim.” Entrevista com Esmeralda Ribeiro concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 17/04/2010, em São Paulo.

<sup>53</sup> Florentina de Souza já havia chamado atenção para este aspecto em seu trabalho: “Vale ressaltar, no entanto, que existe uma forte consciência de *missão* a cumprir – um desejo “pedagógico” de contribuir para que outros afro-brasileiros despertem a atenção para a necessidade de lutar contra o racismo e a discriminação e de reverter os mecanismos étnico-segregadores utilizados pela sociedade brasileira nas suas práticas e discursos. Essa espécie de “missão” justifica-se pela urgência de desconstruir as imagens seculares, negativas e inferiorizantes dispostas pelos sistemas de representação e que

Frente Negra Brasileira, como no conto de Aristides Barbosa (*Tia Frenê e o Frentenegrino*, CN, vol. 16); ficcionalizar uma tentativa de cobrar uma dívida histórica da sociedade para com o negro (*Dívida em vida*<sup>54</sup>, de Cuti, vol. 16); ou, ainda, tentar afirmar a autoimagens positivas para o grupo social e leitor ideal negros, que não tivessem mais a figura do “branco” como elemento de oposição: antes, busca-se fazê-la desnecessária, para que se encontrem razões e modos de ser no próprio mundo do negro. *Espelho*, conto de Márcio Barbosa, segue esta direção. Os poemas de Esmeralda Ribeiro, Miriam Alves, *Éle Semog*, apresentados abaixo, idem:

Talvez tremendo entrar na arena dos leões/eu esconda a coragem nos retalhos/coloridos da vida/A pálida luz traz o sabor das privações/ transformando o olho em ostra/Cismo: a pele em roupa não tem mais razões./ para ser trocada e assim/ me recolho e me cubro com a mortalha da anulações/ Mas, de manhã, ensaio um novo ato/até atingir o ápice, surgindo para cada /público/ um personagem./E, no camarim, sempre sou/ Afro./Sem querer reprisar antigas cenas./nas horas esparsas do dia./ refaço pra mim o desfecho do último/ ato. (Esmeralda Ribeiro, *Trocar de Máscara*, CN, vol. 17, p.22)

Paissandu a Praça/Passo no Paissandu/ a Praça/ há Pedra/ há/ Rosário Negro a desfiar.../ há história/ Paissandu a Praça/ Passo/ Ouço/ Rosário rezado/ reisado/ negro a desfiar.../ há história em gêge/ praça pedra a pedra/ conta/ a /conta/ Conta/ das costas que não se curvaram/ conta/ ah!/ conta/ apesar da cruz (crista cristã) pesar/ apesar/conta/ Rosário rezado/ Reisado nagô/ conta a conta/ conta (Miriam Alves, *Passo, Praça*, CN, vol. 17)

Não vou às rimas como esses poetas/ que salivam por qualquer osso./ Rimar Ipanema com morena/ é moleza./ quero ver combinar prosaicamente/ flor do campo com Vigário Geral./ ternura com

---

são assimiladas e introjetadas por “brancos” e “negros”. Acrescente-se, ainda, o empenho de conscientizar negros e não-negros da fragilidade do mito da democracia racial no Brasil, apontando as implicações deste discurso para a continuidade na estruturação do poder e na sedimentação das desigualdades e injustiças sociais. Com tal objetivo, fazem uso de termos como *conscientizar, reflexão, mobilizar, organizar, resgatar, lutar, combater*, palavras de ordem que se repetem em artigos do *Jornal do MNU* e em poemas e contos dos *CN*<sup>54</sup>. Cf. SOUZA, Florentina de. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 64.

<sup>54</sup>Dr. Zumbi faz palestra sobre “os direitos retroativos”. Os ouvintes são “autoridades políticas, militares, empresariais e eclesiásticas”, além de “Branco cujos Melhores Amigos são Negros, os Não Tive Intenção de Ofender, a Senhora Democracia Racial – exibindo seu rosto de duas mil plásticas – e o Deputado Amor não tem Cor”. Como afirma, o narrador “Cada qual com um riso mais amarelo que o outro”. A ideia de Dr. Zumbi, após apresentar, retirando de um baú antigo, todos os instrumentos de escravidão e beber “um gole de Oceano Atlântico bastante avermelhado”, é cobrar a dívida dos antepassados dos presentes, não só de maneira moral, mas financeiramente. Somados os contingentes de homens e mulheres negros, atualizadas as cifras para os dias que corriam e subtraídos “décimo terceiro, férias em dobro, semana inglesa, seguro desemprego, indenizações por invalidez e morte, aposentadoria, vale refeição, insalubridade, PIS e outros benefícios atuais. Os prejuízos psicológicos advindos de torturas, estupro e outras formas de sadismo praticadas por seus antepassados, nada disso foi computado. A crueldade refinada dos senhores, atualmente, também deixamos de lado. Vamos inaugurar um novo tempo”. A soma daria, então, nove quatrilhões de cruzeiros. Entretanto, “Quando Dr. Zumbi levantou os olhos de seus cálculos, notou que a plateia estava vazia. Um último personagem dissolvia-se em fumaça por debaixo da porta. Mas, para surpresa do palestrante, sua Excelência o Sr. Presidente da República havia deixado sua pasta. O Dr. correu até ela e, sem escrúpulos, abriu-a. Saltaram outras tantas contas a pagar. Todas com prazos vencidos”. (pp.46-48)

Carandiru,/ ou menina carinhosa/ trem pra Japeri./ Não sou desses poetas/ que se arribam, se arrumam em coquetéis/ e se esquecem do seu povo lá fora. (Éle Semog, *Outras Notícias*, CN, vol. 19, p.55)

Como se tentou demonstrar até aqui, trata-se de um percurso complexo esse momento do coletivo. Diversas direções parecem se afunilar num único sentido: *De personagem o mais das vezes estereotipado na literatura brasileira, há uma forja a fórceps, em processos sociais intrincados, que formam autores negros autoconscientes de um papel, poucas vezes compreendido ou mesmo tornado claro.* Se o retrato de grupo se torna, enquanto vislumbre do projeto para uma Literatura Negra no Brasil, cada vez mais seletivo (e, mesmo, restritivo), ao menos ele se fecha de maneira coerente até então.

O método indiciário, a ética criativa; a conformação das ideias, os embates internos; a assunção do papel de *homens de cultura* (no sentido fanoniano) e as variações das ideias de *tarefa* ou *missão*; a preocupação com a formação de um público-leitor (idealizado/direcionado) etc. fazem com que a partir do 18º número a série não se apresente apenas como *Cadernos Negros*, mas precisa-se o objeto livro como *contos* ou *poemas afro-brasileiros*<sup>55</sup>. Concorde-se ou não com o acabamento final e os alcances conseguidos pelo grupo, seu retrato e a composição do temário foram talhados com suas próprias mãos. *Todavia*, assinalados os horizontes possíveis, os limites também se tornam mais evidentes.

---

<sup>55</sup>«[Esmeralda]É que antes, a gente tinha uma amiga nossa, que acho que ela dava aula na Casper Líbero, e ela conheceu um professor, e o professor acho que levou pra fazer estágio uns 3 alunos, não sei, de Propaganda da Casper Líbero, pra ajudar a gente a pensar a coisa do livro, acho que até pro lançamento, não sei. Mais o visual da divulgação e do livro. Daí, eles ficaram achando... Eles leram tudo, daí eles deram a ideia. Não sei se eu comentei que nós fizemos uma pesquisa em faculdades, eu e o Márcio, e a gente não falava, a gente falava assim ‘o que você – pro pessoal de Letras, alunos de Letras, algumas faculdades de Letras e perguntamos – o que vem prá você vê com título Cadernos Negros, o que é?’ Nem nos identificamos. ‘o que você acha?’ Daí a pessoa fala e você ia pondo o nome da pessoa. ‘ah, eu acho que é tudo que não entra na escola, entra nesse Caderno. Cadernos Negros é assim. Tudo que é ruim na educação, entra nesse livro.’ A pessoa falava que se ela pegasse um livro com esse título ela acharia que era isso. O Márcio também fez pesquisa em outras, daí, que o cara falou pra gente, que ele deu...Mas, como o Márcio falou, nós quisemos continuar com esse nome, Cadernos Negros, porque é pra isso mesmo, pra dar, pra mexer... ‘Cadernos Negros?’, e porque já é uma marca. Não tem como. Então, aí os caras sugeriram, por isso que eles até sugeriram pra gente dar uma pesquisada. A gente pesquisou até pra sentir o que as pessoas achavam. Porque pra gente era normal ‘Cadernos Negros’. Na nossa cabeça... Agora, isso, visualmente. Estando numa prateleira. Se você está numa livraria, se você está pegando... Então, o cara sugeriu. Então, pra poder entender um pouquinho mais o conteúdo, por que vocês não colocam ‘Cadernos Negros – contos afros?’ [Márcio]Dá um sentido positivo e anuncia o que é que está dentro do livro. Porque você põe lá Cadernos 17 – poemas. Tá bom, poemas, mas, que tipo de poemas? Então, a gente acrescentou o afrobrasileiros aí pra marcar. Também era uma época em que o pessoal estava retomando essa denominação afrobrasileiros, afrodescendentes, as pessoas estavam assumindo mais essa coisa.” Entrevista com Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 17/04/2010, em São Paulo.

*Caminho difícil para um Poema sem Nome (1989-1997)*

*Vim pelo caminho difícil,/ a linha que nunca termina,/ a linha bate na pedra,/ a palavra quebra uma esquina,/ mínima linha vazia,/ a linha, uma vida inteira,/ palavra, palavra minha – Paulo Leminski, do livro *Distraídos Venceremos*, 1987. Epígrafe de *Cidade de Deus*, 1997.*

Em outubro de 1989, o 25 ° número da revista *Novos Estudos Cebrap* era composto por Nuno Ramos, José Arthur Giannotti, Jürgen Habermas, Alfredo Bosi, Roberto Schwarz, Otávio Frias Filho, Paulo Arantes, Rodrigo Naves, Modesto Carone e, entre outros ilustres, o desconhecido autor de um poema sem nome, ilustrado por Ramos, que serve de epígrafe ao início deste capítulo.

Em agosto de 1997, a Companhia das Letras, das mais prestigiosas editoras nacionais de então<sup>56</sup>, lançava um grosso romance de 550 páginas, cuja capa era uma longa superfície de fundo azul descorado, onde um retângulo de tábua, apodrecido e precário, se fixava numa série de pregos à mostra. Nesta superfície se encontrava o nome do livro e o gênero a que pertencia *Cidade de Deus*, do estreante Paulo Lins.

A 07 de junho de 1989, Paulo Leminski – dos mais criativos poetas brasileiros surgidos no final dos anos 1960 – falecia após agonia e debilidade provocadas por cirrose hepática. Experimentalista e sentimental; compositor de MPB e faixa preta em Judô; mestiço de polonês com negro; amigo próximo dos concretistas Décio Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos, bem como parceiro de Itamar Assumpção e Caetano Veloso; admirador da vida e obra de Fernando Pessoa, autor de *Catatau* [1976], prosa experimental<sup>57</sup>. Seus versos epigrafados acima abrem as páginas de *Cidade de Deus*, cujo autor o admirava e lhe prestou homenagem.

A partir de 1995, em seu 18 ° volume, a série *Cadernos Negros* passou a estampar em suas capas o adendo que seus livros eram contos ou poemas afro-brasileiros. Tratava-se do ano comemorativo do Tricentenário de Zumbi dos Palmares. Além disso, nas capas da série começaram a figurar fotografias de homens e mulheres negros, adultos e crianças, procurando criar simultaneamente impacto visual e empatia comunicativa com o leitor, ideal e potencial, dos textos organizados. Vale lembrar que uma nova e discreta edição de *Quarto de Despejo* foi lançada em 1995, pela Ática, na coleção Sinal Aberto.

---

<sup>56</sup>“[...]Luiz Schwarcz (nascido em 1957)[...] Em abril de 1986, saiu [da Brasiliense] para fundar sua própria firma, a Companhia das Letras, hoje a esplêndida editora voltada para leitores sofisticados, com base no raciocínio segundo o qual “a coerência da linha editorial” tem mais valor do que as “oportunidades de mercado”[...] A Companhia das Letras destaca-se pela qualidade dos textos que escolhe, pelo cuidado que dedica à tradução, pelo bom gosto de suas capas e pela atenção que empresta à apresentação gráfica e artística[...]” Cf. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*, Op. Cit, pp. 662-663.

<sup>57</sup>Cf. VAZ, Toninho. *Paulo Leminski: o bandido que sabia latim*, Rio de Janeiro: Record, 2001.

A coleção de efemérides e lugares acima não objetivam confundir o leitor. Elas se articulam, por vezes aparentemente de forma automática, e em outras, no conjunto de hipóteses e argumentos desta tese. Explicar como Paulo Lins e seu romance são possíveis e que relações o autor guarda, apesar de negá-las (e ser negado) com a história da Literatura Negra no Brasil, bem como com o devir de uma Literatura Periférica (em que ele se mostra reticente) passam por elas, e é sobre o que se discutirá deste ponto em diante.

\*\*\*

O conjunto habitacional Cidade de Deus<sup>58</sup> se insere numa longa e complicada trajetória da relação do poder público e sociedade cariocas com a ocupação urbana e relações sociais criadas com o surgimento das favelas no Rio de Janeiro, ainda no fim do século XIX. Entre ele e o Morro da Providência (rebatizado como Morro da Favella, a partir de 1897), guarda-se ao menos um ponto em comum: tratam-se de soluções precárias do Estado, com maior ou menor grau de improvisado, para problemas estruturais e históricos. Como afirma Lícia do Prado Valladares, o Favella

[...] entra para a história através de sua ligação com a guerra de Canudos, cujos combatentes ali se instalaram com a finalidade pressionar o ministério da Guerra a pagar seu soldos atrasados.[...] passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. Conjuntos que então começaram a se multiplicar no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro. Em 1898, o Morro de Santo Antônio também atesta um processo semelhante de favelização[...] soldados de um outro batalhão, de volta da mesma campanha de Canudos, construíram barracos – com a autorização dos chefes militares – no Morro de Santo Antônio, entre as ruas Evaristo da Veiga e Lavradio.<sup>59</sup>

A autora afirma ainda que “*A descoberta da favela foi logo seguida por sua designação como problema a ser resolvido.*” (p. 26). Seu estudo empreende uma análise sobre como jornalistas, médicos, higienistas, assistentes sociais, religiosos, políticos, governos e os cientistas sociais trataram a questão da favela. Trata-se de um trabalho de fôlego, competentemente construído sobre a história da favela naquele estado, cuja apresentação dos argumentos aqui seria repetitiva e secundária. Vale afirmar que uma das tentativas de solução do *problema favela* a que a autora se refere foi criação da política de remoção dos moradores, iniciada no governo Carlos Lacerda, para conjuntos habitacionais. Política que malogrou por diferentes fatores, como a socióloga explica:

<sup>58</sup>Toda vez que me referir ao conjunto habitacional, espaço físico, a grafia será sem destaque. Quando se referir à obra literária, o romance, utilizarei *itálico*.

<sup>59</sup>VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela*, Op. Cit. p. 26.

Nos anos 1960 e 1970, a percepção dos favelados como fruto de um processo marcado pela marginalidade social era amplamente dominante, e serviu como justificativa ideológica para a operação antifavela empreendida pelo Governador Carlos Lacerda (1962-1965), continuada por Negrão de Lima (1966-1971) e Chagas Freitas (1971-1974). Em um período de 12 anos foram atingidas 80 favelas, demolidos 26.193 barracos e removidas 139.218 pessoas[...]Esta foi a mais importante intervenção pública contra as favelas que o Rio de Janeiro jamais conheceu, operação cujo “sucesso” tornou-se possível graças a um financiamento especial do governo federal[...] Essa visão da favela como problema correspondia perfeitamente às medidas de planejamento urbano tomada pelo regime autoritário brasileiro[...]Por um lado, as operações de remoção levaram ao aumento da população das favelas não ameaçadas pela política de remoção. Este crescimento foi devido, parcialmente, ao retorno dos favelados removidos, que não conseguiram manter-se nas moradias dos conjuntos habitacionais[...]Por outro lado, essas operações foram construídas sobre esquemas econômicos que se revelaram inviáveis[...]<sup>60</sup>

A antropóloga Alba Zaluar, em sua tese de doutorado focada em Cidade de Deus, argumenta na mesma direção e fornece dados mais detalhados sobre o processo de remoção, orquestrado pelo governo lacerdista (apoiado por dinheiro federal e estadunidense, através dos acordos USAID), cujo acabamento final foi a construção de grandes conjuntos habitacionais, vendendo-se títulos de propriedade. O processo autoritário foi intensificado por eventos trágicos ocorridos no período, como afirma a autora:

[...] a política de remoção de favelas adotada na vigência do regime militar instalado em 1964 foi possível, apesar do seu caráter repressivo, pois que os votos dos favelados para eleger parlamentares e, principalmente, os cargos executivos, deixaram de ter importância. Por isso mesmo, esta prática, que teve inúmeros lances dramáticos, tais como o incêndio das favelas do Morro do Pasmado e da Praia do Pinto, intensificou-se após 1964, e até 1971, quando se inicia o período de crise do mercado de habitação popular, um grande número de famílias foi removido.[...]Entre 1962 e 1965, quando Lacerda deixou o governo, quatro grandes conjuntos habitacionais foram construídos com o auxílio da Aliança Para o Progresso, como resposta à revolução cubana: Vila Aliança, com 2187 unidades habitacionais (o primeiro a ser terminado), Vila Esperança, com 464 unidades, Vila Kennedy, com 5509 unidades, e Cidade de Deus, o único próximo à Zona Sul da cidade, com 6658 unidades[...]Vila Aliança [...] foi povoado apenas com os favelados removidos de favelas ao longo do eixo rodoviário principal da zona suburbana e rural do Rio de Janeiro, preparados e convencidos por assistentes sociais. Vila Kennedy, ocupado em 1964[...] abrigou os removidos compulsoriamente de favelas da Zona Sul, que resistiram à mudança, a qual culminou com o

---

<sup>60</sup>*Idem, ibidem*, pp. 130 e 132.

espetacular incêndio do morro do Pasmado, testemunhado por todos os habitantes desta zona da cidade. Cidade de Deus, cuja ocupação se iniciou em 1965 e se estendeu pelos três anos seguintes, foi primeiramente invadida pelos flagelados das enchentes de 1966 para depois vir a abrigar oficialmente outros flagelados que vieram ocupar as 930 casas de triagem, isto é, de transição pelo conjunto, juntamente com favelados vindos de 63 favelas localizadas nas mais diferentes áreas da cidade.[...] é inegável que a remoção, particularmente nos casos já citados, em que favelados da Zona Sul da cidade foram transferidos para o extremo oposto da cidade, sob a mira das armas, foi um processo dramático.<sup>61</sup>

Paulo Lins nasceu no bairro do Estácio, em 1958. As enchentes de 1966 atingiram também a casa da família, uma habitação coletiva. Seus pais (pintor de paredes e doméstica), migrantes baianos, conseguiram, através de contatos pessoais na administração municipal, inserir o nome na lista dos flagelados que seriam removidos para o novo conjunto habitacional. Em Cidade de Deus, de acordo com o escritor e Zaluar, uma nova socialização se instaura, baseada no desconhecimento interpessoal, a tragédia pregressa e a violência de todo o processo<sup>62</sup>. Antes, no Estácio, zona boêmia do Rio, nas memórias de Lins, há um encantamento pueril pelo universo musical: “*Eu morava na São Cláudio, passava com a minha mãe e via aqueles caboclos tocando no bar, ela mudava de rua porque dizia que eram todos bandidos, marginais, eu olhava aqueles caras tocando e bebendo, e tinham mesmo um aspecto meio marginal, tocando violão de manhã, virando a noite, depois vim saber que esses bandidos eram Cartola, Nelson Cavaquinho, essa rapaziada.*”<sup>63</sup>

É neste ambiente também que, segundo seus relatos, aparece a dimensão da ficção, o incentivo à leitura e escrita, permeados pelos laços afetivos e/ou familiares, aliados a um período de ampliação qualitativa e quantitativa do ensino público fundamental :

Quem lia muito era minha tia Celestina[...] Ela falava pra gente ler, morou com a gente. Agora também peguei uma escola boa. A expansão do ensino começou na Revolução de 30, mas no morro, na favela, não tinha escola até 1950, 60... você tinha que descer, o pessoal do morro descia –

---

<sup>61</sup>ZALUAR, Alba. A política habitacional e os pobres: o “sonho” dos políticos. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e os significados da pobreza*, São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 65-67 e 70.

<sup>62</sup>“O rompimento da trama social encontrada na favela, tecida por associações voluntárias (religiosas, recreativas, de defesa de interesses, etc.) e redes informais de vizinhos, foi provocado pelo fato de que a remoção compulsória não deslocou os moradores conforme o seu lugar de origem, mas conforme sua renda.[...]Como resultado, num mesmo conjunto habitacional passaram a conviver ex-moradores de inúmeras favelas sem nenhum contato anterior.[...]O caso de Cidade de Deus ilustra bem isso[...] Suas escolas de samba, blocos, times de futebol, associações de moradores, comissões de luz, esfacelaram-se e não puderam ser reconstituídos nos conjuntos. Seus grupos de amigos, suas redes de vizinhos e de parentes ficaram dissolvidos pela cidade, inalcançáveis pela distância. No entanto, já em 1970 a escola de samba da Cidade de Deus era fundada por um grupo de ex-moradores do Parque Proletário da Gávea e de outras favelas”, *Idem, ibidem*, pp. 70-71.

<sup>63</sup>LINS, Paulo. Sem medo de ser, *Caros Amigos*, ano VIII, n. 74, maio de 2003, p. 31.

e tinha uma relação difícil com o pessoal da classe média. Na minha escola, a Azevedo Sodré, tem uma foto de alunos, da turma toda, e só tem eu de negão.<sup>64</sup>

E eu me lembro que, ao contrário das crianças da minha época, quando eu fazia alguma besteira, sabe qual era o castigo? Era não escrever. Ela [sua mãe] falava: “Hoje você não vai escrever!”. Aí eu ficava quietinho. Sabe? Eu não fazia nada. Então o castigo era não escrever... E eu sempre escrevi redação, eu fazia no colégio...Porque aquela época era o seguinte: a gente dormia com historinha, né? Não tinha televisão, né? Imagina, um mundo sem televisão? Então, as pessoas se reuniam em casa, na frente de casa [...] ficavam do lado de fora, do portão... Então, uma rua como essa, à noite, fica todo mundo do lado de fora. [...] As pessoas têm um convívio social na rua. E tinha muita gente que contava histórias de assombração, histórias e mais histórias. Então, eu era ligado nisso. Então, assim, eu sempre escrevi. Sempre escrevi. [...] É uma coisa que vem de dentro mesmo, uma necessidade de escrever.<sup>65</sup>

A mudança forçada para Cidade de Deus, portanto, obriga à reorganização das relações, iniciando-se uma nova socialização quotidiana dos contatos e constrangimentos sociais. Essa fase atinge sua infância e adolescência, num processo análogo ao conjunto habitacional ser visto como um problema social (sofrendo um processo de favelização e deixando de ser parte da solução para a crise de moradia na cidade do Rio de Janeiro), bem como um espaço identificado e estigmatizado ao crime e à marginalidade. Entretanto, se existem esses matizes em Cidade de Deus, também haverá o da arte do samba, da Associação de Moradores interessada em positivar a imagem daquele espaço; e de jovens, como Lins, que trafegam paulatinamente entre este ambiente (e não o espaço do crime) e de certas esferas da sociedade envolvente, fora do Conjunto: a faculdade de Letras na UFRJ e o movimento de Poesia Independente, nos anos 1980.

Eu comecei a fazer Letras porque eu tinha um mimeógrafo e dava aulas de Português na minha casa. Pros alunos repetentes, e tal, eu dava curso. [...] Então eu tinha uma máquina que minha professora tinha me dado, pra escrever[...] Ah! Começou com o Festival da Escola, da Canção. Eu sempre ganhava o Festival da Canção. Eu sempre ganhei. Tudo assim, em escola, pra escrever, eu sempre ganhei tudo. Aí, os sambistas da área lá, me pediam pra bater o samba, quando ia concorrer. [...] Então, era isso: eu pegava e batia o samba de todo mundo. Só que eu ia consertando. Isso ficou anos. O cara falava assim: “Aí, dá uma floreada aí pra mim” [risos]. Floreada é ótimo, “aí toma aí, qualquer coisa pode mudar”. Eu mudava erro de português, de rima...[...] Todo samba eu mexia. Aí acabou que eu fiz o meu. E ganhei! Ganhei meu primeiro samba. No... Estrela de Jacarepaguá. Aí

---

<sup>64</sup>*Idem, ibidem*, p. 30

<sup>65</sup>Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

ganhei o samba[...] Aí comecei a fazer samba enredo, depois eu larguei, fui pra faculdade, depois eu larguei... fui fazer poesia<sup>66</sup>

“E foi assim, eu sempre escrevi, aí, depois, fui pra faculdade, aí veio o movimento de poesia independente, nos anos 80”. A confluência de fatores acima expõe um aspecto muito interessante. Lins alcança, ao fim da década de 1970, variações da Poesia Marginal. Contudo, se como visto, aquele movimento operava, fundamentalmente, no registro da visão social de mundo de estratos médios da população, aspectos formais de suas ideias atingem também sujeitos oriundos das classes populares. Enunciar simplesmente que há uma rotinização da visão de mundo da classe média nas classes baixas é algo complicado e que, no limite, tenderia a afirmar não haver autonomia no segundo grupo, impondo-lhe continuamente transmissão verticalizada de conhecimentos.

Ao contrário, no caso do autor em tela e de outros com origem e trajetória social semelhante naquele momento, mais acertado parece observar uma *interlocução* (provocada por ele e por sua passagem pelo ambiente escolar), seguida de *incorporação* (através de leituras interessadas e/ou sugeridas pela entrada na universidade; bem como de audições<sup>67</sup>) e, finalmente, *potencialização* (desencadeada pela sua própria capacidade criativa, cuja concretude estará expressa em sua obra). Foi visto algo semelhante ocorrer com De Jesus e sua própria trajetória sócio-literária e se verá ocorrer também com Ferréz e os escritores periféricos. Isso abre espaço para se observar autonomia criativa e inventividade entre os que vêm *de baixo*. Em se tratando de Paulo Lins, tem-se que, do ambiente do samba e da escola, potencializa-se um novo universo de leituras e *um novo horizonte de possibilidades*.

É indefinido, em suas entrevistas, se esta nova etapa é anterior ou concomitante à entrada na faculdade. Contudo, o que importa é que aqui se apresentará mais um *momento decisivo* na trajetória do autor: a abertura para um coletivo de poetas e o contato com Paulo Leminski. De acordo com o escritor, o movimento de Poesia Independente acontece de forma semelhante à Poesia Marginal; mas, como

---

<sup>66</sup> Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

<sup>67</sup>“Quando eu era adolescente, lá em Cidade de Deus, o único contato que eu tive com a arte foi através da música, com Caetano, Gil e nessa época a música popular brasileira estava com uma força grande, o pessoal estava fazendo, estava acontecendo, e eu não tinha acesso a livros, não tinha acesso a cinema, não ia a cinema. A única coisa que chegava era a música através daquela rádio... que tocava MPB... nacional, uma FM que tinha... [Nacional FM]Então eu ouvia muito isso e gostava muito da música popular e me apaixonei pelo Caetano Veloso, pelo Chico Buarque, então esses caras falavam muito das referências que eles tinham por causa da leitura e eu comecei a ler muito por causa deles, foi a música que me levou para a literatura. Eu queria ser músico, queria ser letrista, fazia letras de música, samba-enredo no colégio, nas escolas de samba da Cidade de Deus, mas foi por causa destes caras que eu fui para a literatura. Então a música tem um peso muito grande na minha vida, uma influência muito grande, quer dizer, não uma influência, a música é um canal que me levou à literatura.” Cf. [http://quixote.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47:entrevista-com-paulo-lins&catid=25:entrevistas&Itemid=34](http://quixote.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47:entrevista-com-paulo-lins&catid=25:entrevistas&Itemid=34) Entrevista de Paulo Lins concedida a Francisco César Manhães Monteiro e Ana Paula Alves Ribeiro em 16 de maio de 2001, Rio de Janeiro. [Acessado em 08/12/2010]

afirmou Heloísa Buarque de Hollanda, tratava-se de uma variação com características particulares<sup>68</sup>. O movimento se inicia

[...]nos anos 70, o Álvaro Marins – Álvaro Marins de Almeida – ele era Poesia Independente, né? Todo mundo era. Tinha acabado a Poesia Marginal, aquela geração do Cacaso, Ana Cristina César, Chico Alvim e tal, que eram os marginais da época, Geração Mimeógrafo...[...]E veio a Poesia Independente. Então, apareceram vários grupos nos anos 80, de Poesia Independente, que começou a recitar as poesias. Aqui [em São Paulo] tinha um pessoal da [Livraria]Pau-Brasil, que tem até uma livraria... e na Bahia, tinha o Douglas de Almeida...Então, existiam vários grupos de poesia que surgiram na década de 80 e a intenção era recitar, fazer recital de poesia. Então, foi o boom da Poesia dos anos 80. O pessoal saía recitando poesia nos encontros, no ENEL – é Encontro Nacional dos Estudantes de Letras – na SBPC. Aí o pessoal começava a recitar e a Cooperativa era o seguinte: os poetas eles mesmos financiavam os seus livros. Faziam mil livros e vendiam de mão em mão. Aí, juntamos uns quatro, todo mundo deu uma grana e publicamos o livro do Álvaro. Aí, com a venda do livro dele, fez o segundo. E foi assim. Assim, a Cooperativa a rapaziada se juntava. Cada um deu uma grana, a gente vendia os livros, retirava a grana que a gente deu, vendia o livro do outro e publicamos seis livros assim, durante quatro, cinco anos. O pessoal se encontrou, a gente viajou o Brasil todo com isso. Fazia camiseta de poesia, cartão postal de poesia, isso nos anos 80, né?<sup>69</sup>

Com a Poesia Independente e a Cooperativa de Poetas ocorre o encontro com Leminski, grande influência do autor e que lhe dará acesso a discussões acerca da estética da Poesia Concreta, bem como lhe influenciará em aspectos formais de seu trabalho. Lins afirma que será influenciado pelos irmãos Campos e Pignatari, amigos e mentores do próprio Leminski. Vejam-se três momentos distintos em que o autor reafirma isso:

O Paulo Leminski teve uma grande importância na minha vida, fui pra Curitiba com ele, que me incentivou muito, no Rio eu vendia os livros dele, Catatau, Agora É que São Elas. Quando ele ia dar palestras no Rio eu sempre ia às palestras[...] - Entrevista a Caros Amigos, 2003, Op. Cit., p. 30.

<sup>68</sup>“Por outro lado, na área jovem, a poesia independente prolifera. Seu traço principal: a produção em grupo. São os poetas de comunidade, de associações de bairro, de organizações, de periferia. Seu objetivo mais explícito: uma poesia popular, para ser lida e ouvida. O tipo de publicação mais recorrente: antologias. Trajetória semelhante vem conhecendo a imprensa alternativa hoje, basicamente associada a organizações e Partidos. Tanto a poesia independente quanto a pequena imprensa de agora evidenciam um projeto distinto das artimanhas e propostas originais da poesia marginal.” Cf. [http://www.tvebrasil.com.br/paranaodizer/txt\\_poe\\_heloisabu.htm](http://www.tvebrasil.com.br/paranaodizer/txt_poe_heloisabu.htm) HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Depois do Poemão, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/12/1980. [Acessado em 08/12/2010]. E ainda: “Mas era tudo uma geração muito louca. Que não tinha uma preocupação política, a poesia era uma poesia... Tinha algum engajamento! Mas não era como os marginais que eram mais engajados e tal... Era o pessoal do Amor, queria fazer poesia, queria recitar... achava que a poesia ia mudar o mundo. Eu também achava.”Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

<sup>69</sup>Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

Ah, o Leminski a gente conheceu ele lá em Curitiba, na SBPC. E ele era o referencial da gente, porque era o marginal, concreto... Tinha o boom da Poesia Concreta. A Poesia Concreta tem mais sucesso trinta anos após do que quando foi lançada, né? Aí quando fez trinta anos, teve aquela polêmica dos irmãos Campos [Haroldo e Augusto] com o Roberto Schwarz, Affonso Romano de Sant'anna, Ferreira Gullar... E ficou em moda a Poesia Concreta e, nos anos 1980, ela influenciou muitos poetas. Todo mundo queria ser concreto, todo mundo queria fazer poema lacônico, né? E o Paulo Leminski gostou muito de um poema que eu tinha feito, que era [recitando]: “Sou seu cio/Sou seu ócio/ Sou seu sócio do prazer”. Ele tinha mostrado esse poema prum amigo, comecei a vender o *Catatau* [livro de Paulo Leminski]... Eu li o *Catatau* com ele! Ele me explicando o *Catatau*...Aí ele gostou do poema, a gente ficou amigo, gostou dos meus poemas, eu fazia, mandava pra ele... E aquele negócio de troca-troca de cartas. E eu fiquei muito influenciado por ele, né? E eu ia pra casa dele... Ia aquela turma lá em Curitiba! Todos esses poetas do movimento dos anos 80 foram atrás dele. Ele era um referencial pra gente. - Entrevista a Mário Augusto M. Da Silva e Keila Prado Costa, 2007.

Isso [“Quando falha a fala, fala a bala”] não foi nem do Guimarães[Rosa], foi do Augusto de Campos. (Risos). Desculpe. Foi daquele livro... Conhece aquele poema Balalaica, do Maiakovski? A bala, bala... eu peguei daquele livro. - Entrevista a Francisco César Manhães e Ana Paula Alves, 2001.<sup>70</sup>

### “Agora eu sou alto, forte e bonito”: Mecenato & Conversão sócio-crítico-literária

Se Leminski fornece aspectos de uma influência formal, além de vínculos afetivos no mundo literário, não será ele – a despeito de sua importância – que promoverá o grande salto para o futuro de Lins. Ele lhe apresenta um modelo circunstancial e geracional de escritor – marginal, experimental, erudito e insubmisso – do qual seu amigo e “pupilo” guardará alguns traços. Entretanto, será o encontro com Alba Zaluar e Roberto Schwarz – dois grandes cientistas sociais, pensadores da realidade brasileira e um dos mais renomados críticos literários do país – que evidenciará e *transmutará* a persona social do futuro autor de *Cidade de Deus*.

“Eu não quero nada pra falar com teu mestre”<sup>71</sup>, teria dito Leminski a Lins, depois do encontro deste com Schwarz, perto do fim dos anos 1980. O autor de *Ao vencedor, as batatas*, em 1985, criticou acidamente o poema PósTudo, de Augusto de Campos, a quem o poeta de Curitiba era ligado<sup>72</sup>. A partir

<sup>70</sup> Tradução de *Balalaica*, de Vladimir Maiakóvski, por Augusto de Campos: Balalaica/ [como um balido abala/ a balada do baile/ de gala]/[com um balido abala]/ abala [com balido]/ [a gala do baile]/ louca a bala/ laica”

<sup>71</sup>Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

<sup>72</sup>O poema PósTudo e a crítica de Roberto Schwarz podem ser conferidos em SCHWARZ, Roberto. Marco Histórico. *Que horas são?*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 57-66.

daí, no âmbito da crítica literária, a relação entre esses escritores e especialistas de orientações variadas sobre literatura estariam estremecidas. No meio desse fogo cruzado, Lins havia sido contactado, anos antes, pela antropóloga Alba Zaluar, que havia iniciado sua pesquisa sobre “Crime e Criminalidade nas classes populares”, sediada em Cidade de Deus, nos anos 1980. Resultaria daí o clássico trabalho *A Máquina e a Revolta*<sup>73</sup>. Sendo uma associação de moradores um dos principais pontos de apoio da antropóloga para se aproximar do universo da comunidade, bem como jovens estudantes aqueles que se tornariam seus entrevistadores naquele universo, é nesse momento que ela conhecerá Lins. As versões do encontro são contadas de maneiras distintas por ambos. Primeiro, as do escritor:

Na verdade é o seguinte: eu militava na poesia, nunca tinha pensado em escrever um romance. Aí conheci uma garota[...] que trabalhava com a Alba Zaluar, que desenvolvia um projeto chamado “Crime e Criminalidade nas Classes Populares”. Então tinha que entrevistar bandido, daí o pessoal: “Chama o Paulo Lins”. Universitário que conhece bandido, né? Eu já estava a fim da menina e entrei. Acabou que fiquei – e ela também – dez anos trabalhando com a Alba. Eu não pensava em escrever um romance, fui mais por amor à pesquisa. Para ajudar a Alba Zaluar a desenvolver um projeto de antropologia sobre a favela[...]E comecei a entrevistar e ela querendo que eu escrevesse antropologia, sociologia, isso eu não escrevo. Não sou sociólogo, nem antropólogo. Eu disse: “Posso fazer um poema”. E ela: “Ah, então faz um poema, escreve alguma coisa sobre sua vida”. Fiz um poema, demorei três meses para fazer, e ela mostrou ao Roberto Schwarz, aqui em São Paulo.<sup>74</sup>

Foi encomenda. Ela queria que eu escrevesse um... eu tava fazendo a pesquisa com ela, né? E eu fiz mais por causa da... Foi por causa de uma mulher mesmo. Não, sabe, que nem você [o entrevistador], sabe?: “Faço sim, entrevisto sim!” Eu não queria, sabe? Fazer pesquisa com bandido, eu? Entrevistar bandido, eu? Nada disso não. Aí, ela falou: “Não, porque tem uma menina que quer fazer e tal”. Eu: não. Aí apareceu a menina... “Aquele menina ali? Eu faço! Faço, tá tranquilo!” Casei, tive uma filha com ela... pra você ter uma ideia, como era a menina. [...]Aí... escrever tinha que fazer relato pro CNPq, tinha que fazer relatório, né? Eu tinha bolsa do CNPq,

---

<sup>73</sup>Diferentemente da tendência presente em alguns estudos sobre Lins e *Cidade de Deus* (mas também das relações entre Ciências Sociais e Literatura, vistas e queridas, por vezes, como *relações de parentesco*), não farei uma discussão comparativa sobre *A Máquina e a Revolta* e o romance daquele autor, como se se tratasse de um jogo de espelhos entre ambos e um servisse para confirmar o outro. Trata-se de uma leitura empobrecedora, tanto da obra literária quanto da análise social. Se existe diálogo entre a Literatura e as Ciências Sociais, a ficção literária e o processo social – bases hipotéticas desta tese –, inclusive – isso não significa que a autonomia entre ambas não deva ser respeitada. Como se verá adiante, Zaluar afirmará que, embora centrados numa unidade concreta comum – o espaço *real* do conjunto habitacional Cidade de Deus – sua pesquisa e o romance Lins partem de pontos distintos, formal (etnografia e obra literária), temporal e intencionalmente (pesquisa antropológica e romance ficcional). Manter a ideia de espelhamento, naquele sentido, obrigaria também discutir a etnografia e as análises das Ciências Sociais enquanto ficção sobre o social, um debate interessante e profícuo, mas direção contrária e raramente tomada pelos críticos daquela tendência.

<sup>74</sup>LINS, Paulo. Sem medo de ser, *Caros Amigos*, ano VIII, n. 74, maio de 2003, p. 31.

tinha relatório. Aí eu cheguei pra Alba e disse: “Relatório de antropologia eu não sei fazer”. [E ela]: “Faz um poema! Você não é poeta? Faz um poema.” Fui pra casa e fiz um poema em dois dias. E eu levava seis, sete meses pra fazer um poema, ficava rebuscando e tal. Aí, ela mandou pro Roberto Schwarz. Um poema de uma página, pôs nos Correios, mandou pra Unicamp, ela era professora da Unicamp... aí, ele pegou e quis me conhecer. Adorou o poema.<sup>75</sup>

Nas versões acima, o poema em questão é o “Poema sem nome”<sup>76</sup>, epígrafe do capítulo, publicado em *Novos Estudos Cebrap*<sup>77</sup>. Além disso, em suas discrepâncias e hipérboles, expressam algo da personalidade literária de Lins, em momentos distintos depois de seu reconhecimento. Todavia, o que importa refletir neste trabalho é que, *com personagens trocados*, deve-se refazer a pergunta de páginas anteriores, acerca do golpe de percepção de Audálio Dantas sobre Carolina: *o que Roberto Schwarz e Alba Zaluar viram, antes de todos, que os fez investirem tempo, prestígio, influência em suas áreas de atuação em um jovem estudante universitário de Letras, sem obra mais consistentemente publicada que alguns poemas mimeografados?*

Não tendo obtido sucesso em entrevistar ambos autores, valer-me-ei aqui de três caminhos alternativos para esboçar uma resposta razoável à questão, que vá além da dimensão da crença no talento latente e posteriormente confirmado de Lins, bem como das posições políticas de seus dois primeiros críticos e mecenas.

*Primeiro*, é necessário e interessante lembrar que, em 1983, Roberto Schwarz coordenou a publicação do volume *Os Pobres na Literatura Brasileira*, reunindo ensaios de importantes críticos literários acerca de escritores como Antonil, Martins Pena, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Dalton Trevisan, Carolina Maria de Jesus, João Antônio, entre outros. Na “Apresentação”, o autor afirma o seguinte, a certa altura:

Algum tempo atrás, um plano destes seria recebido como prova de conteudismo e cegueira para os valores propriamente estéticos. Hoje, depois do banho formalista dos últimos anos, a desconfiança parece que perdeu a razão de ser. O *contra-senso* de usar a ficção como documento bruto se desprestigiou. Entretanto, nem por isso a questão da realidade deixou de existir, e se de fato a

---

<sup>75</sup>Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

<sup>76</sup>Poemas, em verdade, têm títulos e não nome. O autor da tese está consciente disso e que ao se referir ao texto poético de Lins desta forma está cometendo uma espécie de hiperinterpretação da força enunciativa do texto, bem como do eu-lírico, personagem anônimo, auto-declarado nosso inimigo (porque de toda a sociedade), produto e produtor de uma loucura que está sempre acontecer, transmutado em carne, osso e armas, capaz de sair do universo ficcional e estar muito próximo de uma esquina ou de uma rua do real.

<sup>77</sup>“Ele ligou pra mim, fiquei todo contente, “pô, o Roberto ligou pra mim”, era um crítico, eu estava na faculdade, já tinha lido quase toda a obra dele, na faculdade você é obrigado a ler o Roberto. E ele perguntou: “Permite publicar o poema na revista do Cebrap?” Publicou o poema e deu o aval pra eu escrever um romance. Aí, minha vida complicou. Escrever um poema não é brincadeira, não.” Cf. LINS, Paulo. Sem medo de ser, *Caros Amigos*, ano VIII, n. 74, maio de 2003, p. 31.

insistência na forma, na primazia da organização sobre os elementos de conteúdo serviu para *distinguir* a linguagem artística das demais, ela também permite o *confronto* e algo como uma *competição* entre as linguagens, devolvendo à literatura a dimensão de *conhecimento* que ela evidentemente tem. Basta não confundir poesia e obra de ciência, e não ser pedante, para dar-se conta do óbvio: que poetas sabem muito sobre muita coisa, inclusive, por exemplo, sobre a pobreza. [...] Terminando, valha lembrar que as crises da literatura contemporânea e da sociedade de classe são irmãs, e que a investida das artes modernas contra as condições de sua linguagem tem a ver com a impossibilidade progressiva, para a consciência atualizada, de aceitar a dominação de classe. Assim, num sentido que não está suficientemente examinado, a situação da literatura diante da pobreza é uma questão estética radical.<sup>78</sup>

Schwarz é (e sempre foi) um crítico interessado e atualizado nas questões de seu tempo, que serviriam para explicar não somente a Literatura mas também a sociedade que possibilitou a produção daquela forma literária. O final do ensaio “As ideias fora de lugar”(1977),<sup>79</sup> por exemplo, já era revelador disso e está reafirmado nos excertos acima: a capacidade criativa e explicativa do escritor sobre sua arte e sociedade; a crise social e artística como princípios heurísticos e desencadeadores de uma *grande obra* literária; a periferia do sistema como ponto de partida e método analítico: elementos de uma tradição crítica em que estão presentes Erich Auerbach, Theodor Adorno, Gyorgy Lukács, Lucien Goldmann e Antonio Candido, entre outros.

Se poetas sabem muito sobre tudo, inclusive sobre pobreza; e a situação da literatura em face da pobreza é uma questão estética radical, o que dizer de *um poeta pobre*? O que ele poderia nos dizer sobre arte e sociedade, anguladas a partir de sua posição no espaço social? Talvez tenha sido esta a aposta do crítico, autor de livros seminais sobre Machado de Assis, o mulato pobre do fim do império que soube como poucos, *no tic-tac de seu mundo*, retratar e pensar sua sociedade, seu tempo e além.

*Segundo*: Entretanto, qual teria sido a perspectiva da antropóloga? Zaluar abre *A Máquina e a Revolta* com o interessante preâmbulo “O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva”. Dois momentos de sua reflexão (focada em discutir sua experiência em campo, os limites e alcances da

---

<sup>78</sup>SCHWARZ, Roberto (org.). Apresentação. *Os Pobres na Literatura Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 07-08. Grifos sublinhados meus.

<sup>79</sup>“Sem avançarmos por agora, digamos apenas que, ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada – em que imprevisível dormita a História – que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados. São relações que nada têm de automático, e veremos no detalhe, quanto custou entre nós, acertá-las para o romance. E vê-se, variando-se ainda uma vez o mesmo tempo, que embora lidando com o modesto tic-tac de nosso dia a dia, e sentado à escrivaninha num ponto qualquer do Brasil, o nosso romancista sempre teve como matéria, que ordena como pode, questões da história mundial; e que não as trata, se as tratar diretamente.” Cf. SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 5ª ed., 2000, p. 30-31.

etnografia e o modo se dá o diálogo entre pesquisador e sujeito da pesquisa [ora truncado e problemática; noutras vezes surpreendente e recompensador], sugerindo uma discussão pertinente sobre o método de *observação participante*) podem iluminar a questão proposta antes:

Olhando para trás, percebo que junto com o medo explicável, havia certa ambigüidade na minha postura cujas raízes não consegui deslindar na época. O que me atraía e repelia ao mesmo tempo era a possibilidade de romper uma barreira, cuja visibilidade não é posta ao alcance do olho nu, mas cuja força se faz sempre presente aos menores gestos, nos olhares, nos rituais de dominação, nos hábitos diários de comer, falar, andar e vestir, a barreira que separa a classe trabalhadora pobre das outras classes sociais que gozam de inúmeros privilégios, dentre eles o de receber “educação”. Chegar perto, tão perto, a ponto de me confundir com eles em sua casa, em seu bairro, deles que a nossa sociedade construiu inúmeros modos de manter distantes através de diferentes gostos, paladares, cheiros e hábitos, da permanente carência, me parecia impossível. No entanto, não era um tabu com proibições especificadas, nem a poluição decorrente do contato com o impuro que dificultavam esse contato. Nada ordena claramente, na nossa sociedade, o contato entre os pobres e os ricos. Ao contrário, somos instados a conviver alegremente nos estádios de futebol, nos desfiles de escolas de samba e na nossa cozinha. Mas vivemos em mundos separados, cada vez mais longe um do outro. Comecei a me dar conta, por esta forma violenta, da invisível e poderosa hierarquia (ou se paração de classes) da nossa sociedade. Que não somos iguais nem perante a lei, nem perante a riqueza produzida já sabemos há muito tempo. O que eu não sabia era que havia tantos obstáculos microscópicos a entravar o contato social mais íntimo entre nós. Eu os visitava no seu domínio, por assim dizer. Longe da minha cozinha e dos seus lugares de trabalho subalterno. Que regras de convivência mudariam e o que haveria de confluência e de permanência?[...]inicie o contato com as associações de moradores e as organizações voltadas para o lazer. [...]os membros da maior associação negaram-se a me abrir dados sobre a história da associação que eu considerava indispensáveis, recusa que se explicava pelos contatos anteriores com jornalistas e fotógrafos, nos quais se sentiram usados e traídos[...]Queriam ser seus próprios intelectuais e não precisavam de nenhuma tese a seu respeito[...]<sup>80</sup>

O intelectual de estrato médio em contato com as classes populares tem de refazer seu itinerário progresso de representações (e estereótipos) sobre as mesmas, bem como suas próprias experiências de socialização para tentar se aproximar (e, quem sabe, com sorte, entrar) daquele universo, para além da área de serviço e dos contatos ocasionais à rua. Nesse esforço, descobrirá – caso não soubesse – que aquele mundo é tão estranhamente humano quanto o seu. E que será possível ali também encontrar

---

<sup>80</sup>ZALUAR, Alba. O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva. *A Máquina e a Revolta. Op. Cit.* pp. 11 e 15-16, respectivamente.

sujeitos que não queiram ser objetos de investigação, matérias jornalísticas ou pesquisas para as Ciências Sociais. São sujeitos capazes de enunciar sua *própria* visão social de mundo (dialogada, negociada, apreendida e potencializada, construída e reformulada em face de outras), tornando o cientista social, de fato, *um outro*. Este ponto leva a discutir a versão do contato entre Zaluar e Lins, contada agora por ela mesma.

Para tanto, valer-me-ei do *terceiro* caminho alternativo anunciado antes: a exposição, na íntegra, da apresentação original e inédita que Alba Zaluar elaborou para a primeira edição de *Cidade de Deus*. Este texto acabou modificado e reescrito como as orelhas do livro, por opções editoriais. Veja-se abaixo, seu conteúdo primevo<sup>81</sup>:

#### ANTIPREFÁCIO

O livro do Paulo Lins não precisa de prefácio. Ele se sustenta sozinho. Nada de palavras de apresentação para engrandecê-lo. Ele já surgiu grande pela coragem que exige o que narra e pela história da sua narrativa. Nessa história, as nossas biografias e os nossos livros se cruzam, o que pode ter algum interesse para os futuros biógrafos de Paulo Lins. Sem nada combinarmos, meu primeiro livro sobre Cidade de Deus começou onde acaba o livro dele. Foi a morte de Manoel Galinha que fez os moradores da Praça Matusalem fundarem, em 1980, quando lá cheguei, o Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Luar de Prata para espantar a tristeza pela morte de um rapaz tão bonito e tão querido. Muitos anos e muitas pesquisas depois, vim a ler neste romance histórias e histórias, narradas com o talento de um poeta romancista, do que antecedeu aquele incidente terrível e traumático para os vizinhos retratados por mim.

Mas quando, no final de 1986, entrei na sala modesta de uma casa do conjunto habitacional da CEHAB, onde estavam alguns estudantes, deparei-me com a fisionomia séria e os olhos inquisitivos de um rapaz forte e alto, de um moreno profundo. Pensei: não vou conseguir, estão muito desconfiados. Eu procurava jovens moradores do local, estudantes universitários que pudessem atuar como meus assistentes na segunda pesquisa que faria em Cidade de Deus, agora sobre a história das quadrilhas. Fui atropelada por perguntas sobre os porquês, os comos e os para quês desse estudo. No fim, o rapaz, que não sorriu nenhuma vez durante a conversa tensa, tinha um brilho no olhar. Não deu outra. Foi, desde o início, o mais entusiasmado dos quatro assistentes que consegui.

As primeiras entrevistas feitas com os jovens que gravitavam em torno das quadrilhas de traficantes eram exasperadoras. Ou traziam respostas mecânicas às perguntas do roteiro da entrevista, burocraticamente formuladas, ou amontoavam respostas inauditas (e muitas vezes inaudíveis) sobre assuntos sem fio condutor. Como sempre, era difícil deixar o entrevistado falar como se estivesse conduzindo a fala, trazendo-o para a rota sempre que ameaçasse se perder. Isso é uma arte que não se ensina. Logo as entrevistas feitas por Paulo passaram a conter, às vezes no meio de um turbilhão de indagações e réplicas, os depoimentos mais reveladores

<sup>81</sup>Tenho de agradecer muitíssimo a Alba Zaluar que, generosa e gentilmente, me enviou o texto original e autorizou a publicação nesta tese. A fonte do documento é de seu Arquivo Pessoal.

dos mistérios dessa guerra de quadrilhas, que ninguém sabia porque havia começado meses antes do início da minha primeira pesquisa por lá. Com os fragmentos fui montando uma interpretação antropológica que publicava na forma de artigos para tentar entender. Mas quem faria a etnografia, quem narraria toda a riqueza desse material humano, "o mais elusivo de todos"? Eu não poderia. Faltava-me a vivência subjetiva do olho no olho, do calor da hora das palavras trocadas, das mentiras e das verdades reveladas, das intuições repentinas nesses encontros da alteridade.

Paulo, a essa altura, já havia retomado o curso de Letras que abandonara anos atrás. Trazia-me seus poemas concretos de mimeógrafo e de camiseta silk-screen. Sua arte, que nunca o levou ao samba, ainda estava para encontrar um caminho próprio. Lembrei-me do meu bisavô, Augusto Emilio Zaluar, que, segundo Brito Broca, arranjara o primeiro emprego de escritor para Machado de Assis e acreditara no seu talento. Não poderia deixar inaproveitado mais esse talento aparecido no celeiro de artistas que o Rio de Janeiro sempre foi. Propus que ele escrevesse o romance. Como sempre, de início reticente, cheio de senões, Paulo passou ao mais completo entusiasmo. Falava, respirava, comia, sonhava e vivia do romance que iria escrever, que já estava escrevendo logo em seguida.

Perdi o pesquisador quando o estudo já andava por outras áreas mais áridas. Tinha que encontrar um modo de continuar a garantir a remuneração, mesmo sabendo que Paulo não se interessava mais por nada que não fosse o seu romance. Foi difícil. Oito anos depois do nosso primeiro projeto conjunto, não deu mais. Ai apareceu Roberto Schwartz que, por amor à literatura, também resolveu ajudar, a Fundação Vitae e quem mais não sei. Tudo não é à-toa se a literatura é boa. O resultado desses investimentos, paixões, incentivos, apoios, com os seus contrapontos negativos, está aqui. O anti-épico do Brasil recuperando-se do regime militar, globalizando-se, redemocratizando-se, partindo-se em novas fraturas inesperadas. O anti-épico de uma guerra, que não chega a ser uma guerra, que ainda não acabou, que deve ter um fim e que ninguém sabe direito porque acontece.

Paulo, juntando etnografia e fantasia, constroi uma arquitetura mais do que verossímil: o primeiro tempo em que foi decisiva a intervenção de policiais violentos e corruptos nas escolhas das carreiras criminosas, das revoltas sem causa, do pouco apreço pela vida alheia, da cacofonia de contradições políticas; o segundo tempo da irrupção de vaidades masculinas, de narcisismos à flor da pele, dos "cocotas" consumistas de roupas, de bailes, de garotas; o terceiro tempo do negócio lucrativo, sério, orgiástico, violento e ilegal que integrava também os dois tempos anteriores. Vários tabuleiros jogados simultaneamente por jogadores com pleno acesso a armas de alto poder de precisão e destruição. Ou terá sido tudo por causa de uns olhos verdes invejáveis, metamorfoseados em azuis pelo manto diáfano através do qual os romancistas vêem palavras e ouvem cores?

Alba Zaluar

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1997

É importante notar que o *Antiprefácio* é diferente das duas orelhas que Zaluar assinou para *Cidade de Deus*. Nele não aparece, por exemplo, a complicada expressão *romance etnográfico*, que se tornou mote para discussão posterior ao lançamento do livro, especialmente no âmbito da autonomia e capacidade criativa de Lins, bem como do interesse da Companhia das Letras ao publicá-lo em 1997. Ao contrário: em seu texto, Zaluar afirma a dispensabilidade de *conceder voz* a Lins (e aos pobres, tal qual na apresentação de *A Máquina e a Revolta*); a recuperação do papel de mecenas, no século XX, ensaiado por ela e Schwarz; a contranarrativa de qualquer retrato maquilhado do Brasil que representa *Cidade de Deus*. É muito curioso ainda que seja mencionado no texto a figura de seu bisavô<sup>82</sup> e o papel que ele desempenhou em relação a Machado de Assis. O passado familiar embasaria a *aposta no presente*? Claro, Lins não é Machado, as condições sociais e o contextos intelectuais de produção da obra literária são diferentes. Mas o procedimento operativo é semelhante: abre-se uma oportunidade, banca-se o desconhecido, lastreia-se um potencial.

O crítico e a antropóloga apostaram perigosamente no vazio. A bem ver, quando Dantas conheceu os diários de Carolina Maria de Jesus, seu maior trabalho foi compilá-los. Zaluar e Schwarz tiveram de conceber e fomentar a *persona romancista* de Lins, sem saber, efetivamente, se e como ela viria à tona. Contudo, se a posição da literatura diante da pobreza (e dos pobres) deveria ser a de uma estética radical, por quê não o seria também o empenho ético de ambos?

\*\*\*

Florestan Fernandes, como visto, escreveu que *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* era um estudo de *como o Povo entra na História*; e o faz, de fato, com uso farto de depoimentos e documentação de seus informantes negros. Entretanto, apesar do título, o livro não trata exclusiva e principalmente da questão do negro ou da questão racial no Brasil. O sujeito negro corporifica o princípio explicativo da história sociocultural brasileira pós-Abolição. O povo entra na História de um

---

<sup>82</sup>“Augusto Emilio Zaluar (1826-1882) foi escritor, poeta e jornalista. Nascido em Lisboa, emigrou para o Brasil em 1850 e naturalizou-se cidadão brasileiro em 1856. No Brasil, entre outras atividades, fundou o jornal Espelho, além de participar como redator de O Álbum Semanal (1851-1853) e como diretor de O Vulgarizador (1877-1879), todos cariocas. Publicou *Dores e flores*, em 1851, na editora de Paula Brito, além de traduzir folhetins estrangeiros para jornais. Vale destacar o prefácio feito ao livro poético *Prelúdios*, da gaúcha Julieta de Melo Monteiro, esposa do também imigrante português Francisco Guilherme Pinto Monteiro. Conforme *O berço do cânone*, Zaluar foi incluído no *Lírica Nacional* (1862), de Quintino Bocaiúva. Amigo próximo de Manuel Antônio de Almeida, é dele o primeiro perfil biográfico do autor das *Memórias de um sargento de milícias*, logo após o trágico desaparecimento do romancista no naufrágio do vapor Hermes, na costa fluminense, em dezembro de 1861. Transcrito no livro *Obra Dispersa*, uma coletânea dos textos esparsos de Manuel Antônio de Almeida, o artigo de Zaluar, publicado pelo *Diário do Rio de Janeiro* em 05 e 07 de fevereiro de 1862, é uma vigorosa denúncia das causas políticas e ideológicas que levaram à marginalização, tanto no jornalismo quanto no serviço público, do pioneiro do romance brasileiro, um abolicionista e republicano radical no auge do Segundo Reinado, da elite agrária e do trabalho escravo.” Para esta citação e trabalhos complementares ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto\\_Emílio\\_Zaluar](http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Emílio_Zaluar) [Acessado em 16/12/2010]

ponto de partida desigual e desvantajoso, o que explica muito o andamento da própria sociedade e seus limites emancipatórios.

Schwarz e Zaluar, arrisca-se dizer restituem o problema de Fernandes. Se aquele autor chegava, entre outros, a usar o *Quarto de Despejo* como demonstrativo, desde dentro, do *legado da raça branca e o limiar de uma nova era*, o patrocínio desses dois autores, apostando em Paulo Lins, refaz o diálogo rompido anos antes entre Ciências Sociais e Literatura, repondo a questão sobre o Povo (*e não a sociedade civil*) e a História. Os sentidos e os resultados dos questionamentos e da ação são outros, bem como seus efeitos evidentes. Além do calibre da aposta intelectual: ao se questionar, Fernandes tinha no horizonte *as potências de uma emancipação coletiva*; daí, inclusive, sua ligação e aproximação com a Associação Cultural do Negro, seus intelectuais e escritores. Difícil afirmar se Roberto Schwarz e Alba Zaluar, em função da nova temporalidade e das novas circunstâncias (intelectuais e históricas) poderiam vislumbrar o mesmo. Ao que parece, não. O mecenato individual, tal qual Dantas fez, é a principal pista neste sentido. E as reminiscências de Lins e seu esforço explicativo sobre o fato são, no mínimo, intrigantes:

Eu demorei um ano, um ano e meio pra começar a escrever... e eu mentindo pra ela: “Ah, Alba, tá indo bem, tá ótimo, eu fiz assim e tal...” Não conseguia escrever. Escrevi várias vezes o começo. Depois o livro engatou e eu fui escrevendo. Aí, parava de escrever, o CNPq atrasava, aí tinha que dar aula, vendia roupa, minha filha nasceu...passei uma fase dura, sem grana pra caramba e tal. Até que o Roberto Schwarz entrou na parada depois, ele pegou 200 páginas, eu tinha escrito duzentas páginas, leu... eu falei: “Vem cá: eu só vou parar de escrever porque eu preciso existir”. Aí ele queria me dar grana, eu fiquei na casa dele um tempo e tal. [imitando Schwarz]: “Você precisa de dinheiro? Você vai ter que escrever, vai ter que escrever”. Eu tinha bronca do Roberto Schwarz, eu tinha maior raiva dele [por conta da crítica a Augusto de Campos]. Eu tinha raiva dele, eu tinha uma raiva dele, eu falava assim “Você é um verme”. Desmontou toda a minha, a minha...[perspectiva] de poesia, de mudança! eu falei: “Roberto Schwarz, eu odeio os seus livros!” Eu não queria conhecer ele não. Eu era amigo do Paulo Leminski, sabe? “Porra, eu não quero conhecer esse sujeito”. Até que aí eu li *Ao vencedor as batatas*, comecei a ler... Eu já tinha lido os textos do Roberto na aula, né? De faculdade. Mas não tinha pegado o livro inteiro, uma obra dele. Aí comecei a ler... “Pô, o cara é bom e tal”. [imitando Schwarz, durante primeiro encontro]: “Eu sei que você não gosta muito de mim e tal...” Isso já tem quase vinte anos. Aí, ele pegou, eu cheguei na casa dele, um frio da porra aqui em São Paulo! E eu não tinha roupa de frio. Aí ele foi me pegar numa estação... Eu nunca tinha ido em casa que tinha lareira. Só vi em desenho animado, né? Aí eu falei: “Dá pra você acender a lareira?” Aí ele foi lá e acendeu, aí a Grécia [esposa de Schwarz] fez uma sopinha... aí me deram um vinho e tal... Ele: “O que você quer pra escrever?” Ele pegou a minha

mão assim, no sofá, acendeu a fogueira... Ele quase não falava, né? Ele quase não fala. Ele botou a mão assim. Ele perguntou ao Antonio Candido [que estava na casa de Schwarz], saiu... aí só ficou eu, ele e Grécia. Aí ele: “Você é um artista pronto, você é um escritor pronto.. Tem gente que vai pra Harvard, vai pra não sei o quê estudar e não consegue fazer o que você tá fazendo. O que você quiser eu te dou.” Acabou. Nunca mais eu fiquei duro[riso]. Eu brinco: “Roberto, depois que eu te conheci nunca mais eu fiquei sem dinheiro”. Aí eu ganhei a bolsa [da Fundação]Vita... e é isso aqui que você estão vendo: Agora eu sou alto, forte e bonito.<sup>83</sup>

Feita as apostas, superadas as dificuldades entre o alinhamento formal (Leminski e os concretistas) e o novo horizonte de possibilidades (Schwarz), os dados estavam lançados. Haveria ainda um último elemento para a conversão sócio-crítico-literária de Lins. “*Agora eu sou alto, forte e bonito*” ele afirmou em entrevista. Contudo, o tempo desse agora é posterior ao artigo “Cidade de Deus”, publicado por Roberto Schwarz no caderno *Mais!* da Folha de São Paulo, em 07 de setembro de 1997 e reimpresso em seu livro *Sequências Brasileiras* (1999). Para o crítico, Lins era um *escritor pronto* desde o poema publicado na revista *Novos Estudos Cebrap*. Mas era necessário, ao que parece, convertê-lo socialmente na figura ideal do mesmo, como afirma o autor – até mesmo para sua *descobridora*.

Aí, na verdade era o seguinte: o compromisso inicial era que eu ia escrever um romance, um relato da minha vida na Cidade de Deus... era um relato. Aí a Alba falou assim: “Não, você não vai fazer um romance. Romance...[depreciando] Vai escrever um romance? Você vai fazer um relato!” Aí, depois mudou pra narrativa literária. “Ah, uma narrativa literária...” A Alba sempre teve muito medo de falar que eu era escritor. Porque escritor, até hoje em dia, o escritor não tá com essa banca toda. Antigamente você falar que era escritor era uma coisa que... hoje em dia, qualquer pessoa vira escritor. Mas naquela época, o Drummond tava vivo, João Cabral tava vivo. Agora, você vai apresentar um jovem negro favelado como escritor? Ela tinha esse preconceito. Todo mundo tinha. Ela falava: isso não é um romance. Isso é uma narrativa... Isso não é um romance. Isso é...Sabe? Nunca... Agora não. Ah, agora eu sou escritor. Mas pro pessoal assumir que você era um escritor... Escritor era o bambambam da cocada preta. Escritor... Como, eu, escritor? Estudante de letras na graduação? Então, teve vários preconceitos. Inclusive que fica tão óbvio, quando ela fala que era etnográfico. Com medo da crítica. Aí, quando o Roberto Schwarz faz a crítica, cala boca de todo mundo. Quando o Roberto Schwarz entra na parada e escreve, pronto, acabou. Todo mundo...ficou piano. Aqui [no Brasil], depois da crítica do Roberto, só tem crítica elogiosa...[irônico] Teses de

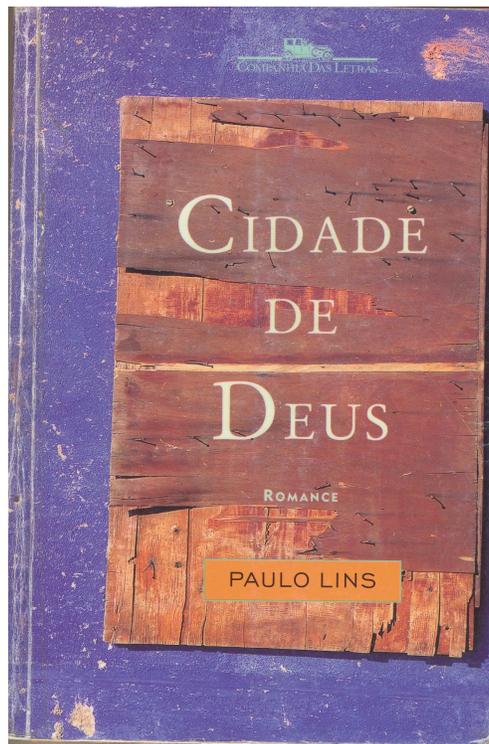
---

<sup>83</sup> Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

mestrado, doutorado e tal. A questão foi a seguinte: Eu, negro e favelado. Depois: estudante de Letras. E depois, Companhia das Letras. Aí, isso foi... Hoje não tem mais isso.<sup>84</sup>

Vale lembrar: *Cidade de Deus* é lançado em agosto de 1997. O texto de Schwarz é publicado no mês seguinte, num grande jornal. Entre o outubro de 1989 e o agosto/setembro de 1997 houve um longo caminho a ser percorrido para que o virulento poema pagão fosse apadrinhado, consagrado e batizado como *Cidade de Deus*, dos mais comentados e importantes romances brasileiros do fim do século XX. A seguir, reflita-se em alguns aspectos, acerca do por quê

Ilustração 16: Cidade de Deus, 1997



*Mosaico de Vidas Breves: violência, dominação e desigualdade*<sup>85</sup>

É interessante, senão desagradável, pensar que quase quatro décadas após, Paulo Lins realiza aquilo que – tanto na narrativa interna quanto na descrição histórica – Carolina Maria de Jesus batizou por *Quarto de Despejo*. Em 1960, ao publicar com esse título o livro que a catapultaria à cena pública, a autora colocava em discussão o problema da favela, seus moradores e a cidade que a envolvia, São

<sup>84</sup>Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

<sup>85</sup>Esta parte da tese, analisando o romance de Paulo Lins, corresponde a aspectos modificados da comunicação escrita por Mariana Miggiolaro Chaguri e Mário Augusto Medeiros da Silva, apresentada no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, no GT “Pensamento Social no Brasil”, no Rio de Janeiro, entre 28 e 31 de julho de 2009, com o título: “Sentidos da Crise: Literatura e Processos Sociais em *Fogo Morto e Cidade de Deus*”. Agradeço a Mariana, caríssima amiga e parceira de trabalho, por concordar em utilizar esta parte de nosso texto, escrita por mim, aqui na tese.

Paulo. No quarto de despejo, segundo a escritora, estão os objetos fora de uso, aquebrados e inválidos para o restante da cidade. Em resumo, na sua percepção, os favelados.

Cidade de Deus, o conjunto habitacional, não escapa a essa imagem: agudiza-a. Solução governamental improvisada para as enchentes de 1966, aonde foram movidos os flagelados de diferentes regiões do Rio de Janeiro, como medida temporária, que se tornaria perene, à falta de moradia. Lugar de memórias desencontradas e sonhos interrompidos, apresentados inicialmente ao leitor pelos olhos de dois personagens infantis e um geográfico – Buscapé e Barbantinho – num braço do rio que corta o conjunto, onde trafegam águas ora silenciosas, ora caudalosas; às vezes límpidas, servindo a brincadeiras, lavagens e extração de sustento; por vezes rubras, sujas de excrementos, detritos, sangue e corpos desovados, como à ocasião em que Buscapé e Barbantinho se encontram. As águas trouxeram todos àquele lugar, criador de lendas, peripécias e desventuras, que foi e continuaria sendo mítico pelos mais diversos motivos ao longo da trama.

Antigamente a vida era outra aqui neste lugar onde o rio, deixando o coração bater em pedras, dando areia, cobra-d'água inocente, risos líquidos e indo ao mar, dividia o campo em que os filhos de portugueses e da escravatura pisaram.[...]Um dia essas terras foram cobertas de verde com carro de boi desafiando estradas de terra, gargantas de negros cantando samba duro, escavação de poços de água salobra[...] Cidade de Deus deu a sua voz para assombrações dos casarões abandonados, escasseou a fauna e a flora, remapeou Portugal Pequeno e renomeou o charco: Lá em Cima, Lá na Frente, Lá Embaixo, Lá do Outro Lado do Rio e Os Apês.[...] Os novos moradores levaram lixo, latas, cães vira-latas, exus e pombagiras em guias intocáveis, dias para se ir à luta, soco antigo para ser descontado, resto de raiva de tiros, noites para velar cadáveres, resquícios de enchentes, biroschas, feiras de quartas-feiras e as de domingo, vermes velhos em barrigas infantis, revólveres, orixás enroscados em pescoço, frango de despacho, samba de enredo e sincopado, jogo do bicho, fome, traição, mortes[...] (pp. 16-18)<sup>86</sup>

Abre-se assim uma paisagem aparentemente aleatória e desordenada – Lá em Cima, Lá Embaixo, Lá na Frente, Lá do Outro Lado do Rio, Os Apês, A Praça da Loura, A Rua do Meio, A Treze – por onde os moradores fluem com bastante precisão e conhecimento, numa miríade de surgimentos e desaparecimentos de personagens impressionante. *Cidade de Deus*, o romance, como bem frisou Roberto Schwarz (1999), é um “catatau de quinhentas e cinqüenta páginas”<sup>87</sup>, repartido em três

<sup>86</sup> O autor continua: “[...]jesus cristos em cordões arrebentados, forró quente para ser dançado[...]pobreza para querer enriquecer, olhos para nunca ver, nunca dizer, nunca, olhos e peito para encarar a vida, despistar a morte, rejuvenescer a raiva, ensangüentar destinos, fazer a guerra e ser tatuado[...] Levaram também as pipas, lombo para polícia bater, moedas para jogar porrinha e força para tentar viver. Transportaram também o amor para dignificar a morte e fazer calar as horas mudas.” (p. 18)

<sup>87</sup> “O romance de estréia de Paulo Lins, um catatau de quinhentas e cinqüenta páginas sobre a expansão da criminalidade em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, merece ser saudado como um acontecimento. O interesse explosivo do assunto, o

partes – *A História de Cabeleira, A História de Bené e A História de Zé Pequeno* – compondo um *mosaico de vidas breves*. A marca do tempo é central na narrativa: sua passagem, em *Cidade de Deus*, é fugidia, criando-se a interessante situação de um mundo ficcional encerrado numa paisagem conhecida e manipulada muito bem apenas pelos personagens, percorrendo estradas, ruas, blocos, passagens, becos, matas e antros sempre com sofreguidão, entre o final dos anos 1960 e início dos 1980.

Raros são aqueles que se podem demorar nessa paisagem. Entre os *malandros*, promotores das primeiras lendas, igualmente inusitados são os que ultrapassam os vinte e poucos anos. No mais, as vidas são breves, fugazes como os diálogos, como um movimento truncado no meio, interrompido por um olhar errado, por uma fala mais ríspida, por uma decisão imediata. Em geral, o fim é espasmódico, oriundo de uma troca de tiros, de balas perdidas, da ação policial, da violência em estado bruto, da quebra de um código de ética não escrito, mas conhecido por todos, *sujeitos-homens no mundo cão*<sup>88</sup>, igualando *malandros* e *otários* – os trabalhadores que ocupam as posições mais precarizadas e desprestigiadas na cidade – e mesmo os policiais. Lugar onde “*Falha a fala. Fala a bala*” (p. 23), nos anuncia um narrador onisciente, em terceira pessoa – por vezes flertando com a primeira<sup>89</sup> – sem lugar definido naquela paisagem, observador participante e distante ao mesmo tempo; sem moral precisa, que entende muito bem o que acontece ao seu entorno e o narra, sem espanto, comiseração, nojo ou falsa piedade.

É um narrador que também sabe onde e por quê tudo começou. E é por isso que as três histórias que vertebram o livro organizam a narrativa sob o ponto de vista da memória. Cabeleira, Bené e Zé Pequeno atravessam aquela temporalidade exígua – anos 1960 a 80 – tendo seus feitos contados como se fosse uma epopéia. Mas é difícil afirmar que sejam heróis, embora em seu entorno se expresse uma coletividade. Ninguém é inocente em *Cidade de Deus*, assim como não há alguém que seja completamente malévolo. A ambigüidade constante dos personagens é um traço distintivo importante. A linha que separa *malandros* e *otários* é muito tênue.

---

tamanho da empresa, a sua dificuldade, o ponto de vista interno e diferente contribui para a aventura artística fora do comum. A literatura no caso foi levada a explorar possibilidades robustas, que pelo visto existem.” SCHWARZ, Roberto. *Cidade de Deus. Sequências Brasileiras*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 163.

<sup>88c</sup> - Meu irmão, eu fumo, eu cheiro, desde nenenzim que peço esmola, já limpei vidro de carro, já trabalhei de engraxate, já matei, já roubei... Não sou criança não. Sou sujeito homem!” (p. 410)

<sup>89</sup> Como no trecho donde se extraiu a citação: “Poesia, minha tia, ilumine as certezas dos homens e os tons de minhas palavras. É que arrisco a prosa mesmo com balas atravessando os fonemas. É o verbo, aquele que é maior que o seu tamanho, que diz, faz e acontece. Aqui ele cambaleia baleado. Dito por bocas sem dentes e olhares cariadados, nos conchavos de becos, nas decisões de morte. A areia move-se nos fundos dos mares. A ausência de sol escurece mesmo as matas. O líquido-morango do sorvete mela as mãos. A palavra nasce no pensamento, desprende-se dos lábios adquirindo alma nos ouvidos, e às vezes essa magia sonora não salta à boca, porque é engolida a seco. Massacrada no estômago com arroz e feijão porque a palavra é defecada ao invés de falada.” (p. 23)

E será nesta ambigüidade que a memória coletiva se articulará, contando as histórias dos três *malandros* míticos, bandidos de alta periculosidade – *Cabeleira*, integrante do *Trio Ternura*, ainda algo inocente face ao que viria depois; *Bené*, criado no conjunto, amigo inseparável de *Dadinho*, se tornou o bandido mais amado da favela, ao mesmo tempo que estabelece a integração entre grupos antagônicos (os *bichos-soltos*, bandidos e os *cocotas*, garotos de baile e da contracultura nos anos 1970), realçando a ambigüidade; *Zé Pequeno*, antigo *Dadinho*, que como Bené se cria em Cidade de Deus e começa a aprender a malandragem, em idade pueril, olhando Cabeleira e outros agir. Pequeno fecha o ciclo, se tornando um bandido implacável, mortal, protagonista de uma guerra de proporções impressionantes contra o antigamente pacato morador do conjunto *Mané Galinha* e *Sandro Cenoura*, seu rival no tráfico de drogas.

A tônica é um presente contínuo e fugaz, embora o romance se estruture em três memórias delimitadas e espaços físicos específicos. Insista-se na imagem do *mosaico*. Há um esforço considerável, por parte de um narrador difuso, em articular aquelas *vidas breves* num todo. Não se tratam de histórias fragmentadas; mesmo quando se assemelhem a pequenos contos internos ao romance; elas se entremeiam, se sobrepõem, reforçam-se e esclarecem-se. Assim como não nos parece possível identificar uma voz dominante, igualmente se faz difícil dizer que exista uma fragmentação narrativa ao ponto de desnortear o leitor, de se tornar ininteligível. Ao contrário, a brevidade da vida, a experiência ao rés-do-chão das classes baixas, a futilidade de ser ou estar no mundo, a autoridade em disputa o tempo todo etc. são costuradas num esforço denso e visível, com mais ou menos sucesso, ao longo da trama.

Se o presente contínuo domina a trama, fica evidente na fala dos personagens que não há espaço suficiente para o devir. Ele aparece apenas quando se pensa em *meter a boa*, ou seja: ganhar bastante dinheiro, para poder sair daquele lugar:

Cabeleira deu bastante dinheiro para Berenice comprar as coisas que faltavam para se juntarem de vez. A mulher passou a semana pedindo ao marido para dar um tempo com essa vida de crimes. Ele ainda não era fichado, podia muito bem arrumar um emprego. Queria segurança e paz para poder criar os filhos que teria com ele numa boa. Cabeleira dizia que ia continuar a meter a bronca até estourar a boa para montar um comércio grande com um monte de empregados trabalhando e ele só contando dinheiro, dando as ordens. Depois pensaria em filhos. [...] Pelé e Pará não perdiam tempo em fazer planos, somente pensavam em cinco gramas de cocaína que iriam comprar para romper o ano.[...] (p. 97)

O sonho de *meter a boa* raramente se concretiza. Contudo, ele tem origem no pavor que os personagens possuem à rotina dos *otários*. Trabalhar para outros, sem ser devidamente valorizado; estudar, sem perspectivas de mudanças efetivas e concretas. Há uma habilidade muito grande do narrador em apresentar algumas biografias dos *bichos-soltos*, mostrando a tragédia de suas vidas, de suas famílias. Não se trata de determinismo social; ao contrário: *a tragédia é estar no mundo e ter consciência do fracasso dessa situação*. Não por acaso, vários personagens, muitas vezes os mais cruéis, sonham acordados com uma vida diferente, num intervalo de tiroteio ou guerra entre quadrilhas. Cabeleira, Bené e Zé Pequeno têm divagações preciosas nesse sentido:

[...]O negócio era chegar à quadra do Salgueiro ou do São Carlos com uma beca invocada, um pisante maneiro, mandar descer cerveja à pamparra, comprar logo um montão de brizolas e sair batendo para os amigos[...] olhar assim para a preta mais bonita e chamar para beber um uísque, mandar descer uma porção de batatas fritas, jogar um cigarro de filtro branco na mesa[...] comprar um apartamento em Copacabana, comer filha de doutor, ter telefone, televisão, dar um pulinho nos States de vez em quando, que nem o patrão de sua tia. Um dia acharia a boa. (p. 50)

Bené devorou o nhoque para ir comprar fazenda com a cocotada, decidiu que o grupo todo deveria vestir-se igual[...] Iriam a Botafogo comprar o pano. Quem faz compra no centro da cidade é pobre[...]Depois das compras iriam a Copacabana pegar um cinema e jantariam num restaurante da Gávea, onde combinariam aos risos um acampamento ou uma noite no Dancin'Days, porque a onda agora era discoteca[...] O sonho de Bené era o de comprar um terreno onde tivesse água corrente para o cultivo para ele e os cocotas morarem[...] Era esse o seu sonho: ganhar uma mina bonita, morar entre gente bonita e dançar discoteca até o fim da vida, numa boa. Nada daqueles crioulos com cara nervosa e sem dentes. (p. 352)

- *P* com *i* dá *pi*, *p* com *a* dá *pa*, *pi*-*pa*, *pipa*, *pipa*, porra! *Pipa* – soletrava Pequeno ao lado da mulher de seu novo parceiro em Realengo[...] Agora realizava o sonho que tomara conta dele na cadeia, pois tinha sempre que pedir a alguém para ler as cartas que recebia e isso poderia ser perigoso[...] Já sabia assinar o nome, e, se encontrasse o tal doutor Crespo, que resolvia qualquer problema, poderia ter identidade e talão de cheque, coisa que também sempre sonhara ter. (pp. 537-538)

Qualquer eufemismo ao fracasso, portanto, é sublimado. Todos os sonhos acima passam, em alguma medida, por ser igualados a outros em aspectos de uma cidadania republicana (não no sentido clássico, mas deturpada): ter registro ou identidade civil, ser proprietário, ter poder de compra e mando. Não se trata de emancipação humana, igualdade fraternal e liberdade. Para os três malandros míticos, nenhum desses sonhos se realiza. O mesmo vale para a imensa maioria *malandros*, *bicho-soltos*,

*cocotas* ou *otários* que povoam a narrativa de *Cidade de Deus*. A consciência do fracasso começa também pela percepção do território, da paisagem geográfica, explicativa da conformação dos destinos, do trato cotidiano, da visão exterior sobre o que os personagens eram, são ou jamais poderiam ser. É Zé Pequeno quem expressa isso claramente, depois de matar seis chefes locais do tráfico e se tornar, ao lado de Bené, dono de Cidade de Deus, juiz, executor, senhor da vida e da morte no local. Para ele não há eufemismos, não há meio-termo sobre a realidade e o quê fazer estando nela:

O pensamento voltou a correr pelas ruas do conjunto, entrava pelos becos imperativamente, parava nas esquinas fazendo pose. Porque elas eram suas, isso mesmo, era o dono da rua, o rei da rua, ali, vivo no baralho daquele jogo, o jogo de armas, de riscos, de raiva.[...] “*Conjunto o quê? Favela! Isso mermo, isso aqui é favela, favelão brabo mermo. Só o que mudou foi os barraco, que não tinha luz, nem água na bica, e aqui é tudo casa e apê, mas os pessoal, os pessoal é que nem na Macedo Sobrinho, que nem no São Carlos. Se é na favela que tem boca-de-fumo, bandido pra caralho, crioulo à vera, neguinho pobre à pamparra, então aqui também é favela, favela de Zé Pequeno.*” (p. 242, grifos meus)

Não escapa também ao narrador onisciente difuso de *Cidade de Deus* a consciência sobre o território. Entretanto, ao refletir sobre ela, ele se questiona sobre o quê legitima a violência e mantém o *status quo*<sup>90</sup>. Se conclui, por um lado, que a legitimidade precária da dominação parte da condição de vida dos dominados, também discute as diferentes manifestações da revolta e da consciência, seja contra a desdita dos bandidos ou à faceta mais presente do Estado que se manifesta na favela. *Não há luta de classes explícita no mundo ficcional Cidade de Deus. Em grande parte do tempo, é um matadouro de pobres, de pobres exterminando pobres, de policiais pobres matando trabalhadores e bandidos pobres. Aí é possível até mesmo aparecer malandros com consciência étnico-social*<sup>91</sup>,

<sup>90</sup>“Barracos de caixas de tomate, madeiras de lei, carnaúba, pinho-de-riça, caibros cobertos, em geral, por telhas de zinco ou folhas de compensados. Fogueiras servindo de fogão para fazer o mocotó, a feijoada, o cozido, o vatapá, mas na maioria das vezes, para fazer aquele arroz de terceira grudado, angu duro ou muito ralo, aqueles carurus catados no mato, mal lavados ou simplesmente nada. Apenas olhares carcomidos pela fome, em frente aos barracos, num desespero absoluto e que por ser absoluto é calado.[...] Os abismo têm várias faces e encantam[...] *São as pessoas nesse desespero absoluto que a polícia procura, espanca com seus cacetetes possíveis e sua razão impossível, fazendo com que elas, com seus olhares carcomidos pela fome, achem plausíveis os feitos e os passos de Pequeno e de sua quadrilha pelos becos que, por terem só uma entrada, se tornam becos sem saídas, e achem, também, corriqueira essa visão de meia cara na quina do último barraco de cada beco, de crianças negras ou filhas de nordestinos, de peito sem proteção, pé no chão, shorts rasgados e olhar já cabreiro até para o próprio amigo, que por sua vez, se tornava inimigo na disputa de um pedaço de sebo de boi achado no lixo e que aumentaria o volume da sopa, de um sanduíche quase perfeito nas imediações de uma lanchonete, de uma pipa voada, ou de um ganso dado numa partida de bola de gude.*” (p. 314, grifos nossos)

<sup>91</sup>Por exemplo, o personagem *O Grande*, que entre outras coisas “[...] matava policiais por achar a raça mais filha da puta de todas as raças, essa raça que serve aos brancos, essa raça de pobre que defende o direito dos ricos. Tinha prazer em matar branco, porque o branco tinha roubado seus antepassados da África para trabalhar de graça, o branco criou a favela e botou o negro para habitá-la, o branco criou a polícia para bater, prender e matar o negro. Tudo, tudo que era bom era dos brancos. O presidente da República era branco, o médico era branco, os patrões eram brancos, o vovô-viu-a-uva do livro de leitura de escola era branco, os ricos eram brancos, as bonecas eram brancas e a porra desses crioulos que viravam polícia ou que iam para o Exército tinha mais era que morrer igual a todos os brancos do mundo.” (p. 206)

soluções mágico-religiosas, intervenções externas para escapar ao matadouro ou ter poder de exterminar inimigos, como nos excertos abaixo:

Lá do Outro Lado do Rio, Marreco dormia em cima das raízes expostas da figueira mal-assombrada. À meia-noite tudo no mundo parou, todo o silêncio das coisas se manifestava hiperbólico, uma fumaça vermelha saía dos ferimentos feitos pelo policial, tudo era muito escuro; agora a figueira mal-assombrada balançava ao vento que só ela recebia, os suplícios do seu corpo sumiram, assim como todas as coisas do universo. Somente a figueira vergava iluminada por uma luz que vinha subindo pelo tronco saído do próprio chão. Sobre suas folhas um homem louro e de olhos azuis, estressados, fixos nos olhos de Marreco. Completamente calado, disse, através do pensamento, todas as coisas que queria a Marreco, que ria, chorava, se encantava e se comprometia (pp. 123-124)

Tudo em Alicate se transforma em emoção ao ouvir essas palavras jubilosas[...]O cristão mudou-se, sem se despedir dos amigos, um mês depois da visita dos religiosos. Largou o baralho, canivete, o revólver, os vícios[...]Volta e meia dizia para Cleide que ele sim tinha arreentado a boa. Conseguiu um emprego na empresa Sérgio Dourado, onde foi explorado durante muito tempo, mas não ligava. A fé afastava o sentimento de revolta diante da segregação que sofria por ser negro, desdentado, semi-analfabeto. Os preconceitos sofridos partiam dessa gente que não tem Jesus no coração. Teve dois filhos com Cleide e sempre que podia voltava em Cidade de Deus para pregar o Evangelho. (pp. 155-156)

- Eu sou o Diabo, moleco! Eu sou o Diabo! Se quiser eu te tiro desse buraco, esse, boto suncê num lugar formosado[...] Dadinho fechou os olhos abaixou a cabeça. Sentia força do Exu, que não brinca porque não é de brincadeira[...] Poderia optar pelo mundo em que desejaria estar, era só escolher qual jogo queria jogar, sairia daquele buraco ou cavaria sempre mais; em qualquer jogo seria vencedor na proteção do Exu[...] *Era ali que se formava verdadeiramente um destino escolhido, um destino onde não haveria dúvidas; na verdade, um destino que a vida lhe traçara e ele agora vislumbrava por entre arreios*[...] (p. 209, grifos nossos)

Quando não raro a fé em um deus ou o pacto com um demônio falham, o que sobra é o acordo entre os homens. Um universo de favores, corrupção e permissividade se constrói em *Cidade de Deus*. No matadouro, a autoridade e a legitimidade estão em suspensão o tempo todo. Os acertos de vida e morte são necessários, porém, tão breves quanto as vidas em questão. Também o Estado negocia o tempo todo nesse universo. São os policiais ou membros do Exército (brigada de pára-quedistas)<sup>92</sup> que

<sup>92</sup>O soldado pára-quedista caminhou para os Blocos Velhos, onde morava. Na verdade, não queria tomar a boca-de-fumo do morro do São Carlos coisa nenhuma, aceitara o convite de Pequeno por medo, mas não demonstraria isso aos outros soldados. Falaria que vender fumo dava mais dinheiro do que assaltar banco e roubar carros, e também era muito menos

forneçam armas, munição, drogas etc. aos malandros e bichos-soltos. *Cabeção, Touro, Monstrinho*, Lincon, Sargento Geraldo e outros *matutos*, como são chamados os mercadores de armas naquele universo, negociam vida e morte, na mesma moeda que os bandidos. Estão sujeitos a éticas quase semelhantes, têm as vidas tão breves quanto e compõem mais peças pobres no mosaico. “*Depois de saber que o detido tinha pai e mãe, em vez de encaminhá-lo ao posto policial, obrigou-o a levá-lo à sua casa, mirando extorquir dinheiro da família. E foi o que fez.*” (p. 105) “*O senhor pode vir aqui pegar um calaboca na hora do baile mesmo. É só não pedir documento e não prender ninguém. Pode andar pelo clube, escutar uma música, tomar um refrigerante, que tá tudo certo, mas deixa o baile correr frouxo. Valeu?*” (p. 39). O acordo foi firmado, para essa e muitas outras ocasiões. E rompido sem pudor, quando assim foi conveniente a uma das partes.

No universo ficcional de *Cidade de Deus*, as personagens enunciam claramente a sua impossibilidade de realização social, dada por princípio e confirmada quotidianamente. “*Falha a fala. Fala a bala*”. Não há espaço ao diálogo, somente ao enfrentamento; os acordos, quando existem, são precários e vazios. O pacto, individual, quando é possível, se estabelece com o extraterreno, acima da coletividade dos homens. O futuro não está em aberto, não dura muito mais tempo que a trajetória de um projétil rumo a um crânio ou da decisão de *passar* um inimigo – seja um chefe do tráfico, um trabalhador, um estudante, um malandro, um policial, um bebê ou um desavisado. Não existe transição ou mediação: vive-se o resultado imediato da insolvência das duas crises sócio-políticas que instauram a modernidade brasileira: Abolição e República. Na transição do mundo antigo para sociedade liberal, como demonstrou Roberto Schwarz em “As ideias fora do lugar”, o favor era nossa mediação universal. No universo da experiência irresoluta da crise, a violência sistemática e quotidiana, nos seus mais diversos níveis e expressões, é o que nos nivela.

Existem personagens em *Cidade de Deus* que se estabelecem entre dois mundos. É o caso de Buscapé, o *cocota* que se torna fotógrafo, ligado a movimentos políticos, universitário. A solução de seu destino, entretanto, é individual, em meio ao fracasso da experiência coletiva. É curioso pensar que ao final da terceira parte, após o desenrolar da batalha insana entre Zé Pequeno e Mané Galinha, o narrador nos apresenta uma espécie de balanço das perdas e ganhos. Os malandros e bicho-soltos morrem aos montes; mas não muito diferente de outros personagens mais amenos. Alguns são trãnsfugas daquele inferno, como Buscapé, os Katanazaka, Angélica e outros. Mas são apenas os personagens ambivalentes e nunca de maneira articulada com o todo.

---

arriscado.” (p. 285)

## *Rótulos Diversos, Conteúdos Desiguais: Escritor Negro sem Literatura Negra?*

Paulo: *O crítico estraga tudo, cara!* [riso] Mário: *Até o Roberto [Schwarz]?* Paulo: *Não, o Roberto não. O Roberto só ajuda.*[riso]<sup>93</sup>

*Paulo Lins? Não, não acho... Eu acho que ele não se considera [autor de Literatura Negra]. Eu acho que primeiro você tem que, enfim... Eu acho que fazer literatura afro é uma atitude de consciência, de comprometimento, como a Esmeralda falou aí, e ele não está comprometido com isso. Ao contrário, pra nossa decepção. Porque até antes de virar filme a gente discutiu o livro dele, achou fantástico o livro. Depois ele veio falando que... Por isso que eu acho que ele é mais periférico.*<sup>94</sup>

*Existe o conceito, Literatura Negra, que é aquela literatura que o autor voltando para si, aceitando a sua existência como negro – porque tem gente que não aceita; você não pode escrever um livro se você não aceita – aceitando a sua existência, sua vivência, o seu estar no mundo como negro, você vai tirar as conseqüências disso dentro de um texto. Vai tirar as conseqüências num texto, pode ser um texto literário. E entre as experiências que você tem, de ser homem, de ser brasileiro; de ser católico, ou do candomblé, ou adventista, não importa; entre essas conseqüências, você vai deliberadamente tirar os efeitos... de você ser um negro. As conseqüências existenciais. Este texto, necessariamente, tem de ser sancionando por tudo aquilo que rege uma literatura. Entendeu? Se não, não é literatura! Tem que ser sancionado. Esta sanção, ela não tem cor.*<sup>95</sup>

Ambivalência e ambiguidade são elementos constitutivos do mundo real tanto quanto do universo ficcional, estando o escritor e sua obra, circunscritos no tempo e espaço social e literário, sujeitos à suas ações, lidando com seus efeitos, evidenciando seus próprios limites, mas também os alcances que as interpretações a seu respeito podem atingir.

O caso de Paulo Lins não foge às afirmações acima. *Ele não faz e não é um autor de Literatura Negra simplesmente porque não se auto-atribui o rótulo.* E não se pode impor isso a um autor, na mesma medida em que se deva negar, quando afirma, a filiação. Se Lins observa e quer estabelecer, entre si e seu livro, parentesco direto com José Lins do Rego e *Fogo Morto*<sup>96</sup>, cabe aos estudiosos

<sup>93</sup>Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

<sup>94</sup>Entrevista com Márcio Barbosa concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 17/04/2010, em São Paulo.

<sup>95</sup>Entrevista de Oswaldo de Camargo, concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 29/07/2007, em São Paulo.

<sup>96</sup>“Fiquei encantado com Balzac, Dostoievski, aí tem o Marçal Aquino, o Mauro Pinheiro[...] Tem Guimarães Rosa, Lima Barreto, Machado de Assis. José Lins do Rego tem o Fogo Morto, esse livro é de uma poesia... É tripartido, eu fiz tripartido, são três histórias, eu copieei esse livro, roubei. Só que botei na versão urbana. Recomendo aqui assim: antes de ler o Cidade de Deus, leia Fogo Morto.” Cf. LINS, Paulo. Sem medo de ser, *Caros Amigos*, ano VIII, n. 74, maio de 2003, p. 35.

aceitar o desafio da comparação e discuti-lo, tal qual o fizeram Mariana M. Chaguri e Mário Augusto M. da Silva, recentemente<sup>97</sup>.

Ao que parece, se terá chegado a uma rua sem saída da tese, neste momento. Entretanto, o fato de não assumir o rótulo de Literatura Negra, não tomar como *princípio ético de criação* a ideia primeira do sujeito negro como elemento central e as percepções do escritor sobre suas formas de estar e ver o mundo, não invalida o fato de Lins ser um *escritor negro*, algo que ele *nunca* negou. E, como tal, enquanto autor, estar sujeito a ditames e impasses análogos a outros escritores com origem e pertencimento a grupo social semelhantes na história da literatura brasileira. Dentro dos argumentos deste trabalho, como Carolina Maria de Jesus, entre seus contemporâneos (negros e não-negros): ela também não foi plenamente aceita, havendo dúvidas e negações sobre ser uma escritora e uma *escritora negra consciente*. A rigor, De Jesus também nunca reivindicou o rótulo de ser produtora de uma Literatura Negra.

Da mesma maneira, Lins esteve presente no evento *Encontro de Gerações*, organizado pelo Museu Afro-Brasil em 2007, coordenado por Oswaldo de Camargo, dividindo mesa com Ruth Guimarães. Na plateia, além de pesquisadores, admiradores e leitores dos três, se encontravam membros de frações do Movimento Negro, além de um dos fundadores dos *Cadernos Negros*, Cuti, com quem o autor de *Cidade de Deus* debateu asperamente porque I) não era um *autêntico criador de Literatura Negra*; II)concluindo-se por sua (auto) exclusão, em acordo com seus interlocutores ali presentes, de *Cidade de Deus* do rol de obras de literatura negra; III)acarretando, por fim, à revelia do título do evento (e ironicamente), num *desencontro marcado* entre três ou quatro frações geracionais de escritores negros brasileiros (Ruth, Oswaldo, Paulo e Cuti, entre outros).

É o seguinte. O pessoal quer uma coisa que você faça, que tenha política, que tenha isso,que tenha aquilo, que tenha sociologia, que tenha posição ideológica. Não pensei nisso, não achei necessário.

Eu queria fazer Literatura. Eu queria ser igual Dostoiévski. Só porque trata desse assunto? O

---

<sup>97</sup> Afirmam os autores: “[...]o problema que se discutirá neste trabalho: as possíveis relações existentes entre dois autores brasileiros, viventes de tempos e espaços muito diferentes, estranhos pessoalmente um ao outro. A sugestão da filiação e parentesco literário, no entanto, foi aventada pelo segundo – e não raras vezes – como só poderia ser, a exemplo da epígrafe inicial deste artigo, em entrevista à revista *Caros Amigos*. José Lins do Rego, falecido em 1957, aos 56 anos, jamais conheceu Paulo Lins, nascido em 1958, estreante em 1997.[...]Existem mais diferenças que semelhanças entre *Fogo Morto* e *Cidade de Deus*, bem como entre os processos de consagração de seus autores, as relações sociais construídas por ambos interna e externamente ao sistema literário. De início, isso se torna problemático, caso se considere que os pontos de tangência são sempre mais interessantes que os paralelismos. Todavia, ladeando-se os processos sociais narrados e os mundos ficcionais em tela, acreditamos obter boas hipóteses para discutir aspectos da sociedade brasileira republicana *desde dentro*, isto é, para autores cuja filiação a seus grupos sociais de origem é – e foi continuamente – auto-referenciada ou identificada pela crítica como elementos consagradores ou defeituosos (por não haver descolamento).” Cf. SILVA, Mário Augusto Medeiros da & CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *Sentidos da Crise: Literatura e Processos Sociais em Fogo Morto e Cidade de Deus*. Comunicação apresentada no GT Pensamento Social no Brasil, durante o XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.

próprio tema já é político. Fala de exclusão social, é uma literatura que não sai do gueto. E isso eu fiz de propósito. O favelado não tem trâmite aqui no centro. Não tem. Periferia e centro são coisas totalmente separadas. E o Movimento Negro sempre me cobrou isso. O Movimento Negro me cobrando, que eu tinha que botar o negro ali... que eu botei o negro... Mas é verdade, é tudo o que acontece mesmo, foi o que eu vi, entende?<sup>98</sup>

Porém, na mesma direção em que Carolina Maria de Jesus oscila, com todos os problemas apresentados no quinto capítulo, do íntimo/comezinho para o social e político, Lins trafega do particular ao universal. Banalizada assim, a frase se aplica a qualquer escritor. Aqui, todavia, ela tentará assumir caráter heurístico e demonstrativo, justificando-se contextualmente. Posto em situação, Lins impõe um problema semelhante à Literatura Negra e seus escritores, como já o havia feito De Jesus 37 anos antes de sua estreia: A) *um escritor negro e do baixo estrato social, que não nega tal fato, que não assume e recusa os protocolos criativos estabelecidos por seus pares e que não possui relação estreita com o ativismo político-literário negro*; B) *um escritor negro de consagração e repercussão formidáveis, traduzido para mais de uma dezena de idiomas, cujo momento decisivo de inflexão na trajetória individual acontece quando passa a morar numa favela, fruto de arranjo precário estatal*; C) *com alguma semelhança de ser objeto de mecenato e conversão no cenário social e crítico literário*; D) *posto em xeque sobre sua capacidade de escrever um segundo livro capaz de superar o trabalho de estreia*<sup>99</sup>; E) *aspirando por fim, sobretudo ao universal estético, mesmo que se lastreando no seu particular, sem evidenciá-lo eticamente*.

Ao final do capítulo quinto, questionou-se se De Jesus e *Quarto* tiveram herdeiros. Ora, nem sempre os filhos são legítimos/legitimados, reconhecem seus pais ou a eles fazem menção direta. A filiação literária, tal qual aspectos do amor familiar, é uma construção social, com usos e sentidos e razões de ser que podem ser compreendidos fora do âmbito dos sentimentos. Em suas entrevistas, Lins jamais fez menção a De Jesus ou a ela se referiu. Assim como não se afirma como escritor interessado em Literatura Periférica, como se vê nas passagens abaixo:

Eu nunca li o livro dela [Carolina Maria de Jesus]. Gostaria de ler. Nunca li. Não tive... Muita coisa pra ler. Ficar lendo coisa parecida com a minha? [riso] Eu leio Nieteschze. Adoro ler Nieteschze. Isso é coisa do Ferréz[riso]. O Ferréz que tem essa mania de... Voz da periferia e tal. Mas, assim, eu acho legal[riso]. O Ferréz me chamou. Ele é meu amigo, né? Eu fui lá no Capão Redondo pra lançar o livro dele, ficamos amigos.... Nunca existiu Literatura Marginal. Existia Poesia Marginal, que era

<sup>98</sup>Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

<sup>99</sup> Em 1998, Lins anunciou que estava para publicar um livro chamado *O Plano de Marlon*, que nunca saiu. Em 2007, já mudado para a editora Planeta, afirmava estar para publicar outro livro, chamado *Desde que o samba é samba é assim*. Até dezembro de 2010, nenhum dos livros veio a público.

uma coisa totalmente diferente desta que está aí. Agora, ele tá falando isso porque a literatura que trata de... ele lançou na Caros Amigos o pessoal falando da favela, da miséria e tal... Ele lançou, eu tô na dele. Eu topo qualquer negócio. Eu sou da Literatura Marginal. Mas eu não acho que exista uma Literatura Marginal, só porque é escrita por causa da periferia e por conta do tema. Acho que é onda do Ferréz. O Ferréz gosta de lançar essas ondas.<sup>100</sup>

Mas são nesses espaços confusos, ambíguos e ambivalentes, que residem de certa maneira, toda a graça, ironia e dificuldade da demonstração de tudo o que se acabou de escrever. Sem querer ser, literariamente, negro ou periférico, Paulo Lins tem de lidar com o drama de ser os dois, socialmente; almejando um lugar na *Alta Literatura*, aparenta ser um sujeito fora de lugar, consagrado e repelido, dependendo do olhar. Querendo falar sobre/ fazer Literatura, tem de explanar continuamente, na maioria de suas entrevistas, sobre as mazelas da sociedade (violência, crime, pobre, tráfico de droga, marginalidade, favela); sem querer dialogar ou se identificar com a Literatura Negra ou Periférica, abre espaços para seus temas, *diversificando* a matéria construtiva da Literatura Brasileira e, com ela, põe o dedo na ferida da *desigualdade* social irresoluta do Brasil; não afirma enfaticamente a importância de ser um escritor negro ou de tratar do negro e do pobre como personagens/autores diversos na literatura brasileira, mas é capaz de compor a fundo um romance impactante sobre diferentes aspectos da desigualdade social no Brasil, com fina criatividade literária, que poucos escritores (negros e não negros) jamais tiveram, de forma tão acabada. Oscila entre mundos a que não quer pertencer e possui equilíbrio instável num lugar em que merecidamente está (por exemplo: por que a transição para escrever roteiros de cinema, em detrimento do segundo romance, anunciado há quase uma década?). Assim como De Jesus ou Machado de Assis, Lins é um ponto de fuga e de inflexão, complicado de se apreender mas incapaz de se contornar. Parafraseando Antonio Candido, *acha que se confessa quando se deforma, mas também parece se deformar quando se confessa*. E com ele, sendo um *híbrido*, os alcances e limites da Literatura Brasileira, Negra e Periférica Contemporâneas.

---

<sup>100</sup>Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

## CAPÍTULO 9: EM QUE IMPREVISÍVEL DORMITA A HISTÓRIA: CAPÃO PECADO, 2000

[...] *ler nas entrelinhas um campo de existência singular, próprio de um escritor que atingiu o cerne das contradições sociais pelas vias tortas e noturnas da condição marginal. Sei que o termo “marginal” é fonte de equívocos; sei que, na sociedade capitalista avançada, não há nenhuma obra que, publicada, se possa dizer inteiramente marginal. O seu produzir-se, circular e consumir-se acabam sempre, de um modo ou de outro, caindo no mercado cultural, dragão de mil bocas, useiro e vezeiro em recuperar toda sorte de malditos. Mas esse fato bruto de sociologia literária não impede o leitor solidário de ouvir os tons diferentes que sustentam o recado de João Antônio e a sua combinação de estilo original, realista até o limite da reportagem sem deixar de envolver-se em um fortíssimo pathos que vai do ódio à ternura e do sarcasmo à piedade. Ora, realismo fervido na revolta pende mais para a margem que para dentro da sociedade. É preciso, portanto, entender essa situação de fronteira que serve de fundo às páginas da obra e guia seu ponto de vista – Alfredo Bosi, apresentando *Abraçado ao meu Rancor*, de João Antônio<sup>1</sup>*

*Universo/ Galáxias/ Via-Láctea/ Sistema Solar/ Planeta Terra/ Continente Americano/ América do Sul/ Brasil/ São Paulo/ São Paulo/ Zona Sul/ Santo Amaro/ Capão Redondo/ Bem-vindos ao fundo do mundo – Ferréz, *Capão Pecado*.*

*Por que a gente faz literatura? Porque a gente quer entender melhor o mundo, desentender de vez, porque a gente quer ter direito a desfrutar dos símbolos da vida, não é só arroz e feijão, mas a gente precisa de arroz e feijão antes também. Acredito na Literatura Negra. É impossível você sair de um livro do Solano Trindade, mano, sem vontade de amar as pessoas. Não tem como você sair de um livro do Plínio Marcos, mano, e não sair cheio de vontade, valorizando o povo, tá ligado? Literatura é uma escola de vida, tá ligado? [...] Poesia é uma arma, cara, a ideia é uma arma – Allan Santos da Rosa e Sérgio Vaz<sup>2</sup>*

Este é o capítulo final do trabalho. Sua tarefa é dar o último enlace aos alinhavos construídos anteriormente, tendo a responsabilidade de tentar demonstrar/confirmar as conexões de sentido anunciadas entre os processos sociais e as formalizações estéticas que permeiam os itinerários e obras dos escritores de Literatura Negra e Periférica, bem como discutir os alcances e limites dessas conexões. Em parte, elas são suscitadas pelos próprios autores elencados (em procedimentos de citação, filiações, críticas e/ou autocríticas, manifestações de influências, construção de cânones etc.).

---

<sup>1</sup>BOSI, Alfredo. Um boêmio entre duas cidades. In: ANTÔNIO, João. *Abraçado ao meu rancor*, São Paulo: Cosac & Naify, 2001, pp. 05-06.

<sup>2</sup>Entrevistas com Allan da Rosa e Sérgio Vaz, concedidas a Mário Augusto Medeiros da Silva, Unicamp, 12/07/2007.

Doutra feita, elas são estabelecidas pela análise aqui efetuada, através da historicização de atividades, lançamentos e publicações etc. e os nexos de sentidos atribuídos pelos escritores e grupos sociais ou por sua recepção. Entretanto, também são forjadas por procedimentos interpretativos do próprio pesquisador, conferindo/evidenciando/suscitando, assim, relações nem sempre criadas formalmente, reconhecidas, aceitas ou reivindicadas por seus interlocutores (especialmente as de um passado relativamente distante ou de um presente muito próximo, onde não se partilha de uma mesma ética criativa). Destarte, talvez, para o futuro, tendo sido erroneamente observadas, devam ser superadas.

Assim, também é um capítulo de balanços e ponderações, recuperando argumentos anteriores. E, certamente, é a parte mais difícil do trabalho, porque analisa aspectos de algo que está ocorrendo neste momento, à quente, fazendo de algumas de suas afirmações não mais que inferências ou apostas no futuro. No entanto, dever-se-á avançar algumas questões, de chofre: *por quê o sujeito periférico passa a ser tão valorizado no cenário atual?* Justamente ele, portador de estigmas semelhantes aos do negro – e que os agrega a uma série de condições desfavoráveis – localizado num lugar de falta e precariedade atribuídos socialmente? Como se acoplam projetos individuais e coletivos nesse novo sujeito social? Há possibilidades de alianças entre as estéticas negra e periférica, uma vez que a distância entre os grupos sociais é nula ou muito tênue? Estas questões terão respostas esboçadas em etapas, a seguir.

#### *Entre o determinístico e o imponderável: turbilhão em surdina*

Ao final dos anos 1980 e ao longo da década seguinte, o extremo da zona sul de São Paulo era conhecido pelo noticiário policial e divulgado de forma sensacionalista como uma das regiões mais violentas da cidade. Programas da televisão aberta como *Aqui Agora* (SBT), *Cidade Alerta* (Record), *190 Urgente* (Gazeta) etc., acompanhando uma longa tradição radiofônica e escrita paulistana – de nomes como *Notícias Populares* (em sua última fase), Jacinto Figueira Jr. [*O Homem do Sapato Branco*], Gil Gomes, Afanásio Jazadji etc. – colocavam os cidadãos a par de um cenário de tragédias e mazelas de favelas, COHABs, Jardins e Vilas da mais povoada região de São Paulo, bem como de outros bairros pobres e periferias da cidade. Com o lastro da boa audiência para as histórias do chamado *mundo cão*, estigmatizavam-se essas regiões como antros de banditismo e marginalidade. E, ainda hoje, segue-se assim.

Em 1993, o grupo de *rap* paulistano *Racionais MC's* se tornaria nacionalmente conhecido ao lançar seu terceiro disco, intitulado *Raio X do Brasil*. Surgidos em 1988, também no extremo sul da

capital paulista, quatro jovens negros angulavam sua visão sobre o país a partir da periferia e sua história social, em letras que misturavam poesia, ativismo político, cotidiano periférico insuportável, discussão sobre o preconceito e a discriminação racial, violência policial etc. (especialmente nas músicas *Fim de semana no parque*, *Homem na Estrada*, *Voz Ativa*, *Pânico na Zona Sul*). O álbum era dedicado “à toda comunidade pobre da zona sul” e os Racionais assumiam a *missão* de ser uma espécie de voz consciente daquela comunidade<sup>3</sup>.

Mas o quê significa *radiografar* o Brasil deste ponto de vista? Essa ideia repetia a ação do começo dos anos 1980, quando o dramaturgo Plínio Marcos (autor dos clássicos *Navalha na Carne*, *Dois Perdidos numa noite suja*, *Querô* etc.), se autodeclarava “repórter dessa gente simples”, que morava “onde o vento encosta o lixo e as pragas botam ovos, nos atalhos esquisitos, estreitos e escamosos do roçado do bom Deus”. Abria-se assim o livro de contos *Histórias das Quebradas do Mundaréu*<sup>4</sup>. Além de Marcos, outro escritor, seu contemporâneo de geração, tema literário e universo social, assumiria esta tarefa de falar à margem e com ela (e não por ela): o contista e repórter João Antônio, reconhecido pelo impacto de livros como *Malagueta*, *Perus e Bacanaço*; *Leão de Chácara*, *Abraçado ao meu rancor* etc., afirmava ser um defensor de um *Corpo a corpo com a vida*, formatando um projeto literário que significaria um compromisso

[...]com o fato de escrever sem nos distanciarmos do povo e da terra[...] uma literatura que reflita a vida brasileira, o futebol, a umbanda, a vida operária e fabril, o êxodo rural, a habitação, a saúde, a vida policial, aquela faixa toda a que talvez se possa chamar radiografias brasileiras” E sendo mais polemicamente explícito: [...]num corpo-a-corpo com vida. Jamais como um observador não participante do espetáculo[...] Digamos, um bandido falando de bandidos<sup>5</sup>.

E, em 1997, Paulo Lins, como visto, coloca, entre outras questões, o povo, o negro, o favelado, o periférico no centro da Literatura Brasileira contemporânea, com um olhar desde dentro. Sem assumir explicitamente nenhum compromisso com os protocolos éticos e criativos do ativismo político-literário negro coetâneo. Mas abrindo uma possibilidade para *as formas de ser e das formas de dizer* de uma nova geração de escritores, tão híbridos quanto ele, num patamar do sistema literário e circulação internacional a que somente havia chegado antes Carolina Maria de Jesus. Junto a Plínio Marcos, João Antônio, os Racionais MC’s, a história social do grupo negro e o universo periférico, servirá de modelo

<sup>3</sup>Missão que já está contida no nome do grupo: *MC* ou tradução do inglês para *Mestre de Cerimônia* é um dos elementos do universo *Hip-Hop*, que é um porta-voz; relata os dramas e angústias de seu bairro ou grupo social através de rimas, procurando também passar uma mensagem, de alerta, orientação e organização. *Racionais* se refere à série de discos de Tim Maia, dos anos 1970 (Tim Maia Racional – 02 volumes, 1974 e 1975), álbuns conceituais e que procuram divulgar uma consciência alternativa sobre a sociedade.

<sup>4</sup>MARCOS, Plínio. *Histórias das Quebradas do Mundaréu*, Rio de Janeiro: Nórdica, 1980, p. 11.

<sup>5</sup>ANTÔNIO, João. *Corpo-a-corpo com vida. Malhação do Judas Carioca*, Rio de Janeiro: Record, 1981, pp. 144 e 146.

e inspiração para Reginaldo Ferreira da Silva, internacionalmente conhecido como *Ferréz*, e suas ideias sobre literatura periférica/marginal atuais, forçado a lidar com os temas de origem social, implicações estéticas e os caracteres atribuídos estereotipicamente a elas.

\*\*\*

Menos que um quadro fechado, determinístico e fatalista, a História literária e social acontece, por vezes, de maneira estranha e recôndita. O *eu como potência* explica a possibilidade de criação, da *invenção na rotina*, da negação da negação, aliado à convergência de diferentes processos sociais, não raro, contraditórios entre si. Mas, de todo modo, esses processos são capazes de criar *condições sociais de produção* de uma obra ou do aparecimento de um autor. A potência do sujeito ou do grupo social, então, opera em cenários muitas vezes inóspitos ou aguardando uma situação mais propícia, como um *turbilhão em surdina*, onde se torna difícil explicar o que joga maior peso nos fatos.

Já se viu isso aqui: quem esperava que no Canindé, entre 1947 e 1958, houvesse um *Quarto de Despejo* sendo gestado? Ou que entre 1954 e 1962, ativistas e escritores se organizassem e atuassem em prol duma *Associação Cultural do Negro*? Em meio a uma ditadura civil-militar, em que o grupo negro aparece para a historiografia, com raras exceções, como um desconhecido, entre 1964 e 1978, se dessem as condições para o surgimento de um *Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial* e a organização de um coletivo de escritores negros como os *Cadernos Negros/ Quilombhoje*? Ou, por fim, que das condições adversas do conjunto habitacional Cidade de Deus, a interessante trajetória do poeta e romancista Paulo Lins fosse possível, nos anos 1980? Poder-se-ia afirmar, como já escrevi, que estavam em estado de latência mas não, cabalmente, que viessem a efetivamente acontecer.

*Turbilhão em surdina*, portanto, parece ser uma boa expressão síntese para vários aspectos dessa história literária e social do grupo negro e, agora, seus descendentes periféricos. Outra, com a mesma intensidade, no caso desses escritores e intelectuais, na sua relação com estes grupos, lugares de origem e momentos de surgimento, é *sujeito fora de lugar*. Como explicar Ferréz no Capão Redondo? E, assim como nos outros casos anteriores, a pergunta pode ser lida em dupla chave: *Por quê ele não poderia ter surgido no espaço social em que se tornou conhecido?* De um lado, tem-se a negatividade da origem social e das condições objetivas impostas pela realidade envolvente, que acabam por tolher vários matizes de um horizonte de possibilidades. De outro, tem-se a mesma coisa, mas o *eu como potência* atuando para negar o negativo, aliado a situações imponderáveis. Ambas as expressões acima,

portanto, se aplicam a este escritor e seu *Capão Pecado* e vários de seus antecessores. Como ele afirma, além da trajetória escolar,

[...]formação eu não tive nenhuma[...] A partir dos seis anos de idade eu já colecionava gibi e quando eu aprendi a ler, com sete anos, eu já começava a ler gibi... E depois foi passando pros livros. Um amigo ou outro me indicava um livro, deixava livro comigo... Os primeiros livros que eu comprei foi do *Tarzan*, do Edgar Rice Burroughs. E depois eu tive aproximação com o *Demian* [livro de Hermann Hesse, 1919] e com o Flaubert, com a *Madame Bovary*. Foram os dois livros que mais bateu, assim, que eu falei: “Putá, agora eu li!”[...] *Mas ninguém sabia muito bem o quê ia dar, nem eu sabia também*. Eu não sabia que ia conseguir fazer livros, nada; *eu não tinha muita expectativa de nada: eu só tinha que eu gostava daquilo*. Eu gostava de mexer nos livros, de organizar, de ver os autor, eu gostava muito de pesquisar autor. *Sei lá: era natural. Era natural prá mim, mas era diferente prá todo mundo. Eu paguei mais o preço de ser assim, do que tive vantagem, entendeu?* Naquela época eu pagava um preço alto porque... Muita discriminação e tal. *Se eu já cantasse rap, se eu mexesse com samba, alguma coisa, era menos discriminado. Porque na periferia é mais comum isso... Literatura era muito estranho.*<sup>6</sup>

Nascido em 1975 no bairro do Capão Redondo, Reginaldo Ferreira da Silva<sup>7</sup> resolveu forjar seu nome literário como uma síntese de suas origens sociais, semelhantes às dos moradores de seu bairro, além de evidenciar seus *modelos de vida*: negros e nordestinos, condensados no *Ferre* (Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião) e o *Z*, de Zumbi dos Palmares. Existe uma sugestão muito interessante formulada pelo escritor, na construção deste nome, seu *nome de autor*, num sentido mais rigoroso do termo como o pensou Michel Foucault<sup>8</sup>: será a partir deste nome que ele enunciará seu discurso, suas ideias, que será conhecido e reconhecido, responsável e responsabilizado. E com ele, este nome de autor, forjará uma ideia de *arco histórico entre o quilombo, o sertão e a periferia, entre negros e periféricos*, tendo lugar espacial e a condição social como referência. Com as alusões históricas de que dispõe, ele procura deixar isso mais claro, ao refletir sobre a periferia, seus moradores e sua potência ao

---

<sup>6</sup>Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007.

<sup>7</sup>“Nasci no Valo Velho, na verdade eu nasci num lugar chamado Cantinho do Céu, que é antes um pouco, ali no Jardim Capelinha, na zona sul de São Paulo[...]o começo da minha infância foi no Valo Velho, numa casa de aluguel do meu pai. Depois eu mudei para o Capão Redondo, na verdade Valo Velho é área do Capão também, para o Jardim Comercial e estou lá até hoje. Meu pai é motorista de ônibus aposentado, depois foi motorista da Sabesp, se aposentou e agora cuida de um bar. Minha mãe é doméstica, trabalha em casa de família e até hoje é a mesma coisa, ela faz uns bicos e tal, tem um bazarzinho, mas vive de bico também. Sou o irmão mais velho de uma família de três.” Cf. Ferréz. Entrevista: A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento. *Caros Amigos*, São Paulo, ano XIII, n. 151, outubro de 2009, p. 12.

<sup>8</sup>“Em suma, o nome de autor serve para caracterizar um modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escritor por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto”. Cf. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor? Op. Cit.*, p. 45.

afirmar que “*Parece que a gente aprendeu a viver nas malocas desde Zumbi. Isso aqui é um quilombo, a união em volta das cercas.[...] Por isso que eu digo: Zumbi começou a revolução há trezentos anos, juntando os iguais pela liberdade. E nós é que vamos terminar essa revolução*”<sup>9</sup>.

À época em que criou seu nome de autor, editava *fanzines*, produção independente de quadrinhos e informações variadas, semelhante a uma *literatura de cordel* ou a aspectos formais e sociais de *poesia independente e poesia marginal*, dos anos 1970 e 80. Segundo o autor, seu interesse inicial era pelos *gibis* e seu universo, o que lhe permitiu também, de alguma maneira, pensar a realidade no entorno. “*Os meus quadrinhos já tinham uma coisa meio social. Eu comecei com humor e falando de super-heróis e passei prá coisa social. Eu já falava a estória do Nego Jaime, que é um cara que bebe lá na Vila, eu já contava a história do Nandinho, que é o menino que foi capa do meu primeiro livro. O meu terceiro fanzine já tinha uma mulher angolana na capa, simbolizando a África*”.<sup>10</sup>

O universo dos quadrinhos e dos *fanzines* o fez um leitor voraz, interessado também pelo desenho, participando de encontros especializados em São Paulo e distribuindo seus trabalhos dessa natureza naquele espaço. Atividade efetuada a partir da periferia da zona sul de São Paulo, onde, como afirma a geógrafa Lourdes Carril, “*Bairros como Cidade Tiradentes, Jardim Ângela e Capão Redondo são apontados pelas pesquisas e noticiários como os primeiros no ranking de homicídio, escassa presença de equipamentos urbanos (escolas, creches, vagas nas escolas públicas, parques e áreas verdes ou de lazer) e contínuo processo de favelamento.*”<sup>11</sup> Ou seja: onde tudo falta e, aparentemente nada de alternativo é possível acontecer.

Região antiga de passagem, com forte presença indígena e negra nos primórdios, Santo Amaro, segundo Carril, foi povoada modestamente por volta de 1560, permanecendo com algumas chácaras até o início do século XIX, quando se iniciou uma tentativa de colonização alemã na área, por volta de 1829. Além dos alemães, chegariam ali, ao longo daquele século, espanhóis, sírios, turcos, italianos, russos e japoneses. Capão Redondo – área de mata, como sugere seu nome – distava 8km, à ocasião, de Santo Amaro e se ligava a ele e ao centro de São Paulo por trem, instalado pela companhia inglesa São Paulo Railway, em 1886. Até 1911, todos os 50km de circunferência de Capão pertenceram ao senador e professor de Direito do Largo São Francisco, Ulasdislau Herculano de Freitas. No estudo de Carril, a história do bairro é pouco detalhada entre este momento e os anos 1950, quando, segundo afirma:

---

<sup>9</sup>AMARAL, Marina. *Literatura de Mano. Caros Amigos*, São Paulo, ano IV, n. 39, junho de 2000, p. 45.

<sup>10</sup>Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007.

<sup>11</sup>CARRIL, Lourdes. *O negro em São Paulo: da Senzala à periferia. Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania*, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006, p. 89.

O distrito de Capão Redondo, após a década de 1950, abre suas terras ao processo de loteamentos, pois lá ainda se concentravam as chácaras que foram incorporadas ao crescente mercado. Nele reproduzir-se-á o modelo de autoconstrução, principalmente destinado às classes trabalhadoras, sendo que os bairros crescem em número.[...] Muito embora o distrito de Capão Redondo tenha sido, em sua origem um bairro rural, após a década de 1950 acompanhou a dinâmica de loteamentos destinados às camadas médias e aos mais pobres. Ao longo do tempo ocorreu intenso incremento demográfico, acarretando o adensamento desordenado por meio da vinda de migrantes nordestinos, de Minas Gerais e de pessoas da própria cidade. A partir da década de 1970, há uma explosão demográfica no bairro.[...] Assim, o Capão Redondo é um dos distritos da Zona Sul que se destaca desde a década de 1960 por sua característica de bairro popular e, na década de 1990, como o local mais violento da cidade.[...] Refletindo sobre as desigualdade socioespaciais e sua relação com a formação capitalista brasileira, resta uma questão que, neste trabalho, é central. A presença da população afro-descendente na composição étnica dos cinturões de pobreza é maciça.<sup>12</sup>

O que a faz inserir Capão Redondo no conceito de *hiperperiferia*, cuja paisagem estranha “retrata a justaposição de barracos, vielas, ruas, becos e morros unidos a córregos poluídos formando a imagem nítida de obra inacabada[...].” (p. 130). História lacunar, bairro estigmatizado, obra inacabada; população composta majoritariamente da massa trabalhadora operária ou de empregados do comércio, serviços, transportes e construção civil<sup>13</sup>; equipamentos culturais e educacionais ausentes, precários ou deficitários: neste cenário, cujas condições sociais de produção de literatura são extremamente adversas, como um escritor é possível?

O primeiro livro de Ferréz, de 1997, de acordo com o autor, sofre alguma influência da Poesia Concreta, por via de sua leitura e audições dos trabalhos do músico e escritor Arnaldo Antunes<sup>14</sup>. Além disso, há determinação do universo das histórias em quadrinhos. *Fortaleza da Desilusão*, título de sua coletânea de poemas, é uma variação retirada da *Fortaleza da Solidão*, moradia do personagem *Super-Homem*, no deserto glacial. O universo da fantasia se contrapõe, literalmente, à sua realidade diária, alguém que trabalhava desde os 12 anos e, entre outras ocupações, atuava como *auxiliar de Arquivo Morto* numa empresa. Para publicar aqueles poemas o acaso e o risco concorrem fortemente:

<sup>12</sup>CARRIL, Lourdes. *Quilombo, Favela e Periferia*. Op. Cit., pp. 120 e 142, respectivamente.

<sup>13</sup>IBGE, Censo de 2000, *apud* Carril, p. 127.

<sup>14</sup>“Então, eu tava passando meio pela mudança de sair do rock prá entrar mais prá poesia... E eu peguei justamente a parte do Arnaldo [Antunes] saindo dos *Titãs*, lançando... Ele já tava nos *Titãs* quando lançou o *Nome* ainda. E aí eu peguei o *Nome* e vi um estilo diferente de poesia. E aí eu fui com aquilo. Achei que aquela era a minha... Eu já lia Décio Pignatari, já achava que tinha tudo a ver. E a poesia concreta me preencheu durante aquele tempo, tá ligado? Até hoje, muita coisa que eu faço tem a ver com poesia concreta.” Cf. Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007. Ou ainda: “Eu lembro bem na oitava série de ter um livro de português e ter lá um texto do Arnaldo Antunes e aí eu falei: puta finalmente na oitava série eu vou ver um cara que eu gosto dentro de um livro de português. Porque no resto não tinha nada.” Cf. Ferréz. Entrevista: A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento. *Caros Amigos*, São Paulo, ano XIII, n. 151, outubro de 2009, p. 13.

O *Fortaleza* foi uma oportunidade que surgiu; eu fazia poesia na empresa. Eu deixava poesias em todo lugar que eu ia. Deixava poesia no banheiro e tal, eu trocava os painel dos comunicados da empresa por poesia. E a dona da empresa era muito radical mandou me chamar. Aí os caras falou: “Agora cê vai ser mandado embora!”. Dona Ana [Maria Detthow de Vasconcelos], o nome dela. Aí ela falou: “Me traz o livro aí que eu vou ver. Você tem o livro pronto?” Eu falei que tinha. Eu tinha o livro pronto que era de poesias. Chamava *Sentimentos a um passo da terra*. Aí eu falei sim: “Ah, eu não fazer esse livro não. Tá muito pessoal, muita poesia prá mulher, prá mulher que eu gostava, tudo. Aí eu falei: Ah, vou montar outro”. Aí eu montei esse livro em cima hora, *Fortaleza da Desilusão*. Que é um anagrama, uma coisa meio de brincadeira, com a Fortaleza da Solidão, do Superman. Aí eu resolvi fazer o livro e mostrei prá ela. Aí veio cheio de risco o livro. Aí eu peguei o livro e não fui mais trabalhar. Fiquei uma semana sem ir, falei: “Ah, vou desistir de trabalhar; a velha já não aprovou o livro, vou passar vergonha.” Aí eu liguei lá na sexta-feira, tinha faltado a semana toda, fui na sexta mesmo trabalhar, ela me chamou lá, falou: “Ó, é erros que tão aqui, de português, ou é licenciamento poético?” Aí eu falei: “Licenciamento poético, né?” Eu nem sabia o que era a porra de licenciamento poético. “Licenciamento poético”. [E ela:] “Ah, então maravilha! A gente vai patrocinar o livro.” Aí eu nem acreditei, né, mano? Eles fizeram 1.500 cópias; quinhentas cópias, distribuíram pros clientes e mil me deram. E eu fui mandado embora depois no outro dia. “Você é um ótimo escritor, mas um péssimo funcionário. Não dá, só vive lendo aí o dia todo”. Aí me mandaram embora. Eu tava lendo *A Batalha da Vida*, tá ligado? Um livro do Hermann Hesse [sic]. Aí saí de lá, falei: “Ah, já era”. E comecei a vender livro na rua. Fui aí que eu comecei a vender livro na rua e falei mesmo: “Ou eu viro escritor ou eu morro de fome”. Depois de três meses, eu tava morrendo de fome [risos] Do *Fortaleza* pro *Capão*, eu tive uma grande mudança, assim. Eu fui muito rejeitado com o *Fortaleza*, eu fui muito humilhado; onde eu ia vender, não vendia. Eu vendia na rua; fui mandado embora da empresa, vendi o livro na rua. Deixava nas livrarias, voltava... sabe? E eu tinha vontade de pôr isso num romance. Foi quando eu fiz o *Capão Pecado*.<sup>15</sup>

Entre este livro independente e *Capão Pecado*, a obra que o consagrou, existe um caminho de três anos, em que a ideia de escrever se fortalece no sentido de retratar a vida do bairro e seus moradores. Segundo o autor, numa das primeiras entrevistas que concedeu para a revista *Caros Amigos*, sem intenções maiores que esta já que “[...] não escrevi o livro pra denunciar nada nem julgar ninguém. É só uma história que se passa aqui no Capão Pecado, por Deus criado e pelo Diabo batizado”, recita. Não quero chocar nem avisar nada, a fita foi dada há muito tempo. Com tanta gente

---

<sup>15</sup>Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007. *A Batalha da Vida* é, em verdade, um romance do escritor russo Máksim Górkki.

*desempregado, estão semeando o quê?”* Há ainda uma ligação com o público leitor ideal muito interessante (ou melhor, como este público se relacionava com a Literatura) quando o autor afirma que

a ideia de escrever o livro surgiu no lançamento de seu primeiro livro, de poesia, em 1997. “Só foi o pessoal da favela no lançamento e muitos me diziam assim: 'Ah, vim aqui comprar e meu nome não aparece nele'. Foi aí que eu pensei: já que não estou ganhando dinheiro nem nada, vou fazer um negócio pra agradar as pessoas que dão valor[...]recebeu propostas de dezenove editoras para publicar o livro. Ele acabou optando por uma pequena editora, mesmo sabendo que iria ganhar bem menos do que iram ganhar as grandes, que têm também maior capacidade de divulgação. “Quero ser dono do meu livro[...] e garantir um preço de capa acessível pro pessoal daqui[...]”<sup>16</sup>

A ausência de intencionalidade inicial lembra a declaração de Carolina de Jesus sobre seu *Quarto de Despejo*. “*Este meu estranho Diário que escrevi há dez anos atrás mas não tinha a intenção de popularizar-me pretendia revelar a minha situação e a situação dos meus filhos e a situação de vida dos favelados*”. A conferência de sentido no processo é importante, assim como foi no caso de De Jesus. Viu-se com ela a oscilação do particular ao universal, do íntimo ao protesto, assim como em Lins. Seis anos depois da entrevista à *Caros Amigos*, à ocasião que o entrevistei, falando sobre o processo de publicação de *Capão Pecado*, se não fica tão clara passagem vista nos outros autores, explicita-se a *autoconsciência da fatura e a descoberta do insólito*: um livro, um autor, no universo da escassez, da pobreza e do crime.

Eu fiz o Capão Pecado, mandei prá Casa Amarela, mandei prá Companhia das Letras, mandei prá Objetiva, mandei prá Globo. Mandei prá todo mundo que eu conhecia. E as respostas eram sempre as mesmas. “No momento, a gente tem outro livro nessa mesma linha.” E aquelas respostas-padrão, que a editora manda prá todo mundo, tá ligado? Aí eu comecei a divulgar o livro. Fiz quatro bonecos do livro, numa casa de xérox, que um amigo meu trabalhava, ele fez prá mim, aí catei o livro... Nessa época, eu tinha um computador, um Macintosh. Eu vendi esse Macintosh e com o dinheiro, falei: “Vou divulgar o livro”. Aí catei e fiz quatro amostras desse livro, deixei uma com o [Mano] Brown, prá ele fazer o prefácio, fiquei com três. Eu tenho um amigo meu, que é de um grupo de rap, Cobra, que é do Conexão do Morro, aí falei prá ele: “Tô com esse livro aqui, tal”. Ele falou: “Da hora! Vou te apresentar um amigo meu, Fernando Costa Neto, que ele é dono do Notícias Populares, de repente se ele se interessar, ele faz uma materinha lá e já te ajuda”. Eu falei: “Beleza”. Ele falou com o cara e o cara mandou eu ir lá, mano. Falou: “Caralho, um livro no Capão?!” Tá ligado? E eu fui lá, mano. Quando eu cheguei, ele falou: “Putá, isso aqui é uma puta matéria, mano!”. Aí tava passando o João Wainer na hora. O João Wainer falou assim: “Quê que é

---

<sup>16</sup>AMARAL, Marina. Literatura de Mano. *Caros Amigos*, São Paulo, ano IV, n. 39, junho de 2000, p. 45.

isso aí?” [Ferréz] ”É um livro de periferia que eu tô fazendo...” [Wainer] “Caralho, mano! Tem umas fotos aí do Capão. Cê quer?” Falei: “Quero”. Aí ele me deu um monte de foto na hora. Aí eu falei: “Bom, já tenho foto prá pôr”. Eu não tinha foto! Aí, saiu a matéria: “Escritor prepara livro no bairro de Mano Brown”...E aí a Folha [de São Paulo] ligou pro cara e falou: “A gente tá a fim de fazer uma matéria”. Aí o Fernando me ligou: “Os caras da Folha tão a fim de fazer uma matéria”. Eu pedi dinheiro prá minha mãe, prá comprar esse jornal, quando saiu a matéria, e o jornalista – o Ivan Finotti – falou prá mim: “Eu vou publicar só se for bom o livro, hein?” Aí eu falei assim: “Mas eu não tenho como imprimir o livro”. Eu não tinha como imprimir o livro. Ele pegou as folhas da Folha de São Paulo, quinhentas folhas, e me deu, mano! Roubou lá e me deu. Falou: “Toma”. [Saiu na Folha] Uma foto minha gigante, com os braços assim cruzados, né, mano? E aí, cara, aquele dia choveu...! Mano, veio gente das editoras na minha casa, mano! Não é nem que ligaram: veio gente! Tinha quatro, cinco carros: tinha SBT, tinha Record, tinha cara de editora...[E o livro]Não tava pronto. Era só o original, só o boneco! <sup>17</sup>

*Um livro no Capão?* A pergunta recorrente, se por um lado demonstra a surpresa e dosagens matizadas de preconceito, por outro (e mais importante), aponta o sentido da negação da negação, do *eu como potência*. Além disso, retoma as mesmas questões feitas antes para a história social e literária dos grupos em tela: *Um livro no Canindé, nos anos 1950? Uma Associação político-literária negra no centro de São Paulo, nos anos 1950/60? Um coletivo de escritores e ativistas negros nos anos 70? Um coletivo de escritores negros que perdura há mais de três décadas? Um livro em Cidade de Deus? Um favelado universitário, poeta e romancista?*

Semelhante à discussão de Lélia González e Carlos Hasenbalg acerca do *lugar do negro*<sup>18</sup>, Ferréz, como negro e periférico, nega o destino social do seu lugar pré-estabelecido. Seu livro, que deveria ser totalmente compreendido por um público-ideal, feito e lido “*de irmão para irmão*”<sup>19</sup>, também testava a realidade cotidiana e as expectativas de seus leitores sobre aquele objeto e figura aparentemente estranhos para o local: um romance e um escritor, alguém que goste de ler ficção, que

<sup>17</sup>Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007.

<sup>18</sup>“Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural* de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.[...] outro lugar natural do negro talvez sejam as prisões e os hospícios” Cf. González, Lélia. *Op. Cit.*, pp. 15-16.

<sup>19</sup>“O meu público é o pessoal da favela, é um presente pra eles, uma vingança até. Nunca vi nenhuma livraria, nenhum livro que tivesse a minha cara, a cara deles. Sei que o cara daqui vai ler o livro tomando café gelado, assim como eu escrevi o livro tomando café gelado. É de irmão para irmão, de mano pra mano”. Cf. AMARAL, Marina. *Literatura de Mano. Op. Cit.* p. 44.

não é músico [sambista ou *rapper*], delinquente ou jogador de futebol. Para aquela realidade, em suma, *uma sujeito fora de lugar*.

O bairro tem seu próprio ritmo. Então, você sair do ritmo do bairro é muito complicado[...] E hoje, muito cara da firma me vê, nos lugares, quando eu vou, eles não trabalham mais nas firmas, eles falam: “Putá, mano, ninguém acreditava em você!” E eu não lembro, eu não lembro muito disso. Comecei a lembrar porque os caras falavam. “Pô, cê chegava com uns desenhos lá de Wolverine, uns desenhos de super-herói, todo mundo debochava!” E aí... Você começa a ouvir o que as pessoas falavam por trás de você. Porque pela frente, todo mundo: “Ah, legal” .Mas por trás, todo mundo debochava: “Esse cara é louco, fazendo fanzine, fazendo poesia...Eu vou fazer 32 anos esse ano. Se eu falar prá você... As lembranças que eu tenho são dos livros bons que eu li, mano. Eu não guardo lembrança de nada, assim de felicidade, eu na rua, soltando pipa e abraçando os outros, sabe? De nada disso eu guardo felicidade: todos os momentos felizes da minha vida têm a ver com livro! É meio xarope, mas é verdade.”<sup>20</sup>

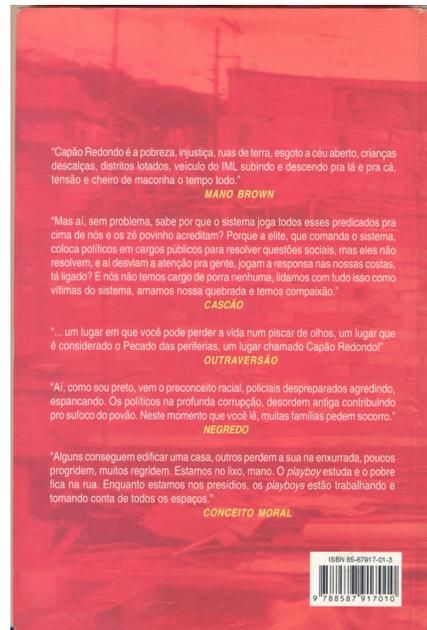
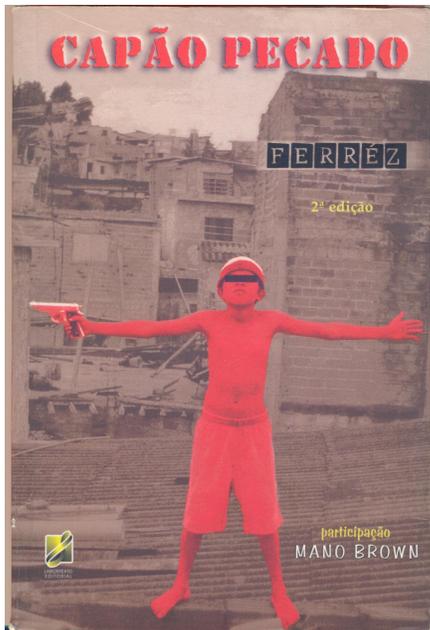
O autor de *Capão Pecado* deixa isso absolutamente claro na dedicatória que faz em seu livro: “*Este livro é dedicado também a todas as pessoas que não tiveram sequer uma chance real de ter uma vida digna[...]Embora minha profissão para essas pessoas não tenha o menor sentido, este livro é também dedicado a elas*”<sup>21</sup>. Uma relação tensa estabelecida entre o comportamento desviante e um destino social comum e pré-determinado. Havendo a possibilidade ajuste interno – uma vez que Ferréz jamais deixou de morar em Capão Redondo – cabe refletir agora sobre seu livro e os impactos causados entre um público amplo e diversificado, além dos efeitos de suas ideias acerca de sua própria estética.

---

<sup>20</sup>Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007.

<sup>21</sup>Ferréz. *Capão Pecado*, São Paulo:Labortexto Editorial, 2a. ed. 2000, p.11

Ilustração 17: Capa e Contracapa das primeiras edições de Capão Pecado



*Moro dentro do tema ou Ascensão quotidiana para o cadafalso*<sup>22</sup>

*Aí, você sai do gueto/Mas o gueto nunca sai de você/[...]/ O mundo todo tá de olho em você/[...]/ É desse jeito que você vive/ É o negro drama/ Eu não li, eu não assisti/ Eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama/ Eu sou o fruto do negro drama – Negro Drama, Racionais MC's, Nada como um dia após o outro, 1997.*

*– Bom dia, Capão! Bom dia, Vietnã! - Capão Pecado, 2000, p. 95.*

*Trechos de vida que captei, trapos de sentimentos que juntei, fragmentos de risos que roubei, estão todos aí, histórias diversas de um mesmo ambiente, de um mesmo país, um país chamado periferia[...]. Moro dentro do tema – Ferréz, Ninguém é inocente em São Paulo, 2006.*

A *assunção do lugar de onde fala* é uma ideia fundamental para compreender Ferréz, seus livros e suas formulações éticas para suas confecções estéticas. Trata-se de algo que o escritor faz questão de explicitar já no livro que o tornaria conhecido do grande público nacional e estrangeiro. Ao abrir as páginas de *Capão Pecado*, nas duas edições publicadas pela Labortexto Editorial, o leitor encontrará, depois de foto do autor tendo ao fundo uma favela, agradecimentos, necrológicos e dedicatória aos marginalizados, uma coluna que começa em “Universo” e termina em “Capão Redondo”.

<sup>22</sup>A segunda parte deste subtítulo é inspirada no primeiro filme do diretor francês Louis Malle, o suspense policial de um triângulo amoroso, *Ascensor para o cadafalso* [*Ascenseur pour l'échafaud*], de 1957.

Os leitores, assim, foram inseridos numa espécie de *viagem*. Todavia, ao chegar a um dos extremos da zona sul paulistana, a eles é dito “*Bem-vindos ao fundo do mundo*”. Na curta coluna, epigrafada para este capítulo, “São Paulo” aparece grafado duas vezes, um abaixo do outro. Pode ser apenas o fato de que um deles seja o Estado e, o outro, a cidade. Mas também pode haver aí sugestão de que o autor e determinadas camadas do público-leitor, mesmo que habitem o mesmo lugar, não pertencem ao mesmo espaço social. Não se trataria de dualismo, mas uma constatação do cotidiano. Ao segundo São Paulo se segue o trajeto rumo à zona sul e ao *fundo do mundo*.

E embora a profissão de escritor seja estranha ao público idealizado pelo autor, a quem ele dedica o romance, por outro lado, ele deixa claro ao *Querido sistema*, o quê e a maneira como eles, autor, livro e personagens, estão penetrando em suas entranhas: “*Você pode até não ler, mas tudo bem, pelo menos viu a capa*”.

Marginalidade produtiva, distributiva e consumidora, não significando estar fora do sistema, social ou literário – tanto quanto nos casos anteriores, de escritores negros e Literatura Negra. Veja-se, então, a história forjada por Ferréz, acerca de *um lugar por Deus abandonado e pelo diabo batizado de Capão Pecado*, que, posta em situação, guardará relações e semelhanças com os escritores analisados anteriormente. E colocará, definitivamente, o tema da condição periférica na ordem do dia, social e literária. A composição do livro *Capão Pecado*, nas duas edições publicadas pela Labortexto Editorial<sup>23</sup>, é algo que chama atenção e precisa ser discutido. A capa traz, sobreposto, um garoto avermelhado de bermuda, touca e braços abertos, com um tarja preta nos olhos (o que se tornou símbolo da figura delinquente do *menor*), segurando uma pistola numa das mãos. A postura é de

---

<sup>23</sup> Em 2000, *Capão Pecado* teve duas edições publicadas pela Labortexto Editorial. De acordo com Ferréz, em pouco tempo o livro vendeu 3.000 cópias. Após algum tempo, o escritor desconfiou que seus livros vendiam mais que o número afirmado e o valor pago pelos direitos pela editora. Segundo Ferréz, em entrevista concedida a mim em 16/052007, a descoberta se deu porque “Eu saí no [Programa do] *Jô Soares* e eles davam só quatrocentos, quinhentos exemplares. O livro vendeu, tipo, três mil livros em duas semanas, três semanas. Assim: em dois meses, eles falou que vendeu três mil livros. E sobrou uns trezentos, quatrocentos exemplares. Aí ele falou assim: “Antes de você ir no *Jô Soares* tem que fazer mais”. Eu queria mudar uma das fotos do livro. Eu queria pôr essa foto aqui, que era da banca toda da minha rua e não tinha, essa foto. Aí, eu falei: “Vou fazer a mudança da foto”. Só que essa mudança, ele falou que ia demorar, entendeu? Aí eu fui no *Jô*, tal e depois falei: “Quantos livros vendeu a mais depois que eu fui no *Jô*?” [o editor:] “Não vendeu nada”. E eu tava já indo pros programas: *Programa Livre* [antigo programa do SBT], tudo... E o livro não vendia mais nada, vendia a mesma coisa. Daí eu desconfie e falei: “Os caras fez uma edição por fora, sem a foto; e vai fazer outra, depois que eu mudar a foto”. E aí depois de um tempo saiu essa capa aqui sem o verniz, tá ligado? E aí foi uma prova que era uma outra edição ainda. E depois eu descobri escolas, como o Anglo, que compravam livros meu todo ano, da Labortexto! Então, por exemplo: eu tenho uma carta da diretora do Anglo dizendo: Nós compramos 800 livros durante três anos, cara. Então só aí dá 2.400 livros numa escola, cê entendeu? Então, eu não recebi esse dinheiro. Aí depois eu descobri que o livro tava sendo distribuído prás escolas públicas também. E eu também não recebi esse dinheiro.” Houve um litígio entre o autor e a editora, o que culminou num processo judicial. A Labortexto perdeu, foi condenada a pagar o equivalente a 9.000 livros ao autor. Depois disso, *Capão Pecado* passou a ser publicado, desde 2005, pela Editora Objetiva. A Labortexto Editorial, que se notabilizou por lançar livros referentes ao universo das prisões, do mundo marginal etc. como os casos dos livros *Diário de um Detento* (Jocenir, 2001), de Bruno Zeni e André du Rap (*Sobrevivente André du Rap – do Massacre do Carandiru*, 2002), *Narcoditadura* (Percival de Souza, 2002), *Boca do lixo* (de Hiroito de Moraes Joanides, 2003) etc. deixou de existir.

desafio, haja vista a posição da cabeça, com o queixo levantado. Ao fundo desta imagem em primeiro plano, uma fotografia amarronzada de casas em alvenaria precária, barracos e telhados de uma favela. *Capão Pecado*, se escreve em letras vermelhas estilizadas, bem como o nome do autor, logo abaixo.

À altura dos pés do garoto vermelho, anuncia-se, por um lado, a *participação* de Mano Brown, dos Racionais MC's; e, por outro, o nome e símbolo da editora. Na contracapa, escrevem alguns dos primeiros leitores do livro: Mano Brown, Cascão, OutraVersão, Negredo, Conceito Moral: todos ligados ao *hip-hop*, *rap*, moradores do mesmo bairro ou semelhante ao do autor e seus leitores ideiais. Esses mesmos leitores assinam pequenos textos internos, que junto com fotografias do bairro, compõem uma espécie de retrato e explicações para um lugar em que, como afirma Brown, “*a foto não tem inspiração pra cartão postal*” E “*as histórias de crime não têm romantismo nem heróis*”<sup>24</sup>

O livro possui ainda duas orelhas, assinadas pelo *rapper* Gaspar, em que novamente se procura criar a ligação entre quilombo, favela e periferia, entre os periféricos e a história social brasileira, angulada pelos grupos negros e indígena. Alguma idealização no processo é necessária para construir uma reta entre os diversos pontos acidentados e tracejados desse problema. No entanto, o que interessa é menos o acerto científico; mas que, uma vez feita a conexão de sentido, define-se tanto um passado sócio-histórico bem como estético para esta condição social e confecção literária. Qualquer outra filiação é ultrapassada pela dupla assunção, do lugar de onde se fala e das consequências vividas quotidianamente, pela história social desses grupos.

*Antigamente quilombos, hoje periferia.[...]Somos uma grande fusão. Branquindíafro. Ainda continuamos distantes, longe das capitais, vivendo em periferias, entre barracos, redutos, morros, vielas, selva de casas amontoadas. Liberdade vigiada pelo sistema, correntes feitas de moeda. [...]Ainda somos um grande problema. Politicamente nada mudou, os capitães -do-mato agora estão fardados.[...] mas lhes digo: esse Brasil fomos nós que construímos. Temos que dar continuidade às lutas dos nossos antepassados; manter as tradições, origens, costumes. O exército palmarino não foi derrotado. A cabeça de Zumbi não foi exposta em praça pública. Zumbi é imortal! A resistência continua e os quilombolas periféricos se procriam avançando do caos para o mundo[...]Um líder não se escolhe, ele já nasce predestinado, e, como todo líder, tem sua missão. Ferréz é mais 1 Da Sul, e sua missão é retratar a periferia através da sua poesia realista. Somos todos quilombolas nesse imenso Capão Pecado. Salve o Rei Zumbi! – Gaspar.*

Ecoam neste texto muitos temas e ideias anteriormente apontados e discutidos nesta tese. A fusão do destino histórico socialmente imposto aos grupos negros e periféricos; a aliança entre esses grupos, promovida pela eleição de um ícone e sua importância (Zumbi e o Quilombo dos Palmares,

---

<sup>24</sup>Brown, Mano. A número 1 sem troféu. In: Ferréz. *Capão Pecado. Op. Cit.*, p. 24.

visto como símbolo de resistência negra no Brasil do século XVII); a própria ideia de quilombo, que remonta à discussão do *quilombismo* de Abdias do Nascimento; e, por fim, a ideia de missão e do ativismo político-literário, sintetizado por Ferréz e seu *Capão Pecado*.

Tudo isso articulado numa trágica história de amor e traição, enredada pela dinâmica dos personagens de um bairro de periferia. A história de Rael, Paula, Matcherros. Mas também a história de homens e mulheres de um lugar chamado *periferia*, cheio de representações negativas, interna e externamente. *Capão Pecado* extrapola o clichê simplista do *triângulo amoroso* para se tornar uma *história coletiva* (o que não significa ser uma *epopeia*). Essa história, na representação de alguns de seus moradores, parece ter sido criada no dia seguinte ao da Abolição, pois, segundo o narrador onisciente que abre o livro, refletindo sobre a vida de alguns homens, “*todos souberam reservar sua parte, menos ele e os seus*” (p. 17).

A estória é dividida em cinco momentos e vinte e três capítulos, em que o foco se encontra na trajetória de criança a adulto de Rael, garoto “*gordinho, cabelo todo encaracolado, e um óculos grande e preto*” (p.26), que gostava de ler desde pequeno e que iria aprender, segundo o narrador, como era o mundo no dia em que seu pai recebeu um cartão de natal da empresa em que trabalhava. O pai não sabia ler, mas fingia; Rael, curioso para ir além das imagens, descobrira que o cartão fora comprado de associações beneficentes para que a empresa o pudesse abater no pagamento de impostos. O tempo se acelera e já se tem o personagem principal descobrindo suas próprias necessidades e as limitações familiares, o que o faz começar a trabalhar numa padaria do bairro.

O cotidiano de Rael apresenta e representa, assim, o do próprio bairro. Em seu trajeto de casa para o trabalho, casas de amigos, vielas, becos, esquinas, terminais de ônibus etc. descortina-se o pulsar da vida na periferia, pelos seus olhos. Assim como o da cidade envolvente, do qual o bairro em que vive é parte, mas que ele enxerga [a metrópole] como um mundo isolado, em oposição constante ao seu:

Ele tinha nojo daqueles rostos voltados para cima, parecia que todos eles eram melhores que os outros. Se seu pai estivesse com ele, com certeza, já teria dito: esquento não filho, eles pensam que têm o rei na barriga, mas não passam dessa vida sem os bicho comê eles também[...] Chegando ao mercado de seu Halim, o pão-duro já o havia visto de longe e já estava contando o dinheiro para lhe dar. Rael se aproximou e Halim nem o cumprimentou[...] Halim notou algo em seu rosto, algo estranho, talvez por um momento Halim tenha visto nos olhos daquele simples menino periférico um sentimento de ódio puro e tenha sentido por algum momento que um dia o jogo iria virar. [...] Pegou o primeiro ônibus, desceu no terminal Capelinha e lá pegou o Jd. Comercial. Conforme o ônibus avançava, ele se sentia melhor, se sentia mais em casa.[...] Entregou o dinheiro para sua

mãe, correu para o tanque, lavou o rosto como uma forma de desabafo, como se estivesse lavando dos olhares daquelas pessoas hipócritas. Foi para seu espaço naquela pequena casa, pegou um livrinho de bolso de faroeste e começou a ler. Era uma terapia para ele[...] (p. 35)

É importante notar que o olhar da criança (que descobre a marcha do mundo num cartão de natal impessoal, enviado ao pai analfabeto) para o jovem, descrito acima, e, mais adiante, para um adulto que Rael virá a ser, é o mesmo. Não há mediações entre as etapas da vida, por dois lados: num, porque as idades do personagem não são mencionadas, sabe-se que ele vai crescendo à medida que trabalha, estuda, casa etc. As idades, portanto, são evidenciadas pelo ritmo da vida produtiva de Rael; de outro, a mediação parece inexistir pois houve uma socialização primária marcante, formadora de uma identidade com *as formas de viver*, que o colocará em constante oposição a outras formas. Rael se sente bem no mundo que conhece, que é o seu bairro, embora trafegue constantemente ao centro. Mas se na metrópole – ou fora da periferia mais imediata, que é o seu mundo – o personagem será sempre um sujeito fora de lugar, também no espaço social que considera o mais confortável ele será uma espécie de *corpo estranho*. Alguns diálogos e momentos de reflexão do personagem deixam isso evidente:

[...] – Mas chega aí, *você ainda continua lendo que nem um louco* ainda?

[...] – É, eu continuo estudando, né, mano. Tô comprando um livro no Sebo do Messias, lá no centro[...] (p.44, grifos meus)

Rael decidiu voltar e, no meio do caminho, avistou uma igreja evangélica[...] Rael fechou os olhos e tentou orar, mas não conseguiu. Ele viu tudo errado, o pai que degolou o filho em um momento de loucura química, a mãe que fugiu e deixou três filhos[...] o preconceito racial, o pastor que em três anos ficou rico, o vereador que se elegeu e não voltou para dar satisfação[...] o senhor que devia estar aposentado e arrasta carroça, concorrendo no trânsito com carros importados, que são pilotados por parasitas, o operário da fábrica que chegou atrasado e é esculachado[...] o sangue de Zumbi que hoje não é honrado. Rael não conseguiu rezar pois no bairro a lei da sobrevivência é regida pelo pecado, o prazer dos pivetes em efetuar um disparo[...] Rael tentou parar de raciocinar, tentou parar de pensar, tava tudo errado, a porra toda tava errada. Tudo. (pp. 72-73)

Há ainda um momento muito interessante nas reflexões de Rael que remetem a momentos tanto da personagem de *Quarto de Despejo* quanto os de *Cidade de Deus: a esfera do sonho e da solução do mundo pela vontade e ações extraterrenas*. Se o cotidiano é pautado pelo estranhamento e desconfiança; e se o *horizonte de possibilidades* alternativo parece ser distante – embora sua busca nunca deva ser abandonada, já que ele insiste em estudar e ler – o que poderia reservar a projeção de

um outro mundo e a solução divina? Como visto acima e da forma que ele enunciara adiante, pouca coisa: “*Rael tentou se concentrar em Deus, mas pensou no que seria o céu... teria periferia lá? E Deus? Seria da mansão dos patrões ou viveria na senzala?[...] Rael chegou à conclusão mais óbvia: aqui é o inferno[...] aqui é o inferno de algum outro lugar e desde o quilombo a gente paga, nada mudou.*” (pp. 72-73).

É um personagem observador, que tem a potência para estabelecer as relações e pontes com um mundo envolvente, justamente porque se sente estranho a ambas realidades. Todavia, como afirma Ferréz “*a gente também tem um cara que estuda, que vai prá escola, que lê, que tenta fazer faculdade. Então, eu tinha que pôr um personagem assim também. E também é um cara que sofre pelo bairro, acaba entrando no ritmo no bairro. Então, por mais que tenha o seu ritmo, o bairro influencia muito no ritmo dele*”<sup>25</sup>.

A influência da dinâmica do entorno começa a se revelar no momento em que o personagem começa a se desgraçar. E, de alguma maneira, o horizonte alternativo se restringirá a uma ética que ele tentou negar anteriormente. O *pecado em Capão tem uma dupla leitura: de um lado, a violação cotidiana de preceitos arbitrariamente considerados bons; doutro, a quebra do comportamento esperado entre amigos e aliados, entre parceiros, “trutas”, companheiros.*

O esgarçamento dos acordos, seja entre os homens e um deus, é o princípio da perda da *graça*; bem como a rotura das promessas da República e da Abolição, lembrada constantemente, desencadeia uma série de processos sociais promotores de desigualdade e processos de exclusão.

Se tudo parece tão determinado, produto da necessidade e do acaso é o encontro de Rael com Paula, a namorada de um de seus melhores amigos, Matcherros. Convidado a tentar mudar da padaria a um emprego que lhe pudesse dar um *futuro*, Rael encontrará Paula quando resolve preencher uma ficha para o emprego numa metalúrgica, de Seu Oscar, onde ela trabalha. A partir desse encontro, seus olhos e ideias estarão voltados para Paula, bem como na vigilância de contínua *ascensão para o cadafalso* que é trair seu amigo.

[...]Talvez por desencargo de consciência passou na casa de Matcherros. Só indo à noite mesmo para o encontrar acordado, pois o amigo dormia a maior parte do dia. Cumprimentou o amigo e disse que iria entrar na metalúrgica[...] Matcherros ficou contente, ofereceu café para Rael, e quando estava se levantando para pegar, disse:

– Aproveita e olha a Paula pra mim, mano, eu tô desconfiado dela, tá ligado?

– Que é isso Matcherros, ela é muito gente fina, e muito trabalhadora pelo que eu vi lá, tá ligado?

<sup>25</sup>Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007.

– *Nunca se sabe, velho amigo, nunca se sabe, mulher é um bicho em que não se confia.* (p. 61)

Além das dúvidas pela dupla quebra da ética e incursão no pecado expostas acima, a frase final revela um traço muito peculiar. A posição das mulheres nas reflexões de Rael – e no romance como um todo – é algo extremamente confinado. *A única mulher indubitável é a figura da mãe.* A maternidade confere uma aura impoluta e imaculável. Ela é uma *guerreira*, que sofre para criar seus filhos, apesar do marido – não raro, a figura paterna é mostrada em situação deplorável, em geral pela delinquência ou alcoolismo – que mantém alguma integridade no lar. Ela é a conselheira, terrena e espiritual, dos filhos e do marido. Assumindo esse ar divinal católico, a mãe tem de deixar de ser uma mulher como as outras, ou seja: abnegada de desejos mundanos e vontades mortais, assexuada, vitimada (em contraste com a posição do marido, quase sempre um algoz quando não é um trabalhador), batalhadora e defensora do lar. Paula, até se tornar mãe, é uma *mulher*. E, portanto, uma mundana em potencial. Quase como as outras, não fosse objeto de adoração do personagem principal. Isso não o impede que a trate assim, especialmente nas descrições de suas relações sexuais, desenfreadas até o momento que ela se torne *mãe* de seu filho.

Mas esse traço narrativo não se refere apenas às reflexões de Rael. A esfera moralista está presente também num narrador em terceira pessoa que julga cada ação operada em *Capão*, inclusive do personagem principal. Sendo esta uma característica desse tipo de narrador onisciente, ela se acentua nos julgamentos e *ensinamentos* que procura passar. “*Mixaria deu uma leda pra cada um e começou a dichavar a maconha, cada um fumou o seu e ficou a pampa, curtindo a natureza e viajando cada um com seu sonho, não sabendo o que estava subindo ali era uma fumaça, mas o que certamente estava descendo era a auto-estima, que descia pelo esgoto*” (pp.67-68)<sup>26</sup>.

Esta é a principal diferença entre os narradores de *Capão Pecado* e *Cidade de Deus*. E que aproxima o primeiro da narrativa de *Quarto de Despejo*. O segundo, como visto, embora se indigne e conheça o espaço e condições sociais tão bem quanto seus pares, não procura julgá-los. Não é condicionado por alguma ética e, se o é, não revela. Entre o autor Paulo Lins e Ferréz, também haverá essa discrepância. Lins não opera segundo algum protocolo criativo ético, negro ou periférico, o que lhe confere – tanto quanto em *De Jesus* – um limite mais amplo de possibilidades narrativas. Ferréz,

---

<sup>26</sup>Ou ainda: “[...] Ele já sabia do futuro do seu pequeno amigo, mas o Testa não escutava conselhos de ninguém, odiava a comparação com os primos, e as constantes opiniões dos parentes: Põe ele no Senai, paga computação! Sabe, Dona Tereza, o que dá futuro pra esses moleques, hoje, é desenho e digitação.[...] O que aconteceu, realmente, só quem sentiu o gosto do crack pra saber. Rael já havia experimentado e sabia que só pelo gostinho, só por aquele momento de felicidade, o pequeno Testa faria tudo de novo. Havia em sua cabeça a certeza de que drogas nunca deveriam ser experimentadas, e o exemplo estava ali. O álcool sempre lhe fora imposto[...] O álcool vinha como uma herança genética, era uma dádiva passada de pai pra filho, de filho pra filho e assim se iam famílias inteira condicionadas ao mesmo barraco; padrão de vida inteiramente estipulado.” (pp. 113-114).

embora tenha se espelhado em Lins, em *Capão Pecado*, se vê compelido a usar seus personagens para passar *mensagens* que, talvez, criem um circuito literário criativo mais restrito. *Em Ferréz e Capão Pecado, literariamente ao menos, existem crenças em saídas e a periferia é capaz de gerar um projeto coletivo.* Aspectos disso estão afirmados pelo autor:

O Paulo Lins me influenciou. Porque depois que eu li o livro dele, eu percebi que eu podia pôr maconha no meu livro... Podia pôr coisas que eu não colocava. Pela ética que eu tinha, eu não colocava essas coisas no livro. Quando eu tava terminando o *Capão*, li o *Cidade de Deus* e falei: “Não, agora eu vou ter que pôr umas coisas a mais no *Capão*”. Porque eu percebi que a favela que eu tava escrevendo era a que eu queria. Livre de maconha, livre disso, livre daquilo, livre de cocaína. E eu percebi que o Paulo Lins falava disso. Então, eu falei: “Não, eu posso falar também!” E nisso o Paulo Lins me influenciou bastante. Também eu tinha lido poucos livros prá ter escrito o *Capão*, tá ligado? Não tinha lido o tanto de livro que eu leio hoje. Então, desde que eu peguei ele, de tudo, era uma influência muito forte. Pode ver que eu não dou conselho no livro: “Não, não use drogas... pá pá pá pá”. Mas eu mostro que quem usa drogas morre no final, morre no começo e passa por todo um processo.<sup>27</sup>

\*\*\*

Além da tragédia inevitável de estar no mundo, compartilhada com os periféricos, Rael tem de se confrontar com a desgraça iminente de trair um amigo e incorrer num dos aspectos do *ritmo* do bairro. “*Paula ao lado de Rael, encostada, sabia em seu íntimo que o que estava acontecendo era loucura[...]* Primeira lei da favela, parágrafo único: nunca cante a mina de um aliado, se não vai subir” (p. 85). Outra determinação em vidas já tão fatídicas. Vidas breves e precárias, que o narrador alinhava com habilidade suficiente para articulá-las num todo comum. As histórias de crimes acontecem simultaneamente às de amor. E algumas histórias de amor são igualmente criminosas; as de superação das dificuldades se dão paralelas aos naufrágios, tanto quanto passos em falso podem ser ascensão para o inusitado. Nesse segundo aspecto, no entanto, existe a *aposta* de se tentar manter uma postura moral ilibada, que fará com que algo no final dê certo.

Rael começou a comer e, pensativo, chegou à conclusão de que, no serviço de sua mãe, ela não deveria passar de uma Dona Maria qualquer; aquela que cozinha bem, que trata dos filhos dos outros bem, mas que dificilmente teria o seu nome lembrado pela família que tanto explora seus serviços. E, num futuro certo e premeditado, aqueles garotinhos que ela ajudava a criar e a

---

<sup>27</sup> Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007.

alimentar seriam grandes empresários como o pai, e com certeza, os netos daquela simples Dona Maria seriam seus empregados mal assalariados e condenados a uma vida medíocre. (p. 94)

É uma aposta contra a determinação dos processos sociais, mas que em geral leva à perenidade da condição subalterna. Os bisavós eram escravos ou libertos, os avós, trabalhadores precarizados, os pais, viventes de uma condição piorada. O presente, então, se mostra como portador de uma subalternidade quase inexorável: a condenação a uma vida medíocre. O horizonte de possibilidades do sujeito social se fecha, tal qual, o horizonte geográfico, poluído da metrópole: não há saída, não há vista que os olhos alcancem, além da altura dos prédios, da fumaça das fábricas e carros, do lixo nas ruas, do sangue derramado. Qualquer fabulação social parece ser tão sublimável quanto qualquer esfera onírica. Em *Capão Pecado* o sonho individual está tão maculado quanto o projeto social.

Assim sendo, tem-se reencenado o problema da oposição entre *diversidade* e *desigualdade*. Se o passado, por um lado, tem de ser exaltado, com a escolha de seus ícones negros ou de outros grupos sociais, para que se estabeleça uma ascense, fundada no orgulho e no resgate de figuras exemplares, qual sua função num quotidiano tão irremediável? Enunciado o diverso, apresentada a periferia e seus habitantes, evidenciadas as formas de viver e dizer, que fazer com elas, num ambiente em que a insuficiência é vivida quotidianamente ao rés-do-chão? Tensão que permeia a figura do ativista político-literário e do escritor de *Capão, Manual Prático do Ódio, Ninguém é inocente em São Paulo*, ambas condensadas no autor Ferréz.

Não existe qualquer sublimação ao fracasso, num universo atravessado por acordos temporários de vida e morte e uma ética estabelecida por autoridades corrompidas, legitimadas pela força e violência. “*A lei na quebrada não é quantia, mas sim o respeito, que deve acima de tudo prevalecer*”. (p. 109). A frase escrita assim, fora de contexto, pode parecer até positiva, sugerindo um ambiente em que o dinheiro não importe, mas sim a honra. Todavia, ela se refere a uma dívida de drogas. E o respeito deve prevalecer é pelo mais fraco ao poder legitimado de cobrar, pelo mais forte. Que se não o fizer, perderá seu posto, substituído por outro de mais poder, numa sucessão fugaz de dominação. A mesma frase apresentará uma das cenas mais pungentes da narrativa de *Capão Pecado*, onde uma criança vê seu destino frustrado por ter incorrido na não observância da *lei da quebrada*.

Burgos arrancou o cano rapidamente de sua boca, e o garoto gritou quando sentiu que ainda estava vivo, os espaços em sua boca ficaram vagos, os dentes foram arrancados pelo cano do revólver.[...] Ele se entregou e aceitou a morte como se aceitasse um grande presente, em seus pensamentos as palavras finais de Burgos não contavam, ele viu lindas paisagens, ele estava viajando, mas foi ruim o ar que entrou em sua boca quando o primeiro tiro foi efetuado, Deus![...] Simplesmente o ar

entrou pelo furo e provocou um frio insuportável, são dois os tiros, e então três, mas o frio impedia seu raciocínio e ele viu um médico, sua mãe o pegou no colo e beijou sua testa, seu pai lhe deu um caminhão no Natal, seus amigos lhe fizeram uma linda festa surpresa, sua primeira namorada foi a Regina[...] sua avó ainda tinha na sua sala seu retrato, sua coleção de moedas antigas continuava guardada, ele não viu o rosto de seu irmão quando soube da conta bancária que ele havia aberto para ele, não viu a cara dos vizinhos quando chegou do serviço de gravata e celular, certamente disseram que, nego enjoado, mas não viu, não viu. (pp. 109-110)

O quilombo, tão associado aqui à ideia de periferia, remete a uma liberdade e autonomias quase inexistentes nos dias correntes. O universo de acordos precários permeia todas as dimensões da vida social, condicionando fortes e fracos a uma situação de permanente insegurança e desconfiança, num universo circunscrito. Mesmo o bandido valentão da citação anterior tem de se submeter a “*Turcão, ex-policial, que comandava o tráfico na área*”(p. 111). E ao negociar com ele, Burgos expressa o clima de tensão no ar, que resume o cotidiano inexorável de aspectos daquela vida medíocre.

[...]de repente tudo aquilo estava parecendo uma traição, pegou as granadas rapidamente, colocou duas na bolsa e ficou com uma na mão, Turcão estranhou o ato e perguntou o porquê do medo, Burgos respondeu que não conhecia os malucos e que se fosse traição, tudo iria pelos ares. Turcão deu uma longa risada e falou pra ele ficar a pampa, pois os malucos que tavam ali eram tudo polícia lá de Heliópolis, e que tavam ali acertando uma parada de pó. Burgos não hesitou e saiu rapidamente do barraco, com a granada na mão e a maldade no pensamento. (p. 113)

Do quilombo à periferia, na Literatura, as esperanças do passado se rebaixam e uma utopia de liberdade se torna uma prisão, física e mental. Você pode sair do gueto, mas o gueto não sairá de você, afirma a música de Mano Brown, epigrafada; as condições sociais da vida quotidiana são assim uma espécie de armadura de ferro colada à própria pele. Já se viu isto ocorrer com De Jesus e Lins, e seus narradores. Mesmo o destino de Rael é atrelado a essa condição. É um personagem cujo destino suscitado inicialmente pelo narrador não se realiza. *De semi intelectual negro da periferia, observador e leitor voraz, sujeito fora de lugar, se torna um indivíduo atormentado pelas paixões e pulsões, ritmado pelas formas de viver de seu bairro* e, no limite, um traidor, tanto de seu amigo quanto de suas esperanças.

Num ambiente regido por uma ética estreita, o pecado de se apaixonar pela namorada do melhor amigo e assumi-la como esposa e com ela ter um filho, não passará incólume. Assim, como de certa maneira, não passará impune seu desvio de caminho das possibilidades de um destino alternativo, castrado pelas limitações individuais e coletivas. “*O preço havia sido alto, mas com certeza ele pagaria novamente, pois ele amava aquela família e nada que seu ex-amigo lhe disse naquela noite ele*

*guardava como ofensa, pois era tudo verdade. Uma frase daquela discussão ficou em sua cabeça por alguns anos, “Da traiçagem nem Jesus escapou”* (p. 156)

E quando descobre que sua esposa perfeita, *mãe* de seu filho era, em verdade, amante de seu patrão (e por ele o abandonara), no emprego em que ambos trabalhavam, Rael, não tem dúvidas da atitude a tomar. Como qualquer homem traído do bairro, cujo comportamento recriminou antes, dirige-se a um bar, revigora-se de coragem alcóolica e posteriormente, afirmada a traição do patrão, começa a tramar a vingança. A mediocridade e o fracasso da vida quotidiana alcançam também aquele que poderia ser a negação da negação do destino periférico. Isso não o impede de se aliar, inclusive, ao assassino de um de seus velhos amigos. E como toda aliança precária, as consequências são previsíveis.

Burgos lhe explicara tudo, como proceder, e agora era só esperar. Seu Oscar desceu do carro e estava abrindo a primeira porta da Metalúrgica. Burgos estava do outro lado, Rael ia fazer por vingança, pela honra; Burgos ia fazer pela grana.[...] Seu Oscar suou frio quando o viu com uma calibre 12 nas mãos.[...] Rael encostou a arma em sua cabeça e lembrou de Ramon, Burgos pegou o dinheiro e pensou numa CBR novinha e numa mina na garupa[...] Burgos saiu. Rael se esqueceu de Deus, de sua mãe e das coisas boas da vida, apertou o gatilho e fez um buraco de oito centímetros na cabeça de Seu Oscar.[...] A vizinha estava saindo para comprar pão. Se assustou com o barulho, mas antes de entrar, ela viu Rael sair com uma arma de dentro da metalúrgica. Entrou em casa, ligou para a polícia e ferrou mais um irmão periférico.[...] O primo do Burgos estava na mesma cela e havia recebido um bilhete horas antes durante a visita; Burgos pedia um favor[...] Rael sentiu uma dor horrível quando o seu amigo de cela enfiou a caneta em seu ouvido, ele só arregalou os olhos e pensou em seu filho, Ramon. Seu corpo foi retirado da cela pela manhã e encaminhado ao IML. (pp. 165-167)

A vitória do meio social sobre o sujeito se coaduna também com os dois últimos capítulos do livro, que operam como uma espécie de inventário do irremediável. À exceção de Matcheros e alguns outros personagens, as trajetórias dos habitantes de *Capão* são todas trágicas e fracassadas, à semelhança de aspectos de *Cidade de Deus*. Cria-se, então, um desnivelamento entre projeto social e confecção literária: os novos quilombolas, *na ficção*, estão aquém da imagem que projetam de seus antepassados.

Como se fosse uma provocação interna a esta tese, *os novos quilombolas são incapazes de realizar o Quilombismo?* Sucumbem às adversidades, são pobres matando outros pobres, não contrariam as estatísticas criminais. Ferréz consegue, assim, plasmar uma realidade desde dentro, com uma percepção muito aguçada para recriar, no mundo ficcional, problemas e temas de sua realidade imediata. O seu particular se torna universal, no momento em que a estória de *Capão* se torna uma

história coletiva. A força narrativa de seu romance de estreia está, além das qualidades próprias a qualquer livro literário, em propôr um debate extremamente sério acerca do *sentido* tomado por aquelas formas de viver e dizer daqueles que são seus leitores ideais. O sentido, que lhes foi atribuído historicamente, desde o dia seguinte à Abolição – como afirma seu narrador onisciente; mas, também, aquele que eles conferem diuturnamente à sua situação.

Jean Paul-Sartre sintetizou este problema de maneira categórica, no prefácio que escreveu a *Os Condenados da Terra*: “Nossas vítimas nos conhecem por suas feridas e seus grilhões; é isto que torna seu testemunho irrefutável. Basta que nos mostrem o que fizemos delas para que conheçamos o que fizemos de nós.[...] nós não nos tornamos o que somos senão pela negação íntima e radical do que fizeram de nós”<sup>28</sup>. Esta é a pergunta chave: *O que fizemos com o que fizeram de nós?* Paradoxalmente, assim, os sentidos sociais de *Capão Pecado* convergem numa incitação à liberdade da condição humana. No caso em tela, da condição periférica.

Retomando Alfredo Bosi, ao falar de João Antônio – ícone literário para Ferréz – *Capão Pecado* é um realismo cru, fervido em revolta, um discurso à margem da sociedade, que coloca na cena central as consequências contemporâneas das crises da modernidade brasileira e os colapsos de suas promessas para negros, migrantes, nordestinos, pobres, entre outros. Conecta-se, sem afirmar conhecimento explícito, a uma longa trajetória da criação literária do ativismo político de seu grupo social no Brasil, no século XX. E de outras lutas sociais, tão importantes quanto. Coloca em debate, após vir a público, tarefas hercúleas para o ativismo político-literário periférico: respeito, dignidade, reconhecimento, identidade, ação. A construção de um horizonte de possibilidades alternativo.

Há muito espaço para o *fracasso* no romance (e é necessário compreender os sentidos deste fracasso); todavia, no ambiente extraliterário, existe a busca para que a negação da negação se processe efetivamente, com possibilidades de aproximação e estranhamento a projetos coletivos, como se poderá ver a seguir.

*Retratos de Grupos III: Entre nós, os negros, eles, os periféricos(2000-?)*<sup>29</sup>

*Prá mim, a rainha da Literatura Marginal é a Carolina de Jesus. Achei a rainha, mano! Quando eu li o Quarto de Despejo, eu senti na pele o que eu senti aqui, tá ligado? Eu falei: “Caralho! É a*

<sup>28</sup>SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2<sup>a</sup> ed., 1979, pp. 8 e 11. Tradução de José Laurênio de Melo.

<sup>29</sup>Este subtítulo se inspira no título da dissertação de mestrado da antropóloga Maria Suely Kofes, *Entre nós, os pobres, eles, os negros* (Unicamp, 1976), embora não estabeleça diálogo ou relação teórica com a mesma.

*mesma coisa! Não mudou porra nenhuma”, tá ligado? É a mesma situação, tem coisa que é impressionante.* - Ferréz, Entrevista a Mário Augusto Medeiros da Silva, 16/05/2007

*Eu discordo no nome, eu acho que é um nome que não cabe muito bem. Por que literatura marginal, né? Eu acho que seria mais adequado você falar em literatura marginalizada, uma literatura que é posta à margem, é colocada à margem. Não é uma literatura que escolheu ficar à margem.[...] Pode ser um modismo. Porque você fala periferia, agora, é tudo é periferia. Porque você já tem, é um modismo, e se tem um outro olhar. Porque você fala lá na periferia, aquela coisa da burguesia, da classe média agora, que ela tem esse sentimento: ‘oh, o que eu posso fazer?’ Porque a gente vê muitos negros fazendo literatura periférica, da periferia, e dizendo ‘não, minha literatura é da periferia’.[...] e acho até que essa postura torna mais palatável essa literatura com um lance de esquerda, porque aí, ela enfatiza a questão de classe – Márcio Barbosa e Esmeralda Ribeiro, Entrevista a Mário A. M. da Silva e Vinebaldo Aleixo S. Filho, 16/04/2010.*

*Capão Pecado* é publicado em 2000 e a partir deste livro, o horizonte de expectativas para a confecção literária em geral e para a ideia de uma Literatura Marginal Contemporânea se ampliam. Começam-se a discutir uma ética criativa e social para esses escritores na cena pública e no sistema literário no qual adentram. Ferréz, após sua entrada como articulista da revista *Caros Amigos*, elabora um projeto de publicação para a Literatura Marginal, permitindo que, na auspiciosa formulação de Érica Peçanha do Nascimento, *os escritores da periferia entrem em cena*. Ele será o responsável por trazer a um grande público vários dos escritores reconhecidos atualmente como ligados ao movimento de Literatura Marginal/Periférica, tais como: Alessandro Buzo, Sérgio Vaz, Allan Santos da Rosa, Sacolinha [Ademiro Alves de Souza], Elizandra Souza, Ridson Dugueto Shabazz, entre outros. O projeto dos Três Atos da Literatura Marginal/Periférica já foram discutidos anteriormente, no segundo capítulo da tese, o que permite que se disserte acerca de outras questões agora.

Quando esta entrada se dá, enquanto um projeto coletivo capitaneado pelo autor de *Capão Pecado*, a Literatura Marginal / Periférica tenta estabelecer também alguns nexos de sentidos entre o que propunha afirmar e concretizar, com sua nova confecção estética, e os ícones, modelos e histórias do grupo social negro. Zumbi, Lima Barreto, Luiz Gama, Carolina Maria de Jesus, Solano Trindade e até Paulo Lins, entre outros, são nomes que figuram em citações, apresentações, manifestos, textos para jornais e entrevistas. A periferia, por vezes, é enunciada como uma nova configuração de quilombo; seus descendentes, engajados ou não, como novos quilombolas, herdeiros de um projeto de Palmares.

Se o sentido é figurado, ele permite suscitar uma série de questionamentos acerca dessa intenção de alianças. São as condições da origem social e as experiências de socialização primária que permitem o autoreconhecimento identitário com figuras que (por seu talento literário e/ou insubmissão

social) chegaram ao imaginário público como importantes para as lutas sociais, não apenas negras. E que, portanto, formariam um *cânone* para a nova confecção estética, situando-lhes um lugar no sistema literário. Afirmou Ferréz em entrevista, acerca dessas relações, que

Tudo é Literatura. A gente separa só prá ter uma proteção também. Porque o cara fala... gosta de te rotular prá te discriminar. E a gente rotula prá ter uma proteção. Prá falar que a gente também não faz parte daquela Literatura Contemporânea boazinha que os caras fazem e tal. Então, nós somos outra pegada assim. Nós somos os caras que tá mesmo no *front* de batalha. Só prá deixar isso bem claro assim. Por isso que a gente rotula. Mas no geral, tudo é Literatura.<sup>30</sup>

A assunção do rótulo, como proteção e diferenciação, implica também na assunção, algo clara, da história do grupo social e, por conseguinte, de suas consequências. Outro momento muito esclarecedor da faceta de Ferréz como antologista dessa nova estética é quando discute a maneira como alguns escritores trataram o fato de serem chamados de periféricos: Deveria haver um comprometimento com o rótulo literário tanto quanto com a condição social. Não fazer isso implicaria numa espécie de traição, auto-oferta para se vender a qualquer preço ao mercado (e negar suas raízes), alimentando uma falsa ideia de inclusão, social e literária, como ele discorre:

*Os caras têm o sonho, cara! De que vão andar lado a lado com a elite da Literatura, tá ligado? Tem muito cara que tá no gueto, que tem o falso discurso, que acha que vai ralar com os caras e que vai tá lado a lado ali, e vai ter conviver e não quer ser distinguido como Literatura Marginal, sabe? Se você pegar o livro do Malcom [Malcom X, *Autobiografia*], no Harlem, tem os negros que são os negros mesmo e se assumem e tem os negros que já tão mais brancos, tão tomando uísque com os caras, que tão falando baixinho, querendo entrar na sociedade, cê tá entendendo? Então, tem muito cara desse também na periferia. Muito cara da periferia que quer ser elite. A maioria quer ser elite. Os caras não quer ser pobre. E eu também não quero ser pobre! Eu não fiz voto prá pobreza, tá ligado? Só que tem diferença! Até onde você vai pagar o preço prá ser desse jeito. Então, o cara não se assume com uma coisa que pode fortificar a gente, com medo de ser rotulado. Mas ele já tá rotulado! Ele pode tá na alta elite da Literatura que os caras vão olhar: “Tá vendo aquele cara ali? Favelado. É ex-presidiário”. Ele não vai ter boi. Quê que adianta, entendeu? Você tem que ser respeitado pelos seus textos. Mas a rotulação sempre vai ter. Então, o cara não quer ser chamado disso, daquilo; mas, também não é envolvido em nada! Pergunta prá mim onde esse cara tá envolvido? Qual o último livro de trabalho, de coletânea, de autores contemporâneos que ele tá dentro? Nenhum! A gente tem que ser realista. Se não sai a Literatura Marginal – livro, as revistas – se não sai o trabalho do Sérgio Vaz – *O Rastilho da Pólvora* – essas coisas, o cara não tá em nada,*

---

<sup>30</sup>Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007.

entendeu? Então, você sai nos *Cadernos Negros* e depois fala: “Não, eu não sou negro não. Só sai nos *Cadernos Negros* porque eles me chamaram”. Ah!

Ou, ainda, *cair em tentação* – como teria ocorrido, em sua leitura, aos olhos do presente, com Carolina Maria de Jesus:

A Carolina, se ela tivesse um conhecimento ideológico do *hip-hop*, dessas coisas ideológicas que a gente tem hoje, ela não tinha ido pro centro e se entregue naquela forma que ela se entregou, entendeu? Ela fez o jogo do sistema direitinho mesmo e depois disso ela perdeu a legitimidade. Então, ela ficou... Tudo bem, que ela não tinha que continuar na favela que ela tava, que ela podia procurar algo melhor. Mas ela foi logo pro foco, mano! E aí, virou aquela coisa exótica, sabe? *Eu tenho essa sensação hoje de que a gente não tem que se tornar eles prá ser alguma coisa. Porque eles não são nada, mano!* E ela tentou se tornar eles. Eles passaram[essa imagem]: “Agora, ela tá bem...” Sabe? A mídia passou isso. “É possível o negro vencer e ficar legal, que nem a gente!”<sup>31</sup>

Há um questionamento claro da ideia de integração, observando a trajetória pregressa de escritores negros. E com esta crítica no horizonte, as três edições da revista *Caros Amigos/Literatura Marginal* (2001, 2002 e 2004), uma antologia editada pela Agir (*Literatura Marginal: Talentos da Escrita Periférica*, 2005), a inserção na cena literária, bem como a projeção, para outros projetos, além dos de Ferréz, somam um saldo extremamente positivo numa trajetória de dez anos. Todavia, enunciadas as ideias e formatadas as tentativas de formular um projeto, ele parece menos coeso que sua explicitação permitia deduzir inicialmente. Além disso, as alianças entre as éticas e estéticas criativas negra e periférica também entram em atrito por uma série de razões. Seja pela incompreensão mútua de aspectos particulares; pelo interesse midiático mais acentuado numa ou outra; ou, ainda, por complicações de projetos políticos e conflitos geracionais. Isso não impediu, no entanto, aproximações concretas: a partir do número 28 dos *Cadernos Negros*, escritores ligados à estética periférica lançam seus contos e poemas naquela publicação. Ou autores do Quilombhoje começam a participar dos saraus e reuniões nas periferias de São Paulo. Há um certo trânsito entre as ideias e os problemas comuns.

\*\*\*

Importante acentuar que a *ideia de periferia* se torna nuclear para esta discussão, a partir deste momento, deste encontro, nesta década. Como A) ponto de partida e reconhecimento (a origem social dos autores e a posição ocupada no sistema literário); B) método explicativo (*a periferia do sistema social e literário se tornam a referência para a explicação dos processos sócio-históricos, bem como*

---

<sup>31</sup>Esta e a citação imediatamente anterior: Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007. Grifos meus.

para a confecção literária); e, por fim, C) formatação de tentativas de um projeto político, uma vez que, *adentrados na cena*, cada vez mais escritores periféricos são chamados a discutir as mazelas da sociedade. Conquistam o interesse social para explicar os impasses sociais por que *falam desde dentro, vêm e veem de lá* etc. Há uma cínica ironia em que eles tenham de explicar os resultados dos processos sociais dos quais são vítimas. Sugere-se assim, de certa maneira, que a periferia seja um mundo à parte e estranho ao centro. Uma fantasia sociológica semelhante à ideia de *exclusão social*.

Uma vez mais são as Ciências Sociais que voltarão, destacadamente, suas preocupações ao assunto em tela, em particular, a Antropologia Social e a Sociologia. De um lado, pelo pioneirismo, qualidade e seriedade da análise, a antropóloga Érica Peçanha do Nascimento realizou o melhor trabalho até o momento sobre o fenômeno do surgimento dos escritores periféricos<sup>32</sup>. Doutro, tem-se as contribuições reflexivas do sociólogo José de Souza Martins, discutindo criticamente os problemas contidos na ideia de *exclusão social*, retomando uma vertente analítica da Sociologia Brasileira acerca de se tomar a periferia como método e questão sociológica<sup>33</sup>. Vertente presente também na crítica literária, especialmente nas análises de Roberto Schwarz: o título deste capítulo utiliza frase das discussões finais de seu ensaio *As ideias fora de lugar*. Os argumentos desses autores servirão para inserir discussões particulares deste trabalho em tela.

Peçanha procura, depois de historiar as origens do movimento da Literatura Periférica, distingui-lo da estética marginal dos anos 1970. Afirma que existe um esforço, por parte dos novos marginais, embora sem se filiar a nenhuma corrente em particular, em tentar formar um cânone referencial próprio de escritores, “*dotados de semelhante perfil sociológico (como Carolina de Jesus e Solano Trindade) ou que privilegiaram em seus textos temas afins, como João Antônio e Plínio Marcos*” (p. 19). A seguir, ela procederá análise acerca das três edições de *Caros Amigos/Literatura Marginal*, buscando discutir suas especificidades internas, as origens e trajetórias sociais de alguns dos escritores que participaram do projeto – sendo que, entre outros dados, 75% se autodeclaravam negros; 91,6% eram filhos de pais com profissões de baixa especialização e baixo status social. Vale destacar o empenho da autora em participar de reuniões, saraus, encontros, mapeando uma produção cultural à

---

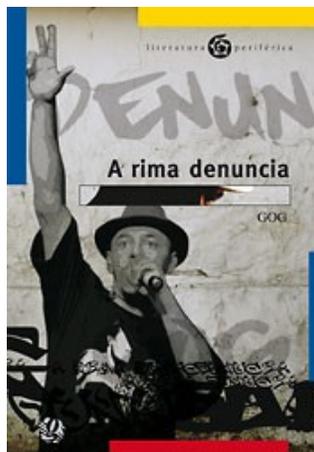
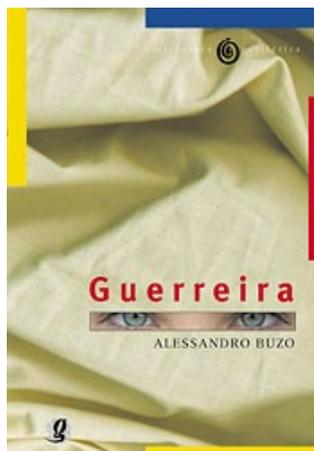
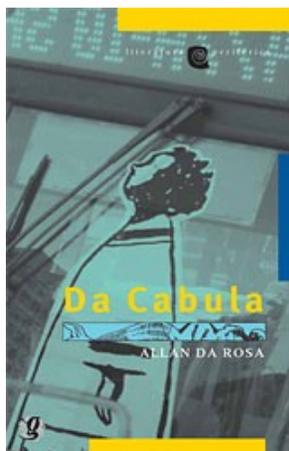
<sup>32</sup>“A pesquisa assumiu os riscos de trabalhar um fenômeno cultural em processo: a falta de um distanciamento histórico, a dificuldade de delimitação de um objeto a ser analisado, a escassez de referências teórico-metodológicas sobre o tema e o receio que a historiografia literária não torne essa geração de escritores parte importante da história da literatura brasileira. Mas, em contrapartida, teve como ganho a possibilidade de uma abordagem crítica no desenrolar dessa movimentação cultural, beneficiando-se do acompanhamento das atividades que envolvem os escritores e do debate público de suas ações, simbólicas e pragmáticas”. Cf. NASCIMENTO, Érica Peçanha do. “*Literatura Marginal*”: os escritores da periferia entram em cena, Dissertação [Mestrado], São Paulo: FFLCH/USP, 2006, p. 175. Em 2009, seu trabalho foi publicado pela Editora Aeroplano (RJ), com o título *Vozes Marginais na Literatura Brasileira*.

<sup>33</sup>MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*, 4<sup>a</sup> ed.[1<sup>a</sup> ed.1997], São Paulo: Paulus, 2009; *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*, 2<sup>a</sup> ed., 2003.

quente. É interessante ainda que, em sua dissertação, ela discute três caminhos possíveis e/ou variações sobre o mesmo tema dessa estética: Sérgio Vaz, Ferréz e Sacolinha. Três apropriações particulares da mesma ideia, em que

[...]na cena cultural contemporânea, a “marca” literatura marginal pode ser usada como diferencial no mercado. Da parte das editoras, agrega-se às obras o valor da “autenticidade” do que está sendo narrado; e da parte dos autores, manifesta-se um certo desejo de marginalidade na escolha do tema ou do discurso assumido, de tal forma que a estigmatização passa a ser o vetor das vendas das obras e da carreira literária de moradores da periferia e presidiários[...] A questão passa a ser *como* os escritores da periferia reinterpretam e utilizam os mecanismos do mercado para veicular seus produtos sem desvincular-se dos projetos do grupo[...]<sup>34</sup>

Ilustração 18: Coleção Literatura Periférica, Editora Global



Esses projetos, suas variações e *esboços* de conformações éticas são testados em direções diferentes, fazendo necessário discutir seus sentidos. De edições de autor ou pequenas editoras,

<sup>34</sup>NASCIMENTO, Érica Peçanha do. “Literatura Marginal”: os escritores da periferia entram em cena, Op. Cit. pp. 62-63.

inicialmente (Alessandro Buzzo, Allan Da Rosa, Sérgio Vaz, Ferréz, Sacolinha, Ridson du Gueto etc.) à publicação coletiva num veículo direcionado a um público *de esquerda* (ou mais *progressista*, no projeto *Caros Amigos/Literatura Marginal*), em 2007, alguns dos escritores lançados por Ferréz – e ele mesmo – alcançam ou consolidam a chancela de serem publicados pelo selo de um grupo editorial e uma editora de grande porte (respectivamente, a Objetiva e a Global). Ao mesmo tempo que suas iniciativas de ativismo lítero-social se tornam cada vez mais conhecidos do grande público e de uma faixa expressiva do mercado cultural brasileiro (Projetos Literatura no Brasil, Cooperifa, 1 da Sul/Literatura Marginal, Edições Toró e, mais recentemente, Selo do Povo).

Como isso altera ou mantém as facetas do projeto desses escritores e ativistas? E como se relaciona com a trajetória do ativismo político-social negro, do qual haveria alguma aproximação ideal e/ou concreta? Érica Peçanha faz etnografia em profundidade dos particularismos dos projetos de cada um dos autores (*Literatura no Brasil, 1 Da Sul, Cooperifa*)<sup>35</sup> o que tornaria absolutamente insuficiente e repetitivo debater seus argumentos aqui. Segundo a autora, esses projetos extraliterários “*merecem destaque não apenas porque desempenham um importante papel na construção da imagem de seus protagonistas, mas por serem instâncias para a produção, circulação e legitimação da produção literária dos escritores da periferia*” (p. 132). A ida, portanto, para editoras comerciais seria uma forma de ampliar circulação de suas ideias, lastreada pelo lugar de onde falam e atuação forte, até o momento, nesse lugar. Embora longo, é muito significativo o painel abaixo, de auto-percepções de alguns desses escritores acerca disso, quando questionados sobre o que significava a *Coleção Literatura Periférica*<sup>36</sup> criada pela Global, em 2007:

Eu acho que não altera em nada porque a gente vai continuar na rua, tá ligado? A gente vai continuar nas comunidades, a gente vai continuar frequentando eventos que a gente mesmo promove de literatura, a gente vai continuar promovendo saraus, a gente vai continuar promovendo essas paradas que a gente tem feito. *Então, estar numa grande editora só vai ser a possibilidade daquela pessoa mais acomodada, que vai só na livraria procurar um livro, não vai numa quebrada, não vai na internet, ele vai chegar lá e vai achar, entendeu? A gente sempre foi uma goteira na cabeça do sistema. A gente sempre incomodou. Só que agora, cara, por uma grande editora, a gente tem agora, mano, a possibilidade de ser mais que uma goteira, de ser logo uma enxurrada, tá ligado? O moleque conhece hoje, amanhã ele não vai ter a única opção daquilo que*

<sup>35</sup>Conferir, em particular, o terceiro e quarto capítulo de sua dissertação: “Experiência social e trajetória literária: considerações sobre três casos.” (pp. 93-132) e “A atuação político-cultural dos escritores da periferia” (pp.132-169).

<sup>36</sup>“Dentro de seu espírito vanguardista, a Global Editora, mais uma vez, sai à frente e lança uma coleção cujos autores apresentam uma característica comum: moram e têm origem na periferia. A coleção *Literatura Periférica* enfoca, como não poderia deixar de ser, a literatura produzida por aqueles que vivem nas “quebradas” e nos “cafundós” das grandes cidades e de lá extraem toda a essência e a verve literária que atraí, a cada dia, a atenção e o respeito de um público cada vez mais amplo.” Extraído do site <http://www.globaleditora.com.br/> Acessado em 05/02/2011.

*vem da televisão, entendeu? Ele vai ter uma opção perto de casa e falar “Mano, aquele maluco ali da minha rua escreve um livro, mano. Vi ele na televisão, vi ele no jornal, vi ele na revista”. Então, ele vai achar que existe uma opção além do cara do crime que tem um puta de um poder que não dura mais de dez anos, né mano? – Alessandro Buzo, autor de *Guerreira, Suburbano Convicto, O Trem* e criador do Projeto *Favela Toma Conta*;*

A Global, editora que vai estar lançando a segunda edição do *Oitenta e Cinco Letras... o que tem de mais valor, que é a distribuição, eles têm distribuição, eles lançam um livro hoje, quando é amanhã já está em todas as livrarias, então, eu acho assim, não só eu, mas acho todos os autores que estão surgindo agora, que estão se autointitulando autores periféricos, autores marginais, autores independentes, não importa, se o cara quer fazer uma revolução ele tem que fazer com que o trabalho dele chegue longe. Isso só vai aumentar mais ainda a nossa autenticidade, por quê? Porque ao invés de a gente ficar naquele grupinho da periferia do Rio, da periferia de São Paulo, de quinhentas, mil pessoas, ficar fazendo uma baixa tiragem de livros, a gente vai tá fazendo dois mil exemplares, três mil exemplares, vamos tá igualando, se Deus quiser, a Paulo Coelho, a *Harry Potter*, esses grandes autores que são denominados hoje. O que adianta a gente abrir uma editora e ficar com cinco, seis nequinhos, cinco, seis branquinhos distribuindo livro aqui, trabalhando livro ali? O livro não vai para as livrarias. Você é de São Paulo, tem um cara lá do fundão do Ceará, lá do fundão de Alagoas que tá querendo comprar o seu livro e o cara não encontra na livraria e, se ele pedir na livraria o livro não vai chegar na livraria porque a gente não tem uma nota fiscal para dar, a gente tem que mandar via sedex e é mais caro, então, assim, a gente tem um grande problema com isso daí. – Sacolinha, autor de *85 letras e um disparo, Graduado em Marginalidade* e criador do Projeto *Literatura no Brasil*;*

*Mano, literatura é uma das artes mais elitizadas desse país, o preço que as grandes editoras praticam é abusivo, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que chegar em outras livrarias que não só as da Zona Sul, a gente tem que chegar em livrarias de outras cidades; a gente sabe também que como independente é muito difícil a gente passar esses livros para as Secretarias Municipais de Cultura, para as Bibliotecas, então esse é o papel de uma editora grande para a gente: A capacitação, a potencialização da circulação e da distribuição. Como eu te falei ontem, eu vendi, pessoalmente, mil e trezentos exemplares do *Vão*, número que para uma grande editora já é fantástico, só que eu vendi focado em Salvador e São Paulo; vamos ver, a gente tá fazendo uma aposta também, a gente não tá achando que ganhou na loteria, mas a gente acha que é uma conquista. O nosso povo, o povo preto, o povo periférico, ele sempre se manifestou através da poesia cantada, falada, teatralizada, não da poesia na página. Então, a gente tem, hoje, que criar novos caminhos, a gente não pode achar que o fizeram vai ser igualzinho hoje, vai ser bom para a*

*gente hoje. Ao mesmo tempo, a gente tem que se alimentar das fontes ancestrais, vê as quilombagens, as mocambagens de antes e fazer direito também, porque cada geração tem a sua urgência. Se não tivesse a Civilização Brasileira lançado o João Antônio, eu nunca teria lido João Antônio; se, ao mesmo tempo, o Quilombhoje, não tivesse trabalho de resistência, trinta anos fazendo independente, eu nunca teria conhecido o Cuti, então, são processos complementares, meu. Como eu te falei ontem, a gente onde as editoras não chegam, as Edições Toró sobem a ladeira, a editora não chega, ao mesmo tempo, a gente sabe de irmão que trampa na Paulista, que mora na Zona Leste e não pode chegar na Zona Sul com a gente, entendeu? Agora, existe uma diferença entre contradição e incoerência. Incoerência acho que seria ficar pagando de Periferia, morando na Vila Madalena, tendo meu livro só na livraria da Vila Madalena por R\$40, tá ligado? [Alguns dizem]"Pô, mas é Periferia entrando na Universidade?", lógico que é, a gente tem que estar dentro, mano. A gente tá a margem e tá dentro, tá ligado? A gente é o umbigo do País, a gente é o coração do País, então, que a gente também seja o cérebro, mas não para o cérebro ficar separado dos passos da sola do pé, tá ligado? Eu acho, também, que é um erro do Movimento Negro hoje, "vamos nos inserir", mas inserir nesse sistema aí, não vai dar para inserir todo mundo, para cada negro que entra na Universidade, entra dez no Presídio, mano. – Allan Da Rosa, autor de *Da Cabula, Vão, Morada* (com Guma) e um dos criadores da editora Edições Toró;*

Esse trabalho que é de subir no morro, colar nas comunidades, de fazer evento literário, forçar a barra de fazer evento literário dentro da comunidade, e descobrir que é mentira que as pessoas não gostam de ler, que a população pobre não lê [né] que a elite lê pouco e a favela lê nada [né], a gente tá desmistificando isso daí com o nosso trabalho.[Tem armadilhas] *Tem tendências, de repente, literatura marginal, daqui uns dois anos, é bibelô do mercado editorial, né? Isso acontece com diversas manifestações negras, na música a gente tem vários exemplos, literatura que é uma parada que não foge dessa regra, por que, mano, a gente tá falando de quê? A gente tá falando de disputa de poder, né mano, de disputa de poder político*, acho que, no fundo, a questão é essa, os caras tão cerceando a gente por diversos motivos e por diversos motivos, de repente a gente não quer estar em alguns meios, pelo menos alguns de nós – **Ridson Du Gueto**, autor de *Notícias Jugulares*, publicado pelas Edições Toró;

[Literatura Periférica]Eu acho que é uma Literatura produzida na Periferia porque, por muito tempo, a Literatura foi negada pra gente, né? Com o discurso de que o livro é caro, de que o País não lê, que a gente odeia ler. Então, a Literatura Periférica marca essas pessoas da Periferia rompendo essa barreira, pô, pera aí, *a Periferia não tem jogador de futebol? Tem pagodeiro, tem o traficante, tem isso, aquilo mais e, também tem o escritor da Periferia*. Então, você marca como uma nova Literatura, é um movimento cultural: chegamos, estamos aqui. *E, a gente quer escrever sobre nós*

*porque a gente passou a vida inteira lendo livros falando de pessoas que jamais estiveram no local em que a gente vive – Sérgio Vaz, autor de Subindo a ladeira mora a noite, Colecionador de Pedras e um dos fundadores do Sarau da Cooperifa.*<sup>37</sup>

O calibre das apostas desses escritores e ativistas é algo que chama atenção. A percepção sobre o momento vivido, a capacidade de conectar o presente com o passado. Há, evidentemente, em alguns, expectativas exacerbadas pelo momento em relação à potencialidade de inserção ampliada no sistema literário. Se, por um lado, a coleção da Global não publicou mais que seis títulos até 2011, por outro confirma a fala de todos acerca de que, o que interessava, era conseguir a distribuição e circulação para um público maior. Ao mesmo passo em que estariam divulgando sua mensagem, estão *aprendendo* como funciona a etapa em que possuem maior dificuldade no processo, o domínio de uma linguagem comercial de massa. Caso estivessem sendo *usados* pelo *sistema*, estariam também manipulando, em algum nível, aspectos de suas amarras.

A luta pelos meios intelectuais e pelos meios de produtos, né? Que lança independente, de fazer toda aquela corrente, sabe? De tentar galgar, de aprender a tramar, de aprender a pegar um padrão capitalista e mudar ele um pouco para não ser tão perverso, tem todo esse lado empresarial que a periferia tá pegando e vai pegar porque quando se tem um líder empresarial a gente vai seguindo também[...]todo mundo está se organizando da sua forma, mano. Entendeu?<sup>38</sup>

Disputando desigualmente o poder (Du Gueto), inserindo-se em lugares alternativos, negados historicamente a negros e periféricos (Da Rosa), passando de personagens ocultados ou estereotipados a autores reconhecidos (Vaz), capazes de propôr uma mensagem ou projeto para seu grupo social originário (Buzo, Sacolinha, Vaz, Da Rosa). O poder em disputa não deve ser compreendido meramente como algo institucional e formal. Trata-se de algo em estado latente, personalizado pelas formas de viver e dizer. Um poder lastreado pela diversidade de pensamento e pela desigualdade de condições.

Isso justifica, por exemplo, os trabalhos de Ferréz e Alessandro Buzo na TV Cultura (quadros como “Interferência” e “Buzão Circular Periférico” no programa *Manos e Minas*) ou de Allan da Rosa como colaborador no programa *Entrelinhas*, da mesma emissora, onde apresenta autores de Literatura Africana. Também a participação no âmbito de políticas de governo, uma vez que Sacolinha se tornou coordenador de Literatura da Secretaria de Cultura de Suzano, a partir de 2005 e posteriormente seu funcionário público. Seria interessante analisar em detalhe cada trajetória para esmiuçar essas questões. Não haverá espaço aqui para isto, no entanto, neste momento. Vale dizer ainda que, além de seu

<sup>37</sup> Todos os depoimentos acima são das entrevistas com Buzo, Sacolinha, Da Rosa e Du Gueto concedidas a Mário Augusto Medeiros da Silva em 12/07/2007, durante o 16º Congresso de Leitura [COLE] na Unicamp. Grifos e colchets meus.

<sup>38</sup> Ferréz. Entrevista: A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento. *Caros Amigos*, São Paulo, ano XIII, n. 151, outubro de 2009, p. 14.

trabalho de mestrado, Érica Peçanha desenvolve esta discussão de maneira ampliada, no doutoramento, acerca da produção cultural da periferia<sup>39</sup>.

*O mundo se despedaça: crise da diversidade, potência da desigualdade?*<sup>40</sup>

Se o lugar de onde falam e o modo de inserção continua a ser marginal, apesar da penetração em veículos midiáticos e culturais, onde têm de disputar a forma como suas imagens e mensagens são difundidas, o pêndulo entre diversidade e desigualdade se faz, mais uma vez, oscilante. Quem fala em periferia tem de, fundamentalmente, discutir o problema da desigualdade social a partir deste lugar de fala. Por outro lado, tal lugar se valoriza em determinados setores que ouvem, valorando uma diversidade que há até pelo menos o fim dos anos 1990 era extremamente negativizada. Os escritores periféricos, com suas formas de dizer e de viver, têm de lidar, assim, com o tensionamento de *participar desigualmente do sistema social e literário*. Mas não estar *excluído socialmente* deles.

Este temário possibilita retomar aspectos da discussão sociológica brasileira, permitindo voltar às teses dos anos 1960, acerca da *integração social* (sendo uma das obras exemplares o trabalho de Florestan Fernandes) e, fundamentalmente, dos anos 1970, com as discussões sobre *marginalidade social urbana* (com trabalhos como os de Luiz Pereira [*Populações Marginais*], Marialice M. Foracchi [*A participação social dos excluídos*], Manoel T. Berlinck [*Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo*], Janice Perlman [*O Mito da Marginalidade*], Lúcio Kowarick [*Capitalismo e Marginalidade na América Latina*]), entre outros. Nos anos 1980 e 90, seria a Antropologia que trataria do assunto, com outro viés, em trabalhos sobre as chamadas *classes populares* (Eunice Durham [“A sociedade vista da periferia”], Teresa Caldeira [*Cidade de muros*], Alba Zaluar [*A Máquina e a revolta*]), etc.

Infelizmente, não haverá condições de esgotar o debate sobre este assunto aqui. Todavia, sem retomar essa rica tradição explicitamente em seus trabalhos, mas dialogando com a mesma e provocando confronto contemporâneo sobre o tema, José de Souza Martins, ao fim dos anos 1990, discutiu os problemas presentes na terminologia *exclusão social*, demonstrando que se tratava de um falho conceito em relação à dinâmica da realidade social e dos papéis desempenhados pelos sujeitos sociais geralmente inseridos naqueles termos. Para ele,

---

<sup>39</sup> Cf. “*Nóis é ponte e atravessa qualquer rio*”: produção, circulação e consumo cultural na periferia paulistana. Projeto de Doutorado de Érica Peçanha do Nascimento (USP), 2007-2011, apoiado pela FAPESP.

<sup>40</sup> Este subtítulo é inspirado no nome do romance do escritor nigeriano Chinua Achebe, *Things fall apart*, publicado em 1958, em Londres. No Brasil, em 1983, a *Coleção Autores Africanos*, da Ática, o lançou como *O mundo se despedaça* e, em 2009, a Companhia das Letras o relançou com o mesmo título. Não significa que possua relação direta com o enredo de Achebe, embora se aproprie da imagem do título de sua obra.

[...]rigorosamente falando, *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes*; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, *não se dão fora* dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, *fazem parte deles* ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam<sup>41</sup>.

Martins afirma que a ideia de exclusão escamoteia a realidade social, ocultando os *processos* de dominação e desigualdade entre os grupos sociais, que cumprem papéis combinados e diferenciados. Para ele, aquele rótulo como tem sido discutido pode até possuir boas intenções, mesmo como fala de movimentos sociais, ativistas e cientistas. Acaba por tentar dar conta de um *movimento* “*que parece empurrar os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas 'melhores' e mais justas e 'corretas' relações sociais*”, quando, de fato, segundo o sociólogo, “*as está empurrando para 'dentro', para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindiquem nem protestem em face de privações, injustiças, carências*” (pp. 16-17)

A subalternidade, a condição subalterna, portanto, está no centro da discussão. O autor afirma que talvez não se tenha dado conta ainda, que se está socialmente substituindo a ideia de pobreza pela de exclusão porque a primeira se alterou. Ser pobre deixou de significar apenas a ausência/escassez dos meios materiais para vivência, corrigida pela possibilidade de *ascensão social*, através de esforço econômico familiar e educação dos filhos. Na condição subalterna, acrescenta-se uma dimensão moral e cruel à pobreza, onde os mecanismos antigos não mais funcionam. Essa nova condição “*cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável*” (p.19), deixando como única alternativa aos indivíduos “*as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão*” (p.21).

Existe uma dupla penalização social do pobre: A) por ser, estrito senso, destituído de condições sociais mínimas, muitas vezes, de existência (por ser pobre, efetivamente); B) por não *conseguir* superar os meios que o condicionam aos graus variados de pobreza, como se a culpa fosse dele pelo fracasso social de que, em verdade, é vítima. Penalizado pelo sistema educacional deficitário e fracassado, pelos meios de vida precários, pelo modelo econômico e político vigentes etc. Cobra-se

---

<sup>41</sup>MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*, Op. Cit., p. 14. E ainda sobre a ideia de processo: “[...]como se a exclusão fosse um deus-demônio que explicasse tudo. Quando, na verdade, não explica nada. Ao contrário, confunde a prática e ação da vítima, que anseia por justiça e por transformações sociais. De repente, esta categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia) que é de exclusão, substitui a ideia sociológica de *processos de exclusão* (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização)” (p.16)

dele, paradoxalmente, uma atitude face às condições sociais que o levaram (e legaram-lhe) a pobreza, como se fosse o culpado pela sua condição. Desenvolvendo melhor seu argumento, o autor afirma que

Rigorosamente falando, só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física[...] Por que agora nós todos percebemos a exclusão e antes não percebíamos? Provavelmente, porque antes, logo que se dava a exclusão, em curtíssimo prazo, se dava também a inclusão: os camponeses eram expulsos do campo e eram absorvidos pela indústria.[...]O problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque começa a demorar muito a inclusão: o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontrar para ser incluído é um modo que implica em certa degradação[...]Em outras palavras, *o período da passagem do momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório*[...] elas se integram economicamente, mas se desintegram moral e socialmente. O mesmo acontece em vários outros[casos]: nas favelas, cortiços, invasões. Já não é o mundo dos pobres, porque as pessoas são reincluídas economicamente, em vários graus e de diferentes modos, que no fundo comprometem radicalmente sua condição humana[...] Este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político.[...] está crescendo brutalmente no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade: uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, excusos[sic] etc. O conjunto da sociedade já não é a sociedade da produção, mas a sociedade do consumo e da circulação de mercadorias e serviços. Portanto, o eixo de seu funcionamento sai da fábrica e vai para o mercado.<sup>42</sup>

Vidas breves, vidas mediócras, precariedade dos acordos instáveis, das trocas lastreadas pela moral desigual dos mais fortes. Em todos os níveis: seja de trabalhadores (*otários*, na ficção contemporânea) ou delinquentes (que, no mundo ficcional, como visto, são os que expressam claramente aspectos do processo). Viu-se que a ficção, confeccionada por negros e periféricos, plasmou essa realidade de maneira acachapante. A não completude das promessas da modernidade brasileira para todos os grupos sociais, em particular os negros, gerou processos de desigualdade que só se cindiram ainda mais. Abolição e República foram sempre os marcos temporais que os ativistas, escritores e intelectuais negros e, agora os periféricos, colocaram como centrais para suas discussões, atuações e confecções literárias. Se a *“novidade da chamada exclusão social é a sua velhice*

---

<sup>42</sup>MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*, Op. Cit., pp. 27-36.

*renovada*<sup>43</sup>, como afirma Martins, não é de se estranhar que no capítulo anterior e neste último se tenha visto proposições acerca da ausência da novidade em estar vivo, numa situação como a se delineia cotidianamente aos que são representados em *Cidade de Deus*, *Capão Pecado*, *Manual Prático do Ódio* etc.

Há, no entanto, uma tensão constitutiva no processo. Ao longo da tese foi possível acompanhar, através do que diziam de si mesmos, diferentes tentativas de evidenciar problemas quotidianos gerados pelos processos histórico-sociais. *Cada geração tem sua urgência*, afirmou explicitamente Allan da Rosa (o que relembra a discussão de Frantz Fanon); e, visto assim, a imprensa e associações negras dos anos 1910-30 e os ativistas político-culturais que em torno dela orbitam tinham de lidar com o imediatismo da Abolição, acreditando que era possível, com educação e comportamento moral ilibado, acertar o passo com o processo social. A igualdade era um reivindicação possível no horizonte, valendo-se das formas disponíveis para tanto: do associativismo cultural ao partido político, da socialização secundária entre iguais para o enunciamento do protesto pela situação da desigualdade. A tônica do protesto e da equiparação pela afirmação da cultura permeou aos anos 1940-1960. A integração ainda estava no horizonte de homens como Abdias do Nascimento, José Correia Leite, Carlos Assumpção, Solano Trindade, Oswaldo de Camargo etc. O acerto de contas com o passado e a atuação efetiva, política e cultural, no presente fecundavam as esperanças para um devir.

O esburacamento do futuro estava presente em *Quarto de Despejo*. A sub-humanidade que Martins detecta nos anos 1990, ao que parece, também já dava seus sinais três décadas antes, pelo menos. Todavia, ainda que escancarada por Carolina Maria de Jesus, as esperanças do futuro ainda não haviam, totalmente, sido frustradas. Na tensão e contradição dos processos sociais analisados, foi visto o quanto se abria um espaço social em que se pudesse protestar, ser ouvido e ter alguma reação. De Jesus e Associação Cultural do Negro, neste momento, evidenciam claramente isso, com o que lograram fazer e impactar. Mas não menos evidentes são seus fins melancólicos, face às mudanças do tempo em 1964 e aos testes da realidade social que, dadas as características do processo, levaram uma década e meia ainda para mostrar publicamente uma reação. Em 1978, o protesto político e cultural ganham notas mais altas, alcançadas graças a todas as escalas anteriores. A integração, no horizonte, não era mais um fim em si mesma e a igualdade, debatida historicamente no universo das associações, jornais e livros de ativistas e escritores negros era criticamente desejada.

Diversidade e desigualdade como temas andam juntos, mas vão se esboroando. O tempo para a realização social é uma dimensão central, como afirmou Martins antes. Aqui, foi visto um tensionamento progressivo entre o horizonte de possibilidades e o horizonte de expectativas,

<sup>43</sup> MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*, Op. Cit., p. 14.

evidenciado claramente, no âmbito do ativismo político-cultural negro, pela prática literária e as mudanças organizativas dos *Cadernos Negros/Quilombhoje*. Que não significou deixar de lutar socialmente em momento algum, nem deixar de escrever, pelos motivos fundantes da publicação. Antes, as alterações internas e as formas de plasmar a realidade demonstram um esforço impressionante desses escritores em recriar continuamente seu projeto político-literário para estar à altura dos desafios da realidade social. O que, obviamente, não significa que tenham acertado sempre.

Todavia, que apostas num futuro para se fazer num mundo que se despedaça? Que é anunciado na iminência de uma explosão? Ou que torna a precariedade das relações sociais, marcadas pela troca esfarrapada entre desiguais, como regra quotidiana e não exceção? A diversidade entraria em crise, a desigualdade se tornaria uma potência, a periferia pode explodir a qualquer momento, como suscita Ferréz?

Eu acho que a gente tem toda uma classe querendo se inserir e que não vai poder ser inserir, não tem espaço, não tem organização.[...]O Governo Lula deu estabilidade para todo mundo poder comprar um carro parcelado, uma casa parcelada, uma roupa parcelada, mas você não tem aonde por tudo isso, você não tem estrutura na quebrada para por tanto carro, os carros ficam no meio da rua, os açougues estão lotados, entendeu? Não tem comida boa, todo mundo come na mesma pizzaria. Não tem estrutura para se viver melhor[...]o que se está dando é ilusão de que se tem dinheiro, é ilusão.[...]A saída é que o povo já tá se mexendo, isso não é utopia minha, é realidade, quando você vê uma favela reagindo, quando você vê um ônibus queimando, não é o crime, por mais que a mídia queira[...]Quando a gente é ouvido, que nem eu sou ouvido, que nem os outros caras do Hip Hop são ouvidos, os caras da literatura marginal são ouvidos, quando a gente é ouvido, aí você começa a perceber que a gente tem importância e alguma coisa tá acontecendo, entendeu? [...]vai chegar um dia que uma agressão a um menino ou menina vai virar uma revolução em São Paulo inteira e São Paulo não vai se controlar, vai pegar fogo São Paulo inteira. Uma agressão. Vai chegar num momento que um cara vai tomar um tapa na cara que vai despertar o ódio de todo mundo de todas as quebradas e aí haja mentira para a mídia mentir.[...][O momento] é incalculável, não dá para responder. Aí eu ia ser profeta se eu falasse para você. [...]a população, a massa ela é pensante de uma forma totalmente diferente da minha. Eu tô dentro da quebrada, eu respiro a quebrada, mas ao mesmo tempo eu leio Doistoievski na minha casa, entendeu?[...] É outro ponto de vista, não tenho legitimidade para ter o pensamento certo sobre esta resposta, entendeu?<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup>Cf. Ferréz. Entrevista: A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento. *Caros Amigos*, São Paulo, ano XIII, n. 151, outubro de 2009, pp. 14-15.

Ilustração 19: Cadernos Negros, 1997-2008



*Calibrar para se adequar e fazer frente ao debate contemporâneo, ajustando as lentes capazes de plasmar a realidade no universo ficcional, pode ser a última expressão de retrato de grupo a ser discutida aqui, sobre o Quilombhoje/Cadernos Negros. O lançamento de *Cidade de Deus* e, posteriormente, de *Capão Pecado*, traziam à baila, simultaneamente, duas importantes projeções de escritores autoidentificados como negros, que singravam por fora da ética do ativismo político-literário no qual, a geração que criou os *Cadernos Negros* e o Quilombhoje ao fim dos anos 1970 e começo dos anos 1980, como visto, estava unguida, socializada no movimento político, nas universidades e com forte aposta nas possibilidades do futuro. Os dois romances, que fecham a década de 1990, trazem um cenário mais desolador e árido. O futuro, paradoxalmente, teria de ser pensado a partir de um panorama em que o devir é enunciado como falido e estéril.*

A aposta na diversidade literária e social, na presença do escritor negro e sua confecção literária, apresentando seus temas criativos, sempre cumpriu uma longa e importante etapa no projeto dos *Cadernos*, fecundado pela entrada contínua de novos escritores. Como visto, chega-se à formulação

dos *poemas e contos afro-brasileiros*, como subtítulo, além de capas que tornassem as representações de corpo, família e laços de afetividade negros extremamente positivados. Contudo, é possível afirmar que se inicia um questionamento interno ao coletivo, reduzido a dois organizadores e um grande número de novos escritores que, ladeados pela participação de alguns mais antigos, também tentarão se colocar no debate central da década: a periferia como ideia forte, a desigualdade acentuada como mote para o protesto e ação social. É uma paisagem política e cultural em que, de fato, *nunca houve tanto fim*. A expressão pode ser lida de duas maneiras: nunca se enunciou tanto a decadência e falência, ao mesmo tempo em que, ao fazê-lo, nunca se teve tanto propósito.

O passado ainda serve de referência forte e marca os passos por onde os novos questionamentos deverão se questionar. O velho militante Abdias do Nascimento, em 1999, abre o volume 22 da série alertando que os *Cadernos* “[...]atravessam o milênio com a grandiosidade de terem sido uma das mais importantes marcas da cultura e da luta do povo negro nesse século. É uma iniciativa que revigora, na lembrança e no cotidiano, um modo de resistência, um quilombismo, que nos permitiu ser povo num cenário tão devastado pela violência da escravidão e do racismo, patologias crônicas das elites e do Estado nacionais”. E, assim, sendo, a publicação se constituiria numa espécie de território livre para afirmação de aspectos dessa identidade, pois, como afirmam os organizadores, Márcio Barbosa e Esmeralda Ribeiro, ali é “onde pode-se transgredir o silêncio e trazer para o acervo literário coletivo o patrimônio cultural negro, é onde podemos arquitetar o riso e tecer o sonho[...]”.

É muito significativo que um dos contos deste volume aposte fortemente no conhecimento e na cultura como promotores da diversidade e da mudança. “Trabalhando em silêncio”, de Ricardo Dias, deixa patente a crença que a conscientização de ser negro, através do autoconhecimento, é arma para combater o racismo. Contando a história de Benedito, humilhado e ofendido cotidianamente na firma, onde o narrador e este personagem trabalham, aproveita e crítica a militância, pois, como afirma, “[...]pra fazer algo de bom pra um irmão negro não é preciso reunião, onde todos falam bonito e ninguém decide nada. Basta fazer e pronto.[...] Faço com cada um que precisa, debaixo do quieto e sem muito alarde.” (p.81)

Mas fazer exatamente o quê? Depois de muito ver Benedito ser ofendido sem se defender, ele conversa com o humilhado e diz: “Vou lhe emprestar os livros que tenho. Eles estão à sua disposição. Você vai ler sobre o nosso povo, saber quem somos, como fomos trazidos para cá, e por que hoje vivemos assim. Depois, quando alguém chamá-lo de negritinho, você vai dizer: “Negritinho, não. Negro, com muita honra”. (p.83) E, como se a consciência e enfrentamento da discriminação se processassem como num passe mágica, é o que acontece.

Trata-se de uma solução que mostra aspectos do esgotamento na promoção da diversidade, que careceria de maior sentido. Às formas de viver, estando bem representadas, dever-se-ia agregar um alvo a ser perseguido, que tivesse razão de ser. A diversidade não poderia mais ser um fim em si mesma; tampouco a sociedade poderia se alijar deste debate. Estando o sujeito consciente de suas raízes, de seu corpo positivizado, de seu passado (ou, como geralmente é tratado, *ancestralidade*), deve haver um próximo passo a ser dado, no ano que fechava um milênio. Passo este que, já ao longo de todo o século XX, havia sido dado mormente sozinho pelos escritores, ativistas e intelectuais negros. Isso aparecerá em três poemas, de autores de distintas formações e gerações, no volume 23:

*Não vou mais lavar os pratos* - “Não vou mais lavar os pratos./ Nem vou limpar a poeira dos móveis/ Sinto muito. Comecei a ler. Abri outro dia um livro/ e uma semana depois decidi/ Não levo mais o lixo para a lixeira. Nem arrumo/ a bagunça das folhas que caem no quintal./ Sinto muito./ Depois de ler percebi/ a estética dos pratos, a estética dos traços, a ética, a estética/[...]”, Cristiane Sobral. (pp.18-19)

*Trincheira* - “falaram tanto que nosso cabelo era ruim/ que a maioria acreditou/ e pôs fim/ (raspouqueimoualisoufrisoutrançourelaxou...)/ ainda bem que as raízes continuam intactas/ e há maravilhosos pêlos crespos/ conscientes/ no quilombo das regiões/ íntimas/ de cada um de nós”, Cuti (p.36)

*Candomblack* - “*black cradle/come back*” [berço negro, volte], Sidney de Paula Oliveira, (p.101)

Apesar disso, no entanto, há a constatação dos organizadores do volume que, “[...]Nos últimos tempos, aberturas estreitas têm se mostrado à população afro-descendente, em geral, e aos escritores em particular. É por essas pequenas aberturas que se insinuam nossas esperanças e nossa energia. [...]” (p.11). Pequenas aberturas que são insuficientes, uma vez que, segundo Barbosa e Ribeiro, “queremos que cada pequena porta se escancare para que passem muitos.”. Assim, a cobrança social passa a ter um outro alvo.

Mas, como fazer, efetivamente, para que a porta se escancarasse? A perseguição da integração e igualdade social, garantidas e efetivadas como direito social, não estava mais no horizonte do ativismo político negro há décadas, sendo enunciados como protesto e luta social há muito tempo. Por outro lado, a discussão a partir da periferia, social e literária, como visto, ou não acreditava mais na efetividade daquelas promessas (dada a tragédia do cotidiano, expressa pela Literatura); ou, então, forjava projetos de ativismo político-cultural como um *ato*, um ato de guerra ao sistema. Vale lembrar: as três edições de *Caros Amigos/Literatura Marginal* são nomeadas assim. Entre outras coisas,

expressa-se a *satisfação em agredir os inimigos novamente*, num ato de *terrorismo literário* (ver capítulo II). Em *Cadernos Negros*, isso se processa, à sua maneira, na apresentação do volume 27, de 2004, do seguinte modo:

Desde 1978 os Cadernos Negros vêm cumprindo o papel de trazer à luz tal literatura. Em sintonia com outras conquistas da população afro, os Cadernos avançam no campo da palavra escrita mostrando possibilidades. Seu caráter independente, porém, impõe algumas restrições, notadamente as ligadas à sua inserção no mercado. Se em outros campos houve conquistas institucionais, como criação de assessorias, conselhos, secretarias etc., voltados à questão racial, isso não tem tido reflexo para o campo da literatura negra, que conta quase sempre só com sua própria energia, sem nenhum tipo de financiamento, firmando-se na necessidade de expressão de quem se dispõe a escrever. (p.11)

Da *realidade das ruas* (1978) para as *conquistas institucionais* (anos 1980, 90 e 2000), um longo caminho se processou, em que as lutas por representação e reconhecimento da diversidade se consolidaram em alguns aspectos. Em 2002, no volume 25, os organizadores da série haviam afirmado que “*A identidade é um processo, e seu projeto vai se modificando ao longo do tempo[...]o mundo que estes poemas retratam é bem diferente daquele de 78. Em termos políticos, o país se democratizou e o discurso libertário negro contaminou a sociedade. No campo da escrita, nossa literatura atingiu público e universidades.*” Isso foi de extrema importância, mas dada a constatação da citação em destaque acima (2004), não foi suficiente.

Refleta-se: A ampliação do caráter endógeno das publicações – comum a quase toda história do ativismo político-cultural negro no século XX – não significa, diretamente, a inserção plena no debate público abrangente – sua recepção nos jornais, por exemplo, é quase nula<sup>45</sup>; a penetração nas universidades brasileiras e seus cursos, através de dissertações, teses aulas e alguns estudantes e professores interessados não demonstra uma canonização ou o interesse da academia brasileira em debater francamente as questões propostas por esses autores – nas principais universidades do país, por exemplo, raras são as que têm as coleções de volumes quase completas<sup>46</sup>; por outro lado, tem-se uma circulação internacional dos *Cadernos* e seus autores muito interessante: já se viram as iniciativas de Moema Parente, Charles Rowell e, mais recentemente, de Niyi Afolabi, intelectual africano professor

<sup>45</sup>“Já pensou no *Fantástico*? Eu rezo pra aparecer uma matéria boa no *Fantástico*... Não aparecer, que nem eu falo, 5, 2 minutos de *Fantástico*, se alguma coisa errada a gente disser, Quilombhoje, destrói todos aqueles 32 anos de trabalho. Eu rezo pra, se tiver que falar alguma coisa, fala coisa boa. Então, é melhor o silêncio...” Entrevista com Esmeralda Ribeiro a Mário Augusto Medeiros da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, São Paulo, 17/04/2010.

<sup>46</sup>Exceções sejam feitas ao site Literafro da UFMG, coordenado pelo Prof. Eduardo Assis Duarte (<http://www.letas.ufmg.br/literafro/>) e à UFBA, que inseriu em sua prova vestibular os volumes *Cadernos Negros* melhores contos e poemas, através da Profa. Florentina de Souza. Na Unicamp e na USP, existem alguns exemplares esparsos, doados por pesquisadores e autores, por exemplo.

em universidades estadunidenses<sup>47</sup>; mas, a institucionalização de algumas pautas do movimento social negro pelo Estado e governos não significa conquista de poder político como um forte grupo de pressão; a independência de veicular as formas de dizer e de viver do grupo social representado não significa apoio seguro para o próximo número (já que se conta apenas com a própria vontade de escrever e negar a negação); a esfera da produção, fecunda e contínua, há décadas, não superou a inserção marginal na esfera da circulação e da recepção (o mercado); em suma, no início do novo milênio, a história social e literária do grupo negro mantém ligações estreitas, não somente positivas, com diferentes aspectos de seu passado. Seus descendentes diretos, os periféricos, se aliam a eles, entre outras razões, por todos esses motivos.

Contudo, e os precursores negros? Como veem os periféricos? Há uma desconfiança curiosa, justamente pelos ativistas e escritores do segundo grupo provocarem interesse crescente (mas, talvez, circunstancial) do mercado de bens culturais e lidarem melhor com ele e suas decorrências: os escritores periféricos surgem em meio ao desenvolvimento crescente, por exemplo, da internet. Todos têm uma página pessoal, um *blog*, onde divulgam informações de seus trabalhos, lançamentos, textos inéditos, contatos. Amplia-se substancialmente o acesso a um público, além de ser possível se conectar e fazer valer mais facilmente a *periferia* enquanto ideia (portanto, capaz de ser globalizante) e não apenas circunscrita a uma dimensão geográfica, do bairro, da realidade imediata.

E, por usarem sua identidade social, outrora, deteriorada e estigmatizada negativamente para manipular as esferas de edições de livros, publicações em jornais, produções de séries e programas televisionados, lançamento de filmes, também geram estranhamento. Isso tudo, visto pelo lado positivo, já que se aposta aqui que não sejam os escritores e ativistas ligados à confecção literária periférica os manipulados da relação com o mercado. Embora já a partir do número 28, em 2005, Sacolinha e Allan Da Rosa passem a publicar quase regularmente trabalhos seus nos *Cadernos Negros* (tanto quanto Elizandra Souza, outra escritora ligada à Literatura Periférica/ Marginal), os coordenadores do Quilombhoje Literatura afirmam que:

Eu acho legal, de estar transitando, porque eu acho que soma mais à literatura, soma mais ao que nós estamos fazendo também, ao nosso trabalho. Porque a gente vê muitos negros fazendo literatura periférica, da periferia, e dizendo ‘não, minha literatura é da periferia’. Então, assim, é que na periferia tem os negros, eles falam, tem os brancos, tem todo mundo. Mas, é que literatura, todos

---

<sup>47</sup> Cf. AFOLABI, Niyi. *Cadernos Negros: Literatura Afro-brasileira contemporânea/Black Notebooks: afro-brazilian contemporary literature*, Trenton, New Jersey: Africa World, 2008; *Cadernos negros : movimento literário afro-brasileiro contemporâneo/ Black notebooks : contemporary afro-brazilian literary movement*, Trenton, New Jersey: Africa World, 2008; *The Afro-Brazilian mind : contemporary Afro-Brazilian literary and cultural criticism*, Trenton, New Jersey: Africa World, 2007. Todos em edição bilíngue, em parceria com Márcio Barbosa e Esmeralda Ribeiro.

nós fazemos, pode ser negro, japonês, índio, nós estamos lá, na periferia, não importa, nós estamos na periferia, então, eu faço o mesmo poema que você, eu, você, o Márcio. Assim, não tem um pouco o diferencial. Eu acho que quando a gente – estou puxando a sardinha pro meu lado – faz literatura afrobrasileira, a gente está falando mais da vivência, está assumindo uma postura que corre os riscos. Quando você assume, você corre... Eu acho que talvez ela veio até querendo um pouco que se esqueça de que existe essa coisa de literatura negra. Literatura da periferia diz assim; não existe literatura negra, todo mundo produz tudo, e pra quê falar essa palavra, literatura negra? Não. Literatura da periferia, ponto. Nós somos todos pobres, somos todos negros, brancos, enfim. Somos todos iguais. – Esmeralda Ribeiro.

Eu acho que eu concordo com a Esmeralda. Então, vai ficar até mais palatável pras esquerdas brasileiras falar ‘olha, no Brasil, o que existe não é uma questão racial, existe uma questão de classe.’ Na verdade, quer dizer, se o cara for negro, mas tiver dinheiro, então, tá tudo certo. Então, esse discurso da literatura, essa postura da literatura periférica também acho que passa um pouco por aí. Não vou dizer que os meninos estão, sabe, com esse tipo de ideologia, mas, com certeza, eu acho que passa por aí, fica mais palatável pra esquerda, inclusive, fica até mais fácil de você arranjar financiamento de projetos, entendeu? E aí, quando você fala de negro, a coisa fica mais complicada. Você já vai estar entrando no discurso racial, aí, você já está indo contra a ideologia oficial brasileira, que é a ideologia da democracia racial. – Márcio Barbosa.<sup>48</sup>

O futuro, espera-se, que felizmente esteja em aberto. Embora de enorme importância, não é apenas a ideologia da democracia racial o grande dilema e desafio brasileiro. Ela é centralizadora de uma série de questões, que os periféricos agregam, incorporam e, de certa maneira, ultrapassam, na medida em que conferem concretude a discussões que, historicamente, os tornaram aliados do grupo negro: as discussões sobre o lugar natural; sobre a organização racializada e economicamente segmentada do espaço público; a violência e a dominação cotidiana dos processos sociais; o não cumprimento das promessas do futuro, que penalizam diferentes sujeitos por sua condição no mundo etc. As incompreensões de ambos os lados sobre como um e outro grupo político-literário atuam têm a potência para serem superadas, no sentido de combater a participação social precária, tanto no sistema literário quanto no social. Literatura Negra e Periférica possuem estreitos laços de parentesco, fundados nas origens e lutas sociais, problemas comuns e processos sócio-históricos vividos por seus produtores. O eu como potência, tão criativo e ativo na confecção literária e proposição social, capaz de operar às próprias custas e a duras penas a passagem de personagem a autor, não deveria servir de entrave, na cena política, ao protagonismo social do sujeito histórico. O autor desta tese reconhece, mais que em

<sup>48</sup>Entrevista com Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 17/04/2010, em São Paulo.

outros momentos, ser explicitamente normativo aqui. Mas se o faz, é por apostar em alguns aspectos do futuro.

## CAPÍTULO 10: REVISITANDO O TODO E AS PARTES

No trabalho, procurou-se articular cada capítulo intimamente ao outro, complementando-o, como um elo de corrente. Esses elos possuem uma espécie de sub-tese, como uma variação sobre o mesmo tema, uma cadeia de explicações que se ampliam a cada nova etapa. Pensada assim, entre o todo e as partes, no entanto, o problema que acabou guiando todo o trabalho é: as ideias de Literatura Negra e Literatura Periférica como forças sociais importantes para esses grupos, ao longo do século XX e na emergência do século XXI. Elementos de socialização, capazes de forjar projetos individuais e coletivos, de enfrentar a realidade social e a condição histórica legadas a seus grupos. A Literatura é a peça central, que dialoga e se confunde com o ativismo político, com as questões sociais, com os dilemas institucionais da História Brasileira. Ela enuncia a denúncia e o protesto, plasma a realidade no mundo ficcional, projeta cenários alternativos. Segue suas regras criativas de beleza, equilíbrio e força enunciativa do mundo ficcional tanto quanto, em alguns casos, quando perde autonomia total para protocolos éticos.

\*\*\*

Entretanto, por quê a confecção literária desempenhou e exerce ainda papel tão importante? É uma questão de fôlego: ela faz os sujeitos negros e periféricos ressignificarem seu lugar simbólico e negar os impactos históricos, forjados pela crise da modernidade brasileira, que ossificaram uma espécie de *lugar natural* para aqueles indivíduos e grupos. A Literatura expressa seus juízos de valores; é a possibilidade de negação da negação; é a síntese de um tremendo esforço, simultaneamente pessoal e coletivo; promove a passagem de personagem a autor e, neste caminho, engaja, na maioria das vezes, direta ou indiretamente, ideias social e literariamente importantes.

Não está respondida a questão da razão do interesse e privilégio dos grupos sociais negro e periférico a esta forma estética; observa-se, no entanto, que ela é recorrente. Talvez por ser a Literatura, das Artes, a mais barata na sua forma de produção. Mas esta é uma resposta precária e, vale dizer, algo preconceituosa. Sociologicamente ela se justifica, pelo fato de estarem, escrita e leitura, diretamente relacionadas à socialização escolar e às formas solidárias históricas, ligadas aos grupos associativos e projetos coletivos. Assim sendo, pelo ambiente educacional e pelos laços de solidariedades afetiva, política e cultural, a Literatura permeou o universo de ativistas, escritores e intelectuais. Mas, e no caso de autores como Carolina Maria de Jesus e Ferréz? Somente o eu como potência é explicativo? Por quê a Literatura?

Allan da Rosa parece ter sintetizado o problema de maneira interessante: Escreve-se porque não se precisa apenas do básico para viver. Entre os mínimos vitais e o ramerrão de uma vida quotidianamente mediocrizada existe um espaço para a afirmação do humano, importante e imponderável. A Literatura, a Arte, no geral, proporcionam isso, ao afirmar a potência do indivíduo que quer dizer algo sobre o seu entorno, algo que suplante o horizonte vivido e imposto, que transmita uma mensagem para os que lhe são semelhantes ou o fazem diferente. Uma criação artística circunscrita contextualmente, com intenções, problemas, questões particulares; mas que, ao mesmo tempo, se torna atemporal e universal, pois se trata de uma confecção estética. As Literaturas Negras e Periférica, com seus escritores e ativistas, operam nesta chave ao longo de todo o século passado – e, talvez, continuem fazendo isso enquanto tiverem fôlego. Os escritores negros e os escritores da periferia, que não se atrelam àquelas éticas criativas não se distanciam do problema em tela também: o papel da arte e a missão do intelectual.

\*\*\*

Sendo ideias forjadas esteticamente e formatadas, não raramente, nas lutas sociais travadas por seus grupos, ou baseadas nas vivências individuais, as Literaturas Negra e Periférica (e seus escritores), por maior reconhecimento que alcançaram, tiveram de operar na marginalidade do sistema literário, em diversas ocasiões, coincidente com a situação dos grupos sociais que tencionaram representar. O que não significa, seja para o grupo ou para sua confecção estética, que estivessem excluídos social e literariamente. Suas ideias geraram problemas estéticos em ressonância com questões sociais; estabeleceram diálogos com ou confrontaram as análises das Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), aliando-se tanto e quanto foi possível na construção de horizontes de possibilidades e expectativas comuns. Seus embates foram, no século XX, pautados pelos embates entre diversidade, desigualdade e reconhecimento social e literário.

As direções assumidas são, em diversas ocasiões, resultados de projetos forjados e de testes provocados/sofridos da realidade social envolvente; ela também impõe desafios aos ativistas, escritores e intelectuais negros/periféricos. Às suas ideias e ações corresponderam respostas positivas ou adversas, situações sociais propícias ou complicadas. Isso não os impediu de gestar projetos, mais ou menos claros e coesos. Vozes de protesto, sujeitos auto-imbuídos de tarefas/missões; individual ou coletivamente colocam questões importantes para a confecção literária e para questões sociais.

Homens e mulheres negros, de estratos baixos ou intermediários, a quem suas origens sociais jamais foram deixadas de esquecer ou esquecidas. Recorde-se, como enfatizado antes: o *Quarto de*

*Despejo* é o diário de uma *favelada*; os *Cadernos* são *Negros*; o *Cidade de Deus* seria um *romance etnográfico* de um (ex)*favelado*; a Literatura dos anos 2000 é *periférica*. Se tudo pode ser lido como estigma, há também em certos momentos, *usos positivados dessas marcas sociais de desigualdade*. Deve-se lembrar também que há formas organizativas semelhantes entre a Associação Cultural do Negro e o Quilombhoje/Cadernos Negros, tanto quanto trajetórias sociais e literárias aproximáveis entre Carolina Maria de Jesus, Paulo Lins e Ferréz. Sendo o protesto e a valorização cultural alguns dos pilares da atuação do ativismo político-literário dos anos 1950/60, eles se reafirmam ao final da década de 1970, com o acento das demandas dos novos tempos e da configuração dos grupos e seus problemas em tela.

\*\*\*

Os fatos se conectam, entretanto, numa trilha, paradoxal e simultaneamente, forte e fraca, tensa e coesa, não linear e, na maior parte do tempo, lacunar. Expressões aplicáveis tanto à confecção literária quanto aos grupos, lutas sociais e seus autores. O paradoxo, aliás, possui bases históricas: se as trajetórias individuais e sócio-literárias são lacunares, se o que vem depois desconhece ou tem lapsos embaçados do que lhe antecede, como construir laços mais fortes, conexões de sentidos mais expressivas, alianças de interesses mais eficazes, em suma, um horizonte comum de perspectivas num projeto articulado? Gestadas as ideias, como seus efeitos podem se aproximar e perdurar, assim, de suas confecções originais? Por que parece se reinventar o tempo todo um caminho que já foi percorrido por outros?

Há um momento, ainda, em que aquilo que geralmente é caracterizado como falta, precário ou socialmente poluído e interdito passa a ser valorizado e legitimado como um bem positivo. E este momento, como foi possível demonstrar, historicamente causou tensão entre o *projeto individual* e o *projeto coletivo*, notadamente, dos escritores negros. Relembre-se: Carolina x ACN; Lins x Quilombhoje, para se restringir aos autores estudados. Houveram encontros de perspectivas, mas não sem fricções e, no limite, rupturas. Mesmo entre a Literatura Negra e Periférica, como se pôde ver, isso aconteceu.

A tensão constitutiva entre as relações estabelecidas com as esferas do mercado de bens culturais, o interesse maior por uma confecção estética em detrimento da outra, levam a fricções na possibilidade de aliança de um projeto comum, literário e político-social. Embora exista uma troca mútua de referências, participações em eventos (saraus e debates), citação de escritores e ativistas do passado na forja de um cânone comum (tanto para negros como para periféricos), edição comum de

textos nas publicações de ambos os grupos (periféricos publicam nos Cadernos Negros tanto quanto esses escritores lançam seus textos em espaços periféricos) etc. ainda existe um descompasso e desencontro entre as proposições. Aparentados pelas relações histórico-sociais de seus grupos; enunciadores de éticas e protocolos criativos muito parecidos; preocupados seriamente com as possibilidades de um futuro, tanto para suas confecções estéticas quanto para os dilemas sociais de seus grupos, o trânsito das ideias entre ambos ainda não encontra um perfeito acoplamento.

Talvez o pesquisador devesse perguntar antes de tudo: deveria? Em caso positivo, novamente, se questionaria: qual o sentido assumido a partir de então? Que fariam com isso? Articulariam um projeto coeso, social e literário, capaz de atingir seus objetivos? Em caso negativo, talvez seja interessante pensar que é justamente a fricção e desencontro que promove a invenção na rotina. Não existe oposição direta; antes, um deslocamento parcial de perspectiva dentro de um horizonte de possibilidades. Os sujeitos sociais, os protagonistas históricos, os ativistas político-literários, os artistas devem percorrer os caminhos que forem capazes de forjar individual e coletivamente, independente da latência dos processos históricos ou das expectativas das análises sociológicas.

\*\*\*

Estética e ética; formas de dizer e formas de viver; *liberdade* autoral versus protocolo criativo: pode um *autor* ser realmente livre? Instaurado um discurso do qual/ ao qual ele se identifica ou é identificado, ele pode *escapar ao tema*? Obviamente, isso não é um problema particular dos escritores negros e periféricos. José Lins do Rego morreu associado à pecha do memorialismo regional; Primo Levi às memórias dos campos de concentração; João Antônio ao universo marginal; Júlio Cortázar ao insólito da vida social; James Baldwin à negritude e o homossexualismo etc. Enfim, mesmo não sendo uma questão particular, ela se agrava ao fato de, em geral, em se tratando de negros e periféricos, existe tanto uma expectativa quanto à sua capacidade criativa quanto ao que vá, efetivamente, criar. É o que movimenta o sistema literário, no caso dessas estéticas, nas esferas da circulação e recepção.

A espera e cobrança do segundo trabalho, do próximo volume de uma série, também são fatos recorrentes. Vejam-se os casos de todos os autores e grupos estudados aqui, com ênfase em relação a De Jesus e Lins. O próximo passo deve, necessariamente, superar o anterior; e, com ele, manter alguma relação. A autonomia criativa se subsume às pressões sociais em vários aspectos. O eu como potência, então, tende a se tornar aprisionado pelos desafios sociais? Por outro lado, dado o engajamento dos autores nas questões sociais, é o que, muitas vezes, os identifica e os faz agir. Tem-se assim um problema fundamental: a busca incessante pela liberdade da condição humana, expressa através da

Literatura, pode, muitas vezes, criar tensões e limites para a criação literária, que é um ambiente de liberdade por excelência? Infelizmente, embora proposta, é uma questão fora do alcance atual para que este pesquisador responda.

\*\*\*

Contudo, não deixa de ser importante discutir e pensar algo, de que o autor desta tese foi questionado em diferentes ocasiões (seminários, debates, diálogos com colegas etc.): por quê o associativismo, no meio negro vivencia continuamente crises? Por que suas proposições não ganham perfil mais perene? O mesmo valendo para o ativismo periférico. Para se restringir ao século XX, viu-se partes da trajetória da imprensa negra paulista (contada por quem a fez ou discutida por pesquisadores) e as oscilações constantes entre a capacidade de seus projetos se manter. Tanto por questões internas (divergências quanto à direção a ser seguida pelo grupo; uma liderança questionada; problema de autofinanciamento etc.) quanto pelas condições sociais adversas (crise política; problemas com fontes externas de financiamento, desafios sociais de enorme envergadura etc.). A Literatura e Teatro Negros, sempre articulados com a Imprensa, seguem o mesmo caminho.

Todavia, como sempre, a relação é de dupla mão: são as mesmas adversidades internas e externas que explicam a existência desses grupos associativos e suas ações, além da busca por reconhecimento e igualdade na realidade social. Um esboço de resposta é: O associativismo, portanto, é fundado na crise e dela se alimenta. O embate das ideias não trafegou, jamais, em águas tranquilas, para negros e, agora, periféricos. Os momentos de crise são explicativos da capacidade de conferir respostas sociais e criativas artisticamente para esses grupos. É quando a crise se acentua que acontece a invenção na rotina.

Quando o projeto, de alguma maneira se consolida, (relembre-se, o caso da Frente Negra Brasileira, do Teatro Experimental do Negro ou da Associação Cultural do Negro), não se pode ignorar o nível de adversidade interna e externa que o confronta. As respostas dadas, na maior parte do tempo à altura do desafio, também são minadas pelos enfrentamentos internos. Há que se lembrar e enfatizar também que se tratam de homens e mulheres que se projetam às próprias custas, admiráveis em sua capacidade de articulação e enfrentamento a testes da realidade social impressionantes. O que vale também, com as ponderações devidas, para os ativistas e escritores periféricos contemporâneos. Em suma, é mais fácil constatar a recorrência do problema que explicá-lo cabalmente.

\*\*\*

Não significa dizer, contudo, que os projetos são sempre perdedores. Eles possuem alcances e limites variados. O principal enfrentamento é, continuamente, a negação da negação. Entre o indivíduo e a sociedade envolvente, entre o sujeito e o grupo social, entre as visões da política e da cultura. A afirmação literária e política do grupo negro e periférico é uma tensão constante entre o eu como potência e a coletividade, opondo-se visões externas e internas aos grupos, concernentes ao lugar e trajetória *naturais* dos sujeitos cuja origem social é aquela.

Foram aqueles alcances e limites que se procurou discutir em profundidade. Claro que, dada a amplitude de temas e autores e a preocupação de articulá-los num arco histórico, pode perder nuances e particularidades. Mas foi justamente a construção desse arco que permitiu ver semelhanças processuais nas trajetórias dos grupos e autores, no trato social conferido a eles e onde cada um conseguiu chegar e propor algo socialmente. A lacuna é, assim, um grande problema. Tanto para a interpretação quanto para a atuação dos sujeitos. Como visto, as trajetórias biobibliográficas dos sujeitos e as histórias de sua lutas sociais não são conhecidas, majoritariamente, em detalhes. Nem por eles mesmos, tampouco por pesquisadores. No que diz respeito à literatura, a crítica e as informações documentais, são insuficientes ou precárias. Em relação aos processos sociais, continuamente truncados por questões externas, parece-se sempre estar, para escrever de maneira deselegante, inventando a roda. O diálogo e as proposições comuns às análises científicas se interrompem, não são retomados ou se esfacelam sem observação do que foi feito antes. Foi o caso da Sociologia com a Literatura, em relação ao negro.

No limite, a percepção se assemelha sempre ao fracasso e à perda porque ele parece se reiniciar continuamente, porque se desconhece ou não interessa a história dos grupos subalternizados; porque não se lê nas entrelinhas dos trabalhos já realizados. Todavia, mesmo que escassos, arquivos como os da Associação Cultural do Negro e fontes orais para entrevistas detalhadas ainda existem, o que permite criar mecanismos de discussão dos problemas. E a imaginação sociológica – como escrevera Charles Wright Mills – deve ser posta a serviço da leitura dos trabalhos clássicos, no sentido de reinventá-los para os problemas do presente. A lacuna é um problema sociológico fundamental para a história dos chamados grupos subalternos. E ela deve ser enfrentada e suplantada, cientificamente, no que concerne à pesquisa, exaurindo possibilidades, concurso a fontes diversas, criação de argumentos. A tese assumiu esta proporção, em número de páginas, não apenas pela possível proximidade do pesquisador; mas, também por ter no horizonte essa perspectiva. Espera-se que, inclusive, as lacunas deste trabalho sejam superadas por esforços futuros, a bem da ciência e dos grupos sociais interessados.

Campinas, São Paulo, Piracicaba, verão de 2011.

## *Fontes, Bibliografia Consultada, Entrevistas*

### Entrevistas realizadas

Entrevista com Ferréz, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, São Paulo, 16/05/2007.

Entrevistas com Allan Santos da Rosa, Sacolinha [Ademiro Alves], Alessandro Buzo e Sérgio Vaz, concedidas a Mário Augusto Medeiros da Silva, Unicamp, 12/07/2007.

Entrevista de Oswaldo de Camargo, concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 29/07/2007, em São Paulo.

Entrevista de Cyro del Nero concedida a Mário Augusto M. Da Silva, em 29/09/2007, em São Paulo.

Entrevista com Paulo Lins, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Keila Prado Costa, em 26/10/2007, em São Paulo.

Entrevista com Ruth Guimarães, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva e Janaína Damasceno, em 27/11/2008 e 23/05/2009, em São Paulo e Cachoeira Paulista.

Entrevista com Audálio Dantas, 19/10/2009, concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva, em São Paulo.

Entrevista com Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa, Sérgio Ballouk, Sidney de Paula Oliveira concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 26/02/2010, em São Paulo.

Entrevista com Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa concedida a Mário Augusto M. Da Silva e Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, em 17/04/2010, em São Paulo.

### Arquivos Pesquisados

Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo

Arquivo Edgar Leuenroth – AEL/Unicamp

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Banco de Dados de São Paulo – Folha de São Paulo

Biblioteca Florestan Fernandes – UFSCar

Centro de Documentação Alexandre Eulálio - CEDAE/Unicamp

Centro de Estudos da Cultura Contemporânea – CEDEC

Coleção Associação Cultural do Negro – UEIM/UFSCar  
Coleção Carolina Maria de Jesus e Audálio Dantas – Fundação Biblioteca Nacional  
Museu Afro-Brasileiro – Biblioteca Carolina Maria de Jesus

#### Fontes Primárias

*I Encontro de Poetas e Ficcionistas Negros Brasileiros (org.). Criação Crioula, Nu Elefante Branco, São Paulo:Imprensa Oficial do Estado, 1987.*

*II Encontro de Poetas e Ficcionistas Negros Brasileiros: Corpo de Negro, Rabo de Brasileiro,* Rio de Janeiro, 1986

CADERNOS Negros, São Paulo: Edição dos Autores, vols. 01 – 05, 1978-1982.

CADERNOS Negros. São Paulo: Quilombhoje Literatura, vols. 06-30,1983-2008;

FERRÉZ. *Capão Pecado*, São Paulo: Labortexto, 2 a. edição, 2000

\_\_\_\_\_. *Caros Amigos/Literatura Marginal: A cultura da periferia*, Ato I, São Paulo: Casa Amarela Ltda./Literatura Marginal Ltda., 2001.

\_\_\_\_\_. *Caros Amigos/Literatura Marginal: A cultura da periferia*, Ato II, São Paulo: Casa Amarela Ltda./Literatura Marginal Ltda., 2002.

\_\_\_\_\_. *Manual Prático do Ódio*, São Paulo; Objetiva, 2002.

\_\_\_\_\_. *Caros Amigos/Literatura Marginal: A cultura da periferia*, Ato III, São Paulo: Casa Amarela Ltda./Literatura Marginal Ltda., 2004

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, São Paulo: Francisco Alves, 1960

\_\_\_\_\_, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, São Paulo: Francisco Alves, 1961

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

QUILOMBHOJE. *Reflexões obre a literatura afro-brasileira*, São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985.

#### Fontes Secundárias

*80 Anos de Abolição*, Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros S.A., 1968.

ABREU, Ieda Estergilda. Vandalismo cultural: raiva e crime, *Jornal da UBE*, n. 103, junho de 2003, p. 05.

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araújo (orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. “Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 1, n. 39, 2007.

AMARAL, Raul J. Roger Bastide – No coração do negro, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 20, São Paulo, USP, 1978.

AMARAL, Marina. *Literatura de Mano. Caros Amigos*, São Paulo, ano IV, n. 39, junho de 2000, p. 45.

ANTÔNIO, Carlindo Fausto. *Cadernos Negros: esboço de análise*, Tese [Doutorado], Campinas: IEL/Unicamp, 2005.

ANTÔNIO, João. *Abraçado ao meu rancor*, São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

\_\_\_\_\_. *Malhação do Judas Carioca*, Rio de Janeiro: Record, 1986.

ANDREWS, George R. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*, Bauru: Edusc, 1998.

ARRUDA, Maria Arminda do N. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*, Bauru: Edusc, 2001.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: A representação da realidade na Literatura Ocidental*, São Paulo: Perspectiva, 5ª edição, 2004.

AUGEL, Moema Parente(org.). *Schwarze Poesie/ Poesia Negra*, St. Gallen/Köln: Edition Diá, 1988.

\_\_\_\_\_. *Schwarze Prosa/ Prosa Negra*, St. Gallen/Köln: Edition Diá, 1993.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites*, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

AZEVEDO, Thales de. *As Elites de Cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*, 2a. ed., Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.

BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*, São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BARBOSA, Márcio & RIBEIRO, Esmeralda. *Cadernos Negros Três Décadas: Ensaio, poemas, contos*, São Paulo: Quilombhoje/Seppir, 2008.

BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo: Perspectiva, 1973.

BASTIDE, Roger. & FERNANDES, Florestan. *Brancos e Negros em São Paulo: Ensaio Sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, 3ª ed., São Paulo: Global Editora, 2008.

BASTOS, Elide. R. Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista. In: Miceli, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira*, São Paulo: Anpocs/Sumaré; Brasília: CAPES, 2002, pp. 183-230.

- BATISTA, Elisabeth. *Entre a Literatura e a Imprensa: Percursos de Maria Archer no Brasil*, Tese [Doutorado], São Paulo: FFLCH/USP, 2007.
- BERGAMO, Mônica. “Mário de Andrade negro: “Não é ele”, diz Antonio Candido”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ilustrada, 21/11/2007, p. E2.
- BERND, Zilá. *Negritude e Literatura na América Latina*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Literatura Negra*, São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Poesia Negra Brasileira: antologia*, Porto Alegre: AGE/IEL/IGEL, 1992.
- BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo* São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.
- BRAUD, Michel. *La forme des jours: pour une poétique du journal personnel*. Paris: Éditions du Seuil, 2006.
- BOM MEIHY, José C. S. & LEVINE, Robert. *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- \_\_\_\_\_. (orgs.). *Carolina Maria de Jesus: Meu estranho diário*, São Paulo: Xamã, 1996.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*, São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.
- BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. “L’Illusion Biographique”, *Actes de la Recherche em Science Sociales*, Paris, n. 62/63, 1986, pp. 69-72.
- \_\_\_\_\_. *A Ontologia Política de Martin Heidegger*, Campinas: Papyrus, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Meditações Pascalianas*, Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2001
- BRAGHINI, Lunde. “Histórias da imprensa negra a lembrar em 2009”, *Irohin*, Brasília, ano XIII, n. 24, março, 2009, p32.
- CAMARGO, Oswaldo de. *15 Poemas Negros*, São Paulo: Associação Cultural do Negro, 1961
- \_\_\_\_\_. *O Carro do Êxito*, São Paulo: Martins, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Descoberta do Frio*, São Paulo: Edições Populares, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O Negro Escrito: apontamentos sobre a presença do negro na Literatura Brasileira*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1987;
- \_\_\_\_\_. *A Razão da Chama: Antologia de Poetas Negros Brasileiros*, São Paulo: GRD, 1986.
- CAMPBELL, James. *À Margem Esquerda*, Rio de Janeiro: Record, 1999
- CANDIDO, Antonio et alli: *A personagem de ficção*, São Paulo: Perspectiva, 10<sup>a</sup> ed., 2004.
- \_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 5<sup>a</sup> ed., 02 vols, 1975.

CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania*, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

CARRILHO, Maria. *Sociologia da Negritude*, Lisboa: Edições 70, 1975.

CASTRO, Conrado Pires de. Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins. *Tempo social*, São Paulo: FFLCH/USP, vol.22, n.1, junho, 2010, pp. 239-240.

CASTRO, Silvia Lorenso de. *Corpo e Erotismo em Cadernos Negros: a reconstrução semiótica da liberdade*. Dissertação [Mestrado], São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

CASTRO, Eliana de M.; MACHADO, Marília N. Da M. *Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus*, Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

CHAGURI, Mariana M. & SILVA, Mário A. M. da. “Sentidos da Crise: Literatura e Processos Sociais em *Fogo Morto e Cidade de Deus*”, XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Rio de Janeiro, julho de 2009.

COLINA, Paulo (org.). *Axé: Antologia Contemporânea de Poesia Negra Brasileira*, São Paulo: Global, 1982.

COSTA PINTO, Luiz de A. *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2<sup>a</sup> ed., 1998.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. *A Intelectualidade negra de São Paulo e o projeto Unesco: a construção de uma contra-ideologia racial*. XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Recife, UFPE, 2007

CUTI. “O velho militante”. *Irohin*, Brasília, ano XIII, n. 24, março, 2009, p. 33-34

DAMAS, Léon G (org.). *Nouvelle Somme de Poésie du Monde Noir*, Paris: Présence Africaine, n. 57, 1967.

DAMASCENO, Benedita G. *Poesia Negra no Modernismo Brasileiro*, Campinas: Pontes, 1988.

DANTAS, Audálio. Carolina Maria de Jesus faz um retrato sem retoque do mundo sórdido em que vive. *Folha da Noite*, São Paulo, 09/05/1958.

\_\_\_\_\_. Retrato da favela no diário de Carolina. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 36, p.92-98, 20/06/1959.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*, Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma História não contada: Negro, Racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, São Paulo: SENAC, 2004.

\_\_\_\_\_. O "messias" negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): "Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III !". *Varia história*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, dezembro. 2006

\_\_\_\_\_. *Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico*, XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, UNISINOS, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Nova Abolição*, São Paulo: Selo Negro, 2008

DUARTE, Paulo. "Negros do Brasil", *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 e 17/04/ 1947.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FELIX, João Batista de Jesus. *Hip-Hop: cultura e política no contexto paulistano*, [Tese] Doutorado em Antropologia Social, São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

FERRARA, Miriam N. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*, São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FERRÉZ (org.) *Literatura Marginal: Talentos da Escrita Periférica*, Rio de Janeiro: Agir, 2005.

\_\_\_\_\_. Entrevista: A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento. *Caros Amigos*, São Paulo, ano XIII, n. 151, outubro de 2009

FOUCAULT, Michel *O que é um autor?* s/l: Vega, 4ª edição, 2000.

FREYRE, Gilberto. Negritude, mística sem lugar no Brasil. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, p. 16-23, abr./jun. 1971

\_\_\_\_\_. A experiência afro-brasileira. *O Correio - UNESCO*. Rio de Janeiro, n. 5, p. 10, p. 13-18, out./nov.1977

\_\_\_\_\_. *Casa Grande & Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, 43ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2001

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ªed., 1979

\_\_\_\_\_. *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Salvador: Fator, 1983.

\_\_\_\_\_. *Pour la révolution africaine: écrits politiques*. Paris: La Découverte, 2001

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*, Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *A Sociologia numa era de revolução social*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. *A Integração do Negro à sociedade de classes: o legado da raça branca*, São Paulo: Ática, vol. I, 1978.

\_\_\_\_\_. *A Integração do Negro à sociedade de classes: no limiar de uma nova era*, São Paulo: Ática, vol. II, 1978

\_\_\_\_\_. *O Negro no Mundo dos Brancos*, São Paulo: Global Editora, 2ª edição revista, 2007.

- FRANÇA, Jean M. Carvalho. *Imagens do Negro na Literatura Brasileira (1584-1890)*, São Paulo: Brasiliense, 1998
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980
- GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu Caché: étude sur la vision tragique dans les pensées de Pascal et dans le theatre de Racine*, Paris: Gallimard, 1959.
- GOMES, Heloísa Toller. *O Negro e o Romantismo Brasileiro*, São Paulo: Atual, 1988
- GONZALEZ, Lélia. & HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982
- GUIMARÃES, Antonio S. A. *Raças, Classes e Democracia*, São Paulo: FUSP/Editora 34, 2002.
- \_\_\_\_\_. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 81, julho de 2008
- GULLAR, Ferreira. “Somos Todos Irmãos”, *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 17/09/2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*, São Paulo: EDUSP, 2ªed. 2005.
- HOLLANDA, Heloísa B. de. & PEREIRA, Carlos A. M. *Patrulhas ideológicas marca reg.: arte e engajamento em debate*, São Paulo: Brasiliense, 1980
- \_\_\_\_\_. *Impressões de viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde*, São Paulo: Brasiliense, 1984
- \_\_\_\_\_. et alli. *Anos 70: Literatura*, Rio de Janeiro: Ed. Europa, 1979
- \_\_\_\_\_.(org.) *26 Poetas Hoje*, Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 4ª ed., 2001.
- IANNI, Octávio. “Literatura e Consciência”, *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEAO, n. 15, 1988, pp. 208-217.
- JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- KÖSSLING, Karin S. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*, Dissertação [Mestrado], São Paulo: FFLCH/USP, 2007
- KOWARICK, Lúcio. (org.) *As lutas sociais e a cidade*, Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, São Paulo: Edusp, 2ª ed., 2003.
- LAFETÁ, João Luiz *1930: A crítica e o Modernismo*, São Paulo: Livraria Duas Cidades/ Ed. 34, 2000.

- LEITE, José Correia. & Cuti. *E disse o velho militante José Correia Leite* São Paulo: Secretaria de Cultura, 1992.
- LINS, Paulo. Sem medo de ser, *Caros Amigos*, ano VIII, n. 74, maio de 2003.
- LOFEGO, Sílvio L. *IV Centenário de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*, São Paulo: Annablume, 2004.
- LOPES, Nei. *Dicionário Literário Afro-Brasileiro*, Rio de Janeiro: Pallas, 2007
- MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*, Tese [Doutorado], Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.
- MARCOS, Plínio. *Histórias das Quebradas do Mundaréu*, Rio de Janeiro: Nórdica, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil*, São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998
- \_\_\_\_\_. *Exclusão social e a nova desigualdade*, 4<sup>a</sup> ed.[1<sup>a</sup> ed.1997], São Paulo: Paulus, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*, 2<sup>a</sup> ed., 2003.
- MATTOSO, Glauco. *O que é Poesia Marginal?*, São Paulo: Brasiliense, 1981
- MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. *Revista de Estudos Avançados da USP*, São Paulo, 8 (22), 1994, pp. 189-193.
- MENDES, Míriam Garcia. *A Personagem Negra no Teatro Brasileiro (entre 1838 e 1888)*, São Paulo: Ática, Col. Ensaios, vol. 84 1982
- \_\_\_\_\_. *O Negro e o Teatro Brasileiro (entre 1889 e 1982)*, São Paulo: HUCITEC/ Rio de Janeiro: IBAC/ DF: Fundação Cultural Palmares, 1993
- MICELI, Sérgio. *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, vol. I São Paulo: Sumaré, Anpocs; Brasília, DF: Capes, 1999
- MILLIET, Sérgio. *Quatro Ensaios*, São Paulo: Martins, 1966.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, São Paulo: Ática, 1977.
- MOURA, Clóvis. *O preconceito de cor na literatura de cordel*, São Paulo: Resenha Universitária, 1976.
- MOURA, Clóvis & FERRARA, Miriam N. *Imprensa Negra*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

\_\_\_\_\_. “Organizações Negras” In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis: Vozes, São Paulo: CEBRAP, 1983, pp. 157-159.

MOVIMENTO Negro Unificado. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*, São Paulo: Confraria do Livro, 1988

MÜLLER, Ricardo G. (org.) *Revista Dionysos: Especial Teatro Experimental do Negro*, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*, São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO, Abdias do. *Dramas para Negros e Prólogo para brancos: antologia de teatro negro-brasileiro*, Rio de Janeiro: Teatro Experimental do Negro, 1961.

\_\_\_\_\_. *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*, Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. *O negro revoltado*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

\_\_\_\_\_. (org.) *Thoth: Pensamento dos Povos Africanos e Afrodescendentes*, Brasília: Senado Federal, vol.02, agosto, 1997.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. “*Literatura Marginal*”: *os escritores da periferia entram em cena*, Dissertação [Mestrado], São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

OLIVEIRA, Eduardo. *Banzo*, São Paulo: Obelisco, 1963.

\_\_\_\_\_. *A Cólera dos Generosos: retrato da luta do negro para o negro*, São Paulo: Sonda Editora/Editora Meca Ltda, 1988.

\_\_\_\_\_. (org.) *Quem é quem na negritude brasileira*. São Paulo: Congresso Nacional Afro-Brasileiro; Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, volume 1, 1998.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*, 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAIS, José Machado. *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*, Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 3ª edição, 2007.

PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas*. Dissertação [Mestrado]. São Paulo: FAU-USP, 2007.

PEREIRA, Carlos A. M. *Retrato de Época: Poesia Marginal Anos 70*, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*, [Tese] Doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. “O que você sabe sobre o primeiro deputado negro republicano?”. *Irohin*, Brasília, ano XIII, n. 24, março, 2009, pp. 03-06.

PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*, Tese [Doutorado] São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 2, nº 3, 1989.

PRADO, Antônio Arnoni. Elucubrações dramáticas do professor Oiticica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 40, dezembro, 2000.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, São Paulo Brasiliense, 1971.

QUEIROZ JR., Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na Literatura Brasileira*, São Paulo: Ática, Col. Ensaio, 1982.

*QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro*, São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2003.

RABASSA, Gregory. *O Negro na ficção brasileira: meio século de história literária*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*, 8ª ed., São Paulo, Rio de Janeiro: Martins, Record, vol. I, 1975

ROMANO, Luís Antônio Contatori. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*, Campinas, São Paulo: Mercado de Letras/Fapesp, 2002.

ROSA, Daniela R. A. *Teatro Experimental do Negro: estratégia e ação*. Dissertação [Mestrado] em Sociologia, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ROWELL, Charles. H; SILVA *Callaloo*, The Johns Hopkins University, vol. 18, n. 04 (Autum, 1995).

SANT'ANNA, Luiz Carlos. Breve Memorial do Movimento Negro no Rio de Janeiro. *Papéis Avulsos*, Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, n° 53, 1998, pp.05-06.

SANTOS, Ivair Augusto A. dos. *O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo*, São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/ Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2007.

SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-brasileiro pró Libertação de Angola - “um amplo movimento”*: *Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*, Dissertação [Mestrado], São Paulo: PUC, 2010.

- SANTOS, Myriam S. *Memória Coletiva e Teoria Social Contemporânea*, São Paulo: Annablume, 2003.
- SAYAD, João. Bob Dylan. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Tendências e Debates, 20/11/2007, p. A3.
- SAYERS, Raymond. *O Negro na Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.
- SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e outros estudos*, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978
- \_\_\_\_\_. (org.). *Os Pobres na Literatura Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1983
- \_\_\_\_\_. *Que horas são?*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- \_\_\_\_\_. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 5ª ed., 2000
- \_\_\_\_\_. *Sequências Brasileiras*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SELLIGMAN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura*, Campinas: EdUnicamp, 2003
- SEREZA, Haroldo C. *Florestan: a inteligência militante*, São Paulo: Boitempo, 2005
- SILVA, Joana M. F. da. *Centro de Cultura e Arte Negra: Trajetória e Consciência Étnica*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1994
- SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H. T. de. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1983
- RIDENTI, Marcelo S. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA, Mário Augusto M. da. *Os Escritores da Guerrilha Urbana: Literatura de Testemunho, Ambivalência e Transição Política (1977-1984)*, São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Esboço de Análise Sociológica da Idéia de Literatura Negra no Brasil". XIII Reunião da Sociedade Brasileira de Sociologia, Recife, UFPE, maio de 2007.
- \_\_\_\_\_. "Literatura Negra como Literatura Marginal: Brasil, 1980". XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada, São Paulo, USP, julho de 2008.
- \_\_\_\_\_. "Resenha: E disse o velho militante José Correia Leite". *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, DF: UnB, vol.31, 2008, pp.239-245.
- \_\_\_\_\_. "Aproximações entre as idéias de literatura negra e periféricas contemporâneas?". II Simpósio de Pesquisa de Pós-Graduandos, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. & CHAGURI, Mariana M. *Duas visões de uma crise: Literatura Regionalista e Literatura Negra no Brasil (1930-1960)*, X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga: Portugal, 2009.

\_\_\_\_\_. Oswaldo de Camargo e as representações do negro em São (1950-1970), XIV Simpósio da ANPUH, Rio de Janeiro, UNIRIO, 2010.

\_\_\_\_\_. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF: UnB, vol.01, n. 26, abril de 2011

Silvermann, Malcom. *Protesto e o novo romance brasileiro*, São Paulo: EdUFSCar, 2005

SOUZA, Florentina de. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005

Sussekind, Flora. *Literatura e vida literária*, Rio de Janeiro: Zahar, 1985

TANAKA, Marta Maria Soban. A vivência da realidade e a prática do fazer: Movimento Universitário de Desfavelamento, *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo: FAU-USP, vol. 06, maio/junho, 1995

TEIXEIRA, Paulo Iumatti. *Caio Prado Jr.: Uma trajetória intelectual*, São Paulo: Brasiliense, 2007.

VALLADARES, Lícia do P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*, Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAZ, Toninho. *Paulo Leminski: o bandido que sabia latim*, Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLA, Marco Antônio. A destruição de um biblioteca, *Folha de São Paulo*, 02/06/2004, p. A3.

VILLAS, BÔAS, Gláucia. *Mudança Provocada: Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WRIGHT, Richard. *Filho Nativo*. Rio de Janeiro: Best-Seller, 1986.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e os significados da pobreza*, São Paulo: Brasiliense, 1985